



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

**SELMA DE FATIMA SANTOS**

**METAMORFOSES DA AGRICULTURA CAPITALISTA NA REGIÃO CENTRO  
OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO – 2000 A 2020**

**MARILIA-SP**

**2021**

SELMA DE FATIMA SANTOS

METAMORFOSES DA AGRICULTURA CAPITALISTA NA REGIÃO CENTRO  
OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO – 2000 A 2020

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais à Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título De Doutor em Ciências Sociais.

Área de concentração: Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Anderson Deo

Marília

2021

S237m

Santos, Selma de Fatima

Metamorfoses da agricultura capitalista na região  
centro oeste do estado de São Paulo - 2000 a 2020 /Selma  
de Fatima Santos. -- Marília, 2021

380 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista  
(Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

1. Metamorfoses da agricultura capitalista na região  
centro oeste do estado de São Paulo - 2000 a2020. I.  
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.Biblioteca da  
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

SELMA DE FATIMA SANTOS

METAMORFOSES DA AGRICULTURA CAPITALISTA NA REGIÃO CENTRO  
OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO – 2000 A 2020

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais à Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título De Doutor em Ciências Sociais, na área de concentração em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: \_\_\_\_\_

Professor Anderson Deo, Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP.

1º Examinador: \_\_\_\_\_

Professor Marcos Tadeu Del Roio, Doutor em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo, USP.

2º Examinador: \_\_\_\_\_

Professor José Milton Pinheiro de Souza, Doutor em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

3º Examinador: \_\_\_\_\_

Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes, Doutora em Filosofia pela Université de Paris X, Nanterre

4º Examinador: \_\_\_\_\_

Professor Adriano Pereira dos Santos, Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

Marília, 24 de setembro de 2021.



À Aline Maria dos Santos Silva (in memoriam) com todo o meu imenso amor.

## AGRADECIMENTOS

A meus pais João e Ana Maria, por serem meus principais educadores em todas as dimensões da vida. Trabalhadores rurais sem-terra, boias frias, que conheceram a luta pela terra e se transformaram em sujeitos políticos na construção da transformação social. Gratidão por tantos ensinamentos e por tanto amor dedicado aos filhos e filhas. As irmãs: Aline Maria (in memoriam), a primogênita, que foi vítima da Covid 19 e do genocídio do governo Bolsonaro em nosso país, em maio/2021, causando o pior sentimento de dor, indignação e saudade, pela cruel perda em nossa família. (Ela, devoradora de livros de literatura, foi quem me ensinou a gostar de livros desde criança. Continuará encantada nas mais belas coisas. Seguirá sendo minha melhor referência). As irmãs e irmãos: Judite, Marcio, Eliete, Rafael e Samuel, pelo imenso amor, carinho e cumplicidade. Por toda a trajetória que comungamos até aqui, com dificuldades, alegrias, tristezas, conquistas e partilhas, afeto, compreensão, admiração, respeito recíprocos. A todos os familiares paternos e maternos, especialmente as primas: Luciane, Leticia, Lucinei, Lucimara, Rosangela, Rosenilda, Rosemeire e o primo Rodrigo, com quem compartilhei uma infância cheia de lindas memórias afetivas.

Ao MST, o intelectual orgânico coletivo, que me forjou militante desta organização e com ela aprendi a essência da luta de classes, nas durezas do enfrentamento, da resistência, mas também nas belezas da construção de uma sociedade justa e igualitária para todos/todas, ainda que em germen e movida por diferentes contradições, de se criar o *novo* dentro do *velho*. À toda a militância, por compartilharmos juntos os sonhos de *luta por terra, arte e pão*!

Aos meus educadores e educadoras das escolas públicas onde estudei toda a minha vida (escola rural e urbana). Foram os que propiciaram a principal base da minha trajetória de formação de estudante/intelectual.

Ao querido orientador, professor Anderson Deo, pela excelente orientação. Pela paciência, dedicação, companheirismo, camaradagem, críticas importantes e necessárias, apontamentos profundos e profícuos, sobretudo, pela valorosa contribuição na minha trajetória de pesquisadora no doutorado, que aos poucos foram me ajudando a moldar e preencher de forma e conteúdo essa tese. Tive a sorte de ter

um rigoroso e competente orientador, ao mesmo tempo, solidário e companheiro, que se tornou também um amigo para a vida.

Aos amigos e amigas da UNESP, campus de Marília, estudantes, trabalhadores/as dos diversos setores, meu agradecimento, por me acolherem tão bem. Dos amigos e amigas, meu reconhecimento e agradecimento a amiga Thaylize Goes, por brindarmos as alegrias e as dificuldades dividindo juntas a casa, o alimento, as gargalhadas, a confiança da amizade. À Norico, ADUNESP, por essa presença mística, solidária, amorosa. Aos meus professores no doutorado e mestrado, no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais: Anderson Deo, Angélica Lovatto, Fabio Okada (meu também querido orientador no mestrado), Fatima Cabral, Marcos Del Roio, Francisco Corsi, Jair Pinheiro, Marcelo Totti, José Geraldo Poker; e também aos amigos/as professores de outros departamentos, que não foram meus professores, mas me receberam de forma acolhedora neste campus: Henrique Novaes, Neusa Dal Ri, Silvia Fernandes, Mirian Simonetti, Valeria Barbosa, Jefferson Barbosa, etc. Gratidão à todas e todos pela oportunidade de compartilhar a construção de conhecimentos e troca de saberes, os quais fazem parte do acúmulo do patrimônio coletivo da humanidade e, principalmente, por defenderem a causa de uma ciência engajada na defesa da emancipação humana.

À militância do MST Regional de Promissão (centro oeste paulista), coletivo do qual faço parte desde meados dos anos 2000, no qual, a partir da sua práxis política, na luta pela terra e reforma agrária na região e a partir das observações coletivas, das profundas mudanças na questão agrária em âmbito local, as quais demandavam respostas urgentes e pragmáticas; ajudou a suscitar a necessidade deste estudo com maior fôlego. Meu reconhecimento a essa bonita e extenuante jornada, onde por vezes nos sentimos, como no clássico de Miguel Cervantes, *Dom Quixote*, e a sensação de lutarmos contra os gigantes *moinhos de ventos*. Mas, ao mesmo tempo, serve de alento a utopia, de Galeano, onde: “*Caminho dez passos, e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.*” Utopia no sentido de alento, mas calcada na realidade material das mudanças que, ainda que pequenas, como diz o poeta Benedetti, ocorrem lentas, mas vem.

À amiga Jade Percassi, pela camaradagem militante, pela arte das bonitas canções nas tantas cantorias, cafés, histórias, boa prosa e claro, pelos socorros nas traduções! Muito obrigada.

À professora Monica Grossi, amiga querida, camarada de lutas, educadora popular na Escola Nacional Florestan Fernandes e na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Agradeço a generosidade do apoio e pela valiosíssima contribuição nas correções revisões finais.

Ao Diogo Mazin, camarada de lutas, pelo apoio e companheirismo nos perrengues da fase inicial do doutorado para a realização das disciplinas.

À Maria Victoria, por ser a mais importante obra da minha criação. Pela alegria do dia a dia, compreensão e maturidade dos seus 10 aninhos em ter uma mãe camponesa, militante, educadora, intelectual, que dedica sua vida à militância política e, por vezes, ausente. Agradeço-te e dedico a ti esta conquista, com todo o meu carinho e amor. Seguiremos juntas, sempre – desde as cirandas infantis às nossas inúmeras jornadas. Seguiremos de mãos dadas, na luta, na arte e na beleza (não menos difícil) que se materializa no cuidado infinito da formação de novos seres humanos, em plenitude. Te amo, filha.

**Lento, mas vem**

*O futuro se aproxima, devagar  
mas vem*

*hoje está mais além  
das nuvens que escolhe  
e mais além do trovão  
e da terra firme*

*demorando-se vem  
qual flor desconfiada  
que vigila ao sol  
sem perguntar-lhe nada*

*iluminando vem  
as últimas janelas*

*lento mas vem  
o futuro se aproxima  
devagar  
mas vem*

*já se vai aproximando  
nunca tem pressa  
vem com projetos  
e sacos de sementes*

*com anjos maltratados  
e fiéis andorinhas*

*devagar mas vem  
sem fazer muito ruído  
cuidando sobretudo  
os sonhos proibidos*

*as recordações dormidas  
e as recém-nascidas*

*lento, mas vem  
o futuro se aproxima  
devagar  
mas vem*

*já quase está chegando  
com sua melhor notícia  
com punhos com olheiras  
com noites e com dias*

*com uma estrela pobre  
sem nome ainda*

*lento mas vem  
o futuro real  
o mesmo que inventamos  
nós mesmos e o acaso*

*cada vez mais nós mesmos  
e menos o acaso*

*lento mas vem  
o futuro se aproxima  
devagar  
mas vem*

*lento, mas vem  
lento, mas vem  
lento, mas vem*

(Mario Benedetti – poeta uruguaio)

## Resumo:

Nosso objeto de pesquisa, intitulado “Metamorfoses da agricultura capitalista na região centro oeste do estado de São Paulo (2000-2020)” pretende abordar a atualidade do desenvolvimento capitalista da agricultura, na atual fase de aprofundamento dos monopólios e de *mundialização* do capital. A *modernização conservadora* da agricultura (1964-1984) criou condições que se tornaram objetivas para o surgimento e consolidação do agronegócio a partir dos anos 1990, bem como, a *reestruturação produtiva* no campo e o projeto neoliberal nesta mesma década, criaram as bases para a sua consolidação. A partir dos anos 2000, entidades de classe se reorganizaram e redefiniram a hegemonia dos interesses da burguesia agroindustrial, difundindo a ideologia do Agronegócio como a agricultura de precisão que ‘revolucionaria’ a agricultura capitalista no século XXI. É a partir da junção de capitais agrários, industriais e financeiros que se forma a moderna agroindústria num patamar elevado de desenvolvimento técnico e de financeirização. São as *commodities* agrícolas que mantêm os lucros de uma burguesia agroindustrial monopolista, que se formou como grandes transnacionais brasileiras, associadas ao capital imperialista internacional. Nossa hipótese é a de que, na região centro oeste paulista, assim como em nível nacional, no âmbito da questão agrária, o agronegócio se concretiza juntando as relações históricas que o desenvolvimento capitalista já consolidou, transformando-se num modelo de agricultura que possui no seu núcleo interior, contradições colossais, onde o *antigo latifúndio*, “mudou” sua composição para uma *empresa rural moderna*, sem romper com as formas do atraso. Surge o discurso de *modernidade, produtividade e sustentabilidade*, ocultando em sua essência diversas e profundas contradições. Evidencia-se, na atualidade, intenso acúmulo de capitais circulante nas bolsas de valores e mercados de futuros, nas instituições financeiras, *subsidiárias*, fundos de pensões privados, etc., onde as *commodities* agrícolas (com lastro real ou não), servem de alavanca para a centralização e acumulação de novos capitais. Podemos destacar também o papel que cumpre a *mercadoria terra* como *ativo financeiro*, a qual cumpre com duas funções: a terra inserida no processo produtivo como fator de produção e a improdutiva como reserva de lucros para a especulação. Trata-se, portanto, de compreender a dinâmica das contradições dos processos históricos sociais, onde os monopólios incorporaram o desenvolvimento pleno das forças produtivas no campo, porém gerando grandes contradições econômicas, políticas, sociais, ambientais. O agronegócio monopolizou a terra, água, minérios, florestas, mão de obra barata, os meios de produção, a ciência e a técnica, o lucro, causando ao mesmo tempo a fome, a pobreza, miséria, desigualdades sociais, graves problemas ambientais e potenciais conflitos no campo. Nos parece provável que se não houver outro tipo de projeto sustentado em novas bases produtivas com novas determinações e matrizes, que atue na contramão da capacidade destrutiva das forças operantes do capital, a humanidade estará seriamente ameaçada em seu futuro não muito longínquo, tanto pela barbárie no modo de vida social, como pela ameaça de morte da biodiversidade e do planeta.

**Palavras Chave:** Questão Agrária; Agricultura Capitalista; Monopólios, Financeirização; Commodities Agrícolas; Mercado de Terras.

## **Abstract:**

Our research object, entitled “Metamorphoses of capitalist agriculture in the central west region of the state of São Paulo (2000-2020)” intends to address the current capitalist development of agriculture, in the current phase of deepening of monopolies and globalization of capital. The conservative modernization of agriculture (1964-1984) created conditions that became objective for the emergence and consolidation of agribusiness from the 1990s onwards, as well as the productive restructuring in the countryside and the neoliberal project in the same decade, created the bases for its consolidation. Since the 2000s, class entities have reorganized and redefined the hegemony of the interests of the agro-industrial bourgeoisie, spreading the ideology of Agribusiness as precision agriculture that would 'revolution' capitalist agriculture in the 21st century. It is from the fusion of agrarian, industrial and financial capital that modern agribusiness is formed at a high level of technical development and financialization. Agricultural commodities keep the profits of a monopolistic agro-industrial bourgeoisie, which constituted itself as large Brazilian transnationals, associated with international imperialist capital. Our hypothesis is that, in the central west region of São Paulo, as well as at the national level, in the context of the agrarian issue, agribusiness is materialized by joining the historical relations that capitalist development has already consolidated, transforming itself into a model of agriculture that it has in its inner core, colossal contradictions, where the former latifundium “changed” its composition to a modern rural enterprise, without breaking with the forms of backwardness. The discourse of modernity, productivity and sustainability emerges, hiding in its essence several and deep contradictions. It is evident, at the present time, an intense accumulation of circulating capital on the stock exchanges and futures markets, in financial institutions, subsidiaries, private pension funds, etc., where agricultural commodities (with real or not backing), serve as a lever for the centralization and accumulation of new capital. We can also highlight the role played by the land commodity as a financial asset, which fulfills two functions: land inserted in the production process as a production factor and unproductive land as a profit reserve for speculation. Therefore, it is necessary to understand the dynamics of the contradictions of historical social processes, where monopolies incorporated the full development of productive forces in the countryside, but generating great economic, political, social and environmental contradictions. Agribusiness has monopolized land, water, minerals, forests, cheap labor, the means of production, science and technology, profit, while causing hunger, poverty, misery, social inequalities, serious environmental problems and potential conflicts in the countryside. It seems likely to us that if there is no other type of project supported by new productive bases with new determinations and matrices, which act against the destructive capacity of the operating forces of capital, humanity will be seriously threatened in its not-too-distant future, both by barbarism in the social way of life, as by the threat of death to biodiversity and the planet.

**Key words:** Agrarian Issue; Capitalist Agriculture; Monopolies, Financialization; Agricultural Commodities; Land Market.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                                                      |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 1:</b> Gráfico 1 – Pulverização aérea por cultura em São Paulo.....                                        | 110 |
| <b>Figura 2:</b> Gráfico 2 – Pulverização aérea por hectares no estado de São Paulo.....                             | 111 |
| <b>Figura 3:</b> Gráfico 3 - pulverização aérea por tipos de agrotóxicos no estado de SP.....                        | 111 |
| <b>Figura 4:</b> Mapa das mesorregiões do estado de São Paulo.....                                                   | 113 |
| <b>Figura 5:</b> Mapa do estado de São Paulo: Municípios polos nas macrorregiões.....                                | 114 |
| <b>Figura 6:</b> Mapa da projeção da produção de cana de açúcar no estado de São Paulo em 2010.....                  | 115 |
| <b>Figura 7:</b> Mapa da produção de cana no estado em 2010.....                                                     | 116 |
| <b>Figura 8:</b> Mapa da produção de laranja no estado em 2010.....                                                  | 116 |
| <b>Figura 9:</b> Mapa da produção de eucalipto no estado em 2010.....                                                | 117 |
| <b>Figura 10:</b> Mapa da logística rodoferrohidroviária da cana no estado de São Paulo.....                         | 119 |
| <b>Figura 11:</b> Indígenas pacificados na região de Bauru no século XIX.....                                        | 137 |
| <b>Figura 12:</b> Tabela 2 - Caracterização da população indígena da região centro oeste paulista:.....              | 139 |
| <b>Figura 13:</b> Mapa de áreas griladas no Núcleo Colonial Monção.....                                              | 143 |
| <b>Figura 14:</b> Ocupação da fazenda São Bento nos anos 1990.....                                                   | 155 |
| <b>Figura 15:</b> Ocupação do ITESP no Pontal do Paranapanema.....                                                   | 157 |
| <b>Figura 16:</b> Mulheres em jornada de lutas no Pontal do Paranapanema pautando as terras devolutas da região..... | 157 |



|                                                                                                                                                     |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 17:</b> Mapa da estrutura fundiária do extremo oeste em processo judicial:.....                                                           | 158 |
| <b>Figura 18:</b> Ocupação da empresa Cutrale em Borebi:.....                                                                                       | 161 |
| <b>Figura 19:</b> Produção em área de assentamento na região.....                                                                                   | 162 |
| <b>Figura 20:</b> Ocupação de mulheres na empresa Cosan, Barra Bonita/SP.....                                                                       | 166 |
| <b>Figura 21:</b> Mulheres Sem Terra em protesto na empresa Cosan.....                                                                              | 167 |
| <b>Figura 22:</b> Mapa da engenharia do megaprojeto Etanolduto.....                                                                                 | 169 |
| <b>Figura 23:</b> Ocupação da Usina Alcídia, empresa Odebrecht:.....                                                                                | 173 |
| <b>Figura 24:</b> Diploma da ABRINQ à Cutrale: “Empresa Amiga da Criança” .....                                                                     | 177 |
| <b>Figura 25:</b> Mapa das Unidades produtivas, industriais e comerciais da LDC:.....                                                               | 184 |
| <b>Figura 26:</b> Ocupação na fazenda da Louis Dreyfus, Lucianópolis/SP.....                                                                        | 185 |
| <b>Figura 27:</b> Produção de eucalipto da empresa Eucatex em Lençóis Paulista.....                                                                 | 191 |
| <b>Figura 28:</b> Fábrica da Duratex em Lençóis Paulista.....                                                                                       | 193 |
| <b>Figura 29:</b> Fábrica da Duratex em Botucatu.....                                                                                               | 194 |
| <b>Figura 30:</b> Mapa da produção de eucalipto no estado de SP em 2020:.....                                                                       | 197 |
| <b>Figura 31:</b> Outdoors com marketing nas principais rodovias da região:.....                                                                    | 198 |
| <b>Figura 32:</b> Mulheres Sem Terra em protesto na sede da Camil, Barra Bonita:.....                                                               | 200 |
| <b>Figura 33:</b> Relação das 50 maiores empresas monopolistas da agricultura no Brasil – período 2018 e 2019 – Balanço divulgado no ano 2020:..... | 203 |
| <b>Figura 34:</b> Trabalhador rural no corte manual de cana.....                                                                                    | 206 |
| <b>Figura 35:</b> Tabela 3: Quadro demonstrativo dos Bancos Credores da Cosan.....                                                                  | 234 |
| <b>Figura 36:</b> Gráfico 4 - Número de Imóveis Rurais por Classe de Área - Brasil - 2016/2018.....                                                 | 282 |
| <b>Figura 37:</b> Gráfico 5 - Área dos Imóveis Rurais (Milhões de ha) - Brasil - 2016/2018.....                                                     | 282 |

|                                                                                                                              |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 38:</b> Gráfico 6 - Variação do Número e da Área dos Imóveis por Classe de Área (%) - Brasil - 2016/2018.....      | 283 |
| <b>Figura 39:</b> Gráficos 7 e 8 – Número e Área dos Imóveis Rurais – Brasil – 2003/2018.....                                | 284 |
| <b>Figura 40:</b> Gráfico 9 – Área dos Imóveis Rurais em relação à Área Territorial do Brasil (%) .....                      | 285 |
| <b>Figura 41:</b> Tabela 4 - Quadro demonstrativo do uso do recurso hídrico no eucalipto, empresa Suzano – 2010 a 2013:..... | 314 |
| <b>Figura 42:</b> Contraste de vegetação na estiagem.....                                                                    | 313 |
| <b>Figura 43:</b> Imagem de nascente de água em APP. P.A. Laudenor de Souza, Piratininga/SP:.....                            | 330 |
| <b>Figura 44:</b> Mapa dos agrotóxicos presentes na água potável nas cidades brasileiras:.....                               | 331 |
| <b>Figura 45:</b> Plantio de eucalipto da Bracell no entorno do assentamento.....                                            | 332 |
| <b>Figura 46:</b> Eucalipto da empresa Duratex no entorno do assentamento.....                                               | 333 |
| <b>Figura 47:</b> Mapa dos Agrotóxicos no Brasil.....                                                                        | 334 |
| <b>Figura 49:</b> Mapa dos agrotóxicos no estado de São Paulo.....                                                           | 335 |
| <b>Figura 50:</b> Mapa do uso de agrotóxicos no estado de São Paulo.....                                                     | 336 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:**

ABAG – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO  
BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL  
BV&MF – BOLSA DE VALORES E MERCADOS DE FUTUROS  
CAIS – COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS  
CEPEA – CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA  
CIA – CENTRO DE INTELIGENCIA AGRÍCOLA  
CNA - CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUARIA BRASILEIRA  
CNTBIO – COMISSÃO TECNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA  
COA – CENTRO DE OPERAÇÕES AGRÍCOLAS  
CMN – CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL  
CTNBB – CENTRO DO TRIGO NACIONAL DO BANCO DO BRASIL  
CTBE – CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA E BIOETANOL  
CSN – COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL  
CTA – CENTRO TECNICO AEROESPACIAL  
CTBE – CIENCIA E TECNOLOGIA DO BIOETANOL  
FAO – FOOD AGRICULTURE ORGANIZATION (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO)  
IAA – INSTITUTO DO AÇUCAR E ALCOOL  
IAC – INSTITUTO AGRONOMICO DE CAMPINAS  
IBC – INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ  
IEA – INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA  
MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
MERCOSUL – MERCADO CONSUMIDOR DO SUL  
PENSA – PROGRAMA DE ESTUDOS DOS SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS  
PROAGRO – PROGRAMA DE APOIO A ATIVIDADE AGROPECUARIA  
SNA – SOCIEDADE NACIONAL DA AGRICULTURA  
SPAA – SOCIEDADE DOS PRODUTORES DE AÇUCAR E ALCOOL  
TDA – TÍTULO DA DIVIDA AGRÁRIA  
UNICA – UNIÃO NACIONAL DAS INDUSTRIAS DE CANA

## SUMARIO

|                  |    |
|------------------|----|
| Introdução:..... | 20 |
|------------------|----|

### **CAPITULO 1 – TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA CAPITALISTA NA SEGUNDA METADE DO SECULO XX**

#### **A REVOLUÇÃO VERDE E O CICLO DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA (1964 a 1984)**

|                                                                                                       |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1.1 - A questão agrária e a <i>via</i> de desenvolvimento da agricultura capitalista brasileira:..... | 40 |
| 1.2 – Modernização da agricultura e as batalhas da burguesia agrária contra a Reforma Agrária.....    | 46 |
| 1.3 – A ofensiva da burguesia agrária contra o I Plano Nacional de Reforma Agrária:.....              | 55 |
| 1.4 – Polarização e cisões da classe dominante agrária, surgimento do MST e UDR.....                  | 62 |
| 1.5 – Neoliberalismo e conflitos agrários nos anos 1990 – ofensiva do MST .....                       | 68 |
| 1.6 - A reestruturação produtiva no campo na década de 1990 e 2000.....                               | 77 |

### **CAPÍTULO 2**

#### **TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA CAPITALISTA NO SÉCULO XXI: GENESE E DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO**

|                                                                                               |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.1 – Agronegócio e o novo ciclo de modernização na agricultura capitalista (2000-2020) ..... | 83  |
| 2.2 – O agronegócio no Estado de São Paulo.....                                               | 97  |
| 2.2.1. – Perfil do Agronegócio paulista:.....                                                 | 102 |

|                                                                                                   |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.3 – Características da Região Centro Oeste Paulista.....                                        | 112 |
| 2.4 – Transformações na questão agrária na região centro oeste paulista nos anos 2000-2020: ..... | 123 |

### **CAPÍTULO 3**

#### **METAMORFOSES DA AGRICULTURA CAPITALISTA NA REGIÃO CENTRO OESTE PAULISTA (2000-2020)**

|                                                                                                                  |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.1 – A questão agrária na região centro oeste paulista: aspectos históricos.....                                | 132 |
| 3.2 – A região como nova fronteira agrícola do estado de São Paulo no século XX:.....                            | 133 |
| 3.2.1 - Formação da região Central:.....                                                                         | 135 |
| 3.2.2 - O Núcleo Colonial Monção e a grilagem de terras na região central:.....                                  | 142 |
| 3.2.3 - A formação do oeste e extremo oeste: o Pontal do Paranapanema.....                                       | 150 |
| 3.2.4 - A expansão do café e a formação do mercado de trabalho na região:.....                                   | 148 |
| 3.3 – Conflito fundiário e luta pela terra na região centro oeste paulista:.....                                 | 154 |
| 3.4 – As Corporações e a formação do Capital Monopolista na região: caracterização das principais empresas ..... | 163 |
| 3.4.1 – Setor Sucroalcooleiro:.....                                                                              | 163 |
| 3.4.2 – Setor de Citricultura.....                                                                               | 173 |
| 3.4.3 – Setor Pecuária: Carne, couro e derivados:.....                                                           | 186 |
| 3.4.4 – Setor da Silvicultura (eucalipto):.....                                                                  | 190 |
| 3.4.5 – Setor de grãos.....                                                                                      | 201 |

## **CAPÍTULO 4**

### **A ATUAÇÃO DOS MONOPÓLIOS DAS CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS NA REGIÃO CENTRO OESTE PAULISTA: CADEIAS PRODUTIVAS DA CANA, LARANJA E EUCALIPTO:**

|                                                                                                                     |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.1 - O processo de fusão e internacionalização de capitais e a atuação dos monopólios nas cadeias produtivas:..... | 205 |
| 4.1.1 – Caracterização da atuação dos Monopólios no período 2000-2020:                                              |     |
| 4.1.1 - Setor sucroalcooleiro .....                                                                                 | 209 |
| 4.1.2 - Monopólios no setor de silvicultura.....                                                                    | 215 |
| 4.1.3 - Monopólios no setor de lácteos.....                                                                         | 218 |
| 4.1.4 - Monopólios no setor de sementes.....                                                                        | 219 |
| 4.1.5 - Monopólios no setor de citricultura.....                                                                    | 220 |
| 4.1.6 - Monopólios no setor da carne e pecuária:.....                                                               | 221 |
| 4.2 - O MONOPOLIO NO MERCADO DE TERRAS:.....                                                                        | 223 |
| 4.2.1 – As empresas subsidiárias/imobiliárias e o monopólio do mercado de terras:.....                              | 223 |
| 4.3 - Os monopólios das cadeias produtivas e os trabalhadores rurais.....                                           | 228 |
| 4.3.1 -Situação dos trabalhadores rurais na colheita de cana:.....                                                  | 228 |
| 4.3.2 – Situação dos trabalhadores rurais na colheita da laranja:.....                                              | 241 |
| 4.3.3 – Trabalho escravo no corte de cana e laranja na região.....:                                                 | 247 |

## **CAPÍTULO 5**

### **CAPITAL FINANCEIRO NA AGRICULTURA:**

|                                                                                                                     |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.1 – Características do capital Financeiro na Agricultura.....                                                     | 251 |
| 5.2. - O funcionamento do crédito na agricultura:.....                                                              | 255 |
| 5.3 – A financeirização e o capital produtivo: os conglomerados monopolistas no domínio das cadeias produtivas..... | 259 |

|                                                                           |     |
|---------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.4 – O capital fictício e o mercado de terras.....                       | 266 |
| 5.5 - O método da grilagem e a financeirização no mercado de terras:..... | 282 |
| 5.6 - O INCRA como agencia estatal reguladora do Mercado de Terras.....   | 290 |

## **CAPITULO 6**

### **O AGRONEGÓCIO ENQUANTO *AUTORREPRODUÇÃO* DESTRUTIVA**

|                                                                     |     |
|---------------------------------------------------------------------|-----|
| 6.1 – O conceito de <i>autorreprodução</i> destrutiva:.....         | 294 |
| 6.2 – O agronegócio enquanto <i>autorreprodução</i> destrutiva..... | 298 |
| a) Commodities x produção de alimentos:.....                        | 300 |
| b) Desemprego:.....                                                 | 301 |
| c) Desmatamento:.....                                               | 303 |
| d) Queimadas .....                                                  | 304 |
| e) Desertificação dos solos.....                                    | 305 |
| f) Projeto <i>Terminator</i> e transgênicos.....                    | 306 |
| g) Recursos hídricos:.....                                          | 313 |
| h) Conflitos socioambientais:.....                                  | 320 |
| i) Nanotecnologia e microeletrônica:.....                           | 323 |
| j) Os agrotóxicos: O AGRO É TÓXICO!.....                            | 324 |
| 6.3 - Mapa dos agrotóxicos no Brasil.....                           | 330 |
| 6.3.1 - Mapa dos agrotóxicos no estado de São Paulo.....            | 331 |
| Considerações Finais:.....                                          | 339 |
| Bibliografia.....                                                   | 346 |
| Apendices.....                                                      | 353 |
| Anexos.....                                                         | 362 |

## Introdução:

O objeto da nossa tese intitulada: “*Metamorfoses da agricultura capitalista na região centro oeste do estado de São Paulo – 2000 a 2020*”, busca compreender as mudanças profundas pelas quais passaram a agricultura capitalista na região em sintonia com as transformações no país e no mundo, nas duas primeiras décadas do século XXI.

A forma como a mesma se desenvolveu se relaciona aos aspectos históricos de formação da sociedade brasileira, do modo de produção capitalista, da questão agrária brasileira, bem como, da realidade histórica latino-americana. O Brasil situa-se como parte do rol de países, no continente, colonizados pela *empresa comercial* europeia e sofre a dominação colonial portuguesa por pelo menos quatro longos séculos, os quais definiram sua formação social, sua estrutura fundiária, bem como, o papel cumprido pelas determinações da questão agrária, do modelo produtivo baseado nas formas *plantations*, sofrendo as consequências da via de desenvolvimento optado pelas burguesias latino-americanas.

Do ponto de vista do desenvolvimento histórico do capital no Brasil, Florestan Fernandes (1987) e Caio Prado Junior (2004, 2007) nos fornecem alguns elementos fundamentais de análise sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil, tendo a questão agrária como parte importante da forma como se estrutura o poder dominante burguês, o papel da burguesia agrária no comando do desenvolvimento do *capitalismo dependente e periférico*, que se consolida mais tarde pelo viés da *autocracia burguesa* que nos permite chaves analíticas para compreender os fundamentos da questão agrária e da agricultura capitalista. Diferentemente das transformações clássicas chamadas autônomas, como França, Inglaterra, EUA, como também das ‘atípicas’ como Alemanha e Japão, as relações capitalistas no Brasil (e América Latina) são de origem colonial, heteronômicas ou dependentes. Tais relações dão seus primeiros passos na agricultura, a partir do domínio dos latifundiários e transcorrem no processo histórico como coloniais, neocoloniais e dependentes. Fernandes (1987) divide em *antigo regime* o período que segue desde a expansão mercantil europeia, a invasão portuguesa sobre o território dos povos originários no país, perpassando pela formação de uma classe dominante formada por latifundiários senhores de terras escravistas e comerciantes, até a crise do escravismo, motivada por vários fatores



internos e externos. Tal crise acontece numa conjuntura favorável ao preço do café nos mercados internacionais, transformando esse produto no principal para a economia agroexportadora brasileira. Começa-se a produção de café em larga escala, em fins do século XIX e início do século XX introduzindo novas relações de produção no campo: a força de trabalho assalariada. O trabalho assalariado é *fundante* nas novas relações sociais de produção e é uma das características vitais do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, embora já houvesse, desde o início da colônia e da empresa mercantil, traços de relações capitalistas de produção, analisadas por Caio Prado Junior (2004, 2007), a qual temos concordância.

Com o acúmulo de riquezas produzido pelo trabalho escravo e, posteriormente, com a exploração da mão de obra assalariada, permitem que parte do capital acumulado comece a ser aplicado na indústria por intermédio dos bancos. Já nas primeiras décadas do século XX, a emergência da indústria (mesmo que ainda incipiente), começa a formar uma burguesia brasileira, a qual surge com interesses entrelaçados com os latifundiários.

A burguesia brasileira nasce do “entesouramento<sup>1</sup> praticado pelos latifundiários e grandes comerciantes sob a proteção do Estado”, dos quais se destacam como comerciantes os traficantes de escravos, donos de engenhos de açúcar e os “comissários” de café. É somente no decorrer do tempo que ela vai se diferenciando economicamente da burguesia agrária. Ela surge como resultado *das necessidades objetivas* da burguesia agrária e sob a influência da expansão do capitalismo mundial. Para Fernandes (1987), a burguesia industrial não nasce contra a *velha* classe, e sim, já nasce imbricada a ela e aos seus interesses. Isso vai definir o seu comportamento em todo o seu processo de amadurecimento em que traz como marca a dependência e a crise de identidade relacionada aos proprietários latifundiários, cujos interesses nem sempre convergem aos interesses burgueses. Mas, diferente das revoluções burguesas clássicas, a burguesia industrial no Brasil não se opôs aos latifundiários, pois nasce de suas entranhas e segue ora aliada, ora divergente, mas nunca rompendo com a fração da burguesia agrária.

A formação da questão agrária no Brasil desde o período colonial segue, portanto, a tendência de consumir o desenvolvimento capitalista na particularidade, no país, em completa sintonia e sob os direcionamentos do desenvolvimento

---

<sup>1</sup> O entesouramento, para Marx (2017), é o acúmulo de capitais com lastro em moeda ouro.

capitalista global. A partir da conciliação dos interesses de classe, como uma especificidade sua, a Revolução Burguesa no Brasil, se formou numa fusão entre o velho e o novo (capital agrário e capital industrial) no comando do desenvolvimento do capitalismo dependente sem rompimentos com o colonialismo, neocolonialismo e imperialismo. Também foi a classe dominante associada quem definiu o *inimigo comum*: no passado o escravo; no presente, o proletariado assalariado, ou semi-assalariado do campo e da cidade. O capitalismo dependente de tipo *selvagem* e a *autocracia burguesa* em países periféricos, escravistas, são duas faces de uma mesma moeda, necessários para levar a cabo tais mudanças (FERNANDES, 1987).

Para o autor, a associação entre as burguesias não acontece só a partir de fora ou só a partir de dentro. Há em Fernandes (1975), uma redefinição constante da dominação externa, bem como, o aperfeiçoamento das técnicas de desenvolvimento induzido, de controle à distância e desenvolvimento indireto, que geram novas condicionantes para o colonialismo, neocolonialismo e imperialismo.

Nesse sentido, a Revolução Burguesa<sup>2</sup> brasileira também possui claras distinções em relação às vias clássicas, tais como se sucederam na Europa e Estados Unidos, pois aqui não teriam ocorrido fortes rupturas com o modelo de produção anterior. As mudanças graduais, as reformas, são atividades permanentes na Revolução Burguesa brasileira, ao invés de rupturas. Por isso, os *traços retardatários* da burguesia brasileira, e o caráter não-democrático das classes proprietárias no Brasil se reproduzem ao longo da história. Dadas as especificidades da formação social brasileira, a revolução burguesa se assemelha à *via prussiana*, mas contém traços genuinamente brasileiros, através de uma completa relação de unidade de pactos entre burguesia agrária e industrial e se realiza num momento histórico de emergência do capital monopolista no plano mundial. Aqui, a burguesia endógena herda os traços e o reacionarismo ultraconservador e selvagem das antigas elites *latifundiárias escravistas* na era do capital mercantil e amadurece mesclando novos traços a partir do *reacionarismo e autoritarismo* da burguesia monopolista moderna.

---

<sup>2</sup> Ao tratar do tema Revolução Burguesa no Brasil, Florestan a conceitua como sendo “um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicossociais, culturais e políticas que se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge seu ponto máximo de evolução industrial”. (FERNANDES, 1979, p.203).

Podemos mencionar as indicações de Marx (2007, 2017a, 2017b) sobre a particularidade alemã e as especificidades de uma *revolução de tipo tardio*, ou ainda, a ideia da *revolução passiva* de *revolução/restauração* do qual tratou Gramsci (2002, 2006). E também se insere no contexto da discussão leniana da *via prussiana* e da *revolução pelo alto*, como forma de constituição de um *capitalismo tardio*. Ocorre no Brasil, uma revolução de tipo *tardio*.

Neste sentido, a formação da sociedade brasileira como parte do processo capitalista inserida na economia mundial desde os seus primórdios, segundo Caio Prado Jr. (2004; 2007), produz um tipo de capitalismo via sistema de produção Colonial que se fundamenta em relações políticas econômicas e jurídicas em que as metrópoles se apropriam do grosso aqui produzido enquanto a função do país é a de uma *feitoria* que produz mercadoria barata para o enriquecimento desta outra. Todo esse processo é marcado pelas condições de subdesenvolvimento, péssima distribuição da renda em contraste com elevada concentração de renda, da terra e do poder.

Dessa forma, não há possibilidade para um desenvolvimento autônomo/nacional dado o desequilíbrio permanente de concentração de riqueza versus a miséria da classe trabalhadora. E esse desequilíbrio é permanente. Há a existência de grupos privilegiados internos em condições de manter o controle da situação: a exploração cruel da massa de trabalhadores pobres explorados e despossuídos. Portanto, em países como o Brasil e demais países da América Latina, o Capitalismo Dependente – que se caracteriza pela concentração da renda, poder e prestígio social que resulta na exclusão social, política e econômica das classes subalternas (dos de baixo) - cria ao mesmo tempo uma ordem social existente, em associação dependente ao imperialismo, mas que não significa baixo desenvolvimento das forças produtivas. Há abismo colossal na distribuição de renda e riqueza. A produção de riqueza é imensa, mas a apropriação privada da mesma tem concentração extrema.

Na segunda metade do século XX, na década de 1960, diante do estágio em que chegara o capital monopolista e, por outro lado, do perigo de ascensão das forças do movimento socialista, Fernandes (1987), afirma que apesar da retórica nacionalista, o golpe de 1964 teve o significado de uma *contrarrevolução preventiva*. Diante das alternativas, entre uma posição subordinada, porém segura aos *negócios*, e entre o

risco de recorrer à mobilização popular e ao movimento socialista para enfrentar o imperialismo, a burguesia optou pela via mais fácil e segura. Segura aos seus negócios. No plano político, delimitava-se o início de uma luta que era pela sobrevivência do capitalismo em todos os continentes. Com um particular: onde não haviam revoluções socialistas vitoriosas no mundo, haviam fortes movimentos socialistas em ascensão. Sendo assim, o controle das periferias do sistema do capital passava a ser fundamental para o imperialismo.

O êxito do golpe e da rearticulação da burguesia brasileira aconteceu graças à coerção e também aos mecanismos ideológicos do Estado, para a garantia da dominação e superexploração do trabalho e da maior concentração de riqueza e renda no país. A burguesia fez todo o possível para manter as massas afastada do cenário político e das lutas de resistência. Daí, segundo Fernandes (1987), deriva o estado psicossocial da burguesia, de verdadeiro *medo e pânico* em relação à utilização do conflito pelas massas como instrumento legítimo de luta política pelas classes populares. O alerta eminente ante um estado de revolta das massas faz com que a burguesia esteja sempre de prontidão para garantir que o Estado esteja hábil para agir sempre que uma ameaça de manifestação popular a ameace.

Assim, na década de 1960 a 1980 do século XX, “o circuito fechado da história” impediu a penetração das classes populares na política e na economia e é através deste *circuito fechado* que se gestou nova etapa do capital monopolista, do capitalismo dependente e da acumulação capitalista e, portanto, se deu em unidade entre as frações de grupos burgueses locais e internacionais. Tal sintonia com a burguesia internacional, mostrou que a burguesia endógena não é uma burguesia local indefesa, débil e atrasada; ela é ativa no âmbito da acumulação de capitais no sentido de que ela remete parte da exploração do trabalho e da mais-valia, retirando daqui os lucros para a burguesia internacional, mas também garante sua *cota parte* na participação ativa desta acumulação. Ela reparte os lucros de forma associada, mas também obtém vantagens nessa relação no circuito internacional, para a liberdade dos seus negócios. Para Fernandes (1987, p. 207), a nossa transição, a constituição do capitalismo brasileiro, foi realizada por uma “burguesia dotada de moderado instinto modernizador”, que recorria frequentemente aos procedimentos autocráticos de dominação.

A burguesia monopolista internacional e a burguesia brasileira modernizaram o latifúndio e o Estado, visando melhorar ainda mais as condições para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro para que correspondesse às necessidades do capital monopolista internacional. A partir daí, produz-se uma rápida concentração e centralização de capital, modernização das forças produtivas à exemplo da *modernização conservadora* no campo e expropriação do campesinato, deixando os pequenos agricultores sem a posse dos seus meios de produção e transformando-os em trabalhadores despossuídos, sem-terra e sem meios de trabalho; parte destes são aproveitados como mão de obra assalariada no campo, e a maioria transformada em proletariado urbano.

Ocorre durante a década de 1970 o início da crise da ditadura militar, ocasionada pelo esgotamento da via dependente e subordinada de desenvolvimento capitalista. Mas é somente no final da década que o proletariado em suas diversas frações no campo e na cidade conseguiram enxergar claras possibilidades, a partir da luta de classes, de dar um fim na ditadura e ao mesmo tempo, realizar transformações importantes. Porém, apesar das certezas e esperanças das classes populares, a burguesia também trabalhava no intuito de mudar as formas da ditadura de classe (percebendo que esta já estava insustentável); com a intenção de avançar para uma democracia restrita e elaborar um novo projeto ou via para continuar expandindo seu modelo de produção. Assim ocorrem as disputas pela Nova Constituinte de 1988, na qual a luta de classes conseguiu pautar medidas progressistas, pois a burguesia ainda na ditadura, (embora com uma “crise no vértice” do sistema), já não tinha condições de sustentar o autoritarismo, teve que ceder e aceitar, apesar de diversas manobras, o texto da Constituinte de 1988 que manteve importantes conquistas para a democracia.

No campo, a chamada *modernização dolorosa* ou *modernização conservadora* Graziano Silva, (1982), juntamente com o programa da Revolução Verde, os Complexos Agroindustriais e o sistema de créditos, garantiram as bases para um grande salto na agricultura capitalista, o qual seria dado ainda com mais força a partir dos anos 1990. No período de 1964 a 1984 todas as condições foram garantidas para modernizar o latifúndio. Tal processo possibilitou a manutenção da estrutura agrária concentrada, desigual e injusta, provocando a expropriação massiva dos camponeses, ao mesmo tempo que possibilitou aos latifundiários o desenvolvimento

técnico, o acesso a generosos créditos agrícolas, políticas de comercialização, um Estatuto do Trabalhador Rural que negava direitos básicos, total retaliação e ofensiva ao I Plano Nacional de Reforma Agrária. Dentre outros aspectos.

Nesse sentido, os efeitos da revolução burguesa e da *modernização conservadora* no campo, fez parte da estratégia de “*revolução pelo alto*” onde a burguesia agrária aliada a burguesia industrial e financeira fez a opção pela via *autocrática da dominação burguesa* e pela direção do *capitalismo dependente* num país de periferia, num contexto de capital monopolista, imperialista, impedindo-se a realização de um tipo de capitalismo com *medidas democráticas* no Brasil. Para Fernandes (1981, 1984, 1987), foi nestas condições, que o desenvolvimento capitalista brasileiro rejeitou a opção da *revolução democrática e nacional*<sup>3</sup>, constituindo-se como um *desenvolvimento dependente* que se viu obrigado a reforçar constantemente a combinação do novo com o velho. A busca pelo lucro desenfreado demarca os limites desta selvageria.

Em síntese, podemos afirmar que a dependência se tornou uma condição histórica imposta ao Brasil e aceita pela burguesia *internamente instalada*. Segundo Fernandes (1981,1987) é a dependência e subordinação econômica brasileira que predomina na condição de país periférico no centro do capital. A tarefa histórica da burguesia, segundo a qual ela mesma se propôs foi a de administrar o capitalismo dependente. E ela cumpre com este papel porque não tem interesse em romper com o imperialismo. E ela não tem interesse porque ela não possui identidade com os interesses nacionais. Na condução da revolução burguesa ela se divorciou da revolução de caráter nacional e democrático e preferiu a associação com o imperialismo, seja ele via o domínio português, inglês ou norte-americano, e na sua gênese está a natureza *autocrática*, desde que nasce a partir das elites latifundiárias mandatárias originadas na violência do latifúndio escravista sobre os trabalhadores. É desta maneira que o subdesenvolvimento não é superado, pois ele é parte da sua contínua reprodução enquanto sociedade moderna que sobrevive do atraso e não se colocou como uma questão nacional a ser superada. A questão nacional e anticolonial

---

<sup>3</sup> Projeto defendido pelos setores populares, (operários e camponeses e também pela pequena burguesia, intitulada classe média). Este projeto visava desenvolver o país, do ponto de vista econômico, político, técnico, agrário, cultural, social etc., voltado para um desenvolvimento interno e sustentável, com maiores níveis de democratização.

no Brasil não foi tratada no âmbito da libertação do domínio do colonizador. Foi negociado pelo alto, mantendo os privilégios da burguesia contra os interesses dos trabalhadores. O inimigo principal continua sendo o indígena, negro, o imigrante pobre, o proletariado, operário rural ou urbano.

Esses elementos de análise nos levam a afirmar que a reforma agrária não se concretizou como uma etapa da revolução burguesa brasileira porque não fazia parte dos objetivos e interesses desta burguesia. Ela não se caracteriza como uma *tarefa em atraso* no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista porque não significava entrave ao desenvolvimento tardio e dependente, sob o ponto de vista das classes dominantes. Do ponto de vista da estratégia de desenvolvimento capitalista, ela não se realiza como uma bandeira burguesa e como necessidade histórica capitalista. No Brasil não é possível realizar a reforma agrária massiva e popular porque a propriedade privada da terra é a espinha dorsal do poder hegemônico burguês agrário, industrial ou financeiro.

A burguesia usufrui do latifúndio moderno como meio de acumulação de capital, sem necessidade de democratizar o acesso à terra e os meios de produção e nem fortalecer o mercado interno; pelo contrário, opera com a forte tendência a apropriá-los privadamente e a centralizá-los cada vez mais, acentuando a sua prática predatória e expropriatória e aumentando a sua margem de lucro, num contexto de intenso desenvolvimento das forças produtivas no campo, da tecnologia, da modernização e da terra como objeto de lucratividade extraordinária. Isso significa afirmar que a pauta da luta pela terra, reforma agrária, trata-se menos de uma reforma que visa desenvolver o capitalismo no campo, ou o mercado interno e se orienta cada vez mais pela superação do capitalismo, ou seja, a reforma agrária possui nas condições atuais do capitalismo brasileiro, uma natureza, antes de tudo, anticapitalista e anti-imperialista.

Francisco de Oliveira (2006, p. 47), afirma que não há uma tarefa em atraso, e já não há mais uma relação *dual* entre agricultura e indústria, ou cidade e campo, dado que “por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética”.

Já a fase imperialista no final do século XX impõe uma integração mais ampla e profunda, através do Consenso de Washington, e no caso do Brasil, seria o início do aprofundamento do capitalismo dependente brasileiro que se preparava para adentrar ao processo de *mundialização* do capital, não como autônomo, mas

reforçando o capitalismo dependente. As transformações estruturais são mais velozes e vão a reboque das mudanças mundiais. A modernização conservadora da agricultura havia sido o início deste processo que se consolidaria mais tarde com o agronegócio. A condição de *capitalismo dependente*, categoria analítica caracterizada por Fernandes (1981) precisaria de novos elementos para dar conta de explicar a nova realidade. Os Estados Nacionais e as potências imperialistas dos países centrais já não estão sozinhas e majoritárias no controle hegemônico dos capitais no mundo. São as empresas monopolistas que passaram por processos de associação ao capital internacional, se tornaram transnacionais, tanto nos países centrais como nos periféricos, os quais formam conglomerado de corporações com nova configuração da burguesia e novas determinações no comando do capital imperialista circulante no mundo.

O capital, desde a década de 1980, inicia um processo de *mundialização* e aprofundamento da sua natureza imperialista. Chesnais (1996, 1997) afirma que, para lançar-se em todas as esferas e em cada canto do mundo, o capital precisou da implementação de pelo menos dois processos: 1) a abertura das fronteiras para total liberdade do comércio, para que circulassem no mundo todas as mercadorias. 2) processo de desregulamentação das normas jurídicas de garantias de direitos trabalhistas para não limitar a taxa máxima de lucro para os capitalistas. O projeto que permitiria tal abertura, somado a política de privatizações, desvalorização das moedas nacionais, etc., seria o projeto neoliberal. O processo de flexibilização para as empresas seria a nova reestruturação produtiva do capital. Ambas ocorreram na década de 1990.

Portanto, evidencia-se um momento novo da história mundial onde o grande capital em escala internacional, e especialmente na agricultura juntou os capitais espalhados no planeta e os deu unidade e direção, causando também unidade na cúpula hegemônica da burguesia internacional. Neste momento de grave e profunda crise capitalista, ela se mantém unida para enfrentar seu potencial inimigo histórico (mesmo este estando na defensiva), e também para projetar novos rumos e saídas para a manutenção da taxa 'saudável' de lucros, tendencialmente ameaçada pela própria crise no vértice do sistema do capital.

Em síntese, há três importantes processos caracterizados por Chesnais (1996) e reafirmados por Oliveira (2016), que dizem respeito a caracterização da



*mundialização* do capital: a) ações mundiais dos governos que derivaram de processos anteriores, especialmente ao capital mundializado; b) organização da produção em caráter mundializado a partir da produção capitalista mundializada e nova divisão do trabalho; c) articulação pela “intervenção” estatal na economia e na definição dos projetos de cooperação mundial. A função clássica dos Estados Nacionais passou por erosão e houve a criação de diversos instrumentos que favorecesse a mundialização das empresas.

Diante dessa análise estrutural do capitalismo dependente e da modernização conservadora no campo, na segunda metade do século XX, se explica como a burguesia agrária, dos anos 1990 para 2020 projetou e se constituiu em grandes corporações transnacionais brasileiras, fundindo as funções agrário, industrial e bancário, criando corporações as quais mantem a sua condição de competitividade na disputa de monopólios e oligopólios em pé de igualdade com corporações transnacionais do capitalismo central ou ainda, participando de negócios conjuntos (joint ventures) com poderosas e bilionárias empresas dos países imperialistas centrais. Ou ainda, comprando a totalidade de ações de empresas gigantes no mercado mundial. O agronegócio através dos monopólios e a financeirização da agricultura estavam em marcha.

A financeirização permitiu soldar um processo novo na composição das classes sociais: a fusão entre o capital agrário, industrial e bancário. A burguesia agroindustrial é resultado dessa fusão. Ela continua dividida nas clássicas frações agrária, industrial e bancária com seus particulares interesses, mas acrescenta a partir de seu envolvimento na produção um caráter e natureza híbridos, onde as funções das finanças, da indústria de transformação e do agrário na produção de mercadorias agrícolas se tornaram imbricadas e fundidas numa única e mesma função. Alternativas cabem apenas ao aperfeiçoamento do capitalismo capaz de levar adiante o projeto burguês da reprimarização e a desindustrialização. O projeto neoliberal iniciado na década de 1990 e a reestruturação produtiva do capital selaram esse compromisso.

O processo de internacionalização do capital se fez perceber através das empresas multinacionais que penetraram nas economias periféricas, nas formas empresariais e foram se adaptando e organizando a composição do capitalismo monopolista de forma muito peculiar.

No início do século XXI, ocorre nova configuração no modo de produzir, *chegando a termo* grandes corporações transnacionais, aliada à realização de implementação de agricultura de precisão (base científica e tecnológica), a qual fez com que as forças produtivas se desenvolvessem de forma avassaladora e entrassem na lógica do funcionamento global, hegemônica pelas grandes potências, disputando fatias no capital financeiro, numa fase de *mundialização* do capital. Como política dessas mudanças, ocorria de forma mais intensificada “a *desregulamentação*”, abertura das fronteiras nacionais, retirada do poder gerencial, administrativo e de controle dos Estados Nacionais periféricos, circulação financeira livre de qualquer barreira e outras exigências a serem cumpridas pelos países dependentes e subordinados, transformando-se na ideologia e na economia política neoliberais, revolucionando ainda mais o próprio modo de produção capitalista e empurrando o capital do agronegócio na senda da homogeneização e da supremacia dos grandes monopólios.

A partir dos anos 2000 esse processo torna-se mais intenso no âmbito da localidade. Nesta fase o imperialismo vai se adaptando também às circunstâncias locais. Na região centro oeste paulista houve esse mesmo movimento: as empresas monopolistas ligadas a agricultura foram fundindo seus capitais, criando os aglomerados, as subsidiárias, holdings, *joint ventures*, fusões, aquisições, as ações abertas de capital na Bolsa de Valores, mercados de futuros, especializando as cadeias produtivas de poucas commodities e intensificando a especulação financeira. Empresas como a JBS, Cutrale, Louis Dreyfuss, Citrovita Votorantim, Odebrecht, Bracell, Eucatex, Duratex, Nestlé, Monsanto, Jacto, Cosan, Raizen, etc. participam desse processo de intensificação monopolista e financeirização na região. Das doze empresas transnacionais com atuação monopolista na região, nove são brasileiras e quatro estrangeiras. Três atuam no setor sucroalcooleiro, três no setor de celulose e papel; três no setor da citricultura; uma no setor pecuário (carnes, couro e derivados); uma no setor de sementes, insumos e agrotóxicos e outra no setor de maquinários.

Consolida-se assim, no século XXI a fase monopolista do capitalismo através da unidade contraditória das empresas multinacionais e das classes sociais nacionais entre países centrais e periféricos. A grande novidade incorporada aos novos elementos atuais é que as empresas capitalistas mundiais estão em todos os países onde elas atuam e não mais somente nos países industrializados.

Para Oliveira (2016, p. 100)

A mundialização por sua vez, originou-se do processo de transformação das empresas nacionais em empresas mundiais através da expansão por diferentes países via abertura de filiais, aquisições, fusões, associações etc. Internacionalização, multinacionalização e mundialização são, portanto, fenômenos integralmente interconectados. São expressões do processo de transformação do capitalismo industrial e financeiro, centrado principalmente nas economias nacionais, para um capitalismo centrado na economia mundial.

A expansão dos agrocombustíveis no estado de São Paulo, sobre as áreas de produção de alimentos, que geraram a abusiva inflação sobre o preço dos alimentos, por exemplo, tem a ver com os processos monopolistas que se aprofundam simultaneamente e comandam a produção agrícola mundial, onde estas empresas no setor de grãos atuam como *players*<sup>4</sup> no mercado de futuros das bolsas de mercadorias do mundo e geralmente possuem também o controle dos mercados de fertilizantes, agrotóxicos e demais insumos. É assim que o Brasil vai se inserir no discurso dos agrocombustíveis e passa a liderar o ranking mundial do setor sucroalcooleiro. Somente em 2007, período em que as empresas iniciam sua acirrada expansão, a área plantada com cana de açúcar chegaria perto de 7 milhões de hectares e o Estado de São Paulo foi onde se concentrou pelo menos a metade dessa produção. Nas safras de 2014 e 2015, do total de 09 milhões de hectares no país, cerca de 4,6 milhões de hectares estavam no Estado de São Paulo. Parte dessa área se situa na região centro oeste paulista.

As empresas aumentaram intensivamente as áreas produtivas de commodities ao passo que também aumentaram os latifúndios improdutivos porque a terra se tornou um importante ativo financeiro e de disputa territorial. A expansão produtiva do capital sobre novas áreas produtivas automaticamente aumenta as especulações e elevação do preço da terra. A mesma passou a ser um ativo financeiro negociado na

---

<sup>4</sup> Os grandes “players” formam um tipo de mercado dominado por poucas empresas de porte gigante, criando um sistema de oligopólio, com menor oferta de preços e condições de pagamento e recebimento. As formas de operar no domínio dos preços são denominados *players*.

bolsa de valores como mercadoria de futuros 'a preço de ouro'. Sua concentração só tende a aumentar como ver-se-á no decorrer do texto.

Outro fato de grande importância é que a sociedade moderna adentrou o século XXI com a emergência de uma gravíssima crise na *espinha dorsal* do capital. Tal crise, de caráter prolongada e *estrutural*, se arrasta desde a década de 1970 produzindo enormes contradições e causando nefastas consequências para a vida dos trabalhadores (as). Os efeitos da crise, tendem por um lado aumentar os monopólios das grandes empresas que agudizam os processos de concentração e centralização de capitais e principalmente a partir de novos processos expropriatórios. Por outro lado, as crises, tendem a criar condições para a manutenção da taxa de lucros dos capitalistas, com isso, retirando dos trabalhadores e impondo processos mais brutais de exploração e espoliação sobre estes últimos, através de aumento de jornadas de trabalho combinada com rebaixamento de salários, rebaixamento das condições de reprodução da força de trabalho, aumento do custo de vida, trabalho precarizado, empobrecimento da classe trabalhadora, combinadas com ações do Estado, de diminuição dos gastos sociais, aumento da força repressiva do Estado.

Mészáros (2009) ao estudar a crise do capital, aponta que ela teve início nos anos 1973, motivada pela queda da taxa de lucro dos grandes proprietários capitalistas, devido a mudanças substantivas no sistema global de acumulação capitalista e na formula do capital em si, em realizar-se como novo valor. Para tanto, a reestruturação produtiva se desenhava como uma forma de criar novas condições para o aumento da taxa de lucros da classe capitalista e criar novas formas e brechas para a sobrevivência do capital, uma delas é a sua autorreprodução a partir da produção, mas sobretudo das finanças.

Depois de vivenciar uma era de ciclos e crises cíclicas, o capital entrou numa era de crise estrutural, *marcada por um continuum depressivo*, superando a era da fase anterior e inaugurando um novo momento da história do capital. Essa seria uma fase inédita que embora o capital pudesse encontrar formas de alternância para equilibrar o seu epicentro, ainda assim, a atual crise que se despontava, de maneira particular, teria característica duradoura, prolongada, sistêmica e estrutural e não seria resolvida com políticas ou medidas cíclicas e conjunturais. Meszaros, (2009, p. 17) nos mostra ainda que:

A crise estrutural do sistema do capital como um todo – a qual estamos experimentando nos dias de hoje em uma escala de época – está destinada a piorar consideravelmente. Vai se tornar à certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural.

Em 2008, estourou a crise financeira mundial demonstrando o fracasso do neoliberalismo como projeto do capitalismo monopolista e ela teve o poder de se alastrar para o mundo todo. Seus efeitos estão presentes na atualidade uma vez que ela não terminou ou sequer chegou ao ápice. Entre as razões explicativas está a crise das políticas neoliberais que tomaram conta dos diferentes governos capitalistas no final do século passado, os quais foram, com poucas exceções, permissivos e coniventes com a política neoliberal de expropriar e causar a ruína dos trabalhadores para repor os lucros da alta burguesia.

Em sua análise, Mészáros (2009), afirma que o capital, quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para a nova expansão, na forma de imperialismo, o neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves consequências da deterioração da taxa de lucro. E é exatamente isso que se verifica no âmbito da sociabilidade capitalista. Não haverá alternativas fáceis para a lógica societária burguesa. Quando há forte reação da classe trabalhadora, o fascismo nestas condições é um caminho, “um mal necessário” do ponto de vista da autocracia burguesa. São sintomas que temos presenciado na realidade brasileira. E, para agravar ainda mais a situação, não existem “medidas corretivas” para superação ou amenização da crise, simplesmente não há solução em curto ou médio prazo e nem mesmo com ajustes e reformas, principalmente considerando o descenso das forças do movimento socialista no mundo todo. Por outro lado, não é definitiva a morte do capital pela crise, pois o mesmo possui amplas capacidades de se renovar e se reinventar. A luta de classes é o motor da história, nas palavras de Marx.

No âmbito do trabalho, para além da situação do desemprego estrutural, há ainda, uma tendência cada vez maior ao assalariamento no trabalho precário ou trabalho “autônomo” na conformação de microempresas e na terceirização, nos serviços pagos por tarefas, peças, e sobretudo com o desemprego, o aumento da

fome, da miséria absoluta. Podemos mencionar os casos de trabalho precário como o informal, o intermitente, “zero-hora”, atípico, dentre outros<sup>5</sup>. No caso do Brasil, os índices de desemprego são alarmantes e atingem a porcentagem de 13,5 milhões de desempregados no penúltimo trimestre do ano de 2021, segundo dados<sup>6</sup> do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), tendo um aumento de 3, 4 milhões à mais do que em maio de 2020. No entanto, o capital necessita do trabalho e do trabalhador proporcionalmente à sua importância, pois o capital não pode existir sem o *trabalho vivo*. Por mais que a tecnologia ameace o emprego e a ocupação do trabalhador como meio de vida, as máquinas não poderão substituir a totalidade dos empregos, justamente pelo fato de que *ontologicamente* o capital não existe sem o trabalho.

Para Pinassi (2017) essa atual crise tem a dimensão de colocar o capital como um sistema irreformável, um sistema que esgotou totalmente as suas possibilidades de oferecer qualquer positividade não só para a classe trabalhadora, mas para a humanidade como um todo. A atual crise tem a proporção de uma crise civilizatória gravíssima e coloca a humanidade numa encruzilhada de dimensões nunca antes dimensionada: ou a Humanidade supera o modo de produção capitalista ou se sucumbe à barbárie, como já bem enfatizaram Rosa Luxemburgo, Lukács e Mészáros.

De maneira geral, em caráter introdutório, apresentou-se o referencial teórico que utilizamos para analisar o contexto histórico estrutural e conjuntural que embasa a nossa tese. Para tanto, ao longo desta, a particularidade da região centro oeste paulista fez o diálogo entre particular e universal, sobre as metamorfoses da agricultura capitalista na região nas duas últimas décadas do século XXI, em sintonia com os elementos gerais da realidade universal do Brasil e do mundo. Tais elementos evidenciam grandes mudanças no âmbito da questão agrária e do desenvolvimento da agricultura capitalista, que trazem profundas questões para serem refletidas na atualidade. A região é profundamente marcada pelas contradições da realidade do passado e do presente. Neste sentido, organizamos os capítulos da seguinte maneira:

---

<sup>5</sup> Ver: Antunes, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2ª ed. revisada e ampliada. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/23/no-de-desempregados-diante-da-pandemia-aumentou-em-34-milhoes-em-cinco-meses-aponta-ibge.ghtml> - acesso em 26 de novembro de 2020.

No Capítulo 1: *“Transformações da Agricultura Capitalista na segunda metade do Século XX: A Revolução Verde e o ciclo da Modernização Conservadora (1964 a 1984)”* aborda o papel da modernização conservadora da agricultura no Brasil como projeto econômico da Ditadura Militar e os seus desdobramentos até o início dos anos 2000 com o surgimento do agronegócio. Aborda a questão agrária e a via de desenvolvimento da agricultura capitalista brasileira; a luta de classes no campo e a disputa pela reforma da estrutura fundiária e do modelo de agricultura; os embates em torno do Estatuto da Terra e do I Plano Nacional de Reforma Agrária; a crise do bloco burguês na hegemonia do projeto de agricultura e as disputas internas entre as frações de classe burguesas; as cisões entre a burguesia e o surgimento da UDR. A saída através da unificação tática: a criação da frente ampla da agricultura nos anos 1990 e a transição para o agronegócio amparados na reestruturação produtiva no campo e no projeto neoliberal. O surgimento do MST como o maior movimento de luta pela terra do país no enfrentamento a esse modelo, os conflitos agrários nos anos 1990 – a formalização do mercado de terras como política do governo FHC para a mediação do conflito.

No Capítulo 2: *“Transformações da Agricultura Capitalista no século XXI – Gênese e desenvolvimento do agronegócio”*, abordamos a gênese do Agronegócio brasileiro nos anos 2000 a partir das transformações tecnocientíficas, do salto no desenvolvimento das forças produtivas, racionalização da produtividade, empresariamento da atividade agrícola, sociedades anônimas, financeirização, ativos negociados em bolsa de valores, fundos de pensão, reestruturação administrativa, monopólios da produção e dos bens naturais, exploração da força de trabalho. No âmbito da particularidade, apresentamos as contradições entre o moderno e atraso nas especificidades do agronegócio no estado de São Paulo. Tratamos das principais commodities do *agrobusiness* paulista com o perfil das empresas, o desenvolvimento de suas forças produtivas, as cadeias das mercadorias agrícolas. No âmbito da singularidade, a apresentação da região centro oeste paulista, aspectos históricos geográficos e a caracterização do perfil da agricultura capitalista na região.

No Capítulo 3 – *“Metamorfoses da Agricultura Capitalista na Região Centro Oeste Paulista”*, apresentamos uma análise histórica da região e a inserção da mesma como nova fronteira agrícola no estado de São Paulo para a produção cafeeira no início do século XX. Abordamos as contradições da questão agrária presente na

região como: a grilagem, o coronelismo, a violência do latifúndio, a reprodução e reatualização das formas permanentes de *acumulação primitiva* de capitais. Situamos os aspectos da formação da região: central, oeste e extremo oeste as quais dão origem a centro oeste paulista. As mudanças após a crise do café e a ocupação da terra para pastagens, posteriormente a territorialização da cana de açúcar (para açúcar e etanol), bem como, para laranja e eucalipto. No aspecto da grilagem, situa-se o conflito fundiário na região e a grilagem de terras públicas, como é o caso do Núcleo Colonial Monção pela empresa Cutrale, bem como as terras devolutas da região do Pontal do Paranapanema e o papel do Incra, na irresolução do conflito. Na segunda parte do capítulo, a caracterização das principais empresas monopolistas na região: características do perfil, atuação controle acionário, infraestrutura, etc. Elas estão presentes no setor sucroalcooleiro, citricultura e silvicultura (eucalipto) e em menor proporção na pecuária de corte e leiteira e ainda no setor de sementes, agroquímicos e maquinários.

No Capítulo 4 – *“Os Monopólios das Corporações Transnacionais na Região Centro Oeste Paulista: Cadeias produtivas da cana, laranja e eucalipto”*, caracterizamos os principais monopólios e a sua atuação nas principais cadeias produtivas das commodities na região: cana, eucalipto e laranja – através de dois movimentos complementares - empresas monopolistas transnacionais brasileiras e estrangeiras que operam na região: Cosan/Raizen/Radar; Cutrale, Citrovita e Citrosuco, Louis Dreyfuss, JBS e Bracell – como atuam: (histórico, aquisições, capital, produção, infraestrutura, empregos, situação dos trabalhadores, influencia, faturamento, comportamento, financeirização, etc. existem outros monopólios, no setor da pecuária, grãos, insumos e maquinários, mas o que predominam são os três acima mencionados. No segundo subitem abordamos os monopólios, a reestruturação produtiva e seus impactos sobre os trabalhadores: as mudanças sobre a flexibilização jurídica das relações trabalhistas, a situação dos trabalhadores cortadores de cana e laranja. As mudanças ocorridas no perfil do trabalhador rural: boia-fria para o atual volante – trabalhadores experimentados no modelo fordista/taylorista na agricultura à atual racionalização técnica, gerenciamento, informatização, microeletrônica, reorganização dos espaços produtivos, formas organizacionais do trabalho, desregulamentação das legislações trabalhistas,



fracionamento e fragmentação dos trabalhadores, enfraquecimento dos sindicatos e o trabalho escravo por parte das corporações e fornecedoras na região.

No Capítulo 5 “*Capital Financeiro na Agricultura*” realizamos uma abordagem teórica sobre as características do capital financeiro na agricultura; a natureza e o funcionamento do crédito na agricultura que origina a financeirização; a financeirização e o capital produtivo: os conglomerados monopolistas no domínio das cadeias produtivas; o capital fictício e o mercado de terras; o INCRA como agência estatal reguladora do Mercado de Terras. Apresenta-se neste capítulo a financeirização em sua dupla face: capital produtivo e capital fictício (produção de commodities e mercado de terras) e a incidência do capital financeiro na agricultura a partir dos anos 2000. Tratamos da financeirização da agricultura desde os anos 1970 até os anos 2000, financeirização na cadeia produtiva e na produção em geral, mas sobretudo no quesito mercado de terras ociosas para especulação. Explanamos como ocorre a financeirização no mercado de terras via imobiliárias e subsidiárias, a importância do método da grilagem para formação de estoque; e do desmatamento e queimadas para as novas fronteiras agrícolas; os fundos de pensão privados e o interesse no mercado de terras; o papel do Estado e de agências estatais na regularização do mercado de terras. Apontamentos sobre a crise do capital –crises cíclicas e crise estrutural. A especulação financeira da terra: o lado produtivo e improdutivo do mesmo latifúndio na financeirização.

O Capítulo 6 “*O Agronegócio enquanto Autorreprodução Destrutiva*”, dialoga com a categoria analítica de Meszaros, de *autorreprodução destrutiva* do capital, especialmente sobre os aspectos estruturantes e conjunturais da questão agrária e agricultura capitalista, principalmente as contradições da crise e a realização da produção destrutiva. Dialoga com o conceito no sentido de que o lucro é objetivo único do capital e para tanto, ele percorre ao mesmo tempo nas sendas da dialética da autorreprodução e autodestruição. Apontamos também as contradições e tendências da questão agrária no desenvolvimento da agricultura capitalista brasileira, paulista e centro oeste do estado, nas duas primeiras décadas do século XXI. Contradições e tendências - Principais contradições que não são antagônicas, mas orgânicas ao capital. A) Commodities x produção de alimentos; b) Desemprego; c) Desmatamento; d) Queimadas; e) Desertificação dos solos; f) Projeto *Terminator* e transgênicos; g)

Recursos hídricos; h) Conflitos socioambientais; i) Agronegócio, nanotecnologia e microeletrônica; j) Agrotóxicos: O AGRO É TÓXICO!

Buscamos através de um viés analítico crítico, com base nos referenciais teóricos da teoria crítica marxiana, especialmente a partir do método e também a partir de interpretação das principais áreas das ciências sociais, da *sociologia crítica*, refletir sobre o objeto, no sentido de desvendar, desvelar, ir à raiz, inquirir, problematizar, aprofundar, tentando sair da condição de aparência do fenômeno à fim de se chegar a compreensão dos aspectos mais profundos, da essência que conforma a totalidade do objeto, em sintonia com a sua historicidade e as suas múltiplas determinações, tentando capturar as contradições do real em um exercício de síntese da totalidade do fenômeno.

Tal exercício de pesquisa é complexo e cheio de artimanhas, uma vez que o conhecimento não é imediato ou finito. É processo que se transforma em movimento. É lento, contínuo, ilimitado, e, portanto, não estará pronto e acabado, finalizado ou concluído. Certamente outros e novos elementos surgirão, os quais colaborarão para que esta pesquisa possa trazer contribuições para o universo da academia e para o coletivo de atores sociais que atuam na realidade da questão agrária e na luta por reforma agrária na região centro oeste paulista. O mesmo pretende ser um instrumento concreto para a reflexão do momento presente e a partir dele inspirar a projeção de futuro.

Por outro lado, fazer esse estudo num contexto político e ideológico, conjuntural, de negação da própria ciência, através do negacionismo abominável, deletério, vil, presentes em alguns setores na sociedade, nos estimula e nos convoca a travar batalhas em defesa da própria ciência e do seu papel, dentro e fora da universidade. O nosso trabalho possui esse comprometimento com uma ciência engajada cuja função social é a sua utilidade para repensar os caminhos da ciência social e da sociedade, para que os processos históricos sociais se deem em outro patamar, em prol da emancipação da humanidade. Para tanto, há que se utilizar de arcabouço teórico-metodológico crítico, para à *contrapelo* (no sentido de Walter Benjamin), fazer o movimento inverso de criar e utilizar ferramentas e categorias que coloquem em xeque as verdades pré-estabelecidas na ideologia dominante burguesa. A totalidade de pensar as mudanças socio estruturais e os impactos aos sujeitos que *sofrem e*

*fazem a história* do mundo do trabalho, é o que nos interessa ao compreender as mudanças ocorridas na região centro oeste paulista. Nos interessa o processo em conjunto, tanto das estruturas, das forças produtivas como os agentes humanos que sofreram e fizeram parte destas mudanças. Importam também os aspectos econômicos, políticos, sociais, ideológicos, que operam nessa práxis cotidiana. Partimos dessa concepção teórico-metodológica para a realização da reflexão e sistematização da pesquisa.

Por fim, a motivação maior que me levou à escolha e definição do objeto se deu através da realidade da luta pela reforma agrária na região, na qual atuamos diretamente, no sentido da necessidade de conhecer mais a fundo as mudanças no âmbito da questão agrária, das alterações na estrutura fundiária que causaram maior concentração, aprofundamento dos monopólios, incremento de tecnologia, disputa pelos recursos naturais, disputas por empresas transnacionais, mudanças jurídicas no âmbito da propriedade em relação a posse e uso da terra em benefício de grandes corporações e conglomerados, fundos de pensões, empresas estrangeiras, bem como estabelecimento de conflitos sociais sobre os trabalhadores do campo e comunidades tradicionais, etc.; dentre outras características observadas *in loco* no campo. Todas essas mudanças começaram a impor novos limites à luta pela terra e reforma agrária, caracterizadas pela atual conjuntura da luta de classes no campo. Necessitava-se compreender melhor essas mudanças e metamorfoses a fim de compreender as novas determinações que a agricultura capitalista vinha realizando no seu processo de expansão na região para maior avanço nas estratégias de luta. Foi com a necessidade de debruçar sobre este problema e o desafio de refletir sobre estes elementos que a iniciativa desta pesquisa surgiu. O processo de intensificação dos monopólios nas cadeias produtivas das três principais commodities na região (cana para açúcar e etanol; eucalipto e laranja) bem como, a intensificação destes monopólios e a financeirização da agricultura constituem o núcleo principal da nossa pesquisa. Bem vindos e bem vindas ao nosso texto!

## CAPÍTULO 1

### TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA CAPITALISTA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: A REVOLUÇÃO VERDE E O CICLO DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA (1965 a 1985)

#### 1.1 - A questão agrária e a *vía* de desenvolvimento da agricultura capitalista brasileira:

Na década de 1960 a classe dominante agrária (a burguesia rural) se encontrava diante do desafio de realizar a tardia modernização conservadora da agricultura no Brasil, tendo em vista que o contexto do campo não correspondia mais com as demandas do capitalismo no cenário agrário nacional e internacional. A luta de classes no campo pautava a demanda da reforma agrária por parte das classes populares a qual atendesse às necessidades da justa distribuição de terras e a garantia de condições de vida digna aos trabalhadores rurais.

As lutas cresciam aliadas ao forte processo de mobilização por reformas, no campo e na cidade, numa conjuntura favorável ao ascenso das lutas de massas. Havia no campo, a cristalização do latifúndio, em que a estrutura fundiária se encontrava concentrada, causando extrema desigualdade social.

Tal período coincidiu também com a crise das principais políticas de apoio à agricultura capitalista, criadas ainda durante o governo Vargas, como o IAA (Instituto do Açúcar e Alcool), o IBC (Instituto Brasileiro de Café), a diminuição dos créditos, ao qual deixava a burguesia agrária insatisfeita. A pauta desta burguesia na década de sessenta se dava nos marcos da necessidade de industrialização da agricultura, ou seja, de transformá-la numa agricultura de base *agroindustrial* aos moldes de um modelo agro empresarial, como ocorrera em alguns países da Europa, Japão e nos Estados Unidos.

Para Fernandes (1987), a fase monopolista do capitalismo no Brasil, na segunda metade do século XX, cria pressões extremamente fortes sobre o funcionamento e o desenvolvimento da economia capitalista na periferia. O capitalismo monopolista gera um desenvolvimento desigual se tornando mais perverso, aprofundando a dependência e agravando o subdesenvolvimento, cuja

tendência é o de produzir maiores antagonismos de classes e controles políticos mais rígidos sobre elas.

Ainda nessa década (1960), o capitalismo monopolista enxerga-se diante da necessidade de resolver rapidamente as contradições geradas pelo estágio a que chegara a sua expansão. A luta do proletariado, da pequena burguesia e do campesinato por uma via democrática de desenvolvimento capitalista era a principal resistência que encontrava. Para tanto, o conjunto da burguesia brasileira e estratos da pequena burguesia se unificaram contra a classe trabalhadora. Fernandes (1987) afirma que a burguesia estava segura com a via pretendida pelo capital monopolista e de modo nenhum se interessava pela “Via Democrática”.

O golpe de 1964, realizado no dia 31 de março, teve como objetivo depor o presidente João Goulart, instituir o poder militar e legitimar o bloco da burguesia no poder, criando nova configuração no projeto da classe dominante industrial e agrária. Com o governo militar, a proposta de modernização da agricultura entrou em vigor durante os anos 1964-1984 e o Programa da *Revolução Verde* foi transformado em política agrícola oficial no país.

A Revolução Verde, mais do que um programa para a agricultura foi um projeto estruturante, um *modus operandi* que foi responsável pela transformação do modelo de agricultura tradicional, cujas reformas geraram um modelo dependente de venenos, adubos sintéticos dentre outros insumos artificiais, maquinários pesados, base técnica que aumentava a dependência, créditos -subsidiados, aprofundamento da monocultura, concentração da propriedade da terra, da renda e do poder político e econômico por parte da burguesia agrária, entre outros. Aprofundou-se também a dependência externa às empresas monopolistas transnacionais, especialmente as produtoras de insumos, agrotóxicos, sementes, maquinários e tecnologia ao mesmo tempo que algumas empresas nacionais passaram a investir seus capitais nestes ramos, e, ao longo das décadas, com o apoio do Estado se tornaram gigantes empresas mundiais.

A *modernização conservadora* (Silva, 1982) em sintonia com o Programa da Revolução Verde, surgia num período em que a agricultura ‘precisava’, segundo argumento das classes proprietárias, avançar para um novo patamar histórico, qual seja, o de otimizar sua produtividade e ocupar mais espaço quantitativo e qualitativo no território nacional. E também havia uma grande parcela de terras públicas

improdutivas. Ambas eram questionadas e reivindicadas pelos movimentos de trabalhadores do campo para fins de reforma agrária. Mas o discurso oficial era que o grande objetivo da Revolução Verde seria aumentar a produtividade, produzir mais em menor tempo, usando menor quantidade de solo, com vistas a aumentar a produtividade agrícola para “acabar com a fome no mundo”.

Em 1964, com a formação de um ‘novo bloco’ no poder, formado pelos ditadores militares e empresários civis, vence a via monopolista e a burguesia age no sentido de modernizar o latifúndio e o Estado, visando criar as reais condições para o desenvolvimento do capitalismo aliado ao desenvolvimento da indústria nacional. A burguesia brasileira mantém a aliança com os latifundiários, mas o coloca uma condição: teria que se modernizar. Para isso, no campo, a *modernização conservadora* construiu o eixo das mudanças sob o comando da burguesia agrária aliada à burguesia industrial e internacional, tendo como via de dominação a *autocracia burguesa* que havia se autoafirmado com a ditadura militar. Esses acontecimentos ocasionados na conjuntura brasileira, proporcionam as transformações necessárias que inseriram a participação das grandes empresas do país no processo de transnacionalização do capital imperialista.

A *modernização conservadora* da agricultura significa, então, o elo de aliança entre a burguesia monopolista estrangeira, a burguesia industrial brasileira e o latifundiário, financiada pelo capital bancário e apoiada pelos mecanismos políticos e jurídicos do Estado. É assim também que setores da burguesia irão se latifundizar (mesclar os ramos produtivos da produção industrial com a agricultura tendo a terra também como ativo financeiro e de lucratividade).

No âmbito das reformas no campo, um dos projetos do governo militar foi a realização de uma pequena e superficial distribuição de terras, conhecida como *projeto de colonização*, onde transformava algumas áreas em assentamentos rurais e deslocava famílias da região sul para habitar e ‘povoar’ as regiões do extremo centro oeste e norte do país, como: Mato Grosso, Rondônia, Roraima, etc. Porém, os assentamentos rurais<sup>7</sup> realizados pela política de colonização da ditadura, tinham

---

<sup>7</sup> Os assentamentos realizados pelas políticas de colonização, durante a ditadura, resistiram no tempo e espaço como sinônimo de pobreza rural, sem viabilidade econômica ou social. O projeto da Rodovia Transamazônica (BR 230) envolveu a desapropriação de terras públicas paralelas as faixas da Rodovia para realização de assentamentos de colonização. As mesmas tornaram-se experiências isoladas, sem estrutura, sem viabilidade, dando margem à grilagem e a pistolagem. Neste empreendimento centenas de famílias foram levadas pelo governo federal para colonizar a região, com promessas de terras virgens, (das quais, em sua maioria migraram do Sul do Brasil para os Estados de Mato Grosso,

objetivo de justificar o projeto da modernização conservadora do latifúndio e não resultaram positivamente em experiências piloto como se ‘pretendia’. Ao mesmo tempo, as lutas por terra e reforma agrária cresciam e colocavam à nu as contradições do latifúndio e da estrutura agrária concentradas, bem como, cresciam os conflitos e os assassinatos de trabalhadores na disputa de terras.

Para além de colonizar as fronteiras em favor do grande capital – nacional e estrangeiro – abrindo brechas para a expansão do latifúndio improdutivo em maior escala que os projetos agropecuários de colonização, a política de “modernização” da agricultura brasileira, perpetrada pelos governos militares a partir dos anos de 1960, pautar-se-ia por mais uma diretriz: a farta concessão estatal de créditos e subsídios seletivamente direcionados para a agricultura patronal, tendo em vista disseminar tecnologia e privilegiar os produtos de exportação ou vinculados a programas energéticos (Proálcool, por exemplo)<sup>8</sup> (MENDONÇA, 2010, p. 73)

Diante das demandas de realização da reforma agrária, mesmo no governo militar, a burguesia agrária rapidamente se preparou para enfrentar essa ameaça com a sua proposta da modernização do latifúndio em novas bases para a agricultura. O projeto modernizador, em síntese Silva (1982), propunha<sup>9</sup> aumentar a produtividade com base em avanço técnico, ampliação dos créditos agrícolas à juro zero, amortização das dívidas dos proprietários, investimentos em tecnologia, programas de comercialização, combate a políticas distributivas de terras e de direitos sociais aos trabalhadores. Propôs-se um programa prático de aplicação de medidas sobre a agricultura brasileira que combinou modernização agrícola com o programa da revolução verde, CAI's, política de crédito, etc. Portanto, muito mais do que um programa, a Revolução Verde foi um projeto econômico, político, social, cultural que permitiu consolidar as bases da modernização da agricultura.

A proposta e programa pratico da modernização foi construída e definida no Congresso Nacional dos Estados Unidos, financiado pela Fundação Rockefeller,

---

Rondônia, Roraima), recebendo faixas de terra, para desmatarem e fazerem cultivos, com parcos créditos e incentivos. Uma parte desistira e regressara para a terra natal ou migraram como força de trabalho volante para outras regiões e a parcela que permaneceu vive em condições precárias.

<sup>8</sup> Sobre as políticas específicas de crédito, subsídios, transporte e exportações do governo voltadas para a agricultura, ver Gonçalves Neto, 1997. [N.A.].

<sup>9</sup> Ver: GRAZIANO DA SILVA, José. **A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

(Machado et al.:2013), e visava implantar o sistema no Brasil através de orientação técnica da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) com técnicos treinados pelas agências norte-americanas a qual incentivava, para que os agricultores médios e pequenos fizessem a adesão massiva de pacotes tecnológicos (sementes, adubos, fertilizantes, 'defensivos' agrícolas, maquinários, produção de monocultura, etc.), ou seja, com acompanhamento e assessoria de técnicos instruídos pelo governo norte-americano aos técnicos da Embrapa para desenvolvimento do programa.

No decorrer do tempo, o pacote da revolução verde gerou círculo vicioso, comprometeu os pequenos agricultores com dívidas enormes, onde estes tiveram que hipotecar suas pequenas propriedades aos bancos, tornaram-se dependentes de sementes e venenos, entre outros insumos, e a mudança de padrão de agricultura para uma forma racionalizada tecnicamente, onde a diversidade dos alimentos e manejos ecológicos cederam lugar a dependência da lógica das monoculturas, os quais também contribuíram para o endividamento dos pequenos agricultores ao mesmo tempo que privilegiava as grandes empresas na formação de monopólios.

Estava em marcha o início da modernização da agricultura, a qual traria profundas mudanças para a agricultura, conforme os interesses da burguesia agrária, industrial e bancária.

Com base nos estudos de Sonia Regina Mendonça (2010), verifica-se todo o conjunto das mudanças que alterariam significativamente e modernizariam amplamente o campo, bem como a ocorrência de disputas entre as frações de classe burguesas pela hegemonia dos interesses e representação classista no poder.

Os CAI's (Complexos Agroindustriais) foram os motores impulsionadores da implementação do crédito agrícola que capitalizou setores da agroindústria, como o programa Proálcool, mediado por seguro de preços e seguros de créditos para investimento e desenvolvimento da produção. Foi com a articulação do Estado que o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) reorientou as políticas agrícolas e o fortalecimento das estruturas produtivas. Portanto, as grandes transformações ocorridas na modernização conservadora da agricultura foram em decorrência dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, a inserção dos CAIs (Complexos Agroindustriais), créditos específicos, etc., especialmente através da importação de máquinas e insumos. No Estado de São Paulo, por exemplo, os mesmos ricos



cafeicultores que haviam sido prejudicados pelo preço do café na década de 1960, começam a mudar o ramo produtivo e inserirem-se no vantajoso programa de produção de açúcar e álcool para a exportação dos anos 1975. Os “barões do café” se tornam usineiros, se beneficiando das políticas de Estado para esse setor alavancando a agricultura capitalizada.

Para Mendonça (2010, p. 35), pelo menos três questões centrais se colocavam como exigências ao desenvolvimento capitalista no Brasil, no pré-1964: combate à inflação, a alteração da política externa e a “modernização” da agricultura<sup>10</sup>.

A primeira delas, o governo militar respondeu com uma política de “recessão calculada”, que em sua pauta de combate à inflação, incluía a superexploração seletiva da força de trabalho e o arrocho salarial seletivo, sem mencionar a proibição de greves e a própria repressão<sup>11</sup>. Quanto à política externa, reforçou-se definitivamente tendência até então já esboçada de alinhamento aos Estados Unidos. Já quanto à “modernização”, colocava-se, à época, como inevitável a reforma agrária.

Uma das entidades hegemônicas e representativas dos grandes proprietários rurais no Estado de São Paulo, no período, foi a SRB (Sociedade Rural Brasileira)<sup>12</sup> a qual agregava os interesses do setor mais industrializado dos “proprietários rurais”, como frigoríficos, industriais do setor de beneficiamento alimentício entre outros, ou ainda, grandes empresas nacionais e estrangeiras que passaram a investir em terras, tanto no Estado de São Paulo quanto no restante do país. Representante da fração de classe dos grandes proprietários agroindustriais paulistas, a SRB (Sociedade Rural Brasileira), hegemônica à época era a entidade que protagonizaria importantes disputas no âmbito das políticas nacionais voltadas para a agricultura.

O uso das aspas no termo “proprietários rurais” prende-se ao fato de que, em função de transformações verificadas na agricultura brasileira no pós-1964 – conhecidas como “modernização” – e que implicaram, sobretudo, a ênfase à industrialização das atividades agrícolas e seu profundo imbricamento às cadeias industriais setoriais, torna-se difícil, a partir de então, discriminar aqueles grandes empresários que se dedicavam exclusivamente à agropecuária, daqueles que se

---

<sup>10</sup> A este respeito ver Graziano da Silva, 1981; Gonçalves Neto, 1997; Delgado, 1985; Martins, 1989; Medeiros, 2001, dentre outros. [Nota da Autora].

<sup>11</sup> Cf. Abreu, 1989; Belluzzo & Coutinho, 1982; Kriskche, 1982; Mantega & Moraes, 1979; Oliveira, 1977 e 1987; Singer, 1977; Mendonça, 1987, dentre outros. [Nota do Autor].

<sup>12</sup> Fundada em 1919 na capital paulista – fazia frente às demais entidades de classe em âmbito regional e nacional, assim como a SNA (Sociedade Nacional de Agricultura) em defesa da agricultura capitalista.

envolviam, simultaneamente, em ambas as dimensões da produção “rural”. Empresários rurais tornavam-se, ao mesmo tempo, latifundiários e industriais, à frente de, muitas vezes, uma mesma empresa que centralizava múltiplas atividades – urbanas e agrárias - correlatas. (MENDONÇA, 2010, p. 32).

Importante mencionar que, ainda nos anos 1970 era possível identificar uma burguesia tipicamente agrária com recorte na categoria da classe, pois ela continha a essência de uma burguesia, de fato, agrária. Seu envolvimento na produção criava esse vínculo com a agricultura sem a participação direta e mesclada da indústria ou dos bancos que tinham seus negócios à parte, separados e com funções diferenciadas. Atualmente há uma imbricação, uma fusão diretamente nas bases da produção, que muda a essência da burguesia rural, fundindo-a com a burguesia industrial e bancária, onde os ramos de negócios, produtivos ou especulativos estão imbricados, ainda que continue as disputas entre frações. Criou-se uma categoria de uma burguesia agrária híbrida, se é que é possível chama-la assim. Ou seja, não mudou a configuração da clássica burguesia, mas nas frações de classe, há esse novo elemento de composição de uma categoria nova na burguesia, que é a agroindustrial, em que o agro, a indústria e os bancos estão fundidos nas mesmas funções e negócios.

## **1.2 – Modernização da agricultura e as batalhas da burguesia agrária contra a Reforma Agrária:**

Um dos primeiros atos do primeiro governo militar, Castelo Branco, foi a promulgação do *Estatuto da Terra*, o qual ocorreu, segundo Mendonça (2010) em meio a uma crise de redefinição e consolidação das alianças que davam sustentação ao novo regime. No entanto, o que viria a se concretizar, possuía o caráter de uma reforma agrária no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), mas, dizia respeito ao papel da agricultura no desenvolvimento capitalista e sua reorganização fundiária cumpria esse objetivo.

Para Sampaio Junior (2021, p. 16):

O Estatuto da Terra, promulgado em 1964, logo depois do golpe militar, estabeleceu os parâmetros institucionais que norteariam a resposta da burguesia brasileira à luta pela democratização do campo. A exaltação da terra produtiva sacralizava a exploração capitalista. Gerando lucro, tudo seria permitido. Inviabilizava-se qualquer possibilidade de reforma agrária.

Toda e qualquer medida de democratização do campo, ou mais especificamente, de democratização da terra, tinha que ser evitado a qualquer custo. O Estatuto da Terra, que nasceu para ser um instrumento de reorganização fundiária continha certas medidas progressistas, como por exemplo, *a desapropriação do latifúndio improdutivo para fins de interesse social*. A medida se dava no sentido de pressionar o latifúndio atrasado a se modernizar, mas criou expectativas nos movimentos de reforma agrária pela desapropriação dos latifúndios improdutivos. Ocorreu que a proposta entrou no centro da disputa como pauta principal da burguesia agrária no período. Lembrando que a proposta de reforma da política agrícola tinha como pretensão fazer frente à crise econômica brasileira, buscando através da reforma fundiária, ampliar o mercado interno e configurar uma classe média rural consumidora de produtos industriais, mas também o de neutralizar os conflitos e tensões no campo.

Para Romeiro (2013, p. 144),

Assim, o consenso que se formara sobre a situação injusta e miserável em que se encontrava o trabalhador rural sobre o absurdo de uma especulação desenfreada com terras agrícolas mantidas inexploradas, bem como a elevação do grau de consciência política da própria massa camponesa, passaram a representar uma séria ameaça aos interesses tradicionais dos grandes latifundiários do país.

O governo militar se propôs a realização de uma reforma agrária que tinha como meta fortalecer a classe média rural que iria desenvolver o mercado interno. Enquanto que, em relação aos camponeses, impôs-se a repressão ao conjunto dos movimentos populares, como foi o caso das *Ligas Camponesas*, (a mais expressiva e combativa organização de luta pela reforma agrária no início dos anos 1960), bem como, a destruição dos canais institucionais de diálogo. A reforma, aos poucos, foi sofrendo alterações e se desenraizou de suas origens, assim, visualizou-se a impossibilidade de um projeto de reforma agrária voltada a transformação radical da

estrutura de propriedade, anunciada durante o governo João Goulart e pressionada pelas massas camponesas.

Mendonça (2010) menciona as duas estratégias distintas que manteve o Estatuto da Terra: uma “distributivista” voltada para a democratização da terra, e outra, “produtivista”, concentradora da propriedade. Essa última opção prevaleceu nos anos 1970. Neste sentido, dada a grande ofensiva dos setores e frações dominantes da classe agroindustrial, contrários a qualquer mudança progressista, o Estatuto da Terra, que havia se originado como um campo de forças entre as frações de classes, nos sucessivos debates, acabou vetado em sua grande proporção. Os elementos sobre a regulamentação das terras e apoio ao trabalhador rural previsto no *Estatuto do Trabalhador Rural*<sup>13</sup> também sofreram alterações.

A proposta produtivista foi um instrumento para forçar a modernização do latifúndio e impedir a reforma agrária, ainda mais que, no Estatuto da Terra excluiu-se o termo *latifúndio improdutivo* e inseriu-se o conceito de *empresa rural*, já que esta estava blindada e isenta de desapropriação, por seu então “compromisso” com a produtividade, o progresso e a modernização.

Não é de se admirar que o conceito de empresa rural estivesse garantido no estatuto como isenta de desapropriação. O fato de constar que uma empresa seria *isenta*, automaticamente blindava a grande propriedade do risco desapropriatório, mesmo que esta fosse improdutivo. Por seu caráter empresarial moderno, estava em falsa dicotomia com o “latifúndio improdutivo” numa batalha interna entre as frações de classes e também porque o projeto estratégico era o de avançar rumo a uma agricultura empresarial; o latifúndio que não o fizesse, estaria penalizado de certa maneira, pela desapropriação. O próprio movimento de monopolização da terra blindava o grande latifúndio e criava condições para a sua modernização. Enquanto isso, pressionava e deixava sob ameaça, a média propriedade rural e o minifúndio<sup>14</sup>.

Os tensionamentos sobre o Estatuto da Terra demonstravam as disputas de interesses entre as classes dominantes agrárias no período, no sentido de não ceder

---

<sup>13</sup> Lei 4.214, de 02 de março de 1963 que estendia aos trabalhadores rurais a legislação social que já beneficiava os trabalhadores urbanos.

<sup>14</sup> É considerado Minifúndio a propriedade de porte médio com menos de 15 módulos fiscais. Ver: GOMES DA SILVA, José. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. Editora Brasiliense, São Paulo: 1985).  
GOMES DA SILVA, José. **Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento?** Zahar Editores, Rio de Janeiro: 1971.

para que ocorresse alteração na estrutura fundiária que viesse a comprometer o poder de posse dos proprietários. Um dos pontos de tensionamento se deu por conta de que o primeiro governo militar “equivocou-se” ao presumir que a reforma agrária voltada para uma classe média rural seria uma alternativa para o consumo de produtos industriais do mercado nacional. E também por acreditar que haveria uma base de apoio política para implementação deste projeto. Entretanto, apontaria Silva (1982), entre fazer uma reforma política beneficiando os setores médios rurais na produção de bens para o mercado interno e garantir o monopólio da terra, ambas não continham antagonismos.

o monopólio não significa antagonismo, já que o monopólio da terra, mesmo sendo um obstáculo por deixar ocioso um meio de produção, não inviabiliza o desenvolvimento do capitalismo, logo, não lhe é antagônico. Ao mesmo tempo, a agricultura não poderia mais ser vislumbrada em seu papel passivo de fornecedora de alimentos e matérias primas, pois ela iria se tornar, cada vez mais, um mercado não de bens de consumo, mas sim, de meios de produção. (SILVA, 1982, p. 60)

O interesse da burguesia agrária pela reforma das políticas agrícolas, demonstrava o desejo desta por políticas que fortalecessem a agricultura capitalista, com créditos, subsídios, amortização ou perdão de dívidas, investimentos em tecnologias, etc. Essa era a proposta da burguesia, porém, sem mexer na espinha dorsal da estrutura agrária, a democratização do latifúndio monocultor e exportador ou improdutivo.

No contexto, o Proálcool foi um programa que se pautou no discurso de estratégia energética, mas foi por excelência, uma maneira de privilegiar os produtos para exportação com base em um programa que beneficiou exclusivamente o Estado de São Paulo e mudou as bases de sua agricultura. (O setor sucroalcooleiro que mantém sua hegemonia na agricultura capitalista paulista ainda hoje, tem aí suas raízes, beneficiando-se da modernização conservadora da agricultura no período da ditadura militar).

É a partir da década de 1970 e 80 que a estrutura agrária passaria por grandes transformações, sobretudo através da industrialização da agricultura, da aquisição de insumos e maquinários geradas pelo setor industrial. Essas duas décadas foram definitivas para o grande salto que começava a ser dado na modernização agrícola.

Para Delgado (2012, p. 16),

Além de ser ainda fraca a utilização de recursos do setor industrial na agricultura, dos primeiros quinze anos do pós-guerra, importava-se a quase totalidade dos chamados insumos modernos. Por meio dos dados de tratorização e consumo de fertilizantes (...), verifica-se que foi somente na década de 1970 que houve uma intensificação do consumo industrial pela agricultura (com a triplicação da frota de tratores), a par de um movimento paralelo e integrado de implantação no país do subsetor industrial produtor de insumos e bens de capital para a agricultura<sup>15</sup>.

Importante ressaltar que, até então, o papel da agricultura era de consumidora dos produtos industriais, numa relação dependente e paralela, assim como a indústria tinha a função de fornecedora de maquinários e insumos para a agricultura. A qualidade dessa relação muda substancialmente em fins dos anos 1980 às primeiras décadas do ano 2000. A indústria e agricultura tornam-se imbricadas em interesses comuns formando conglomerados agroindustriais com forte participação dos bancos e do capital financeiro.

No entanto é preciso discernir que existe na indústria dois polos diferentes, uma que é de base pesada e outra tecnológica. A de base pesada transforma itens primários da agricultura, da pecuária e dos minérios. A de base tecnológica transforma produtos já processados pela indústria de base e gera bens de consumo para a sociedade: automóveis, eletrodomésticos, produtos tecnológicos, de informática, utilizando-se da microeletrônica e de nanotecnologia, produção mais sofisticada.

Nas palavras de Mendonça (2010), em relação as mudanças propostas na agricultura, houve reação contra o governo dos militares por parte do setor *atrasado* de proprietários rurais. O sentimento era de que não bastou toda a articulação do golpe para derrubar um governo “comunista” de Joao Goulart, pois o governo militar de Castelo Branco colocava em marcha a aprovação do Estatuto da Terra que iria atingir os interesses dos proprietários rurais.

O posicionamento da SRB, contra a reforma agrária provocou batalha campal na organização dos grandes proprietários em prol de suspensão do Estatuto mesmo num governo militar. Segundo a autora, a entidade participava ativamente de reuniões

---

<sup>15</sup> Veja-se a análise dos complexos agroindustriais no período em Delgado (1985, p. 33-43). [Nota do Autor].

acadêmicas com a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), ou mesmo junto a Escola Superior de Guerra (ESG).

Todavia, em vista dos componentes políticos dos anos 1970, pela forte repressão sobre as lideranças e militantes (dos campos e das cidades), a centralidade política do conflito abertamente defendida pelos setores progressistas para demarcar um campo político no debate da questão agrária na época, não proporcionava facilidades para o controle social do Estado Maior, considerando que esse assunto também era objeto de discussão na Escola Superior de Guerra, na condução da política agrícola direcionada ao segmento familiar camponês até então somente com as migalhas. (THOMAZ JUNIOR, 2010, p. 05).

Articulada, a SRB travaria também uma verdadeira guerra contra o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) de 1985. O governo, atento em atender aos interesses ruralistas, autorizou a aprovação final do Estatuto que já tinha sido completamente alterado de sua versão original. Diversas manobras fizeram-no alterar de seu conteúdo, metodologia e na sua redação.

Na batalha contra o Estatuto, para além de associações de cafeicultores, se uniram à SRB a SNA, os usineiros do Nordeste brasileiro e empresários ligados ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais de São Paulo – IPES<sup>16</sup>, cafeicultores dos estados do Paraná e Minas Gerais.

---

<sup>16</sup> Para Dreifuss (1981:164), O IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) foi uma entidade criada por empresários executivos multinacionais, diante da necessidade de barrar o “comunismo” crescente no país, representando parte da polarizada luta de classes do período. Setores empresariais em conjunto com oficiais da reserva, (como o General Golbery do Couto e Silva, entre outros), tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, insurgiam através de reuniões informais com diferentes organizações de classe. Surge então, a partir do IPES/IBAD decisão planejada de reação empresarial contra a tendência esquerda do período e, com isso, o IPES passou a existir oficialmente com a finalidade de se expandir para outras regiões do sul e sudeste do país, apoiados pelos principais órgãos da imprensa, cite-se: *Jornal do Brasil*, *O Globo*, o *Correio da Manhã* e *Última Hora* (DREIFUSS, 1981, pag. 163). Sua dupla face mostrava, por um lado, uma entidade que queria estudar as propostas de reformas de base de João Goulart aos olhos de um corpo “tecno-empresário liberal”, apartidário com objetivos “educacionais” e “cívicos” da população, motivado por filosofia democrática, liberal e patriota tendo como meta contribuir para a solução dos problemas sociais. Por outro, o lado “encoberto” coordenava uma sofisticada e multifacética campanha política, ideológica e militar. Os fundadores do IPES, avidamente dedicados à “manipulação de opiniões e guerra psicológica, organizavam e recrutavam um núcleo de 50 membros, cada um encarregado de trazer cinco outros, e eles, por sua vez, outros cinco. Eles concordavam em conduzir tanto as operações públicas, quanto as encobertas. Era, de fato, um grupo de conspiração político militar financiado por empresas transnacionais e se constituía numa organização guarda-chuva para a classe dominante brasileira de composição civil e militar operar sua política pré e pós golpe. (DREIFUSS, 1981, p. 164)

Dentre diversas atividades de conspiração e organização para a ação do golpe, o IPES estabeleceu sua hegemonia política e ideológica no bloco burguês. Um dos pontos de tensionamento sobre a modernização da agricultura e a pauta da reforma agrária se dava sobre uma questão específica, (que foi motivo de sucessivos embates) contra o Estatuto da Terra: os proprietários não admitiam o ponto polêmico que era o da *desapropriação por interesse social*.

Para Sampaio Junior (2012, p. 16),

Ao restringir a possibilidade de desapropriação por interesse social apenas às terras consideradas improdutivas, a ditadura do grande capital, na prática, perpetuava o latifúndio e seu pressuposto humano – a pobreza do homem – como sustentáculos fundamentais do processo de modernização conservadora do campo impulsionado pela grande empresa agrícola. O conflito social seria enfrentado pela combinação de repressão e, quando indispensável, medidas curativas que tinham como objetivo empurrar o problema para frente seja pela expulsão dos homens pobres para as regiões de fronteira seja pelo seu assentamento precário em terras marginais improdutivas ainda longe do horizonte de cobiça dos capitais.

Em concordância com Sampaio Junior (2012), foi o que realmente ocorreu, pois a possibilidade de desapropriação por interesse social seria uma maneira corretiva do latifúndio, das desigualdades sociais e uma maneira de se fazer justiça social, ainda que gerida pelas forças institucionais autoritárias. Mas, o caráter de classe do governo ditatorial em defesa das classes proprietárias não permitiria tal mudança. A não ser que houvesse o enraizamento de princípios nacionalistas e/ou nacional desenvolvimentista na composição do governo militar, poder-se-ia ter experimentado alguma alteração na estrutura fundiária, principalmente voltada para a desapropriação de terras estrangeiras, o que não foi o caso.

O posicionamento se deu no contexto da retomada da urgência da reforma agrária juntamente com o amplo debate nacional sobre as eleições diretas, que elegera Tancredo Neves, bem como, o tema da reforma agrária se encontrava num debate fértil na sociedade. Nesse mesmo contexto, ocorre a forte repressão na greve dos cortadores de cana de Guariba, região de Ribeirão Preto/SP. Diante da reação dos pecuaristas, a SNA lança um aceno a esse setor, buscando ampliar suas bases de apoio, deixando claro que a Sociedade deveria se aliar as várias associações existentes defendendo uma *frente única da agricultura*.



A Sociedade Nacional da Agricultura deve aliar-se às várias associações de criadores, representativas de regiões e Estados, para o estabelecimento de uma frente única em defesa da agropecuária (A Lavoura, mar.- abr., 1981: p.18, *In*: MENDONÇA, 2010, p. 64).

Durante toda a década de 1970 houve uma íntima afinidade entre a SNA que tinha sede no Rio de Janeiro e a paulista OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras)<sup>17</sup>. Isso é importante ser mencionado porque a OCB será a Organização “carro chefe” da articulação do agronegócio nos anos 1990. A agricultura, em pleno processo de modernização se preparava para um novo salto.

Para Delgado (2013), a história econômica brasileira do período militar revelou um processo concreto de articulação do grande capital agroindustrial, do sistema de crédito público a agricultura e à agroindústria e da propriedade fundiária, para estruturar uma estratégia econômica e política de modernização conservadora da agricultura.

Nesse novo cenário, da emergência dos conflitos rurais de luta pela terra, as lideranças das agremiações patronais voltariam a discutir a estrutura fundiária.

No entanto, falavam a partir de uma agricultura já transformada e que já respondia às necessidades de acumulação capitalista no país. Por tal motivo, sua nova retórica não mais se alicerçaria no argumento da necessidade de superação do atraso – tal como a dos anos 1960 – mas sim na consagração da identidade “empresarial” dos grandes proprietários, em meio à nova cena dos complexos e cadeias agroindustriais. (MENDONÇA, 2010, p. 68-69)

Encerrava-se de vez o tema da reforma agrária no discurso das entidades de classe durante o período da ditadura. Esta já estava completamente derrotada. As poucas experiências de distribuição de terras do projeto de colonização da região norte do país, abriu caminho para a grilagem e concentração da propriedade da terra, particularmente por empresas da região Sudeste, com destaque para as paulistas. Para Simon (1994 apud MEDEIROS, 2010, p.39) “70% das grandes propriedades na

---

<sup>17</sup> Fundada em 1969 em São Paulo, a Organização das Cooperativas Brasileira (OCB) era formada por lideranças cooperativistas do ponto de vista empresarial, que reunia uma gama de profissionais liberais cooperados (médicos, taxistas, juristas, jornalistas, advogados, etc.) e inclusive produtores rurais - a agricultura constituía o setor mais representativo na entidade e seus quadros principais era formado por produtores rurais e empresários. Roberto Rodrigues era um dos principais dirigentes da entidade e somava esforços para se aproximar da SRB, pois já havia feito parte de seu corpo dirigente no período de 1984-1986 no departamento de política cafeeira. Já Ney Bittencourt de Araújo, presidente de honra da ABAG e seu principal proponente, havia ocupado em conjunto com a OCB, o departamento de insumos modernos da SRB no período de 1981 a 1983 – ambos no período do final do ciclo da modernização da agricultura. (PINTO, 2010, pag. 30).

região Norte do país pertencem a empresas da região sudeste. Apenas a empresa paulista Manasa detinha, sozinha, uma área equivalente a 90% do Estado do Rio de Janeiro”. Inicia-se aí a grande investida de setores empresariais e latifundiários na apropriação de terras, particularmente na região amazônica para reserva de valor.

Para Sampaio Junior (2012, p. 16),

A reforma agrária da ditadura militar, na realidade, era uma contrarreforma agrária, cujo objetivo primordial consistia em preservar intacta a base do poder econômico e político do latifúndio. A diferenciação entre terras produtivas e terras improdutivas era para inglês ver, pois, na realidade, o latifúndio como um todo – o produtivo e o improdutivo – era uma das colunas fundamentais de sustentação do regime autoritário e não poderia ser abalado por medidas que pudessem colocá-lo em questão. Em retribuição ao papel decisivo do latifúndio no golpe militar de 1964, a ditadura do grande capital retiraria definitivamente a reforma agrária da agenda política do Estado brasileiro.

A questão “latifúndio produtivo” x “latifúndio improdutivo” era e é uma falsa dicotomia, como o é a questão moderno X atraso no campo. O latifundiário necessita tanto do latifúndio como meio de produção (produtivo) como o latifúndio improdutivo para a reserva de lucro. Esse mecanismo se tornará fundamental mais tarde, no processo de financeirização da terra como *ativo de produção* e ativo de valorização do lucro. Para tanto, os grandes latifundiários membros da alta burguesia agrária tendem aos investimentos mantendo as duas faces da mesma moeda sem que isso seja contraditório. O latifúndio improdutivo reivindicado para a desapropriação na reforma agrária é, na verdade, a mina de ouro (na valorização do capital a partir da extração da renda da terra (ver capítulo V). Enquanto isso, no âmbito do Estatuto da Terra, a situação dos trabalhadores rurais ficou irresoluta a partir do interesse dos trabalhadores.

Para além da irresolução, reprimiu-se os principais atores da luta pela terra e reforma agrária. Importante acrescentar que a forte repressão sobre as organizações de trabalhadores, como as Ligas Camponesas, a Contag (sindical), STR's (Sindicatos de Trabalhadores Rurais), dentre outras, com a destituição dos direitos de manifestação política, os trabalhadores não tiveram seus interesses representados por suas organizações classistas e o silêncio foi uma imposição absoluta do sistema da repressão.

### **1.3 – A ofensiva da burguesia agrária contra o I Plano Nacional de Reforma Agrária:**

Dos diversos conflitos de luta por terra surgidos no final dos anos 1970 e durante os anos 1980, resulta o primeiro plano de reforma agrária (I PNRA), em 1985, que também gerou intenso debate na sua aprovação, bem como a revolta de setores da classe dominante com relação a iniciativa. O contexto da década de 1980, do ponto de vista político foi marcada na história do país como a década da “transição democrática”, com os contornos da “Nova República”.

Do ponto de vista econômico, em particular na agricultura, segundo Delgado (2012, p.17) o empreendimento capitalista já está plenamente estruturado, tanto no que diz respeito as relações técnicas de produção, como a organização das empresas rurais, bem como, suas ligações com o setor industrial, bancário e de serviços em geral ampliou o capital agrário, permitindo antever um grau elevado de aumento da produção, onde já é possível quase 20% (18, 72%) da produção agropecuária e florestal concentrada em pouco mais de cinquenta propriedades centralizadoras de capital no campo. Essas mesmas empresas participaram da concentração monopolista e se tornaram grandes empresas brasileiras ou associadas com as estrangeiras e, atualmente, dominam todas as dimensões da esfera produtiva na agricultura<sup>18</sup>.

No entanto, houve nesta mesma década, dos anos 1980, a diminuição ou quase a escassez do crédito e a busca pelo alto financiamento que irão influenciar as relações financeiras com o setor rural iniciando a financeirização na agricultura. Isso privilegiou a concentração da produção nas empresas agrícolas já capitalizadas. Do ponto de vista técnico produtivo já há uma agricultura capitalista bem definida com enorme potencial de avanço técnico realizado, já se encontra madura para um novo

---

<sup>18</sup> Ver no Capítulo 2, desta tese, a relação das maiores e principais empresas do agronegócio brasileiro nos últimos cinco anos (2015 a 2020), bem como a sua incidência sobre os monopólios das cadeias produtivas das commodities. A maioria delas são empresas que iniciaram sua expansão e acumulação durante o governo civil militar, se beneficiaram da modernização conservadora e das benesses do Estado e se transformaram em gigantes monopolistas e oligopolistas que atualmente estão com capital na Bolsa de Valores e atuam no processo de financeirização da agricultura no país e no mundo, coroando o movimento de mundialização das empresas na agricultura.

salto histórico. Por outro lado, as relações sociais de produção configuram um sistema social agrário bastante contraditório, em relação a propriedade fundiária e ao mundo do trabalho, distante da civilização do sistema agrário de alguns países imperialistas centrais<sup>19</sup>.

Em relação as demandas para a resolução das contradições no campo, o I PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), foi elaborado sob a condução do agrônomo José Gomes da Silva<sup>20</sup> e posto em debate durante o governo Sarney. Tal plano se traduzia no seguinte:

O PNRA buscava, a princípio, atender às demandas sociais mais urgentes no âmbito rural, visando a desapropriações que permitissem o assentamento de trabalhadores sem-terra nas áreas de maior potencial de conflitos do país – sobretudo o Norte – Pará e Maranhão – e o Nordeste. (MENDONÇA, 2010, p. 92)

Um dos grandes impasses para a realização da reforma agrária era porque o grande proprietário não abria mão de desapropriação de latifúndios improdutivos, os quais significam meio de especulação com o valor da terra. O latifúndio produtivo é amparado pela lei e não pode ser desapropriado porque está cumprindo com uma determinada função social. Ao mesmo tempo, as terras públicas da União raramente são destinadas a reforma agrária, porque em grande medida estão arrendadas para latifundiários capitalistas. E as improdutivas particulares estão destinadas a cumprirem o papel de rendimentos com a especulação ou arrendamento.

Para Mendonça (2010, p. 94)

O Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA – “nada tinha de excepcional ou revolucionário, mas o fato de resgatar um ponto fundamental do Estatuto da Terra, que era a *desapropriação por interesse social*, de terras improdutivas (que estavam sob a mira do capital especulativo financeiro), foi o suficiente para reascender nova

---

<sup>19</sup> Ver: STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. Editora Expressão Popular, São Paulo: 2013.

<sup>20</sup> José Gomes da Silva tinha sido um dos redatores do Estatuto da Terra e fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) e fazia parte do então recém criado Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD).

batalha campal pelas forças da classe dominante no campo” nos anos 1980.

No caso da *função social da terra*, do ponto de vista constitucional, quando esta não cumpre com os requisitos necessários que constam na Constituição Federal (1988), esta deve ser destinada para a reforma agrária e uma das medidas de desapropriação pode ser via *desapropriação por interesse social*. Para Marés (2003: 89), o proprietário de terra tem a obrigação de cumprir com a função social da terra. O descumprimento da lei vai desde a vaga possibilidade do Estado, querendo desapropriar, pagando o preço de indenização, isto é, premiando o transgressor, até a desconsideração do direito de propriedade de quem não cumpre com a lei.

A desapropriação é utilizada nos casos de descumprimento da função social, porém, alimenta dois enormes defeitos e injustiças: primeiro remunera a mal usada propriedade, isto é, premia o descumprimento da lei, porque considera causador do dano e obrigado a indenizar, não o violador da norma, mas o Poder Público que resolve pôr fim a violação; segundo, deixa a iniciativa de coibir o mau uso ao Poder Público, garantindo a integridade do direito ao violador da lei. (MARÉS, 2003, p.109)

No caso de projetos de reforma agrária via desapropriação por interesse social<sup>21</sup> para ‘correção das distorções da estrutura fundiária’, prevaleceu a empresa agrícola em face de modernização.

Complementarmente, o grande vitorioso de todo esse processo foi o conceito de “empresa agrícola”, que se tornaria o equivalente à opção “democrática” para o campo e alvo prioritário de todo o processo de modernização da agricultura brasileira. Através dessa luta política, movida pelas entidades patronais rurais, consagrou-se a separação entre reforma agrária e a modernização da agricultura, binômio tão caro aos articuladores do Estatuto da Terra e que, uma vez derrotado, viria legitimar a capitalização da agricultura brasileira, sem maiores alterações na estrutura fundiária do país. A década de 1980 veria,

---

<sup>21</sup> Tal instrumento presente na Constituição Federal de 1988, confere ao Estado o direito de desapropriar terras que não estejam cumprindo sua função social, mas igualmente o de indenizar o valor dessas terras em TDA's (Títulos da Dívida Agrária) e não em dinheiro, o qual ficaria restrito, tão somente, ao pagamento de benfeitorias, quando existissem. (MENDONÇA, 2010, p. 93).

No entanto, atualmente, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) resgata os títulos pagos em TDA's pelo Incra e converte em dinheiro aos proprietários. Os proprietários recebem os títulos pelo Incra e fazem a transação junto ao banco. São premiados ao serem “indenizados” pelo mau uso da propriedade e premiados pelo banco em dar uma forcinha para facilitar a transação dos títulos em dinheiro.

entretanto, reemergir esse mesmo debate, por certo numa conjuntura histórica bastante distinta. (MENDONÇA, 2010, p. 94)

Viu-se que diante de toda a batalha travada intra e extra classe, prevaleceu a estrutura fundiária tal e qual historicamente havia se constituído: intocável do ponto de vista do acesso do trabalhador pobre –, continuou concentrada sob posse dos grandes latifundiários, mas alterou-se substancialmente com o empresariamento da atividade agrícola no quesito racionalidade e planejamento, transformações tecnológicas, mudanças nas legislações no âmbito do trabalho, etc.

No final dos anos 1980, diante da necessidade de industrialização da agricultura, ao fortalecer-se o setor industrial em detrimento de uma agricultura sem financiamentos, tal projeto não foi aceito por parte da burguesia agrária e gerou disputas entre as frações. É neste contexto que surgem dois fatores que resultariam num novo discurso capaz de pautar a modernização e legitimá-la.

Essa nova retórica estaria centrada na construção de uma identidade conjunta que fortalecesse os interesses entre proprietários de terra e empresários industriais, sendo ela construída em torno de alguns pontos: a) a elaboração de um novo discurso de que os afinasse a “modernidade”; b) a definição de novas estratégias de política agrícola favoráveis a seus interesses e, finalmente, c) a defesa de maior capacidade de organização e ampliação da representação que lhes propiciasse maior poder de barganha junto à sociedade política. (MENDONÇA, 2010, p. 54)

Uma nova retórica que fortalecesse a identidade de classe era necessária, principalmente a de um discurso que afinasse modernidade com os novos interesses e a capacidade de reorganização da classe dominante agrária.

A defesa da “moderna agricultura”, segundo Mendonça (2010, p. 55), “não dispensaria a disputa dos capitais estatais, a serem concedidos em condições de excepcionalidade aos empresários rurais”, assim como se defendia a abertura da economia ao capital estrangeiro com concessão de créditos subsidiados por parte do Estado à agricultura. No âmbito do discurso, criou-se um aparato ideológico cultural que cunha o agronegócio como um setor da economia que transformaria sua ação de

atividade econômica em propaganda política ideológica em favor do latifúndio e de suas determinações econômicas e políticas<sup>22</sup>.

Sintomaticamente, no entanto, os mais violentos ataques ao PNRA partiram – para surpresa de seus idealizadores - não de latifundiários “tradicionais”, mas justamente de São Paulo, capitaneando outros Estados desenvolvidos do Sul e Sudeste. (MENDONÇA, 2010, pag. 92). Os ataques não vieram por parte dos setores tradicionais, que estariam ameaçados, mas justamente por parte do setor agroindustrial empresarial moderno. O que fica oculto nesta guerra, é que justamente as terras improdutivas que seriam desapropriadas pelo interior do país, era o filão de terras que o setor moderno “produtivo” estava acumulando para a reserva de valor. O movimento do capital se dava na seguinte direção: os proprietários do centro sul, tornavam a região altamente desenvolvida e produtiva, ao mesmo tempo que faziam aquisições de propriedades para reserva de valor nas regiões centro norte. “Ao mesmo tempo, a proposta previa metas para a atuação reformista do Estado: pretendia-se, assentar dentro de 15 anos, cerca de sete dos estimados dez e meio milhões de trabalhadores rurais sem-terra - ou com pouca<sup>23</sup> - existentes no país.

Neste interim, a paulista Sociedade Rural Brasileira, foi uma das entidades de grandes proprietários articuladora das principais forças agrárias e industriais paulistas, que fizeram maior embate contra o PNRA, chamando inclusive de “demoníacas” as forças que propuseram o plano. Assim como no período de aprovação do Estatuto, a mesma entidade fez todo o possível para atacar o Estatuto ‘através de sua porta voz, a revista *A Rural*’. A entidade se defendia afirmando que: “A função social da propriedade da terra é cumprida quando seu regime de posse e uso reflete as condicionantes determinadas pela dinâmica imposta pela sociedade. Livre iniciativa é quem preside e orienta esse processo” *A Rural* (out., 1986: p. 11 apud MENDONÇA, 2010, p.101).

*Livre iniciativa*, discurso liberal que estava em voga no final da década de 1980, tendo em vista a concepção liberal da propriedade privada, da livre iniciativa, da livre concorrência e do lucro que guiaria o discurso do capital monopolista e cimentaria a emergência do projeto neoliberal que em poucos anos seria gestado no país.

---

<sup>22</sup> Ver: BRUNO, Regina. **Agronegócio, palavra política**. “Ponencia presentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas, 2010.” GT 19 Representação de interesses patronais rurais e agroindustriais na América Latina.

<sup>23</sup> Os restantes estariam empregados no setor empresarial da agricultura, como assalariados. [N.A.]

Ainda para a entidade ruralista paulista, “É inadmissível aceitar a intervenção estatal abrupta e impensada na estrutura fundiária do país, como proposta no PNRA, pois isso causaria o desequilíbrio de todo o complexo agroindustrial nascente”. A *Rural*, (out., 1986, p. 13 apud Mendonça, 2010, pag. 100).

A SRB construiu, portanto, uma outra proposta de “reforma agrária”, chamada “Proposta Alternativa de Reforma Agrária”, a qual preservava seus interesses, sugerindo a desapropriação de minifúndios improdutivos e de terras públicas estatais apenas, reforçando o projeto de colonização e também a criação de um sistema de crédito fundiário. A proposta era assinada pelas entidades de classe como a Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), a Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais e a Sociedade dos Produtores de Açúcar e Alcool (SPAA), dentre outras. A SPAA era uma das mais importantes entidades sucroalcooleiras, uma vez que era o setor mais industrializado da agricultura brasileira e integrava os plantadores de cana e usineiros nascidos dos fundos de capitais subsidiados pelo Estado via programa do Proálcool. O tom do discurso da entidade era de que “o PNRA não deveria agir ‘punitivamente’ sobre o indivíduo pelo simples fato deste ser um proprietário de terras”. (MENDONÇA, 2010, p. 102).

Porém, o elemento interessante é que no embate ao Plano houvera divergências entre as frações de classe: a SNA, protagonizou seminários importantes em defesa do PNRA com algumas ressalvas, apoiava o Plano. Já a SRB operou nova recomposição das forças e novo realinhamento de entidades formando um novo bloco de poder sem a participação de entidades divergentes. Se juntam neste novo bloco SRB, FAESP e CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária Brasileira) a qual reunia diversas entidades em sua estrutura. Já a SNA e OCB ficariam à parte desse grupo. Isso é bastante curioso porque a OCB vai ser a entidade que articulará a partir destas fissuras as forças do campo em torno da construção da *Frente Ampla da Agricultura* para a criação do *agrobusiness* nos anos 1990 e posteriormente a formação da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio). Reunida por cooperativas diversas e de diversos ramos de produção, (inclusive com profissionais liberais – a exemplo da cooperativa de médicos da UNIMED), “a OCB defendia, sobretudo, - e apesar de seu



discurso “igualitarista” – uma versão bastante empresarial do cooperativismo, baseada na eficiência e no lucro”.<sup>24</sup> (PINTO, 2010, p. 32)

Coincidentemente, o Plano Nacional de Reforma Agrária tivera o mesmo desfecho do Estatuto da Terra e do Estatuto do Trabalhador Rural, os quais foram derrotados pela burguesia agrária duas décadas anteriores. A mesma burguesia agrária representada pela força das frações em luta, em três décadas de modernização da agricultura - a SRB - representara no Estado de São Paulo, com projeção e hegemonia nacional, a grande entidade que barrara as sucessivas propostas de reformas da estrutura agrária.

Enquanto isso, a representação de classe dos trabalhadores não teve condições de reação após o aparato de repressão destruir as resistências organizativas. As organizações de trabalhadores no campo, criadas nos anos 1980 iriam protagonizar ainda nesta década grandes lutas no campo, mas neste período estavam em gestação, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

Para Delgado (2012), a modernização aprofundou o fosso de desigualdade em todo o sistema econômico:

Fica evidente da observação de todo o período analisado – mas principalmente de sua fase final – que a tácita exclusão dos sindicatos e de outras representações de trabalhadores e produtores familiares, do projeto de modernização, aprofundou o fosso de desigualdade de todo o sistema econômico, e não apenas do setor rural. Também ficou patente na construção do aparelho de Estado, desde Vargas até o final do regime militar, a predominância do capital agrário e a grande propriedade albergados nos favores fiscais e financeiros do governo federal. (DELGADO, 2012, p.20).

O tema da reforma agrária voltou a surgir na acirrada campanha eleitoral de 1989, proposta pelo programa de campanha do Partido dos Trabalhadores (PT), onde o candidato a presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apresentou a proposta de realização da reforma agrária em seu governo, mas esta não foi capitaneada pelo apoio da sociedade. Pelo contrário, a acirrada disputa ideológica presente neste período, criou uma imagem de partido ultrarradical, de conteúdo fortemente socialista

---

<sup>24</sup> A principal cooperativa de médicos abordada na entrevista consiste na UNIMED. [N.A.].

e o candidato Fernando Collor venceu as eleições. Futuramente, a mudança de marketing eleitoral, sobretudo programática e de estratégia política, por parte do PT nas campanhas seguintes, fez com que o tema da reforma agrária aparecesse discretamente e com outro conteúdo e abordagem.

Por outro lado, ainda em meados da década de 1980 a crise de representatividade dos proprietários rurais se fez perceber nesta disputa do I PNRA. Houve recomposição de forças nas classes dominantes agroindustriais as quais estavam polarizadas. Isso favoreceu o surgimento de um novo protagonismo como entidade patronal, que de forma violenta iria se inserir neste debate e acirrar a crise dentro da própria burguesia agrária – a UDR (União Democrática Ruralista).

#### **1.4 – Polarização e cisões da classe dominante agrária, surgimento do MST e da UDR:**

No decorrer da década, ganha força e consolida-se como uma das maiores e mais representativas organizações de trabalhadores, fundada no início dos anos 1980, particularmente em janeiro de 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, o qual passa a ser um importante movimento social, em nível nacional, tomando para si a responsabilidade de organizar os trabalhadores do campo e da cidade na luta por terra, reforma agrária e transformação social. A ocupação do latifúndio como forma de pressão, a resistência na terra ocupada, bem como, a ofensiva política sobre o latifúndio e o Estado passam a ser o principal método de luta visando a democratização do acesso à terra, bem como, a defesa de um conjunto de medidas que formaria um programa amplo de reforma agrária defendido pelo MST, o Programa Agrário (o atual *Programa de Reforma Agraria Popular*), o qual se tornou sua tática principal no caminho para a estratégia da construção de uma sociedade socialista.

Na segunda metade da década de 1980 surge a UDR (1985) fazendo-se representativa nas regiões centro oeste, norte e sudeste. Toda a mobilização da classe dominante agrária se dava em face da ameaça do I Plano Nacional de Reforma Agrária, o qual era uma proposta institucional, com medidas brandas para atender uma pequena parte dos trabalhadores sem-terra e agora pressionadas pelos

movimentos organizados de luta no campo. As políticas agrárias minimamente progressistas foram derrotadas pela composição de forças da burguesia agrária que ao defender seus próprios interesses, solapou medidas que serviriam para promover o mínimo de dignidade aos trabalhadores. A classe dominante agrária se encontrava desarticulada e com fissuras nas disputas internas. É neste contexto de polarização que, por um lado surge a iniciativa pela construção de uma frente ampla da agricultura por parte da OCB, e por outro, surge uma entidade na disputa das bandeiras e na representatividade no setor patronal rural.

Considerando as divergências na construção da *Frente Ampla da Agricultura*, especialmente entre a SRB e SNA/OCB, a UDR (União Democrática Ruralista) ganha espaço e força no contexto da nova hegemonia na fração de classe. A UDR nascia, portanto, em meados de 1985, representando a imagem de uma organização com práticas violentas, radicais e extremistas visando os seguintes objetivos: a inviabilização do PNRA ou qualquer outra tentativa de reforma agrária no país e o segundo objetivo era destruir a organização política de trabalhadores sem-terra que surgia fazendo ocupações de terras pelo país. Para Mendonça (2010, p. 127), esse seria o grande divisor de águas que aproximaria os discursos da SRB e UDR que convergiam quase que integralmente.

As bases da UDR compunham de pecuaristas do eixo centro-oeste a partir de setores que não haviam sido contemplados com a modernização, somado à ruralistas usineiros do Sudeste com foco para o setor modernizado da agroindústria brasileira (os CAI's), preocupados com o termo "improdutivos" previsto no PNRA, o qual os tornava candidatos a desapropriação por não cumprirem os requisitos mínimos de garantia da função social da terra. Seria em torno deste item (da desapropriação pelo não cumprimento da função social da terra) que aglutinariam as forças dos grandes proprietários para barrar o Plano, como também para as disputas políticas/jurídicas da nova Constituinte que viria a ser promulgada três anos mais tarde.

Mendonça (2010) chama a atenção para o fato de que a entidade teve grande adesão na segunda metade da década de 1980, passando de cinco mil (5.000) proprietários associados em 1986 para duzentos e trinta mil (230.000) no final de 1987). A isso se deve a adesão dos proprietários médios que assustados com o crescimento dos conflitos no campo e o aumento das ocupações de terra, via na

entidade uma forma de segurança jurídica e política contra os ‘invasores’ de terra. A autora compara que nenhum partido político tinha tamanha base eleitoral como a UDR tinha de associados até então.

E também, a quantidade de recursos articulados pela agremiação era grandioso, através de leilões de gados entre outros. Tais leilões funcionavam como espaços de articulação política, com palanques para discursos e para aproximação de empresários e políticos de diversos ramos. Há, na narrativa dos movimentos de luta pela terra, o argumento de que tais leilões e recursos arrecadados eram investidos, dentre outras coisas, em armamentos e treinamento de milícias paramilitares cuja função era combater as lideranças de luta pela terra. Com Estatuto próprio a União Democrática Ruralista permitia a adesão de todos os proprietários: grandes, médios e pequenos. Só não era permitida a adesão de não proprietários. Preenchia-se um questionário sobre a forma de aquisição de propriedade. Aqueles que a adquiriram via desapropriação não eram aceitos. Ronaldo Caiado<sup>25</sup> era o presidente de honra da UDR.

Há relatos das organizações de luta por reforma agrária, como a CPT (Comissão Pastoral da Terra), criada em 1975, de que a ‘militância’ da UDR agia clandestinamente como milícias paramilitares contra as lideranças de luta pela terra. Denúncias de setores de Direitos Humanos se davam na mesma linha<sup>26</sup>. O grande foco e objetivo da UDR nos anos 1980 foi a defesa da propriedade no sentido de preservação do latifúndio e de suas ameaças na aprovação de leis e medidas que desfavorecem a burguesia rural, principalmente os pecuaristas.

Vale lembrar que a UDR emergiria num contexto de disputas entre as classes dominantes agrárias, o que significava afirmar que a nova entidade viria a disputar a liderança dos segmentos ligados a agroindústria no país, defrontando-se com entidades tão tradicionais quanto a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), ou mesmo a Confederação Nacional de Agricultura

---

<sup>25</sup> Ronaldo Caiado foi a liderança da UDR que combinava diversos elementos aos olhos da sociedade, como a capacidade de persuasão, de dinamismo, força e radicalidade contra os setores de luta por reforma agrária. O líder da União Democrática Ruralista, se reivindicava liberal e defendia uma concepção política de desenvolvimento do país que se afinava com os de Margareth Thatcher e Jacques Chirac – neoliberais. Misturava a ideologia neoliberal com uma pratica violenta e extremista.

<sup>26</sup> Ver: Relatórios Anuais da CPT (Comissão Pastoral da Terra) sobre os registros de violência no campo ocorridos por conflitos agrários. Site: <https://www.cptnacional.org.br>

(CNA), ou a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). (MENDONÇA, 2010, p. 138)

Uma de suas ações foi impedir que poderes públicos lançassem mão de instrumentos políticos e jurídicos para promover desapropriação de terras, principalmente por ações de pressão sobre o governo, impugnação de decisões e instrumentos de realização de reforma agrária. Apesar da desconfiança reinante da própria burguesia agrária quanto à UDR e a rejeição a sua representatividade, ainda assim, no leque das alianças ela logrou alcançar tal hegemonia até meados dos anos 1990.

A UDR transformou o MST no seu maior inimigo político e criou estratégias de minar as forças do movimento através de diversas ações, (inclusive as ilegais), como milícias paramilitares que atuavam sobretudo em regiões com acentuado foco de conflito, como no caso da região extremo oeste do Estado, conhecida como *Pontal do Paranapanema*<sup>27</sup> em meados da década de 1990 aos anos 2000, dentre outras regiões do país. Um dos grandes pecuaristas que liderava a UDR no estado de São Paulo e no Pontal do Paranapanema é Luiz Antônio Nabhan Garcia<sup>28</sup>, atual Secretário de Assuntos Fundiários ligados ao Ministério da Agricultura do presidente Jair Bolsonaro.

Para a Agência Repórter Brasil (2020, s.p.),

Criada em 1985 para se contrapor ao avanço do MST, a UDR é presidida desde o início dos anos 2000 pelo pecuarista Luiz Antônio Nabhan Garcia, atual Secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura. Nabhan Garcia comandou a organização até o ano passado, quando se licenciou para ser o responsável pela reforma agrária no Brasil, além da demarcação de terras indígenas e quilombolas. O secretário do governo Bolsonaro chegou a ser investigado pela contratação de pistoleiros nos anos 2000, mas nunca foi indiciado<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup>Ver: FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e Territorialização em São Paulo**. Editora Hucitec, São Paulo: 1999.

<sup>28</sup> “Nabhan foi acusado de participar da contratação e do treinamento dos pistoleiros que feriram oito sem terras à bala em 1997, durante ação da UDR para desocupar uma fazenda em Sandovalina (SP). A acusação foi feita pelo fazendeiro Manoel Domingues Paes Neto, em depoimento à Polícia Federal anos depois do episódio. A denúncia chegou até a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra (CPMI da Terra). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fol/pol/po23021.htm> - matéria de 23/02/1997 - visitado em 01 de julho de 2020.

<sup>29</sup>O relatório final da comissão pedia o indiciamento de Nabhan Garcia e de outros fazendeiros pelos crimes, mas a articulação política de deputados da bancada ruralista como o Alberto Lupion (DEM-PR), que foi relator da CPMI, e Onix Lorenzoni vice-presidente da comissão, conseguiu alterar o relatório

Pinto (2010) argumenta que a partir da metade da década de 1990, devido concepção conservadora e a prática da violência sistemática do latifúndio contra os trabalhadores, especialmente aqueles que estavam vinculados a processos de luta pela terra, a UDR vai perdendo força e sendo desmoralizada internacionalmente<sup>30</sup> e também porque passou a representar no decorrer do tempo, sinônimo de latifúndio “atrasado” e violento e não possuía o apoio das frações da alta burguesia agrária. (Isso não significa que a burguesia agrária que divergia dos métodos da UDR não seja violenta). Faz parte da genética da burguesia seu caráter de classe *autocrático burguês*<sup>31</sup> – no entanto, há uma burguesia liberal com algum toque de refinamento, polido, elitizado, em que o comportamento tem o efeito sutil e revela ares democráticos, republicanos e civilizados, porém com a conduta autocrática e violenta disfarçadas. A UDR era a face terrorista claramente evidenciada sem disfarces de uma mesma burguesia agrária dividida em frações de classes com interesses divergentes e convergentes.

Entretanto, o setor da fração agrária que entraria na disputa nos anos 1990 eram os agroindustriais capitalizados, representados pelos plantadores de cana, laranja e soja e agremiados na OCB e na UNICA (União Nacional das Indústrias de Cana). A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) vai ganhando terreno na organização patronal agrícola com vistas à grandes mudanças no cenário agrário. A partir da OCB surge a ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio) em 1998.

---

final e livrar o atual secretário. Lorenzoni é ex-ministro da Casa Civil e Lupion assessor especial da mesma pasta no governo Bolsonaro. Reportagem de Abril de 2019 - Visitado em 01 de julho de 2020. REPORTER BRASIL. **Ex-pistoleiro denuncia milícia em organização de Nabhan Garcia, Secretário de Bolsonaro.** Reportagem de Daniel Camargo. Matéria publicada em <https://reporterbrasil.org.br/2019/04/ex-pistoleiro-milicia-organizacao-nabhan-garcia-bolsonaro/>- Visitado em 01 de julho de 2020.

<sup>30</sup> O trágico episódio do *Massacre de Eldorado dos Carajás*, no Pará, em 17 de abril de 1996, teve a participação de setores da UDR, onde foram executados 19 sem terras e 03 continuam desaparecidos, emboscados numa curva da Rodovia (Curva do “S” durante a realização de uma marcha pacífica pelo MST). O massacre ficou conhecido internacionalmente. O mundo se voltou contrário as práticas violentas do latifúndio no país e na época vários chefes de Estado, de países centrais, cobraram do governo FHC a pacificação no campo e o fim dos conflitos provocados pelo latifúndio. Acuado, o governo desapropriou algumas fazendas. Foi também o período em que a UDR começa a ser deslegitimada em sua prática terrorista no campo. Sobre o Massacre, Ver: NEPOMUCENO, Eric. **O Massacre – Eldorado dos Carajás – uma história de impunidade.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

<sup>31</sup> Sobre a institucionalização da autocracia burguesa, ver: DEO, Anderson. **Uma transição à long terme: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil.** Novos Rumos, 2014.

Pinto (2010) elucida sobre a representatividade política nas entidades de classe e no parlamento vide o caso de Roberto Rodrigues. O mesmo teve como trajetória, a presidência da OCB na década de 1980, protagonizou as discussões do agronegócio em nível nacional e internacional. Liderou a Frente Ampla da Agropecuária<sup>32</sup> criada em 1986, integrou em 1991 o Conselho Monetário Nacional (CMN) ligado ao FMI (Fundo Monetário Internacional), tornou-se o presidente da Aliança Internacional de Cooperativas. No final de 1990 presidiu a Associação Brasileira de *Agrobusiness* (ABAG). E assumiu o Ministério da Agricultura no governo Lula, no período de 2003 a 2006. Ocupou também o posto de presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação dos Industriais do Estado de São Paulo (FIESP).

Se por um lado, a Frente Ampla da Agricultura rearticulou e construiu nova hegemonia no campo nos anos 1990, derrotando as frações divergentes intraclasses, como a UDR, ocasionou também o enfraquecimento da SRB. Por outro lado, os trabalhadores mais uma vez se viram distantes da realização de um eficiente projeto de reforma agrária no Brasil. Apesar da intensa luta dos trabalhadores sem-terra, a exemplo da luta do MST, a partir da segunda metade dos anos 1980 aos anos 2000, período em que se constituiu como referência internacional de luta pela terra e reforma agrária, com ideário socialista, programa de reforma agrária próprio, contando com uma base social e militância ativa na ação de enfrentamento e resistência, cuja estratégia e táticas de luta foram fundamentais na pressão sobre o latifúndio e o Estado. Apesar de enfrentamentos decisivos sob forte repressão, ainda assim, não alterou significativamente a correlação de forças em favor da reforma agrária. Ainda que importante reiterar que o MST se torna o principal movimento de luta pela terra no Brasil e na América Latina, na qual a combatividade da luta pela terra e as conquistas arrancadas pela força de sua luta e organicidade, influenciou numa pequena reforma do campo brasileiro, onde as ações do movimento dentro dos assentamentos e acampamentos e no conjunto da sociedade são importantes no sentido do *acumulo de forças* na luta política. Voltado para a defesa de seus territórios faz a luta interna e externa, tanto pela democratização do acesso à terra, como da construção de um novo modelo de matriz produtiva, com base na revolução

---

<sup>32</sup> A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira foi capitaneada pela OCB e se tratava de uma entidade pan-agremiativa, formada com o objetivo de isolar a UDR e assim, instituir-se como liderança dos segmentos da classe dominante agrárias. [Nota do Autor].

agroecológica em contraposição ao pacote tecnológico da revolução verde, bem como um projeto societário socialista, refletidos na formação de sua militância, no seu projeto formativo e educativo, no projeto cultural, saúde alternativa, comunicação contra hegemônica, etc. A transformação do sujeito político de luta no campo, que retorna da cidade, após o processo de êxodo rural é resgatada na luta do MST e com isso projeta nova identidade de sujeitos políticos na luta de classes. A partir da luta tem conquistado melhorias das condições de vida de sua base social, com base nas ações de cunho econômico, político, social, cultural, ético, estético, de humanização e emancipação, ainda que no âmbito das políticas de estado para a reforma agrária, estas são ineficazes e inexistentes. O Movimento Sem Terra tem em seu referencial teórico político a noção de que mudanças estruturais na sociedade devem ser feitas para o avanço da reforma agrária no país concomitante com o próprio processo de luta pela transformação social. Sem essas mudanças de grande envergadura na transformação da sociedade, não haverá conquistas no âmbito da luta pela terra, reforma agrária, e transformação social, a não ser somente de maneira superficial.

Com isso, na década de 1990, apesar de intenso movimento de lutas, o projeto neoliberal que era colocado em prática, não agravou somente a exclusão social no campo, mas também nas cidades, em consequência do intenso processo de expropriação dos trabalhadores agora habitantes de regiões metropolitanas e de cidades do interior, (dado que desde os anos 1960 aos 1980 houve intenso processo migratório), vindo a engrossar o contingente de miseráveis urbanos, igualmente desprovidos de direitos mínimos de cidadania. Com o grande fluxo migratório, as cidades se tornaram o foco dos conflitos sociais do novo modo de vida que começava a ser produzido. O trabalhador rural foi adaptando a sua identidade ao modo de vida urbano, transformando-se em operário urbano ou operário rural. O campo foi se tornando esvaziado, embora a categoria de trabalhador rural não fora extinta, pois o mesmo passa a se deslocar diariamente da cidade para trabalhar no campo em grande parte dos municípios do interior brasileiro.

### **1.5 – Neoliberalismo e conflitos agrários nos anos 1990 – a ofensiva do MST:**



Nos anos 1990 ao mesmo tempo em que crescem as ocupações de terra por todo o país, há o desencadeamento de uma ofensiva de violência contra lideranças e grupos de trabalhadores sem-terra, particularmente por parte da UDR, que representava o braço armado do latifúndio, promovendo chacinas, emboscadas, torturas, prisões arbitrárias, despejos violentos, se tornaram rotineiros em resposta às reivindicações dos trabalhadores. A violência foi legitimada, seja através de aparelhos privados das instituições burguesas, como brigadas paramilitares ou através dos aparelhos repressores do Estado que também respondiam com prisões, projetos de leis e medidas provisórias contra a reforma agrária como o projeto de lei que tentou transformar a ocupação de terra em “crime hediondo”, bem como, a definição de que latifúndio ocupado não seria desapropriado, dentre outras ações.

Nessa mesma década ocorreram dois massacres que chocou o Brasil e o mundo, sendo um deles o de Corumbiara (RO) em 09 de agosto de 1995<sup>33</sup>, o massacre de Eldorado dos Carajás (PA), em 17 de abril de 1996, já mencionado anteriormente, além de outros que se seguiram nas décadas seguintes como o de Felizburgo (MG), Pau d’Alho (MT) etc. Foram duas grandes chacinas no campo executadas pelo Estado, na qual envolveu o sistema judiciário, a polícia e governos estaduais e secretarias de segurança pública. Devido a repercussão internacional e a desmoralização do governo brasileiro, à época FHC, por seus métodos no tratamento da luta pela terra, o Estado brasileiro passa a elaborar e aplicar outra tática, que foi a

---

<sup>33</sup> O massacre de Corumbiara aconteceu num acampamento de trabalhadores sem-terra, com mais de 600 famílias, organizado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais da região, oito meses antes do massacre de Eldorado dos Carajás/PA. A ocupação se deu na Fazenda Santa Elina, de 18 mil hectares de terra improdutivo no município de Corumbiara/RO. Quinze dias após a ocupação veio a liminar de despejo. No dia da desocupação a PM invadiu o acampamento às 3:00 da manhã num ataque surpresa, sem identificação e usando capuzes, mesmo que as famílias vinham negociando a situação de reintegração de posse junto ao governo do Estado na tentativa de resolver com diálogo o impasse. As famílias relatam que a PM e um grupo de jagunços do fazendeiro entrou atirando e jogando bombas de efeito moral e com atos de selvageria e de horror perderam o controle da situação, matando a esmo, torturando e incendiando o acampamento. Cerca de 16 pessoas foram assassinadas, sendo que destas uma criança de 06 anos, a pequena Vanessa num tiro pelas costas. Dezenas estão desaparecidas e cerca de 200 pessoas tiveram graves sequelas após as torturas e danos psicológicos. Há relatos sobre pessoas que tiveram seus corpos desaparecidos jogados em valas comuns ou incinerados e alguns foram obrigados a comer a massa encefálica de seus companheiros. O acampamento foi incendiado dificultando a perícia no local. O bispo Dom Geraldo Verdier da diocese da região encontrou fragmentos de ossos no meio das cinzas, indicando que pessoas poderiam ter sido incineradas. Pesquisas da *Faculté de Médecine Paris-Oeste*, na França, onde o bispo levou a amostra, confirmou que eram ossos de humanos. Portanto não se sabe quantas pessoas realmente morreram no massacre. As cenas de horror, selvageria e barbárie são relatadas no documentário feito pelos sobreviventes. A Suprema Corte da OEA condenou o massacre, pediu julgamento dos culpados e indenização das vítimas. Ver: Massacre de Corumbiara - parte 1 - [https://youtu.be/vad4IMYo\\_aQ?t=482](https://youtu.be/vad4IMYo_aQ?t=482) – visitado dia 05 de maio de 2021.

de atender demandas pontuais para amenizar conflitos. Esta tática partia do pressuposto de que criando assentamentos em locais longínquos, de baixa fertilidade, desprovidos de recursos financeiros e infraestrutura, poderia aos poucos causar desgaste na causa da reforma agrária, por esta não trazer resultados satisfatórios. Os estudos socioeconômicos dos assentamentos feitos pelos órgãos governamentais, mostravam que a reforma agrária do ponto de vista econômico não tinha viabilidade. Mas com o aumento da intensidade do conflito, pouco a pouco as tensões iam se acentuando e o Estado sendo obrigado a buscar respostas para amenizar o conflito.

Foi também neste período dos anos 1990, desde o governo Collor, que começou a ser implementado o projeto e a agenda neoliberal. Diante desta ofensiva, também se ampliam as lutas de resistência, no campo e na cidade. As ocupações de terra cresciam de norte a sul do país e o governo começou a reagir através da criminalização da luta com medidas provisórias, do ponto de vista jurídico, em parceria com os meios de comunicação (jornais, revistas, TVs, rádios, internet, etc.) que a faziam pelo viés ideológico na mídia, criando a imagem de sem-terra terroristas, violentos, vagabundos.

Uma das medidas que prevaleceu foi a de que terra ocupada não seria vistoriada e nem desapropriada, como uma ameaça (ou quase uma chantagem), para pôr fim às ocupações, mas elas se tornariam a principal forma de pressão e reivindicação e se tornou a forma mais eficiente da resistência na luta de classes no campo. Munido pela lei, o governo passou a desapropriar menos terras, com o argumento jurídico de que “latifúndio ocupado não seria desapropriado”. Além da tática da violência contra as organizações, principalmente contra o MST, o governo começa a agir no sentido de *asfixia das ocupações de terras* (SANTOS, 2015). Assim, o Governo de FHC, em seu segundo mandato, ao mesmo tempo que sufocava juridicamente as ocupações e resolvia os conflitos na base da criminalização, com o forte apoio da imprensa, abria caminhos para o desenvolvimento da agricultura moderna, do moderno modelo que surgia: o agronegócio, sobretudo numa conjuntura favorável ao comércio internacional de commodities agrícolas.

O Brasil começa a se preparar para nova reprimarização, a aumentar sua produção de *commodities* agrícolas para a exportação e se especializar nas demandas e infraestrutura para tal. O projeto foi sustentado por uma base que juntou:

capital financeiro, capital agrário, indústria, universidades e institutos de pesquisas, meios de comunicação, empresas públicas e privadas com o apoio do Estado, etc. houve no governo FHC a criação da ABAG, a estruturação do agronegócio, a criação de políticas de créditos e definição de juros baixos, a liberação de recursos, negociação e perdão de dívidas, etc. A modernização da agricultura pela qual passara nos anos 1960 a 1980 estava sendo revigorada e atualizada.

Nova revolução tecnológica começa a ocorrer no campo, causando intenso aumento de produtividade. Nesse interim, intensifica-se também a inserção de técnicas, desde os maquinários, insumos artificiais: adubos, agrotóxicos, irrigação, sementes transgênicas, etc. há a ocorrência de diminuição de áreas de produtos alimentares para a expansão das commodities: grãos, cana de açúcar, laranja, eucalipto, etc.

Uma das táticas do governo para conter a reforma agrária e impulsionar a agricultura capitalista, foi a “reforma agrária de mercado”, chamado de “O novo mundo rural”, que teve por objetivo canalizar as lutas dos trabalhadores pela reforma agrária, em programas de acesso à terra pela lógica do mercado de terras, seja através de programas como “Banco da Terra” <sup>34</sup>, “Cédula da Terra”, etc. De tal maneira que, segundo Santos (2015), fortaleceu a estratégia do desenvolvimento pleno do capitalismo no campo ao mesmo tempo que criava o esvaziamento de uma proposta de reforma agrária com base na viabilidade econômica, na política e ideologia, que garantisse qualidade de vida, acesso a trabalho, moradia e renda aos trabalhadores, contribuindo para o desinchaço das cidades. Mas, a necessidade de uma ampla reforma agrária no país foi descartada pelo governo, o qual não tinha interesse de realiza-la.

Dado o crescente conflito agrário no campo brasileiro, com relação a demanda de reforma da estrutura fundiária e o avanço das ocupações de terras por parte dos trabalhadores sem-terra, bem como a intensificação da luta de classes no campo, colocou-se em pratica um modelo piloto de reforma agrária de mercado, como forma de mediação do conflito, fundamentada na agenda neoliberal nascente. Importante

---

<sup>34</sup> Trata-se da criação pela Presidência da República em 1998, de um Fundo específico denominado *Fundo de Terras e Reforma Agrária – Banco da Terra* para gerenciar recursos e políticas de reformas fundiárias via a comercialização de imóveis para trabalhadores rurais não proprietários. Disponível em Planalto e Casa Civil sitio: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp93.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp93.htm) - acesso em 02 de julho de 2020.

reafirmar, conforme já foi ressaltado, que, no âmbito da política agrária durante o governo FHC - período 1994 a 2002 – criou-se uma política agrícola que seguiu à risca as recomendações neoliberais e do Banco Mundial<sup>35</sup> criando por um lado, o Conselho do Agronegócio em 1998, com total apoio estatal ao órgão. Um dos mecanismos de enfrentamento ao conflito foi a neutralização da luta por terra com a regulamentação do programa de mercado de terras conhecido como *Banco da Terra*, ou *Cédula da Terra*, destinado a trabalhadores não proprietários.

O Programa *Cédula da Terra* foi criado em 1996, e teve como proposta a aquisição de terras feita pelos trabalhadores no mercado de terras (via projeto individual ou coletivo por associações). Os assentamentos da reforma agrária, ao invés de serem realizados via método de desapropriação, passaram a ser estimulados via aquisição de lotes no mercado de terras pelos agricultores, que faziam financiamento e empréstimos dos bancos para pagar a terra em prestações/parcelas no prazo de 20 a 30 anos, com juro de 12% ao ano (o perfil dos novos compradores de terras eram: assalariados, posseiros ou arrendatários) e produtores que não possuísem terra suficiente para garantir a sobrevivência da família. (AGENCIA SENADO, 2019)<sup>36</sup>.

Tal política de reforma agrária condicionou a venda de terras aos trabalhadores e passou a ser parte da política de mercadorização da propriedade da terra criando dívidas dos trabalhadores com os bancos.

A Reportagem da *Folha de São Paulo*, de 26/05/1997, informava sobre a iniciativa da reforma agrária de mercado pelo governo FHC:

Campo Minado: Em lugar de desapropriar terras improdutivas, governo financia compra de terras por agricultores. FHC testa reforma agrária sem conflito. O governo Fernando Henrique pretende testar a partir de agosto um novo modelo de reforma agrária que não prevê a desapropriação de terras improdutivas pelo Incra (Instituto Nacional de

---

<sup>35</sup> As políticas do governo Fernando Henrique Cardoso para a agricultura seguiam as diretrizes do Banco Mundial para a agricultura, orientada aos chamados países de Terceiro Mundo e estava ligada ao processo de desregulamentação que sofreu o mundo do trabalho nos anos 1990. Ver: PEREIRA, Joao Marcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2009.

<sup>36</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/21/cae-aprova-pagamento-individual-de-dividas-coletivas-com-banco-da-terra> - acesso em 02 de julho de 2020.

Colonização e Reforma Agrária), reduzindo o potencial de conflito no campo.

O programa Cédula da Terra concede a associações de agricultores sem-terra um empréstimo para comprar terra à vista e fazer obras básicas de infra-estrutura. O projeto foi idealizado pelo governo do Ceará e já está sendo colocado em prática no Estado com o nome de Reforma Agrária Solidária. Com financiamento do Banco Mundial, será estendido, numa primeira fase, ao Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1997. Reportagem disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc260516.htm> - acesso em 02 de julho de 2020).

Entretanto, o Programa que se estendeu para todos os estados, foi duramente criticado por movimentos e organizações de luta por reforma agrária, bem como por intelectuais que consideravam o *Programa Cédula da Terra*, uma proposta de reforma agrária que transformava a terra em um negócio lucrativo que beneficiava o latifundiário e os bancos.

Antes de começar, porém, o Cédula da Terra já está questionado pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). "Esse projeto vai transformar o Incra numa imobiliária", afirmou à **Folha** João Pedro Stédile, 43, membro da direção nacional do MST. "O dono de uma terra improdutiva precisa ser penalizado e não beneficiado com a compra de sua propriedade à vista." (FOLHA DE SÃO PAULO, 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc260516.htm> - acesso em 02 de julho de 2020).

A proposta continha todos os eixos de uma política fundiária, cuja concepção liberal, privilegiava o mercado e o lucro, acima de tudo:

(...). O programa parte do pressuposto de que é mais ágil, mais barato e mais eficiente para o governo financiar a compra de terras do que desapropriar. Mais ágil porque evita longas disputas judiciais entre os fazendeiros e o Incra. Mais barato porque o preço da terra baixou com o Real (a terra não é mais reserva de valor contra a corrosão da moeda), a redução de subsídios agrícolas e o novo Imposto Territorial Rural, que elevou a taxa de terras improdutivas. E mais eficiente porque o novo programa permite a compra de fazendas produtivas ou em melhores condições de produzir.

O Banco Mundial emprestou cerca de R\$ 95 milhões. O governo federal entrará com uma contrapartida de R\$ 75 milhões, segundo o Ministério da Política Fundiária. Nessa fase inicial, o governo espera assentar em torno de 16 mil famílias no período de três anos. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1997. Disponível em:

Através da proposta de mercadorização das terras a propaganda passou a contar com o slogan *“Porque invadir terras se as porteiras estão abertas?”*<sup>37</sup>, vários assentamentos rurais no país foram implementados via a comercialização de terras em valor de mercado para os trabalhadores, com juros altíssimos<sup>38</sup>, sem, no entanto, estar vinculado a um plano de reforma agrária de acordo com a Constituição Brasileira (desapropriação de latifúndios improdutivos; com produção de narcóticos; crimes ambientais; trabalho escravo; dívidas com a União). Além de terra comercializada a juros altos, não havia uma política de acesso a crédito agrícola subsidiado, incentivo produtivo ou de comercialização.

O prazo de vinte anos para pagamento do total do preço da terra, dividido em parcelas anuais favorecia apenas quem lucrava com o negócio do Banco da Terra e Cédula da Terra, ou seja, os proprietários, as empresas imobiliárias que faziam aquisições a preços baixos nos períodos de crise e depois revendiam a preços altos no mercado de terras, com correção monetária valorizada pelo mercado imobiliário e os Bancos credores credenciados que lucravam com os altos juros e cobravam a hipoteca no caso de inadimplência.

O Banco da Terra foi desenvolvido em parceria com o Banco Mundial, que também orientava uma reforma fundiária em países subdesenvolvidos, seja em áreas rurais ou urbanas via a comercialização e titulação, formalização da propriedade da terra para os trabalhadores. Em relação as políticas do Banco Mundial para a América Latina, uma das proposições, segundo o professor João Marcio Mendes Pereira (2009) - para além de políticas gerais neoliberais - diziam respeito a liberalização dos mercados de trabalho e terra.

---

<sup>37</sup> Nos comerciais e propagandas na televisão os anúncios pautados por imagens de porteiras abertas e o sentido da frase “as porteiras estão abertas” era uma alusão às ocupações de terras do MST, que rompiam os cadeados das porteiras em ato simbólico contra o latifúndio. Para tanto, a propaganda informava que os interessados deveriam inscrever-se nas agências dos Correios, formar um pré cadastro no qual o governo federal iria organizar banco de dados para realização da compra e venda da terra. Milhares de trabalhadores se inscreveram, mas o programa não teve êxito sendo combatido veemente pelos movimentos sociais, deixando na expectativa e ilusão, grande massa de trabalhadores.

<sup>38</sup> Os juros chegam à 12% ao ano segundo informações da Agencia Senado.

No primeiro caso, seria necessário rever a legislação trabalhista e modificar toda a estrutura da justiça do trabalho, com o objetivo de reduzir os custos de contratação e demissão de trabalhadores, diminuir o poder de negociação dos sindicatos e facilitar a emergência de novas modalidades de contrato entre empresas e trabalhadores. No segundo caso, seria preciso modificar as legislações agrárias a fim de estimular a maximização das transações de compra e venda e de arrendamento de terras (inclusive aquelas que foram objetos de reformas agrárias passadas), com o objetivo de acelerar a entrada de produtores rurais “eficientes” e saída de produtores “ineficientes”, segundo os parâmetros da rentabilidade média do capital agroindustrial. (PEREIRA, 2009, p.279).

No primeiro caso, estava vinculado à pauta da reestruturação produtiva que ocorreu nos anos 1990 como garantia da realização de políticas neoliberais sem nenhum empecilho. O mercado de trabalho precisava ser reformulado, e foi. No segundo caso, as modificações nas legislações agrárias permitiriam uma nova configuração da estrutura fundiária no campo e na cidade, onde um novo marco regulador para o mercado de terras fosse possível.

Em lugar da reforma agrária redistributiva, baseada no instrumento da desapropriação (com indenização em títulos públicos resgatáveis no longo prazo), defenderam uma reforma agrária “assistida pelo mercado” (*market-assisted land reforma*), baseada na concessão, pelo Estado, de empréstimos a trabalhadores rurais para que negociassem diretamente com os proprietários a compra de terras, paga em dinheiro e a preço de mercado, acrescida de uma pequena subvenção para investimentos produtivos. (PEREIRA, 2009, p.279)

Apesar de ter sido colocada em prática nos anos 1990, tal política foi um fracasso. Ela foi derrotada pelos movimentos de luta por reforma agrária, com destaque para a luta do MST que travou barricadas contra a campanha do *Novo Mundo Rural* e contra a política do *Banco da Terra* e *Cédula da Terra*, inclusive mobilizando os trabalhadores cadastrados nos Correios (que queriam ser contemplados com a compra), mas, ao não serem atendidos com a promessa da terra, se convenciam em adentrarem<sup>39</sup> as fileiras do MST. Além da ofensiva do Movimento,

---

<sup>39</sup> O MST passou a montar bancas em frente aos Correios e fazia cadastramento paralelo para direcionar o mesmo público de trabalhadores interessado na compra da terra a fazer a luta pela sua conquista, como um direito. Organizava reuniões de trabalho de base nos bairros para dialogar e

contrário ao programa, foi bastante criticada por demais movimentos de luta por reforma agrária, como também por parte de setores progressistas da sociedade, intelectuais, etc., além da própria crise enfrentada pelo próprio Banco Mundial (Mendes Pereira, 2009), na gestão e financiamento de tais políticas.

Na década de 1990 a questão agrária, a agricultura capitalista e a reforma agrária foram conduzidas por políticas neoliberais. Se no campo da reforma agrária, FHC foi um dos governos que mais fez desapropriações de terras e assentou famílias, isso também se deu porque os movimentos de luta por reforma agrária, com o apoio das forças de esquerda, operaram numa tática de pressão e enfrentamentos contundentes e constantes, causando total desgaste ao governo, para que a reforma agrária avançasse, como também a agenda neoliberal fosse barrada. O vitorioso Plebiscito contra a ALCA (Alternativa de Livre Comercio para a América Latina) foi um exemplo deste processo, fruto das ações de luta dos diversos movimentos de resistência na sociedade.

Por fim, a oficialização da política de reforma agrária de mercado via governo federal em parceria com instituições como o Banco Mundial, bem como, a política de legitimação da violência no campo, protagonizaram nos anos 1990 uma década em que a estrutura fundiária teve reforma superficial em termos de quantidade<sup>40</sup>, mas não em qualidade. A reforma agrária pautada pela luta de classes no campo, através do protagonismo do MST, foi mediada pela repressão (além dos massacres já mencionados, outras ações dos governos estaduais também foram repressivas que inclusive legitimavam a tortura de trabalhadores nos despejos, como os casos de despejo no governo de Jaime Lerner no estado do Paraná, Yeda Crusius no Rio Grande do Sul, Fleury e Mario Covas em São Paulo, na década de 1990 e início dos anos 2000, dentre outros). A neutralização do conflito via reforma agrária de mercado, batalha da qual o MST se posicionou radicalmente contrário<sup>41</sup> na disputa por uma

---

problematizar a questão agrária, a venda da terra e suas consequências, bem como a luta como possibilidade de fortalecimento dos trabalhadores e aumento das chances de conquista.

<sup>40</sup> Estatisticamente o governo de Fernando Henrique (PSDB) é considerado o governo que mais desapropriou terras e assentou famílias de trabalhadores sem-terra no Brasil. Paralelamente criou assentamentos rurais via políticas de mercado de terras como a Cédula da Terra, financiados e geridos pelo Banco da Terra (fundo financeiro), com participação de recursos do Banco Mundial e contrapartida do governo federal. O fundo recebia doações em dinheiro ou em propriedades para serem destinadas a 'reforma agrária'. Foi o período também de maior enfrentamento ao latifúndio e ao Estado por parte dos movimentos de luta pela terra.

<sup>41</sup> Diversas lutas foram realizadas como marchas nacionais e estaduais, ocupação de órgãos ligados a reforma agrária, politização do tema junto a sociedade, ocupações de latifúndios como forma de pautar



política de desapropriação de latifúndios improdutivos e terras públicas, possibilitou a vitória dos movimentos sociais do campo, pois a mesma, apesar de alguns assentamentos rurais do Banco da Terra terem se concretizado, não se consolidou como uma política agrária. Assim como, não cumpriu o objetivo da neutralização ao MST, que continuou ativo protagonizando grandes lutas e enfrentamentos nas décadas seguintes e pautando a reforma agrária na sociedade. Os movimentos populares, portanto, derrotaram o programa de reforma agrária de mercado quando ainda era embrionário e o governo teve de recuar em sua política de “pacificar” o campo via o mercado de terras.

A burguesia agrária no início dos anos 1990, no entanto, ainda estava desarticulada sob o ponto de vista de um projeto para o campo e sem rumos definidos. A Frente Ampla da Agricultura, através da OCB, retomou a direção da burguesia como *bloco no poder* no campo, representada pela burguesia agrária tradicional e pelo capital monopolista, e nas primeiras décadas dos anos 2000, ganharia nova referência na projeção da identidade de classe dominante no campo rearticulando o agronegócio em novas bases. Neste cenário, empresas nacionais que se tornaram capitalizadas durante a ditadura, aos poucos vão se internacionalizando, como afirma Deo (2014: 02) representando “parte da fração da burguesia internamente instalada que exporta seus capitais mundo afora e reproduzem as mesmas praticas imperialistas que as burguesias dos polos centrais”. As empresas Cosan-Raizen, Cutrale, Citrovita e Citrosuco, a Votorantim, JBS, Eucatex, Duratex, Lwarcel, Odebrecht, bem como algumas cooperativas capitalistas, se tornam empresas monopolistas transnacionais, com capital internacionalizado. Todas elas operam o capital agrário/industrial/financeiro na região centro paulista e fazem parte desta fração da burguesia internamente instalada que se apropriam de capitais em várias partes do mundo e também exportam capitais mundo afora.

## **1.6 - A reestruturação produtiva no campo nas décadas de 1990 e 2000**

---

a reforma agrária e arrancar conquistas, bem como, a mobilização de milhares de trabalhadores que tinham interesse na compra da terra, mas que foram conquistados pelo Movimento.

É no período dos anos 1990 a 2000 que haverá grandes transformações na agricultura brasileira de base agroindustrial, o que não havia ainda condições maduras para sua realização no período de 1960 a 1980. Houve a modernização conservadora da agricultura, onde o campo se tornou moderno do ponto de vista do pacote tecnológico da revolução verde e dos complexos agroindustriais, beneficiando a agricultura capitalista com créditos e vantagens especiais. Mas não havia condições totalmente maduras para a monopolização, mundialização e financeirização. Ou seja, as condições para a monopolização, a mundialização e a financeirização se realizam e se estruturam a partir dos anos 1990 com as políticas econômicas do projeto neoliberal e da reestruturação produtiva no campo.

A reestruturação produtiva e a estratégia neoliberal fizeram parte deste movimento.

os desdobramentos territoriais da reestruturação produtiva do capital no campo, têm nos indicado o conteúdo das ações do capital e do Estado, e os desdobramentos para o trabalho e para a classe trabalhadora: intensificações da mecanização, política de desenvolvimento rural em detrimento de Reforma Agrária, novas formas de gestão e controle do trabalho pelo capital, políticas públicas para a agricultura, novas formas de contratação e de pagamento. (THOMAZ JUNIOR, 2004, p.16).

Há, portanto, um conjunto de reordenamentos políticos, econômicos e jurídicos nos anos 1990 que orientam novas diretrizes ao trabalho no campo, tornando-o mais precarizado e desvalorizado como categoria. Portanto, a reestruturação produtiva no campo da década de 1990 esteve relacionada às mudanças operadas pelo capital no âmbito internacional e tem relação também com a *mundialização* do capital na agricultura, aliás, foi para atingir essa finalidade que se impôs a reestruturação produtiva como uma necessidade de manutenção da taxa média de lucros dos capitalistas agroindustriais diante da crise mundial”.

Para Thomaz Junior (2004, p.16),

É a partir dos anos 1980 que no Brasil se manifestaram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva, mas é no princípio da década seguinte, que atingiram nova amplitude e profundidade, momento em que as inovações técnicas e organizacionais assumem

um caráter mais sistêmico em todo o circuito produtivo dos diversos setores econômicos.

No Brasil, a inserção no mercado internacional como um dos maiores produtores de açúcar e de agrocombustíveis do mundo, não se dá apenas por meio do desenvolvimento tecnológico gerado pelo processo de reestruturação produtiva com vistas à ampliação de sua capacidade produtiva para competir no mercado externo (Santos, 2013); ela se dá também, e sobretudo, por meio da reorganização para a superexploração do trabalho.

Para Santos (2013), o setor sucroalcooleiro se torna competitivo no mercado internacional devido a seus baixos custos de produção e aos baixos salários pagos à força de trabalho empregada. Assim, a competitividade do Brasil em relação a outros países, deve-se aos produtos, preço e distribuição, que contam com o fenômeno da terceirização, com a subcontratação e superexploração do trabalho para garantir os baixos preços e maior concorrência do açúcar e álcool brasileiros no mercado internacional.

São três as dimensões que caracterizam essa fase da reestruturação produtiva: 1) uma dimensão tecnológica; 2) uma organizacional; 3) e outra que trata da relação com as unidades interiores e exteriores do complexo sucroalcooleiro. No que concerne à dimensão tecnológica, vale destacar as alterações nas áreas agrícolas e industriais do setor. Nas áreas agrícolas, cabe enfatizar a implantação da colheita mecânica da cana crua, sem a necessidade da queima da palha, o que produz algumas consequências nefastas no aspecto fundiário e social do agronegócio canavieiro. (SANTOS, 2013, p.124).

Portanto, no que concerne à reestruturação produtiva operada no setor sucroalcooleiro desde os anos de 1990, seus objetivos são: redução dos custos de produção; ampliação da capacidade produtiva e de concorrência das empresas por meio das inovações tecnológicas; e novas formas de organização da produção e do trabalho; além da diversificação da produção com alto valor agregado. Há, uma nova estratégia de incentivo das usinas na produção de novos produtos, como açúcar líquido, glútex, açúcar natural (orgânico), energia elétrica, bagaço hidrolizado e cana

certificada sócio ambientalmente<sup>42</sup>. Tal estratégia vem acompanhada também de uma alteração característica da fase de reestruturação do setor com o mercado industrial em geral, a saber, percebe-se que nas últimas décadas, no período pós-desregulamentação, o agronegócio canavieiro vem estabelecendo alianças com outras empresas transnacionais do setor alimentício e de bebidas como parte do processo de reorganização do setor.

Diante desse novo contexto, as usinas pertencentes ao complexo agroindustrial iniciaram a reestruturação produtiva para atender às necessidades de acumulação do capital no âmbito do mercado internacional, tendo como pressuposto de seus objetivos as seguintes mudanças no setor: modernização gerencial para ajustarem-se às condições de mercado; disponibilidade de recursos para investimentos, visando à diversificação de suas atividades, à redução de custos e ao aumento da produtividade; e o estreitamento de alianças com empresas transnacionais, visando a obtenção de recursos e acesso a novos mercados e produtos (ALVES, 2002, apud SANTOS, 2013, p. 136).

Em relação ao processo de reestruturação produtiva e organizacional dos setores agroindustriais: seja o canavieiro, a citricultura, o de grãos, carnes ou silvicultura; é, segundo o autor, na região Sul e Sudeste, (e particularmente no Estado de São Paulo), que se destaca em relação às demais regiões do país. Para Santos (2013), considerando o sentido da lógica do *desenvolvimento desigual e combinado* que também se verifica a partir do processo organizacional das diversas cadeias produtivas de commodities produzidas em outras regiões, ou seja, o resultado da modernização conservadora dos anos 1970 e 80 e também da reestruturação produtiva nos anos 1990, foi diferenciada nas diversas regiões do país, com privilégio para a região centro sul, que no processo de centralização e concentração de capitais, passa por intenso desenvolvimento técnico.

---

<sup>42</sup> O certificado ambiental passa a ser estratégico para as empresas brasileiras uma vez que os países consumidores das potências econômicas centrais passam a exigir certificado ambiental de manejo e sustentabilidade, o que leva as empresas a desempenharem a corrida pela certificação ambiental e tê-las como um trunfo de poder de competição e negociação no mercado internacional. Inclusive o selo e os certificados se tornaram fetiche nas rodadas de negociações da Bolsa de Valores, onde os mesmos influenciam nas determinações de preço das commodities e nas preferências das transações. Atualmente, instituições renomadas e reconhecidas fazem avaliações e fornecem certificados de qualidade ambiental, de modelos socioambientais sustentáveis, o que elevam a valorização das empresas.

A década de 1990 representaria, ainda, “um período de rearticulação dos interesses, inclusive institucionais e organizacionais do agronegócio canavieiro, e é também um período de grande reestruturação produtiva operada nas unidades produtoras de açúcar e álcool. Dessa maneira e visando a ampliar as margens de lucros reduzindo custos, as usinas buscaram maximizar seus ganhos de produtividade agrícola e agroindustrial a partir do uso dos seguintes fatores: inovações biológicas, com novas variedades de cana oriundas de vários institutos de pesquisa; inovações físico-químicas, como a utilização da fertirrigação com o vinhoto e as novas técnicas de fermentação alcoólica; inovações mecânicas, uso de tratores e implementos agrícolas mais desenvolvidos; e inovações associadas às formas de gerenciamento global da produção agrícola industrial, o reaproveitamento mais intensivo do bagaço da cana para a geração de energia, o corte da cana de sete ruas, dentre outros. (SHIKIDA, 1998, p. 54 Apud SANTOS, 2014, p. 78).

O autor elucida ainda que isso se verifica no estado de São Paulo, em que o processo de *reestruturação produtiva* das usinas de açúcar e álcool ocorreu de acordo com o novo padrão de acumulação de capital em escala internacional, no sentido de evitar a queda da taxa de lucro. Se reorganizou a economia para a garantia máxima da revitalização das taxas de lucro. Para isso, precisava expandir-se e impor sobre o trabalho novas formas de controle e organização. Ocorre no sentido de prevenção e administração da crise do capital. No caso da agricultura capitalista paulista em geral, esse rearranjo agroindustrial ocorreu com elevada concentração de terras pelas unidades industriais e grandes produtores do agronegócio, bem como a intensificação da tecnologia nos campos produtivos, a exemplo de modernos maquinários para prática agrícola desde o preparo do solo até as colheitas, visando à redução de custos. As exigências são voltadas para atender as necessidades de um mercado externo competitivo.

Para além desses impactos imediatos que atingem diretamente os trabalhadores do setor, há que se destacar outro arranjo que, além do desemprego gerado, vulnerabiliza e precariza estruturalmente as relações de trabalho e de produção no interior da cadeia produtiva. Isso decorre pelas mudanças institucionais e econômicas do setor, pois com a centralização de capitais, os plantadores e fornecedores de cana perderam seu poder de negociação dos preços e condições de entrega da cana no caso do corte e carregamento para a usina. Com a transferência

de entrega da cana no caso do corte e carregamento para a usina e também a transferência dos custos de produção das usinas para os fornecedores de cana, tornou-se inviável a permanência de pequenos fornecedores na atividade. Há forte tendência ao desemprego e precariedade nas relações de produção. Por essa razão, é possível notar a ocorrência de processos de subcontratação de força de trabalho e terceirização de algumas atividades ligadas, sobretudo, ao transporte e carregamento da cana das áreas de plantio para as usinas. (SANTOS, 2013, pg. 81)

Mas, há também, a intensificação da tecnologia nos processos produtivos, o que, por um lado, aumenta a produtividade do capital (um dos objetivos da reestruturação produtiva) através do incremento de novas e melhores tecnologias, ao passo que barateia o custo de produção e com isso, maior o lucro dos capitalistas. No entanto, ao economizar o *trabalho vivo* realizado pelo trabalho humano também tem seu ônus, na medida em que mais mercadorias baratas entram no mercado, o lucro é computado apenas pelo momento da produção e da circulação – subtraindo-se a mais valia produzida pelos trabalhadores e que é necessária para a reprodução do capital e de seus lucros.

Se observa algumas transformações, a partir dos anos 1980 e 1990, sobretudo nas duas primeiras décadas de 2000, como: intenso processo de mecanização da agricultura de base agroindustrial, na organização do trabalho rural, na administração das fazendas, nas funções gerenciais e até mesmo na organização estética na casa de moradia (que já não são mais fazendas rurais e sim *empresas* rurais, na forma de organização da própria sede, casarões, infra-estrutura, etc.); elas vão perdendo o estilo e a estética de uma burguesia rural do passado e ganhando contornos modernos empresariais.

Há uma gama de novos elementos sobre a nova configuração do ordenamento agrário, da estrutura fundiária, da organicidade da grande produção agrícola e pecuária que reflete no dia-a-dia da dinâmica produzida no campo. Ademais, importante ressaltar que as mudanças estruturais que ocorreram no campo, derivam da grande reestruturação ocorrida através do projeto político econômico adotado no país como estratégia de desenvolvimento da nação, o projeto neoliberal, implementado na década de 1990, aliado a reestruturação produtiva do capital, cuja aliança com o imperialismo foi decisiva.

## CAPÍTULO 2

### TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA CAPITALISTA NO SÉCULO XXI: GENESE E DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO

#### 2.1 – Agronegócio e o novo ciclo de modernização na agricultura capitalista (2000-2020)

Nas duas primeiras décadas do ano 2000, chega à termo nova configuração da modernização agrária, numa fase mais completa e desenvolvida do capitalismo na agricultura, do que a que precede nas décadas anteriores. Ocorre orientada pela divisão internacional do trabalho e pelos pressupostos da lógica imperialista no mundo, bem como, há nova rearticulação da representação das frações da burguesia agrária/industrial/bancária na recomposição das forças que estão no comando do capitalismo brasileiro.

Houve nestas cinco décadas (1970 a 2020) a mudança da composição orgânica da burguesia brasileira, onde a característica principal da mesma que era de divisão entre frações (burguesia agrária, industrial e bancária), com características e funções diferentes entre si; estas frações começam a se fundir na composição de uma burguesia ligada à atividade agroindustrial em que, tanto a indústria, o capital agrário e bancário passam a interpenetrar nos mesmos negócios formando uma fusão dos negócios e mesclando as características essenciais de ambas, produzindo novas feições, as quais passam a formar uma nova fração de classe: a *burguesia agroindustrial*.

Essa categoria nova na composição de classe burguesa não está, todavia, bem definida, tanto na teoria clássica como na contemporânea sobre a composição das classes sociais. O termo clássico *burguesia agrária*, vista em Marx, Engels, Lenin, Kautsky, Gramsci, Rosa, etc., absorvida pelos autores marxianos contemporâneos, é a definição para o conjunto de burgueses que atuam na produção agrícola como detentores dos meios de produção, donos de vastas extensões de terras, bens de produção que comprem a força de trabalho assalariada dos proletários rurais para

inseri-la no processo produtivo para render novos capitais. No entanto, após a instituição da agroindústria moderna e a inserção no ramo produtivo agrícola, de bancários e industriais, também como donos destes meios de produção na empresa agrícola, e a participação ativa destes setores no ramo produtivo agrícola, fundidos como dirigentes do mesmo processo, essa burguesia não é somente latifundiária, ela passa a ser híbrida e com interesses híbridos. Compõe nova categoria de classe agrária rural a burguesia agroindustrial. Entretanto não aprofundaremos este novo conceito, porque a literatura e o exercício de reflexão sobre a temática ainda é inicial na literatura contemporânea.

No entanto, percebe-se movimento real e concreto na atualidade, de mudanças de características no funcionamento dessas frações. De maneira que o capital agrário se funde com atividades agroindustriais no campo e na cidade; a indústria se funde com o capital agrário ao obter terras, investir capitais, administrar e lucrar com propriedades agrícolas que produzem commodities. E da mesma maneira os bancos que só possuíam atividades de transação financeira, agora também possuem relação orgânica com a aplicação de investimentos próprios em terras, na produção, possuem agroindústrias, funcionários organizam suas próprias lavouras, etc. Ou seja, atuam nas áreas agrícolas aplicando capital em terras, commodities, adquirem empresas, filiais, subsidiárias, exportam, ampliam seus capitais investindo no ramo produtivo, compram e revendem ações, etc. E, igualmente, a indústria que tinha seus negócios paralelos ao capital agrário, embora sempre em sintonia com as demandas desta, agora a própria indústria é o braço do agro, seja nas caldeiras dos engenhos da fabricação de cana de açúcar, caldeira de fabricação de celulose, maquinários de suco de laranja e derivados, etc., mas não só isso. A indústria atua com investimentos aplicados em todo o processo produtivo, desde a aquisição de terras, preparo do solo, plantio, manejo, colheita, transporte, processamento, exportação, controle dos meios de produção, extração de renda dos aluguéis, exploração do trabalho e dos recursos naturais, etc. em todas essas dimensões e processos da produção agrícola, estão presentes tanto os latifundiários, como os industriais e ou banqueiros. Não há funções definidas nas etapas do processo. As funções estão fundidas no todo do processo, de início a final, em parceria ou individualmente. De forma que uma indústria é dona de latifúndios e bancos ao mesmo tempo, e o banco é dono de latifúndios e indústrias e o mesmo ocorre com o



latifundiário que é dono de indústrias e bancos próprios. As empresas associadas atuam em cooperação para aumentar a concorrência com suas rivais. Os monopólios nas grandes corporações fizeram essa fusão que nos parece irreversível. E todas as transnacionais associadas estão envolvidas com os fluxos de capitais nacionais e internacionais.

O projeto neoliberal, a reestruturação produtiva, o avanço tecnológico e as reformas no âmbito do Estado, configuraram o terreno que as frações de classe necessitavam para afirmar-se como bloco de poder no campo.

Para Deo (2014),

A integração, ou a inserção subordinada aos fluxos internacionais do capital foi possível a partir da constituição, no interior das fronteiras nacionais, de um novo bloco histórico burguês que alcança sua consolidação no período entre 1995 e 2006. As forças políticas responsáveis por tal processo foram os dois maiores partidos políticos de orientação social democrata e democrática, presentes na realidade brasileira, Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido dos Trabalhadores (PT), no momento em que se anuncia a consolidação do regime democrático no país. (DEO, 2014, p. 03)

Para tanto, as condições foram favoráveis no âmbito das políticas de Estado e do comércio internacional. Institucionalmente, a democracia formal conduzida pela direção política de um pacto de classes intra burgueses, com os governos e o Estado nos anos 2000, fortalecem a inserção da burguesia brasileira nos espaços internacionais monopolizados do capital a qual não se dá de forma subordinada, (embora a condição do Brasil continue sendo a de país dependente das economias centrais e sofre os impactos de uma economia na condição de país da periferia. Ainda mais considerando as condições históricas da inserção do Brasil na geopolítica mundial, onde as relações de exploração e dominação neocoloniais se reproduzem pela imposição e prática imperialista).

A participação da burguesia brasileira passa a se dar nos espaços no mercado mundial com destaque para as grandes corporações brasileiras, que se tornaram gigantes no mercado mundial. Elas operam cumprindo o mesmo papel que as demais: exploram a força de trabalho em outros continentes, utilizam-se da matéria prima e da natureza em outras partes do mundo, fazem rearranjos políticos com o estado

nacional em torno de melhores condições para a sua atuação, bem como, acirram a concorrência contra as empresas de outros países, inclusive as de origem. A ideologia liberal é a lei do mercado, do lucro e da concorrência. Trata-se do capital *mundializado*.

Para Chesnais (1997), o conceito de mundialização do capital tem como pressuposto:

a emergência de um “regime de acumulação” novo, que difere muito sensivelmente do regime denominado fordista. (...) designado “regime de acumulação mundial predominantemente financeiro”, salientando características rentistas muito marcantes que Paul Sweezy (1994) também enfatizou. (...). Mas seu funcionamento é ordenado sobretudo pelas operações e pelas escolhas de formas de capital financeiro mais concentradas e centralizadas do que em qualquer período anterior do capitalismo. (CHESNAIS, 1997, p. 22)

O termo “mundialização do capital”, segundo este autor (1997), serve para designar o quadro político e institucional que permitiu a emergência, sob a égide dos Estados Unidos, de um modo de funcionamento específico do capitalismo predominantemente financeiro e rentista, situado no quadro ou no prolongamento direto do estágio atual do imperialismo. Não por acaso, o capital mundializado produz as condições ideais para o imperialismo sobreviver às crises. E o capital financeiro detém a hegemonia se tornando mais concentrado e centralizado (Lenin, 1979) do que em qualquer período anterior do capitalismo.

No âmbito da mundialização,

A mundialização do capitalismo uniu dialeticamente o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial. O centro do capitalismo não está centrado só nos países ricos, o centro está em todo o mundo onde as empresas mundiais estão. Esta sim é a nova ordem mundial criada pelo capitalismo monopolista, que por sua vez está gestando uma nova divisão mundial do trabalho redesenhando uma nova organização territorial em escala mundial do capitalismo. O centro está onde for possível conectar interesses nacionais mundializando-os. (OLIVEIRA, 2016, p.89)

Assim, a necessidade de movimentos mundiais de capitais, a produção capitalista mundial e a existência de ações de governos em nível mundial articulados contraditoriamente, estão na raiz da formação do capitalismo monopolista mundializado. Estes três movimentos interligados conformam a nova realidade imperialista. Isso implica em nova divisão do trabalho e em nova aliança de classe da burguesia. E também novas determinações para a classe que vive do trabalho.

No capital mundializado a associação dos grandes capitais e a intercooperação entre as corporações criam condições para sobreviver às crises. Para tanto, o processo de mundialização do capital juntou as transnacionais, as grandes corporações, as maiores do planeta, (não só de países do capitalismo central, mas também as de países periféricos) e criou uma associação de capitais que circulam no mundo, fazendo investimentos, aquisições, fusões, transações em ações, novas *joint ventures*, holdings, apostando no mercado de futuros, etc. tal associação e cooperação entre o capital mundializado não significa que não haja contradições e disputas entre ambas. Há um elemento indispensável que ambas necessitam: a força de trabalho barata e matérias primas.

Neste sentido, no âmbito do capital mundializado, a questão agrária brasileira modifica os dilemas e paradigmas do passado que, *aparentemente*, parecem ter sido resolvidos após modernização conservadora da agricultura nas décadas anteriores, com novo cenário no campo: alta produtividade, tecnologia de ponta, racionalidade empresarial, planejamento, financeirização (negociação de ativos na Bolsa de Valores e Mercado de Futuros). Essa é a imagem que o *agrobusiness* vende para a sociedade brasileira e para o mercado externo.

Partimos, neste capítulo 2, de uma agricultura capitalista já completamente modernizada e mundializada, em que os padrões produtivos tomaram a forma e a dinâmica da agroindústria. As cadeias produtivas da agricultura coincidem com o formato e funcionamento das cadeias produtivas da própria indústria. A racionalidade produtiva passa a ter a mesma concepção, assim como os aspectos gerenciais e de controle e sobretudo a profunda imbricação com o mercado financeiro.

Se tomarmos o próprio conceito de agronegócio, veremos que tem relação umbilical com a fusão entre agricultura e indústria: O conceito de agronegócio, segundo José Graziano da Silva (1996, p. 65) a partir de Davis & Goldberg (1957,

p.146, apud GRAZIANO DA SILVA,1996, p.65), define o agribusiness<sup>43</sup> como: a 'soma de todas as operações envolvidas no processamento e distribuição dos insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda; o armazenamento, processamento e a distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados'" fora da fazenda. Davis & Goldberg (1957) segundo Graziano da Silva (1996), partem do pressuposto de que o campo estaria passando por grandes transformações, com base numa 'revolução tecnológica' originada pelo 'progresso científico' em que seria necessário a proposição de políticas públicas de apoio a grande exploração agrícola diante do aumento dos custos de produção, transporte, processamento, distribuição de alimentos e fibras. Uma das principais mudanças observadas pelos autores é de que a fazenda se tornava cada vez mais produtora de monocultivos. Havia cada vez mais a integração entre os setores produtivos primários e industriais, de forma que cada vez mais se verificava um processo de fusão entre agricultura e indústria. Começou a existir a interdependência entre a produção do produto agrícola e a produção do maquinário, do pesticida, combustível, caminhões, fertilizantes, das vasilhas para embalar, infraestrutura de apoio, de recursos, créditos, etc.

Consequentemente, haveria uma interdependência entre estes setores, mas segundo Davis e Goldberg (1957 apud GRAZIANO, 1996, p.65), até então não existia uma palavra para descrever este processo de fusão entre agricultura e indústria. Daí a proposta de se utilizar o termo *agribusiness*, pois, segundo os autores, “nosso vocabulário não acompanhou o ritmo do progresso” (...) O objetivo do estudo, seria “entender as relações existentes, particularmente entre funções dentro e fora da fazenda”, a partir da hipótese de que “os problemas enfrentados por setores econômicos de alimentos e fibras seriam de natureza e abrangência do *agribusiness* e não da agricultura” (DAVIS; GOLDBERG, 1957, p. 2 In: GRAZIANO, 1966, p.65).

A separação que existe atualmente é na expressão “pra dentro da porteira” e “para fora da porteira” como se tratasse de uma unidade em que uma se tornou a extensão da outra. Tal estudo e terminologia orientou nova conceituação para as faculdades de administração, de economia, agronomia, sociologia e tantas outras

---

<sup>43</sup> As noções de agribusiness, sistema agroalimentar e de *filière* foram utilizadas por Davis & Goldberg (1957) nos Estados Unidos e depois por Malassis (1968; 1973a; 1979) e que "o termo agribusiness foi cunhado numa conferência em Boston (Estados Unidos) em 1955 por J.H. Davis e apareceu pela primeira vez na literatura internacional já no início do ano seguinte. SILVA, 1996, pag. 65).

áreas que estivessem ligadas aos temas agrários e industrial. Não só se transformou em conceito na academia como virou ideologia na sociedade sobre a *nova agricultura*.

Outro conceito que está relacionado ao de *agribusiness* e a reestruturação produtiva que o neoliberalismo o fortaleceu é o conceito de cadeia de produção, cadeias agroindustriais ou *filière*. Ou seja, após, a definição do conceito de *agrobusiness*, os processos agroindustriais começaram a ser estudados através de duas vertentes metodológicas, a saber: a commodity system approach – CSA<sup>44</sup>, desenvolvida por Goldberg em 1968, na escola americana, para estudar os sistemas produtivos do trigo, da soja e da laranja nos Estados Unidos; a outra abordagem denominada por *filière* desenvolvido na década de 1960 do século XX, na França, também chamada de “cadeia de produção” ou “cadeias agroindustriais”, pela escola industrial francesa. De forma geral, a CSA tem seu foco nas transformações pela qual passa a matéria-prima até chegar ao consumidor final, enquanto que, a *Analyse de Filière*, tem seu foco na análise na especificidade que contempla a sucessão de processos de transformação técnica. As cadeias produtivas do agronegócio podem ser compreendidas como um conjunto de subsistemas dentro de um sistema mais amplo que é o agronegócio.

Importante compreender, neste sentido, a dimensão histórica, a qual situa o conceito de agroindústria como um complexo característico da atual etapa do desenvolvimento da agricultura e indústria em que se complementam mutuamente. Não obstante, Kautsky (1968) já havia analisado em sua obra “A Questão Agrária” sobre o desenvolvimento da agricultura, em fins do século XIX e início do século XX, cuja tendencia seria tornar-se cada vez mais imbricada com a indústria e vice versa. Essa tendencia, segundo o autor, criaria na grande agricultura capitalista processos irreversíveis de novos monopólios, assim como a diminuição da pequena agricultura e a proletarianização dos camponeses.

No Brasil, o agronegócio desponta com movimento parecido, dentro de um processo de desenvolvimento tardio de formação de monopólios e vai se expandindo

---

<sup>44</sup> Na vertente teórica do CSA, Goldberg (1968) amplia o conceito de *agribusiness* acrescentando a presença de todos os atores envolvidos com a produção, processamento e distribuição de um produto. Na vertente teórica de *Filière*, o foco é direcionado para as sucessões de atividades ligadas verticalmente, necessárias à produção de um ou mais produtos correlacionados, essa transformação se dá através de uma commodity de um produto pronto para o consumidor. Nessa perspectiva, a abordagem se divide em três partes possíveis: a cadeia na sua totalidade, o estudo de suas estruturas e relações dentro das cadeias, e o comportamento estratégico das firmas.

num processo histórico diferente do período da modernização conservadora, mas em sintonia com ela. Permanentemente vai avançando juntando o velho com o novo, o moderno com o atraso e se alimenta dessa relação continuamente. A narrativa de *modernidade, produtividade e sustentabilidade* ocultam as contradições no campo e o apresenta não mais com a estrutura fundiária do *latifúndio atrasado e improdutivo*, da violência, miséria e desigualdades sociais, analisado no período dos anos 1960 a 1980, no Capítulo 1. Com a transição das antigas relações *oligarcas e coronelistas*, o discurso agora constrói a narrativa de empresas agrícolas altamente “produtivas” e modernas, orientadas por monopólios de alguns poucos ramos agrícolas em forma de cadeias produtivas de selecionadas commodities. Orientadas inclusive por negócios que extrapolam a agricultura.

É nesse contexto que a Associação Brasileira do Agribusiness (ABAG) cumpriu a missão de criar uma imagem moderna da agricultura “moderna”, desvinculada do latifúndio e de conflitos de setores da burguesia rural, desgastada por uma profunda crise da representação política entre as entidades patronais rurais, dentre as quais a UDR, que foi para o confronto político. Respalhada por políticas públicas calcadas na farta distribuição de créditos e subsídios estatais, com vistas à capitalização do campo, a ABAG contribuiu, decisivamente, para a extrema especialização da produção agroindustrial (SOUSA 2010, p. ? apud THOMAZ JR, 2010, p.02).

Assim, o projeto da agricultura capitalista se reestrutura nos anos 1990, após a crise de meados dos anos 1980 para dar sequência à engrenagem do capitalismo no campo numa completa sintonia entre antigo e moderno. Nas duas primeiras décadas do ano 2000, entremeio ao processo de desindustrialização da economia brasileira, o agronegócio se reinseriu como a alavanca econômica que argumenta ‘gerar divisas para o país, garantindo forte participação no PIB e no saldo superavitário da balança comercial’. No seu próprio site a ABAG se denomina como “alavanca inquestionável de modernização do país” e organização à serviço do povo brasileiro. Uma das principais reivindicações da entidade logo de seu surgimento foi o aumento da liberação de créditos subsidiados por parte do governo, a política cambial e a diminuição da carga tributária, bem como as condições para maior competitividade no mercado internacional (PINTO, 2010, p.10).

É de fundamental importância problematizar esse discurso, uma vez que o agronegócio se coloca como vanguarda do desenvolvimento sustentável, da produção de alimentos para o mercado interno e externo, com práticas ambientais positivas, etc. Não se coloca apenas como a vanguarda da agricultura no quesito econômico. Mas também cumpre com papel fundamental no âmbito de *aparelho privado de hegemonia* na sociedade, uma vez que influencia nas ações ideológicas, políticas educacionais e culturais.

No âmbito econômico, a ABAG tem como associados diversas empresas multinacionais que dominam o monopólio das cadeias produtivas na produção de *commodities*, as quais, dentre elas se destacam: UNICA – União das Indústrias de Cana de Açúcar; Syngenta; Raizen; Radar Propriedades Agrícolas S/A; OCB; Monsanto do Brasil Ltda.; Maquinas Agrícolas Jacto S/A.; Lazzarini Moretti Sociedade de Advogados; Klepper Weber; John Deer Brasil S/A; Rede Globo – Globo Comunicações e Participações S/A; Gaia Agro Securitizadora S/A; EcoAgro – eco Securitizadora S/A.; EMBRAPA; Du Pont do Brasil S.A.; Dow Agro Sciences Industrial Ltda.; Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOBSP; COTEMINAS; Cocamar Cooperativa Agroindustrial; CNH Industrial Latin America Ltda.; CMA – Consultoria, Métodos e Assessoria Mercantil S/A.; CHS do Brasil Grãos e Fertilizantes Ltda.; Cetip S/A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos; Ceres Consultoria S/C. Ltda.; Cargill Agrícola S/A.; Caixa Econômica Federal; BrasilAgro – Companhia Brasileira de propriedades agrícolas; BM&F e BOVESPA S/A.; Bayer S/A. Corp Science, Basf S/A. – The Chemical Company; Banco Safra S/A; Banco Votorantim S/A; Banco Santander S/A.; Banco Rabobank Internacional Brasil S/A.; Banco Itaú BBA S/A.; Banco do Brasil S/A; Banco Cooperativo Sicredi S/A.; Associação Nacional dos Exportadores dos Sucos Cítricos – CitrusBR; Associação Nacional de defesa Vegetal – ANDEF; Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ; Aprosoja Brasil, Agrocerees Ltda.; AGCO do Brasil – Your Agriculture Company, ADM do Brasil; Adecoagro S/A.<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> Ver informações sobre as empresas que fazem parte da rede de associados da ABAG. Site: ([http://www.abag.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1&Itemid=131](http://www.abag.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=131) – visitado em 24 de abril de 2020).

Essas são algumas dentre outras de menor expressão que fazem parte do grupo de associados da Associação do Agronegócio. Todas representam o capital internacionalizado numa época de mundialização da agricultura e monopolização de capitais que dominam quase na totalidade as etapas de desenvolvimento das cadeias produtivas, desde o momento da produção até o consumo final.

Assim, o desenvolvimento e expansão do capitalismo monopolista mundializado no Brasil, vai gestando formas novas de atuação reintegrando em uma nova aliança de classes em nível mundial: a propriedade privada capitalista da terra, o capital agrícola e industrial, capital financeiro e o trabalho. Trata-se de um esboço daquilo que ele separou na maioria dos setores na agropecuária e silvicultura: propriedade privada capitalista da terra, capital agrícola e agroindustrial e, o trabalho. (OLIVEIRA, 2016. p.127)

Além de sua participação no aspecto econômico, há a participação no aspecto político como entidade de classe. Do ponto de vista ideológico, o discurso destas empresas é marcado por temas como o desenvolvimento sustentável, integração à economia nacional e internacional, eliminação das desigualdades sociais e o respeito ao meio ambiente.

Aqui se faz necessário discorrer sobre a nova caracterização da moderna agricultura capitalista e seus novos elementos. Por parte do agronegócio nacional, a hegemonia tem se dado a partir das cadeias produtivas de determinadas agroindústrias como o setor sucroalcooleiro, o setor de grãos, a citricultura, as florestas exóticas (eucalipto), o hidronegócio, a mineração, a pecuária, dentre outras. As grandes empresas agroindustriais brasileiras têm garantido o domínio sobre as cadeias produtivas, desde a produção ao consumo final, de commodities agrícolas para a exportação, cujos mercados dos países consumidores, os mais importantes são: China, EUA e países da Europa central.

Entretanto, os aspectos modernos contrastam e não são contraditórios com o atraso: no Brasil, perpetua uma estrutura fundiária que mantém a propriedade da terra completamente concentrada, onde, segundo a Agencia OXFAM (2019), em torno de 1% de proprietários rurais detém 46% das terras agricultáveis, sob o domínio do grande latifúndio, sobrando deste total 54% das terras agricultáveis a ser distribuída



entre o total de *minifúndios*<sup>46</sup> e pequenas propriedades. Além da propriedade altamente concentrada, sob posse da burguesia agroindustrial, representada pela pequena porcentagem de grandes proprietários rurais, há a opção por um modelo de agricultura, na qual a propriedade da terra, por um lado, cumpre com a função de produzir *commodities* agrícolas para o mercado externo, obedecendo a uma lógica da Divisão Internacional do Trabalho, (com relação ao que cabe a cada região do globo terrestre em produzir mercadorias agrícolas), utilizando para isso a lógica da alta produtividade com intenso desenvolvimento tecnológico. Por outro lado, a extensão de terra ociosa (que não está inserida na produção) é reservada, pois é justamente na sua ociosidade que prescinde a sua reserva de lucro, e é de onde se extrai a especulação de valorização do preço e aumento do lucro.

Discutir e propor modelos de negócios baseado em sistema de produção moderno, com escala e padronização de unidades; - Criar expertise na prospecção de terras potenciais nas novas fronteiras agrícolas; -Mensurar a criação de valor com o uso da terra, proporcionada pela aplicação de modernas técnicas de agricultura e pecuária; -Propor políticas para aquisição e demarcação de terras no País; (ABAG, 2020. Disponível em:<http://www.abag.com.br/comites/assuntos-fundiarios>)

O interesse do agronegócio em relação a terra é o de mercadoria e ativo financeiro, tendo em vista “modelos de negócios organizados em sistemas modernos, em escala e padronizadas, com a expertise na prospecção de terras potenciais em regiões de novas fronteiras agrícolas (papel cumprido atualmente por imobiliárias e subsidiárias das grandes empresas que atuam no mercado de terras com perspectivas de valorização financeira), bem como, a meta de avaliação de criação de valor com a renda da terra, no sentido de aplicação de técnicas modernas.

---

<sup>46</sup> A Constituição Federal brasileira de 1988, estabelece o chamado módulo fiscal em relação a regulação do tamanho da propriedade da terra. Os módulos fiscais variam de tamanho, entretanto, de 05 a 200 hectares é considerado pequena agricultura (200 hectares em regiões de baixa fertilidade). Um modulo fiscal de 200 a 500 hectares é minifúndio, e acima de 500 hectares é grande propriedade. O que ocorre na pratica, geralmente, é que a pequena propriedade detém apenas módulos de até 50 hectares. A grande propriedade acima de mil hectares.

O mercado de terras, por exemplo, que atualmente está vinculado ao *Mercado de Futuros*<sup>47</sup> um dos ramos de negociação de ativos da *Bolsa de Valores*, é, na atualidade, uma das mais importantes fontes de lucratividade do capital financeiro. Também a captura da renda da terra através de aluguel tem sido uma das formas de se manter a concentração sob domínio de grandes empresas rurais, as quais, obtém vantagens no alugo.

No âmbito ideológico, o novo discurso propagado pela agricultura capitalista passa a ser o de que “o agronegócio revolucionou completamente o atrasado latifúndio improdutivo para dar espaço a alta produtividade agrícola, gerando empregos, produzindo alimentos, sustentabilidade, segurança alimentar, saldos positivos na balança comercial do país, avançando em tecnologia e nova matriz energética limpa”, entre outros argumentos. Enquanto que, originalmente, o mesmo agronegócio concentrador de terras, com trabalho escravo, destruidor ambiental, que promove a violência continua a existir como sua própria contraface.

Para tanto, sobre o discurso oficial de *agronegócio produtivo* há controvérsias. Oliveira (2016) afirma que há uma conta *matemática* sobre o agronegócio, onde propositalmente os órgãos oficiais superdimensionam a produção do agronegócio juntando o valor distribuído em todas as cadeias produtivas, inclusive incluindo a produção de valores da parte industrializada relacionada a insumos: agrotóxicos, fertilizantes, maquinários, e todo o processo *depois da porteira* (isso cria a imagem fictícia de que o agronegócio é produtivo e rende a lucratividade que sustenta o PIB).

A concepção de cadeia produtiva no Brasil foi utilizada por ideólogos do agronegócio que atuam no Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (Pensa), da Universidade de São Paulo, para definir um método próprio de quantificação econômica dos Sistemas Agroindustriais (SAGs). Este método agrupa todas em empresas envolvidas nos setores de insumos (agrotóxicos, fertilizantes, sementes, máquinas agrícolas), agricultura, indústria de alimentos e fibras, distribuição por atacado e varejo, além de empresas de embalagens, transporte, combustíveis, armazenamento, concessionárias de rodovias e serviços portuários, para chegar ao que representaria o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio. (NEVES et al, 2005, p. 26-31 apud OLIVEIRA, 2016, p. 106).

---

<sup>47</sup> O Mercado de Futuros foi criado pela Bolsa de Valores como um departamento especial de organização dos lucros futuros vinculados ao capital financeiro. Geralmente calcula os lucros futuros e trabalha com dados fictícios de uma produção ainda inexistente.

Para OLIVEIRA (2016), é por isso que o Ministério da Agricultura (MAPA) adota como critério para abordar o papel do agronegócio o denominado "PIB do agronegócio", ou seja, uma "matemagia" que, como já afirmado, soma os dados da indústria e dos serviços à aqueles da agropecuária, passando para a sociedade uma ideia de grandeza que a agropecuária brasileira não tem. Tomando-se os dados divulgados pelo Centro de Estudos avançados em Economia Aplicada da ESALQ/USP (CEPEA), que elabora o "PIB do agronegócio" para a CNA - Confederação Nacional da Agricultura, em 1996, ele foi de R\$ 656,324 bilhões. Enquanto isso, o IBGE apurou apenas R\$ 40,958 bilhões, ou seja, o "PIB do agronegócio" da CNA está inflado 16 vezes. Quando tomado o dado de 2011, o número CEPEA/USP/CNA é de R\$917,654 bilhões, porém, para o IBGE ele é de apenas R\$192,653 bilhões, ou seja, 4,7 vezes maior. Para o autor, há problemas que invertem a lógica matemática ao calcular o PIB do Agronegócio, e por motivos ideológicos, chega-se a inflar os dados, numa clara demonstração de uma grandeza que o agronegócio não possui, uma vez que a noção de cadeias produtivas e *filière* proporcionam o cálculo a partir da junção da produção em cadeias.

Segundo dados da CNA:

Em 2019, a soma de bens e serviços gerados no agronegócio chegou a R\$ 1,55 trilhão ou 21,4% do PIB brasileiro. Dentre os segmentos, a maior parcela é do ramo agrícola, que corresponde a 68% desse valor (R\$ 1,06 trilhão), a pecuária corresponde a 32%, ou R\$ 494,8 bilhões. O valor bruto da produção (VBP) agropecuária alcançou R\$ 651,5 bilhões em 2019, dos quais R\$ 400,7 bilhões na produção agrícola e R\$ 250,8 no segmento pecuário. As estimativas e projeções mais recentes, apontam que o VBP em 2020 deve alcançar R\$728,68 bilhões - R\$ 457,08 bilhões do ramo agrícola e R\$ 271,6 do ramo pecuário -, um incremento de 11,8% frente a 2019. (CNA, 2020 disponível em <https://cna/panorama-do-agro> - acesso em 02 de julho de 2020.

Apresenta-se na citação acima, a soma dos vários setores que produzem os valores atribuídos ao agronegócio confirmando a afirmação de Oliveira. Observa-se ainda que as análises do setor agroindustrial apontam que haverá um incremento de 11,8% nos valores brutos da produção de 2020 em relação a 2019. O setor continua otimista em relação ao crescimento dos negócios, mesmo em período de pandemia, crise econômica, política, ambiental e sanitária gravíssimas. Atribuem a produção do

agronegócio o abastecimento do mercado interno, contribuição com o aumento do PIB (Produto Interno Bruto) e também com o mercado externo em relação ao aumento das exportações.

Além disso, o setor agropecuário tem contribuído no enfrentamento dos efeitos econômicos da pandemia. Além de garantir o abastecimento interno, o setor apresentou crescimento de 1,9% do PIB no primeiro trimestre de 2020, frente ao mesmo período de 2019. No primeiro quadrimestre de 2020 – comparativamente ao mesmo período do ano anterior –, o volume das exportações do agronegócio cresceu 11% e suas receitas em dólar 5,9%. Só para a China, o crescimento foi de 28% em volume, e 26% em receita. (IBGE / Elaboração CNA. Disponível em: <https://cna/panorama-do-agro> - acesso em 02 de julho de 2020.

Durante a grave crise que o mundo vivencia, em particular o Brasil nas suas dimensões econômicas, políticas, ambientais, sanitárias e humanitária, onde a riqueza e as finanças estão ameaçadas, o desemprego aumentando em números recordes e avassaladores, a fome aumentando, empresas entrando em falência, desindustrialização de setores estratégicos, privatização da infraestrutura pública, a barbárie presente na vida social; o agronegócio tem seus lucros extraordinários sendo aumentados.

Para Sampaio Junior (2012)<sup>48</sup> “O capitalismo brasileiro depende visceralmente da superexploração do trabalho” e se fundamenta pela atuação selvagem. E ainda: “A transnacionalização do capitalismo solapa as bases objetivas de um desenvolvimento restrito ao espaço econômico nacional”. Em busca da extração de mais valor, as empresas transnacionais ora se associam, ora não. As condições de subdesenvolvimento e de capitalismo dependente, não necessariamente colocam as grandes empresas transnacionais na condição de papel subordinado ao capital imperialista. Elas ajudam a decidir as regras do jogo sobre o domínio no planeta. Seus interesses são comuns. Elas não têm fronteiras e não tem pátria. Sua pátria é o capital! Transnacionais sejam elas chinesas, russas, brasileiras ou norte-americanas seguem

---

<sup>48</sup> Entrevista para a Revista UH ON-Line, 2012.

a lógica do funcionamento do capital imperialista e não necessariamente a ideologia de seus governos.

Outra mudança importante é que em 2020 a China passa a ser o principal importador do agronegócio no Brasil, num momento em que este país prevê altas taxas de crescimento econômico para o próximo período, mesmo diante de crise mundial, enquanto a principal potência imperialista no mundo, os EUA, têm cada vez mais sua economia entrando em recessão, vivenciando grave crise de múltiplas dimensões. Nas dimensões do imperialismo, outras formas vão se consolidando sobre o capitalismo brasileiro: os EUA como grande potência começa a perder espaço para a economia chinesa que já se tornou a maior do mundo.

## **2.2 – O agronegócio no Estado de São Paulo**

O estado de São Paulo se caracteriza pelo intenso desenvolvimento das forças produtivas, no campo e na cidade, incidindo no aprofundamento de relações capitalistas de produção, sustentando e fortalecendo a hegemonia da burguesia agrária/agroindustrial na região centro sul e abrigando na capital paulista o centro financeiro do país.

A partir da crise do café dos anos 1960 juntamente com a ‘modernização conservadora’ é que o Estado paulista começa a readequar seu sistema de produção, apostando na agroindústria canavieira, uma vez que os antigos produtores e barões de café em crise, começam a mudar de ramo produtivo transformando-se em capitalizados usineiros produtores de açúcar e álcool, oportunizando-se da política agrícola do Proálcool.

A cana-de-açúcar, sobretudo depois da 2ª Etapa do PROÁLCOOL, em 1979, e as repercussões a partir da 3ª Etapa, em 1985, é quando assume efetivamente status de política de Estado e matriz energética na política nacional de combustível (THOMAZ JR, 2002).

Durante a ditadura civil-militar há uma reorganização da economia agrária no Estado com a definição de alguns tipos de produtos que foram transformadas em *commodities* no mercado internacional como: a cana de açúcar, carne bovina, a citricultura, a silvicultura - eucalipto e pinus - para produção de celulose, além de uma parte de soja e milho em escala menor, que também obtém espaço no mercado internacional. Predomina, entretanto, a cana, a laranja e o eucalipto.

Os elementos postos a seguir confirmam a expressão particularizada de um período e de uma região. Estamos analisando o estado de São Paulo como expressão do que há de mais moderno<sup>49</sup> na realidade brasileira e ao mesmo tempo segue a lógica do *desenvolvimento desigual e combinado*, bem como a simbiose entre atrasado e moderno na sua composição orgânica.

Atualmente é responsável por uma parcela de 33% da produção do PIB nacional, concentrando também a maior densidade populacional do país. Segundo dados do IBGE<sup>50</sup> (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) a população estimada no ano de 2020 é de 45.919.049 milhões de pessoas, sendo que destas, em torno de 40 milhões vivem na área urbana e, aproximadamente, 05 (cinco) milhões em área rural. Ocupa o ranking brasileiro com 21,9% da população do país. Somente na região metropolitana da capital vivem em torno de 16 milhões de pessoas. Isso não significa que São Paulo é a vanguarda da modernidade no país haja visto que o Brasil mantém o caráter de país periférico e de capitalismo dependente das economias centrais como analisou Fernandes (1987), onde moderno e atraso convivem em contraditória sintonia. Para além destes fatores, as diversas regiões do estado formam um 'mosaico' em que predominam relações do *desenvolvimento desigual e combinado do capital*, sendo que algumas regiões possuem alto e elevado desenvolvimento tecnológico e das suas forças produtivas, na mesma lógica do país, e, ainda, há internamente no estado, as regiões que mantem o baixo desenvolvimento e a situação de pobreza e pouca infraestrutura no desenvolvimento do capital local.

---

<sup>49</sup> Pela lógica do desenvolvimento desigual e combinado Ernest Mandel (1980), também se verifica na realidade paulista regiões com baixo desenvolvimento de suas forças produtivas. A região centro oeste paulista conta com razoável desenvolvimento numa perspectiva capitalista, de infra estrutura, produção e circulação de capitais, etc., em contraposição à regiões marginalizadas e subdesenvolvidas como a região sudoeste, Vale do Ribeira, e oeste Pontal do Paranapanema, etc.

<sup>50</sup> Ver: IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama> - acesso em 01 de julho de 2020.

Importante compreender as metamorfoses da agricultura capitalista (atual agronegócio), no estado de São Paulo, e sobretudo na região centro oeste paulista nas duas últimas décadas. Tais mudanças foram ocasionadas, sobretudo a partir de alguns fatores, tanto na conjuntura brasileira, como pelos fatores estruturais do modo como se opera o capital internacional, mas também a forma como incide sobre a realidade paulista a partir dos países de economia central. Assim, nos chama a atenção no aspecto conjuntural sobre o aumento do comércio destas três principais commodities (açúcar/álcool, eucalipto e laranja) no mercado interno e externo e que arrasta o país a definir novas áreas de expansão da produção, devido às demandas da própria divisão internacional do trabalho. No caso do etanol o argumento que justificaria seu aumento seria a energia limpa devido ao fato de o petróleo ser combustível fóssil, cuja fonte energética finita e altamente poluente. E sobretudo, sua expansão está ligada a crise energética (crise internacional do petróleo) da década de 1970.

Surge nesse cenário, o etanol como alternativa energética, combustível renovável modificando completamente a estrutura produtiva do setor sucroalcooleiro levando a uma crescente oferta do produto no mercado nacional e internacional. Dessa maneira, a expansão do setor sucroalcooleiro no Brasil, contou com forte atuação das empresas privadas que se associaram e redefiniram as organizações de classe para participação econômica e política na sociedade, mas também no âmbito do envolvimento do Estado, como o principal aliado e financiador das demandas apresentadas, baseadas em excelentes condições de acesso aos recursos públicos, assim como reformulações no código jurídico (Código Florestal, Selo de Qualidade ISO, participação em plataformas de anti trabalho escravo, anti queimadas, etc.).

No Estado, ações foram realizadas no sentido de expansão de certas monoculturas: a primeira delas consiste na construção e instalação de novas unidades produtivas, as quais são controladas por empresas multinacionais desde o momento da produção até a circulação (captura de novas terras férteis, fertilidade de sementes, transgenia, mapeamento de novos mercados, aquisição ou arrendamento de áreas produtivas, preparação do solo, aplicação de insumos: sementes, adubos, agrotóxicos, colheita, investimento em máquinas, armazenamento, loteamento nos portos e aeroportos para instalação de estrutura de armazenamento e carregamento, investimento em frotas, marketing, consultorias, investimento em ações, associação

com bancos, indústrias, etc.). Para isso, as empresas disputam as melhores fatias de terras férteis, clima adequado, boa infraestrutura disponível, mão de obra barata, investimentos públicos do Estado, próximos aos grandes centros, articulação política, aliança com outras empresas estratégicas, dentre elas, as que monopolizam os meios de comunicação, associação com capital internacional onde podemos destacar as “joint ventures” e as fusões. Observa-se que é um movimento comum para a maioria das empresas e o mesmo se configura como tendência na atualidade.

O meio de acumulação se dá de forma clássica através da exploração do trabalho, mas criam imagem totalmente positiva de sua atuação, especialmente através do discurso da responsabilidade social e ambiental.

Assim, commodities como a cana, o eucalipto, a soja, a laranja, entre outros, avançam sobre as diversas regiões do país, incluindo a aquisição de novas áreas para produção, significando com isso, a continua expropriação de pequenos proprietários agricultores familiares, indígenas, quilombolas, ou na forma de fixação sobre terras devolutas pertencentes à União, especialmente através do método da *grilagem*. Onde o agro ainda não havia expandido, agora já está em fase de territorialização, como é o caso da Amazônia e parte do Cerrado brasileiro e Pantanal, como nova fronteira agrícola. No estado de São Paulo ocorre o mesmo fenômeno.

Mas os aspectos conjunturais acima mencionados estão alicerçados em uma base estrutural, dinâmica que articula de maneira dialética, por um lado um país cuja economia é dependente das economias centrais e de capitalismo periférico com a dinâmica produtiva interna, das quais algumas empresas operam da mesma maneira que as empresas de agricultura capitalista dos países centrais e produzem intenso desenvolvimento das forças produtivas no século XXI. O que aparece no horizonte da geopolítica brasileira como sinônimo de modernidade alcançada ou em vias de, é de fato a centralização e concentração de capital em escala *mundializada*. O Estado de São Paulo é a ponta de lança deste processo.

Tal dinâmica reproduz na sociedade as piores consequências inerentes à lógica da expansão e acumulação do capital reproduzindo sempre num círculo vicioso sobre as condições que estruturam as desigualdades sociais numa realidade de barbárie no mundo urbano e rural. Para tanto, apresentamos o agronegócio na sua versão moderna – da tecnologia, nanotecnologia, microeletrônica, das máquinas



ultramodernas, do desenvolvimento técnico de aumento da produtividade, das instituições de pesquisa, do uso da aviação na agricultura, das sementes transgênicas, etc. por outro lado, há a complementaridade do moderno, a qual faz parte da dinâmica de articulação do *moderno x atraso*, aquilo que é tido como o seu contrário, que na realidade o alimenta: trabalho escravo moderno, destruição ambiental através da *produção destrutiva*, da prática predatória – especialmente da água, das queimadas, da morte da biodiversidade, exploração do trabalho humano nas cadeias produtivas do agronegócio – bem como - dos recursos minerais e naturais, concentração da terra, concentração dos lucros, monocultivo de commodities avançando sobre áreas tradicionais de produção de alimentos, mecanização e desemprego associado a ampliação do exército industrial de reserva; automação no nível da informática e da robótica de muitos setores produtivos, elevação da produtividade combinada com rebaixamento dos salários dos trabalhadores, técnicas gerenciais de controle social, entre outros. Resumindo em poucas palavras: expropriação, exploração, centralização, concentração e acumulação privada.

Ou seja, o agronegócio é organicamente complementar as relações monopolistas do empresariamento da atividade agrícola, de latifúndio concentrado sob a posse de poucos grandes proprietários rurais, que dinamizam a produção do país numa estrutura de dependência entre países periféricos e centrais do capitalismo, onde continua lucrando burguesia endógena e internacional, com base na expropriação da classe trabalhadora, centralização e concentração do lucro privado e acumulação de capitais (com lastro real ou fictício para novo reinvestimento). Assim, aumentam suas fortunas, através do setor produtivo e/ou parasitário em contradição com o aumento da miserabilidade social, pobreza, barbárie em meio a grave crise econômica e civilizatória que o mundo vivencia.

No âmbito da agricultura paulista, traçamos um perfil da agropecuária que representa o ápice das duas primeiras décadas dos anos 2000. A escolha foi pelos dados do ano de 2013, considerando a metade das duas décadas em que a agricultura não estava em seu melhor auge e nem sua pior crise, mas estava numa posição mediana, ou seja, em posição ascendente durante tentativa de recuperação da grave crise de 2008.

### 2.2.1 – Perfil do Agronegócio paulista:

Para Silva et al. (2015: 100)<sup>51</sup>, somados aos dados do IBGE de 2013, o agronegócio paulista foi responsável por um terço do PIB nacional, sendo o maior per capita em proporção, representando 50% maior do que a média nacional, com 96% da população vivendo em áreas urbanas.

Em termos de infraestrutura logística conta, segundo Silva et al. (2015), com rodovias (com conexão ao porto de Santos e São Sebastião), cinco corredores ferroviários que ligam ao Porto de Santos ao interior do Estado e ao Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, além de dois portos fluviais em conexão com a Hidrovia Tietê/Paraná e com o sistema rodoviário bastante desenvolvidos. Rodovias como a Francisco Alves Negrão, na região sudoeste do Estado, com acesso direto aos países do Mercosul.

O porto de Santos<sup>52</sup> agrega a produção não só de São Paulo, como em nível nacional e envia importante volume de cargas pelas rotas marítimas que dão acesso a países situados a costa do Atlântico e ao canal do Panamá para acesso ao Pacífico. São três aeroportos de grande porte, sendo dois em São Paulo e um em Campinas, além de aeroportos em cidades polos no interior do Estado que atuam diretamente no transporte de cargas. Na área de energia, São Paulo possui 15 hidrelétricas de mais de 100 MW e 50 menores, além de ser o maior consumidor de energia de Itaipu. Há o gás natural procedente da Bolívia, Bacia de Campos/RJ e Santos/SP que abastece o Estado. Diante desses elementos, consideramos que as condições para a agricultura, indústria, comércio e serviços no estado de São Paulo são as mais privilegiadas, além de clima temperado com estação fria amena e quente, com regularidades fluviais, razoável umidade, etc. as quais favorecem a atividade agrícola.

Dados do Agronegócio em 2013:

---

<sup>51</sup> Os dados utilizados durante o decorrer do texto se referem à pesquisa de SILVA, Adriana Ferreira. BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo. FACHINELLO, Arlei Luiz. CASTRO, Nicole Renno. Perfil do Agronegócio Paulista e sua participação em âmbito nacional. Revista de Política Agrícola, Ano XXVI – Nº 4 – out./nov./dez. 2015.

<sup>52</sup> Construído em 1892 para possibilitar o escoamento do café aos mercados internacionais, é hoje, o principal porto do país por onde embarca a maior parte da produção agrícola do país que é comercializada no exterior. As empresas possuem frotas de navios próprios e arrendam ou privatizaram lotes para atracar suas frotas no Porto de Santos.

- a) O agronegócio paulista gerou em 2013 um PIB de R\$ 213,1 bilhões, sendo que deste, o setor de serviços (comercio, transporte etc.). contribuiu com a maior parcela, cerca de R\$ 91, 5 bilhões representando 42, 9% da participação no PIB;
- b) O segmento industrial, responsável pelo processamento de produtos agropecuários, respondeu por R\$ 88,3 bilhões, ou 41, 5%;
- c) O segmento primário respondeu com respectivamente R\$ 20, 2 bilhões, ou, 9,5% do PIB paulista;
- d) O segmento de insumos para a agropecuária foi responsável por 13,1 bilhões, respondendo por 6, 1% do PIB;

Percebe-se que a maior participação do agronegócio paulista é no setor agroindustrial e de serviços. Comparado com o perfil do agronegócio em nível nacional temos os seguintes dados em 2013:

- a) O PIB do Agronegócio em 2013 foi de 1,1 trilhão em 2013, a agroindústria participou com 28,2% e o segmento de serviços, com 31,2%.
- b) Setor primário em nível nacional foi de 34,1%. Observa-se baixa participação do setor primário no Estado de São Paulo (9,1% em comparação com o mesmo segmento em nível nacional que é de 34,1%);
- c) No segmento de insumos, obteve-se quantidade semelhante – 6,1% em São Paulo e 6, 5% no país;

Segundo dados do IBGE (2015) foram registrados no país 192.200 unidades agroindustriais. Destas, 59.906 estão em São Paulo. As demais, distribuídas nas 26 unidades da federação. Para além deste fator, São Paulo processa grande volume de matéria prima de outros estados, o que aumenta o segmento de serviços em comparação com área plantada.

Especificamente no ramo agrícola e pecuária (dos insumos ao produto final), o ramo agrícola (que reúne o conjunto de todas as cadeias produtivas de base agrícola) corresponde com R\$ 174,9 bilhões em 2013, representando 82,1% do agronegócio de base primária. Enquanto que o setor agropecuário (carnes, leite, ovos e derivados) representou R\$ 38,20 bilhões, ou, 17,9% relativo aos produtos pecuários. Em nível nacional, a participação do ramo agrícola, foi em 2013 de 69,5%. Ainda no ramo

agrícola, no estado de São Paulo predomina o segmento industrial responsável por R\$ 77,88 bilhões ou 44,5% do PIB gerado em 2013.

Diante de tais dados, verifica-se o perfil altamente industrializado da economia agroindustrial paulista com destaque para os segmentos de processamento e de serviços. No agregado nacional, as participações do segmento industrial e de serviços também são expressivas, no ramo agrícola ou no pecuário; entretanto ficam abaixo do observado em São Paulo. Em 2013, a participação dos segmentos pós porteira (indústria e serviços) no ramo agrícola nacional foi de 66,6% contra 85,8% em São Paulo.

A composição da agricultura paulista “reflete o elevado aprofundamento da estrutura agroindustrial exportadora do estado que concentra os maiores serviços financeiros e transacionais do país”. (SILVA et al., 2015, pag. 103).

Outros dados que merecem destaque em 2013, são: a atividade de produção vegetal (agricultura/floresta) que gerou um valor de R\$ 37,2 bilhões. Nesse mesmo ano, a produção nacional de cana chegou a 768 milhões de toneladas em uma área de 10,2 milhões de hectares, sendo o estado de São Paulo, o maior produtor com uma área de 5,4 milhões de hectares e produção de 434 milhões de toneladas. Dentro do estado a área de cana plantada representava em 2013 67% do total do território. A cultura da laranja representa 6% da produção vegetal/florestal do Estado de São Paulo em 2013, ocupando 5% da área plantada. Grande parcela da citricultura paulista se encontra na região centro oeste paulista. A citricultura paulista reúne o polo da cadeia no país e reúne as principais cadeias produtoras e exportadoras de suco de laranja concentrado no mundo. No ano referência do estudo, a produção paulista de laranja produziu o volume de 13 milhões de toneladas, respondendo a 74% do total de produção de laranja no país. Já a participação paulista na exportação de suco concentrado e congelado de laranja foi de 91%. Devido a problemas fitossanitários, a produção de laranja teve uma redução de 33% em 2014, mas retomou e expandiu suas atividades a partir de 2015.

Diante dos dados que conformam a agricultura paulista, percebe-se que ela tem o perfil altamente industrializada e com pouca diversidade. Predomina-se os ramos sucroalcooleiro, a silvicultura (eucalipto) e o citros (laranja). As demais proporções de produtos produzidos no Estado, como batata, cebola, feijão, legumes, ovos, leite, etc.

se situam na ordem de 1 a 5% da produção agrícola paulista. O chamado cinturão verde, formado por pequenos produtores no entorno da região metropolitana é a que abastece os mercados de produtos agrícolas e hortifrutigranjeiros da capital e a outra parte é abastecida pelo interior e demais estados vizinhos. Há, portanto, um contrassenso nas informações de que o agronegócio é o que produz os alimentos que a população brasileira consome. Segundo dados do IBGE/2017, no Censo Agropecuário, apesar de queda de 8,8% sobre a população ocupada, a agricultura de base familiar é a responsável por quase 70% da produção de alimentos no país.

Em relação à produção de base vegetal a agricultura familiar responde por 66,2% do valor da produção agropecuária:

O valor da produção com atividades agropecuárias chegou a R\$ 465 bilhões. A Produção Vegetal participou com 66,2% (R\$ 308 bilhões), sendo 77% (R\$ 237,3 bilhões) das culturas de Lavoura Temporária; 13% das de Lavoura Permanente; 5,7% da Silvicultura; 2,8% da Horticultura; 0,7% da Extração Vegetal e 0,6% pela Floricultura. Já a produção animal contabilizou R\$ 157,4 bilhões (33,8% do total), com 70,5% vindo dos animais de grande porte. A produção de aves foi a segunda mais expressiva (19%), com os animais de médio porte e os pequenos a seguir: 8% e 2,5%, respectivamente. (IBGE, 2017)<sup>53</sup>.

A pequena agricultura, historicamente desprovida de recursos e apoio governamental, falta de assistência técnica, políticas públicas, créditos, etc., ainda assim, tem apresentado em sua dinâmica produtiva, a garantia da base alimentar da população brasileira com produtos diversificados.

No caso da produção sucroalcooleira no Estado de São Paulo, centros de pesquisa ligados aos estudos sobre a cana de açúcar e etanol informam e fazem *marketing* sobre as vantagens de se investir nos negócios da cana no estado:

Além do mais, segundo a visão da Coopercana, empresa do agronegócio, outros fatores condicionantes se destacam:

---

<sup>53</sup> Ver: IBGE. Censo Agropecuário 2017. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8> - acesso em 01 de julho de 2020.

São Paulo é o berço do desenvolvimento tecnológico e da indústria de base para consolidação da produção de cana-de-açúcar no Brasil. Entre os seus institutos de pesquisa, é possível destacar: Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) – um dos principais centros mundiais em pesquisa e aplicação da biotecnologia na cana. Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) – desenvolve programa de melhoramento genético da cana. Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE) – voltado à pesquisa para obtenção de etanol de cana-de-açúcar com alta produtividade, máximo aproveitamento da matéria-prima e observância de práticas sustentáveis. Pesquisa em Bioenergia (Bioen) – programa mantido pela Fundação de Amparo à Pesquisa no estado de São Paulo (Fapesp) voltado ao estímulo e à articulação de atividades de pesquisa e desenvolvimento, utilizando laboratórios acadêmicos e industriais na promoção do conhecimento e sua aplicação em áreas relacionadas à produção de bioenergia. Parque Tecnológico de Piracicaba – com uma área de 688 mil m<sup>2</sup>, o local conta com programas de inovação tecnológica associados a empreendimento para a conversão de fontes de biomassa em combustíveis renováveis. Dispõe de uma incubadora para abrigar empresas industriais ou de prestação de serviço, em sua fase nascente. Núcleo de Apoio à Pesquisa em Bioenergia e Sustentabilidade (NAPBS) – lançado em 2011, tem como objetivo estimular e articular pesquisas sobre biomassa e tecnologias de transformação em biocombustíveis, integrando o conhecimento produzido pelos especialistas das três universidades públicas de São Paulo. (<http://www.investe.sp.gov.br/setores-de-negocios/agronegocios/cana-de-acucar/> - acessado em 24 de abril de 2020)<sup>54</sup>

- a) Qualidade do solo e clima favorável ao cultivo; b) Mão de obra qualificada nas diversas etapas da cadeia produtiva; c) Ampla frota de veículos com tecnologia flex fuel; d) Maior exportador de etanol e açúcar do mundo; e) Alta tecnologia e presença de institutos de pesquisa aplicada<sup>55</sup>.

No âmbito da tecnologia e pesquisa a laranja também conta com centro próprio de desenvolvimento da pesquisa: o Instituto Agrônomo (IAC) da Laranja se situa em Cordeirópolis/SP que mantém o Centro de Citricultura Sylvio Moreira. Quase que na

---

<sup>54</sup>Ver informações sobre vantagens de investimento na cana de açúcar em São Paulo: (site: <http://www.investe.sp.gov.br/setores-de-negocios/agronegocios/cana-de-acucar/> - acessado em 24 de abril de 2020).

<sup>55</sup> (site: <http://www.investe.sp.gov.br/setores-de-negocios/agronegocios/cana-de-acucar/> - acessado em 24 de abril de 2020).

totalidade as mudas de árvores que compõe a moderna citricultura paulista e brasileira é representada pelo resultado das pesquisas deste IAC.

O Centro participa na geração do conhecimento científico e tecnológico de alta qualidade no Brasil e no exterior, apoiado pelas principais redes de financiamento brasileiras, como FAPESP, CNPq e Capes. Além disso, há as redes experimentais para a avaliação de citros em parcerias com vários produtores e com a indústria. Mesmo com as atuais medidas de isolamento social e de contenção, as pesquisas com qualidade genética e fitossanitária são mantidas em andamento sem risco de se perderem. (APTA/SP: [apta.sp.gov.br](http://apta.sp.gov.br), 31/03/2020 – acessado em 21 de novembro de 2020)

Segundo dados do CPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – Esalq/USP): Nas safras paulistas de 2019/2020 chegaram a ser produzidas em torno de 400 mil toneladas de laranja, embora com queda na produção, ainda o Estado de São Paulo continua sendo o maior produtor de laranja do mundo. A laranja é o terceiro produto da agropecuária paulista e no momento calcula-se em torno de R\$ 5 bilhões produzidos na safra de 2019.

Para se ter noção do avanço tecnológico, seguem dados do jornal *Valor Econômico*, sobre a tecnologia empregada na cana em usina do grupo Ometto no interior do estado:

Na matéria veiculada pelo jornal *Valor Econômico*, sessão *Agronegócios*, sob o título “São Martinho inaugura era dos canaviais 4.0”<sup>56</sup>, de 05/08/2019, relata que a Usina<sup>57</sup> localizada em Pradópolis/SP possui capacidade de 24 milhões de toneladas

---

<sup>56</sup>(Valor Econômico, 05/08/2019 – disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2019/08/05/sao-martinho-inaugura-era-dos-canaviais-4-0.ghtml>)

<sup>57</sup> A Usina foi fundada em 1914 pela família Ometto, região de Limeira onde montaram o primeiro engenho para fabricação de açúcar. Em 1936, iniciaram a produção de açúcar. Em 1937 a família comprou a usina Iracema em Iracemópolis/SP a qual foi transformada em destilaria de álcool e em 1946 esta mesma usina também passa a fabricar açúcar. Em 1948 adquire a Usina São Martinho em Pradópolis/SP. Durante meio século o negócio se expandiu, se reestruturou e se modernizou. Nos anos 2000 cria uma estrutura unificada e corporativa de gerencia dos negócios. Em 2007 a empresa abriu seu capital na Bolsa de Valores. 2008 adquiriu a Usina Santa Luzia em parceria com a Cosan. Em 2010 criou joint venture com a Petrobras e criou a Nova Fronteira Bionergia. Em 2012 inaugurou o Terminal Rodoferroviário próprio, USM (Usina São Martinho). Em 2013 inaugurou a Termoelétrica da Usina São Martinho. Em 2014 iniciou as operações imobiliárias (aquisições e negócios com mercado de terras). 2018 é eleita a melhor d Brasil, maior, mais moderna e com melhor liderança no setor. Disponível em: <https://www.saomartinho.com.br/show.aspx?idMateria=cm80U4FEkag9mbBVLA4tlw==> visitado em 03 de setembro de 2020.

de cana/ano, moagem de 10 milhões de toneladas por safra, (somente pela Usina São Martinho), numa área de 135 mil hectares. Possui a capacidade de estoque para 480 mil toneladas de açúcar; conta com ramal ferroviário próprio que transportam 16 mil toneladas de açúcar por dia, numa distância de 420 quilômetros até o Porto de Santos. A empresa possui cinco mil (5000) funcionários.

A maior inovação na Usina São Martinho, segundo o Jornal, é no aspecto tecnológico e o como ela se 'modernizou e se tornou competitiva a partir do investimento em tecnologia':

As mudanças também estão ocorrendo dentro de cada máquina. Em parceria com a fabricante Case IH, os equipamentos fornecidos ao grupo estão recebendo computadores de bordo que captam o sinal transmitido pelas antenas. Cada máquina recebe uma espécie de "modem", que converte o sinal das antenas para um sinal de "wifi". Apenas os equipamentos da companhia conseguem se conectar a essa rede. Todos os detalhes da operação da máquina entram em tempo real no fluxo de informações que chega ao centro de operações, onde um grupo de funcionários monitora os dados e o andamento das atividades. Com isso, os operadores das máquinas ficam concentrados em suas atividades, sem precisar se preocupar com o monitoramento dos dados das máquinas. E dessa forma, diz Teixeira, as análises desses dados se torna mais assertiva. (Valor Econômico, 05/08/2019)

A matéria informa que, se um sensor de uma colheitadeira identifica que ela está andando mais rápido que um ritmo "ótimo" - em que o consumo de diesel e o gasto do equipamento estão em ponto de equilíbrio -, a informação é recebida pelo controlador do COA (Centro de Operações Agrícolas)<sup>58</sup> também conhecido como CIA (Centro de Inteligência Agrícola), e entra em contato com o operador da máquina para ajustar a velocidade. Ou se o sensor de um caminhão registra um sobreaquecimento de uma determinada peça, o funcionário do COA conversa imediatamente com o operador e, eventualmente, ele mesmo pode desligar a máquina à distância antes de quebrar, "evitando um atraso em toda a operação em campo".

Tais ajustes em tempo real permitem uma economia valiosa de tempo. Anteriormente, conta Teixeira, a empresa captava os dados que a máquina gerava com seus sensores em pen drives e só os lia dias

---

<sup>58</sup> Ver: <https://revistarpanews.com.br/coa-cia-a-inteligencia-no-campo/> - visitado em 28 de novembro de 2020.



depois. Agora, os operadores conseguem até se antecipar a problemas. Conseguem prever, por exemplo, quando uma máquina sofrerá desgaste e qual o melhor momento para uma manutenção preventiva. Segundo o gerente, já foi possível prever com 26 horas de antecedência quando uma máquina ia parar. A inteligência artificial, em combinação com o uso de satélite, também pode ser usada para realizar análise de solo à distância e identificar as deficiências de cada metro quadrado. Imediatamente é desenhada uma fórmula específica de adubo para realizar a correção e, depois que a mistura é feita, a máquina que vai à lavoura realizar a fertilização é programada para realizar a aplicação na medida certa para a necessidade daquela área. (Valor Econômico, 05/08/2019).

A empresa explica que até mesmo a prevenção contra incêndio pode ser feita por inteligência artificial. A companhia está desenvolvendo um algoritmo que detecta fumaça, “o que pode acionar as equipes de combate ao fogo mais próximas ao local. “Atualmente, as câmeras de vigilância instaladas nas torres já fazem esse monitoramento, e o cruzamento de seus dados podem gerar com precisão longitude e latitude do foco de incêndio”. Essas inovações são consideradas como um grande passo para a agricultura de precisão, porque é vinculada a um grande grau de automação”. O próximo passo “é fazer com que as máquinas no campo "conversem" diretamente com as máquinas da indústria. E já há um grande grau de integração nesse sentido”. (Venturelli, Valor Econômico, 05/08/2019).

A título de ilustração, mencionamos o cotidiano da Usina:

A monotonia da paisagem do canavial é subitamente quebrada pela aproximação de um drone. A máquina voadora pára em um ponto aparentemente aleatório da lavoura e suas garras mecânicas soltam um copo biodegradável, que cai no solo. Dele saem algumas vespas, inimigas naturais de insetos como a broca-da-cana, no exato perímetro onde a infestação havia sido identificada por satélite, acionando um alerta para uma central de operações. (Valor Econômico, 05/08/2019)

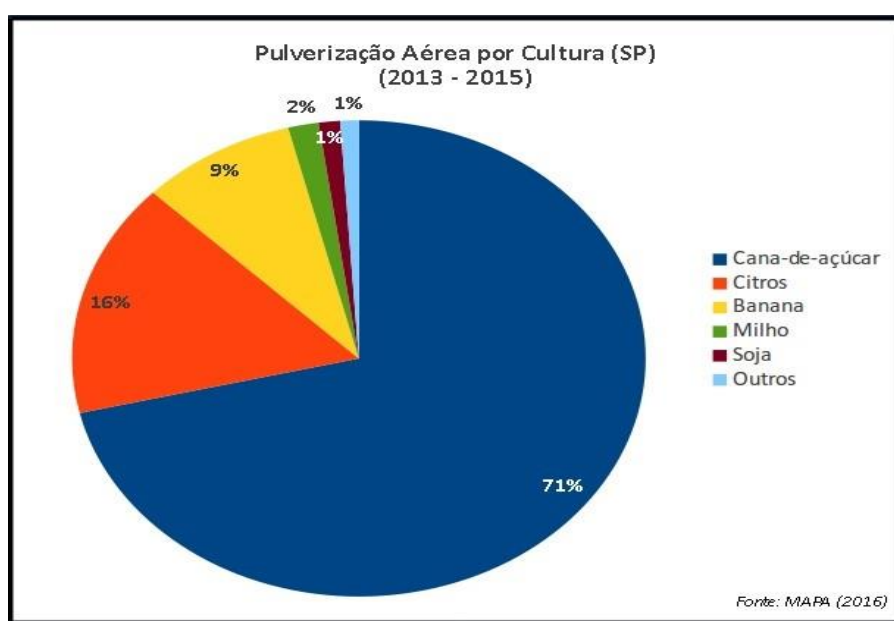
Na visão da empresa, “Todo esse esforço poupa tempo e, principalmente, recursos. O objetivo é garantir que, com a plena implementação do COA na empresa, o custo de produção caia de R\$ 2 a R\$ 3 por tonelada de cana colhida - o que, dentro da capacidade de moagem do grupo, de 24 milhões de toneladas, representaria uma economia de até R\$ 72 milhões por safra. Mas Venturelli afirma que, nestes quatro

meses, está se surpreendendo com os resultados. "É um caminho que está destravando um mundo de possibilidades". (Valor econômico, 05/08/2019).

Importante observar no discurso do diretor da corporação, a capacidade cada vez maior e real de integração entre a indústria e a agricultura pela tecnologia. A agricultura de *precisão* é a própria indústria no campo e a indústria é cada vez mais a agricultura de precisão na cidade, em total estado de integração. A dicotomia campo e cidade mediada pela tecnologia não existe para a grande exploração agrícola. Embora, a pequena exploração camponesa continua tão rudimentar movida pela engenhosidade do atraso, sob a égide do domínio da grande exploração.

Necessário dimensionar os impactos de tais avanços proporcionados pela técnica na agricultura de precisão. Através do domínio técnico, aparentemente, o homem chegou ao total domínio da natureza, especialmente no caso da agricultura capitalista. Por outro lado, o domínio técnico também produz contradições, não só no âmbito do trabalho e do desemprego, como também da destruição da natureza. Larissa Bombardi, (2017) faz uma pesquisa em que apresenta o uso dos agrotóxicos utilizados na pulverização aérea na agricultura brasileira e paulista:

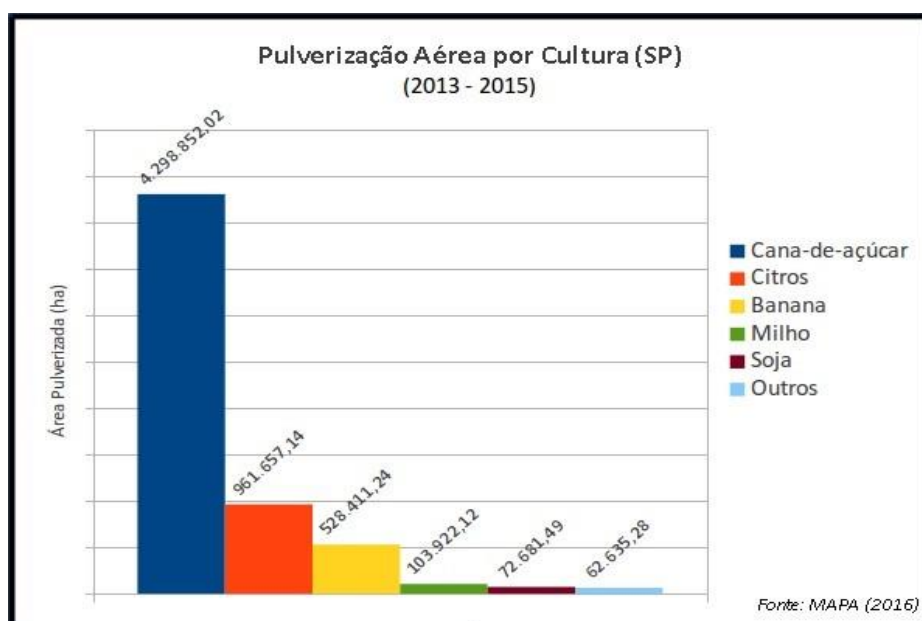
**Figura 1: Gráfico da pulverização aérea por cultura em São Paulo:**



Fonte: BOMBARDI, Larissa. 2017.

Observa-se que 71% da pulverização aérea no estado ocorreu nas lavouras de cana de açúcar. Seguida de 16% nas lavouras de citros; 9% da banana e numa porcentagem menor, outras culturas. Predomina a cana de açúcar como a que mais utiliza agrotóxico e pulverização aérea, devido sua extensão em quantidade de hectares.

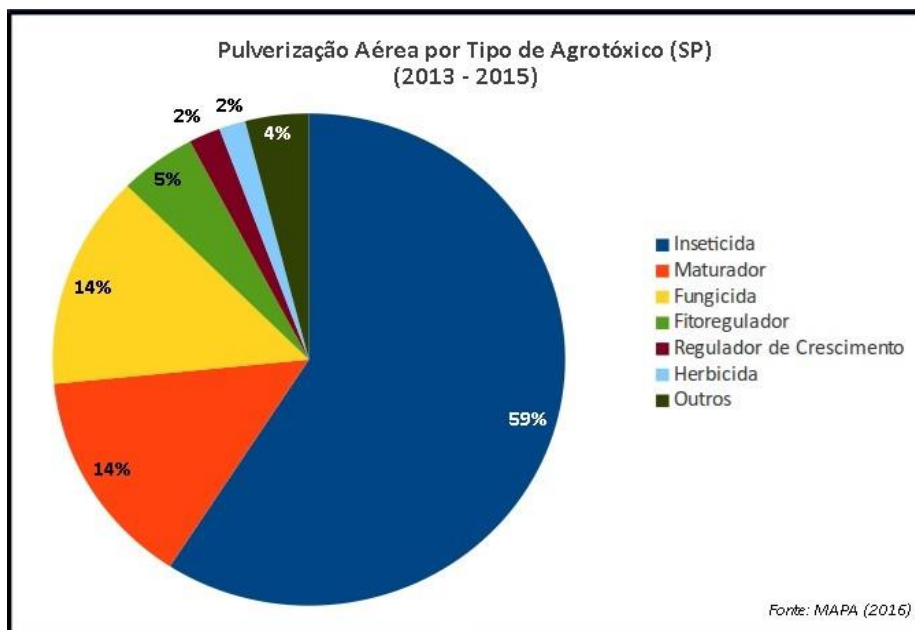
**Gráfico 2– Pulverização aérea por hectares no estado de São Paulo:**



**Fonte:** BOMBARDI, Larissa. 2017.

Em termos de quantidade de hectares, foram pulverizados por aviões agrícolas entre os anos 2013 a 2015, cerca de 4.298.852,02 (milhões de hectares) de cana, seguido de 961.657,14 (mil hectares) de citros, dentre outros.

**Gráfico 3: da pulverização aérea por tipos de agrotóxicos no estado de SP:**



**Fonte:** BOMBARDI, Larissa. 2017

No gráfico acima observa-se que a maior parte dos agrotóxicos utilizados nas lavouras nos anos de 2013 a 2015 foram: cerca de 59% de inseticidas (usado contra insetos e larvas); 14% de maturador (substância que potencializa os hormônios das plantas visando ganhos de produtividade); 14% de fungicida, (venenos antifungos – estes são altamente tóxicos e nocivos a seres humanos e natureza); 5% de fitoregulador (substâncias químicas que alteram as condições hormonais das plantas agindo sobre os seus aspecto reprodutivos – geralmente inibe o crescimento de folhas e caules para potencializar energia para o aumento de frutos); 2% de regulador do crescimento (mesmo princípio do fito reguladores); 2% de herbicida (composto químico utilizado contra as ervas ‘daninhas’) e 4% de outros produtos. As bases da agricultura capitalista evidenciam sintonia entre a modernidade do agronegócio com o antigo projeto da revolução verde.

### **2.3 – Características da Região Centro Oeste Paulista**

O território da região centro e oeste paulista compreende 201 municípios, segundo o IBGE (2020), numa área territorial que faz margem com o Rio Tiete, Rio Paraná e Rio Paranapanema. Também são importantes os rios afluentes Aguapeí e

Rio do Peixe situados na região central. Mas, um dos mais importantes e estratégicos recursos hidrográficos que abrange a região é o Aquífero Guarani, a maior reserva subterrânea de água doce do mundo. A área territorial total do centro oeste paulista corresponde a 35, 21% do território paulista.

A região conta com uma das menores densidades populacionais do estado de São Paulo, embora isso esteja modificando com os processos migratórios de outras regiões do Brasil para a colheita de cana e laranja. A população estimada<sup>59</sup> é de 4.894. 935 milhões de habitantes.

É considerado alto o índice de desenvolvimento humano, sendo que as taxas de alfabetização são de 94,5%; Mortalidade Infantil: 11,81 para cada mil nascidos vivos e a expectativa de vida é de 74,35 anos. A população urbana é de 96,71% (quase 97%) e a população rural de 3,28%. Apesar do IDH elevado, as desigualdades econômicas e sociais na região se agravam como consequência do modelo produtivo adotado e do reflexo da crise vivenciada no país. É importante afirmar que há gritante concentração de renda na região, tornando a diferença abismal entre o poder aquisitivo e distribuição de renda entre ricos, muito ricos, pobres e muito pobres ou miseráveis. Para além dos aspectos econômicos, destacam-se elementos culturais de rica mistura entre imigrantes europeus de diversas nacionalidades, imigração japonesa (com fortíssima presença em alguns municípios), o original caipira paulista (indígena, negro e europeu), e também os migrantes de outras regiões do país e de outros países que chegaram mais tarde no processo imigratório.

A região centro-oeste paulista está situada geograficamente na posição ocidental do território do estado de São Paulo. Destaca-se no mapa abaixo as macrorregiões: Bauru, Marília, Araçatuba e Presidente Prudente.

#### **Figura 04: Mapa das mesorregiões do Estado de São Paulo:**

---

<sup>59</sup> Segundo dados do IBGE (2020), dos municípios com maior população se destacam: Bauru com cerca de 379.297 habitantes. Marília tem 240.590; Presidente Prudente: 230.371; Araçatuba: 198.129; Jaú – 151.881; Botucatu – 148.130; Birigui – 124.883; Ourinhos: 114.352; Assis – 105.087; Avaré: 91.232; Lins 78.013; Lençóis Paulista: 68.990; Tupã: 65.570.



Fonte: IEA (Instituto de Economia Agrícola) – disponível no site: <http://www.iea.sp.gov.br/out/mapa.html> - acesso em 24 de fevereiro de 2021.

**Figura 5: Mapa do Estado de São Paulo: Municípios polos das macrorregiões.**



Fonte: IEA (Instituto de Economia Agrícola), disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/mapa.html> - acesso em 24 de fevereiro de 2020.

Os municípios polos que abrangem a pesquisa são: Botucatu, Jaú, Bauru, Ourinhos, Marília, Lins, Assis, Araçatuba, Andradina, Tupã, Presidente Prudente e Presidente Venceslau. Nestas microrregiões se situam os pequenos municípios onde as empresas monopolistas do agronegócio estão instaladas e possuem suas unidades produtivas, sejam elas de produção agrícola, industrial e/ou agroindustrial.

Segundo dados do IBGE (2020) o Produto Interno Bruto da região gira em torno de R\$ 40.090.504.884,00 (quarenta bilhões), cuja economia envolve os setores de serviços, indústria e agropecuária. Na agricultura, se destaca, como já mencionado, especialmente o setor sucroalcooleiro: produção de cana para açúcar e álcool; seguido da silvicultura (eucaliptos) e a citricultura (frutas cítricas). Em menor proporção a pecuária de corte e leite.

**Figura 6: Mapa da projeção da produção de cana de açúcar no Estado de São Paulo em 2010:**

Tal projeção feita pelo setor sucroalcooleiro tendo como perspectiva a primeira década de 2000 a 2010. A área destacada em cor verde correspondia a área de cana à ser plantada no estado de São Paulo:



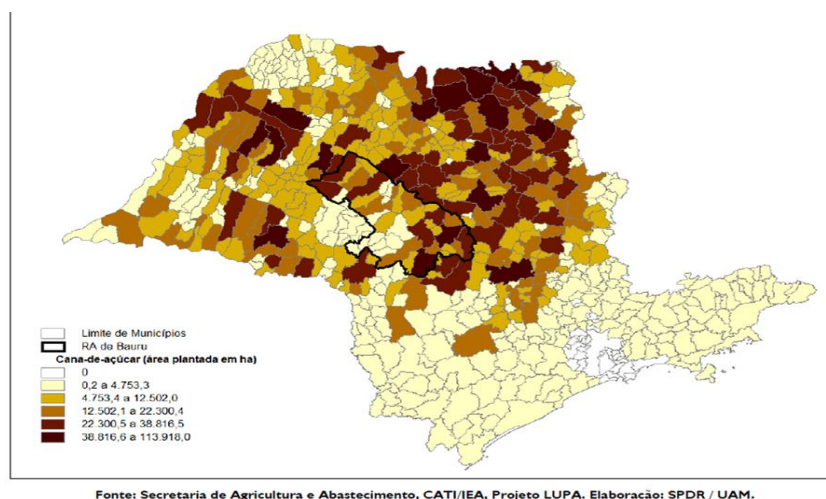
Região com maior potencial de expansão de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo

© Laboratório de Geoprocessamento IAC, todos os direitos reservados.

Fonte: Instituto Agrônomo de Campinas – IAC, 2010.

No mapa acima a projeção de plantio para a primeira década de 2000 e, abaixo, o mapa da produção real na década de 2010 a 2020.

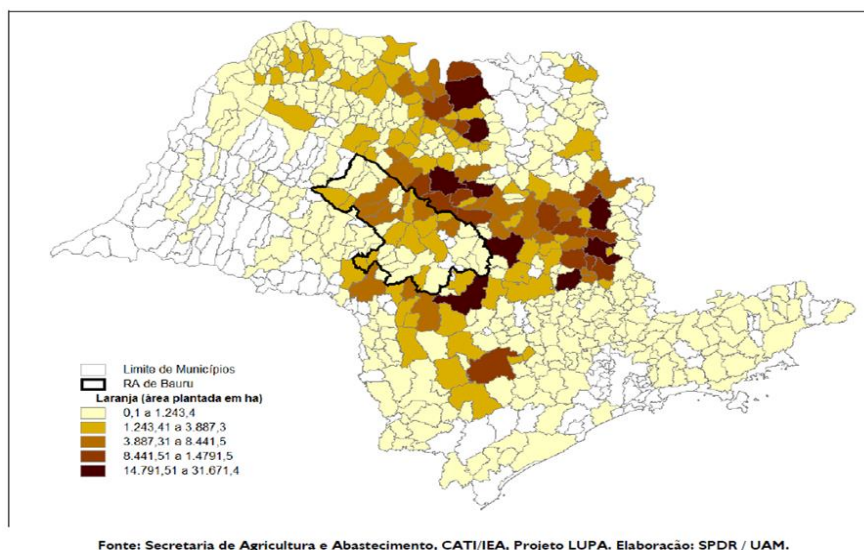
**Figura 7: Mapa da produção de cana no Estado em 2010:**



Fonte: SANTOS, 2015, pg. 52

Verifica-se que a quantidade de cana plantada corresponde a projeção do potencial feita pelo agronegócio de ocupação de mais de 80% das terras do Estado em produção canavieira. Apenas as regiões leste e sudeste não estão inseridas no mapa do planejamento produtivo da cana.

**Figura 8: produção de laranja no estado em 2010:**





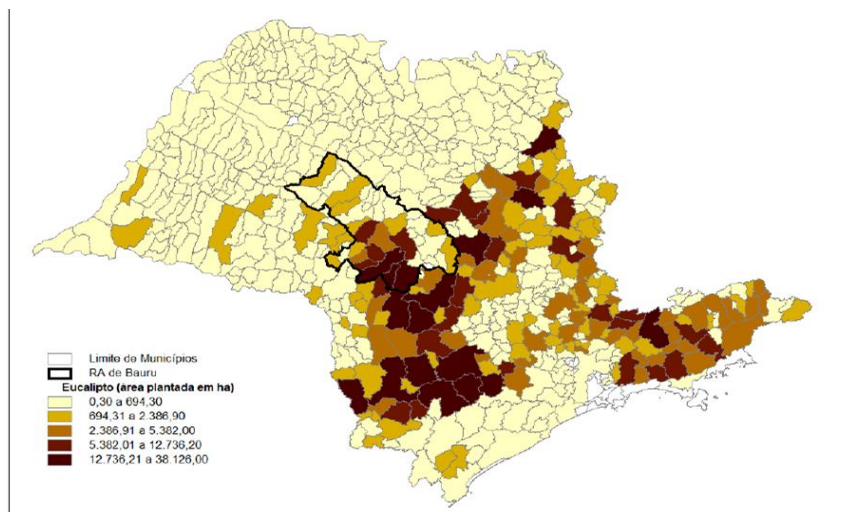
Fonte: SANTOS, 2015, pg. 49.

Observa-se no mapa que os produtores de laranja são majoritariamente pequenos e médios produtores, destacados pela legenda nas cores rosa e amarelo claro, pois trata-se de produção com contrato de fornecimento para abastecer as gigantes monopolistas na região, como a Cutrale, Louis Dreyfus, Citrovita e Citrosuco. Também se verifica outro movimento, que é das próprias empresas começarem a fazer aquisições de terras e investir em fazendas próprias, eliminando os contratos por fornecimentos.

Nesse cenário, apenas 1% (251) dos produtores que respondiam por 45% passaram a produzir mais de 60% da laranja no estado de São Paulo. Tal aumento de participação deve-se, segundo a Conab, ao estabelecimento de novos plantios realizados de forma adensada, ou seja, um maior número de pés de laranja por unidade de área tem impulsionado a produtividade. (I.O.S, 2013, p. 97)

Tais praticas ocorrem devido a uma estratégia de verticalização e concentração por parte das indústrias exportadoras de suco de laranja, conforme denúncia já feita anteriormente por Órgãos fiscalizadores sobre a empresa Cutrale. A pratica comum é a incorporação de pequenos e médios pomares, e no domínio de outras etapas da cadeia produtiva, agregando as cadeias a seus domínios levando a um processo que são as aquisições e fusões. Portanto, assim como a cana de açúcar, na citricultura paulista também se verifica, a composição que na maioria era por pequenos produtores, rapidamente verifica mudança de perfil, com forte diminuição no número de produtores pequenos, ao mesmo tempo as propriedades maiores passaram a ter maior domínio das áreas cultivadas.

**Figura 9: Mapa da produção de eucalipto no estado em 2010:**



Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA. Elaboração: SPDR / UAM.

Santos, 2015, pg.51.

Importante ser ressaltado que após 2010 (e, portanto, não se visualiza no mapa sobre os eucaliptos), o elemento de que houve, nos últimos dez anos mega expansão desse produto para a região centro paulista, abrangendo principalmente as microrregiões de Botucatu, Jaú, Lençóis Paulista, Bauru e Marília. E a projeção da expansão do eucalipto prevê a inserção das terras da região central quase que na totalidade, uma vez que, com a instalação da transnacional Bracell, tornou-se real a inserção das terras numa inversão de produção de cana para a produção de eucaliptos, tendo em vista que essa empresa tem oferecido condições mais vantajosas para os pequenos e médios produtores fornecedores de cana, para que passem a produzir eucaliptos para celulose. As disputas ocorrem também intraclasse sobre as áreas disponíveis para a expansão de commodity. A briga no momento se dá entre usineiros e madeireiros plantadores de eucalipto na disputa das terras e dos fornecedores.

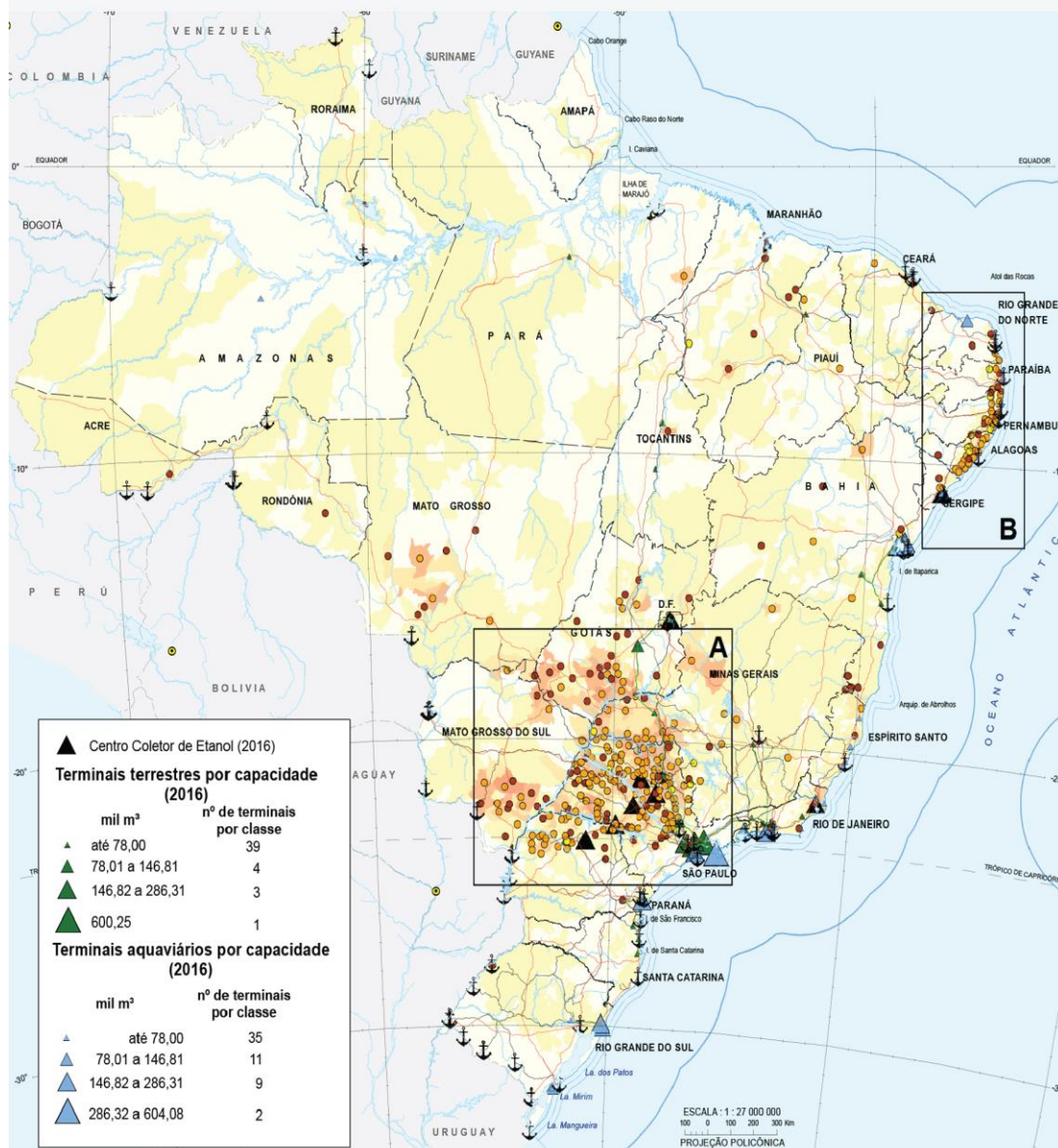
Com base nos três mapas acima, observa-se uma distribuição espacial das commodities. A cana envolve quase a totalidade das terras do estado, com exceção das regiões sul, sudoeste, litoral e leste. A laranja está espalhada pelas regiões centro sul, nordeste e noroeste. Já o eucalipto está distribuído na região centro sul e leste. Observa-se que apenas a região do Vale do Ribeira, localizado à sudeste não está absorvido pelas principais commodities agrícolas produzidas no estado de São Paulo.

Talvez se explique pela razão de que esta é a região com maior concentração de populações indígenas, quilombolas e pequenos agricultores, região de formação de serras, que dificulta uso de maquinários (embora predomina outros tipos de agronegócios como a mineração). Nesta região, é forte a exploração de minério, como o calcáreo, a bauxita, etc. que são produtos base da construção civil e de interesse de empresas como Camargo Correia, Votorantim, Odebrecht. A riqueza hídrica da região também é disputada pela Nestlé, assim como o turismo, por ser parte da pequena área de mata atlântica preservada no estado, dentre outras questões. No mais, a produção de bananas e palmito é o forte da região do Ribeira e Alto Ribeira pelos pequenos agricultores que também produzem no formato de monocultivo. As hidrelétricas também fazem parte dos mega projetos de expansão do capital que tem desenvolvido forte ofensiva naquela região.

**Figura 10: Mapa da logística rodoferrohidroviário da cana no estado de São Paulo:**

Use a seta  
para avançar

## Principais estruturas envolvidas na logística dos derivados da cana



Fonte: IBGE / Elaboração: novaCana.com

novaCana.com

Fonte: IBGE e Novacana, 2016.

Observa-se no mapa a grande concentração de infraestrutura no estado de São Paulo e na região litoral Nordeste do Brasil com os terminais terrestres e aquaviários, em 2016, para o transporte dos derivados da cana, o açúcar e o etanol.

Na infraestrutura da região centro oeste paulista há potencial desenvolvimento das forças produtivas, típicas do desenvolvimento capitalista no atual estágio. A região conta com a seguinte infraestrutura: Aeroportos: são dezoito aeroportos na região, sendo que somente os aeroportos de Bauru (Bauru-Arealva), Marília, Presidente Prudente e Araçatuba possuem voos comerciais. O restante serve ao embarque de cargas do agronegócio e da indústria.

No âmbito Ferroviário: As estradas de ferro, que foram fundamentais para a expansão econômica da região e teve seu impulso a partir das linhas férreas, especialmente pelo entroncamento da NOB linha que sai de Bauru até a divisa com a Bolívia e demais ramificações pelo estado, estão desativadas, tendo poucas linhas funcionando para cargas, e, quase na totalidade foram adquiridas pelas empresas subsidiárias da Cosan no modal rodoferroviário: Rumo Logística e América Latina Logística (ALL).

Rodovias: O fim do transporte ferroviário na região, levou a priorização do uso das rodovias e elas se tornaram o principal meio de transporte e, portanto, o traçado das rodovias, coincide com antigo traçado das ferrovias, que ligam à capital São Paulo. As principais rodovias da região são Rodovia Marechal Rondon-SP 300; Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros SP/225; SP/255; e SP/294. A Rodovia Raposo Tavares SP 270; Rodovia Assis Chateaubriand (SP-245) e um trecho da Castello Branco. Juntas, elas transportam toda a carga de mercadorias do agronegócio até o Porto de Santos ou aeroportos para o comércio internacional. Cumprem papel estratégico.

Além disso, as rodovias paulistas influenciam pela sua importância, localização e modernização determinando os custos de produção das mercadorias devido a rapidez de inseri-las no mercado. As empresas preferem produzir onde os custos de produção sejam mais baratos. Assim como, influenciam também no quesito renda da terra e na valorização imobiliária dos imóveis devido localização privilegiada e com desenvolvimento intenso das forças produtivas. As rodovias paulistas são consideradas “vantajosas” para o investimento do capital. Na administração destas rodovias, em parte, funcionam concessões que os governos estaduais cedem as empresas concessionárias, dentre elas, as do agronegócio (que instalam cabines de pedágios para cobrança do tráfego dos automóveis em geral) e garantem a enorme lucratividade das empresas concessionárias. As empresas do agro como a Cosan e

Cutrale, por exemplo, possuem concessão das principais rodovias no estado e lucram com alguma porcentagem nas ações destas concessões. O sistema de passagem automática “Sem Parar” foi desenvolvido pela Companhia de Concessão de Infraestrutura CCR e os demais acionistas STP e no ano de 2016 foi vendido 100% do capital da empresa para a empresa DBTrans<sup>60</sup> (pertencente a americana FleertCor Technologies que atua no setor de pagamentos para o mercado rodoviário de cargas), por R\$ 4, 086 bilhões. A DBTrans mantém o controle sobre os rendimentos do sistema de pagamentos dos setores de cargas nas praças de pedágio. Fazem parte da STP algumas empresas do agronegócio como a Raizen, Cosan, Cutrale. A Raízen Combustíveis, (joint venture entre a Cosan e a Shell), também acionista da STP, recebeu R\$ 408,6 milhões pela sua participação na venda da CCR e da STP. Portanto, empresas como as mencionadas, possuem ações no sistema “Sem Parar” e na operação das cabines devido participação no controle acionário. Além de influenciarem no sistema de gestão e no financiamento das rodovias atuam no âmbito do capital financeiro através destas.

No âmbito da comunicação e da cultura de massa: A televisão aberta na região conta com nove redes filiadas, além de oito canais de TV aberta não ligados a rede filiadas. Na área da educação há a predominância de instituições de ensino superior, a maioria destas criadas por capital privado<sup>61</sup>, mas também há as de ensino público<sup>62</sup> espalhadas pelos municípios da região. Cumpre lembrar que no plano ideológico, conforme tratado no capítulo 2, as empresas possuem influência nas escolas e universidades, secretarias municipais de ensino, produção de materiais, parcerias com projetos educacionais, associações, etc.

---

<sup>60</sup> A Fleetcor, dona da DBTrans, é líder em cartões de combustível e soluções de pagamento para empresas e tem operações na América do Norte, América Latina, Europa, Austrália e Nova Zelândia.

<sup>61</sup> Instituições Particulares: São pelo menos vinte (20) unidades de ensino superior, faculdades, faculdades integradas, institutos de educação superior, etc., presentes na região.

<sup>62</sup> Ensino Público: Federais - (Instituto Federal de São Paulo) - Campi Assis, Tupã, Avaré, Birigui, Presidente Epitácio, Universidade Aberta do Brasil (UAB) – Polo em Tarumã e Jau; Estaduais: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP, Campi em Araçatuba, Assis, Marília, Bauru, Botucatu, Ilha Solteira, Dracena, Ourinhos, Presidente Prudente, Tupã, Rosana; Universidade de São Paulo (USP) – Campi: Bauru e polo em Jaú; Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo - FATEC: Campi em Araçatuba, Assis, Bauru, Jaú, Botucatu, Garça, Lins, Marília, Ourinhos e Presidente Prudente; Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA) – campus em Marília. Instituições de ensino médio e técnico: Escolas Técnicas Estaduais ETEC/SP – Centro Paula Souza – unidades: Adamantina, Assis, Bauru, Birigui, Dracena, Garça, Lençóis Paulista, Lins, Marília, Cabralia Paulista, Ourinhos, Palmital, Paraguaçu Paulista, Penápolis.

## **2.4 – Transformações na questão agrária na região centro oeste paulista nos anos 2000-2020:**

Em estudo realizado pelo INCRA/2018 sobre a região centro oeste paulista, o Órgão aborda as transformações ocorridas na agricultura na região, desde a alteração das áreas de pastagens para gado de corte e leite nos anos 1980, (que intensificou após a crise do café na década de 1960), e como a cana vai tomando espaço sobre a pecuária a partir dos anos 1990 e se tornando o principal produto, o qual predomina até os dias atuais.

Ainda há atividade pecuária de produção de carne e leite nos municípios de Lins, Promissão, Penápolis, Mirandópolis, Andradina, (que produzem gado em confinamento para a empresa JBS), principal empresa monopolista no ramo. Também empresas como a Nestlé, e outras estão presente na exploração da produção leiteira nestes municípios. “Segundo levantamento divulgado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, mostra que nos anos 2000 a 2010, as áreas de pastagens tiveram uma redução de 281.570,50 hectares nas regiões de Bauru e Marília”. Em meados dos anos 2000, as pastagens ocupavam 1.287.572 hectares na região. Dez anos depois, o total diminuiu para 1.006.001,50 hectares. (IEA/INCRA, 2018, pag. 28).

A Região cujos polos principais são os municípios de Bauru e Marília, experimentou desde 2000 uma radical transformação na destinação das terras rurais que, anteriormente eram utilizadas predominantemente para pastagens e que atualmente, verifica-se uma elevação significativa das terras pela cultura da cana de açúcar. (INCRA, 2018, p. 26)

Com a alteração na produção agrícola a partir dos anos 1990 e 2000, voltadas para o aumento da produção de cana para açúcar e etanol, a JBS, principal empresa do monopólio de carnes e derivados, expandiu seus negócios para outros estados e países e modificou sua atuação na região. Em Lins, a empresa possuía uma indústria de abate e corte (frigorífico) a partir do gado criado em confinamento ou pastagens tradicionais nos municípios vizinhos, de onde saía a produção de carne que era exportada para a América do Sul, especialmente Argentina e Uruguai, dentre outros. Mas com a aquisição de frigoríficos e investimentos produtivos nestes países, a

empresa em Lins foi transformada em indústria de derivados de couro, onde faz a limpeza e manejo de curtume para produção de diversos outros subprodutos. Também possui em Lins unidade de reciclagem de plásticos, uma vez que os países da Europa recebem a carne, mas não querem os resíduos de lixo no país, então devolvem os plásticos que são embalados as unidades de bovinos em peças inteiras. A unidade de Lins recebe de volta esses lixos plásticos para reciclagem para continuar reusando. Esta unidade se transformou na referência de responsabilidade social e ambiental da empresa, ou seja, referência ambiental do lixo devolvido pela Europa!

As áreas de pastagens, no entanto, foram significativamente perdendo espaço para a produção sucroalcooleira, laranja e recentemente, de eucaliptos na região. A agroindústria sucroalcooleira na região experimentou um dos maiores crescimentos do Estado de São Paulo. O Órgão argumenta que segundo publicação do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo (IEA), nos EDRs de Assis, Avaré, Bauru, Jaú, Lins e Ourinhos, a área utilizada para a cultura da cana de açúcar entre as safras de 1999/2000 e 2012/2013 elevou-se em 87,31%, ou seja, foi de 456.981,35 para 855.982,17 hectares, quase o dobro.

A elevada expansão da área plantada com cana de açúcar foi acompanhada de aumento do número de unidades fabris, principalmente no período de 2005 a 2011. Por outro lado, devido à crise que o setor atravessou a partir de 2012, ocorreram fechamento de 9 unidades fabris em 2018. Estão instaladas na região e se encontram em atividades 18 unidades industriais de açúcar e álcool.

Em relação ao funcionamento das áreas produtoras de cana, além das agroindústrias com produção em terra própria ou em áreas arrendadas há as áreas que produzem por contrato de fornecimento de cana, incluindo neste setor, os médios e pequenos produtores. Sem mencionar, ainda, os trabalhadores volantes que trabalham nos períodos de safra e entressafras.

Os imóveis da tipologia cana são predominantemente explorados em regime de parceria (arrendamento) com as usinas de cana. Os contratos de parceria preveem normalmente dois ciclos, ou seja, 12 meses de arrendamento. A arrendatária (usina de cana) é responsável por todo o ciclo produtivo da cultura do plantio a colheita e a remuneração varia de 15 a 20 toneladas de cana por hectare considerando o valor da tonelada de cana igual a 110 kg de ATR (açúcar total recuperável). O valor da remuneração do proprietário do imóvel é definido em função da qualidade do solo e da distância da usina. Assim, quanto melhor a qualidade da terra e mais próximo da



usina maior o arrendamento. Os imóveis desta tipologia estão situados em solos de média a alta fertilidade e de relevo plano a moderadamente ondulado. (INCRA, 2018, p. 33)

Há dois modelos de uso da terra na região para o plantio da cana: 1) a empresa que é a proprietária de fazendas e produz em suas terras ou arrenda grandes propriedades de terceiros; 2) pequenos e médios proprietários fazem contrato de fornecimento da cana para as empresas, as quais recebem os produtos nas usinas, ou seja, recebem o fornecimento de cana mediante contrato. No entanto, a forma que predomina atualmente no monopólio da produção de açúcar e álcool tem sido os contratos com pequenos e médios produtores para fornecimento da matéria prima, onde esses pequenos agricultores sofrem com a cartelização e a definição de preços, uma vez que entregam sua produção diretamente na usina, arcando com os custos do transporte, prazos e metas, em valores abaixo de mercado para as empresas, pois precisam cumprir com medidas e normas definidas por elas, que para enfrentar suas concorrentes e manter a média de sua taxa de lucros, rebaixam os custos de produção e o preço da força de trabalho.

Existem dois polos subdivididos em que se encontram plantios de cana na região relacionados a projeções de produtividade. Um dos polos apresenta de media à baixa produtividade e contempla pelo menos 34 municípios. As mesorregiões de Assis, Bauru, Marília e Lins, devido ao tipo de solos (latossolos ou argilosos) arenosos, a produtividade não é considerada alta, e, para tanto, não existem fabricas de açúcar e etanol nestes municípios.

“De modo geral estes municípios não tem unidades de processamento de cana implantadas e operando e o exemplo disto é a Destilaria Agrest situada em Espírito Santo do Turvo, fechada por falência desde 2013”. (INCRA, 2018:33)

O valor das terras desta tipologia além dos aspectos já abordados tem relação direta com a saúde financeira das usinas de cana. Não são raros os casos de inadimplência de usinas com os proprietários de terras ou até mesmo usinas que entram em regime de recuperação judicial ou mesmo com falência decretada. Estes fatos aumentam o risco do arrendamento e em muitos casos os proprietários das terras apesar de serem credores das usinas não podem romper o contrato com a usina e, portanto, ficam impedidos de dispor livremente do seu imóvel. (INCRA, 2018, p. 33)

Já o Polo II, formado por 54 municípios fazem parte da (EDR's Escritórios Diretórios Regionais) Avaré, Botucatu, Barra Bonita, Catanduva, Jaboticabal, Jaú e Lins. Estes municípios possuem media a alta produtividade em áreas de relevo plano moderadamente ondulado com predominância de latossolos. “Neste polo estão instaladas nove (09) unidades industriais de processamento de cana o que resulta numa intensidade de exploração muito alta (INCRA, 2018:33).

As áreas de cana de açúcar se expandiram dos anos 2000 a 2015 na região em 855.982,17 hectares. Ou seja, em quase 900 mil hectares (próximo a 1 milhão de hectares). Além da predominância da cana de açúcar, este setor tem passado por um processo intenso de mecanização.

As taxas de produtividade, sendo elas altas ou baixas, influenciam diretamente no mercado de terras, no quesito *renda diferencial da terra*. Os valores por hectare podem ser mais baixos ou mais altos. Porém, se para a cana de açúcar são consideradas baixa a fertilidade, para outro tipo de cultura, pode ser considerada ideal, como é o caso da avaliação destas mesmas terras para o setor de fruticultura ou eucalipto. A laranja e o limão, por exemplo, são frutas que estão presente neste tipo de solo.

A laranja, com vistas à produção de suco concentrado, apesar de igualmente despontar nos anos 1960, foi, nas duas décadas seguintes e parte dos anos 1990, que em São Paulo puxou a fila e contou não somente com política de crédito específico para a parte agrícola, mas principalmente com apoio às exportações, o que trouxe benefícios para as grandes empresas do setor de alimentos (MARTINELLI, 1998, p.? apud (THOMAZ JUNIOR, 2010, pag. 10 e 11).

A região nordeste e noroeste do estado de São Paulo, anteriormente consideradas as regiões em que predominava a produção de laranja, principalmente Araraquara, Matão, Limeira, agora se divide com a região centro paulista que também teve os pomares da fruta duplicado de 2010 a 2020.

A agroindústria regional tem sido fundamentada nas atividades de beneficiamento agrícola ou na produção de bens finais demandados pelo processo de urbanização, principalmente a indústria de bens alimentícios de origem agrícola e animal e de bebidas, bem como frigoríficos e os líquidos alcoólicos como vinagre e

outros extraídos do sucroalcooleiro e também óleos essenciais de citros. As perspectivas de aumento da produção de etanol e açúcar aumentam também a quantidade de usinas e destilarias de álcool na região.

No entanto, a crise de 2008 e 2012 se abateu fortemente sobre esse setor, levando a falências algumas usinas, aumentando a crise para os fornecedores de cana. Ao mesmo passo que as empresas monopolistas acirravam suas disputas em processos novos de aquisições de terras, usinas, indústrias, armazéns, infraestrutura e a abertura de seus capitais para fusões e principalmente o investimento de seus capitais na Bolsa de Valores, com destaque para o Mercado de Futuros BV&MF, (novidade dentro da Bolsa de Valores, criado nesta conjuntura de crise de 2008), sobretudo as commodities e produtos com tendência de valorização durante a crise.

Ainda para o documento (INCRA, 2018, p.26) a localização estratégica de Bauru é fator de grande importância na estruturação do setor terciário, em especial do comércio atacadista. O crescimento e a concentração da riqueza gerada, principalmente pela produção sucroalcooleira provocaram a expansão dos segmentos sociais de médias e altas rendas gerando novos padrões de consumo. As principais agroindústrias na região: usina de açúcar e álcool, frigoríficos, indústrias de sucos, indústria madeireira, papel, celulose e curtumes.

Ressalta-se que na região centro oeste do estado de São Paulo os principais capitais que controlam os monopólios das cadeias produtivas são: no ramo da citricultura - capitais da família e grupo empresarial Cutrale - Vale aqui ressaltar que a brasileira Cutrale e mais três grupos econômicos brasileiros, são os que controlam todo o mercado de laranja no mundo. Ela é a maior e detém 60% do mercado; as demais são Citrosuco (família Fisher) e Citrovita (da família Antonio Ermirio de Moraes dono da Votorantim). A francesa Louis Dreyfus Commodities – LDC também domina esse mercado e fez fusão de seus capitais com a Cutrale para enfrentarem as rivais Citrosuco e Citrovita, que também fundiram os capitais entre elas na mesma lógica de enfrentarem a concorrência. Na silvicultura - eucalipto na região (era controlado pela família Lwart e também pelas empresas de capitais da família Salim Maluf através das empresas Eucatex e Duratex). No entanto, surge na região a partir de 2020 uma nova empresa de capital asiático, a RGE, que criou a filial Bracell. É uma transnacional gigantesca e passará a dominar o monopólio no setor se tornando a maior produtora

de celulose solúvel do mundo com produção e fabricas no Brasil (São Paulo e Bahia). No ramo de carnes, couros e frigoríficos (família JBS) que também é a maior empresa de carnes e derivados do mundo; de leite e derivados é a estrangeira Nestlé; sucroalcooleiro (famílias Ometto e Odebrecht etc.).

Observa-se, que o crescimento das empresas agroindustriais desde o período da modernização conservadora, as transformara em empresas monopolistas endógenas aliadas ao capital internacional e que atuam na região centro oeste paulista intensificando a concentração e centralização de capitais num movimento crescente de monopolização das cadeias produtivas. Há maior proporção de monopólios de empresas nacionais do que estrangeiras.

Para além das empresas monopolistas há especulação com a terra. Importante ressaltar que o estado de São Paulo teve sua estrutura fundiária forjada pela histórica grilagem de terras e a legitimação desta através da conveniência entre a administração pública estatal com os aparelhos privados da hegemonia latifundiária. Um fato curioso é que dois ex-presidentes da República possuem terras na região, as quais são tratadas em caráter sigiloso. O ex-presidente Michel Temer possui uma fazenda de 1.500 hectares no município de Duartina/SP, mas o imóvel está registrado em nome de seu amigo e parceiro, o Coronel José Baptista Lima Filho. A fazenda foi desvendada e ocupada pelo MST por três vezes consecutivas, sendo que na última vez, em 2018, um gigantesco batalhão da tropa de choque da PM da macrorregião foi responsável pela operação de despejo das famílias. A fazenda, além de sua origem duvidosa quanto à matrícula e situação legal, a mesma é improdutiva (uma pequena parte é arrendada para pastagem e outra pequena parte arrendada para plantio de eucalipto e o restante dos 90% da área é improdutiva).

A “fazenda do Temer”, expressão ouvida por reportagem da Folha de São Paulo, em Duartina, foi ocupada várias vezes pelo MST nos últimos anos. Durante a ocupação de maio de 2016, o movimento achou no local uma correspondência endereçada ao político. “Se perguntar para qualquer um, vão dizer que a fazenda é do Michel Temer”, disse o motorista João Carlos de Oliveira, morador de Duartina, ao jornal paulista. “É assim que as pessoas daqui conhecem o local.” [...]. O MST diz que Temer é o verdadeiro dono da fazenda. O coronel Lima seria um laranja. A dupla (Temer e Coronel Lima) foi presa nesta quinta-feira em São Paulo, acusada de compor uma

organização criminosa liderada pelo ex-presidente. Eles teriam cometido crimes como peculato e lavagem de dinheiro, sendo beneficiados por propinas que somam R\$ 1,8 bilhão. O Ministério Público Federal no Rio de Janeiro diz que Temer e Lima formam uma organização criminosa há 40 anos. (DE OLHO NOS RURALISTAS, 21/03/2019).<sup>63</sup>

Durante os tramites jurídicos para a reintegração de posse, surgiu a hipótese de que há uma área dentro da propriedade que pode ser patrimônio público nacional pertencente a SPU (Secretaria do Patrimônio da União) e uma estação de trem pertencente ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)<sup>64</sup> que é responsável pelos bens de valor histórico da União. Dentro da propriedade passa uma linha de trem desativada e uma estação ferroviária antiga, a Estação Esmeralda, mesmo nome da fazenda, o que aumenta as chances de que a área pertencente à Estação Esmeralda foi apropriada ilegalmente pelo político. A área contígua em paralelo a linha férrea pertencia à extinta RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A.). Parte dos trechos de linhas ferroviárias de Bauru que cortam Duartina faziam parte da RFFSA, depois transferida para a FEPASA com a administração do governo estadual, e, nos anos 1990 finalmente privatizada. Constan dos documentos<sup>65</sup> do Patrimônio Ferroviário Nacional, algumas linhas férreas, áreas e estações que foram desapropriadas e tombadas como patrimônio. No caso, a SPU tem a responsabilidade de fazer o levantamento das áreas/propriedades consideradas patrimônio histórico e encaminhá-las dentro das normativas vigentes. Em 2007 iniciou-se o inventário e o levantamento desses patrimônios, sem conclusão até o momento.

Em relato feito pela direção do MST, dentro da fazenda ficava a antiga estação de trem, Esmeralda, desativada. E que ela não podia ser acessada pelos órgãos responsáveis do patrimônio público: “A faixa de terra da estação é pública e não poderia ser apropriada de forma

---

<sup>63</sup><https://deolhonosruralistas.com.br/2019/03/21/entenda-a-relacao-de-temer-e-coronel-lima-com-o-universo-agropecuário/> - acesso em 24 de abril de 2021.

<sup>64</sup> Constituição Federal do Brasil: Art. 216. (...)§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (grifo nosso). Lei Nº 11.483, de 31 de maio de 2007: Art. 9º. Caberá ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN receber a e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção (grifo nosso).

<sup>65</sup>Ver:[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual\\_tecnico\\_patrimonio\\_ferrovuario.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_tecnico_patrimonio_ferrovuario.pdf) - acesso em 24 de abril de 2021.

privada como está sendo. Isso tem nome: para nós é ‘grilagem!’” (DE OLHO NOS RURALISTAS, 21/03/2019).

O INCRA também foi acionado pelo MST para fazer a *cadeia dominial*<sup>66</sup> da fazenda, espécie de rastreamento e confronto de informações para averiguar as matrículas e respectivos proprietários desde que a matrícula existe. Documentos da matrícula da fazenda Esmeralda mostram informações ambíguas e confusas. Segundo relato dos moradores e funcionários a fazenda tem como principal atividade promover eventos políticos e receber correlegionários do partido (PMDB) da região e do estado para fins de articulação política. O ex-presidente nega a posse da propriedade, embora a fazenda seja conhecida na região como sendo de propriedade de Michel Temer. (MST, 2017)

O portal da Unisinós (IHU, 2018) também aborda a questão agrária na região centro paulista e menciona as terras de Fernando Henrique Cardoso em Botucatu, onde duas glebas, uma chamada Fazenda Três Sinos e a Fazenda Rio Pardo, cuja propriedade é da empresa Goytacazes Participações – estão em nome de Beatriz, Luciana e Paulo Henrique Cardoso, filhos de FHC, (as quais eram de FHC e foram transferidas após questionamento na imprensa). Parte dessas terras, estimadas 245 hectares, estão arrendadas para produção de cana de açúcar.

Os dados divulgados pela prefeitura de Botucatu – com coordenadas geográficas, divisas naturais, propriedades fronteiriças com números de matrícula – oferecem detalhes sobre as propriedades de FHC. [...]. Nela não há cerca, não há sede, não há uma residência, não há nem mesmo uma placa que identifique seu nome ou o número da propriedade. E nada que sugira algo como uma administração diária do empreendimento – segundo a família FHC, arrendado. (IHU, 24/05/2018)<sup>67</sup>

---

<sup>66</sup> Cadeia Dominial, é a relação dos proprietários de determinado imóvel rural desde a titulação original pelo Poder Público até o último dono (atual proprietário). Este conjunto de informações é emitido pelo Cartório de Registro de Imóveis da situação do imóvel, e inclusive é utilizado pelo Incra para o cadastramento de imóveis rurais e emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, o CCIR. (INCRA, 2016).

<sup>67</sup>Ver: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/579276-fhc-o-fazendeiro-fazenda-da-familia-de-fernando-henrique-em-botucatu-sp-e-um-canavial-sem-casa-e-sem-cercas> - visitado em 24 de abril de 2021.

Em matéria no site *De Olho nos Ruralistas*, site responsável pela matéria original e reproduzida por outros veículos, confirma a posse do ex-presidente, reiterando também o clima de sigilo encontrado na região sobre a propriedade. São 25 reportagens que formam um dossiê sobre as fazendas de FHC e a sua estreita relação com membros da Sociedade Rural Brasileira, tradicional entidade paulista que reúne a ala dirigente do moderno agronegócio e da política paulistana. (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2021).

Os dois exemplos acima mostram a relação mutua entre o público e o privado no âmbito da relação com a propriedade privada da terra no estado de São Paulo, e suscitam a coincidência de dois ex-presidentes da República se tornarem proprietários de terras, numa mesma região, alvo de especulação imobiliária por parte das empresas monopolistas, chamando a atenção para o formato sigiloso, com a colaboração de seus principais assessores políticos.

A região centro oeste paulista se confirma como uma região onde as práticas de grilagem deram origem a complexa estrutura fundiária no estado, a qual se reafirma cotidianamente como uma região onde as relações econômicas e políticas se misturam entre *arcaico e moderno*, numa relação dinâmica do *desenvolvimento desigual e combinado* da questão agrária paulista. Essas mesmas relações permeiam a política, o governo, o Estado e, por vezes, reflete no âmbito administrativo do público com o privado.

## CAPÍTULO 3

### METAMORFOSES DA AGRICULTURA CAPITALISTA NA REGIÃO CENTRO OESTE PAULISTA

#### 3.1 – A questão agrária na região centro oeste paulista: aspectos históricos

Conforme verificado no capítulo 2, a partir dos anos 2000 o agronegócio se consolida no país, como novo produto histórico da era moderna na agricultura capitalista. No Estado de São Paulo e sobretudo na região centro oeste paulista<sup>68</sup>, o agronegócio demonstra ter superado os principais entraves no desenvolvimento da agricultura, como: improdutividade, atraso técnico, infraestrutura, etc. e saltou como a vanguarda na região de uma agricultura altamente tecnificada, fundida entre as frações agrária, industrial e bancária, ao capital internacional, num período de aprofundamento do domínio imperialista, de *mundialização* da agricultura, de intensificação dos monopólios nas cadeias produtivas e na propriedade privada da terra, especulação e financeirização (capital produtivo e fictício), crescente expansão acompanhada de centralização e concentração, apoiado pelo projeto neoliberal e reestruturação produtiva do capital. Em síntese, esse foi o processo principal de avanços e metamorfoses da agricultura capitalista na região centro oeste paulista.

Porém, anterior a esses acontecimentos, há um processo histórico na região, de constituição da mesma como nova fronteira agrícola, a partir da expansão do café, que teve como objetivo a inserção lucrativa no mercado internacional, na produção em larga escala e destinação à exportação. Tal processo histórico possui ligação umbilical com a herança da colonização portuguesa, que determinou a condição do

---

<sup>68</sup> Segundo modificações administrativas recentes no governo do estado de São Paulo, as antigas macro e microrregiões (definidas em 1989) foram modificadas pelo IBGE em 2017, seguidas de nova denominação, organizadas agora por regiões “intermediárias” e “imediatas”. A parte central passou a ser denominada como região intermediária de Bauru e região intermediária de Marília – sendo que os respectivos municípios destas duas regiões são divididos em regiões imediatas – considerando as antigas microrregiões (IBGE, 2017). E a região oeste, região intermediária de Presidente Prudente, sendo as microrregiões as imediatas. Mas, optamos por tratar da maneira antiga, reconhecendo que não haverá prejuízos maiores para a compreensão das divisões geográficas.



Brasil como um território produtor de matérias-primas para as demandas externas. Embora não mais como colônia de Portugal, mas repetiu a mesma lógica produtiva da economia colonial, porém em outro tempo histórico, a partir do século XIX, em outro contexto e em novas bases. Para tanto, a expansão cafeeira no Brasil, teve como principal objetivo a projeção da província de São Paulo como uma nova potência econômica do país e é a partir de então que ela se forja como nova fronteira agrícola numa rápida expansão tendo o produto café como a mais importante mercadoria agrícola espalhada por todo o território paulista. É neste sentido que as terras da região centro e oeste do estado de São Paulo são inseridas na agricultura, no processo que ficou conhecido como a “ocupação do sertão paulista” ou a “marcha do café para o oeste” para a expansão do café.

Na segunda metade do século XIX as condições se tornaram objetivas para que o estado de São Paulo se transformasse em importante zona agrícola destinada a produção cafeeira para o comércio externo. Neste sentido, foi necessária a ação prévia de configuração da estrutura fundiária, de reordenamento das terras através de mapeamento do território (que ainda era composto de extensa mata virgem e terras públicas devolutas em sua quase totalidade).

Tratar da particularidade desta região requer fazer uma análise da forma de produção capitalista desde a apropriação e uso do solo, da organização da estrutura fundiária e de como se alicerça a produção capitalista da agricultura na região, no sentido de compreender a *via* de desenvolvimento do capitalismo agrário, conforme analisado no capítulo 1, identificando suas particularidades, universalidades e singularidades, relacionando-a com as particularidades do estado de São Paulo, do Brasil e do mundo, ainda mais neste período de internacionalização do capital na agricultura brasileira.

### **3.2 – A região como nova fronteira agrícola do estado de São Paulo no século XX:**

Para o reordenamento agrário, foi feito o levantamento empírico das terras públicas e privadas, por parte dos bandeirantes e mateiros, que atuavam promovendo

a expulsão e a dizimação<sup>69</sup> de indígenas. Etnias como os *Tupis Guaranis*, *Tupinambás*, *Kaingang*, *Terenas*, *Krenaks*, *Xavantes*, *Carijós*, *Caioúas*, dentre outras, foram expulsas<sup>70</sup> (JORNAL DOIS, 2021) e ou eliminadas nas grandes batalhas entre índios e bandeirantes ou ainda, militares, como o caso do capitão da Guarda Nacional<sup>71</sup>, Viriato Olympio de Oliveira. Parte destes povos se refugiaram no território vizinho, estado do Mato Grosso do Sul. (ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2021)<sup>72</sup>

Nos arquivos públicos do estado de São Paulo<sup>73</sup> constam que a região oeste e centro se formou a partir de ocupação de colonizadores, especialmente por comitivas de homens que chegavam com grupo de exploradores e escravos, auto instalavam-se sobre determinada área, a delimitava<sup>74</sup>, formalizava suas escrituras, doava uma porção para a Igreja para a construção de uma capela, rezava-se a primeira missa na localidade, erguia-se um cruzeiro, e iniciava-se a formação da vila ou patrimônio (equivalente a distrito) e a depender do crescimento econômico e populacional, mais tarde município.

---

<sup>69</sup> Até o século XIX, habitavam a região, os bravos indígenas da etnia Kaingang e em todo o estado habitavam na costa litorânea os tupis guaranis e tupinambás. No interior do Estado ocupavam suas terras os Terenas, Tupinambás, Krenak, Kaingang, Carijós, dentre outros (...), a maioria destes troncos indígenas foram dizimados em nome do progresso e da civilização. Grandes batalhas ocorreram devido o perfil de braveza e de disposição para a guerra dos Kaingang, que não se rendiam e nem se davam por vencidos até o extermínio da população indígena na região. O Rio Batalha, (que nasce em Agudos, abastece as populações de Bauru, Piratininga, Agudos, Avaí, Reginópolis, Uru e desagua no Rio Tiete), por exemplo, recebeu esse nome devido à batalha sangrenta entre brancos e indígenas *Kaingang*.

<sup>70</sup> Ver: “**Por baixo dos trilhos: a história indígena bauruense**” - <http://jornaldois.com.br/por-baixo-dos-trilhos-a-historia-indigena-bauruense/> - 19/04/2021 - visitado em 26 de abril de 2021.

<sup>71</sup> Viriato Olympio de Oliveira era capitão da Guarda Nacional e foi um dos primeiros ‘desbravadores’ da região oeste de São Paulo, junto com Jose Teodoro de Souza, Manoel Pereira Alvim e José Antonio de Paiva. Conflitos violentos ocorreram entre os colonizadores e os índios Kaingangs, Guarani Kaywoas e Xavantes. Os desbravadores se instalaram as margens do Rio Alegre onde se construiu um patrimônio, vila, e mais tarde se tornou um dos maiores municípios da região se estendendo até Botucatu, com uma área de aproximadamente 10.000 km<sup>2</sup> de extensão territorial fazendo divisa com os rios Rio do Peixe, Rio Paraná e Rio Paranapanema. Neste mesmo território surgiria mais tarde cidades como Presidente Prudente, Paraguaçu Paulista, Quatá, Rancharia, Maracaí, etc. Em função do crescimento de outras cidades do entorno, este município foi extinto no ano de 1938. Esta região é uma das maiores regiões de terras públicas griladas do estado de São Paulo.

<sup>72</sup> Ver: Acervo cartográfico e iconográfico do Arquivo Público do Estado de São Paulo – “Exposição Oeste Paulista” - [http://200.144.6.120/exposicao\\_oeste/](http://200.144.6.120/exposicao_oeste/) - acesso em 23 de maio de 2020.

<sup>73</sup> Ver: PIRES, José. **Requerimento à Directoria de Terras, Colonização e Imigração da Secretaria da Agricultura**. São Paulo, 9 abr. 1924. Acervo APESP. Fundo Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

<sup>74</sup> A formação dos vilarejos se dava geralmente da seguinte forma: os latifundiários se apropriavam de uma porção de terras, doavam um pedaço pequeno da propriedade para a construção de uma capela e dava início um pequeno comercio, nomeava-se uma administração, um pároco, um comando militar e nesse local formava-se com o tempo, uma vila rural, patrimônio, que em muitos casos tinha o status de distrito, ia crescendo e no decorrer do tempo formava-se cidade.

No início do século XX, houve o levantamento das terras públicas no estado, pelo governo e decidiu-se que uma pequena parte delas seriam destinadas a processos de colonização denominado projeto Monções<sup>75</sup>. A ocorrência de enorme quantidade de terras públicas, no entanto, atraiu diversos exploradores para região.

### 3.2.1 - Formação da região Central

A região centro paulista inclui as mesorregiões de Botucatu, Jaú, Bauru, Marília, Ourinhos e Lins. Tal região, conforme caracteriza Santos (2015) é parte do processo de expansão capitalista, de fins do século XIX e início do século XX, que se consolidou criando novas formas de ocupação e uso da terra, bem como de trabalho e modo de vida. A chamada ‘marcha do café’ foi consolidando uma *colonização tardia* nesta parte do território, desde a expulsão e expropriação da população nativa, a apropriação via praticas litigiosas de grande parte das terras, a exploração dos trabalhadores utilizados nas lavouras, etc. a regularização fundiária do ponto de vista jurídico com base na criação de latifúndios, etc.

Foi necessária a realização de dois movimentos diferentes para adaptar o território numa nova estrutura fundiária: onde haviam terras públicas devolutas (sem ocupantes) as mesmas foram, em grande parte, griladas (apropriadas privadamente através de meios ilegais, com a conivência do Estado e a cumplicidade dos cartórios de registro de imóveis). O segundo movimento foi a de expropriação dos ocupantes, trabalhadores camponeses, indígenas, posseiros, onde havia sistemas de posse estabelecida por parte de indígenas e pequenos produtores.

O estado de São Paulo como nova fronteira agrícola se deu nos marcos iniciais e prévios de acumulação de capitais<sup>76</sup> para o café, no sentido do método da

---

<sup>75</sup> Ver: PELEGRIN, Rodolfo Augusto Monteiro. **MST, CUTRALE E NÚCLEO COLONIAL MONÇÃO: Estudos Preliminares de um Conflito**. GT 2: Sem-Terra, Indígena e Quilombola e as Disputas Territoriais no Brasil. Encontro Jornada de Estudos Agrários, UNESP, Marília/SP: Disponível em: [http://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/jornadadeestudosagrarios/pelegrin\\_rodolfo-augusto-monteiro.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/jornadadeestudosagrarios/pelegrin_rodolfo-augusto-monteiro.pdf) - acesso em 28 de abril de 2021.

Ver: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,area-usada-por-cutrale-e-da-uniao-desde-1909-diz-incra,448423> – visitado em 23 de maio de 2020.

<sup>76</sup> Ver: MARX, Karl. **Capítulo 24, A Chamada Acumulação Primitiva**. In: **O Capital. Crítica da Economia Política. O processo de produção do capital**. Livro 1. Vol. 2. 3ª edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1975.

*acumulação primitiva de capitais* (MARX, 1975) onde foi necessária, primeiramente, a expropriação de camponeses, pequenos proprietários, indígenas, posseiros, para que a terra se tornasse livre para instituir-se como propriedade privada com sua inserção no sistema capitalista de produção e os camponeses despossuídos de suas posses se tornassem disponíveis para a mão de obra. Na região, os latifundiários prepararam todas as condições, inclusive fazendo uso da violência, para que o desenvolvimento produtivo e das forças produtivas se desenvolvessem através da separação dos camponeses de seus meios de produção.

A terra se tornou propriedade particular com status jurídico sacramentado, usufruindo das benesses da Lei de Terras (1850) a favor do latifúndio, se tornando disponível para a produção de mercadorias agrícolas. Os camponeses e indígenas foram transformados em trabalhadores agrícolas mesclando o sistema de trabalho mal remunerado complementado com troca de favores, com o sistema de *parceria* (relações primitivas de assalariamento), *colonato*, dentre outras. Mais tarde evoluiu para o chamado *boia-fria*, até chegar na formalização jurídica do assalariado. Atualmente o termo é “empregado rural”, mas precarizado e em grande medida, sem as benesses do emprego previsto na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Segundo o autor Santos (2015: 27) as características da região demonstram uma expansão rápida da atividade econômica que a arrastou para o circuito de reprodução do capitalismo, a qual entra com elevada importância no cenário regional, ou seja, a partir do protagonismo da colonização do oeste paulista, pois sua localização privilegiada, lhe concedeu o título de “porta de entrada para o sertão”, ou “boca do sertão” como era conhecida. A região central era, portanto, a porta de entrada para a até então ‘desconhecida’ região oeste – desconhecida do colonizador ‘homem branco’, mas habitada pelos povos originários.

O historiador indígena Irineu Nje’a, relata<sup>77</sup> que a história da região de Bauru se dá muito antes da chegada dos trilhos, em julho de 1905, fato que é considerado o principal evento da modernidade na região. O historiador afirma que há a história de um Brasil profundo que marca o desenvolvimento local, com marcas de violência dos quais ‘poucos sabem e poucos falam’. O professor historiador Edson Fernandes também afirma não existir dados sobre a quantidade da população

---

<sup>77</sup> Ver: Jornal Dois <http://jornaldois.com.br/por-baixo-dos-trilhos-a-historia-indigena-bauruense/>, publicado em 19/04/2021 – acesso em 26 de abril de 2021.

indígena desde o período inicial de sua existência na região, mas pesquisas arqueológicas feitas em cerâmicas confirmam sua presença na região desde o século XV.

No início da colonização da região havia cerca de 1.500 indígenas na região. No processo que ficou conhecido como pacificação (feito com grande violência)<sup>78</sup>, haviam diversos confrontos onde chacinava-se cerca de 80 a 90 indígenas com arma de fogo numa mesma batalha<sup>79</sup> e queimava-se as suas moradias. Tais atos de violência são relatados como heroicos, pacificadores e civilizadores por homens brancos nos registros históricos da formação das cidades. Para SANTOS,

A “limpeza” do terreno para a implantação do leito ferroviário, por outro lado, implicava em uma operação prévia, ou seja, a remoção dos contingentes humanos que aí viviam. [...] A solução foi a utilização de um expediente que já se constituía como prática rotineira na conquista da terra: as tropas de “bugreiros” reaparecem para subempreitar a operação prévia, estipendiadas pelas construtoras da empresa ferroviária. Seus contingentes serão integrados como “trabalhadores”, embora seus instrumentos de “trabalho” sejam a “Winchester 44”. (LIMA 1978, p.161-162 apud SANTOS, 2015, p. 33).

Ainda para o historiador Irineu Nje’a:

A chegada do progresso foi acompanhada de violência, uma vez que os responsáveis pela construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil contratavam “bugreiros”<sup>80</sup> que, na época, eram os encarregados pelas perseguições e assassinatos dos povos originários, vistos como ameaça à construção da ferrovia. (JORNAL DOIS, 19/04/2021).

Assim remonta a história da abertura de novas fronteiras agrícolas para a inserção das lavouras de café no estado.

---

<sup>78</sup> Violência física e simbólica: observar na imagem indígenas usando roupas de estilo europeu.

<sup>79</sup> O Rio Batalha, que corta a região, tem esse nome devido batalha sangrenta entre colonizadores e indígenas Kaigangues, considerados bravos e temidos guerreiros, que não se renderam e empreenderam lutas duríssimas contra o “homem branco”.

<sup>80</sup> Bugreiros são os chamados “capitães do mato”, nativos conhecedores da mata (geralmente indígenas e negros) que se tornavam mercenários, traíam seus povos e se aliavam ao colonizador, na caçada de escravos fugitivos, indígenas, sobretudo para desmobilizar e destruir aldeias e quilombos, e ainda, famílias ou comunidades rurais que faziam resistência na luta por terra.

**Figura 11:** Indígenas pacificados na região de Bauru no século 19.



Fonte: Museu Ferroviário de Bauru e região. In: Jornal Dois, 2021.

Cerca de um século depois, restaram na região, três comunidades indígenas, segundo dados da (FUNAI, 2021)<sup>81</sup>, somando o total de 988 pessoas. No município de Avaí, região de Bauru, a Terra Indígena de *Araribá*, a qual possui uma população de 638 pessoas, das etnias Guaraní Kaiowa e Terena<sup>82</sup> divididas em quatro aldeias: Ekeruá, Kopenoti, Nimuendaju e Tereguá. No município de Braúna, região de Araçatuba, há a Aldeia *Icatu*, onde vivem 170 indígenas da etnia Kaingang e Terena. Nos municípios de Tupã e Arco Iris, parte oeste da região também vivem 180 indígenas dos povos Kaingangs, Krenak e Terena, na Aldeia *Índia Vanuíre*. Segundo dados da FUNAI (funai.gov.br)<sup>83</sup> das 34 aldeias indígenas espalhadas por 27 municípios no estado de São Paulo atualmente, a maioria desses povos está presente

---

<sup>81</sup> Ver: FUNAI <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas> - visitado em 26 de abril de 2021.

<sup>82</sup> Segundo o pesquisador Sergio Losnak, geógrafo, arquiteto e especialista na identidade cultural Terena, afirma que os Terenas são originários da região do Chaco, na América do Sul, região entre Paraguai, Uruguai, Argentina. Os Terenas lutaram na Guerra do Paraguai junto com os escravos negros, na linha de frente, em favor do Brasil, uma vez que o governo brasileiro lhes ofereceu terras após o término da guerra, o que nunca aconteceu. Após a guerra, parte dos Terenas migraram para a região do Mato Grosso do Sul, fronteira com Paraguai e algumas famílias adentraram a região centro oeste paulista, pelo extremo oeste que faz fronteira com MS, vindo se instalar em Avaí (35 km de Bauru). Chegaram as primeiras cinco (05) famílias Terena em 1912 no local de onde originou a reprodução da etnia na comunidade Araribá se juntando com a etnia Guaraní. Ver: TV UNESP [https://www.youtube.com/watch?v=z\\_sNgmoDG7I](https://www.youtube.com/watch?v=z_sNgmoDG7I) – visualizado em 26 de abril de 2021.

<sup>83</sup> Ver: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas> - acesso em 26 de abril de 2021.

nas regiões litorânea (sul e norte do estado), algumas na região metropolitana (especificamente em SP capital como é o caso das comunidades do Jaraguá que lutam por reconhecimento de suas terras e sofrem a ofensiva das empresas imobiliárias). Já no interior paulista, somam-se 07 etnias em seis aldeias que estão presentes nas regiões centro sul e centro oeste. Na região centro oeste paulista sobreviveram (04) etnias, conforme anteriormente mencionadas, que vivem em três aldeias, ambas hoje com território regularizado:

**Tabela 2: Caracterização da população indígena da região centro oeste paulista:**

| <b>Terra Indígena</b> | <b>Etnia</b>              | <b>UF</b> | <b>Município</b> | <b>Território Hectares</b> | <b>Fase do procedimento</b> | <b>Habitantes</b> |
|-----------------------|---------------------------|-----------|------------------|----------------------------|-----------------------------|-------------------|
| Aldeia Araribá        | Guarani e Terena          | SP        | Avaí             | 1.930,3369                 | Regularizado                | 638               |
| Aldeia Icatu          | Kaingang e Terena         | SP        | Braúna           | 300,9625                   | Regularizado                | 170               |
| Aldeia Índia Vanuire  | Kaingang, Krenak e Terena | SP        | Tupã e Arco Iris | 708, 9304                  | Regularizado                | 180               |
|                       |                           |           |                  |                            |                             | <b>988</b>        |

**Fonte:** Quadro organizado pela autora com base nos dados da FUNAI, 2021.

Com a inserção do café na região centro e oeste paulista, as duas regiões se tornaram uma só, devido a dinâmica econômica do café. Em poucas décadas os capitalistas agrários que dominavam a economia cafeeira em fins do século XIX e XX começam a acumular fortunas.

Quando esta região passa a se inserir no processo produtivo capitalista, há uma ruptura violenta com as relações primitivas que aqui existiam, na qual o capitalismo, invés de desenvolver-se a partir de contradições endógenas, forçadas pela evolução das forças produtivas, é fruto de uma expansão tardia. Apontamos este processo como expansão tardia porque eram áreas que ainda não tinham sido atingidas pela generalização das relações capitalistas, já estabelecidas em boa parte do território brasileiro, que se inicia a partir de 1500, com a chegada dos colonizadores portugueses e suas relações comerciais e produtivas com o “novo mundo”. (SANTOS, 2015, pg. 33)



A expansão tardia se desenvolve de maneira veloz se inserindo nas relações generalizadas de produção mercantil da colônia, que já começavam a ficar deterioradas e entravam em colapso. Com base em Santos (2015), é na segunda metade do século XIX que começa a acontecer o processo de “inserção do território da região central e oeste no circuito de produção e reprodução das relações capitalistas”, na produção e circulação de mercadorias para o mercado externo. Portanto, daí surge a classificação como “expansão tardia, se comparada a regiões antigas de colonização. Neste sentido, destacam – se alguns elementos principais que diferenciam a região das demais do Brasil. De acordo com Santos (Santos, 2015 *apud* Fernandes, 2008); (Santos 2015 *apud* Monbeig, 1984) e (Santos 2015, *apud* Stolcke, 1986):

a) a expansão econômica para oeste paulista não será mais regida pela coroa portuguesa, haja vista que a consolidação da apropriação territorial se dará posterior à independência que acontece em 1822;

b) a colonização da região ocorrerá posteriormente à lei de terras de 1850 que transformará as terras já apropriadas privadamente como propriedade privada capitalista e o as que não tinham sido apropriadas como terras devolutas, abrindo margens para uma das maiores fraudes agrárias da história do Brasil, que foi o processo de grilagem de todo o oeste paulista”;

c) a mão de obra predominante “não será de população negra escravizada, (devido a Lei Áurea de 1888), e sim de trabalhadores imigrantes “livres”, arregimentados na Europa para trabalharem nos cafezais na forma de “colonato”, relação esta que fugia ao assalariamento clássico, mas que não se enquadrava na forma feudal, nem escravista”, e que posteriormente, servirá como premissa de constituição do proletariado agrícola na região. Para efetivar a demarcação do território e regularizá-lo juridicamente numa nova estrutura fundiária houve o mapeamento e o inventário das terras da região. Para Santos (2015) as chamadas “Comissões Geográficas e Geológicas”, fizeram o mapeamento do território, pelas margens dos principais rios, e assim “criam um diagnóstico de planejamento de sua apropriação”.

Em curto prazo, tais ações absorveriam as terras da ‘última fronteira agrícola’ do estado de São Paulo, tendo em vista que a expansão para fins de exploração inicia na região litorânea e vem seguindo o curso



do Rio Tiete em sua margem direita e esquerda, chegando ao final dos limites da fronteira do estado, que é a região extremo oeste, a qual faz divisa com Paraná e Mato Grosso do Sul. (SANTOS, 2015, p. 35)

Assim, segundo o autor, mesmo sendo considerada *expansão tardia* sobre a última fronteira agrícola do estado, ela se deu de forma rápida, pois, havia a necessidade de acelerar o processo de expansão da cafeicultura e a apropriação das terras do ocidente paulista para aproveitar-se do *boom* do mercado externo. A partir daí chegam a Bauru importantes ramais ferroviários, consolidando um dos maiores entroncamentos ferroviários do Brasil.

No início do século XX até a primeira metade do século o café vai se tornando o produto hegemônico e produzindo enorme riqueza. Tal riqueza começa a financiar a indústria de base emergente, a ser entesourado pelos latifundiários e a dar origem aos bancos. Financia-se no decorrer do século, grandiosa infraestrutura: ferrovias que cruzavam todo o Estado, o país e alguns países da América Latina, importantes portos como o de Santos, aeroportos, rodovias, galpões de armazenagem, frotas de maquinários, etc. Há intenso desenvolvimento das forças produtivas a partir do café paulista, centrado nas regiões centro e oeste paulista, nordeste e noroeste paulista. A indústria também se beneficia dessa riqueza. O luxo da burguesia paulistana passa a ser ostentado nos palacetes e palácios na cidade de São Paulo, teatros, salões nobres, prédios de luxo, assim como o centro financeiro e industrial da capital surge a partir deste acúmulo de riquezas.

Com a Abolição da Escravatura e o fim do tráfico de trabalhadores escravos, em 1888 (mesmo que ainda continuava a ocorrer internamente no país), inicia-se um processo de “povoamento” na região centro paulista, através da inserção de imigrantes pobres europeus nas fazendas de café. Tal iniciativa foi tomada pelos próprios latifundiários, como foi o caso da fazenda do Senador Vergueiros em Limeira/SP<sup>84</sup>, um dos primeiros a recrutar força de trabalho europeia (italiana) para a sua fazenda, seguido de outros fazendeiros e posteriormente a culminância desta numa política de Estado, onde inicia-se uma campanha pública internacional com

---

<sup>84</sup> Ver: STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)**. Editora Brasiliense, São Paulo: 1986.

financiamento estatal para recrutamento de trabalhadores imigrantes para as lavouras de café.

Os dados sobre a imigração<sup>85</sup>, mostram no início do século XX, cerca de 4 milhões de pessoas entre europeus de várias nacionalidades e japoneses que desembarcaram no Porto de Santos, e dali partiam de trem para a Hospedaria do Imigrante na região do Brás/SP onde eram cadastrados, selecionados e encaminhados para as fazendas de café no interior paulista.

Além da inserção destes trabalhadores nas fazendas de café, houve também, por iniciativa do governo federal e estadual, a destinação de terras públicas para a criação de colônias de imigrantes estrangeiros, como é o caso do Núcleo Colonial Monções, criado em 1909 para fins de desapropriação destas terras e transformação em colônias. Tal projeto foi aprovado, teve início, mas não se concretizou finalizado, ficando algumas décadas abandonado, como é o caso do Núcleo Colonial Monções na região de Iaras e Lençóis Paulista. Mais tarde se tornou objeto de grilagem e disputas de grandes empresas.

### **3.2.2 - O Núcleo Colonial Monção e a grilagem de terras na região central**

O Núcleo Colonial Monção refere-se aos núcleos de colonização destinados a imigrantes para as fazendas de café no início do Século XX. Para tal projeto, os governos federal e estadual destinaram terras públicas para a realização de colônias. Nos municípios de Iaras, Borebi, Lençóis Paulista, Águas de Santa Barbara, região central do Estado foram destinadas algumas fazendas para tais projetos. No entanto, as terras foram demarcadas, mas as famílias não foram enviadas, portanto, a colônia não foi concretizada. De maneira que as terras continuaram devolutas e demarcadas para fins de colonização. No decorrer das décadas, latifundiários foram se apossando de forma litigiosa dessas terras.

---

<sup>85</sup> PIRES, José. **Requerimento à Directoria de Terras, Colonização e Imigração da Secretaria da Agricultura**. São Paulo, 9 abr. 1924. Acervo APESP. Fundo Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

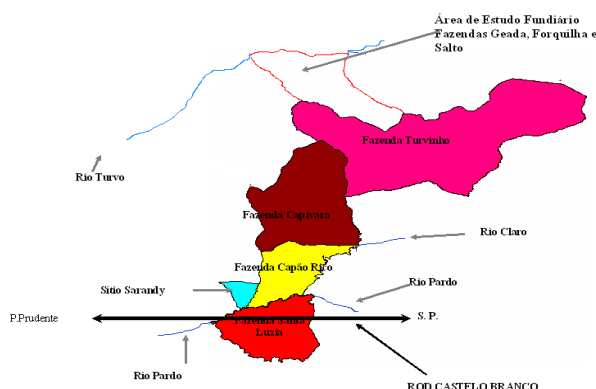
De acordo com dados do INCRA (2009) o chamado “Núcleo Colonial Monção 1909 - 2009”, é um complexo de terras públicas pertencentes à União, adquiridos em 1909, na região central do Estado de São Paulo. A data oficial dos documentos como terra pública é de 25 de maio de 1910. As fazendas Turvinho, Salto, Geada, Forquilha, localizadas nos municípios de Lençóis Paulista foram adjudicadas por dívida contra a Cia. Colonial São Paulo Paraná. A Fazenda Turvinho era de propriedade de Adhemar Pereira de Barros<sup>86</sup> (ex-governador do Estado de São Paulo). Já as fazendas Santa Luzia, Capão Rico I, II, III, IV, V e VI; Capivara e Sitio Sarandy, localizadas nos municípios de Iaras e Águas de Santa Barbara foram adquiridas em 1909 através de compra pela União. O Incra afirma que a área, no total, as quais envolvem todas as fazendas, possui cerca de 50 mil hectares e são terras devolutas.

Sobre o Conjunto de Fazendas do Núcleo Colonial Monção: a fazenda de registro 5652 cadastrada no CRI (Cadastro e Registro de Imóveis), de 1983, em Lençóis Paulista é, segundo afirmação do Incra, cadastro e registro fraudulentos. A matrícula 4118, de 1984 também contém fraude. O fato é que a maior empresa que controla o monopólio da laranja e do suco concentrado no mundo – a empresa Cutrale - se apropriou ilegalmente dessas terras e mantém parte da produção de seus laranjais nas áreas públicas da União, particularmente na Fazenda Santo Henrique, antiga Fazenda Turvinho.

**Figura 12:** Mapa de áreas griladas no Núcleo Colonial Monção

---

<sup>86</sup> Pertencente a rica família de cafeicultores do município de São Manuel, região de Botucatu. Adhemar Pereira de Barros nasceu em Piracicaba em 1901, estudou medicina, foi aviador, empresário e influente político nas décadas de 1930 a 1960 – sendo prefeito da cidade de São Paulo e posteriormente governador do Estado. Concorreu três vezes a presidência da República ficando em terceiro lugar em ambas. Liderou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade contra o governo de Joao Goulart e posteriormente teve o seu mandato de governador cassado pelo regime militar. Exilou-se e morreu na França.



Fonte: INCRA, 2009.

Conforme apresenta o mapa, as fazendas com destaque colorido estão hoje sob posse litigiosa da empresa Cutrale na região, somando em torno de 50 mil hectares de terras públicas griladas. Segundo dados do Instituto Observatório Social (2013)<sup>87</sup>, a Cutrale possuía cerca de trinta (30) fazendas no Estado de São Paulo até o ano de 2013 (ano da publicação do dossiê), totalizando 53.207 hectares. Destas trinta, pelo menos seis (06) são consideradas fazendas de grande porte (acima de 8 mil hectares) e consideradas improdutivas pelo INCRA e outras quatro são griladas na região de Iaras<sup>88</sup>.

A empresa é acusada de possuir propriedades da União (Estado brasileiro) obtidas por meio de grilagem (falsificação de escrituras), em que um antigo fazendeiro obteve as terras e as vendeu para a empresa. Somente na área onde está situada a fazenda principal usada pela Cutrale (Núcleo Monções, criado em 2009), há cerca de 40 mil hectares de posse ilegal da União. O INCRA confirma a aquisição irregular das terras por parte da Cutrale e tenta recuperar as terras na Justiça para incluí-la no programa de reforma agrária, assentar famílias e integrar os produtores nos mercados locais. (INSTITUTO OBSERVATORIO SOCIAL, 2013, p. 60)

<sup>87</sup> Ver: Cultivo de laranja e produção de suco: indicativos de déficit de trabalho decente na Citrosuco S/A Agroindústria Sucocítrico Cutrale Ltda. Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial S/A. São Paulo, maio de 2013. Disponível em Instituto Observatório Social, 2013.

<sup>88</sup> A região de Iaras, próxima a Bauru, se tornou parte do foco de conflitos fundiários, desde meados dos anos 2000 com a chegada do MST na região e a descoberta do complexo de terras públicas, devolutas, griladas por grandes empresas do agronegócio.

O caso da região de Iaras, próximo a Bauru, onde situa o complexo do Núcleo Colonial Monção em disputa na Justiça, não difere do processo de formação da região do Pontal do Paranapanema (região oeste e extremo oeste) do estado de São Paulo, no quesito terras devolutas públicas griladas. A empresa se apossou ilegalmente de terras públicas que eram destinadas a construção de colônias imigrantes no início do século XX.

Importante mencionar o papel das colônias de imigrantes em São Paulo as quais se diferenciam dos objetivos das Colônias do Sul do país. Houve dois tipos de colonização do imigrante europeu no início do século XX. Segundo Caio Prado Jr. (2004: 189), no Sul do Brasil havia a necessidade sobretudo, de povoamento e com isso estabeleceu-se colônias de imigrantes onde os mesmos receberam pequenas glebas, pequenas propriedades de terra para consolidar-se como ocupantes do território esvaziado e produtores, processo denominado como *colonização*. Já os colonos enviados para a fazenda de café no estado de São Paulo, atenderam a demanda de força de mão de obra dos latifundiários cafeicultores, que sem escravos, precisavam de força de trabalho. A destinação de glebas a esses imigrantes prejudicaria o fornecimento de mão de obra para as lavouras. Por esse motivo, as políticas foram diferenciadas, especialmente na região centro oeste paulista a qual se encontrava em plena expansão e com escassez de força de trabalho. Enquanto um processo se deu nos marcos da chamada “*colonização*” na região sul do país com distribuição de posse de pequenas propriedades as quais se tornaram colônias de alemães, italianos, espanhóis, etc., a outra, em São Paulo se denominou “*imigração subvencionada*” cujo objetivo era aquisição do trabalhador livre e sem propriedade.

A antropóloga Verena Stolcke (1986)<sup>89</sup> estuda o processo de formação da força de trabalho do imigrante europeu nas fazendas de café no estado e na região, no período de mais de um século (1850 a 1980) retratando o processo de formação do sistema colonato e a transformação de parte destes trabalhadores em proletário rural sem-terra, sua saga, o êxodo urbano e a sua sobrevivência nas cidades. Nas fazendas as famílias formavam vilas de moradores e o sistema de trabalho chamado *colonato* consistia no trabalho rural de caráter familiar e comunitário. No sistema de trabalho, Stolcke (1984), as famílias não recebiam salários formais, mas possuíam o “direito”

---

<sup>89</sup> STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)**. Editora Brasiliense, São Paulo: 1986.

de produzir seus alimentos no meio da produção cafeeira. Importante ressaltar que os trabalhadores chegavam com a dívida da viagem de seu país de origem, a qual levava de 05 a 10 anos para ser quitada. Portanto, não tinham autonomia e eram obrigadas a permanecer trabalhando para pagamento da dívida. O assalariamento da força de trabalho só passou a ser uma convenção, tratado como lei no país, na década de 1920, como uma conquista das lutas e greves operárias deste período, especialmente da greve geral em São Paulo, em 1917, nas indústrias têxteis, dentre outras categorias, mas ocorrerá, como cumprimento de lei, muito lentamente no campo e na agricultura.

Havia no estado outro sujeito trabalhador rural, para além do colono, o proprietário de pequenos sítios ou glebas, pequenos posseiros e também os trabalhadores *despossuídos*. Este tipo de trabalhador não era o indígena e nem o escravo negro, tampouco o imigrante europeu ou asiático inserido no sistema colonato; era o camponês típico paulista, que em fins do século já havia se misturado etnicamente com matrizes indígenas, negra africana e europeia. Era o chamado *caipira*, sujeito estudado por Antonio Candido em sua pesquisa sobre “Os parceiros do Rio Bonito” (estudo feito sobre o caipira paulista da região de Bofete – próximo à Botucatu - região centro paulista). O autor analisa o modo e o meio de vida, abordando aspectos da tradição cultural, mas também aspectos socioeconômicos, que marcaram a transformação de posseiros e pequenos proprietários em proletários, desde a destruição destas formas de vida e trabalho, pelas relações capitalistas de produção, até a transição das formas de trabalho de *parceria* para o ‘trabalho livre’, assalariado, bem como a tendência de abandono do campo. Antonio Candido (1997) mostra através de seu estudo que não havia somente a forma do colonato em São Paulo nos anos 1920 a 1940, o que predominava na literatura sociológica, mas também outras formas de trabalho no interior paulista, embora não fosse predominante, coexistiam com as relações pré e capitalistas de produção. E para tanto, o autor também apontava a importância da reforma agrária para a resolução da fome, miséria, violência no campo, situação essa a que os trabalhadores rurais eram vítimas, devido a prática violenta do latifúndio.

Isso significa que o sistema colonato foi utilizado como a principal forma de formação de força de trabalho nas lavouras de café no início do século, mas haviam outras formas de vida e trabalho, e o sistema da *parceria* é uma destas formas de

trabalho que teve como protagonista o trabalhador rural que não estava encaixado como colono imigrante. Tal formato precede o assalariamento da mão de obra como produto do advento histórico do desenvolvimento do capital no campo na região, e conviveu contrastando com a forma de trabalho assalariado até fins do século XX e, ainda nos dias atuais pode ser encontrado em algumas regiões do estado. Segundo Caio Prado Jr. (2004), são formas não clássicas de trabalho assalariado.

Entremeio aos acontecimentos internos do país, das primeiras décadas do século XX, em poucas décadas o crescimento do café vai tomando forma e a mercadoria se transforma no principal produto de exportação (PRADO JR, 2007). Surge uma burguesia paulista que se alia aos latifundiários conformando um tipo de poder burguês em que a burguesia industrial e agrária se aliam e conferem juntas poder absoluto de mando, caracterizando no decorrer do tempo os eventos de uma revolução burguesa (Fernandes, 1987) não clássica no sentido histórico do termo, mas que vai criando os contornos de uma autocracia burguesa que opera mudanças pelo alto, sempre contraria aos interesses do povo, e, aliada a burguesia internacional.

### **3.2.3 - A formação do Oeste e extremo oeste: o Pontal do Paranapanema**

Campos Novos Paulista foi um dos municípios mais antigo do centro oeste paulista, sua formação é datada de 1852, quando chega à região o mineiro Jose Teodoro de Souza, acompanhado de seus homens (jagunços) e se instala no local. Inicia a construção de uma vila, capela e plantações. Expulsa os índios Kaigangs e requer a posse das terras à comarca de Botucatu, o mais importante município da região na época (Botucatu possuía uma vasta extensão territorial e tinha poder administrativo sobre toda a porção central e oeste do Estado). Campos Novos foi um dos maiores municípios que fez parte da gênese da formação da região Centro e Oeste do estado. Chegou a ter mais de 30.000 km<sup>2</sup> de área territorial, o qual abrigava importantes bacias hidrográficas e afluentes: vale do Rio Paranapanema, Rio do Peixe e Rio Paraná. Suas terras partiam desde o extremo oeste até a região de Marília.

Os municípios de Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Tupã, Pompeia, Assis, Marília, Ocuauçu e Garça faziam parte do mesmo município de Campos Novos.

A partir de 1891 outros distritos foram sendo criados e transformados em novos municípios, como o de Paraguaçu Paulista (1913), Palmital (1919), Garça (1928), Echaporã (1938), Marília que se forma a partir do patrimônio chamado Alto Cafezal (1928), Pompeia (1928), Ocaçu (1934), Presidente Prudente que se forma a partir do patrimônio Vila Marcondes (1921), Porto Tibiriçá que deu origem a cidade de Presidente Epitácio (1948). Toda essa região tem as terras 'reformadas' com a chegada de Jose Teodoro de Souza, Manoel Pereira Alvim e José Antônio de Paiva, seguido das famílias Moreira Carvalho, Vieira, dentre outras que participaram do processo de *ocupação* se apossando das terras devolutas da região.

A região oeste paulista também remonta a história violenta da ocupação, expropriação, formação e expansão da agricultura capitalista sobre uma estrutura fundiária com base em terras públicas griladas, com a legitimidade do Estado. Não foi diferente do processo instituído na região central, mas teve características particulares muito mais intensas. A forma e as consequências se tornaram ainda mais brutais. Há nesta, a característica de um comportamento ainda mais truculento por parte dos latifundiários da região.

Com base em Luz (2015), a ocupação do território oeste e extremo oeste ocorreu de forma ilegal e irregular através da grilagem e violência do latifúndio. Viabilizou-se, assim, através da expulsão de indígenas e trabalhadores pobres. Os títulos de propriedade foram na maioria forjados, dado que os supostos proprietários declaravam suas posses nos registros paroquiais, as quais eram facilitadas aos grandes proprietários. De posse desses registros, inicia-se um grande processo de compra, venda, doações e permutas de grilos.

A apropriação de terras devolutas na região ocorreu em caráter de aquisição para exploração, sem nenhuma intenção de incentivar o desenvolvimento econômico, social e ambiental na região, estabelecendo um modelo de agricultura capitalista (latifúndio, monocultura, trabalho explorado). A povoação ocorreu a partir da implementação da Estrada de Ferro Sorocabana, a qual deu suporte para a formação das cidades e maior fluxo no transporte da economia cafeeira. Segundo Luz (2015), mesmo com a crise do café, em 1929, a produção na região seguiu até 1940, quando aos poucos foi sendo substituída pela cultura do algodão e pela pecuária. O fundamento da estrutura fundiária da região oeste e extremo oeste é a grilagem e a



legitimação desta pelos poderes públicos locais. O próprio formato da Lei de Terras de 1850 estabelecia para os proprietários comprovarem os documentos através de declaração de vizinhos como testemunhas<sup>90</sup>.

Importante situar que a região do Pontal do Paranapanema que faz parte da porção oeste (centro oeste) é uma das regiões de maior conflito na luta pela terra no Estado de São Paulo, inclusive pela forma como a região se insere na produção capitalista, através da formação de latifúndios grilados e pela forma de poder local estabelecido – uma espécie de oligarquia agrária atrasada, mandatária, autoritária, ao mesmo tempo sinistra, mafiosa, com relações promiscuas com os poderes públicos locais, chantagista, corrupta, uderista (UDR), miliciana (milícias rurais), etc. este é o perfil do latifúndio na região do Pontal do Paranapanema, o qual se assemelha um pouco com a de latifúndios madeireiros da região de Iaras. Chama a atenção que uma das características observadas é o fato de um grande número de fazendeiros e negociadores de terras serem políticos da região ou pessoas ligadas ao governo, a políticos estaduais e nacionais. “Uma característica importante na formação da região do Pontal do Paranapanema é a conformação do coronelismo, fruto de uma relação de poder entre o público e o privado”, conforme nos diz o Relatório de Impactos Socioterritoriais (2006).

No coronelismo os elementos centrais estão caracterizados na subordinação, no favorecimento e na compadecida das decisões a serem tomadas e, por isso, dependem das vontades do coronel pelo mandonismo local e as trocas de favores. Um dos exemplos do coronelismo são as atitudes tomadas por alguns políticos no Pontal do Paranapanema, como a utilização de equipamentos públicos municipais, de acordo com os seus interesses. Esses elementos permanecem na formação dos municípios da região, contribuindo com a disputa de poder na sociedade civil (LUZ, 2015, p. 68).

---

<sup>90</sup> Jose Teodoro de Souza, um dos precursores latifundiários na região que declarou a um vigário de Botucatu, em 1856, que possuía terras nessa região desde 1847, seguindo a cartilha de Lei de Terras de 1850, apresentou confrontantes de suas posses, demonstrando que, no mesmo período, outros posseiros também se estabeleceram na região. Isso legitimaria sua posse, uma vez que se cada confrontante declarasse ao pároco que eram respectivos vizinhos, seria uma prova de sua moradia habitual, de forma “mansa e pacífica”. (LUZ, 2015, pg.67)

Um dos problemas da grilagem na região é que ela foi legitimada pelo poder político local e pelo Estado e o mesmo não tem interesse de mexer nesta teia de emaranhado de casos ilícitos que perpetua por séculos, incluso por ameaças de fazendeiros. Até a década de 1990, a presença dos grileiros nas terras da região não encontrava grandes problemas a respeito da apropriação ilegal das terras, aliciamento, vendas e compras, etc. ou de seu “assenhoreamento”, pois haviam poucos empecilhos políticos e jurídicos que impediam tal ação.

### **3.2.3 - A expansão do café e a formação do mercado de trabalho na região centro oeste paulista:**

Diante da crescente proletarização de camponeses, a partir da década de 1950, surge o trabalhador chamado “boia-fria”. Maria Conceição d’Incao e Melo faz um estudo<sup>91</sup> do trabalhador “boia-fria” na região oeste e extremo oeste do estado de São Paulo, período chamada de região Alta Sorocabana, oferecendo categorias analíticas para a compreensão deste sujeito de trabalho no campo. A autora faz um percurso histórico da situação de organização da estrutura fundiária na região, a qual identifica a situação irregular de posse das propriedades a partir da grilagem, mesclada com a formação de grandes propriedades em expansão sobre as pequenas e com isso, a transformação em proletários dos pequenos produtores de base alimentar para o mercado interno, em trabalhadores disponíveis para as diversas formas de trabalho no campo.

A autora estuda as transformações ocorridas na economia agrícola da região nas décadas de 1950 e 1960 e identifica após a crise do café, a utilização das terras para plantio de algodão e amendoim em grande escala, os quais se tornaram produtos comerciais em extensas monoculturas destinados à exportação, que necessitava de grande contingente de mão de obra para as colheitas, intensificando também a migração de trabalhadores vindos da região Nordeste do Brasil para as lavouras, considerando a escassez de mão de obra, principalmente nos municípios de Presidente Prudente, Presidente Venceslau e Presidente Epitácio, onde esses

---

<sup>91</sup> MELLO, Maria Conceição d’Incao e. **O “Bóia Fria”: Acumulação e Miséria**. Editora Vozes. Petrópolis/RJ: 1975.

trabalhadores eram mal remunerados e por vezes não conseguiam retornar para sua região de origem, se estabelecendo na nova região como mão de obra barata.

A partir dos anos 1970 essas terras começaram a ser transformadas em pastagens. A produção pecuária utiliza pouca mão de obra, (no local onde a propriedade utilizava 300 pessoas no cultivo e colheita de algodão ou amendoim, passa a utilizar 10 pessoas), por exemplo, para lidar com gado. O desemprego massivo e a terra concentrada impuseram aos trabalhadores o êxodo rural. Muitos pequenos agricultores com dívidas ao banco também venderam suas propriedades ou foram hipotecadas. Com baixo índice de industrialização nestas regiões, o trabalhador que outrora era pequeno produtor, posseiro, sitiante, tornou-se pequeno arrendatário, parceiro, diarista ou volante (contratado para qualquer tipo de serviço independente de especialidade tanto no campo como na cidade). O trabalhador volante se tornou massivo no local e assim, surge o *boia-fria*<sup>92</sup>. A principal característica desta categoria de trabalhador, não é obviamente, simplesmente pela refeição ingerida fria, e sim a forma e o conteúdo pela qual se realiza a sua contratação, e enfim, o como se dá o sistema de trabalho, sem vínculo de emprego formal e de garantias de qualquer direito trabalhista com o empregador.

O clássico boia-fria é caracterizado por d'Incao e Mello (1975) como aquela parcela dos migrantes rurais, que ao engrossar as fileiras do subempregado nas cidades, responde pela categoria de trabalho “boia-fria” na economia rural. “Nestas circunstâncias de trabalho intermitente, a presença afirmadora do “boia-fria” se traduz por sua *permanente disponibilidade para qualquer tipo de trabalho*” (d'INCAO E MELLO, 1975, p. 87).

A disposição de aceitar qualquer trabalho está ligada a necessidade imperativa de sobreviver. E essa condição lhes confere instabilidade econômica que reflete a extrema miserabilidade com que vive. Este tipo de trabalho chamado *intermitente* pela autora nos anos 1970<sup>93</sup> apresenta-se como realidade no interior do estado de São

---

<sup>92</sup> O boia fria é denominado como tal porque saía da cidade para o campo ou deslocava do próprio campo para um trabalho longe de casa, para tanto levava marmita a qual consumia fria. Por isso o termo boia-fria. Mas, muito mais do que o ato de consumir o alimento frio, o mesmo carregava toda uma carga simbólica e concreta das condições de exploração e miséria do trabalhador rural do período, mediado por grandes transformações no campo com metamorfoses também no âmbito do trabalho.

<sup>93</sup> Na reforma trabalhista do governo de Michel Temer (2018) o trabalho informal e instável também é chamado de intermitente.

Paulo, na região centro oeste (e não só), em que o desemprego massivo no campo, elevam as disputas pela oferta de trabalho, criando ao mesmo tempo, um rebaixamento no valor da mesma, onde a tendência é de queda na remuneração em descompasso com o tempo da jornada de trabalho. Isso faz com que aumente a exploração do trabalho, mantendo a mesma jornada com remuneração inferior. O “boia-fria” tem a situação instável, vive em condições de miséria e obriga a levar os filhos para o trabalho de diarista nas lavouras de colheita, a ajudar na aquisição de renda, mesmo que as crianças recebam pouco ou nada pelo trabalho executado.

A situação dos entrevistados pela autora (D’Incao e Mello, 1975, p. 94) na década de 1970 eram, em linhas gerais, de um modo de vida miserável, onde as famílias viviam em casebres ou barracos pequenos com poucos cômodos, chão batido, água de poço, rio ou bica (sem ser encanada); privadas de fossa; os moveis se resumiam em poucas mesa e alguns bancos feitos pela família; o fogão à lenha ou pó de serra; algumas camas feitas pela família com tabuas, troncos ou bambu, (geralmente em quantidade menor que a de pessoas da casa); algumas latas servindo de panelas ou vasilhas e luzes de lamparina movidas à querosene. As crianças em geral com problemas de desnutrição e com poucas roupas, alguns com idosos doentes acamados. À medida que se elevava os ganhos na lavoura aparecia o consumo de bens como o fogão a gás<sup>94</sup>, o rádio à pilha e a máquina de costura e alguns outros moveis como camas. Não havia eletricidade distribuída de maneira homogênea no campo. Essa era a forma de vida do trabalhador rural na região centro oeste paulista nos anos 1970.

O boia fria vê seu trabalho sempre como um paliativo e nunca como uma solução definitiva: “a gente vai levando com estes ‘quebragalhos’. Mas assim não dá. Sempre que acaba um serviço a gente procura outro; se não acha, passa fome. O que a gente ganha de dia, de noite é obrigado a gastar. O dia que não se ganha, não se come. Um dia nós compramos, outro não. Viver assim, não dá”. (D’INCAO E MELLO, 1975, p. 94).

---

<sup>94</sup> Em dois casos que a autora entrevistou o fogão a gás adquirido não estava em uso pela falta de recurso para a compra do gás e a comida continuava a ser preparada no quintal em cima de tijolos. (d’INCAO E MELLO, 1975, p. 94)

O desejo do boia fria era sempre o de encontrar um emprego fixo e estável. Verifica-se que na região, com a inserção das terras para a produção de commodities agrícolas, como o café, a cana, algodão, amendoim, pecuária, etc., se formou uma força de trabalho, que a partir da expulsão indígena, da proibição do trabalho escravo negro, a 'importação' da força de trabalho do colono imigrante. Deriva dessas características de formação de força de trabalho nas lavouras paulistas, como decorrência do desenvolvimento do sistema agrário capitalista, a formação do trabalhador rural, que se origina a partir da expulsão de camponeses pobres de suas terras: pequeno produtor, posseiro, sitiante. Este se torna *pequeno arrendatário, parceiro, desempregado, boia-fria e atualmente assalariado ou empregado rural*, em que a semelhança principal é a venda da sua força de trabalho. A diferença é que no início do século as formas de remuneração do trabalho coexistiam formas pré-capitalistas de assalariamento e hoje há a mistura do arcaico e do moderno na contratação e na execução das formas de trabalho assalariado no campo. O boia fria não existe mais com essa terminologia, mas pouco mudou na sua situação de trabalhador rural assalariado, sem registro em carteira, transportado das periferias das cidades para as fazendas, aliciado, contratado e fiscalizado por *gatos*, etc. (Ver-se à adiante a situação dos cortadores de cana e laranja nos anos 2000-2020).

A Consolidação das Leis Trabalhistas, desde 1930, com as conquistas da formalidade do emprego, com benesses e direitos trabalhistas, ainda não excluiu no campo as formas de trabalho semi escravo, explorado, a parceria, o arrendamento, a forma diarista, boia-fria, empregado fixo com carteira assinada precarizada, contrato intermitente; todas essas formas coexistem e possuem nuances históricas reproduzidas no cotidiano com os tipos de assalariamento e contrato de trabalho moderno do setor agrícola.

A imposição da expansão do latifúndio foi modificando a realidade da questão agrária, da estrutura fundiária, do uso da terra, das lavouras e também do trabalho, causando a expulsão e a proletarização do trabalhador rural e o levando a migração para as cidades. Com as transformações no campo nos anos 1960, 70 e 80, alteraram-se também as manifestações culturais, presentes no contexto daquele modo de vida. No âmbito cultural, sofreram alterações as atividades festivas e de confraternização comunitárias, como as modas de viola de terreiro, as fogueiras, a poesia, o cururu, as danças, as festas do Divino, Folia de Reis, Santos Juninos, as comidas típicas e os

festejos na roça em geral, os terreiros e manifestações da religião afro mudaram-se para as periferias das cidades. Algumas comunidades seguem na resistência pela manutenção da cultura camponesa, como é o caso das comunidades rurais da região sudoeste do estado, a exemplo de Ribeirão Branco/SP<sup>95</sup> próxima ao Vale do Ribeira.

Para Santos (2011, p. 27),

Assim à ferro e fogo as relações de produção capitalista foram moldando o centro oeste paulista a sua imagem e semelhança, através do extermínio da população nativa, do desmatamento dos chamados sertões do oeste, consolidando a grilagem das terras, constituindo os latifúndios, e submetendo trabalhadores migrantes e imigrantes ao regime de colonato, precursores do assalariamento e da proletarianização agrícola, que, devido à voracidade da apropriação territorial, não criou um campesinato como ponta de lança da constituição da zona de fronteira agrícola, eles foram úteis nos tempos lentos, aqui a velocidade não permitiu sua existência.

Apesar de ocupação tardia da inserção da agricultura capitalista, esta se desenvolveu de maneira veloz e o acúmulo de capitais se deu de maneira rápida e em grande magnitude nesta região e no Estado.

### **3.3 – Conflito fundiário e luta pela terra na região centro oeste paulista:**

As ocupações de terras, remontam ao período da grilagem de terras, expropriação de camponeses e proletarianização rural na região. Na obra “O boia-fria: acumulação e miséria”, Maria Conceição d’Incao relata lutas de posseiros e lavradores sem-terra nos processos de disputas pela posse da terra nos anos 1970 na região. Geralmente se tratava de contestação na Justiça e os processos judiciais encerravam com decisão de juízes favoráveis ao grande proprietário. No entanto, durante a década de 1990 estabeleceu-se o principal conflito fundiário na região e ocupação de terras como a principal forma de luta e resistência. A chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizando a sua primeira ocupação no

---

<sup>95</sup> Ver: LIMA, Lucinei Paes. **Tem gente na roça! O Modo de Vida Camponês em Ribeirão Branco – SP**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Curso Geografia Humana do Departamento de Geografia. USP, São Paulo: 2017.

município de Teodoro Sampaio, em 1995 causou um grande impacto no cenário político e de desenvolvimento na região. Assim como escancarou uma realidade velada: a grilagem e a promiscuidade com a coisa pública historicamente instituídos e estruturados. A luta pela terra e reforma agrária se acentuou como um grande conflito<sup>96</sup>, de proporções estaduais e nacionais. A UDR se formou e se armou para tentar conter o avanço da luta. Os Sem Terra, em suas táticas e estratégias, lograram o inimigo causando sobre eles importantes derrotas. A luta de classes se estabeleceu no Pontal do Paranapanema e se tornou um dos períodos mais simbólicos no enfrentamento ao latifúndio atrasado que se preparava para se modernizar através do agronegócio.

A questão agrária na região historicamente se desenvolveu conforme as estratégias capitalistas de produção e reprodução do capital e teve que se curvar frente a ofensiva dos trabalhadores em toda a década de 1990 até meados dos anos 2000-2020. Não só na região do Pontal, mas em todo o centro paulista também houve inúmeros conflitos e a organização do MST trouxe para a centralidade a situação da realidade fundiária, bem como escancarou a grilagem, a improdutividade, a irregularidade e a especulação. Nas regiões de Iaras, Borebi, Jaú, Lençóis, Bauru, Marília, Lins, Promissão, Araçatuba, Andradina, etc. se deram também várias ocupações de terras e diversas famílias foram assentadas nos assentamentos conquistados a partir da luta e do enfrentamento.

**Imagem 14:** 7ª Ocupação da fazenda São Bento nos anos 1990:

---

<sup>96</sup> Importante ressaltar que a região do Pontal do Paranapanema é protagonista de processos de intensas lutas e conflitos sociais, ao longo da sua história, na disputa de terras entre latifundiários, posseiros e sem-terra. Constata-se que esses processos acumulados de luta, historicamente, tornaram a região numa referência da luta pela terra dentro de um contexto e cenário de enfrentamentos ao modelo e formas de poder estruturados na região.



Fonte: Arquivo do MST

No Pontal são pelo menos 450 mil hectares de terras devolutas que seguem sendo reivindicadas pelo MST. Acampados e assentados seguiam em luta até antes da pandemia, em março de 2020, onde os trabalhadores ocuparam a sede do ITESP na região, reivindicando as terras públicas para a continuidade do processo de reforma agrária, posicionando-se contra a Lei nº 16.514 (de 1 setembro de 2017) que tramita na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) a qual prevê a regularização fundiária dos 450 mil hectares de terras griladas na região.

Se essa quantidade de terras fosse destinada para a reforma agrária, poderiam ser assentadas milhares de famílias Sem Terra e trabalhadoras e trabalhadores que sofrem com o desemprego e condições precárias de vida nas cidades, inclusive o assentamento imediato das 300 famílias que estão acampadas na região (MST, 2020).

Segundo matéria divulgada no site do MST somam-se cerca de 150 mil hectares de terras com processo *transitado e julgado* na Justiça, como devolutas, mais cerca de 400 mil hectares em fase discriminatória que somam o estoque de terras devolutas griladas no Pontal.



**Figura 15:** Ocupação ao ITESP no Pontal do Paranapanema.



Fonte: MST, março/2020.

Com o lema “Terra Devoluta é terra de quem Luta!”, mulheres do MST do Pontal do Paranapanema protestaram em março de 2021 contra o uso irregular das terras devolutas na região, reivindicando-as para a reforma agrária.

**Imagem 16:** Mulheres em jornada de lutas no Pontal do Paranapanema reivindicando as terras devolutas da região:



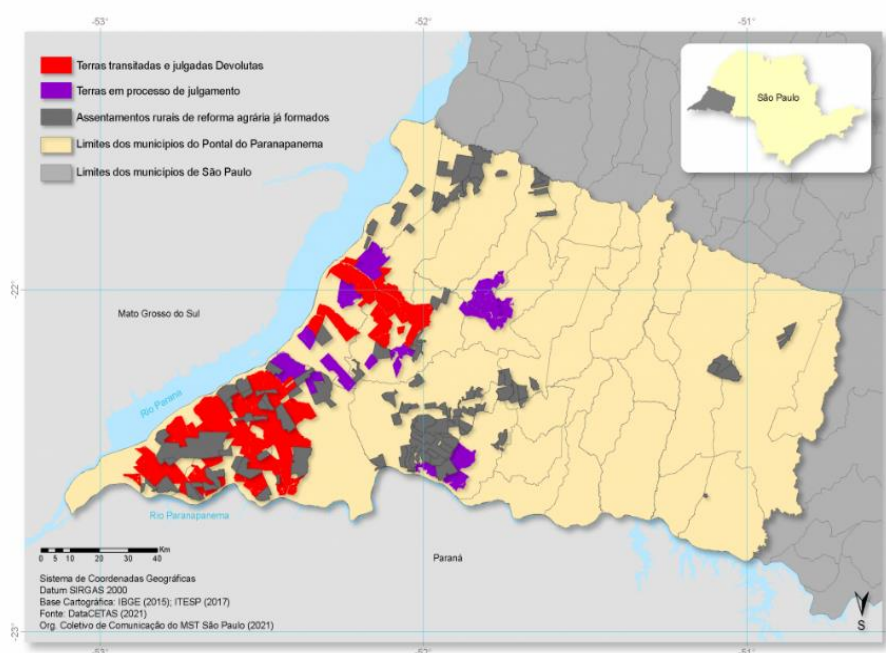
Fonte: MST, 2021

Respeitando os protocolos sanitários da pandemia, as mulheres protestaram contra as terras devolutas, em processo de litígio e grilo na região, que caracterizam hoje mais de 540 mil hectares de terras devolutas no extremo oeste.

Fruto do histórico de luta, hoje a região é formada com 117 assentamentos rurais, abrigando cerca de 7 mil famílias camponesas que vivem da produção de alimentos. São cerca de 170 mil hectares de terras arrecadadas para a reforma agrária. Nossos assentamentos tentam se desenvolver com base nas experiências coletivas de formação política que o MST busca fazer com sua base desde os períodos de acampamento até os dias atuais. Temos, hoje, assentamentos que contam com infraestrutura de associações, cooperativas, escolas, postos de saúde, agroindústrias, templos religiosos, armazéns e outros. Também espaços que buscam o envolvimento da comunidade através do lazer, como campos de futebol e quadras poliesportivas estimulando a vida em coletividade (MST, 2021).

Abaixo, o mapa, as áreas devolutas, as discriminadas e as transitadas e julgadas, como devolutas, e ainda, as áreas que já se transformaram em assentamentos. Elas revelam as disputas territoriais na região extremo oeste (Pontal do Paranapanema) que envolvem por um lado áreas griladas, por outro, áreas particulares e as arrecadadas para assentamentos de reforma agrária.

**Figura 17:** Mapa da estrutura fundiária do extremo oeste em processo judicial:



Fonte: Sistema de Coordenadas Geográficas; Datum SIRGAS (2000); Base Cartográfica IBGE (2015); ITESP (2017) DataCETAS (2021). Org. Coletivo de Comunicação do MST São Paulo (2021).

Segundo a legenda, as áreas destacadas em vermelho são as terras devolutas transitadas e julgadas; em roxo as que estão em processo de julgamento; em cinza escuro as já transformadas em assentamento de reforma agrária. As lutas pelo processo de judicialização das terras griladas resultaram em cerca de 150 mil hectares de terras transitas e julgadas como devolutas, localizadas no 14º e 15º Perímetro de Teodoro Sampaio, entre os municípios de Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista e Rosana.

Segundo o site do MST<sup>97</sup>, em matéria veiculada sobre as áreas griladas do Pontal do Paranapanema, afirma que do ponto de vista jurídico, há alguns procedimentos técnicos a serem feitos no sentido de levantamento 'pericial'. A primeira fase é chamada de *fase citatória*, onde o Estado abre o processo e os latifundiários citados no processo devem apresentar os documentos que comprovem a legalidade da sua posse. Depois, inicia o a *fase contenciosa*, onde estes documentos apresentados são analisados pelo Juiz – geralmente nestes casos é necessário fazer a cadeia dominial para ter comprovação de todas as matrículas e comprovação dos verdadeiros donos. Esse procedimento da ação discriminatória tem por finalidade abrir as investigações jurídicas sobre o domínio das terras. No final da fase discriminatória as terras podem ser declaradas, tanto de domínio particular ou estatal (caso comprove a irregularidade). Para o MST, a sentença não cria um domínio, ela apenas confirma 'indevidamente ocupado' (grilada) ou a confirmação da ocupação na forma como está atualmente (ocupação particular). Finalizada a fase contenciosa, inicia a *fase demarcatória*, onde o Estado começa a demarcar estas terras, identificando-as como de domínio particular e ou devoluta. Aquelas declaradas devolutas são emitidas novas matrículas como terras de domínio do Estado, ou seja, terras públicas. Terminada as três primeiras fases, o Estado pode tomar três decisões: 1) conceder o título das terras para os donos atuais; 2) arrecadar estas terras para a reforma agrária ou outra finalidade publica; ou 3) transformar em áreas de reserva legal. Após tais procedimentos, o Estado pode, no caso de destinar à reforma agrária, abrir a fase reivindicatória. Nesta fase, se faz o levantamento das benfeitorias presentes em toda área e a soma dos valores a serem pagas aos latifundiários, como ressarcimento das benfeitorias construídas. Por fim, ocorre a seleção das famílias, a

---

<sup>97</sup> Ver site: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

qual permite a entrada destas na área, através de uma comissão formada por representantes dos movimentos sociais locais, organizações sociais, poder público local e por representante do Instituto de Terras Públicas do Estado de São Paulo (ITESP). O ITESP faz o estudo técnico da área e o recorte das terras divididas em lotes onde as famílias, enfim, podem ser assentadas. Todo esse processo é muito longo e lento e pode, até mesmo, demorar décadas<sup>98</sup>, (MST, 2020).

Por isso, segundo o MST (2020), ocupa estas áreas para denunciar e pressionar pelo processo de desapropriação, bem como, acompanha todas as fases até a entrada das famílias no assentamento, quando começa a criar estratégias de lutas para a melhoria da qualidade de vida destas famílias, lutando por condições básicas de saúde, educação, transporte, energia, água, assistência técnica, etc. No entanto, a maior parte das vezes, não ocorre o assentamento das famílias. O Estado, preservando sua natureza de classe, muitas vezes avança no sentido de titular essas terras e dar o domínio da posse definitiva aos latifundiários grileiros. Isso tudo somado à paralisação da reforma agrária, aos cortes dos recursos para as políticas públicas no campo, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), etc. No estado de São Paulo, através da Lei Nº 16.514, de 01 de setembro de 2017, no governo Geraldo Alckmin, iniciou-se um processo de regularização das terras na região, criando facilidades para a titulação dos assentamentos rurais, promovendo um golpe contra a reforma agrária. Em nível nacional, está em andamento o Programa Titula Brasil, do governo Federal, que vai na mesma direção.

Na parte central da região centro oeste, o conflito se dá contra as empresas monopolistas que se estabeleceram sobre as terras da União e se apossaram ilegalmente de mais de 50 mil hectares de terras públicas devolutas. Essas áreas foram ocupadas dezenas de vezes, particularmente o latifúndio fazenda Santo Henrique, objeto de batalha judicial contra a Cutrale que a mantém grilada, (no sentido de denuncia-las e reivindica-las para reforma agrária. Mas, apesar de o Incra disputar as terras na Justiça há pelo menos uma década, a fazenda continua sob posse da empresa. Além desta, outras empresas do ramo do eucalipto se expandiram

---

<sup>98</sup> “No caso da fazenda Nazaré, no município de Marabá Paulista, que após 20 anos e mais de 20 ocupações de terras realizadas pelo MST conseguiu em 2017 formar o assentamento Irmã Gorete (por decisão do ITESP foi nomeado como André Franco Montoro), e assentar 236 famílias sem terra”. (MST, 2020)

intensamente (a região está tomada pelo plantio de eucalipto) e os assentamentos se tornaram ilhados e isolados, trazendo inúmeros conflitos no dia-a-dia. As empresas madeireiras e de celulose agem com truculência e violência contra os Sem Terra na região, e são blindados pelos políticos locais: prefeitos, vereadores, delegado, juízes, deputados. No entanto, as famílias seguem em resistência ativa pela concretização da reforma agrária na região. Cerca de 250 famílias seguem acampadas há pelo menos uma década nas proximidades destas fazendas devolutas, fazendo ocupações e pressões pela sua desapropriação.

**Figura 18:** Ocupação da empresa Cutrale, em Borebi:



Fonte: MST, 2011.

Resultado de forte poder de pressão dos sem-terra, diversas áreas foram conquistadas pela luta da reforma agrária, (e a região tem se mantido nas condições permanentes da luta de classes no campo, na disputa por um projeto de reforma agrária construído pelos trabalhadores), contra o modelo de agricultura capitalista, do agronegócio que disputa no dia a dia a hegemonia do projeto dominante no campo.

Somam-se em torno de sete mil (7.000) famílias assentadas na região do Pontal no extremo oeste, somadas à cerca de 9.000 famílias assentadas nas regiões centro e oeste como é o caso de microrregiões como Iaras, Borebi, Lençóis, Bauru,



Piratininga, Galia, Presidente Alves, Guarantã, Pirajuí, Promissão, Lins, Penápolis, Altair, Araçatuba, Andradina, Mirandópolis, Suzanópolis, etc.

**Imagem 19:** Produção em área de assentamento na região:



Fonte: MST, 2021

As terras que formam esses assentamentos foram conquistadas fruto de processos de luta e não como concessão do Estado. Somam-se no total, cerca de 16 mil famílias assentadas na região centro oeste paulista que desenvolvem um modo de vida baseado na vida coletiva em continuidade da resistência da luta por terra e reforma agrária<sup>99</sup>; baseado num modelo produtivo agroecológico, cooperado, com autogestão dos assentamentos, modelos educacionais próprios, cultura e comunicação de resistência (jornais e rádios comunitárias próprias), artes (teatro, cinema da terra, místicas, festas populares). A resistência também se dá de forma cotidiana, haja visto que os aparelhos privados de hegemonia, por parte do latifúndio, mas também público, estatal, disputam esses territórios para que sejam derrotados politicamente e ideologicamente.

---

<sup>99</sup> Ver informações sobre o projeto de reforma agrária popular e as atividades desenvolvidas no âmbito da resistência ao modelo do agronegócio – sítio do MST: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

### **3.4 – As Corporações e a formação do Capital Monopolista: caracterização das principais empresas que atuam na região:**

Este subitem pretende apresentar e analisar a atualidade do desenvolvimento do capital no campo, a partir da atuação concreta das empresas monopolistas na região.

#### **3.4.1 - SETOR SUCROALCOOLEIRO:**

- **Cosan:**

A Cosan é a maior empresa do setor e inicia seus negócios como grupo familiar (família Ometto) em 1936 com a instalação de sua primeira usina em Piracicaba/SP, onde ainda permanece a sede administrativa da corporação. Durante cinco décadas manteve o mesmo negócio e as mesmas atividades nesta unidade. Nos anos 1980 inicia sua fase expansionista com a incorporação de novas usinas através de diversas aquisições. Na década de 1990 a empresa se insere no mercado externo de commodities a partir das pesquisas e a descoberta de nova variedade de cana de açúcar de tipo híbrida denominada VHP (*Very High Polarization*), cuja composição bruta permite transformá-la em diferentes tipos de açúcar para o consumo. (XAVIER, et al, 2011, p. 09).

No ano 2000 é criada a marca Cosan a qual passa a integrar todos negócios sob a mesma marca. Em 2002 adquire a Usina da Barra, a maior produtora de açúcar do país, em Barra Bonita, região centro oeste paulista. Em 2005 abre capital no mercado de futuros da Bolsa de Valores Bovespa (BV&MF) com aporte de US\$ 400 milhões. Ainda em 2005 a Cosan inaugura um novo projeto de infraestrutura visando o escoamento da produção no porto de Santos: o Terminal exportador de Álcool de Santos/S.A.(TEAS). Tal empreendimento foi feito em associação com mais cinco empresas, dentre elas, a Cargill e a empresa britânica Tate & Lyle que detém 10% das ações e administra seu negócio portuário em Santos. A Cosan detém 32% desse capital. Juntamente com capital francês do grupo Tereos, fez a aquisição de duas novas usinas na região de Andradina/SP na região centro oeste paulista. (XAVIER, et al 2011, pg. 09).

A partir de 2005 são incorporadas novas usinas Destivale, situada em Araçatuba/SP; Mundial em Mirandópolis/SP, ambas na região centro oeste paulista; e ainda, as usinas Bonfim, em Guariba/SP; Tamoio, no município de Araraquara e Bom Retiro, pertencente ao município de Capivari/SP. Em 2008 adquire a norte americana Exxon Mobil a qual integra a subsidiária *Cosan Combustíveis e Lubrificantes*, e também faz a aquisição da Esso Brasileira de Petróleo. A subsidiária Exxon Mobil trabalha com distribuição de combustíveis a partir do etanol para automóveis e também para a aviação, com postos de abastecimento nos principais aeroportos.

Em 2009 adquire a Usina Nova América (com a marca açúcar União) e junto com o açúcar da Barra Bonita, passa a ser, individualmente, a maior empresa produtora de açúcar do mundo. Em 2011 é criada a maior subsidiária da Cosan, a Raizen, através de *joint venture* entre a Cosan e a inglesa Shell, para a produção de açúcar e etanol.

Com a transação, a Cosan passou a ser a primeira empresa totalmente integrada do setor sucroenergético no Brasil, controlando desde a produção do monocultivo canavieiro, passando pelo processo industrial de destilação do etanol, até a distribuição do combustível em postos de gasolina (Comissão Pastoral da Terra, 2011)<sup>100</sup>.

Em 2012 a Cosan inaugura um terminal logístico em Itarapina/SP, situada na região centro-leste do Estado de São Paulo. Em 2013 inaugura um trecho do mega projeto de etanolduto, (cujo projeto é construir dutos para transporte/escoamento de etanol), com a participação da Raizen, a qual ligará o sudeste com o centro oeste do Brasil para transporte subterrâneo de etanol até o Porto de Santos (projeto em construção em parte concretizado). Em 2014 é criada a subsidiária Cosan Logística para cuidar da logística da corporação. Em 2015, com a incorporação, fusão entre a *Rumo Logística* (empresa de logística da Cosan) e a *América Latina Logística* (ALL) passa a ter a maior logística ferroviária independente do Brasil. Em 2016 passa a conquistar a partir da Mobil Lubrificantes, a distribuição e o mercado exclusivo dos produtos Moove na Espanha. Em 2017 adquire as Usinas Tonon (unidade de Santa Cândida em Bocaina/SP e unidade Paraíso em Brotas/SP – ambas na região centro

---

100

Ver informações no site:  
<http://www.cptne2.org.br/index.php/component/jdownloads/viewdownload/27-cartilhas/200-monopolio-na-producao-de-etanol-no-brasil-a-fusao-cosan-shell.html?Itemid=19> – visitado em 27 de fevereiro de 2021.



oeste paulista) e começa a produzir 73 milhões de toneladas de cana/ano. Em 2019 a subsidiária da Cosan *Rumo Logística* vence o leilão ferroviário da malha central da Ferrovia Norte-Sul privatizada pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), por R\$ 2,7 bilhões. Em 2020 cria a subsidiária Compass<sup>101</sup> Gás e Energia, empresa que atua e investe em quatro segmentos de negócios: infraestrutura, distribuição, comercialização e *trading* (mediadora entre fabricante e vendedor). Criada com o objetivo de explorar as oportunidades com os negócios de gás e energia no Brasil. (COSAN, 2021)

A corporação, à partir da subsidiária Raizen (que acabou de fazer aquisição da empresa Biosev em fevereiro de 2021), passa a ter 35 usinas de produção, processamento e beneficiamento com capacidade de moagem de 105 milhões de toneladas de cana por ano. Nesse sentido, a empresa Cosan se tornou a maior empresa monopolista do setor sucroalcooleiro no Brasil e mantém todo o controle do setor, detendo como sua propriedade toda a logística de infraestrutura, desde o local da produção passando por rodovias e também a infra em portos, por exemplo, onde a Cosan Portuária possui loteamentos para atracagem de seus próprios navios cargueiros, numa área de concessão estatal, como é o caso das docas do Porto de Santos (XAVIER, et al, 2011, p. 10).

A empresa conta ainda com *Terminal Ayrosa Galvão*, com capacidade para carregamento de noventa (90) vagões por dia, localizada na cidade de Jaú/SP (região centro oeste paulista), onde transporta mercadoria de trem até Santos. *Terminal Multimodal Logisport (Companhia Nacional de Armazéns Gerais Alfandegários)*, onde 51% das ações é controlada pela *Rumo Logística* e está localizada na cidade de Sumaré/SP, cidade que recebe o entroncamento rodoviário e ferroviário das principais rodovias e ferrovias estaduais e federais. Também possui uma empresa subsidiária com função imobiliária no portfólio de terras. A *Radar propriedades agrícolas*, tem a função de imobiliária de terras dentro da própria empresa, que identifica as melhores terras para produção de cana, para compra ou arrendamento. (A Radar teve a maior

---

<sup>101</sup> A Compass está estrategicamente focada em distribuição de gás natural, por meio da Comgás, a maior companhia de gás encanado do país em termos de volume; Infraestrutura e originação de gás, com oferta competitiva de gás do pré-sal e importando GNL (gás natural liquefeito); comercialização de gás, com competitividade na oferta e demanda; e geração térmica a gás e trading de energia elétrica, transformando gás em eletricidade. (COSAN, 2021).

parte de suas ações compradas pelo Fundo de Pensão privado de professores universitários dos EUA, a empresa TIAA, da Universidade de Harvard). E o controle acionário majoritário não é mais da Cosan.

A fusão com a Shell e a aquisição da Biosev da Louis Dreyfuss mostram também a dimensão da participação do capital estrangeiro na agricultura capitalista brasileira. Entretanto, o predomínio do capital estrangeiro na agricultura brasileira, apesar de crescimento nos anos 2000 até 2010, onde cresceu de 1% para 25% (em apenas uma década), ainda não é majoritário. As corporações brasileiras possuem fusões e associações com o capital estrangeiro, mas dominam em termos de porcentagem o controle dos processos produtivos, controle da terra em sua extensão territorial, infraestrutura e logística, a produção brasileira de commodities para o comércio externo e controle acionário de maior parte dos monopólios.

**Imagem 20:** Ocupação de mulheres na empresa Cosan, Barra Bonita/SP.



Foto: João Zinclair, MST, 2009.

No âmbito da luta de classes, projetos antagônicos pautam a luta no campo. Por um lado, o agronegócio, via as empresas monopolistas como a Cosan, domina as terras e os meios de produção; por outro, camponeses e trabalhadores sem-terra pautam a luta pela democratização da terra e a construção de outro modelo produtivo

com base na cooperação, agroecologia, justiça social. Na jornada de luta das mulheres, em março de 2009, cerca de 600 mulheres do MST, ocuparam um latifúndio da empresa no município de Barra Bonita, região de Jaú, na região centro oeste paulista. A Jornada teve como pauta a defesa da reforma agrária, da soberania alimentar, em protesto contra o modelo produtivo do agronegócio, a expansão da Cosan sobre as terras da região, sobretudo sobre as áreas de produção de alimentos, a exploração do trabalho e a concentração da propriedade da terra.

Mais de seiscentas mulheres como forma de pressão e denuncia cortaram a cana para plantar alimentos no local. O Grupo Cosan ameaçou pela retirada violenta das mulheres.

**Imagem 21:** Mulheres Sem Terra em protesto na empresa Cosan.



Fonte: Brasil de Fato 10/03/2009

Para além das atividades produtivas e industriais, a Cosan administra atividades bancárias, como é o caso do Barracred. Criado em 1996 pelos funcionários da Usina da Barra, o Barracred<sup>102</sup>, é uma cooperativa de crédito e transações financeiras para funcionários da Usina. O Sistema funciona através de cooperados da

---

<sup>102</sup> Barracred é a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários do Grupo Cosan, que presta assistência econômica, financeira, social e educativa aos seus associados, através de poupança, empréstimos, convênios comerciais, orientação e educação financeira. (Cosan, 2021). <http://www.barracred.com.br/institucional/cartilhaFaq.aspx> - acesso em 22 de abril de 2021.

empresa que retiram uma pequena porcentagem de seu salário para a Barracred como garantia de um fundo para empréstimos em condições mais vantajosas. Os empréstimos são acrescidos de juros. Com a aquisição da Usina da Barra pela Cosan, a administração da cooperativa de crédito passa a ser de administração da corporação. Atualmente funcionários da Cosan de todo o Brasil podem se tornar cooperado do Barracred, que aos poucos vai se tornando um banco de aplicações financeiras e operações de crédito.

### **Raizen:**

A Raizen afirma em seu site que é uma empresa integrada de energia, produz e comercializa etanol, açúcar, combustíveis e energia. Fundada em 2011 a partir de *Joint Venture* (JV) entre Shell e Cosan, em 2013 inaugurou a primeira estação de etanolduto para transporte exclusivo de etanol, trecho que liga Ribeirão Preto à Paulínia (estação central do etanolduto).

Em 2014 faz a Emissão histórica de CRA<sup>103</sup> (títulos do agronegócio) no mercado financeiro. Em 2015 a empresa bateu o recorde de exportação de açúcar. Em 2018 comprou os ativos da Shell na Argentina. Em 2019 inaugurou a estação da primeira planta de energia solar em Piracicaba/SP. Em 2021 fez a aquisição da Biosev, a maior subsidiária da Louis Dreyfuss Commodities, aumentando o seu portfólio com terras, usinas, subsidiárias, infraestrutura, capital na Bolsa, etc.

No entanto, um dos megaprojetos da Raizen hoje é o etanolduto, que consiste na construção de uma rede de tubulação para o transporte de petróleo e seus derivados, o álcoolduto ou etanolduto ligando a região sudeste à centro oeste do Brasil para transporte do produto. Trata-se de uma rede de dutos para o transporte de etanol em

---

<sup>103</sup> O **Certificado de Recebíveis do Agronegócio** é um título de renda fixa, emitido por instituições securitizadoras, com o objetivo de financiar o setor agrícola. Ele é muito semelhante às **LCAs** (Letras de Crédito do Agronegócio), os quais também são títulos do agronegócio cujo objetivo é financiar o setor com recursos privados. As emissões são originadas através de negócios entre produtores do campo abrangendo financiamentos ou empréstimos destinados à produção, comercialização, beneficiamento ou à industrialização de produtos, na produção agropecuária. É o papel que mais cresce em emissão anualmente. A grande diferença entre **CRA e LCA** é que a letra de crédito é emitida apenas pelos bancos, por isso possui menos risco (e rentabilidade) sendo garantida pelo **FGC** (Fundo Garantidor de Crédito). Enquanto o CRA é emitido por securitizadoras (empresas que convertem dívidas em títulos lastreados) e não possuem FGC, sendo a saúde da empresa a garantia do negócio. ([http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-fixa/certificado-de-recebiveis-do-agronegocio.htm](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-fixa/certificado-de-recebiveis-do-agronegocio.htm) - acesso em 23 de abril de 2021)

que as usinas podem utilizar para enviar o biocombustível para as distribuidoras sem precisar das rodovias, e destas segue para ser vendido nos postos. Tal projeto tem o financiamento do BNDES e está sendo executado pela Logum Logística S/A (empresa criada pela Petrobras em parceria com Cosan, Coopersucar, Odebrecht, Camargo Corrêa e Uniduto).

Segundo reportagem da Coopercana (2021)<sup>104</sup> o projeto da Logum é composto não apenas pela "rede de tubulação", mas sim por um sistema logístico multimodal, que inclui também transporte hidroviário. O objetivo é ligar as regiões produtoras de etanol dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ao principal ponto de armazenamento de distribuição, em Paulínia (SP). Quando finalizado, o álcoolduto terá capacidade de transportar até 21 milhões de metros cúbicos de etanol por ano e de armazenamento de mais de 800 milhões de litros do combustível.

Os argumentos para a viabilidade do projeto é que uma rede de dutos para o transporte de etanol reduziria o volume de caminhões-tanque carregados de etanol nas rodovias diminuindo a poluição de gases de efeito estufa (GEE) e também agilizaria a entrega do produto às refinarias e distribuidoras, bem como, diminuiria os custos de transporte diários. Por outro lado, os custos ambientais e legais do projeto encontraram empecilho, pois passarão por muitas propriedades das quais terão que ter autorização legal e as tubulações serem enterradas, assim como, os termos de licença ambiental por onde passarão, com os devidos estudos técnicos, evitando danos ao ambiente e riscos maiores de explosão. As secretarias de meio ambiente municipais e estadual em sua maioria já autorizaram a permissão legal para o projeto.

**Figura 22:** Mapa da engenharia do megaprojeto Etanolduto

---

<sup>104</sup> Ver: <https://www.novacana.com/tag/92-alcoolduto-ou-etanolduto> - acesso em 22 de abril de 2021.



Fonte: Novacana, 2021.

Na região centro oeste paulista não haverá a tubulação subterrânea do etanololduto, conforme pode ser verificado na engenharia do projeto do mapa acima, pois o transporte será feito pelo sistema hidroviário, saindo de balsa de Presidente Epitácio, seguindo pelo Rio Tietê até o posto de armazenamento em Anhembi, de onde seguirá pela tubulação até a estação central da Petrobras, em Paulínia/SP, e daí será distribuída nas tubulações para a região metropolitana de São Paulo até o Porto de Santos. De Paulínia também sairá uma tubulação para a região do Vale do Paraíba até o Rio de Janeiro. De Jataí/MT sairá tubulação para os tanques de armazenamento, passando por Itumbiara/GO, Uberaba/MG, até chegar à Ribeirão Preto. O primeiro trecho do etanololduto que ficou pronto, foi o trecho de Ribeirão Preto à Paulínia e grande São Paulo, inaugurado em 2013, foi responsável pelo transporte de 4 milhões de litros de etanol em 2019.

O projeto prevê aproximadamente 1.300 km de extensão de dutos e 700 km de hidrovia, 15 terminais de coleta e distribuição, capacidade de transporte de aproximadamente 20 milhões de m<sup>3</sup> de etanol por ano e capacidade de armazenamento operacional de 1,2 milhão de m<sup>3</sup> de etanol.

(<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/08/12/etanol-vai-ficar-mais-barato-na-bomba-afirma-dilma.htm>) - acesso em 23 de abril de 2021)

Em números, a Raizen se define como uma empresa que chegou no patamar de 120,6 bilhões de faturamento em 2020, sendo a 4ª maior empresa de faturamento



do Brasil. É a segunda maior empresa distribuidora de combustíveis no país. Possui 26 unidades de produção de açúcar, etanol e bioenergia e mais planta de etanol 2G e 1 refinaria. Possui sobre o seu controle 860 mil hectares de terras para produção de cana. Conta com 70 terminais de distribuição, 89 bases de abastecimento em aeroportos. Possui 7.300 postos de distribuição com a marca Shell e 1000 (mil) lojas de conveniência com a marca Shell Select. Conta com a comercialização de 33 bilhões de litros combustivel. Produção de 2,5 bilhões de litros de etanol. Produção de 3,8 milhões de toneladas de açúcar. Comercialização de 26,9 Twh de energia elétrica. São cerca de 3.200 clientes B2B (Bolsa de Valores). São 13 mil alunos de escolas públicas e 4 milhões de pessoas envolvidas em projetos educacionais pela Fundação Raízen. Na safra 2019/2020 a Raízen apoiou mais de 200 projetos de educação e inclusão social em comunidades no entorno de suas operações, alcançando 3 milhões de beneficiados direta e indiretamente. (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE COSAN 2019, 2020, pg. 42).

- **Odebrecht**

A empresa Odebrecht fundada em 1944 tornou-se transnacional operando em 35 países, de quatro continentes, com aproximadamente 110 mil trabalhadores. Tornou-se a maior empresa em engenharia e construção da América Latina, porém atua em diferentes ramos da economia: química e petroquímica, etanol e açúcar, seguros, óleo e gás, engenharia ambiental e imobiliária, transportes e investimentos em infraestrutura e mais recentemente na área de energia.

O crescimento da Odebrecht se deu, segundo documento *Carta-Denuncia dos Movimentos Sociais*<sup>105</sup> (documento impresso maio/2014) em grande parte, devido aos incentivos econômicos dados pelo Estado brasileiro na tentativa de impulsionar o ‘milagre econômico’ durante a ditadura civil militar de 1964.

---

<sup>105</sup> Documento foi um texto elaborado pelos movimentos MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) durante a marcha estadual do MST na jornada de lutas do ano de 2014 que teve o objetivo de passar por dentro das periferias de São Paulo e dialogar com a população urbana – na ocasião, MST e MTST em conjunto ocuparam a sede da Odebrecht na capital paulista em protesto contra suas ações no Brasil e no mundo.

No final da década de 1970 e 1980, a empresa adquiriu diversas empresas menores, no Brasil e no exterior, iniciando com isso um elemento característico no processo de monopolização do capital. Na década de 1990, passou a comprar empresas estatais, também do setor químico e petroquímico, que se colocavam com um futuro promissor para o seu capital, aumentando significativamente seu poder econômico e também político.

Fundada em 2007 pela Odebrecht, sua subsidiária Usina Odebrecht Agroindustrial, conta com diversas usinas distribuídas no território nacional, com polos produtivos em quatro estados brasileiros: em São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Sua produção envolve operações agrícolas e industriais. No estado de São Paulo a Odebrecht opera com as seguintes usinas, particularmente na região oeste (Pontal): Usina Alcídia e Conquista do Pontal; Araguaia: Usina Morro Vermelho e Água Encantada; Usina Taquari: Usina Alto Taquari e Costa Rica; Santa Luzia: Usina Santa Luzia; Eldorado: Usina Eldorado; Goiás: Usina Rio Claro. Em todas as unidades a empresa tem como matriz produtiva a comercialização do etanol e do açúcar, além da produção de energia elétrica a partir da biomassa.

Assim como outras empresas, a produção de etanol na Odebrecht é vendida para as distribuidoras de combustível e indústrias químicas e petroquímicas, das quais também é proprietária. A produção de açúcar é exportada e a energia gerada na produção busca gerar autossuficiência energética, cujo excedente é vendido para o sistema elétrico brasileiro. (ODEBRECHT, 2021).

Além dos governos militares a empresa manteve parcerias com todos os demais governos – as chamadas “parcerias com o Governo Federal brasileiro”. Nos anos 2008 a 2015 continuou sua expansão e crescimento, principalmente com a construção das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na área de infraestrutura, vias de rodagem, portos, aeroportos, ferrovias, abastecimento, além da construção de casas do Programa de Habitação *Minha Casa, Minha Vida*, que em 2010, respondiam por 40% do faturamento da empresa. Também atua no setor sucroalcooleiro no estado de São Paulo (com usinas principalmente na região oeste) e mantém sistemática pressão sobre os assentamentos de reforma agrária nas disputas de terras para a cana de açúcar, na região do Pontal do Paranapanema.



A empresa opera no setor sucroalcooleiro com usinas e produção de cana de açúcar nos municípios da região do Pontal do Paranapanema: Mirante do Paranapanema, Rosana, Teodoro Sampaio, Sandovalina, Primavera, Euclides da Cunha, dentre outros, região essa que se concentra a maior quantidade de assentamentos do Estado de São Paulo.

**Figura 23:** Ocupação da Usina Alcídia, empresa Odebrecht:



Fonte: MST, 2011.

Os territórios de assentamentos são alvos da ofensiva das empresas do agronegócio, das grandes corporações, desde a pressão sobre as terras conquistadas, o modelo produtivo, o projeto pedagógico de suas escolas, a organização política da comunidade através de suas associações e cooperativas.

### **3.4.2 – SETOR DE CITRICULTURA**

- **Cutrale**

A história do império da laranja, inicia com José Cutrale Jr. comprando uma fábrica de suco em falência em 1967, em Araraquara/SP, onde mudou o nome da firma para Sucocítrico Cutrale. Adquiriu durante algumas décadas cinco complexos industriais no estado e duas antigas fábricas da Minute Maid na Flórida. Intensifica sua fase expansionista entre os anos 1970, 1980 e 1990.

A Sucocítrico Cutrale, que ainda tem sede em Araraquara, não publica informações sobre a empresa e nem divulga seus resultados financeiros. Segundo relatórios anuais apresentados pela Burlingtown LLP, com sede em Londres, uma *holding*<sup>106</sup> da empresa no Reino Unido que trabalha com as operações da Cutrale fora do Brasil, informa que a receita anual dobrou para US\$ 1,3 bilhão entre 2007 e 2013, coincidindo com o mesmo período da crise de 2008, revelando as características monopolistas da empresa. A falta de divulgação de informações dificulta a busca de dados para a pesquisa sobre a mesma. A empresa não possui capital aberto. Seu capital é fechado no núcleo familiar (Cutrale) e os mesmos são socio fundadores, diretores hierárquicos e diretores executivos que comandam a corporação no sistema de governança corporativa da *holding*.

Informações colhidas através de jornais e revistas (Veja/2007 e 2011; Caros Amigos/2008; Exame/2018; Valor Econômico/2019, etc.), dentre outros sites, mostram que a Cutrale tem 10 subsidiárias espalhadas por EUA, Reino Unido, Países Baixos e Portugal, com participações na Grove2Glass Trading GmbH, com sede em Zurique, na Nippon Juice Terminal KK, no Japão, e na General Avileasing Inc., sede em Orlando, EUA. Ela é responsável por cerca de um terço do mercado mundial de suco de laranja e também atua no cultivo e distribuição de laranjas e subprodutos. Em julho de 2004, a Cutrale comprou 16,9% da Coca-Cola FEMSA no Brasil por US\$ 50 milhões de dólares.

No Brasil possui sete unidades fabris com atuação maior no estado de São Paulo: (Araraquara, Colina, Itápolis, Conchal, Uchôa, Taquaritinga e Bebedouro); São vinte e seis fazendas citrícolas no estado de São Paulo (Araraquara, Barretos (3), Bebedouro (3), Bofete, Cajobi, Capela do Alto, Colina (2), Ibaté, Colômbia, Luis

---

<sup>106</sup> *Holding* (no termo em inglês) é a empresa que possui participação majoritária nas ações e controla e exerce direção autônoma e sem sócios sobre suas subsidiárias ou outras empresas.

Antônio, Tambaú, Olímpia, Pitangueiras, Rincão (3), São José dos Campos, Iaras, Borebi, Andradina. Tem sede em Araraquara/SP e escritórios em Avaré, Conchal, Colina, Cordeirópolis, Itápolis, Olímpia, Porto Ferreira, Taquaritinga e escoia a produção do suco de laranja concentrado pelo terminal portuário do Guarujá/SP. Acrescenta-se, nos últimos cinco anos a expansão sobre os municípios da região centro oeste paulista: Duartina/SP; Ubirajara/SP; Lucianópolis e a Fazenda São José em Piratininga/SP.

A expansão da empresa ocorre por toda cadeia global de abastecimento, desde os cerca de 160.000 hectares de laranjais no Brasil (dos quais mais de 50 mil<sup>107</sup> se localizam na região centro oeste paulista), até uma frota de navios que transporta suas commodities para pelo menos três continentes. A frota de caminhões da Cutrale percorre diariamente as rodovias de São Paulo transportando suco para Santos, maior porto da América Latina, onde a empresa arrenda um terminal de uso exclusivo para seus próprios navios e em Guarujá de onde sai parte das cargas da empresa.

A família Cutrale investe desde 2012, em plantações de soja na Amazônia brasileira, para atender a demanda da Ásia. Ao mesmo tempo em que as exportações de laranja se multiplicaram em quatro vezes em 2013, para US\$ 777 milhões, (mas foram reduzidas, posteriormente devido ataque de vírus nos laranjais). Os dados de comércio do Brasil (2015) mostram que as exportações da Cutrale aumentaram 62 por cento (62%) em 2013, para US\$ 1,7 bilhão, e alcançaram pelo menos US\$ 1,4 bilhão em 2014. Além disso, a Coca-Cola e a Cutrale possuem *joint ventures* e compraram cerca de 30 por cento (30%) de todos os laranjais cultivados na Flórida. Ela é, também, acionista da distribuidora brasileira da Coca-Cola, a Spaal, e tem participações em imóveis comerciais, em firmas de comércio de commodities e em uma operadora de aeronaves e jatos com sede nos EUA. Sua fortuna, avaliada em US\$ 2,6 bilhões, segundo o Bloomberg Billionaires Index, considera José Cutrale Jr. a 26ª pessoa mais rica do Brasil em 2020. O empresário começou a diversificar seus negócios e passou a cultivar soja unindo-se ao bilionário brasileiro do setor bancário Joseph Safra. Desta união para produção de grãos também rendeu a aquisição da

---

<sup>107</sup> Em torno de 40 mil hectares são terras públicas griladas, onde o Incra move há uma década ação na Justiça para o requerimento destas terras à União.

Chiquita Brands International Inc., por US\$ 1,3 bilhão, empresa com sede em Charlotte, Carolina do Norte, EUA, que produz processados derivados de frutas. (

A reportagem denominada “O Rei da Laranja” (Revista Exame, 2018)<sup>108</sup> afirma ainda que o Departamento de Agricultura dos EUA estima que a Flórida produziu 125 milhões de caixas de laranja no ano-safra 2013-2014. Já a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), no Brasil, afirmou que a produção nos estados de São Paulo e Minas Gerais permaneceu estável ao longo dos últimos 15 anos, em cerca de 340 milhões de caixas.

A ascensão de Cutrale, no entanto, no negócio de citrus (laranja e limão) é controversa. Nos anos 1990, ele estava entre os produtores brasileiros acusados pelo Departamento de Comércio dos EUA de vender suco nos EUA a preços considerados muito baixos pelos produtores da Flórida, cujas acusações eram de formação de cartel (domínio de preços baixos para prejudicar a concorrência). Cutrale conseguiu negociar para que as medidas anti-dumping dos EUA fossem removidas pela Organização Mundial do Comércio e as denúncias encerradas em 2013. Segundo Flavio Viegas (presidente da associação dos citricultores, fornecedor da Cutrale de 2004 a 2008), “a Cutrale conduziu nas últimas décadas, um processo de expansão agressivo de manipulação do mercado e barreira para a entrada da concorrência”. A chamada “Operação Fanta” que investiga os exportadores de laranjas e suas práticas de formação de carteis, reuniu buscas por documentos e computadores nas empresas e o processo segue na Justiça.

Promotores brasileiros, especialmente da Justiça do Trabalho de Bauru, na região centro oeste paulista, investigaram as práticas trabalhistas da Cutrale 286 vezes na última década, contra 50 vezes na Citrosuco e 71 na Louis Dreyfus. Algumas investigações resultaram em ações judiciais e outras, em acordos. Em março de 2014, a Justiça do Trabalho ordenou que a Cutrale e outras duas empresas pagassem R\$ 113 milhões (US\$ 43 milhões) por prática de trabalho escravo e superexploração do trabalho e deixassem de subcontratar colhedores de laranjas irregularmente.

---

<sup>108</sup> <https://exame.com/negocios/rei-da-fruta-comprando-chiquita-e-revelado-como-bilionario/>

Além da expansão econômica, a empresa atua no âmbito da educação na qual mantém projetos e parcerias com instituições brasileiras. Dentre elas, a instituição Fundação ABRINQ, que criou em 1995 um programa chamado *Programa Empresa Amiga da Criança* para reunir o empresariado na defesa dos direitos da criança e adolescente.

Por essa razão recebemos o diploma de 20 anos de parceria, como reconhecimento por tantos anos de compromisso com o combate do trabalho infantil e a transformação do cenário da infância e adolescência por meio da realização de ações sociais em benefício desse público (CUTRALE, 2018).<sup>109</sup>

No ano de 2018 a Cutrale recebeu da Fundação ABRINQ o Diploma de reconhecimento pelo compromisso social com a infância e adolescência brasileira.

**Figura 24:** Diploma da ABRINQ à Cutrale: Empresa Amiga da Criança.



Fonte: CUTRALE, 2018.

<sup>109</sup><https://www.cutrale.com.br/boletim.xhtml> - acesso em 21 de abril de 2021

A Revista Caros Amigos/2008 numa matéria reproduzida pela Repórter Brasil<sup>110</sup>, publicou uma denúncia sobre o trabalho infantil degradante e análogo a escravo, numa grande fazenda de 1 milhão de pés de laranja em Bariri (região centro oeste paulista), na fazenda Santa Brígida, a qual era fornecedora da Cutrale há 20 anos. Eram 180 trabalhadores nestas condições, sendo que 15 destas eram adolescentes. O Procurador do Ministério Público do Trabalho de Bauru, Luís Henrique Rafael, flagrou seis turmas em condições precárias de trabalho, transporte, alimentação e água potável.

Fazenda de um milhão de pés de laranja usava cooperativa ilegal de mão de obra Diligência realizada na manhã de 01 de fevereiro na Fazenda Santa Brígida, em Bariri, pelo Procurador Luis Henrique Rafael, do Ofício de Bauru do Ministério Público do Trabalho, flagrou seis turmas de trabalhadores rurais na colheita de laranja, todos trabalhando sem registro em Carteira de Trabalho (CTPS), não usavam Equipamentos de Proteção (EPs), não havia banheiros, mesas, cadeiras e marmitas térmicas, não havia reservatório de água potável, os ônibus eram totalmente precários, sem tacógrafo, e transportavam ferramentas e escadas nos corredores. Havia cerca de 180 trabalhadores na Fazenda, sendo pelo menos 15 adolescentes e menores de 18, com idades entre 13 e 17 anos. A fazenda Santa Brígida possui cerca de 800 alqueires e cerca de 1 milhão de pés de laranja. É fornecedora de laranja para a indústria de sucos CUTRALE há mais de 20 anos. No local também foi constatado o fornecimento de mão de obra de colhedores através de uma falsa cooperativa, denominada Coopersol, de Araraquara, entidade que já foi processada pelo Ministério Público do Trabalho no ano de 2000 (ação civil pública), foi condenada a não fazer intermediação ilegal de mão de obra, mas foi interposto um recurso que atualmente se encontra no TST, Tribunal Superior do Trabalho. O Ministério Público, através do Procurador do Trabalho Luís Henrique Rafael, realizou a diligência em companhia do diretor da Federação dos Empregados e Assalariados Rurais de São Paulo (FERAESP), Pedro Casturino dos Santos, autor da denúncia. A Fazenda será convocada pelo MP para ajustar sua conduta à legislação trabalhista e de segurança no trabalho, bem como para abolir o trabalho de crianças e adolescentes. Caso não seja firmado um Termo de Compromisso, o MP do Trabalho ajuizará uma ação civil pública com pedido de multa diária pelo descumprimento da lei, bem como indenização reparatória dos danos causados aos trabalhadores. (REPORTER BRASIL,01/02/2008).

Várias outras denúncias, diligências, flagras e multas sobre o trabalho precarizado, análogo ou escravo foram encontrados nos laranjais da Cutrale e/ou de

---

<sup>110</sup>Ver: <https://reporterbrasil.org.br/2008/02/diligencia-flagra-trabalho-infantil-e-degradante-na-colheita-de-laranja/> - matéria publicada em 01/02/2008, visitado em 21 de abril de 2021.

suas fazendas fornecedoras (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2013). O ajustamento de conduta não é realizado pela empresa e a mesma segue permissiva com as condições de superexploração do trabalho na região e no Estado.

- **Citrovita e Citrosuco:**

A Citrovita e Citrosuco pertencem a empresa Votorantim, da família de Antônio Ermírio de Moraes, que iniciou o seu negócio no começo do século XX com uma fábrica de tecidos, diversificando o ramo de produção no decorrer do tempo. Em seu site ([votorantim.com.br](http://votorantim.com.br)) se denomina como “companhia de controle familiar com 103 anos de história”.

De 1933 à Segunda Guerra Mundial em 1945, o grupo se expandiu fortemente: construiu uma fábrica de cimentos no interior paulista, associou-se com a empresa Klabin para fundar a Cia Nitro Química Brasileira e ingressou no ramo da siderurgia, com a produção de ferro-gusa para a construção civil. Durante a guerra passou a fabricar explosivos. Depois da guerra fundou a Companhia Brasileira de Alumínio<sup>111</sup> que é fabricado a partir da matéria prima do minério bauxita, encontrada nos projetos de mineração no Vale do Ribeira.

Nos anos 1980 com a consolidação do setor agroindustrial da Votorantim avançou na compra de fazendas em Pernambuco e Mato Grosso do Sul para produzir cana para açúcar e álcool. No meio dessa década houve a estagnação dos setores de cimento, têxtil e metalúrgico que a levou à investimentos na área de eucaliptos para papel e celulose, cuja produção se concentrou no sul do estado da Bahia e em Suzano/SP. Já na década de 1990 o destaque foi para o crescimento da fábrica de bens e capital, a Atlas/S.A. e a criação do Banco Votorantim.

Em 1996, com cerca de 60 empresas resolve direcionar seus negócios para oito ramos diferentes da produção. De acordo com o artigo reportagem “A Opulência dos Ricos no Brasil”<sup>112</sup>, nº 61, outubro de 2004, com um capítulo especial sobre

---

<sup>111</sup> As duas fabricas deram origem às cidades de Alumínio e Votorantim, ambas surgiram com a demanda de mão de obra para as fábricas da empresa e funcionam como cidades satélites, situando-se próxima a Sorocaba.

<sup>112</sup> Reportagem “A Opulência dos Ricos no Brasil” – Revista nº 61, outubro de 2004. Site: [www.oficinainforma.com.br](http://www.oficinainforma.com.br). Visitado em 26 de fevereiro de 2015.

Antônio Ermírio: o Banco Votorantim nos anos 2000 se tornou um dos braços mais rentáveis do conglomerado, sendo responsável, segundo o jornal *O Globo* (2015) por 20% do faturamento de todo o grupo.

Ainda segundo a reportagem de Tania Caliari, (2004), muitos desses negócios são associações com grupos nacionais e internacionais – como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Vale, Petroquisa, Alcan, Klabin, a empreiteira Camargo Correa. Possui sociedade com Bancos como o Banco Real, o Bradesco e o Banco Safra.

Nossas atividades são conduzidas por um conjunto de empresas controladas pelo banco BV que atuam de forma leve e integrada ao mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. O conglomerado financeiro banco BV tem em sua estrutura societária o Grupo Votorantim, um dos maiores conglomerados industriais do mundo, e o Banco do Brasil, a segunda maior instituição financeira da América Latina. Ambos os acionistas possuem grau de investimento pelas três principais agências de rating internacionais - Fitch, Moody's e S&P. A parceria estratégica foi estruturada com a aquisição pelo Banco do Brasil de 49,99% do capital votante e 50% do capital social total do banco BV. (BANCO VOTORANTIM, 2021)<sup>113</sup>.

Os elementos evidenciam que não existe separação entre o capital produtivo, industrial e o financeiro. Eles funcionam em completa sintonia e interdependência dentro das corporações.

São pelo menos oito ramos de atuação por parte da corporação Votorantim: 1) *Votorantim cimentos* - empresa voltada para a construção civil, com plantas em 11 países, onde a corporação atua nos segmentos de cimentos, argamassa, concreto, insumos agrícolas, coprocessamento, agregados, rejuntamentos e serviços.

2) *Alumínio* – A CBA subsidiária da Votorantim é uma das maiores processadoras do minério bauxita para transformação em alumínio, produto usado na indústria de forma geral. 3) *Votorantim Energia*: uma das empresas de transformação de energia e conta com seis (06) complexos hídricos (barragens) e dois (02) eólicos, incluindo a Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP); atuando na

---

<sup>113</sup> Ver: <https://www.bancobv.com.br/web/site/pt/banco/institucional/estrutura-societaria/> - acesso em 23 de abril de 2021.



geração e comercialização de energia e em gestão de consumo. 4) *Banco Votorantim*: o banco BV com foco para a transformação digital e controle de inadimplência. Com mais de 30 anos, é o 5º maior banco privado do Brasil pelo ranking do Banco Central (2020) e atua nos segmentos de Crédito e Financiamento para pessoas, *Corporate & Investment Banking*, *Asset Management* e *Private Bank*. 5) *Metais e Mineração*: A empresa NEXA Resources da Votorantim, atua como uma das cinco maiores mineradoras e produtoras a partir do zinco no mundo. 6) *Altre – investimentos imobiliários*: Plataforma de investimento imobiliário focada no loteamento, incorporação e construção, por meio de parcerias com empresas do setor de construção civil, na gestão de ativos imobiliários de terras, e em investimento de ativos e fundos imobiliários. 7) *Acerbrag e Acerias* - fundada em 1964 a empresa atua na região de Buenos Aires, Argentina, na produção siderúrgica voltada para a construção civil, agronegócio e indústria. O negócio de aços longos da Votorantim engloba as operações da Acerbrag, na Argentina, e da Acerías Paz del Río, na Colômbia, ambas com um histórico de mais de 50 anos de atuação em seus respectivos países. 8) *agronegócio – citricultura*:

No âmbito do agronegócio a Votorantim iniciou no ramo com a empresa Citrovida que mais tarde fez fusão com a Citrosuco do Grupo Fisher. Em 2005 a Citrovida adquire e expande a fábrica de sucos em Araras (SP). Em 2006 é firmada, entre o Grupo Fischer e a Cia. Agrícola e Pastoril Fazenda Rio Pardo S/A, uma parceria no setor de citros e é adquirida a Fazenda Rio Pardo, no município de Iaras (SP), com mais de 9 mil hectares de terras cultiváveis para a produção de laranja. Em 2010 é firmado acordo de associação entre Citrovida e Citrosuco para criar uma das maiores produtoras mundiais de suco de laranja. Citrovida e Citrosuco, cada uma com capacidade de comercializar 25% do mercado mundial do suco de laranja, somando juntas a capacidade de 50% do controle do mercado mundial de suco de laranja (CITROSUCO, 2021) contra os outros 50% da Cutrale e Louis Dreyfuss. Se juntam para enfrentar a concorrente Cutrale. Em 2012 nasce da fusão, a empresa Citrosuco (permanece com o nome da última), selando finalmente a fusão dos negócios de suco de laranja do Grupo Fischer e Grupo Votorantim.

- **Louis Dreyfuss Commodities (LDC)**

No Brasil a empresa estabeleceu-se em 1942, ao adquirir a empresa Comércio e Indústrias Brasileiras (Coinbra), desenvolvendo atividades para o comércio de açúcar, produtos cítricos, oleaginosas e café. Algumas décadas depois iniciou o processamento de soja e lançou no mercado as marcas de óleo refinado Vila Velha e Valência. Em 1988 adquiriu a Frutopic Agropecuária e iniciou sua produção de sucos.

No começo dos anos 2000 o grupo passou a operar também no processamento de cana-de-açúcar, com a compra de três usinas na região sudeste do Brasil. Nesse mesmo período ingressou no segmento de metais e, em 2005, ampliou a operação de sucos ao adquirir uma terceira fábrica no interior do estado de São Paulo. A empresa inaugurou um terminal de sucos no Porto de Santos e expandiu sua capacidade de processamento da cana-de-açúcar ao adquirir usinas do Grupo Tavares de Melo, o que possibilitou, em 2009, a criação da LDC-SEV (Biosev)<sup>114</sup>, a segunda maior empresa do mundo no processamento de cana-de-açúcar e produção de energia renovável, abrangendo 13 usinas de açúcar e etanol no Brasil e a propriedade de 330 mil hectares de terras.

Dando seguimento à estratégia de diversificação dos negócios, em 2010 a LDC ingressou no mercado de suco de maçã concentrado na China e comprou a empresa australiana de algodão Dunavant. Além disso, adquiriu um terminal marítimo na Indonésia, uma unidade de café na Colômbia e realizou o primeiro embarque de NFC (suco não-concentrado) do Brasil para os Estados Unidos. A companhia apresentou faturamento líquido global de US\$ 46 bilhões em 2010 e de US\$ 59 bilhões em 2011, além de cerca de US\$ 1 bilhão de lucro líquido consolidado (participação acionária do grupo). (LDC, 2020).

Na região centro oeste paulista ela está presente através da *joint venture* com a empresa Cutrale na produção de laranjas e citros, (em concorrência com os monopólios da Citrovita e Citrosuco). Os municípios que a Louis Dreyfus opera na produção de laranja são: Duartina, Lucianópolis, Ubirajara, Cabrália Paulista, Piratininga, Iaras, Borebi, Agudos. São pomares em que a produção funciona por contrato via fornecedores ou arrendamento de terras por parte desta empresa. Possui também unidade industrial de suco, unidade de fertilizantes e agroquímicos, armazém para algodão.

---

<sup>114</sup> Em fevereiro de 2021 a Biosev foi adquirida pela Raizen e anexada na totalidade ao capital desta.

Demais ações da empresa: em seu site<sup>115</sup> a Louis Dreyfus Company se autodenomina como líder mundial do setor agrícola, com mais de 160 anos no mercado de *commodities* e operações em mais de 90 países. Possui sede na cidade de São Paulo, e no interior, conta com cinco fábricas processadoras de oleaginosas, quatro de sucos, duas de milho, dez unidades de fertilizantes, mais de 30 armazéns e cerca de 40 mil hectares de fazendas de laranjas, além de terminais portuários e hidroviários próprios. Possui uma estratégia sustentada pela diversificação de seus negócios. Atualmente, mais de 70% dos seus ativos no mundo estão no Brasil, onde a companhia conta com unidades industriais e logísticas para ampla produção de *commodities* agrícolas.

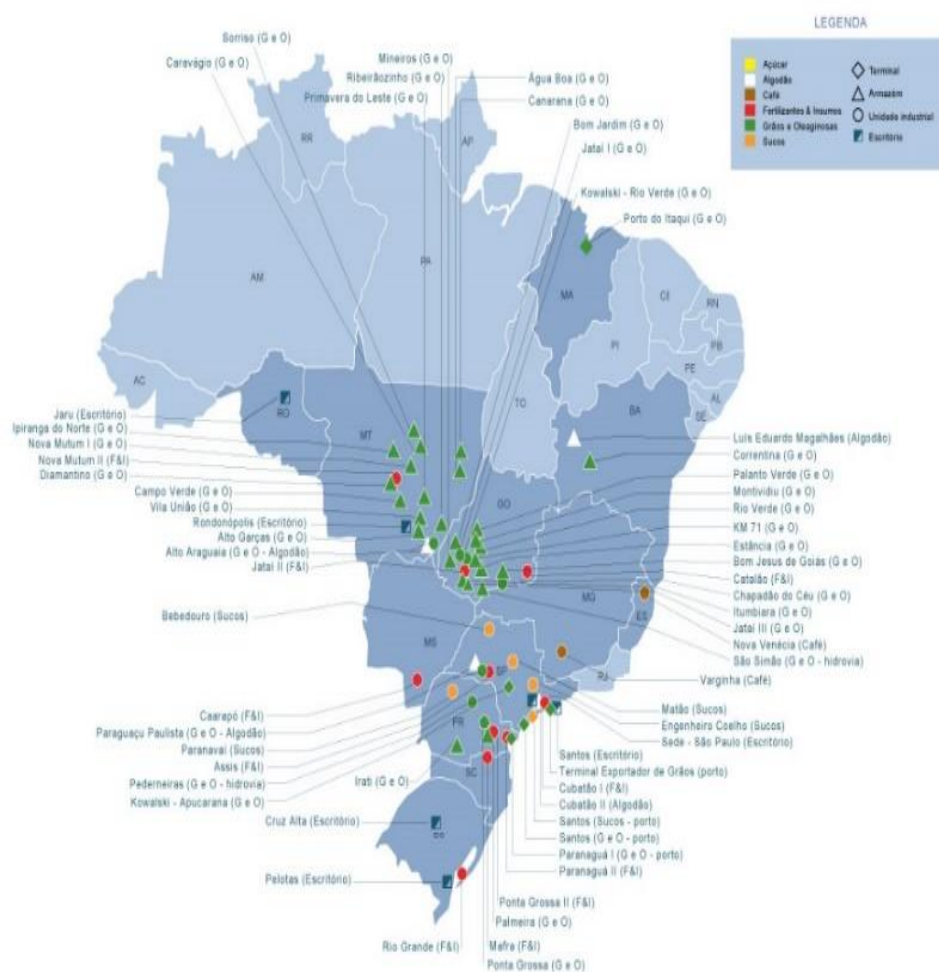
Negócios da empresa - Algodão: a corporação conta com escritórios comerciais, salas de classificação e armazéns próximos às maiores regiões produtoras de algodão do Brasil. Arroz: se tornou uma das maiores comercializadoras globais de arroz, começando a operar nesse segmento no Brasil em 2009, com mais de 60% de participação das exportações do país, e atuando com 10 variedades do grão, possuindo forte rede de distribuição que abastecem o continente africano e o mercado europeu. Café: é uma das três maiores empresas que atua nas variedades Arábica e Robusta do mundo, de forma coordenada desde a armazenagem, classificação, logística, até a comercialização e exportação do produto. Fertilizantes e Insumos: no Brasil, o Grupo ingressou na comercialização de fertilizantes em 2008. Três anos depois, com a aquisição da Macrofertil, passou a contar com as marcas MacroForte, MacroNobre e MacroN - que se tornaram globais - além de operar unidades, postos comerciais e logísticos em várias regiões do país. Em virtude disso, a empresa expandiu o fornecimento de insumos comercializando também 'defensivos agrícolas' (agrotóxicos) e sementes. Grãos: nos segmentos de milho e trigo e oleaginosas, atuando nas principais regiões produtoras e conta com estrutura logística de armazéns, terminais portuários e hidroviários. Em função disso, se destaca como uma das maiores exportadoras do milho brasileiro. Em março de 2014, com a aquisição da Kowalski Alimentos, a corporação passou a atuar também nos mercados de milho processado, com produtos de ração para pequenos animais e peixes. Oleaginosas: Está entre as maiores originadoras e exportadoras de soja nas regiões

---

<sup>115</sup> <https://www.ldc.com/br/> - acesso em 16 de março de 2021.

norte e nordeste do país por meio da *joint venture* Amaggi&LDCommodities e nas demais regiões. Sucos (cítricos): o Grupo conta com quatro fábricas de sucos cítricos e com um moderno terminal no Porto de Santos (SP). Atua nos mercados interno e externo de FCOJ (suco de laranja concentrado e congelado), NFC (suco de laranja não-concentrado) e sucos concentrados de limão do tipo tahiti e siciliano. Entre os subprodutos estão o CPP (farelo peletizado de polpa cítrica), os óleos essenciais, a casca seca de cítricos e o D'limonene. No Brasil possui 30 mil funcionários, abrangendo ainda escritórios, fábricas, usinas, fazendas e armazéns. (LDC, 2020).

**Figura 25:** Mapa das Unidades produtivas, industriais e comerciais da LDC:



Fonte: LDC, 2020.

Segundo a legenda, no estado de São Paulo a empresa trabalha com sucos de laranja, grãos e oleaginosas, fertilizantes e insumos, e algodão.

No âmbito da luta de classes no campo, após denúncia de trabalho escravo em fazendas de laranjas da empresa Louis Dreyfuss, o MST da região centro oeste paulista (Regional de Promissão) ocupou o latifúndio em solidariedade aos trabalhadores em situação de escravidão e também para denunciar as práticas da mesma em relação ao modelo produtivo e a relação de violência com os trabalhadores. Na ocasião o MST parou a colheita de laranjas da empresa por 15 dias, causando prejuízos à empresa.

**Figura 26:** Ocupação na fazenda Louis Dreyfus, Lucianópolis/SP.



Fonte: MST, abril de 2016.

Segundo o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Duarte, Abel Barreto, no portão principal do laranjal, local de entrada dos trabalhadores, é também onde os ônibus com trabalhadores devem parar diariamente na chegada ao trabalho, para serem pulverizados (literalmente), antes de adentrar os laranjais evitando assim contaminação de vírus *greening* contra as plantações. (STR Duarte, 2016)

### **3.4.3 – Setor da Pecuária: Carne, couro e derivados:**

#### **JBS:**

A JBS S.A., (sigla de José Batista Sobrinho), em seu site<sup>116</sup>, se define como uma multinacional de origem brasileira, reconhecida como uma das maiores indústrias globais do ramo de alimentos. Sua sede se localiza na cidade de São Paulo e a corporação está presente em 15 países, possuindo cerca de 250 mil trabalhadores. A empresa tem origem em 1953 quando o empresário Jose Batista Sobrinho abre uma casa de carne em Anápolis, Goiás. Em 1957 passa a fornecer carnes para as empreiteiras que serviam alimentação para a indústria da construção civil na construção da cidade de Brasília DF. Em 1970 adquire o maior frigorífico de carnes do país e lança a marca Friboi.

Na sua fase expansionista, no início dos anos 2000 (2007) - ano em que marca a entrada de várias empresas brasileiras com capital aberto na bolsa de valores -, a JBS também abre seu capital se tornando a primeira empresa do setor a emitir ações na Bovespa. Em 2007, a empresa adquire a Swift nos EUA e na Austrália. Em 2008, compra a operação de bovinos da Smithfield, nos EUA. Em 2009 adquire o frigorífico do grupo Bertin, em Lins/SP, o segundo maior frigorífico do país, consolidando sua atuação como uma das maiores empresas do segmento de carne bovina no país e no exterior. Somente na unidade de Lins, a JBS possui sete mil (7000) funcionários. Em 2009 adquire a Primgrilm's Pride, uma das maiores empresas de aves e produtoras de carne de frango do mundo presente nos EUA, Mexico, Porto Rico e Europa. Em 2012 entra no Canadá com a compra de ações da XL Foods. Em 2013 adquire a gigante Seara e passa a atuar no setor de aves e suínos processados no Brasil. Em 2015 adquiriu a Tyson no Mexico e Brasil envolvendo as operações de frango e também a operação de suínos da Cargill nos EUA. Em 2015 na Europa adquire a unidade Moy Park unidade de frangos processados. Em 2016 assume o controle da empresa Scott Technology na Nova Zelândia, que atua no ramo de inteligência artificial, automação e robótica para a produção de alimentos.

A empresa possui tancagem nos principais portos do Brasil, movimentando mais de 300 mil toneladas de produtos por ano. Atualmente a JBS está presente em

---

<sup>116</sup> Ver: <https://jbs.com.br/sobre/jbs/> - visitado em 20 de agosto de 2021.

190 países. No Brasil são 35 unidades de processamento bovino, 03 confinamentos, 26 centros de distribuição e 07 unidades de preparado.

No setor de bovinos<sup>117</sup> a produção pecuária é feita de forma extensiva e em confinamentos no país e no exterior, onde a forma principal de aquisição de matéria prima é pelo contrato de fornecimento com produtores. A empresa compra o gado, transporta para seus frigoríficos onde é feito o abate e a comercialização. A Unidade de Negócios Friboi mantém algumas das marcas de carne bovina: Friboi – líder de mercado no Brasil –, Reserva Friboi, Maturatta Friboi, Do Chef Friboi, Swift Black e a 1953 Friboi. O Negócio possui em seu portfólio produtos in natura, que se destinam tanto ao mercado interno como às exportações. Nos EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, a JBS USA Beef possui 18 unidades de processamento bovino, seis (06) confinamentos, duas (02) unidades de couro, duas (02) unidades de ovinos e uma (01) de suínos, oito (08) unidades de alimentos preparados, nove (09) centros de logística e oito (08) centros de distribuição. A Pilgrim's Pride Corporation, na América do Norte e Europa é líder global na produção e no processamento de frangos. A Companhia produz e comercializa carnes in natura, alimentos prontos e pré-preparados para consumo. Possui 36 unidades de processamento de aves, 16 unidades de alimentos preparados e 23 centros de distribuição no mundo. Segundo a empresa, suas plantas nos Estados Unidos, Porto Rico, México, Reino Unido e Europa Continental mantem uma estratégia baseada na diversificação geográfica, de portfólio, e na inovação. A Companhia possui capital aberto na bolsa de valores NASDAQ. (JBS, 2021)

No segmento de suínos<sup>118</sup>, segundo o site da empresa ([www.jbs.br](http://www.jbs.br)) a JBS conta com três unidades de negócios para produção de carne suína e produtos derivados: No Brasil, a Seara Alimentos, a JBS USA Pork, que inclui as operações da Plumrose, nos Estados Unidos, e a JBS USA Beef, que detém a marca Primo Smallgoods – se tornou líder nos produtos processados, como presunto, salsicha e bacon, etc. Os animais abatidos nas Unidades da JBS são oriundos de granjas próprias e de produtores integrados (fornecedores) – que recebem todos os insumos, assistência e treinamento de fornecedores terceirizados. No segmento de suínos, o

---

<sup>117</sup> Ver: <https://jbs.com.br/sobre/negocios/bovinos/> - visitado em 20 de agosto de 2021

<sup>118</sup> Ver: <https://jbs.com.br/sobre/negocios/aves/> - visitado em 20 de agosto de 2021

portfólio da Seara trabalha com a produção de carnes in natura e alimentos industrializados, destinados aos mercados interno e externo, principalmente por meio da marca Seara e Seara Gourmet. Também em suínos, a Seara tem investido na ampliação da participação no mercado internacional. No segmento de aves, suínos e o varejo para food service, a China é um dos principais destinos das exportações dos produtos da JBS. No ramo a Seara Alimentos possui oito (08) unidades de processamento de suínos, 14 centros de distribuição e 21 unidades de alimentos preparados. A segunda maior produtora mundial de carne suína, a JBS USA Pork atua com produtos in natura e pré-preparados (ready to cook), por meio das marcas Swift e Swift Premium, e de inovação, como a Plumrose. A JBS USA Pork, possui, cinco (05) unidades de processamento de suínos, duas (02) unidades de genética, dois (02) centros de distribuição e sete (07) unidades de produtos preparados.

No setor de aves<sup>119</sup>, a empresa mantém o portfólio da Seara e demais empresas, onde tem seus próprios aviários e também os arrendados e contratos de fornecimento, os quais mantem a seleção genética da empresa, incubatório e técnicas de reprodução. Produz ração própria e manejo autossuficiente. O transporte, abate e comercialização seguem as normas sanitárias da empresa e é distribuído para vários continentes. No setor de couros<sup>120</sup>, a JBS Couros é a maior produtora do mundo nos segmentos semiacabado e acabado. Atende diversos mercados no mundo todo com produtos voltados aos setores automotivo, moveleiro, de calçados e artefatos, por meio das marcas Authentic, Cambré, Virgus e Conceria Priante. Com Unidades na América do Norte, América do Sul, Europa e Ásia, a JBS Couros possui 20 plantas produtivas, três (03) Unidades de corte, dois (02) centros de distribuição, dois (02) showrooms e quatro (04) escritórios comerciais, presentes nos países: Alemanha, Itália, China, Vietnã, Argentina, Uruguai, Brasil, Mexico, Estados Unidos e Canadá. (JBS, 2021)

Novos Negócios<sup>121</sup>: Produtos industrializados a partir de resíduos de beneficiamento da matéria prima com 10 Unidades de Negócio no Brasil, a JBS reúne as operações que transformam os coprodutos e materiais (não aproveitados) do processamento da carne bovina, suína e de aves em produtos como biodiesel,

---

<sup>119</sup> <https://jbs.com.br/sobre/negocios/aves/> - visitado em 20 de agosto de 2021.

<sup>120</sup> <https://jbs.com.br/sobre/negocios/couros/> - visitado em 20 de agosto de 2021.

<sup>121</sup> Ver: <https://jbs.com.br/sobre/negocios/novos-negocios/> - visitado em 20 de agosto de 2021



colágeno, envoltórios para embutidos, rações, insumos fármacos, materiais de higiene e limpeza, entre outros, comercializados no mercado brasileiro e exportados para mais de 20 países. Segundo a corporação:

Dessa forma, as empresas promovem a economia circular e geram valor à JBS, contribuindo para a estratégia de sustentabilidade e possibilitando 100% de aproveitamento da matéria-prima utilizada em suas operações. Isso representa um importante ganho em eficiência econômica para a organização e estimula a adoção de práticas sustentáveis na cadeia produtiva, além de promover de forma significativa a inovação dentro da Companhia. (JBS, 2021).

Das ações dos novos negócios, foram criadas algumas filiais da empresa na última década: *JBS Ambiental*: recicla resíduos plásticos, madeiras e metais. Parte desses produtos retornam para as plantas da JBS em forma de sacos de lixo, lonas, sacolas ou capas plásticas. [o lixo da exportação que é descartado na Europa é devolvido para a empresa que o retorna de volta para suas unidades e os encaminha para a reciclagem]<sup>122</sup>. A JBS Ambiental conta com oito (08) centrais de resíduos, localizadas em Andradina (SP), Barretos (SP) e Lins (SP), ambas na região centro oeste paulista; Ituiutaba (MG), Campo Grande (MS), Naviraí (MS), Goiânia (GO). Somente na unidade de produção de Lins são processadas mensalmente 260 toneladas de diversos tipos de plástico que são oriundos das exportações para Europa, que são transformadas em resinas plásticas recicladas, matéria-prima para fabricação de novos produtos plásticos. *JBS Biodiesel*: Com duas fábricas, localizadas em Campo Verde (MT) e Lins (SP), é a maior produtora mundial verticalizada de biodiesel a partir de sebo bovino. Com a evolução do negócio, outros tipos de resíduos passaram a ser utilizados como matéria-prima, como o óleo de cozinha usado reciclado. *JBS embalagens metálicas*: Com duas fábricas localizadas no interior de São Paulo, em Lins e Barretos, (centro oeste paulista) produz latas de aço para produtos que precisam de proteção contra ações físicas, químicas e biológicas, como a indústria alimentícia. É uma das maiores fabricantes do segmento na América Latina, com capacidade de produção anual de aproximadamente 1 bilhão de latas. *JBS Higiene e Limpeza*: É a principal produtora de sabonetes e sabão em barra no segmento B2B, “atendendo as principais marcas de higiene e beleza do Brasil, além

---

<sup>122</sup> Colchete da autora.

de exportar para os mercados domésticos de países como a Nigéria, Cabo Verde, Angola, Cuba, Argentina, Peru, Colômbia, Paraguai, Venezuela e Uruguai. Sua fábrica está localizada em Lins (SP) onde se produz a massa base para sabão e sabonetes de origem vegetal ou animal e glicerina a partir do sebo bovino” (JBS, 2021). Cerca de 1 bilhão de sabonetes são fabricados anualmente. *JBS Novaprom*: É a maior produtora mundial de colágeno bovino, com capacidade de produzir anualmente em sua fábrica de Guaíçara (SP) – centro oeste paulista - cinco mil toneladas de colágeno e quatro mil toneladas de ingredientes funcionais para produtos industrializados. A unidade atende a demanda de diversos setores da indústria, como os de produtos de carne, processados in natura, panificação, cosméticos e farmacêuticos. Maior produtora de envoltório natural (para linguiças e outros) de origem bovina do mundo, tem duas unidades de processamento no Brasil, em Goiânia (GO) e Ituiutaba (MG), que atendem as principais indústrias de alimentos no mundo com produtos, que são usados na fabricação de embutidos, como salames e linguiças. Parte de sua produção é destinada também para a fabricação de cordas de instrumentos musicais, raquetes de tênis e fios cirúrgicos, entre outros itens. As exportações respondem por boa parte do seu faturamento e, nos últimos anos, a empresa expandiu para novos mercados nas Américas, Ásia, África, Oceania e Europa. *JBS Orygina*: trabalha com a produção de insumos para a indústria farmacêutica, no desenvolvimento de matéria-prima para centros de pesquisas, desenvolvimento molecular, terapias genéticas e vacinas. A unidade produtiva está localizada em Campo Grande (MS) e *JBS Transportadora*: Com uma frota própria 100% rastreada e com controle de telemetria em tempo real de cerca de 1,1 mil caminhões, atende as demandas da JBS e de clientes externos por meio de 35 filiais distribuídas no Brasil. *TRP Caminhões Seminovos*: Atua na aquisição de veículos novos para as empresas da JBS e na venda de caminhões e carretas seminovas, com movimentação média anual de 2 mil placas.

Na mídia, a corporação produz conteúdo para o Programa “Giro do Boi”, um programa diário no Canal Rural com informações direcionadas ao pecuarista como também, e é responsável pelo Portal do Pecuarista.

#### **3.4.4 - SILVICULTURA:**

- **Eucatex:**

A Eucatex, empresa de propriedade da família Paulo Salim Maluf atua no setor da silvicultura na região, com produção e processamento de eucalipto para a fabricação de moveis e outros produtos de madeira. Ela se apresenta como uma empresa de capital 100% brasileiro, com 68 anos de funcionamento e atua nos segmentos da construção civil e indústria moveleira. Possui mais de 5 mil empregados e exporta seus produtos para 37 países.

A Eucatex foi criada em 1951 tendo o eucalipto como matéria-prima para a produção de chapas e painéis. O embrião da Eucatex foi a Serraria Americana, instalada em 1923, em São Paulo. A primeira fábrica, hoje conhecida como Unidade Chapas, foi inaugurada em Salto (SP), em 1954 onde a Eucatex iniciou suas atividades produzindo forros acústicos e chapas soft de fibras de madeira. Entre 1956 e 1965, a empresa instalou escritórios de representação em várias capitais brasileiras e em Buenos Aires (Argentina). A capacidade de produção aumentou para 100 toneladas/dia e em 1965 começou a exportar para a Europa.

Ampliando ainda mais sua fase de expansão, abriu escritórios na Holanda, nos Estados Unidos e no México. Nesse período a empresa começou a produzir tintas e a investir em terras para reflorestamento com eucalipto, visando garantir a autossuficiência do abastecimento de matéria-prima. A Eucatex encerrou a década de 1980 exportando seus produtos para 50 países e com áreas produtivas divididas em 4 categorias: Florestal, Madeira, Metálica e Mineral. O Grupo se mantém como um dos maiores produtores de eucalipto para a construção civil, comercio de madeira e movelaria. Possui seis fabricas localizadas em Botucatu e Salto, municípios da região centro oeste paulista, e também em Cabo de Santo Agostinho, no estado de Pernambuco.

A atuação do Grupo na produção de eucalipto se concentra sobretudo na região centro oeste paulista.

**Figura 27:** Produção de eucalipto da empresa Eucatex em Lençóis Paulista



Fonte: EUCATEX, 2021.

Em 2004 ocorre a instalação da primeira Linha de Reciclagem de Madeira, em Salto/SP, para processamento de material captado por meio do Programa de Reciclagem de Madeira, que consiste em recolher resíduos de madeira gerados por outras empresas, num raio de até 100 km, que são selecionados, limpos e transformados em cavaco, sendo 100 % do material utilizado para geração de energia consumida por unidades fabris do Grupo.

- **Duratex**

A empresa foi fundada oficialmente, em 1951 com o nome Duratex S.A. Indústria e Comércio, em São Paulo, já como empresa de capital aberto. A primeira fábrica entrou em operação em Jundiaí (SP) para a produção de chapas de fibra de madeira. Em 1954 foi exportado o primeiro lote de chapas de fibra de madeira para os Estados Unidos. Houve a ampliação da fábrica em Jundiaí e a duplicação da capacidade produtiva, e em seguida, a empresa construiu um terminal de estação ferroviária. Para diversificar o negócio passou a atuar também na área de trigo por meio da produção de rações.

Passou a obter o certificado de Sociedade Anônima de capital aberto. Em 1968 a empresa adquire importante área florestal no município de Lençóis Paulista (SP), região centro oeste paulista, para o abastecimento de matéria-prima. Também inaugura no exterior um escritório na Carolina do Norte, nos Estados Unidos.

**Figura 28:** Fábrica da Duratex em Lençóis Paulista



Fonte: DURATEX, 2021.

1970 - Fundação da Duratex Florestal, para captação de recursos, e a Duraflora Silvicultura e Comércio Ltda., responsáveis pelo reflorestamento e desenvolvimento de tecnologia florestal. Em 1972 inaugura uma nova fábrica de Painéis em Botucatu (SP), e segundo a empresa, isso contribuiu para que o Brasil fosse considerado um dos maiores fabricantes de chapas de fibra de madeira do mundo. Somou-se três unidades industriais na divisão Madeira.

A partir de 1975 a empresa concentrou seu escritório na Avenida Paulista, centro financeiro da cidade de São Paulo. Em 1982 assume o controle das unidades de madeira aglomerada do grupo Peixoto de Castro, com fábricas em Itapetininga (SP) e Gravataí (RS), além de grandes áreas de reserva florestal. Com isso, passa a ter seis unidades industriais de Madeira. Em 1986, adquire a unidade de madeira

aglomerada do Grupo Freudenberg, no município de Agudos (SP), região centro oeste paulista. Com isso, incorpora um complexo florestal-industrial para complementar sua linha de produtos, o que elevou a capacidade produtiva, e passou a contar com sete unidades industriais na Divisão Madeira. Em 1990 conquista o selo FSC® (Forest Stewardship Council®) de Manejo Florestal e, segundo afirmação da empresa, se torna a primeira empresa da América do Sul a “comprovar o manejo ambientalmente adequado, socialmente benéfico e economicamente viável de nossas florestas”. No ano de 1997 destaca-se também a primeira linha de MDF no Brasil, instalada em Agudos (SP). Ainda em 1997, por meio da subsidiária Duratex North América passa a enviar 57% do volume de exportações de chapas de fibra de madeira para os Estados Unidos. Em 1999 aumenta o capital por meio da emissão e distribuição de 3,6 bilhões de ações, o que resultou na captação de R\$ 190,8 milhões. O montante foi investido na modernização das Divisões Madeira e Deca. Nos anos 2000 fortaleceu sua presença no exterior com a exportação de produtos para a Europa e o México. (DURATEX, 2020)

**Figura 29:** Fábrica da Duratex em Botucatu



Fonte: DURATEX, 2021.

Em 2003 aderiu ao Nível 1 do Índice de Governança Corporativa da BM&FBovespa:

reforçando o compromisso com investidores e agentes de mercado de capitais em relação à transparência e à equidade na divulgação de informações. Também criamos seis Comitês Internos, que têm participação de executivos das empresas industriais do Grupo Itaúsa (Duratex, Itaútec e Elekeiroz), com o objetivo de melhorar nossas práticas, reduzir custos e gerar valor compartilhado aos acionistas e públicos de relacionamento. (DURATEX, 2020).

Em 2011 a empresa passa a integrar o Dow Jones Sustainability World Index, setor ligado a sustentabilidade empresarial do mercado financeiro mundial. Também entrou para o Cadastro Empresa Pró-Ética, uma iniciativa da Controladoria-Geral da União e do Instituto Ethos, que avalia e divulga as empresas ‘voluntariamente engajadas com a prevenção e o combate à corrupção envolvendo órgãos públicos’. Adquire em 2012 cerca de 37% das ações da Tablemac, líder no mercado colombiano na fabricação de painéis de madeira industrializada e no ano seguinte, 2013, aumenta para 80% a participação na Tablemac e, com a maioria das ações da companhia, passa a ter o controle de quatro unidades industriais na Colômbia. Em 2014, em associação com a empresa Caeté, cria a Caetex, *joint venture* para plantio de florestas de eucalipto em Alagoas, reforçando a atuação no nordeste brasileiro

Possui 12 mil funcionários, 22 unidades industriais, 7 unidades florestais, 3 fábricas na Colômbia e cerca de 280 mil hectares de área florestal de eucalipto plantada, sendo a maior parte delas na região centro oeste paulista. Em 2017 anuncia a *joint venture*, em parceria com o grupo austríaco Lenzing, para a construção da maior linha industrial de celulose solúvel do mundo no Triângulo Mineiro. A Duratex se torna uma empresa brasileira, de capital aberto, com ações negociadas em bolsa de valores, B3, sob o ticker DTEX3, integra, desde 2009, o Novo Mercado, e demonstra, segundo afirmações em seu site, “a adoção do mais elevado padrão de governança corporativa”. (DURATEX, 2020)

Atualmente os principais acionistas da Companhia são a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A e o Bloco Seibel, que detém 40% e 20% de participação acionária, respectivamente. Os restantes 40% são negociadas na Bolsa de Valores - B3. Entre os seus principais clientes estão companhias dos ramos de construção civil, serraria,

celulose e papel, além de usinas de geração de energia elétrica e empresas do ramo alimentício.

- **Bracell**

As operações da Bracell no Brasil começaram em 2003, com a aquisição da BSC (Bahia Specialty Cellulose) e da Copener (Florestal) na Bahia. Em agosto de 2018, a atuação da empresa foi ampliada com a aquisição da Lwarcel Celulose (empresa que mantinha o domínio da produção de eucalipto na região de Lençóis Paulista, mas entrou em falência e vendeu seu capital para a Bracell). Além dessas unidades de produção, há escritórios de vendas na Ásia, Europa e Estados Unidos. A empresa faz parte do grupo Royal Golden Eagle (RGE), é uma das maiores produtoras de celulose solúvel e celulose especial no mundo, com duas operações principais no Brasil – uma em Camaçari (BA) e recentemente em Lençóis Paulista (SP).

Segundo site da empresa, ela é uma das líderes globais na produção de celulose solúvel especial e baseia suas operações no cultivo sustentável de eucalipto e fábricas de última geração. “As atividades e modelos de gestão adotados pela companhia estão totalmente comprometidos com o uso sustentável dos recursos naturais, com o objetivo de criar valor para a comunidade, o país, o clima, o cliente e a empresa, de forma permanente”. Bracell, 2021)

O projeto nesta região faz parte da criação do chamado 12º Polo de desenvolvimento do governo do estado de São Paulo que tem como foco os setores de papel, celulose e reflorestamento e engloba as seguintes regiões administrativas: Araçatuba, Barretos, Bauru, Baixada Santista, Campinas, Central, Franca, Itapeva, Marília, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Metropolitana de São Paulo, Sorocaba e 171 municípios. Segundo o governo do estado, o objetivo deste polo de desenvolvimento é fomentar e incentivar o aumento da produtividade da indústria, atraindo investimentos, impulsionando inovação e geração de emprego. Para tanto, tal iniciativa vai ser assinar projetos de cooperação com as empresas produtoras de eucalipto como a Bracell uma vez que o



Brasil é o 2º maior produtor mundial de celulose e está entre os 10 maiores produtores de papel. (jcnet.com.br, 30/07/2019)<sup>123</sup>.

No estado de São Paulo, após aquisição da Lwarcel, a empresa começou a instalação de sua fábrica e o desenvolvimento de um plano de expansão chamado *Projeto Star*. A empresa afirma que o 'Projeto Star' é um ambicioso esforço da Bracell para expansão da sua capacidade de produção das atuais 250 mil toneladas/ano para mais 3 milhões de toneladas/ano, somente no estado de São Paulo. A construção da mega fábrica em Lençóis começou em 2019 e deve ser concluída até o segundo semestre de 2021. (Bracell, 2021)

O centro do investimento está concentrado na região centro oeste paulista, nos municípios de Lençóis Paulista e Macatuba e a expansão da produção de matéria prima deverá abranger outros municípios e regiões no entorno.

**Figura 30:** Mapa da produção de eucalipto no estado em 2020:



Fonte: Plano de Manejo Florestal. BRACELL, maio/2020.

<sup>123</sup> Ver: <https://www.jcnet.com.br/noticias/regional/2019/07/555310-doria-inclui-megainvestimento-da-bracell-em-polo-de-desenvolvimento.html> - acesso em 01 de maio de 2021.

A projeção da empresa para atender a demanda do mercado mundial é de expandir-se para um raio de até 200 km em circunferência no entorno da fábrica em Lençóis, abrangendo os municípios das macrorregiões como Bauru, Marília, Ourinhos, Assis, Lins, Birigui e demais regiões como Catanduva na macro de São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Araraquara, Piracicaba, Campinas, Sorocaba, Itapetininga. Abrangerá todo o “miolo” central do estado de São Paulo para a produção de eucalipto.

**Figura 31:** Planta da fábrica da Bracell em Lençóis Paulista/SP



Fonte: Bracell, 2020.

Segundo o informativo Money Times ([www.moneytimes.com.br](http://www.moneytimes.com.br))<sup>124</sup> em novembro de 2020 a empresa Suzano (SUZB3), da monopolista Votorantim fez acordos com a Bracell para venda de terras, florestas e madeira, em uma transação que totaliza cerca de 1 bilhão de reais. As terras estão localizadas próximas a fábrica da Bracell na região central e a aquisição envolve 21.066 hectares na região central do Estado de São Paulo dos quais “parte” será vendida e o restante referem-se a contratos de arrendamento da Suzano.

---

<sup>124</sup> Ver: <https://www.moneytimes.com.br/suzano-vende-terras-e-florestas-em-sp-para-bracell-por-r-1-bi/> - acesso em 20 de agosto de 2021.

Das características da expansão da fábrica, segundo a empresa:

a nova fábrica em Lençóis Paulista contará com o que existe de mais avançado em termos de tecnologia para o setor, que terá uma linha flexível projetada para produção de celulose solúvel. Celulose solúvel é um material fibroso orgânico, biodegradável, usado como matéria-prima na fabricação de uma ampla variedade de produtos. No caso da Bracell, toda a madeira utilizada nos processos industriais é proveniente de plantios de eucalipto próprios ou de produtores parceiros (BRACELL, 2021).

Para o Jornal Brasil de Fato via republicação do Jornal Dois (23/12/2020):

O incentivo ao cultivo da árvore vem da própria Bracell, que se oferece para arrendar propriedades rurais da região. O arrendamento se dá como uma parceria entre a empresa e os proprietários. Nessa prática, os produtores rurais disponibilizam sua terra e a empresa providencia o plantio e a manutenção do eucalipto. Após a colheita, a parte da madeira que fica com o proprietário é comprada pela empresa, pelo valor de mercado. O poder político e econômico que o agronegócio conquistou no país, junto com o encolhimento dos incentivos aos pequenos proprietários e agricultores familiares, além da paralisação de instrumentos como a reforma agrária, são ingredientes que intensificam o cenário de desigualdade no campo e empurra os pequenos para se tornarem fornecedores. (Brasil de Fato, 2020)

Segundo o site da empresa, as variedades de celulose produzidas pelas unidades da Bracell: A empresa produz dois tipos básicos de celulose especial: a celulose solúvel (rayon-grades) e a celulose solúvel especial (specialty-grades). Celulose solúvel (Rayon-grades) – seus principais usos incluem: - *Viscose e fibras de Lyocell* - usadas em tecidos e não-tecidos, assim como lenços umedecidos, máscaras cosméticas; filamentos de viscose usados em tecidos delicados, como roupas íntimas femininas; filmes de celofane para embalagens; esponjas para limpeza doméstica e industrial.

A celulose solúvel especial (speciality-grades) – os usos comuns incluem: flocos de acetato de celulose que são convertidos em filtros de cigarro; celulose microcristalina utilizada como ingrediente para fabricação de produtos farmacêuticos e alimentícios; nitrocelulose para produção de tintas de imprimir e tintas especiais, esmalte e cosméticos; filamento industrial utilizado para produzir reforço de pneus. Outras aplicações especiais, como éteres de celulose e tripas artificiais invólucros para embalagens de salsichas. cápsulas de remédios, lentes de contato, filmes fotográficos, ketchup, iogurtes, sorvetes, biscoitos, molhos, sopas e doces, produtos para maquiagem e cremes cosméticos, creme dental e telas de LCD (liquid crystal display). (Bracell, 2020).

- *Celulose de eucalipto branqueada*: Kraft - celulose de eucalipto de fibra curta branqueada, utilizada para a fabricação de todos os tipos de papéis, abastecendo o mercado nacional e internacional: - papéis de impressão e escrita; sanitários (higiênico e toalha); embalagens; papéis para aplicações especiais. Para tal demanda, a empresa mantém os contratos com os antigos fornecedores da Lwarcel e também significativa parte dos fornecedores de cana e laranja estão passando a plantar eucalipto para a Bracell. As mudas “são produzidas a partir de *clones* oriundos de *árvores matrizes selecionadas e melhoradas* geneticamente ao longo dos anos pela área de Tecnologia Florestal. (BRACELL, 2021).

**Figura 32:** Outdoors nas principais rodovias da região:



Fonte: Jornal Dois/Brasil de Fato, dezembro de 2021.

A instalação de mega fábrica, aquisição de matéria prima, novos contratos de arrendamentos, estão em plena expansão na região. Não existem, contudo, estudos e pesquisas sobre os impactos dessa expansão, mas existem hipóteses sobre profundos problemas sócio ambientais nos territórios onde ela atuará.

Segundo matéria do Jornal Dois/Jornal Brasil de Fato<sup>125</sup>,

A disputa pela terra no centro-oeste de São Paulo vem ganhando novos contornos nos últimos dois anos. Desde que a empresa multinacional Bracell se instalou em Lençóis Paulista (a 43 km de Bauru), proprietários rurais da região estão tendo a oportunidade de transformar suas terras em plantações de eucalipto. Por um lado, existe uma pressão econômica para que até pequenos produtores rurais se adequem ao modelo de produção do agronegócio. Por outro, há também o uso do arrendamento como um meio encontrado por proprietários para dar “função social” às suas terras, fugindo da reforma agrária – instrumento legal que desapropria terras improdutivas. Nos dois casos a terra passa a ser explorada em benefício do agronegócio. (Jornal Dois/Brasil de Fato, 23/12/2020)

A chegada da Bracell na região aumenta potencialmente a perspectiva de centralização da terra voltadas para os interesses do agronegócio, bem como, as disputas de terras e a diminuição da diversidade de cultivos. A situação traz impactos para a produção de alimentos, para o meio ambiente e para as famílias camponesas que vivem da pequena agricultura.

#### **3.4.5 - Setor de Grãos:**

##### **Camil:**

A Camil (Cooperativa Agrícola Mista Itaquiense LTDA), nasceu em Itagui/RS e se tornou em poucas décadas uma gigante monopolista que trabalha com beneficiamento, empacotamento, distribuição e comercialização de grãos, especialmente arroz, feijão, açúcar e pescado. Em seu site, a empresa afirma que é líder no ramo, no Brasil e na América do Sul, possuindo 27 plantas, sendo 12 no Brasil,

---

<sup>125</sup>Ver: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/24/republica-do-eucalipto-a-bracell-e-o-agronegocio-nas-terras-do-centro-oeste-paulista> - visitada em 20 de agosto de 2021.

9 no Uruguai, 3 no Chile, 2 no Peru e 1 na Argentina todas estrategicamente localizadas próximas aos seus fornecedores. Surge em 1963 como cooperativa atuando no comercio de arroz no RS e no ano seguinte passa a comercializar o produto em São Paulo. Nos últimos 20 anos a empresa que passou a ter o controle acionário familiar, da família Quartiero, iniciou um processo de expansão e internacionalização fazendo fusões e aquisições no mercado interno e internacional. Em 2001 adquire a Saman em Pernambuco (pertencente a empresa uruguaia de arroz, principal concorrente da Camil no mercado do nordeste brasileiro); em 2002 adquire a planta da fábrica de arroz de Camaquã/RS; em 2007 adquire a matriz de sua concorrente, a Saman, no Uruguai e todo o mercado desta naquele país; em 2009 adquire a Tucapel, mercado de arroz no Chile; em 2010 adquire o BB Mendes a principal empresa de produção e comercialização de arroz no Maranhão e com isso amplia seu portfólio no Nordeste, Norte – juntando a fábrica do PE e MA a capacidade de distribuição do arroz no mercado nordestino pela Camil é de 120 mil toneladas/ano; em 2011, no Brasil, ampliou seus negócios para o pescado, adquirindo as empresas de peixe e atum enlatados Pescador e Coqueiro; em 2011 compra a Compañia de Alimentos da América (Cada), líder no mercado peruano de arroz com as marcas Costeño e Molino Rojo; em 2012 compra as processadoras de açúcar da marca Barra Bonita e União, da Cosan; em 2013 compra a marca fluminense de arroz a Carreteiro Alimentos S/A, no Rio de Janeiro, que estava em processo de recuperação judicial; em 2013, com lucro líquido de 2,5 bi no setor, compra a empresa de produção, beneficiamento e comercialização de arroz La Loma na Argentina – esta mesma empresa foi vendida em 2018; em 2014 adquire a marca Pasana no Peru. Em 2018 fez a aquisição da SLC Alimentos – atuante na industrialização de grãos como feijão, arroz, lentilhas, a qual exportava para 20 países e detinha a famosa marca do arroz e feijão “Namorado” – foi uma das maiores aquisições da empresa desde que iniciou sua fase de expansão agressiva em 2007.

Atualmente a empresa conta com 4.415 trabalhadores, possui negócios com 50 variedades de marcas de produtos e exporta para cerca de 50 países. Desde a sua expansão em 2007, a empresa cresceu 30% no setor, fez mais de 20 aquisições e fusões de novas empresas no Brasil e na América Latina. Seu faturamento anual está acima de 3 bilhões. No ano de 2020, segundo a CNN:



A Camil Alimentos, uma das maiores do setor no Brasil, teve lucro líquido de R\$ 462,7 milhões no ano fiscal de 2020 (março de 2020 a fevereiro de 2021). O resultado corresponde a um aumento de 93,1% ante igual período do ano anterior (R\$ 239,6 milhões). O Lucro por ação atingiu R\$ 1,25, alta de 93,1%. A receita líquida em 2020 foi de R\$ 7,466 bilhões, representando crescimento de 38,4% ante ano anterior (R\$ 5,396 bilhões).

A crescente concentração e centralização de capitais por parte desta, bem como, o aumento dos preços destes produtos, essenciais da cesta básica, os quais se encontram superinflacionados, devido especulação no mercado de futuros, encareceram enormemente os alimentos, dificultando a aquisição dos mesmos e contribuindo para o aumento da fome no Brasil.

Na região centro oeste paulista a empresa possui em Barra Bonita um complexo que envolve as fabricas das Usinas da Barra para beneficiamento do açúcar, (anteriormente de propriedade da Cosan e adquiridas pela Camil). E também uma fábrica de empacotamento<sup>126</sup> de arroz e feijão no mesmo município.

**Figura 33:** Mulheres Sem Terra em protesto na sede da Camil, Barra Bonita:



Fonte: Jornal Brasil de Fato, 08/03/2021

<sup>126</sup> Há denúncias de trabalhadores, de que no processo de secagem e moagem do arroz nos silos, há vários acidentes de trabalho, onde os trabalhadores precisam adentrar no 'moinho' para movimentar e liberar os produtos que se prendem, com isso, ocorre muitas vezes de serem tragados pelo "funil" do silo e morrerem soterrados engolidos pela máquina. Já são 21 casos de trabalhadores mortos neste tipo de acidente e a empresa não se responsabilizou em melhorar as condições de trabalho.

Em março de 2021, mulheres do MST, na Jornada de Lutas com o lema “Mulheres pela Vida, Semeando a resistência, contra a fome e a violência”, ocuparam o pátio da empresa Camil, em Barra Bonita, centro oeste paulista, denunciando a fome causada pelo preço dos alimentos. O MST afirmou em sua página<sup>127</sup> que a manifestação foi uma ação simbólica de denúncia, uma vez que junto com a pandemia do vírus nessa crise sanitária existe uma crise econômica que causa a pandemia da fome, provocada pelos monopólios que especulam com os alimentos no país. Informa também que a ação não foi massiva, respeitando os protocolos de segurança, higiene e saúde.

---

<sup>127</sup> Ver: <https://mst.org.br/2021/03/08/mulheres-sem-terra-realizam-protesto-na-sede-da-camil-em-sao-paulo/> - acesso em 12 de maio de 2021.



## CAPÍTULO 4

### A ATUAÇÃO DOS MONOPÓLIOS DAS CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS NA REGIÃO CENTRO OESTE PAULISTA: CADEIAS PRODUTIVAS DA CANA, LARANJA E EUCALIPTO

#### 4.1 - O processo de fusão e internacionalização de capitais e a atuação dos monopólios nas cadeias produtivas:

A região centro oeste paulista foi profundamente marcada pelas metamorfoses do capital no século XXI, movimento este que levou à internacionalização das principais empresas do agronegócio que atuam na região, através de fusão, *joint venture*, aquisições, etc., no sentido de expansão e acúmulo de novos capitais, seja no setor sucroalcooleiro, da citricultura, grãos, silvicultura ou da pecuária. Verificaremos a partir destes dados que são reproduzidos através de Oliveira (2016)<sup>128</sup>, a intensificação dos monopólios nas cadeias produtivas as quais podem ser caracterizadas, como aprofundamento da fase de mundialização do capital na agricultura. As ações do capital não têm fronteira nacional.

Percebe-se que o controle da cadeia produtiva é geralmente feita por um grupo econômico/empresarial com poderio econômico nas áreas produtivas, desde a produção, manejo, colheita, escoamento, comercialização, circulação, exportação entre outros, em que resulta da participação de um histórico e recente movimento de monopolização de capitais a partir dos anos 1960, 1970 e 1980, concluem sua inserção no mercado internacional, sua participação na bolsa de valores e se tornam competitivas no ramo, em nível mundial, nas duas primeiras décadas do ano 2000. Essas empresas transnacionais, acima citadas, atuam na região centro oeste paulista com grande inserção nas agroindústrias de suco de laranja, fabricação de açúcar, etanol e celulose, e em menor proporção carne bovina e derivados e também café, lácteos, sementes, insumos, agrotóxicos. Atuam na parte produtiva desde a produção

---

<sup>128</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. Iãnde Editorial, São Paulo: 2016.

da matéria prima, no processamento agroindustrial e no comércio, assim como no funcionamento de cadeias produtivas que se tornaram típicas da era da agricultura de precisão, com alta tecnologia, processos digitalizados, administração ultra racionalizada, pautadas não só pela racionalidade da produção para satisfazer necessidades reais, como também criando necessidades fictícias no movimento de mercado de futuros.

Destaca-se que a maioria delas, na região, são empresas brasileiras com participação menor das estrangeiras, ainda que estas últimas também mantenham o domínio de uma parcela da agricultura brasileira, desde o mercado de terras, produção, infraestrutura, comércio, etc.

No âmbito dos monopólios e do controle acionário a tabela a seguir nos apresenta um demonstrativo do período de 2018-2019 da participação das empresas monopolistas em nível nacional.

**Figura 34:** Relação das 50 maiores empresas monopolistas da agricultura no Brasil – período 2018 e 2019 – Balanço divulgado no ano 2020:

| Nº | Empresa                   | Sede<br>(município,<br>estado) | Área de Atuação             | Receita Líquida<br>(em reais) | Lucro Líquido<br>(em reais) | Nº de Empregados | Exportações<br>(em reais) | Part. Exp. nas vendas | Cont. Acionário |
|----|---------------------------|--------------------------------|-----------------------------|-------------------------------|-----------------------------|------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|
| 1  | JBS *                     | São Paulo, SP                  | Carne bovina, suína e aves  | 204.524.000                   | 6.464.900                   | 218.351          | 10.740.179                | 39%                   | Brasileiro      |
| 2  | Marfrig *                 | São Paulo, SP                  | Carne bovina                | 48.761.100                    | 1.582                       | 17.927           | 4.644.339                 | 0                     | Brasileiro      |
| 3  | Cargill *                 | São Paulo, SP                  | Óleos, farinhas e conservas | 48.629.800                    | 345.500                     | 8.786            | 34.789.920                | 76%                   | Americano       |
| 4  | ADM                       | Vitoria, ES                    | Algodão e grãos             | 43.586.300                    | ND                          | 3.610            | ND                        | ND                    | Americano       |
| 5  | Bunge Alimentos *         | Gaspar, SC                     | Óleos, farinhas e conservas | 37.545.700                    | 352.100                     | 7.627            | 25.540.765                | 69%                   | Holandês        |
| 6  | BRF *                     | Itajai, SC                     | Aves e suínos               | 33.447.000                    | 297.500                     | 86.357           | 8.309.128                 | 33%                   | Brasileiro      |
| 7  | Copersucar <sup>1</sup> * | São Paulo, SP                  | Açúcar e etanol             | 29.907.400                    | 119.100                     | 641              | ND                        | ND                    | Brasileiro      |
| 8  | Cofco Intern. Brasil *    | São Paulo, SP                  | Algodão e grãos             | 23.728.400                    | -531.100                    | NI               | 8.870.587                 | 100%                  | Chines          |

|    |                                     |                                    |                             |            |            |        |            |     |                    |
|----|-------------------------------------|------------------------------------|-----------------------------|------------|------------|--------|------------|-----|--------------------|
| 9  | Louis Dreyfus *                     | São Paulo, SP                      | Óleos, farinhas e conservas | 20.604.400 | -275.000   | 3.573  | ND         | 86% | Frances            |
| 10 | Amaggi *                            | Cuiabá, MT                         | Algodão e grãos             | 18.793.200 | 632.500    | 5.350  | 11.754.215 | 75% | Brasileiro         |
| 11 | Minerva Foods *                     | Barretos, SP                       | Carne bovina                | 17.122.800 | 16.200     | 18.059 | 5.544.456  | 1   | Brasileiro         |
| 12 | Yara *                              | Porto Alegre, RS                   | Fertilizante                | 15.009.200 | ND         | 5.241  | ND         | ND  | Noruegues          |
| 13 | Mosaic <sup>2</sup> *               | São Paulo, SP / Uberaba, MG        | Agrotóxicos e Fertilizantes | 14.928.000 | ND         | 6.175  | 81.758     | 1%  | Americano          |
| 14 | Nestlé <sup>2</sup>                 | São Paulo, SP                      | Água, Leite e derivados     | 14.488.000 | ND         | ND     | ND         | ND  | Suíço              |
| 15 | Coamo                               | Campo Mourão PR                    | Grãos                       | 13.195.600 | 792.400    | 7.838  | 6.806.943  | 48% | Brasileiro         |
| 16 | Basf *                              | São Paulo, SP                      | Agrotóxicos                 | 12.666.200 | 678.700    | 4 027  | 1.228.700  | 12% | Alemão             |
| 17 | Tereos Internacional <sup>1</sup> * | Olímpia, Colina e Pitangueiras, SP | Açúcar e etanol             | 10.514.000 | -470.000   | 9.879  | ND         | ND  | Frances            |
| 18 | Fertipar *                          | Curitiba, PR                       | Fertilizante                | 10.284.200 | 882.800    | 2.957  | 50.760     | 0   | Brasileiro         |
| 19 | Aurora                              | Chapecó, SC                        | Aves e suínos               | 9.920.800  | 543.300    | 28.149 | 2.228.787  | 27% | Brasileiro         |
| 20 | Syngenta ***                        | São Paulo, SP                      | Agrotóxicos e Sementes      | 9.264.654  | 748.612    | 2.475  | 371.981    | 4%  | Chines             |
| 21 | C. Vale                             | Palotina, PR                       | Aves e suínos               | 8.830.400  | 300.600    | 9.468  | 1.565.808  | 0   | Brasileiro         |
| 22 | Bayer                               | São Paulo, SP                      | Agrotóxicos                 | 8.503.500  | 595.600    | 3.863  | 283.248    | 4%  | Alemão / Americano |
| 23 | Unilever Brasil ***                 | Sao Paulo, SP                      | Óleos, far. e conservas     | 8.468.382  | NI         | NI     | NI         | NI  | Anglo-holandês     |
| 24 | Raízen Energia ***                  | São Paulo, SP                      | Açúcar e etanol             | 7.315.628  | 662.204    | NI     | NI         | NI  | Bras./Anglo./Hol.  |
| 25 | Lar                                 | Medianeira, PR                     | Aves e suínos               | 6.695.800  | 230.800    | 9 847  | 2.036.209  | 0   | Brasileiro         |
| 26 | Biosev Bioenergia                   | Sertãozinho, SP                    | Açúcar e etanol             | 6.538.100  | -1.551.200 | 14.580 | ND         | ND  | Frances            |
| 27 | M. Dias Branco *                    | Eusebio, CE                        | Óleos, far. e conservas     | 6.103.600  | 556.900    | 16.493 | 36.811     | 0   | Brasileiro         |
| 28 | Camil <sup>1</sup> *                | São Paulo, SP                      | Arroz, feijão               | 5.396.100  | 239.600    | 3 005  | 114.694    | 4%  | Brasileiro         |
| 29 | Du Pont                             | Barueri, SP                        | Agrotóxicos e Sementes      | 4.480.300  | 298.800    | 1.518  | 48.048     | 1%  | Americano          |
| 30 | Comigo / Coop.                      | Rio Verde, GO                      | Algodão e grãos             | 4.453.300  | 113.000    | 2 471  | 1.140.742  | 27% | Brasileiro         |
| 31 | Cocamar *                           | Maringá, PR                        | Óleos, far. e conservas     | 4.389.900  | 147.100    | 2.616  | 778.448    | 0   | Brasileiro         |
| 32 | FMC <sup>2</sup>                    | Campinas, SP                       | Agrotóxicos                 | 4.317.000  | ND         | 640    | 34.486     | 0   | Americano          |
| 33 | Cooxupé *                           | Guaxupe, MG                        | Café                        | 4.197.200  | 378.100    | 2.228  | 2.271.797  | 60% | Brasileiro         |
| 34 | Bianchini                           | Porto Alegre, RS                   | Óleos, far. e conservas     | 4.181.200  | 152.900    | ND     | ND         | ND  | Brasileiro         |
| 35 | Copacol                             | Cafelandia, PR                     | Aves e suínos               | 4.111.900  | 349.200    | 9 563  | 1.346.882  | 37% | Brasileiro         |

|       |                           |                         |                          |             |            |         |             |     |                         |
|-------|---------------------------|-------------------------|--------------------------|-------------|------------|---------|-------------|-----|-------------------------|
| 36    | Caramuru Alim. *          | Itumbiara, GO           | Óleos, far. e conservas  | 4.104.400   | 238.300    | 2.350   | 2.031.172   | 50% | Brasileiro              |
| 37    | Mondelez Brasil ***       | Curitiba, PR            | Óleos, far. e conservas  | 3.997.634   | NI         | NI      | NI          | NI  | Americano               |
| 38    | 3Corações Alim.*          | Eusébio, CE             | Café                     | 3.989.300   | 299.200    | 5.813   | ND          | ND  | Brasileiro/<br>Holandes |
| 39    | Belagrícola *             | Londrina, PR            | Algodão grãos            | 3.955.900   | 130.300    | 1.184   | 1.439.877   | 42% | Brasileiro /<br>Chines  |
| 40    | Novartis Biociências      | São Paulo               | Agrot. e Sementes        | 3.563.200   | - 50.500   | 2.700   | ND          | ND  | Suico                   |
| 41    | Cooperalfa                | Chapecó, SC             | Óleos, far. e conservas  | 3.522.800   | 148.900    | 3.230   | 380.506     | 12% | Brasileiro              |
| 42    | Cooperativa Agrária       | Guarapuava, PR          | Algodão grãos            | 3.360.100   | 194.700    | 1.280   | 729.625     | 22% | Brasileiro              |
| 43    | Castrolandia Cooperativa  | Castro, PR              | Leite derivados          | 3.345.300   | 66.500     | 3.216   | 239.850     | 8%  | Brasileiro              |
| 44    | Laticínios Bela Vista *** | Bela Vista de Goiás, GO | Leite derivados          | 3.278.471   | 156.930    | 2.578   | 387         | 0%  | Brasileiro              |
| 45    | Cooperativa Integrada *   | Londrina, PR            | Algodão grãos            | 3.234.700   | 78.100     | 1.745   | 1.059.759   | 32% | Brasileiro              |
| 46    | ALZ Grãos                 | Luís E. M., BA          | Algodão grãos            | 3.035.908   | 44.497     | 179     | 2.977.399   | 98% | Brasileiro              |
| 47    | BSBios                    | Passo Fundo, RS         | Diversos                 | 3.016.300   | 129.900    | 383     | 194.903     | 7%  | Brasileiro              |
| 48    | Citrosuco 1               | Matão, SP               | Fruticultura             | 2.883.400   | -187.600   | ND      | ND          | ND  | Brasileiro              |
| 49    | Sucocítrico Cutrale Ltda* | Araraquara, São Paulo   | Laranja                  | 2.836.082   | ND         | 10.000  | ND          | 98% | Brasileiro              |
| 50    | Heringer 4                | Viana, ES               | Agrotóx. e Fertilizantes | 1.181.300   | 653.200    | 1.883   | ND          | ND  | Russo                   |
| TOTAL |                           | -                       | -                        | 774.207.860 | 14.975.125 | 518.364 | 139.673.167 | -   | -                       |

**Fontes:** Revista Exame, melhores e Maiores 2018: as 400 maiores empresas do agronegócio - Exportação, participação das exportações, controle acionário e nº de empregados. Jornal Valor Econômico, Valor1000 -2020, dados de 2019 para Receita Líquida, Lucro Líquido e Margem Líquida.

**Notas Valor1000-2020:** \* Dados extraídos de balanço consolidado ou combinado. <sup>1</sup> Empresa com data de balanço diferente de 31/12. <sup>2</sup> Valores estimados por Valor 1000. <sup>3</sup> Empresa apresentou demonstração de resultados diferente de 12 meses. <sup>4</sup> Empresa em recuperação judicial ou extrajudicial.

**Obs.:** ND - Informação não disponível ou aplicável a empresa.

A Sucocítrico Cutrale não tem capital aberto como as demais. (\*\*) relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Cartelização da Citricultura da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2016. Por conta de seu balanço não ser publicado, sendo as informações recolhidas de notícias de jornais, os dados estão subavaliados. (\*\*\*) todas as informações são da Revista Exame, Melhores e Maiores 2018: as 400 maiores empresas do agronegócio  
Elaboração: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social - Escritório Brasil; nov/2020.

Observa-se a partir da tabela que, das cinquenta maiores empresas do agronegócio no Brasil, o controle monopolista é majoritariamente brasileiro, apesar da considerável participação de capital estrangeiro. São 28 empresas brasileiras, 18 estrangeiras e 04 de capitais mistos (brasileiro e estrangeiro) que atuam no controle acionário destas empresas. Atuam de forma generalizada em torno de poucos produtos: grãos e derivados (óleos, farinhas, conservas); carnes e derivados; café; leite e derivados; açúcar e álcool e derivados; celulose e derivados; laranja e derivados; agrotóxicos, sementes e fertilizantes. Esses são os produtos dos monopólios das principais empresas com maior lucratividade e controle acionário, tanto brasileiras como estrangeiras que configuram a produção do agronegócio brasileiro.

#### **4.1.1 – Caracterização da atuação dos Monopólios no período 2000-2020:**

##### **1 - Setor Sucroalcooleiro**

Observa-se no decorrer dos capítulos, que o setor sucroenergético, até a década de 1990, era quase que predominantemente ocupado por empresas de origens familiares nacionais. Sua consolidação foi possível sustentada pela forte presença do Estado através de políticas públicas de financiamento.

As fusões ocorreram, a partir deste período em diferentes setores e

Neles ocorrem as soldagens das alianças de classes e frações de classes entre os capitalistas industriais, que podem ser também, capitalistas agrícolas e proprietários de terra, e os demais proprietários de terra que podem ser também, capitalistas agrícolas fornecedores de matéria prima das unidades industriais, ou mesmo simples proprietários de terra rentistas que as cedem sob contratos de arrendamentos, ativando ou desativando unidades industriais, visando simultaneamente o uso (OLIVEIRA, 2016, p.157).

No setor sucroalcooleiro, por exemplo, a safra 2012/13, são demonstrados pelo autor, os quarenta maiores grupos empresariais monopolistas que foram responsáveis

por 62,8% do total nacional de tonelagem de cana moída, e deste percentual total, aqueles controlados por grupos nacionais ficaram com 46,0% e os estrangeiros ficaram com 16,8%. Verifica-se também que há uma concentração dos grupos estrangeiros entre os maiores grupos do setor, mas, é preciso reiterar que o 'capital nacional' controlava na safra 2012/13, em termos totais da safra, 81,8% da tonelagem de cana moída e o capital estrangeiro 18,2%. Ainda que seja visível a participação ativa do capital estrangeiro em todas as fases da produção e nas diversas cadeias. Há também os capitais mistos que é fruto de fusão entre nacional e estrangeira, como é o caso, da Raízen. Dentre os principais grupos empresariais monopolistas do setor está a Raízen Energia S/A, produto da fusão entre a Cosan S/A e a Shell onde a brasileira Cosan, (da qual a Raízen é filial), tem maior controle acionário.

A Raízen fez fusões territoriais monopolísticas no estado de São Paulo, através da incorporação de capitais da: Usinas Costa Pinto, Tamanduá (desativada), Bom Retiro, Rafard, Santa Helena, São Francisco e Santa Cruz (desativada) na região de Piracicaba/SP; as usinas Bonfim, Serra, Tamoio e Zanin na região de Araraquara/SP. Na região centro oeste paulista foram incorporadas as usinas: Da Barra, Dois Córregos e Diamante na região de Jaú/SP; as usinas Gaza, Mundial, Univalem e Benálcool na região de Araçatuba/SP; as usinas Paraguassu, Maracaí, Tarumã na região de Assis/SP.

No âmbito da Cosan/Raízen, são as seguintes unidades agroindustriais que foram reagrupadas no estado de São Paulo: Costa Pinto- 1936 (Piracicaba), Santa Helena – 1986 (Rio das Pedras), São Francisco - 1986 (Elias Fausto), Ipaussu – 1988 (Ipaussú), Rafard - 2000 (Rafard), Diamante 2001 (Jaú), Gasa - 2001 (Andradina), Univalem - 2001 (Valparaíso), Serra - 2001 (Ibaté), Barra -2002 (Barra Bonita), Dois Córregos - 2002 (Dois Córregos), Junqueira -2002 (Igarapava), Destivale - 2005 (Araçatuba), Mundial - 2005 (Mirandópolis), Bom Retiro - 2006 (Capivari), Bonfim - 2006 (Guariba), Tamoio - 2006 (Araraquara), Benálcool - 2008 (Bento de Abreu), Tarumã -2009 (Tarumã), Maracaí - 2009 (Maracaí), Paraguaçu Paulista - 2009 (Paraguaçu Paulista), Sertãozinho - 2009 (Sertãozinho), e Zanin - 2010 (Araraquara). Observa-se que a maior parte das empresas do setor sucroenergético está presente na região centro oeste paulista e região de Ribeirão Preto. O grupo Cosan/Raízen é articulado com a Unica e demais cooperativas e

associações do agronegócio e controla o mercado sucroalcooleiro da cana de açúcar em todo o Estado de São Paulo e demais estados que produzem cana no país.

No setor sucroalcooleiro as três regiões (centro oeste paulista, noroeste e nordeste paulista) irão predominar como as mais importantes onde se tem maior concentração de plantio e instalação de usinas/indústrias de cana para a fabricação de açúcar e etanol. A Cosan só não está presente nas regiões sul e leste de São Paulo nas áreas produtivas, mas na região do litoral norte e metropolitana de São Paulo, organiza seus negócios de comercialização, escritórios na capital e lotes de embarque no porto de Santos.

Importante ressaltar que os negócios da Raízen (filial da Cosan) são diversos. A Raízen Combustíveis S/A adquiriu 10% das ações representativas do capital social da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S/A (STP) – “Sem Parar”, empresa que atua nos pedágios das rodovias concedidas à iniciativa privada e estacionamentos de shoppings centers. É dona do capital social da empresa Radar Propriedades Agrícolas S/A, que é uma empresa imobiliária de terras, em 2012 seu capital era de 18,9% da Cosan e os outros 81,1% de investidores. Em 2012, a Radar já administrava mais de 470 fazendas ocupando 215.658 hectares: 84.415 hectares no estado de São Paulo, 11.843 hectares no estado de Minas Gerais, 417 hectares no Mato Grosso do Sul, 672 hectares em Goiás, 40.868 hectares no Mato Grosso, 7.155 hectares na Bahia, 3.117 hectares no Piauí e 67.169 hectares no Maranhão. (COSAN S/A, 2013<sup>a</sup> apud OLIVEIRA, 2016)

A concentração territorial aparece a partir das aquisições e fusões que fazem com que frações do território capitalista passem a ter o monopólio da propriedade da terra direto ou através de arrendamento, exercido pelos grupos econômicos monopolistas monocultores territorializados que se formam. (OLIVEIRA, 2016, p. 154).

Na ordem do ranking nacional o segundo grupo do monopólio do setor sucroenergético é a Odebrecht que no estado de São Paulo atua na região do Pontal do Paranapanema, especialmente nos municípios de Teodoro Sampaio e Mirante do Paranapanema – região oeste, dentre outros.

O grupo francês Louis Dreyfus é o terceiro *monopólio territorializado* no setor sucroenergético. A empresa faz parte do conglomerado Louis Dreyfus Commodities com mais de 160 anos de atuação no mercado mundial de: açúcar, arroz, algodão,

suco de laranja, soja e derivados, milho e trigo. A empresa está atuando em mais de 90 países em todos os continentes. (BIOSEV S/A, 2013).

Na região centro paulista, a Louis Dreyfus atua no setor de laranjas e no setor sucroalcooleiro. A empresa é controlada por capital estrangeiro de origem francesa, possui doze unidades industriais no estado: Usina Continental (Colômbia/SP), Cresciumal (Leme/SP), Jardest (Jardinópolis/SP), MB (Morro Agudo/SP), Santa Elisa (Sertãozinho/SP), Vale do Rosário (Morro Agudo/SP). Na região possui fazendas com laranjais em Lucianópolis, Duartina, Ubirajara e Cabrália Paulista, além de fazendas em MG, MS, PB, etc.

Conforme os dados de Oliveira (2016) apud ANUARIO DA CANA (2014) listamos abaixo o desempenho dos monopólios nas cadeias produtivas na região, ordenando o ranking das empresas em nível nacional:

O grupo monopolista Biosev S/A alcançou na safra 2012/13 um total de 29,533 milhões de toneladas de cana moída (2º lugar no ranking). Do total da cana moída 63% (18,515 milhões de toneladas) eram próprias e 37% de terceiros (11,018 milhões de toneladas). Produziu 2,136 milhões de toneladas de açúcar (também 2º lugar no ranking), e 952 mil metros cúbicos de etanol (3º lugar no ranking). (Importante ressaltar que nos dados de Oliveira (2016) a Biosev era a principal empresa subsidiária da empresa monopolista francesa Louis Dreyfuss. Mas, em fevereiro de 2021 num processo de aquisição, foi comprada pela Raizen, da Cosan, e passa a intensificar os monopólios da Cosan e Raizen). Todo o portfólio da Biosev passa a ser de propriedade da Raizen: fazendas, produtos, marcas, capital investido na Bovespa, etc. Com a participação da Biosev somada à Raizen, a Cosan passa a moer 145 milhões de toneladas de cana/ano.

O décimo segundo grupo monopolista na safra 2013/14, foi o grupo nacional Zilor situada em municípios da região centro oeste paulista. Este grupo originou-se das empresas da família Zilo Lorenzetti: usina Barra Grande construída em 1947 em Lençóis Paulista/SP e, usina Santa Lina no município de Quatá/SP em 1981. As unidades de Barra Grande e São José formam uma fusão territorial monopolística. O grupo é acionista da Copersucar<sup>129</sup> S/A, através da qual faz a comercialização de sua

---

<sup>129</sup> A Copersucar S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2008. Hoje, conta com 47 Unidades produtoras sócias, pertencentes a 24 grupos econômicos do setor de açúcar e álcool operando no setor de logística e operações comerciais diferenciadas.



produção. O grupo monopolista Zilor moeu na safra 2012/2013 o total de 10,020 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, produzindo 603 mil toneladas de açúcar, ficando em 12º lugar, e, destilando 424 mil metros cúbicos de etanol, ocupando o 9º lugar no ranking nacional.

O vigésimo grupo monopolista na safra 2013/2014 foi o grupo nacional Tonon. Opera com a empresa Tonon Bioenergia S/A e possui três unidades: Santa Cândida (1962) em Bocaina/SP, Vista Alegre (2008) em Maracaju/MS, Paraíso (2013) em Brotas/SP. O Grupo Tonon na safra 2012/13 moeu 6,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar ocupando o 20º lugar no ranking, produziu 479 mil toneladas de açúcar ficando em 14º lugar. Em 2017 as unidades produtivas da Usina Santa Candida em Bocaina e a Paraíso em Brotas foram compradas pela Raizen. A unidade em Maracaju/MS continuou com o grupo Tonon, mas entrou em falência em 2020.

O vigésimo terceiro grupo monopolista *territorializado* na safra 2013/2014 foi o grupo nacional Unialco oriundo principalmente da família Zancaner. Este grupo possui duas usinas (Unialco - Guararapes (próximo a Araçatuba), na região centro oeste paulista e em Guararapes/SP (1982) e está associado à empresa estrangeira Colgua Investments S/A, uma joint venture entre o grupo colombiano Inversiones Manuelita S/A (25%) e o grupo guatemalteco Pantaleón Sugar Holding S/A (25%). (IMPACTO ON LINE, 2013). Percebe-se na mundialização da agricultura capitalista a participação de empresas de países como Colombia e Guatemala, assim como o Brasil, parte do capitalismo dependente na América Latina. Na safra 2013/14 o grupo moeu 6,0 milhões de toneladas de 23º lugar), produziu 204 mil toneladas de açúcar (27º) destilou 146 mil m3 de etanol (29º lugar).

O vigésimo nono grupo monopolista territorializado na safra 2013/2014 foi o grupo nacional Batatais cuja sede fica em Batatais/SP, e pertence a um ramo da família Biagi. Em 1991 o nome foi alterado para Usina Batatais e é administrado pela família Biagi, tradicional na região de Ribeirão Preto. Em 2007, foi inaugurada em Lins/SP na região centro oeste paulista, a segunda unidade denominada Usina Lins. Sua colheita está 100% mecanizada, para a produção de etanol e açúcar. Na safra 2013/14 o grupo moeu 4,9 milhões de toneladas de cana (28º lugar), produziu 274 mil toneladas de açúcar (22º lugar) e, destilou 232 mil m3 de etanol (19º lugar).

O trigésimo nono grupo monopolista territorializado na safra 2013/2014 foi o grupo nacional São Manoel de São Manoel/SP na região centro oeste paulista, próximo a Botucatu. O grupo possui uma única unidade a Usina Açucareira São Manoel S/A. Na safra 2013/14 o grupo moeu 3,5 milhões de toneladas de cana (39º lugar), produziu 220 mil toneladas de açúcar (27º lugar) e, destilou 144 mil m<sup>3</sup> etanol (30º lugar).

O quadragésimo grupo monopolista territorializado na safra 2013/2014 foi o grupo internacional Cargill, de Paraíso/SP (ex-Ruette) próximo a São José do Rio Preto. O Monterey em Ubarana/SP região centro oeste paulista. Em maio de 2015 as duas unidades foram colocadas à venda, e foram compradas pelo grupo norte-americano Black River Agriculture Fund<sup>2</sup> de propriedade da Cargill. Do total de R\$830 milhões, R\$530 milhões foram destinados em assunção de dívidas, e R\$300 milhões aplicados na operação. (VALOR, 2015 apud OLIVEIRA, 2016). Dessa forma, o grupo Cargill (ex-Ruette) é mais um que se soma ao capital internacional. Na safra 2013/14 o grupo moeu 3,5 milhões de toneladas de cana (40º lugar), produziu 167 mil toneladas de açúcar (33º lugar) e, destilou 162 mil m<sup>3</sup> de etanol (26º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014 apud OLIVEIRA, 2016)<sup>130</sup>.

Outros grupos monopolistas também importantes no setor e que atuam na região são: São José da Estiva (BR) (Novo Horizonte/SP) 2,811618 milhões de toneladas de cana (51º lugar); Santa Fé BR: (BR) (Nova Europa/SP) 2,458 milhões de toneladas de cana (58º lugar); Rio Vermelho - Glencore (SU) (Junqueirópolis/SP) 2,251 milhões de toneladas de cana (59º lugar); Da Mata BR: (BR) (Valparaíso/SP) 2,166 milhões de toneladas de cana (64º lugar); Água Bonita BR: (BR) (Tarumã/SP) próximo de Assis, 1,412 milhões de toneladas de cana (86º lugar); Bioenergia (BR) (Lucélia/SP) 1,210 milhões de toneladas de cana (90º lugar); São Luiz BR: (Ourinhos/SP) 1,013582 milhões de toneladas de cana (96º lugar); Branco Peres (BR) (Adamantina/SP) 1,013065 milhões de toneladas de cana (97º lugar); Alvorada do Bebedouro (BR) Santo Anastácio/SP, 0,812 milhão de toneladas de cana (100º lugar).

Oliveira (2016) traz os dados dos 102 maiores grupos do país que moeram cana no setor sucroalcooleiro. No entanto, o nosso interesse e opção foi pelos grupos

---

<sup>130</sup> Todas as informações sobre os monopólios na região, foram coletadas de Oliveira (2016) apud ANUÁRIO DA CANA, 2013 e 2014).

que atuam na região centro oeste paulista e para tanto, a exposição não está organizada com a mesma forma sequencial do ranking nacional. Percebe-se que o carro chefe que movimenta o 'grosso' da moagem do setor sucroalcooleiro está operando no estado de São Paulo. Não foi possível relacionar todas as regiões do Estado e do país nesse breve resumo, mas no livro de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2016) "A Mundialização do Capital na Agricultura, o autor organiza os monopólios em importantes detalhes em nível nacional, do qual foi importante subsídio para a nossa tese.

#### **4.1.2 - Monopólios no setor de Silvicultura**

A expansão do monocultivo de florestas para celulose<sup>131</sup>, papel e madeira no Brasil, tem aumentado significativamente. Segundo Oliveira (2016), em 2012 a área ocupada por eucalipto e pinus chegou a 6,665 milhões de hectares, sendo que o eucalipto ficou com 5,102 milhões (76,6%) e o pinus com 1,563 milhões de hectares (23,4%). A distribuição territorial do cultivo de eucalipto se dá da seguinte maneira: 28,2% concentram-se em Minas Gerais e é destinado basicamente para a produção de carvão vegetal empregado ao parque siderúrgico. Depois, vem São Paulo com 20,4% cujo destino quase exclusivo vai para o setor de celulose e papel.

No setor de celulose, papel e madeira predomina igualmente o processo de territorialização do monopólio, e, portanto, se observa o processo de aquisição e/ou fusão, com os grupos nacionais "comprando" ou fundindo-se com grupos internacionais. Predomina a participação de grupos nacionais, embora num movimento recente da agricultura capitalista na região centro paulista, a empresa de capital asiático esteja intensificando o processo monopolista no ramo do eucalipto.

O processo tem semelhança e diferenças em relação ao setor sucroenergético, pois, nele há também a presença da tríade: concentração econômica, formação de grupos monopolistas através

---

<sup>131</sup> Um exemplo de monopólio territorializado no setor de celulose, papel e madeira, é o caso do Grupo Votorantim da família Ermírio de Moraes, que comprou as ações do grupo de origem norueguesa e de outros grupos nacionais na Aracruz Celulose, depois da venda de 49,99% das ações do Banco Votorantim para o Banco do Brasil. O Grupo Votorantim contou também, com a colaboração do BNDESPar para fundir-se com a Aracruz formando-se a Fibria Celulose S/A.

de aquisições, fusões e associações, e, sua mundialização. Assim, neste setor ocorre principalmente o processo de concentração econômica vertical, e, em menor grau aquele de concentração econômica horizontal. A formação dos grupos monopolistas por sua vez obedece a lógicas distintas, pois, entre os produtores de celulose e papel destacam-se os grupos monopolistas dos capitalistas nacionais, mas, no setor de madeira destacam-se os grupos estrangeiros, particularmente os chilenos associados. OLIVEIRA, 2016, p. 224)

A segunda empresa monopolista do setor na região centro oeste paulista era a Lwartcel Celulose e Papel Ltda. Empresa nacional com sede em Lençóis Paulista/SP, pertence ao grupo Lwart. Possui o controle de 40 mil hectares<sup>132</sup> de terras (próprias, parcerias e em regime de fomento) localizadas em 26 municípios da região central do estado de São Paulo (LWARTCEL, 2015 apud OLIVEIRA, 2016). No entanto, em 2019, houve alteração no controle monopolista da Lwartcel. A empresa sofreu falência e em 2019 teve a fábrica de Lençóis e seus investimentos comprados por uma gigante monopolista asiática, de Cingapura, chama RGE (Royal Eagle Group) da qual originou a Bracell nova empresa de operação com celulose e madeira no Brasil. Ela quaduplicou a meta de produção de eucalipto na região. Enquanto a Lwartcel produzia 750 mil toneladas/ano, a Bracell vai produzir 3 milhões de toneladas ano. A região que já era um mar de eucaliptos vai virar um deserto verde.

No ramo da madeira, papel e celulose – também tem os capitais ativos do grupo Votorantim - de Antônio Ermírio de Moraes -, da empresa Suzano, da norueguesa Aracruz Celulose, da sueca Stora Enso, os que controlavam o mercado de pinus e eucalipto entre outros, e dominavam o mercado de celulose, madeira, carvão vegetal no Brasil. Em seguida, a Eucatex de Paulo Maluff e Duratex dominam o mercado com grandes fábricas na região central de São Paulo. No mesmo setor de eucaliptos, ocorreu a fusão da JBS com a Duratex e a Satipel criando a maior empresa mundial de produção de painéis de madeira se tornando a 8ª maior do mundo:

O grupo Duratex possui cerca de 230 mil hectares (próprias e arrendadas) onde faz o monocultivo de eucalipto e pinus e mantém as

---

<sup>132</sup> Se a Lwartcel precisava controlar 40 mil hectares de terras na região para o abastecer o fornecimento de 250 mil toneladas de celulose processada. Então imaginem o quanto a Bracell vai precisar controlar para abastecer a produção de 1.5 milhões de toneladas!

áreas de conservação com formações vegetais nativas, diferentes regiões do Estado de São Paulo (principalmente na centro paulista: Lençóis, Agudos, Borebi, Botucatu, Salto), região do Triângulo Mineiro em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul (DURATEX, 2013).

Presente no setor de madeiras plantadas o grupo Eucatex S/A Indústria e Comércio pertence majoritariamente à família Maluf. O grupo Eucatex tem quatro fábricas na região centro oeste paulista e também em Salto e Capão Bonito (centro sul): (unidade de painéis e pisos em Botucatu/SP, unidade de chapas em Salto/SP, Eucatex tintas e vernizes também em Salto/SP), duas unidades florestais (Salto/SP e Botucatu/SP) e um viveiro de mudas em Bofete/SP. A empresa possui 27 mil hectares de terras distribuídas em vinte fazendas próprias nos municípios de Salto/SP, Capão Bonito/SP, Lençóis, Agudos e Botucatu/SP. Aproximadamente 8 mil hectares são áreas de reservas e 19 mil hectares são utilizados pelos monocultivo do eucalipto. Sua distribuição pelos municípios contém em Salto/SP 1.969 hectares cultivados e 400 hectares de reservas; em Capão Bonito/SP há 2.704 hectares cultivados e 600 hectares de reservas e, em Botucatu/SP são 22.600 hectares cultivados e 6.700 hectares de reservas. (EUCATEX, 2013 apud OLIVEIRA, 2016, p.228)

A terceira empresa monopolista, mas que tende a se tornar a primeira do ranking, é a Bracell, a nova gigante do mercado mundial de eucaliptos que está sendo instalada em Lençóis Paulista. Como dito anteriormente, ela comprou a massa falida da brasileira Lwartcel, junto com os contratos de fornecimento futuros (o eucalipto leva de seis a sete anos para completar a idade do corte – a variedade transgênica leva menos tempo). A sede fábrica está em construção desde 2019 e tem a intenção de contratar sete mil funcionários, trabalhadores dos municípios vizinhos a Lençóis. Segundo jornais da região, a empresa fez reunião com o governo do Estado de São Paulo, João Doria e com o prefeito Gazzeta (Bauru), para discutirem os termos dos convênios sobre a terra, impostos, infraestrutura, incentivos fiscais, etc. Além do mais, já iniciou a fase de cadastramento de currículos dos trabalhadores e articulação dos pequenos e médios produtores para arrendamento de terras, tem feito intenso processo de procura de novas áreas/terras na região para incorporação de seu capital produtivo, para arrendamentos e novos contratos de fornecimento. A meta é aumentar a produção para 1, 5 milhões de toneladas ao ano para 3 milhões ton./ano. (BRACELL, 2020).

#### **4.1.3 - Monopólios no setor de lácteos**

Na região centro oeste paulista, em Araçatuba, a Nestlé construiu em 1963 uma unidade industrial de produtos lácteos (esta unidade, atualmente, está arrendada para a Cargill Incorporated., que trabalha com agrotóxicos), e adquiriu em São Jose do Rio Pardo, em 1974, uma unidade industrial. A Nestlé também comprou em 1988 a fábrica de biscoitos Ailiram em Marília e, ainda, comprou as fontes da água mineral de Santa Barbara em Santa Barbara d'Oeste, em 2009.

A produção de leite na região é forte em alguns municípios no entorno de Andradina, Penápolis, Araçatuba, Promissão, Lins, onde pequenos produtores de leite vendem à empresas que possuem tanques de resfriamento e estas entregam para a Nestlé.

#### **4.1.4 - Monopólios no setor de sementes**

De acordo com os dados de Oliveira (2016), no setor de sementes atuam a Monsanto, Dow e Pioneer (americanas), juntamente com a Bayer (alemã) e a Syngenta (suíça) e, dominam o segmento de pesquisa e fornecimento de sementes, bem como, de produção de agrotóxicos dentro do agronegócio brasileiro e mundial. A Monsanto a principal produtora do herbicida glifosato da marca Roundup é detentora das patentes das sementes geneticamente modificadas. Acredita-se que a empresa tenha o controle de 70% a 100% do *market share* de várias delas. A empresa usa seus campos experimentais, mas curiosamente não planta a semente que produz e vende.

No Brasil, a Monsanto do Brasil Ltda. tem sede em São Paulo/SP e opera via Sementes *Agroceres*. Em 2007, adquiriu a empresa brasileira de sementes de milho Agroeste Sementes. Em 2008, comprou do grupo Votorantin a CanaVialis (melhoramento genético de cana-de-açúcar) e a Alellyx (empresa de biotecnologia) que foram fundidas como CanaVilis Monsanto em Campinas/SP (OLIVEIRA 2016, *apud* MONSANTO, 2013). Na região centro oeste paulista há uma unidade da Monsanto em Araçatuba que atua como laboratório e campo experimental da

variedade da CanaVialis CV0470, nova variedade altamente produtiva. Também nesta unidade é organizado feiras e eventos tecnológicos para lançamentos de novos produtos, como o Roundup Transorb®, cuja pesquisa inventou nova variedade do agrotóxico Roundup Transorb e Roundup Transorb II, “resistentes à aplicação na chuva, absorvido mais rapidamente pela planta e chega mais rápido a raiz da erva daninha”. (ROUNDUP, 2021: <http://www.roundup.com.br/roundup#> - acesso em 24 de abril de 2021).

A Syngenta<sup>133</sup>, que é uma empresa mundial suíça criada pela fusão entre os setores voltados para o agronegócio da Novartis Agribusiness e da AstraZeneca Agrochemicals, em 2000, com sede em Basileia na Suíça, também opera nos setores de sementes e agrotóxicos no Brasil. Faz, segundo a empresa, melhoramentos genéticos em sementes de soja, milho, trigo, cevada, flores (gerânio, amor-perfeito e gérbera) jardinagem, cana-de-açúcar, beterraba, girassol, colza, arroz, tomate, batata, algodão, etc. (SYNGENTA, 2013) Possui fábrica em Paulínia/SP, Matão, Holambra e possui uma unidade de pesquisa sobre sementes em Itápolis/SP.

Outras empresas: As principais empresas mundiais monopolistas brasileiras que atuam com *trading* na produção de açúcar, grãos e fibras são as seguintes: Na região centro oeste paulista - A Copersucar S/A e a Cargill Inc. constituíram em 2014, a joint venture Alvean Sugar Intermediação e Agenciamento Ltda, para operar na originação, comercialização e na trading de açúcar bruto e branco mundialmente. A empresa tem seu capital dividido 50% para cada empresa. Está presente na região através dos grupos acionistas como a Zillor S/A (Quatá), São Manuel S/A em São Manuel/SP. Cocal I Ltda. em Paraguaçu Paulista e a Furlan S/A em Avaré.

A Granol Indústria, Comércio e Exportações S/A é outra empresa nacional monopolista do setor de grãos do país. Constituída em 1965, operou na produção e comercialização de grãos, farelos, óleos vegetais e biodiesel voltados para o abastecimento interno e para exportação. É resultado de várias fusões que incluíram a Fundo Óleos Vegetais de Junqueirópolis/SP (1967), a Indústria de Óleos Tupã em Tupã/SP (1974), Compol em Lucélia/SP (1977), Santa Maria em Pacaembu/SP

---

<sup>133</sup> Em uma ocupação do MST numa unidade produtiva da Syngenta no Estado do Paraná, resultou no assassinato de um trabalhador sem-terra, o Keno, militante da Via Campesina, que foi assassinado pelos seguranças da empresa aumentando ainda mais o foco de conflitos na disputa por terras para a reforma agrária nesta região.

(1977), Romanini em Adamantina/SP (1977) e Osvaldo Cruz/SP (1977), Wosgrau, unidade de Anápolis (1986), unidade de Bebedouro/SP (2003), os quais fazem parte dos complexos industriais e há também em Assis (centro oeste paulista) uma unidade comercial.

A empresa Camil, (Cooperativa Agrícola Mista Itaquiense LTDA), de Itaqui/RS, criada em 1963, também se tornou em poucas décadas uma gigante monopolista que centraliza o mercado de grãos, principalmente arroz e feijão e recentemente o açúcar e o pescado (enlatado de peixes e atum). Iniciou sua fase expansionista em 2007 e se tornou uma das maiores transnacionais de beneficiamento, empacotamento, distribuição e comercialização destes produtos na América Latina. Possui unidades no Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Peru e Equador. No Brasil, concentra o mercado com unidades nas regiões sul, sudeste e nordeste. Em São Paulo, além de unidades na capital, tem uma unidade industrial na região centro oeste paulista, em Barra Bonita. Com faturamento líquido de cerca de 7 bilhões e lucro de cerca de 300 milhões, a empresa mantém suas ações abertas na bolsa de valores e no mercado de futuros.

#### **4.1.5 - Monopólios no setor de citricultura**

Pelo menos quatro empresas controlam 80% da produção de suco concentrado no mundo. Dessa forma, o setor citrícola dominado pelo oligopólio das empresas (Cutrale, Citrosuco, Coinbra/Frutesp - atual Louis Dreyfus - Citrovita e Cargill). Cutrale, Louis Dreyfuss, Citrovita e Citrosuco, são as principais no monopólio do suco da laranja no Brasil e mundo. Concentração, monopolização, oligopolização, etc. são "sinônimos" de "concorrência acirrada". (OLIVEIRA, 2016, p. 79)

Importante mencionar que a Cutrale se juntou a Louis Dreyfuss para enfrentar suas concorrentes Citrovita e Citrosuco (que também se fundiram pelo mesmo objetivo). Neste sentido, a agressiva concorrência levou a prática da cartelização, e, para tal, as empresas trataram de ampliar o plantio de laranja em terras próprias, para aumentar seu poder de barganha e de imposição dos preços cartelizados. Este processo está evidenciado a partir do aumento relativo do cultivo de citrus em terras próprias das empresas processadoras de suco de década dos anos 2000 segundo a



Associtrus - Associação Brasileira dos Citricultores, a 30% na Citrosuco (Grupo Fischer); 20% a 40% na Cutrale; 30% na Cargill; 15% na Coinbra/Frutesp (Louis Dreyfus) 15% e 50% na Citrovita. (ASSOCITRUS, 2005)

A monopolista maior do ranking do setor citrícola é a Sucocítrico Cutrale Ltda. No entanto, as informações sobre esta são sigilosas. “A empresa tem uma aliança antiga com a Coca Cola na condição de fornecedora mundial da The Coca Cola Company, sempre teve uma relação comercial mantida sigilosamente, pois, trata-se de empresa privada familiar de capital fechado” (OLIVEIRA, 2016, p. 232). A Cutrale mantém três empresas nos Estados Unidos. Assim, de um lado a Cutrale reforça sua aliança com a Coca Cola, e de outro a Citrosuco, sua principal concorrente tem sua aliança com a PepsiCo.

Ainda tem a Agroterenas industrial Citrus (ex-NovAmérica S/A Citrus Industrial) que, segundo o autor (Oliveira, 2016) é empresa monopolista do setor citrícola pertencente à família Rezende Barbosa do grupo Nova América. Em 1983 o grupo fundou a empresa para atuar no ramo de embalagem de frutas para comercialização concentrado congelado em Fazenda Guacho de propriedade do grupo em Santa Cruz do Rio Pardo/SP. Possui 3,6 milhões de pés de laranja plantados em uma área de 7,35 mil hectares nos municípios de Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo e Espírito Santo do Turvo, no estado de São Paulo. (AGROTERENAS, 2013)

#### **4.1.6 - Monopólios no setor da carne e pecuária:**

A empresa monopolista mundial JBS S/A<sup>134</sup>, que originou a marca Friboi com capital aberto na Bm&fBovespa, é controlada pela família Mendonça Batista através da FB-Participações S/A com 40,93% em 16/07/2015 segundo a BMFBVESPA. Tem também, a participação do BNDES Participações S/A BNDESPar com 23,19%, Caixa

---

<sup>134</sup>De acordo com informações no site da empresa, a JBS Friboi é a líder mundial em processamento de carnes bovina, ovina e de aves, além de ter uma forte participação na produção de carne suína. Está presente em todos os continentes e emprega mais de 200 mil “colaboradores” em todo o mundo. A empresa possui 340 unidades de produção e atua nas áreas de alimentos, couro, biodiesel, colágeno, embalagens metálicas e produtos de limpeza. Informações contidas no site: <http://www.friboi.com.br/quemsomos/> - visitado em 23 de novembro de 2020.

Econômica Federal 10,07%, Banco Original S/A 0,18%, Outros 23,69%, Ações em Tesouraria 1,95%. (BMFBOVESPA, 2015 apud OLIVEIRA, 2016, p. 232).

O grupo JBS S/A tem capacidade anual de processamento de dois milhões de cabeças de bovinos (45 mil cabeças diárias) e, é detentor das marcas Friboi, Swift, Bertin, Swift Black, Swift Maturatta e Swift Orgânico. Controla também, 14% da produção nacional de couro, segmento que opera através da empresa JBS Couros Ltda desde 2009. A empresa tem unidades de abate, processamento e industrialização de produtos industriais nas principais regiões de pecuária em nível nacional e no estado de São Paulo: na região centro oeste Andradina/SP, Lins/SP, Bauru, Presidente Epitácio. Em 2013, a JBS Couros possuía, vinte e duas (22) unidades industriais, sendo destas uma em Lins/SP<sup>135</sup> para acabamento final. O grupo possui ainda, duas unidades de produção de biodiesel a partir do sebo bovino, e conta com as seguintes unidades de confinamento/capacidade na região centro oeste paulista: Guaíçara/SP<sup>136</sup> (15.000 cabeças), Promissão/SP (14.000 cabeças); Castilho/SP (35.000 cabeças). (OLIVEIRA, 2016, p.344)

O terceiro grupo econômico no segmento de carne bovina no país é a empresa monopolista Minerva Foods S/A. Trata-se de uma empresa nacional da família Vilela de Queiroz, que desde 1992, constituiu o grupo Minerva Foods. Tem capital aberto na bolsa de valores e em 2016, era a família que tinha o controle acionário através da VdQ Holdings S/A (26,31%), Salic (UK) Limited (19,95%) fundada pelo rei da Arábia Saudita, BRF S/A (12,09%), Fmr Llc (5,82%) (Fmr Llc - Fidelity Management and Research ou Fidelity Investments é uma corporação multinacional norte-americana do setor financeiro) e outros (35,83%). Oliveira (2016) esclarece que o Frigorífico Minerva é o maior exportador de gado vivo do país e o segundo maior exportador de carne, além de couro, processamento de proteínas bovina, suínas e aves. Possui as seguintes unidades industriais no Brasil: Barretos/SP, Palmeiras de Goiás/GO, José Bonifácio/SP, Castilho<sup>137</sup> (centro oeste paulista), Bataiporã/MS, Araraquara/SP,

---

<sup>135</sup> Em Lins, a JBS possui um complexo agroindustrial a partir da aquisição do frigorífico do Grupo Bertin, com 7000 funcionários e diversas unidades como: JBS Friboi Lins; JBS Couros; ZEMPACK (reciclagem); JBS Biolins Termoelétrica S.A; JBS Ambiental; MSP Meat Snacks Partners Brasil.

<sup>136</sup> Somente em Guaíçara/SP a JBS mantém confinamento de 15 mil bovinos através da JBS Confinamentos, além das suas fabricas e subsidiárias JBS Ambiental, JBS Higiene & Limpeza, JBS Fertilizantes, JBS Couros.

<sup>137</sup> JBS Confinamento com capacidade de 30 mil cabeças em Castilho/SP, para bovinos próprios e para arrendamento (produtores pagam diárias por cabeça à JBS). Ver: <https://www.friboi.com.br/pecuarista/comercializacao?id=6> – visitado em 20 de agosto de 2021.

Araguaína/TO, Rolim de Moura/RO, Campina Verde/MG, Goianésia/GO e as duas unidades cujo controle acionário foi cedido pela BRF - Brasil Foods de Várzea Grande/MT e Mirassol d'Oeste/MT. Controla também, dois frigoríficos no Paraguai o Friasa e o Frigomerc e um no Uruguai, o frigorífico Pul. Em 2014, o Grupo Minerva comprou o Frigorífico Matadero Carrasco S/A no Uruguai por US\$37 milhões. No ramo da carne bovina - empresa que controla o mercado de carnes e seus derivados no mercado internacional tem uma de suas fabricas no município de Lins. Também trabalha com acabamento e curtume de couros na fábrica de Lins. Ainda da família JBS denominada JBJ S/A há um frigorifico em Araçatuba e um em Lençóis Paulista (ambos na região centro oeste paulista).

E por fim, há o frigorifico do Grupo Mondelli na região, localizado na cidade de Bauru/SP que esteve em situação de falência e foi adquirido em 2019 pelo Grupo Alliz de Boituva/SP, integrante da marca Zanchetta Alimentos. O frigorífero é considerado capital de médio porte, cuja capacidade era de abatimento de 650 cabeças de bovino por dia e tinha faturamento de R\$ 600 milhões por ano.

Embora todas essas empresas nacionais e internacionais atuam no estado de São Paulo e em outros estados, a maioria destas empresas possuem seus escritórios e sedes na cidade de São Paulo, nos bairros como Itaim-bibi, Faria Lima ou mesmo na Avenida Paulista. Segundo Oliveira (2016), são pelo menos 10.790 empresas monopolistas instaladas nestes bairros que se tornou financeiro e tecnológico, tornando a cidade no maior centro financeiro da América do Sul. A maior parte dos monopólios, os que maior expansão teve sobre as áreas produtivas no estado de São Paulo, foram os setores da cana, laranja e eucalipto.

## **4.2 - O MONOPOLIO DO MERCADO DE TERRAS:**

### **4.2.1 – As empresas subsidiárias/imobiliárias e o monopólio do mercado de terras:**

Um dos movimentos do capital que cresce paralelamente e ao mesmo tempo integrado aos monopólios das cadeias produtivas, é o setor de arrecadação, prospecção de novas terras visando aumentar o portfolio das empresas no quesito

quantidade de terras sob seu controle, seja para uso na produção, arrendamento, venda ou reservada para a especulação.

Tornou-se comum a ação de grandes corporações com subsidiárias próprias, espécie de filial, com função exclusiva de movimentar a aquisição de terras para uso próprio ou para o mercado de terras. No caso da Cosan, maior corporação do ramo sucroalcooleiro criou a Radar Propriedades Agrícolas S/A. Segundo o Observatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2011), a *Radar Propriedades Agrícolas* é uma subsidiária criada pela Cosan, em 2008, com foco no mercado imobiliário rural.

O objetivo da empresa é adquirir imóveis agrícolas, identificando propriedades consideradas pelo capital Cosan como potencialmente “valorizáveis”. Nesse sentido, processam aquisições fundiárias, posteriormente arrendando-as junto a grandes operadores agrícolas – ou ainda utilizando-as para produção própria. Este tipo de operação vem causando grande especulação e aumento no preço da terra no Brasil. (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2011, p.11)

Para fortalecer sua estratégia monopolista, a empresa Cosan precisa cada vez mais e de forma crescente, de novas áreas produtivas já que o monocultivo da cana de açúcar e a fabricação de açúcar e etanol para sustentar a posição de maior produtora do mundo dependem de grandes extensões de terras. Importante ressaltar que este movimento ocorre com a maioria das empresas na atualidade.

Neste sentido, a Radar, subsidiária da Cosan, além de descobrir novas propriedades para aumentar seu portfólio na cadeia da cana, também aciona o mercado de terras para as demandas de propriedades destinadas ao cultivo de soja, algodão, milho e eucalipto dentre outras. Desde sua fundação, em 2008 até o ano da publicação do Observatório (2011), a Radar movimentava US\$ 400 milhões de dólares e controlava 70 mil hectares de terras (esta quantia ela adquiriu em três anos).

Segundo a Revista *Chain Reaction Research: sustainability risk analysis* (2020), a Radar tornou-se parte de uma *joint venture* entre a Cosan<sup>138</sup> e a empresa Mansilla

---

<sup>138</sup> Lembrando que a Cosan é uma empresa brasileira que é ativa nos setores de energia, logística, possui uma *joint venture* com a Shell, a qual derivou a Raizen desde 2011), para a produção e distribuição de açúcar e álcool, também fez a aquisição da ComGas que é uma concessão estatal do governo para a distribuição de gás no Brasil.

Participações, com um capital inicial de US\$ 400 milhões. A proprietária da Mansilla Participações é A Teachers Insurance and Annuity Association of America – College Retirement Equities Fund (TIAA, anteriormente TIAA-CREF). Um fundo de pensão privado de professores universitários norte-americano.

Ainda para a Revista (2020), em outubro de 2016, a Cosan vendeu uma parte não revelada de sua participação na Radar para a Mansilla por R\$ 1,06 bilhões (US\$ 326 milhões). Como resultado, a Mansilla detém hoje 100 por cento das ações preferenciais da Radar, enquanto a Cosan mantém a maior parte das cotas ordinárias. Ainda que a TIAA mantenha 97 por cento do capital da Radar sob a perspectiva da legislação Brasileira, a Cosan é a controladora majoritária da Radar.

A Radar é parte de uma rede complexa de empresas através das quais a TIAA investe em terras agrícolas em todo o mundo. A Radar é uma empresa intermediária estruturada para cumprir com a legislação brasileira que regula a propriedade da terra. A legislação brasileira limita a propriedade estrangeira a 25 por cento da área de um município. Até 2010, empresas pertencentes ou gerenciadas conjuntamente por instituições brasileiras e estrangeiras eram consideradas como brasileiras. Essas empresas não estavam sujeitas às restrições de áreas de propriedades por município. Entretanto, em 2010, o parecer da Advocacia Geral da União do Brasil, aceito pelo Presidente, propôs que empresas mistas (controladas por instituições nacionais e internacionais) devessem ser consideradas empresas estrangeiras, limitando suas aquisições de propriedades de terras. (CHAIN REACTION RESEARCH, 2020, p. 01)

Para tanto, a Cosan e TIAA usam de artifícios que obscurecem a prática de aquisição de terras por empresas estrangeiras no Brasil, dadas as novas restrições legais. Visando driblar os marcos reguladores da aquisição de terras no Brasil, a Cosan e a Mansilla criaram duas novas subsidiárias – a Tellus Brasil Participações (Tellus) que atua especificamente na aquisição de terras e as subsidiárias Terra Viva Brasil Participações e a Nova Gaia Brasil Participações, onde a Cosan detém 51% e a TIAA 49% da Tellus. A Tellus arrecada fundos para a aquisição de terras e envolve subsidiárias como a Radar.

De acordo com o balanço trimestral da TIAA, mais de 20 empresas diferentes estão listadas sob propriedade ou gestão indireta ou direta da Radar e da Tellus no Brasil. Essas empresas cobrem operações de captação de capital, aquisição, abertura, preparo, arrendamento e venda de propriedades. Em 2012, a Radar obteve números de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) adicionais para o registro da Radar I e Radar II. (CHAIN REACTION RESEARCH, 2020, p. 02)

Esteve em tramitação no Senado Federal, desde maio de 2019 e agora está na mesa do presidente Bolsonaro, uma lei que pretende revogar a decisão da Advocacia Geral da União, de 2010, propondo a alteração do Artigo 190<sup>139</sup> da Constituição Brasileira, prevalecendo o reconhecimento de empresas com capital misto, ou gerenciadas por empresas estrangeiras e brasileiras para que possam permanecer como brasileiras e, também, a proposta visa aumentar a quantidade de terras que uma empresa estrangeira possa adquirir em um município, com o principal argumento de abrir o país para investimentos internacionais e possibilitar o desenvolvimento econômico.

A compra de terras por investidores internacionais pode atrair investimentos ao país de cerca de R\$ 50 bilhões por ano. “Possibilitar o ingresso de agroindústrias transnacionais no Brasil voltadas para o desenvolvimento da cadeia produtiva agrícola de longo prazo, que agreguem valor, gerem mais empregos e aumentem a qualidade e a quantidade da produção agrícola brasileira é, com certeza, um passo importante para o desenvolvimento sustentável de longo prazo que

---

Na década de 1990, a Advocacia-Geral da União (AGU) emitiu pareceres que permitiram a companhias nacionais com controle estrangeiro e empresas de fora com participação brasileira adquirir propriedades sem essas restrições, mas em 2010, a AGU reviu esse entendimento e retomou os parâmetros da lei de 1971, o que limitou o acesso de estrangeiros à propriedade fundiária nacional. Conforme o projeto, os imóveis rurais adquiridos por sociedade estrangeira deverão obedecer a princípios da função social da propriedade e devem ser autorizados por ato do Poder Executivo, nos termos do artigo 1.134 do Código Civil. O texto estipula que a soma das áreas rurais pertencentes e arrendadas a pessoas estrangeiras não poderá ultrapassar 25% da superfície dos municípios onde se situem. A aquisição de terras na região do bioma amazônico e áreas de fronteiras dependerão do aval do Conselho de Defesa Nacional. O projeto prevê que o Congresso Nacional poderá, mediante decreto legislativo, por manifestação prévia do Poder Executivo, autorizar a aquisição de imóvel por pessoas estrangeiras além dos limites fixados na lei, quando se tratar da implantação de projetos prioritários para o desenvolvimento do país. A compra de terras por investidores internacionais pode atrair investimentos ao país de cerca de R\$ 50 bilhões por ano. (Fonte: Agência Senado Federal - <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/11/comissoes-aprovam-projeto-que-facilita-venda-de-terras-para-estrangeiros> - acesso em 01 de julho de 2020).

nós brasileiros há muito almejamos”, defendeu o parlamentar na justificativa do projeto<sup>140</sup>.

A base pública de registros de propriedades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sugere que a Radar e suas subsidiárias possuem propriedades que totalizam uma área de 111.703 ha. (CHAIN REACTION RESEARCH, 2020, p. 04).

Na região centro oeste paulista, uma das fazendas que faz parte do portfólio da empresa Radar - e depois a mesma foi arrendada pela Raizen - é a fazenda Santa Maria, no município de Pirajuí, um latifúndio com 7.000 hectares (sete mil hectares) de propriedade do Grupo Atalla (que entrou em falência). O grupo também possui fazendas em Jau e soma no total mais de 40 mil hectares. Ambas ocupada diversas vezes pelo MST, devido situação de enormes dívidas com a União, crime ambiental, massa falida, entre outros, a área segue produzindo cana, em contrato de arrendamento para a Cosan.

A empresa SLC Agrícola (adquirida pela Camil em 2018) tem em seu portfólio uma empresa subsidiária chamada LandCo, a qual atua como imobiliária de terras no mercado financeiro. A SLC afirma que “a estratégia é monetizar parte do ganho imobiliário obtido ao longo de 30 anos de operação no ramo, com aquisição de terras no Cerrado brasileiro, visando levantar capital para dar seguimento ao processo de aquisição de terras com alto potencial de valorização”. A LandCo faz a aquisição de terras, em seguida a abertura e limpeza das áreas (desmatamento), a aplicação de corretivos (cloreto de potássio, fosforo e calcário) e construção de infraestrutura. Atua em todo o processo de arrecadação e de preparo para o plantio. Em seguida, arrenda ou vende. O fundo privado inglês (private equity) *Valiance* é o principal sócio da SLC Land Co, com participação de 18,8%. Para formação da empresa a SLC entrou com as terras e o Valiance com o capital. “O objetivo principal é adquirir as terras, limpá-las e deixá-las prontas para o plantio e assim arrendá-las ou vendê-las. Foram adquiridas nos últimos anos 86.574 hectares neste tipo de negócio. A Camil comprou a totalidade dos negócios da SLC”. (SLC, 2018).

---

<sup>140</sup>VER:AgenciaSenadoFederal-<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/11/comissoes-aprovam-projeto-que-facilita-venda-de-terras-para-estrangeiros> - acesso em 01 de julho de 2020.

A atuação destas empresas em conjunto com suas subsidiárias, responsáveis pela prospecção de novas terras para o mercado (seja para inserção na área produtiva ou especulação), elas têm uma característica comum, ou seja, não agem individualmente. Elas atuam nos negócios do mercado de terras em associação com empresas monopolistas nacionais e internacionais, pautadas por atuação que vai desde as ações legais, como as ilegais (grilagem, queimadas, e expulsão de pequenos agricultores e indígenas de suas terras). É inerente a lógica como opera o capital, usar de formas violentas e ilegítimas em busca do lucro. Permanece a alta lucratividade destas empresas em detrimento de formas deterioradas de direito de propriedade, aos povos tradicionais do campo, da mesma forma que a legislação permite todo tipo de transação ilícita por parte destas empresas que seguem impunes valorizando o seu capital através de ações ilícitas para obter através da mercadoria terra o seu rendimento real ou fictício de valorização financeira.

### **4.3 - Os monopólios das cadeias produtivas e os trabalhadores rurais**

#### **4.3.1 - Situação dos trabalhadores da colheita de cana:**

Se por um lado os capitais ativos em funcionamento se reproduzem à luz da lógica capitalista de produção e as empresas seguem se expandindo sobre todos os tipos de fronteiras e sendo compensadas com lucros extraordinários; importante ressaltar que toda a produção de riqueza existente é feita pelos trabalhadores. São os trabalhadores que produzem a riqueza do agronegócio uma vez que colocam em movimento os meios de produção (maquinas, matéria prima e ação humana). Os proprietários capitalistas são os donos do capital, dos meios de produção e da força de trabalho, mas quem produz a riqueza é a ação humana a partir do trabalho. A única forma de criar novo valor é colocar o trabalho humano em movimento, pois apenas a ação humana trabalho tem o potencial de transformação de capital em novo valor, em mais-valor.



Dessa maneira, importante trazer presente a realidade dos trabalhadores e as condições de trabalho no estado de São Paulo e na região. No ano de 2021 onze (11) novos brasileiros se tornaram bilionários e estão ligadas as atividades do agronegócio. Ao mesmo tempo aumenta-se a fome e a pobreza no país. A produção de mais valor é realizada coletivamente pelos trabalhadores, mas a apropriação é absolutamente privada por grandes monopólios privados. A concentração da terra, renda e poder são históricas no país e continuam a reproduzir na mesma escala e proporção que se desenvolve o movimento do capital.

Neste sentido, caracterizar-se-á o ordenamento das classes sociais no campo, a fim de compreender o sujeito trabalhador do campo. A classe trabalhadora presente no trabalho rural assalariado, na atualidade, é composto pelo clássico proletariado rural (desde os estratos camponeses, pequeno proprietário, pequeno arrendatário, posseiro, assentado, seringueiro, assalariado, diarista, desempregado, pescador, indígena, quilombola, mineiro/garimpeiro, volante, extrativista/pescadores/coletores e demais categorias que estão inseridas na produção agropecuária, pesca ou mineração, pela condição de assalariados rurais). Por outro lado, a classe oposta é a dos proprietários capitalistas, a qual é composta de grandes proprietários de terras que aplicam capitais na agricultura e que por sua junção de capitais e aplicação nas atividades de agricultura, denominados agroindustrial – que são formados pelo capital financeiro, industriais, latifundiários, empresários de diversos ramos -, de forma geral são grandes proprietários capitalistas donos dos meios de produção, que usufruem do trabalho do proletariado rural na geração de riquezas, as quais são apropriadas privadamente, mediados pelo pagamento de um salário ao trabalhador, que tem como função realizar diversas atividades da agricultura em diferentes condições de trabalho.

As regiões do estado de São Paulo são diferentes e diversas, mas o trabalho do corte de cana estabelece condições comuns para todas as regiões. O que há de comum para ambas é a intensa exploração nas relações de trabalho nas cadeias produtivas, seja a do açúcar e álcool, da laranja, eucalipto e demais. O trabalho é de superexploração desde o especializado nas diversas funções de processamento da agroindústria, como principalmente no trabalho manual da colheita. Ainda que exista elevado grau de mecanização nas colheitas de cana, ou laranja, há determinadas funções que a máquina colheitadeira não executa, como, por exemplo, a de cortar o

“toco” da cana ou de separar as laranjas maduras das verdes<sup>141</sup>. Descobertas de pesquisas recentes comprovaram que é no *toco* onde se concentra maior quantidade de sacarose, a qual aumenta a qualidade da produção de açúcar. Sendo assim, essa tarefa geralmente é feita pelo trabalho manual e em especial por mulheres.

O próprio metabolismo do capital se ocupa de criar as condições para a reprodução do trabalhador assalariado. O trabalhador das colheitas de cana e laranja geralmente são trabalhadores migrantes. Silva (1999)<sup>142</sup> faz um estudo sobre o trabalhador rural assalariado migrante no estado de São Paulo e percebe as origens destes, os quais eram expropriados em sua região de origem, e em consequência migravam, em particular, para as regiões nordeste noroeste e centro oeste do estado, em busca de trabalho nos canaviais e laranjais.

Com a reestruturação produtiva do capital no campo, uma das transformações no âmbito do trabalho foi o estabelecimento da produtividade do trabalho nos canaviais a partir da década de 1990, com a definição da produtividade por peça, (toneladas de cana colhidas diariamente), já que o salário é definido por rendimento na produção. A preferência passa a ser pela contratação de jovens no corte da cana, devido a maior vitalidade e força física, ou ainda aqueles trabalhadores com potencialidade acima da média para a colheita, com características de destreza, agilidade e habilidade.

Para Silva (1999) foi moldado um perfil de trabalhador no processo produtivo, selecionado pelas empresas, os quais passavam por uma domesticação de seus corpos.

Essas sutilezas do processo de trabalho de cana aumentam a necessidade do controle, da disciplina. Se as normas comportamentais expostas forem introjetadas pelos trabalhadores, torna-se evidente que o trabalho será bem feito mediante a domesticação o corpo e do espírito. A produção da figura do “bom cortador” contem germes de uma verdadeira segmentação do emprego de homens fortes, jovens e dotados de uma moral, que coincide com os desejos da usina. (SILVA, 1999, p. 206).

---

<sup>141</sup> Um dos motivos de não expansão da colheita com máquinas nos laranjais das grandes empresas citricultoras é porque a máquina colheitadeira não possui ainda inteligência artificial para separar as laranjas verdes das laranjas maduras. Por enquanto, seguem sendo feitas colheitas manuais em grande parte dos laranjais.

<sup>142</sup> Ver: SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do Século**. Editora Unesp, São Paulo: 1999.

Além do fator geracional, ainda há a predominância da exploração étnico-racial onde o sofrimento e o aviltamento nas relações de trabalho predominam sobre as contratações de cor de pele negra, geralmente excluído de postos de trabalho mais promissores. Para além disso, a domesticação dos corpos e do espírito para a naturalização da exploração faz parte de uma herança do método fordista<sup>143</sup> do século XX e do padrão de operário que era preciso formar com o corpo físico e espírito e mente, totalmente adestrados à uma disciplina rigorosa moral, do bom trabalhador, com rendimento produtivo, espírito dedicado ao trabalho e a devoção ao patrão. No trabalho no campo para o agronegócio há uma espécie de ‘operário padrão’ para o corte de cana que foi preciso domesticar.

Os ganhos por produtividade são baixos e se resumem quase que basicamente na garantia da cesta básica, pois é o máximo que o trabalhador consegue extrair a partir de sua produtividade, uma vez que o preço pago pelo seu trabalho é baixo e o preço dos alimentos se tornaram elevados e ainda, o avanço tecnológico impõe sempre mudanças aos padrões de produtividade aumentando jornadas de trabalho e ao mesmo tempo, impondo novas metas de produtividade, rebaixando o seu valor.

Além do mais, a força de trabalho migrante é cada vez mais presente nas contratações de produtividade por peça. Com a reestruturação produtiva, a partir dos anos 1990 intensificou-se a mecanização, modificou-se as formas gerenciais e de gestão do trabalho nos canaviais, associados a diminuição dos postos de trabalho, rebaixamento dos salários e desemprego. A força de trabalho migrante compete com a valorização da força de trabalho local, no sentido de “pressionar pra baixo” o valor da força de trabalho local. Assim, a concorrência se dá entre os próprios trabalhadores, motivadas pelo funcionamento do capital, mas isso não causa prejuízos diretamente para o proprietário, e sim, para a unidade na organização política dos trabalhadores.

No trabalho de pesquisa de Raquel Santos Sant’Ana (2012), “*Trabalho Bruto no Canavial: questão agrária, assistência e Serviço Social*”, a pesquisadora afirma que

---

<sup>143</sup> Ver: GRAMSCI, Antonio. *Caderno 22 (1934) Americanismo e Fordismo*. In: **Cadernos do Cárcere**. Volume 4. **Temas de Cultura, Ação Católica, Americanismo e fordismo**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2001.

um grupo de assistentes sociais fez um diagnóstico das mesorregiões com foco para alguns municípios da região de Ribeirão Preto: Altinópolis, Barrinha, Serrana, Américo Brasiliense, Araraquara, Dobrada, Guariba e Guairá. Em geral, os dados mostraram que a realidade destas famílias é comum para as demais regiões do estado. A maioria delas são consideradas de “vulnerabilidade social”, algumas de extrema miséria, demonstrando um conjunto de elementos comuns aos outros municípios que não abrangeram o foco prioritário da pesquisa.

Para Sant’Ana (2012), os dados coletados na pesquisa de campo revelaram que o principal usuário da política de assistência social era o trabalhador rural assalariado em todos os municípios pesquisados de pelo menos seis grandes regiões administrativas do estado de São Paulo. Do total das famílias pesquisadas, cerca de 102 formulários cadastrados no Cadastro Único do Governo Federal, cerca de 12,75% sobreviviam com  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Cerca de 40,20% sobreviviam com uma renda de  $\frac{1}{2}$  a um (1) salário mínimo. Outros, 26,47% viviam com 1 salário à 1 salário e meio (1 e  $\frac{1}{2}$ ). Os 8,82% possuíam de 1 salário e meio a 2 salários; cerca de 7,84% obtinham uma renda de 2 salários por mês e, por fim, 3,92 não declararam. (SILVA, 2009 apud SANT’ANA, 2012 p. 74).

Os assistidos pela Assistência Social eram aqueles que tinham sido dispensados pela mecanização do agronegócio e se encontravam na situação de desempregados temporários sendo contratados eventualmente para “bicos” ou empregos e salários informais. Para além destes fatores, a autora utiliza também os dados da Pastoral do Migrante (2009), que traz outras consequências de trabalho precarizado/explorado: cerca de 21 trabalhadores morreram por exaustão física no trabalho da cana no estado de São Paulo, no período de 2004-2008. Um índice bastante alto e preocupante.

Audiências públicas e vistorias foram feitas sobre as condições de trabalho por parte do Ministério Público devido ao aumento da incidência de *mortes por exaustão* física nos canaviais. A gravidade da situação aumenta na medida em que aumentam as exigências por produtividade<sup>144</sup> mediadas por baixo preço das toneladas colhidas,

---

<sup>144</sup> O ritmo de trabalho tem sido estabelecido pela meta de produtividade definido pelas usinas.

as quais, basicamente só alcançam mormente o custo da alimentação na sobrevivência da família.

Durante as Audiências Públicas, muitos relatos de trabalhadores confirmam o sofrimento durante o trabalho, as câimbras em todo o corpo, ânsias de vômito, que levam a desmaios e, até mesmo, à morte, como no caso dos 13 citados<sup>145</sup>. Alguns chegaram a mencionar jornadas de trabalho que chegam a 18 horas diárias, sobretudo nas atividades referentes a troca de turnos, como engate de tratores com a cana colhida pelas máquinas. [...]. (SILVA, 2006, p. 129 apud SANT'ANA, 2012, p. 71).

A autora (2012) elucida que na década de 1980 a meta de produtividade era de 5 a 8 toneladas de cana cortada por dia. Já na década de 1990 aumentou para 8 a 9 toneladas diárias por trabalhador chegando em 2004, de 12 a 15 toneladas/dia. A imposição sobre a média de produtividade é uma maneira de selecionar os mais produtivos, pois aqueles trabalhadores que não atingem a média são dispensados e demitidos, causando um clima de tensão sobre os que permanecem, cujo desespero é atingir a produtividade imposta, uma vez que o avanço tecnológico impõe novas metas de produtividade e os trabalhadores precisam do trabalho.

Os níveis de exploração impostos a esses trabalhadores são semelhantes a escravidão e guardam também forte semelhança com as condições de trabalho do início do capitalismo na Inglaterra, descritas por Marx; não só a força de trabalho está sendo consumida, mas a vida do trabalhador. (SANT'ANA, 2012, p. 71).

Os graus de superexploração são estimados a partir de alguns fatores, como o extremo, que são as mortes por exaustão física, as quais ocorrem pelo fato de o trabalhador gastar níveis de esforços físicos extremos exigidos para o corte da cana, somados à não reposição dos nutrientes e calorias perdidos no eito durante a jornada de trabalho, onde o excesso de peso, de movimentos do corpo, aliados ao suor excessivo eliminam nutrientes e minerais importantes do organismo que são eliminados pelos poros, os quais não são repostos na alimentação ou na hidratação.

---

<sup>145</sup> Para dimensionar a gravidade da situação: dois anos depois o número de mortes de trabalhadores já havia subido para 21 pessoas. [N.A.].

Com as situações de desidratação ocorrem as câimbras, diminuição da pressão arterial, desmaios, as vezes convulsões e podem ocasionar até mesmo a morte, as quais tem sido frequentes, dado que muitos trabalhadores já possuem histórico de má alimentação, de anemias, subnutrição, entre outros quadros clínicos, que elevam os riscos de morte pelo excesso de energia física gasta no processo de trabalho.

**Figura 35:** Trabalhador rural no corte manual de cana



Fonte: Repórter Brasil, 2013

Com a reorganização e reestruturação produtiva, novos padrões de produtividade foram impostos aos trabalhadores, que além do corte da cana, somam-se no conjunto de trabalhos necessários aos tratos culturais da planta, outros tipos de serviços, os quais caracterizam-se a seguir: - Limpeza no entorno dos pés da planta; eliminação do pendão, o qual não serve para a produção de açúcar por não conter sacarose; - Transporte da cana nos braços até a linha central (chamada 3ª linha) onde o trator fará a parte de carregar e transportar até o caminhão; - Organizar a cana em feixes nas linhas para possibilitar o carregamento mecanizado.

O jornal Repórter Brasil (22/10/2013)<sup>146</sup> afirma que existe a proibição do pagamento por produção no corte de cana e que as empresas devem pagar salários aos seus trabalhadores. Da mesma maneira, houve na justiça do trabalho o reconhecimento de que os trabalhadores do corte de cana devem se encaixar na categoria de segurados especiais, no entanto, essas iniciativas só vigoram no âmbito da legislação no papel, porque na prática ocorre o contrário.

Segundo F. Alves, no artigo “Por que morrem os cortadores de cana?”, também citado por Sant’Ana (2006), o autor argumenta:

Um trabalhador que corta seis toneladas de cana, em um eito de 200 metros de comprimento, por 8,5 de largura, caminha durante um dia, aproximadamente 4.400 metros de largura, despende aproximadamente 20 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 66.666 golpes no dia (considerando uma cana em pé, de primeiro corte, não caída e não enrolada e que tenha densidade de dez canas a cada 30 cm). (ALVES, 2006, p. 94 apud SANT’ANA, 2012, pag. 72).

Estamos abordando a quantidade média de seis toneladas no período dessa entrevista. Se levarmos em consideração o aumento da exigência de toneladas para 12 a 15 toneladas, esses esforços são feitos ao dobro!

Sem considerar ainda, as adversidades, como o sol escaldante que com o excesso de calor faz as películas de pó da cana se soltarem e grudarem na pele, o que é bastante comum causar alergias na região do rosto e pescoço. Por outro lado, quando a cana é queimada dias antes da colheita, há o empecilho da fuligem, altamente maléfica para a saúde, causando diversos problemas respiratórios e pulmonares. A chuva também causa transtornos no rendimento do trabalho, porque o chão fica liso, (escorregadio em locais de declive onde a máquina não entra), assim como dificulta agarrar o facão molhado, o feixe, a roupa encharcada grudada no corpo causando desconforto para a mobilidade e agilidade, entre outros aspectos. As capas atrapalham os movimentos, de maneira que o trabalhador trabalha embaixo de chuva

---

<sup>146</sup> Ver: <https://reporterbrasil.org.br/2013/10/justica-confirma-proibicao-de-pagamento-por-producao-no-corte-de-cana/> - acesso em 27 de abril de 2021.

sem a proteção o dia todo. Muitos trabalhadores preferem não parar nos dias de chuva, para não ter os dias descontados no pagamento.

Para além disso, é comum encontrar ou ser picado por aranhas, escorpiões ou cobras no meio do eito. No caso de algum acidente de trabalho grave (cortes profundos ou picadas de insetos), com algumas poucas exceções não há ambulâncias e nem pronto socorro próximos as lavouras. Muitas vezes a distância é de mais de cinquenta quilômetros para atendimento médico.

Para Sant'Ana (2012) apud Alves (2006):

Além de andar e golpear a cana, o trabalhador tem que, a cada 30 cm, abaixar-se e contorcer-se para abraçar e golpear a cana bem rente ao solo e levantar-se para golpeá-la em cima. Além disso, ainda transporta os vários feixes de cana cortados para a linha central. Isto significa que ele transporta, em seus braços, 6 toneladas de cana em montes de peso equivalente a 15 kg, a uma distância que varia de 1,5 a 3 metros, ou seja, durante parte dos 4.400 metros percorridos em um dia ele não está apenas caminhando, ele está abaixando, contorcendo e/ou carregando peso.

Tudo isso evidencia que os casos de morte por exaustão física não estão desconectados de outros fatores relacionados à necessidade vital de reposição da energia física do trabalhador, a qual não é considerada na jornada de trabalho. O depoimento médico<sup>147</sup> sobre os casos de câimbras no corte de cana confirmam o seguinte:

Quando um trabalhador é submetido a uma carga de trabalho e seu físico não está acostumado, se ele ficar debilitado ou se for portador de uma doença preexistente, uma cardiopatia, ele pode ter uma morte súbita se submetido a trabalho excessivo com sudorese. A transpiração excessiva provoca a perda de eletrólitos, se sais do organismo. Se você pegar a camisa de um trabalhador ela chega a estar branca por causa da perda de sais. A câibra é o primeiro sintoma de quando você tem um distúrbio hidroeletrólítico. A câibra é o acúmulo de ácido láctico na musculatura. Ele fica todo contorcido, parece um possuído. Pra você ter uma ideia, é quase como uma convulsão. E dói, dói muito aquilo.

---

<sup>147</sup> “Médico de Jaboticabal, entrevistado em 2005 por Novaes (2007, pag. 107-108), explica o que ocorre com os trabalhadores quando são acometidos por câimbras”. (SANT’ANA, 2012, pag. 73).



As câimbras fazem parte do cotidiano dos trabalhadores do corte de cana, devido ao excesso de energia física aliado ao fato da alimentação irregular, com ingestão de pouco potássio e um histórico de subnutrição. Somado a isso, são recorrentes as infecções respiratórias provocadas pela fuligem da queimada da cana, poeira, dentre outros fatores. Uma pesquisa feita por Parra<sup>148</sup> (2009) apud Sant'Ana (2012) As sinusites também são recorrentes em períodos de frio, pneumonias, bronquites, inflamações de ouvido e garganta; e no verão as infecções intestinais são recorrentes, devido qualidade da água consumida, vírus e bactérias presentes nos espaços de alojamentos, origem da alimentação, sol muito forte, infecções gástricas e verminoses, etc.

São ainda comuns, por exercer atividades com excesso de peso, as hemorroidas, ulcera, lesões por esforços repetitivos (LER). Interessante expor aqui, a pesquisa<sup>149</sup> feita por Parra, na qual a autora classifica os grupos de ocorrências de problemas de saúde dos trabalhadores do corte de cana, classificados por grupos de doenças, sendo o Grupo 1 – doenças das vias aéreas superiores e inferiores: faringites, gripe, inflamações de garganta e ouvido, bronquite, pneumonia, tosse, etc. É o grupo de segunda maior incidência que corresponde a 24% do total de prontuários pesquisados. Grupo 2 – doenças do aparelho digestivo: gastrite, ulcera, esofagite, diarreias, epigastralgia, dispepsia, hemorroidas etc. Constava de 8,3% dos prontuários. Grupo 3 - doenças ortopédicas (pelo uso de botinas e botas com pouco conforto): bursites, lombalgias, artrites e artroses, hérnia, tendinites, cervicalgia, artroalgia, mialgias, etc.- sendo esse o grupo de maior incidência nos casos de doenças – 28,8% - quase 30%. Grupo 4 – doenças do aparelho urinário e genitais: calculo renal, dores em região genital, rins e aparelho urinário, doenças venéreas etc. cerca de 3,3%. Grupo 5 – doenças do aparelho circulatório e muscular: cefaleias,

---

<sup>148</sup> Pesquisa realizada para o mestrado em Serviço Social na Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp, campus de Franca. A pesquisadora trabalhou como assistente social na empresa Aplanca (Associação dos Plantadores de Cana) e na Copama (Cooperativa Agrícola de Monte Aprazível), analisando os prontuários médicos dos 1.500 trabalhadores (quase todos migrantes), contratados pela cooperativa e fazendo levantamentos de dados, na safra de 2006/2007, ela conclui que são recorrentes os problemas de saúde. De 10% dos prontuários analisados, incluindo cerca de 150 pessoas, foram registradas mais de 820 ocorrências demonstrando que um trabalhador adoce muitas vezes, mais de cinco vezes por pessoa por safra. (Sant'Ana, 2012, pag. 74).

<sup>149</sup> Ver: PARRA, T.V. **O adoecimento dos trabalhadores no processo de trabalho: a situação dos cortadores de cana na região de Monte Aprazível/SP**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2009.

hipotensão, hipertensão, fraquezas, falta de apetite, vômitos, dormência, câimbras, etc. este grupo teve a incidência de 18, 3%. Grupo 6 – alergias, infecções e intoxicações: dermatites, intoxicações alimentares ou por agrotóxicos, afecções da pele, conjuntivites, furúnculos, etc. a incidência deste grupo é de 5,1%. E por fim, Grupo 7 – acidentes de trabalho: lesão ou torções de membros superiores, lesão ou torções de membros inferiores, lesão condro-esternal, lesão no pescoço, lesão pós-queda, traumas ou lesões no olho, queimaduras, cortes, etc. Correspondem a 12% dos formulários médicos pesquisados.

Importante salientar que há alguns quadros de doenças psicossomáticas que são derivadas de condições emocionais e nervosas da condição de migrante explorado em terras desconhecidas. A autora conclui que durante o período de observação, como profissional assistente social, constata-se, que ao final das safras, os trabalhadores migrantes estavam não só doentes fisicamente, mas também abatidos emocionalmente ou deprimidos. (Sant'Ana, 2012, p. 75).

Os equipamentos de proteção individual corroboram para os problemas de saúde uma vez que:

O trabalhador usa vestimenta composta de botina com biqueira de aço, perneiras de couro até o joelho, calças de brim, camisa de manga comprida com mangote, também de brim ou malha, luvas de raspa de couro, lenço no rosto e pescoço e chapéu ou boné. Esse dispêndio de energia sob o sol, com essa vestimenta, faz os trabalhadores suarem abundantemente, perdendo sais minerais. A perda de água e sais minerais leva a desidratação e a frequente ocorrência de câimbras, que começam em geral, pelas mãos e pelos pés, avançam pelas pernas e chegam no tórax, acometendo todo o corpo, o que os trabalhadores denominam de “birola”. Essa câimbra provoca fortes dores e paralisia total do trabalhador [...]. (ALVES, 2007, p. 34 apud Sant'Ana, 2012, p. 73).

Geralmente a atividade do corte de cana está relacionada a uma idade de até no máximo 40 anos. Os que continuam até os cinquenta ou sessenta anos iniciaram mais tarde a atividade. Dos que iniciam com 20 anos só conseguem ter mais 20 anos de vida produtiva no trabalho devido a extenuante jornada e os problemas de saúde dela decorrente. Essa fase dos quarenta aos sessenta e cinco, idade em que o trabalhador rural se aposenta, é a fase mais difícil da sobrevivência, devido não estar mais com saúde apta para outros tipos de trabalho.

Interessante observar o quanto estes dados são semelhantes as questões de saúde dos operários da classe trabalhadora inglesa, descrita por Engels no clássico estudo sobre “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*”<sup>150</sup>. As causas das doenças e a potencialidades para o adoecimento são as mesmas, em condições históricas diferenciadas. Assim como a situação dos migrantes e imigrantes descritas por Engels também se assemelha, e faz parte da lógica do capital de dar mobilidade a força de trabalho fazendo-as migrar em busca de trabalho em outras regiões do estado, país ou outros países, contribuindo assim, dentre outros fatores, para rebaixar o valor da força de trabalho local.

No caso dos trabalhadores que são residentes não migrantes, possuem o perfil<sup>151</sup> muito similar ao migrante. Há casos de migrantes no Estado de São Paulo, que vivem no estado e não são paulistas de origem, mas vieram de várias outras regiões do país há algumas décadas (desde os anos 1970 e 1980) e se estabeleceram nos municípios e nas regiões produtoras de café ou cana.

Os que já se estabeleceram e criaram raízes, geralmente moram em conjunto habitacional da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) nas cidades e são empregados rurais. Possuem baixa escolaridade ou nenhuma, a maioria fez até os primeiros anos do ensino fundamental (1ª a 4ª série). Uma pequena parte com perfil mais jovem concluiu o ensino fundamental (antiga 8ª série, atual 9º ano). Raros são os trabalhadores que possuem ensino médio. A maior conquista para os trabalhadores rurais é ter a casa própria. A família já não é tão numerosa, sendo no máximo a média de 4 a 5 filhos, os quais, os mais velhos deixam de estudar para ajudar no complemento da renda da família. A casa, por se tratar de conjunto habitacional, possui energia, rede de tratamento de esgotos e água. Essa situação é similar e praticamente as mesmas que os paulistas de origem, os quais vivem nas mesmas condições.

Há também uma parte considerável destes trabalhadores que não puderam se estabelecer em casas próprias de programas de habitação e são moradores de favelas, periferias, onde a situação é ainda mais precária: por não ser terreno

---

<sup>150</sup> Ver: ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Boitempo, São Paulo: 2008.

<sup>151</sup> Ver: SANT’ANA, Raquel Santos. **Trabalho Bruto no Canavial: questão agrária, assistência e Serviço Social**. Cortez Editora, São Paulo: 2012.

“legalizado”, fruto de ocupação “irregular”, não há tratamento de esgoto, energia ou distribuição de água via sistema formal. As moradias são barracos e cortiços, em péssimas condições e a composição familiar, geralmente possui problemas estruturais de ordem emocional, econômico, etc., devido à pressão e violência do Estado pelas condições de informalidade e ‘ilegalidade’, com elas a falta de acesso a benefícios e programas sociais de cidadania mínima.

O lazer para os cortadores de cana quase não existe, pois os trabalhadores não possuem disposição de gastar energias e nem os poucos recursos poupados com sacrifício. Preferem repor as energias no final de semana, assistindo televisão, ouvindo música, ou preferem um almoço com a família, e, no máximo, ir à igreja ou passear na cidade com os filhos. Ir ao boteco somente aos sábados pois a domesticação dos corpos não permite (assim como na moral fordista) que o trabalhador faça dispêndio de energias com bebidas alcoólicas e não esteja apto para o trabalho nos dias de semana. Ainda que o consumo do álcool e do *crack* seja elevado entre os cortadores de cana, sobretudo do *crack*, que funciona como anestésico à realidade: “com uso do *crack* o trabalhador sente apenas estímulo para o trabalho, não sente dor, fome, cansaço e nem saudade...”. (Relato oral<sup>152</sup> de trabalhador em conversa informal com a pesquisadora em Ubirajara/SP – 12/10/2019).

Sobre o sonho de futuro, de forma geral, o mesmo está relacionado ao sonho da aposentadoria, conquistar uma moradia ou reformar, e ainda, o mais importante, poder estudar os filhos. A pesquisadora relata um único caso de um filho de cortadores de cana que conseguiu estudar numa faculdade particular e isso foi considerado como uma grande honra para os familiares, vizinhos e amigos.

Um fato curioso no relato de Sant’Ana (2012) é no âmbito da consciência política e ideológica e isso reflete a luta de classes no campo: geralmente os trabalhadores do corte de cana se conhecem no município de origem porque trabalham no mesmo município ou vizinhança há anos (com exceção dos migrantes que oscilam muito nas idas e vindas), viajam no mesmo transporte, trabalham nas mesmas fazendas, compartilham a mesma vivência, são contratados pelo mesmo

---

<sup>152</sup> Perguntado ao informante se poderia fazer uso público de elementos da conversa para uma pesquisa de doutorado sobre o tema, houve o consentimento do mesmo, numa condição de se manter anônimo.

*gato*, etc. Ocorreu que um pequeno grupo destes trabalhadores aderiram uma das ocupações de terra junto ao MST, que ocorria num município vizinho, e o fato foi reprovado veemente pela maioria dos demais trabalhadores que continuaram no corte de cana, devido à “má índole de invadir terra e tomar o que é dos outros”. Enquanto que na opinião dos cortadores que aderiram a luta pela terra, para esses trabalhadores, nunca sentiram tanta sensação de justiça e liberdade!<sup>153</sup>

#### **4.3.2 – Situação dos trabalhadores rurais na colheita da laranja:**

A colheita de laranja é ainda realizada manualmente em virtude de que as laranjas de uma mesma árvore não necessariamente amadurecem no mesmo período, o que dificulta a mecanização da colheita. Um coletor “experiente”, segundo a CitrusBR (associações de exportadores) pode colher até 3.000 Kg de laranja por dia e, na época da colheita, são contratados significativos contingentes de mão de obra temporária. Geralmente o período de colheita é a partir de novembro e neste período, são contratados trabalhadores chamados temporários (volantes), os quais representam cerca de 80% do total de pessoas ocupadas na citricultura. No entanto, o mercado de trabalho temporário do setor, embora seja intensa a mão de obra na citricultura, os trabalhadores em geral são pouco especializados e, além disso, os coletores são submetidos a condições de trabalho precárias e de superexploração.

Segundo dados do Instituto Observatório Social (2013) através do dossiê organizado pelas entidades DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), CUT (Central Única dos Trabalhadores), sobre a situação<sup>154</sup> do trabalho e dos trabalhadores na laranja no Estado de São Paulo, o estudo apontam a seguinte realidade:

Os trabalhadores rurais no estado de São Paulo são, em sua maioria, migrantes – que sofrem discriminações – e moradores das periferias

---

<sup>153</sup> Ver: Sant’Ana, Raquel Santos. **Trabalho Bruto no Canavial: questão agrária, assistência e Serviço Social**. Cortez Editora, São Paulo: 2012

<sup>154</sup> Para além do dossiê do IOS, a pesquisadora também vivenciou a situação dos trabalhadores do corte da laranja, em dada situação em que fez parte, junto com sua família, da colheita de laranja no município de Cabrália Paulista, limite de município com Piratininga/SP e Duartina/SP. A pesquisadora observou in loco os elementos do dossiê no trabalho explorado, junto aos trabalhadores.

de municípios próximos aos laranjais. Traçando um perfil de trabalhadores da laranja, a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) de 2010 verificou que, em sua maioria, trata-se de homens (embora a presença das trabalhadoras seja expressiva), em faixa etária de 30 a 49 anos, possuem ensino fundamental incompleto e auferem, em média, de um salário mínimo (estabelecido pelo Governo Federal, de R\$ 510,00 em 2010) e meio a dois salários mínimos, sendo que a remuneração é diretamente proporcional à produtividade do trabalhador. Para que o salário atinja o valor de um salário mínimo, o trabalhador deve colher, por dia, 90 caixas de laranja – cada caixa é remunerada em cerca de R\$ 0,36.43 (IOS, 2013, p. 80)

Na região centro oeste paulista (assim como as demais), também absorve em grande medida o trabalho migrante de trabalhadores vindos de outras regiões do país, com destaque também para a região Nordeste. O estudo feito pelo Instituto Observatório Social (2013) aponta que diferentemente das contratações feitas nas áreas urbanas<sup>155</sup> onde o trabalhador vai até uma oficina, escritório, firma, etc., a contratação dos trabalhadores para a colheita da laranja na maioria das vezes é informal. O responsável pela seleção é o chamado “turmeiro” (ou “gato”). Diferente de outras contratações e admissões de emprego, a seleção não é realizada dentro da empresa ou por uma agência de recolocação, com critérios formalmente estabelecidos, mas sim por uma pessoa que exerce as atividades de seleção de trabalhadores fora das dependências da empresa para a qual trabalha. Muitas vezes se dá informalmente na rua, na casa do turmeiro, no boteco, no meio da rua, etc. Na região de Bauru, Duartina, Cabrália, Lucianópolis e Ubirajara, onde concentra maior parte dos laranjais, totalizando as várias fazendas, há períodos de se ter até 2.000 trabalhadores ou mais empregados nas safras.

Se comparado com as formas de contratação mais tradicionais encontradas em centros urbanos onde o trabalhador procura por vagas de emprego, este esquema é híbrido já que o turmeiro não é uma agência de colocação profissional, pois é contratado pela empresa para selecionar os trabalhadores. [...]. Atualmente, há cerca de quatro turmeiros da LDC atuando na cidade de Duartina/SP. Houve uma reclamação em relação ao pagamento prometido pelo turmeiro, segundo os trabalhadores ele prometeu que os rendimentos

---

<sup>155</sup> Geralmente o trabalhador vai a uma empresa oferecendo- se para trabalhar ou consegue um emprego por meio de agências privadas de recolocação profissional, além disto, o trabalhador pode ser empregado via sistema público de intermediação de mão-de-obra existente no país. (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2013)

chegariam a R\$2.000,00 mensais, o que não aconteceu. (IOS, 2013, p. 88)

Os trabalhadores são moradores destes municípios ou os migrantes se instalam nos mesmos durante o período entressafra. Ubirajara é um caso clássico de instalação de migrantes nestes períodos. Os armazéns, mercados, lojas, aumentam os preços consideravelmente para também lucrar com a temporada. Na realidade os migrantes retornam com poucos ganhos, pois a maior parte de sua renda fica no mercado local. As empresas LDC (Louis Dreyfus Commodity) e Cutrale estão nestes municípios pequenos, destacando Duartina onde tem uma unidade industrial. Esses trabalhadores saem de suas cidades e exercem também a colheita em outros municípios onde são transportados de ônibus para as fazendas. De acordo com a Instrução Normativa<sup>156</sup> há uma série de condições que devem ser preenchidas pelo empregador para transportar trabalhadores) segundo o TSE (Tribunal Superior Eleitoral, p. 101)<sup>157</sup>, mas como essas normas são vigiadas pelo próprio turmeiro, há negligência, em muitos casos, em favor da empresa. São comuns casos de acidentes de ônibus com trabalhadores rurais devido as práticas ilegais de transporte em situação irregular.

A rotina da jornada na colheita de laranja tem início por volta das 6h30 da manhã e o almoço é realizado nas vias que separam os quarteirões de plantio, haja vista que nos ônibus, que seriam os locais mais adequados às refeições (já que na maioria não existem barracões), também não possuem abrigos contra o sol, mesas e assentos, instalações sanitárias, água, entre outros. O uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), apesar de obrigatório, não é feito com a regularidade necessária, o que se complica em função da má qualidade dos equipamentos oferecidos pelas empresas, por exemplo, com ajustes ao corpo ineficientes, mesma situação dos cortadores de cana.

---

<sup>156</sup> Instrução Normativa é o meio que uma instituição pública tem para expedir normas que dizem como um determinado trabalho deve ser executado por um agente público. (IOS, 2013, p.89)

<sup>157</sup> 137 De acordo com a Secretaria de Inspeção do Trabalho em sua Instrução Normativa nº76, para transportar trabalhadores para exercer atividades em localidade diferente da sua origem são necessários documentos como Certidão Declaratória de Transporte de Trabalhadores (CDTT), devidamente protocolada pela Secretaria Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) e relação nominal dos trabalhadores contratados. Tais documentos devem estar no veículo de transporte e no local de trabalho. 2013, p. 89

Com frequência a colheita realiza-se nos mesmos horários e locais que as aplicações de fungicidas (agrotóxicos), o que desencadeia alergias e outras doenças (dores de cabeça, náuseas, coceiras e irritação na garganta. Também se destaca, na maioria dos casos, os problemas de coluna devido a sacola que é carregada no ombro, tendo que com ela subir e descer escadas para apanhar os frutos e preencher os bags quando estiverem cheias. Os afastamentos em decorrência de problemas de saúde são comuns, porém algumas empresas recusam-se a remunerar os trabalhadores em situação de licença médica. Nessa atividade, assim como na colheita da cana, há o risco de contato com animais peçonhentos, sendo estes responsáveis por ocorrerem quedas dos trabalhadores das escadas, devido ao susto ou as picadas. Outra ocorrência que tem sido realidade é a perfurações de olhos com os espinhos das laranjeiras.

Os frutos colhidos são colocados na sacola carregada ao corpo. Cheias, são depositadas no chamado “bag” (uma sacola que comporta em torno de 30 caixas de laranja). No “bag” é feita a medição (pesagem) de quantas caixas o trabalhador colheu por dia. De acordo com os trabalhadores aqueles que conseguem colher mais chegam a encher entre oito e nove “bag”. É realizado muito esforço físico, além de que é necessário ter muita agilidade para subir e descer escadas com a sacola cheia para encher os bags, nesta quantidade de caixas colhidas. Há relatos de que muitas vezes, na jornada, o trabalhador nem almoça, sendo que a lei (Artigo 71 da CLT) garante 1 hora de intervalo de almoço individualmente para cada trabalhador. (I.O.S. 2013)

Geralmente nos períodos de entressafra, as fazendas mantem alguns trabalhadores para realizar a limpeza, preparo da terra e outros serviços. Os demais trabalhadores são demitidos, e vão trabalhar em outros postos como na cultura de limão, abacaxi e construção civil. A maioria sai atrás de bicos mesmo durante a safra em busca de outras atividades remuneradas (“bicos”) para complementar a renda.

Para o Observatório Social (2013), em entrevista realizada com os trabalhadores, demonstrou-se que, (assim como na colheita da cana), os fatores que importam na hora da contratação, dentre eles, é a produtividade do trabalhador. “Se tem um que colhe 50 caixas e um que colhe 200 caixas por dia, o “turmeiro” vai querer contratar o que colhe mais. A mesma opinião é compartilhada pelos trabalhadores da LDC e Cutrale, mas eles acrescentaram que não perder dias de serviço (não



apresentar muitos atestados médicos) também influencia na contratação. Em muitos casos, os turmeiros exercem forte pressão psicológica sobre os trabalhadores, “fazem o jogo da empresa”, os tratam mal e os ameaçam com a possibilidade de inclusão na “lista negra” (não serem contratados na próxima safra), e isso também se verifica caso venham a fazer contato com representantes sindicais, contribui para que entrem para a chamada “lista negra” em que são listados os trabalhadores indesejáveis, sejam os que não tem alto rendimento na produtividade, sejam os que fazem contato com sindicatos ou denúncias para a Justiça do Trabalho.

As funções do “gato”, do “consórcio” e recentemente do “turmeiro” (ambos têm a mesma função, só mudou a nomenclatura depois que o “gato” foi proibido pelo Ministério Público, devido a pratica aliciadora de trabalho mal remunerado), mas o objetivo continua sendo o mesmo: terceirizar a colheita, buscando retirar a responsabilidade das empresas para com os(as) trabalhadores(as), com consequências de redução nos salários e precarização das condições de trabalho. Muitas vezes, até os ônibus que transportam os(as) trabalhadores(as) aos pomares são de propriedade do turmeiro, que normalmente é contratado como trabalhador assalariado pela empresa para realizar essa tarefa e também chega a receber comissão por cada caixa de laranja colhida pelos(as) trabalhadores(as). Falta ainda a transparência na pesagem das laranjas por parte das empresas. Elas formam o mesmo sistema de trabalho. Os trabalhadores migram de uma empresa para outra na tentativa de ser melhor remunerado, mas o sistema de normas trabalhistas é o mesmo para todas. Na região elas também dialogam entre elas e mantem-se informadas sobre o comportamento dos trabalhadores, se algum trabalhador levou o caso para a justiça as outras também não empregam este trabalhador.

Na mesma situação que os trabalhadores da cana, os trabalhadores da laranja têm dificuldade de saber qual o volume da porcentagem de produção colhida no dia. Em muitas fazendas as empresas não discriminam o valor obtido por dia e o quanto se ganha individualmente por produção, o que torna difícil para o trabalhador saber qual seria o valor real do dia trabalhado e quanto ele ganhou de produtividade. “Deixar claro no holerite o valor do salário do trabalhador e o valor de sua produtividade facilitaria a identificação das partes que compõem o salário do trabalhador mensalmente e ainda mostraria que a empresa é transparente no trato com os seus funcionários. Esta conduta de falta de transparência tem causado pedidos de

demissão por parte dos trabalhadores como mostra o relato de um trabalhador da Citrosuco S/A Agroindústria: "Eu pedi para sair, a gente trabalha sem saber o preço da caixa da laranja no dia". (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2013, p.90)

Um outro elemento comum, em relação ao trabalho na cana, são os trabalhadores migrantes contratados. O "turmeiro" viaja para outros municípios (às vezes no mesmo estado, e na maioria das vezes em estados diferentes, sobretudo do Nordeste, como Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Paraíba) e traz os trabalhadores(as) como autônomos, para a colheita de laranja, alegando que eles são trabalhadores por conta própria. Nesses casos o turmeiro não os registra, e "quando dá algum problema são eles quem assumem a condição de vinda."<sup>158</sup>. (IOS, 2013 p. 93)

Percebe-se similaridades com os trabalhadores cortadores de cana de açúcar, uma vez que a reestruturação produtiva definiu padrões gerais para o trabalho tendo como características: aumentar a quantidade de trabalho, aumentar a jornada, pagando mais barato, organizar o trabalho por rendimento produtividade peça em compasso com a velocidade das máquinas, retroceder nos direitos legais trabalhistas e para isso, em conluio com os governos houve as reformas trabalhistas e previdenciária. Neste sentido, tais impactos recaem sobre os trabalhadores do campo e da cidade. No caso do campo, historicamente desprovidos de direitos trabalhistas e sociais básicos, permanecem em condições de aviltamento e superexploração.

A exploração do trabalho é inerente à lógica de funcionamento do capital os processos de estruturação, desestruturação ou reestruturação produtiva em seu metabolismo. A mesma lógica de superexploração se aplica para os cortadores de cana da região centro paulista. E o agravante é que no âmbito da organização política dos trabalhadores para a organização de greves, piquetes ou luta pela terra é incipiente e não há níveis de consciência política nem no âmbito reivindicatório, menos ainda no elevado nível de *consciência em si e para si*. Os pequenos germens da consciência que vai se transformando em consciência crítica despertando para a ação política são reprimidas pelos fiscais e gatos, através de chantagem, demissão, lista negra da empresa, ou mesmo violência moral e física tanto por parte de aliciadores e fiscais como diretores e chefes da empresa.

---

<sup>158</sup> Entrevista realizada em Duartina. I.O.S. 2013, p. 93

#### 4.3.3 – Trabalho escravo no corte de cana e laranja na região:

As empresas aproveitam-se do temor dos trabalhadores de irem para a *lista negra* e com isso impõem condições desumanas de trabalho e os mesmos se sentem obrigados a sujeitar-se. Numa denúncia sobre a Cutrale havia a contratação de 40 trabalhadores e trabalhadoras para a colheita na região de Borebi/SP, na Fazenda Santo Henrique. Os trabalhadores ficavam “amontoados, sem cama para dormir, sem água limpa, sem estrutura para fazer a refeição onde faziam refeições no chão, sem um banheiro, sem esgoto, condição sub-humana. Para um dos trabalhadores: *“E aí a gente pensa, isso não é escravidão? O Jornal da Cidade de Bauru noticiou tudo isso, pode procurar que encontra tudo explicado lá”*<sup>159</sup>. (IOS, 2013, p. 94)

No dia 26 de março de 2013 a Justiça do Trabalho condenou as gigantes do suco de laranja (Cutrale, Citrosuco/Citrovita e Louis Dreyfus Commodities) ao pagamento de indenização de R\$ 455 milhões por danos trabalhistas por terceirizar a contratação de trabalhadores rurais. Além do pagamento desta indenização, a decisão judicial obriga as empresas a encerrar, no prazo de seis meses, a terceirização de trabalhadores no plantio, cultivo e colheita nos pomares de laranjas, em terras próprias ou de fornecedores. Em caso de descumprimento do prazo, a multa diária prevista é de R\$ 1 milhão. De acordo com a própria CitrusBR, a maioria dos 200 mil trabalhadores na cadeia do suco de laranja é terceirizada, contratados pelos produtores de laranja e não diretamente pela indústria fabricante do suco. (I.O.S., 2013. p. 34).

A denúncia veio à tona em 2010 com o surgimento de cooperativas responsáveis pela colheita de laranjas, que estariam atuando na contratação de terceirizados, sem o conhecimento dos trabalhadores sobre a forma de trabalho. As empresas estariam lucrando sobremaneira ao fiscalizar os pomares e controlar as entregas, sem, contudo, arcar com qualquer responsabilidade acerca do trabalho nas lavouras, uma vez que os trabalhadores “eram autônomos”. Mantida a sentença, mais de 20 mil trabalhadoras e trabalhadores deveriam ser contratados pelas empresas e

---

<sup>159</sup> Refere-se às reportagens veiculadas pelo Jornal da Cidade. Disponíveis em <https://www.jcnet.com.br/noticias/regional/2012/12/362347-cutrale-e-novamente-denunciada.html> - visitado em 14 de novembro de 2020.

ter suas carteiras de trabalho registradas. A decisão foi resultado de uma ação civil pública movida em 2010 pela Procuradoria do Trabalho do Estado de São Paulo.

A sentença também apontou críticas ao setor industrial, definindo-o como um “mercado cartelizado”, configurado com prática de “oligopsônio, em que, no máximo, três ou quatro grandes compradores ditam e impõem as suas regras a todos os fornecedores [produtores de laranja], que não têm o mínimo poder de negociação”. A multa por dano social é a soma a ser paga pela Cutrale (R\$ 150 milhões), Louis Dreyfus Commodities (R\$ 55 milhões), Citrovita (R\$ 60 milhões) e Citrosuco (R\$ 135 milhões). A sentença também impõe às empresas o pagamento de mais R\$ 40 milhões por abuso de poder de defesa e, exclusivamente à Cutrale, outros R\$ 15 milhões de indenização por assédio processual, a serem destinados a campanha educativa. (I.O.S., 2013, p.94)

Em setembro de 2011, um ano depois, a Cutrale foi flagrada com 62 trabalhadores rurais em condições irregulares de trabalho em Itatinga/SP, onde, destes trabalhadores, pelo menos 32 viviam em alojamento irregular/ilegal. A fiscalização ocorreu após denúncia feita ao Ministério do Trabalho e Emprego e a investigação ocorreu em conjunto com o Ministério Público em Bauru (SP). Também teve multa por trabalho análogo a escravo em fazenda de laranja dos municípios de Ubirajara, Duartina, Piratininga e Lucianópolis<sup>160</sup>, na região centro oeste paulista.

De acordo com o chefe da seção de fiscalização do Ministério do Trabalho, Mário Tanaka, os trabalhadores foram aliciados por “gatos” (ou turmeiros, intermediadores na contratação) nos estados de Sergipe, Minas Gerais e Maranhão e levados a Itatinga, na região de Botucatu, sem contrato de trabalho assinado na cidade de origem, conforme prevê a legislação trabalhista brasileira. Aos trabalhadores havia sido feita a promessa de pagamento de R\$ 0,88 por caixa de laranja colhida, no entanto, na verdade, o pagamento efetuado era de R\$ 0,41”. (I.O.S., 2013, p.95)

No caso dos trabalhadores que vinham do Nordeste (Maranhão), as promessas do “gato” (ou turmeiro) incluíam salários de cerca de R\$ 1.200,00, transporte, alimentação e moradia digna em São Paulo, mas quando chegavam no destino, eram

---

<sup>160</sup> O MST ocupou a fazenda de laranjas da LDC para denunciar a prática de trabalho escravo, se solidarizar com os trabalhadores e reivindicar a área, uma vez que a C.F/1988 deve desapropriar imóveis com prática de trabalho escravo. Houve despejo na área ocupada.

alojados em situação precária, sem móveis básicos, com banheiros precários e chuveiro frio. “No dia da operação, 10 destes trabalhadores haviam tomado a decisão de regressar para o Maranhão e não foram encontrados na residência. Após o flagrante, representantes da Cutrale comprometeram-se a indenizar os coletores de laranja, providenciando as rescisões contratuais e seu retorno para as cidades de origem”. (IOS, 2013)

A situação dos antigos boias frias na região oeste de São Paulo, mostradas na pesquisa de Maria Conceição D’Incao nos anos 1970 do século XX, não se diferencia muito dos dilemas vivenciados pelos trabalhadores rurais das colheitas de laranja e cana na região centro oeste paulista nas primeiras décadas do século XXI. Mudaram as condições de exploração, algumas legislações trabalhistas causadas pelo neoliberalismo e pela reestruturação produtiva do capital, mas as raízes dos problemas que causam as desigualdades e as injustiças no campo, continuam os mesmos.

**Figura 36:** Trabalho escravo em Lucianópolis/SP



Fonte: Repórter Brasil, 18/12/20. (Foto: Grupo Móvel/Auditoria Fiscal do Trabalho).

A imagem acima é de parte de um grupo de 18 trabalhadores que foram resgatados por fiscais do Ministério do Trabalho, na Fazenda São Bento, em Lucianópolis/SP, próximo à semana do natal, em 2020. Situado próximo a Bauru, o município intensificou na última década a produção de citros. Segundo o jornal Repórter Brasil<sup>161</sup> que divulgou o flagrante, a laranja faz parte da produção que é fornecida para a empresa monopolista Citrosuco, da Votorantim, que por sua vez é fornecedora de suco para a Pepsi Co. O fornecedor da Citrosuco, Valmi Blanco Machado, dono da propriedade é fornecedor da Citrosuco há décadas e já passou por 30 autuações. Os contratos de fornecimento com grandes, médios e pequenos produtores também blindam as grandes monopolistas dos problemas judiciais e elas formam uma rede de blindagem para não ter que responder pelos crimes trabalhistas.

---

<sup>161</sup> Ver: <https://reporterbrasil.org.br/2020/12/grupo-de-18-trabalhadores-e-resgatado-de-trabalho-escravo-em-fazenda-de-laranja-que-fornece-para-a-citrosuco/> - acesso em 23 de março de 2021.

## CAPÍTULO 5

### O CAPITAL FINANCEIRO NA AGRICULTURA

#### 5.1 – Características do capital Financeiro na Agricultura

A partir da década de 1980 do século XX houve três movimentos importantes na agricultura brasileira os quais são analisados por Delgado (2012: 159) como *estruturação, desestruturação e reestruturação* da agricultura capitalista. Ele aponta que há pelo menos três fases cíclicas, identificadas: 1) a modernização conservadora no período da ditadura militar - estruturação; 2) o longo período de transição que a sucede durante a crise cambial que vai até 1999 - desestruturação e 3) fase atual dos anos 2000 da economia do agronegócio – reestruturação; revelam, segundo o autor, continuidades e mudanças recentes na história.

A principal continuidade é a permanência intocada da estrutura agrária, entretanto, houve mudanças importantes nos princípios jurídicos do direito de propriedade territorial rural (principalmente no que diz respeito a sua função social). Mudanças significativas também têm havido na relação aos complexos agroindustriais e da propriedade territorial relativas as estratégias de industrialização. Ainda: as estratégias de acumulação de capital no setor rural, articuladas interna e externamente, realizadas com base na estrutura agrária respondem às demandas de produção e repartição de excedentes econômicos ultra concentrados e vinculadas à concentração da propriedade privada, (processos estes aos quais estamos analisando em toda a tese como movimentos de concentração, centralização de capitais, monopolização das cadeias produtivas de poucas commodities, fusão das atividades agrícolas, industriais e bancárias e, também, o processo de internacionalização/mundialização da agricultura numa fase de mudanças conjunturais na dinâmica da dominação imperialista.

Após os anos 1980 houve alterações nas formas de financiamento, bem como, nas políticas creditícias do Fundo Monetário Internacional (FMI), como também na política de créditos do Conselho Monetário Nacional, os quais envolveram a

reestruturação no sistema de financiamento para o setor agrícola, *reestruturação* na questão agrária, assim como o impacto entre os diferentes grupos sociais e as suas dinâmicas no campo e na cidade.

As novas normas do Conselho Monetário Nacional, a partir de 1980 passam a ter interesse no setor agroindustrial, de comércio exterior e no mercado de terras, representando um segmento cada vez mais crescente da economia brasileira. O setor das cooperativas capitalistas também merece atenção a partir da década de 1980, uma vez que formaram aglomerados, monopólios, em diversos ramos da produção agroindustrial, sejam elas voltadas para o comércio exterior ou para o mercado interno. É o setor das cooperativas capitalistas, a exemplo da OCB que vai capitanear a burguesia em torno da construção do agronegócio, com a criação da ABAG em 1998.

As condições históricas concretas em que se deu a reestruturação da economia do agronegócio nos anos 2000 estão fundamentalmente ligadas à expansão da demanda por *commodities* em nível mundial. E ainda, a extração de matéria prima vinculada à *captura de renda fundiária*, faz com que o atual projeto de expansão primária se torne uma fonte de problemas a médio prazo. Tal especialização e espacialização primárias para as demandas do mercado mundial estão vinculadas à acumulação e apropriação privada de capital e as estratégias territoriais para a sua expansão.

A organização das empresas rurais, assim como suas ligações com o setor industrial, comercial, bancário e de serviços em geral, ampliou e muito, o grau de inserção do capital agrário, permitindo antever, já no ano de 1980, um grau de concentração da produção tal que: “obtem-se um indicador expressivo de 18, 72% do valor total da produção agropecuária e florestal nacional concentrado em pouco mais de cinquenta unidades centralizadoras de capital no campo. (DELGADO, 2012, p. 18)

Os dados acima mostram a concentração e centralização de capitais onde, ainda na década de 1980, quase 20% da produção da agricultura capitalista do país (agropecuária e florestal) estava concentrada em apenas cinquenta empresas. Verificou-se a partir das tabelas, no capítulo 4, sobre as 50 principais empresas que predominam nos monopólios das cadeias produtivas em 2018, 2019 e 2020, mostrando que essa concentração permanece e se intensifica.



Para Delgado (2012, p. 76), o processo de financeirização inicia de maneira germinal, com as políticas de crédito à agricultura capitalista, durante o período da modernização conservadora:

Estimulou-se a adoção dos pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura, mediando a adoção desses pacotes com mecanismos de seguro de preço e seguro do crédito à produção”. (DELGADO, 2012, p. 76).

Este processo ocorreu em sintonia com a *estruturação* da propriedade fundiária e empresariamento na agricultura, conforme visto no capítulo 2. A integração técnica da indústria que já havia ocorrido nos EUA, Japão e Europa Ocidental, no início do século XX<sup>162</sup>, ainda estava para ocorrer no Brasil nas décadas de 1960 a 1980, em condições muito diferentes. Ainda que a agricultura paulista tivesse ascendido a tais mudanças, dando um salto em relação ao restante do país, desde décadas anteriores, ainda assim, era uma expressão particularizada no contexto de um país dependente e periférico.

Para compreender atualmente o *capital portador de juros* e o processo de financeirização na agricultura, analisamos o processo que a agricultura vai se transformando a partir dos anos 1970, 80 e 90. Os meados dos anos 1980 e 1990 são marcados por uma conjuntura de desmonte do projeto de modernização conservadora da era militar, sem, contudo, estruturar condições econômicas e políticas para constituir uma nova estratégia de acumulação de capital na agricultura. Esse é o período da *desestruturação*. Para Delgado (2012) dois fatos significativos no início e no final dos anos 1980 irão demarcar a exaustão do modelo de crescimento econômico geral da época do regime militar: a grave crise cambial de 1982 e a promulgação da Constituição Federal de 1988. (DELGADO, 2012, p. 77).

No campo brasileiro a efetivação dessa estratégia econômica de reestruturação somente ocorrerá nos anos 1990 e 2000; quando a pauta exportadora passará por forte processo estrutural de reprimarização e *reestruturação*. As reformas neoliberais promovidas nos anos 1990, desmontaram importantes políticas agrícolas e estruturas

---

<sup>162</sup> Ver: GOMES DA SILVA, José. *A reforma agrária no Brasil*. GRAZIANO DA SILVA, José. *Viabilidade de uma Reforma Agrária em São Paulo*. VEIGA, José Eli da. *Reforma Agrária Hoje*. STEDILE, João Pedro. *A questão agrária e o socialismo*. IN: STEDILE, João Pedro. (Org.) **A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. 2ª ed. Expressão Popular, São Paulo: 2013.

internas de fomento produtivo e comercial e, com isso, abriram o comercio exterior em condições muito diferentes do que em décadas anteriores.

Para Delgado (2012, 86), estarrecedor é o mecanismo pelo qual se operou tais reformas.

O mecanismo pelo qual se processou a desmontagem da antiga política agrícola e comercial, entre 1983 a 2003, é um capítulo relativamente obscuro do chamado reconhecimento de passivos contingentes, ou “esqueletos” na linguagem popular, que na realidade significa a transferência publica mobiliaria federal, de uma enorme quantidade de débitos privados, contraídos junto a bancos públicos ou bancos privados, sob as condições anteriormente vigentes da política comercial. Esses passivos foram assim transformados, mediante generosa emissão de títulos da dívida pública, tendo em vista realizar ‘securitização’ de dívidas vencidas ou perdas e desvios de estoques junto aos bancos públicos e privados. (DELGADO, 2012, p. 86)

O autor esclarece ainda, que esse processo, de transformar a dívida privada dos latifundiários aos bancos em títulos da dívida pública da União<sup>163</sup> não se deu apenas em benefício do setor rural, mas para outros setores, como: os bancos públicos oficiais (PROES), bancos privados (PROER), fundos de pensão privados, INPS/IAPAS, BNH, setor elétrico, ferroviário, etc.<sup>164</sup> ou seja, a dívida privada dos grandes latifundiários aos bancos foi transformada em dívida pública!

Devido à baixa nas exportações agrícolas ao mesmo tempo em que se aumentou as importações do setor, o PIB agrícola e as exportações cresceram de maneira irrisória na segunda metade dos anos 1990.

A crise econômica do final de 1998 obriga o governo a mudar o regime cambial, leva-o compulsoriamente aos empréstimos-ponte junto ao FMI com todas as chamadas condicionalidades de tais operações. (...). E neste contexto relança-se a estratégia externa do agronegócio, reeditando em parte a política externa do período 1983/93, mas em novo contexto da economia mundial. (DELGADO, 2012, p. 90).

É nesse período do segundo governo FHC que se voltam as atenções para o agronegócio e para a reprimarização e a pauta de exportações como estratégia de

---

<sup>163</sup> Esse processo é escandaloso, e ocorre na agricultura capitalista brasileira, ou seja, a dívida do agronegócio aos bancos é negociada e assumida via títulos da dívida pública interna pelo Estado, e passa a ser dívida interna da União, que se torna de responsabilidade da classe trabalhadora, paga em forma de impostos. É a total garantia de que os bancos e nem os latifundiários vão ficar com o prejuízo.

<sup>164</sup> Para um importante análise documental deste processo ver Pego Filho e Saboya (2004). [N.A.]

saldos positivos na balança comercial. A mesma estratégia é continuada e ampliada pelo governo Lula e Dilma, Temer e até os dias atuais, no governo Bolsonaro, embora com políticas no âmbito do micro, diferenciadas.

O autor aponta ainda que, nos anos 2000 a “ideia-força” da acumulação de capital em múltiplos setores da agricultura: cadeias agroindustriais, mercado de terras e sistema de crédito -, sob patrocínio do Estado, retornará ao centro do debate das políticas públicas no Brasil, agora como estratégia econômica principal do comércio exterior, mas também como pacto da economia política no sentido clássico das frações de classes associadas politicamente, para captura do excedente econômico e particularmente da renda fundiária agrícola e mineral, a qual tem por referência a retomada do debate teórico do capital financeiro na agricultura.

## **5.2. - O funcionamento do crédito na agricultura:**

No contexto de economias rurais desenvolvidas necessita-se cada vez mais, e, a agricultura se torna também cada vez mais dependente do crédito bancário para a sua reprodução. O papel da política bancária em relação às taxas de juros, prazos, resgates, carências, preços mínimos de garantia, valores de custeio, produto e nível de tecnologia, entre outros, passa a ter importância fundamental para determinada produção em curto prazo. A política de crédito é correspondente a um fluxo de dinheiro que o capital antecipa aos produtores, corresponde também um fluxo no sentido inverso de compromissos de dívida desses produtores em relação ao sistema bancário, em forma de títulos hipotecários ou penhora sobre uma produção futura.

Para a economista Leda Paulani, em entrevista<sup>165</sup> para o Instituto Humanitas Unisinos (IHU), em outubro de 2008, afirma que:

Crédito e Capital Financeiro condicionam-se mutuamente. Quando o dinheiro serve não apenas para comprar mercadorias (bens, serviços, força de trabalho, máquinas etc.), mas igualmente para pagar dívidas

---

<sup>165</sup> **“Poder e Dinheiro: a flexibilidade do capital financeiro”**. Entrevista com a economista Leda Paulani para o Portal do Instituto Humanitas Unisinos/IHU, Edição 278, 20/10/2008. Disponível no site: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2245-leda-paulani-3> - acesso em 25 de outubro de 2020.

(e também comprar honra, consciência, enfim tudo aquilo que seja adaptável à forma preço), Marx diz que ele se transforma em meio de pagamento geral, e se ele funciona assim é porque já estão em cena credores e devedores. Aquele que fornece crédito é ao mesmo tempo o detentor de uma forma especial de capital, que Marx chama de capital portador de juros, e que mais popularmente é chamado de capital financeiro. (IHU, 20/10/2008)

No caso da agricultura, os bancos sozinhos ou em conexão com o Estado definem um conjunto de parâmetros financeiros que devem funcionar no ano-safra como balizador da produção rural. “Neste contexto, o papel da política bancária, ou ainda, do Estado exercendo funções bancárias (caso do BNDES), torna-se fundamental à formação das expectativas do que e quanto produzir de cada produto” (DELGADO, 2012, p. 10).

As empresas integradas verticalmente na agricultura e na indústria, como é o caso das corporações, das cooperativas centrais de comercialização rural, e os ramos agrícolas integrados com o comércio, obtêm condições privilegiadas aos canais de financiamento do crédito rural e principalmente aqueles destinados para a exportação. Além disso, o poder de monopólio destas empresas, combinado aos benefícios diferenciados da política agrícola lhes proporcionam margens de lucratividade maiores e melhores.

*A integração de capitais*, entendida como forma de fusão de capitais agrários, industriais, comerciais e bancários, conjugada ao apoio financeiro dessas corporações no âmbito da política governamental, representa uma maneira particular de articulação do capital financeiro com a agricultura. (DELGADO, 2012, p.29)

Para entendermos o papel dos bancos na agricultura: existe um padrão de funcionamento do financiamento rural com predominância dos bancos estatais, favorecimento de taxas de juros, entre outros aspectos da política financeira que orienta a produção agrícola pautada no crédito rural. O padrão de financiamento da agricultura brasileira via crédito rural sofreu esgotamento nos anos 1970 e nos anos 1980. Após modificações, definiu-se um novo padrão no domínio das operações privadas do mercado financeiro. Há, necessariamente, uma seleção na clientela que demanda crédito, com a priorização de clientes preferenciais representados por

empresários rurais cujas atividades econômicas são ligadas à indústria, ao comércio exterior, aos serviços, etc. Tal clientela goza de privilégios e benefícios de um grupo restrito de operadores que possuem vantagens na negociação com os bancos. Destaca-se também a própria integração direta dos grandes bancos e grandes grupos econômicos com interesses em aplicações na produção agrícola e no mercado de terras, expandindo o negócio bancário para além do crédito.

A conexão do mercado de crédito com o que se poderia caracterizar embrionariamente como mercado de terras já começa por aqui, pela forma social específica com que se reconhece o título de propriedade territorial como hábil para respaldar o financiamento. Por seu turno, o preço que se atribui a esses títulos será tão importante como fonte de antecipação do crédito à produção, como ainda terá influência sobre a demanda monetária para fins especulativos (DELGADO, 2012, p. 26).

Percebe-se que o mercado de terras como ativo financeiro se apresenta como embrionário e em conexão com a propriedade territorial para fins especulativos. No entanto, essas relações se tornam mais complexas a partir dos anos 2000. Nos períodos de crise há outro elemento importante a ser mencionado:

A crise que agora presenciamos tem em seu bojo uma criação num grau inédito de capital fictício. Tudo seria mais simples se pudéssemos simplesmente eliminar esse capital, digamos assim, “espúrio”, penalizando apenas quem contribuiu para sua disseminação, conseguindo com isso colocar o sistema de volta num curso menos fantasmagórico. Mas isso está longe de ser simples, porque existem inúmeros fios nervosos ligando um sistema ao outro. O crédito para a produção e para o comércio é o mais importante e o mais visível desses fios. (PAULANI, 20/10/2008)

Essa nova relação apresenta, sobretudo, as novas formas e fontes de captação de recursos creditícios através de excedentes financeiros. Há um detalhe: no período de crises financeiras agudas, a mudança no padrão de financiamento altera para negativa “reduzindo o volume de financiamentos e exacerbando as tendências mais parasitárias do negócio do dinheiro, sem lograr solidificação de novas associações dos empreendimentos produtivos com as associações financeiras”. (DELGADO, 2012, p. 31).

Para Paulani (2008), quando o dinheiro é emprestado para que se o receba de volta aumentado, numa data futura, está implícita nessa transação a capacidade potencial que o dinheiro tem de se multiplicar. Essa capacidade é “verdadeira”, se esse dinheiro for dar uma voltinha no mundo da produção de bens e serviços, mas cria capital fictício quando, por meio de uma série de mecanismos, ele não percorre esse caminho. O caminho percorrido por ele é da fictícia correspondência material. O *mercado de futuros*, por exemplo, abordados nos capítulos anteriores, tem essa capacidade de percorrer o caminho que não é o da produção de bens e serviços.

Autores clássicos e contemporâneos que fazem a interpretação crítica da economia política burguesa, afirmam que nos períodos de crise acentuam as ações parasitárias financeiras. Mészáros (2009) é um destes autores que afirma que “em períodos de crise se acentuam as tendências parasitárias do negócio do dinheiro sem, no entanto, aumentar as associações produtivas em relação ao capital financeiro” Mészáros (2009:21). Ele também argumenta que “as grandes crises bancárias são resolvidas pela injeção de grandes somas de dinheiro público”.

O rentismo parasitário típico da atualidade, originado do núcleo rentista do capital portador de juros e aprimorado, como um produto novo na era do desenvolvimento do capital financeiro; ocorre de vários tipos em várias esferas, desde a especulação financeira no âmbito da esfera da produção<sup>166</sup>, do comércio, da especulação imobiliária<sup>167</sup>, das ações, do mercado de futuros, das finanças, sempre com a participação do Estado burguês, na promoção da facilitação das concorrências, na superexploração do trabalho de países coloniais e neocoloniais, dentre outros. Evidentemente, a humanidade enfrenta o patamar deste tipo de capitalismo monopolista que chegou ao seu auge, trazendo consigo suas próprias contradições: a superacumulação e seus aspectos contraditórios, que geraram também profundas crises em seu sistema metabólico, as quais segundo Mészáros (2009), são irreversíveis e não podem ser superadas com medidas corretivas ou reformas.

No âmbito da agricultura, significa em outros termos, um crescente poder do capital bancário em reivindicar uma parcela apreciável do lucro agrícola,

---

<sup>166</sup> No âmbito da agricultura, por exemplo, se especula com as safras futuras e a comercialização já paga de toneladas de grãos por exemplo da safra que será plantada no próximo triênio.

<sup>167</sup> Especialmente no mercado de terras gerido pelas subsidiárias e imobiliárias das grandes transnacionais, que especulam com a renda da terra na forma de valorização de valor no mercado de futuros das Bolsas de Valores de diversos países do mundo.

acrescentando ainda mais em somas de dinheiro público, para sanar restrições e perdas aos capitais cativos da produção exclusiva do setor agrícola. As privatizações dos anos 1990, por exemplo, apontam para o aprofundamento das tendências parasitárias do capital bancário do que propriamente para uma homogeneização do capitalismo no campo (DELGADO, 2012, p. 31).

Há uma simbiose entre crédito, juros, capital financeiro, capital fictício, esfera produtiva, especulativa, fundos de pensões, fusões, ações, mercado de mercadorias futuras, bolsa de valores, etc. O agronegócio catalisou e deu dinâmica própria a todas essas esferas no funcionamento da financeirização da agricultura. No entanto, é preciso categorizar e separar em partes capital produtivo e capital fictício e o funcionamento de cada esfera destas.

### **5.3 – A financeirização no âmbito do capital produtivo: os conglomerados no domínio das cadeias produtivas**

No caso da formação dos conglomerados associados com o capital internacional, do qual resulta a *mundialização da agricultura* capitalista, trata-se de um processo de conglomeração empresarial através das *holdings*, *carteis*, *trustes* entre outros, bem como as fusões entre grupos econômicos empresariais com domínio em determinado bloco de capital. O objetivo da integração de capitais através de fusões se dá na perspectiva de manter a taxa média de lucros nos conglomerados.

Inclusive porque, segundo Paulani (2008)

não podemos esquecer que vivemos uma fase do capitalismo em que o dinheiro e o poder estão muito próximos, particularmente por conta de ativos financeiros importantíssimos como os títulos da dívida pública, cujo volume é hoje enorme em praticamente todos os países. (IHU, 20/10/2008)

O Estado oferece generosos créditos com critérios definidos, beneficiando as empresas que operam no setor de produção e comércio de commodities para o exterior. Para estas, existe por parte do Estado, políticas econômicas favoráveis que

potencializam a taxa médio de lucro, uma vez que o próprio Estado administra os preços dos produtos e insumos, via CONAB, bem como, oferece benefícios fiscais e financeiros via crédito do BNDES, ou mesmo via a compra de títulos da dívida privada transformando-a em dívida pública.

Para o funcionamento do capital financeiro há uma espécie de *cabeça financeira* dirigente, *governança corporativa* que se liga aos bancos e instituições financeiras do conglomerado os quais definem a aplicação financeira nos distintos mercados<sup>168</sup>. Essa etapa de concentração e centralização de capitais sugere a contínua necessidade de inovação tecnológica. Dada a necessidade de entrar na ciranda financeira no aspecto produtivo, as sucessivas etapas de desenvolvimento tecnológico, possuem essa íntima ligação. À essa ciranda financeira, o setor das cooperativas capitalistas imprimiu a sua lógica, ou seja, formar um conglomerado para fortalecer-se nas disputas hegemônicas e reivindicar a manutenção da taxa média de lucros em favor deste conglomerado.

Para Oliveira (2016:91) no âmbito da crise de 2008, as filiais foram se transformando e tornaram concorrentes até mesmo com suas matrizes. São empresas concorrentes que disputam no capitalismo mundializado seu espaço de atuação e de *reprodução ampliada* do capital. Foram muitas delas que, contraditoriamente, salvaram suas matrizes, invertendo e transformando as relações no interior do próprio capitalismo monopolista agora mundializado. A crise financeira de 2008 revelou uma fragilidade do neoliberalismo, que foi o monetarismo e o capitalismo financeiro.

Para Delgado,

Nesse contexto, a instância financeira assume cada vez maior dominância, como meio de alavancagem de recursos e como gestão superior de sua circulação e valorização. Dá-se, então, a conglomeração industrial cruzada com os bancos e/ou outras instituições financeiras, instâncias necessárias de operação do capital financeiro, que se expressa fundamentalmente pela finalidade de mobilizar (centralizar) e dar mobilidade (fluidez) ao capital, retransformando-o continuamente, de capital real em ativos financeiros. (DELGADO, 2012, p. 35).

---

<sup>168</sup> Para uma discussão teórica do processo de conglomeração financeira, ver em especial os capítulos VII, XI, XII e XIV de Hilferding (1963), e ainda os capítulos de VI a X de Hobson (1983). [Nota do Autor].



A diferença se define pelo peso da luta intercapitalista, posta pela disputa de hegemonia e domínio de capitais. Vimos na década de 1960 a 1980 essa luta interna intra-capitalista protagonizada no Estado de São Paulo, por exemplo, pela *Sociedade Rural Brasileira* e suas ramificações aliadas<sup>169</sup> contra a *Sociedade Nacional de Agricultura* e suas aliadas<sup>170</sup>. Nesse ínterim, a União Democrática Ruralista surge do seio das contradições intraclasse, representadas pelos interesses burgueses dos grandes pecuaristas e da média e pequena burguesia rural no campo e impõe derrota<sup>171</sup> política à ambas.

Portanto, a exclusão de uma grande parcela de pequenos produtores das políticas de financiamento está associada a um padrão determinado de relações econômicas e sociais, fundamentadas num pacto de poder de Estado, que vigora desde a década de 1960. Isso não significa, no entanto, afirmar que haja risco de desaparecimento da empresa individual ou mesmo da pequena produção agrícola, inclusive porque a mesma coexiste com papéis e funções específicas na divisão da produção. Aqui é muito similar com as questões postas por Kautsky (1968) na obra *A Questão Agrária* onde a pequena agricultura se torna subordinada a grande exploração agrícola reproduzindo no campesinato as condições de proletarização, embora cumpra com papel específico, ela não tende ao desaparecimento, porque a agroindústria depende da pequena agricultura para continuar reproduzindo o capital.

---

<sup>169</sup> Como por exemplo, a Associação Nacional dos criadores de Zebu, a Associação de Produtores de Café do Paraná e de Minas Gerais, etc. Diversas associações ligadas aos usineiros sucroalcooleiros. Lembrando que este setor se despontava como o mais avançado do país, em particular na região centro sul, com destaque para o Estado de São Paulo. O setor sucroalcooleiro era agroindustrial, tinha ganhado a hegemonia na modernização da agricultura.

<sup>170</sup> Aliava-se a SNA a CNA, OCB entre outras de grande peso.

<sup>171</sup> Lembrando que a SRB representava o setor agroindustrial (usineiros paulistas) capitalizado e que liderava a hegemonia do capital no campo. A mesma havia se projetado à partir da modernização da agricultura. Ela se articulava junto aos setores conservadores das associações de plantadores de café, usineiros de cana de açúcar, criadores de gado como a ANCZ, entre outros. A SNA se ligava às associações e cooperativas capitalistas como é o caso da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) e a CNA (Confederação Nacional da Agricultura), que à época, tinha um peso político menor que a SNA, mas mantinha posição de destaque na representação de classe em nível nacional. A UDR disputou a representatividade da hegemonia no campo, agregando os setores com menor capitalização (pequena burguesia agrária) que havia ficado à parte no processo de modernização da agricultura protagonizou embates contra o grande capital no campo. Por um lado, atacava ferozmente os movimentos populares de luta por reforma agrária e, por outro, promovia embates contra a burguesia agrária no campo. No entanto, com a rearticulação de forças no campo, nos anos 1990, a própria burguesia agrária derrota a UDR, com o novo discurso da modernização pelo *agrobusiness* e o discurso de *modernização x atraso* ganha novo sentido. O atraso, no discurso da burguesia agrária, se referiria tanto ao campo da reforma agrária, como também, aos métodos e narrativa atrasados da UDR.

Para Delgado, os exemplos mais evidentes de integração de capitais dominando determinados ramos da produção rural e, principalmente, a morfologia das instituições do capital financeiro na atividade rural, são efetivamente o que surge de novo ou se transforma na agricultura brasileira. Uma das diferenças da aplicação do capital fixo na agricultura, quando comparada aos processos de produção contínuos, é a sua atividade parcial durante o ano dado os calendários agrícolas durante a rotação de culturas.

Com isso, a rotação de parcelas do capital fixo, reduzido à forma dinheiro, somente se transfere ao valor da mercadoria por ocasião do giro do capital circulante, operado em geral uma única vez durante o ano. Essa é, certamente, uma situação singular, distinta da maioria dos processos industriais, onde a continuidade de giro de capital circulante possibilita uma rotação mais rápida do capital fixo, ambos reduzidos a forma dinheiro. (DELGADO, 2012, p. 41).

É importante ressaltar que, apesar da falta de atividade contínua anual da produção agrícola, devido características peculiares, como calendário agrícola, ainda assim, não há a imobilidade técnica do capital produtivo em relação a sua capacidade de migração entre os diferentes ramos de operação na agricultura ou fora dela. Ou seja, mesmo que a agricultura não esteja produzindo em determinado período do ano, ainda assim, o capital investido ou em fase de investimento, migra para outras atividades (da agricultura ou não) e continua operando, sem perder, contudo, seu potencial de lucratividade. Os capitais investidos na aquisição de maquinários agrícolas numa dada propriedade, por exemplo, quando do período de inatividade das máquinas (quando não usados em preparo de solo, colheita, etc.) podem dispor-se ao aluguel destes maquinários e, com isso, converter em renda física durante seu tempo ocioso. De certa maneira, não há a imobilidade técnica do capital produtivo em sua capacidade de gerar lucros em diferentes ramos da produção na área agrícola ou fora dela.

Os valores gerados pelo aluguel dos equipamentos em seu tempo ocioso continuam como ativo fixo, capital fixo. Nesta mesma lógica, a terra como mercadoria, entra como um componente importante. Quando não utilizada para a atividade agropecuária, ela é destinada ao aluguel, e a renda obtida neste caso, dinamiza o capital fixo.

O sistema de *leasing*<sup>172</sup> agropecuário surgiu no Brasil (1985), intimamente ligado ao setor bancário, com integração de capitais à indústria de tratores para a agricultura, constituindo-se numa típica inovação capitalista no campo do financiamento e da mobilidade do capital fixo na agricultura. Tais características permitem identifica-lo como uma forma peculiar de inovação do capital financeiro no sistema de financiamento rural que naquele período ensaiava seus primeiros passos<sup>173</sup>. (DELGADO, 2012, p. 43).

Ainda para o autor (Idem) a diferença principal do capital fixo entre as atividades da indústria e a da agricultura, é que além dos períodos de inatividade ou ociosidade de atividades agrícolas durante alguns ciclos ou fases no ano, conforme anteriormente mencionado; no caso da indústria é diferente. A diferença fundamental está no fato de que, em geral, o processo industrial se renova continuamente ao longo do ano, permitindo que um mesmo capital circulante permita sucessivos giros, tornando menores as necessidades de financiamento desse capital circulante num tempo dado.

Considerando as especificidades da agricultura no país de acordo com os biomas, climas, características geológicas, hidrográficas, geográficas, etc. há uma grande disparidade em calendários agrícolas e qualidade de produtividade de um ponto de vista de homogeneidade. No entanto, na grande agricultura, o processo de modernização resolve tecnicamente essas disparidades. Quando da implementação do uso da irrigação, por exemplo, pode se obter a mesma dinâmica da indústria, ou seja, a dinâmica de rotação de capital fixo circulante seria similar ao funcionamento da indústria. Isso permitiria a contínua rotação da produção anual, onde a produção agrícola não obedecesse a ociosidade de pousio do solo, do tempo de reposição de matérias primas, da dependência das chuvas, etc.

Observa-se, diante do exposto, que na região centro oeste paulista, uma região de alto desenvolvimento das forças produtivas do capital, já não há mais definição de calendário agrícola na grande agricultura, e ela passou a ser contínua e a produzir vários ciclos de uma mesma cultura por ano, o que era antes (até cinquenta anos

---

<sup>172</sup> Aluguel ou arrendamento mercantil de um bem, com possibilidades de compra ou aquisição no final.

<sup>173</sup> Essa inovação do capital financeiro na agricultura brasileira surge, praticamente, em abril de 1982, com a criação da primeira empresa dedicada a exploração do *leasing* agrícola – empresa Agrileasing - ligada ao Grupo IOSCHPE. A partir de 1984 a legislação para a operação do sistema é alterada para permitir contratos extensivos a pessoas físicas.

atrás) impensável à depender dos ciclos da natureza. Uma vez que os grandes capitalistas podem ativar o capital fixo continuamente, seja através do uso da irrigação quando não há chuvas, seja através dos agrotóxicos dissecantes que permitem dissecar a lavoura e antecipar a colheita em qualquer época do ano, seja através de sementes transgênicas que não dependem mais da temperatura para germinar (ela germina nas condições de temperatura fria ou de calor elevado), e com isso, a natureza não interfere mais nas culturas agrícolas. A agricultura capitalista dominou a natureza e não depende mais dos fatores desta para sua lucratividade.

A agricultura camponesa obedece a lógica da natureza por um lado, porque não tem capital para investir em tecnologias que dominem a natureza, mas por outro porque a própria concepção de relação ser humano e natureza é de intercâmbio e não de domínio ou destruição.

E, para além do investimento permanente em capital fixo, há o investimento em capital circulante, como é o caso do arrendamento de máquinas agrícolas quando não se está sendo utilizado no momento da produção, arrenda-se para outros capitalistas médios. Exemplo: tratores, colheitadeiras, aviões pulverizadores, balanças, troncos, grandes silos de armazenamento, hangares, caminhões, carretas, navios, plataformas, guindastes, vagões de trens, etc. tudo isso ocorre na região centro paulista. Há empresas específicas para agendamento de arrendamento de infraestrutura para alugo. Assim como há de forma diferenciada o aluguel da terra. Subsidiárias, imobiliárias membros das próprias empresas fazem essas transações.

Fundamental situar esse contexto pelo fato de que a ele se insere a participação da indústria e dos bancos no que diz respeito ao sistema creditício, o qual passa a fazer parte da agricultura moderna, não só com incentivos e estímulos creditícios, mas também na aquisição de ações financeiras. A agricultura começa cada vez mais a obedecer a lógica da indústria através da intensidade de produção de mercadorias de forma permanente, sem interrupções e para isso, o desenvolvimento técnico contribui para tal finalidade. Assim como, os métodos de organização do trabalho obedecem a lógica da indústria e por fim, a junção de capitais gera a chamada agro/indústria.

Importante ressaltar que, a partir do autor Guilherme Delgado (2012: 45), a função básica da circulação financeira é a de “retransformação do capital, descongelando-o de suas aplicações fixas, para fazê-lo circular no circuito financeiro”.

Para tanto, as empresas negociam as ações ou títulos em geral, emitidos pelas sociedades anônimas em associações com os bancos ou outras associações financeiras, onde essas empresas, ao assumirem a função monetária de controle da liquidez geral da economia, tornam-se instituições imprescindíveis para negociar qualquer título ou renda. Por seu turno, essa nova função de negociar papéis enseja a organização paralela de um mercado de títulos, intencionalizada na Bolsa de Valores, cujos valores transacionados se distinguem autonomamente do capital produtivo a que se referem nominalmente. (DELGADO, 2012, p. 46).

O autor argumenta que essa dimensão da esfera do capital financeiro para além do capital produtivo é uma das características fundamentais do funcionamento do capitalismo contemporâneo cuja hegemonia passa a ser cada vez mais do capital financeiro, através de instituições autonomizadas, de empresas responsáveis pela centralização e valorização de capitais. A dupla dinâmica, ocorre na realidade entre capitais de valor real com capitais a títulos financeiros, muitas vezes, de caráter especulativo, de aposta futura. Veremos como esse processo ocorre no mercado de terras, onde a terra tornou-se importante ativo de transação parasitária e financeira negociada no mercado de futuros.

Além do mais, apesar do predomínio das empresas brasileiras no movimento de mundialização do capital na agricultura brasileira, o setor sucroalcooleiro, a silvicultura e a citricultura na região, vem desde o ano 2000 passando por profunda e acelerada internacionalização de seus ativos e produção.

Para Binetti (2008),

Esse processo de internacionalização assumiu vários matizes. Assim incluiu as aquisições e fusões e também outras formas mais complexas e atuais, de organização das atividades econômicas, quais sejam, as *joint-ventures* as alianças e os variados acordos estratégicos formais na área de produção, do comércio, da pesquisa e da transferência de tecnologia (BINETTI, 2008: p. 05)<sup>174</sup>.

---

<sup>174</sup>FONTE: **Valor Online** In: BINETTI, Maria Domingues: “A Internacionalização recente da Indústria de Etanol Brasileira” – 2008 – texto impresso.

A autora argumenta que uma das formas tradicionais de internacionalização se dá no setor sucroalcooleiro através da fusão e aquisição de usinas realizada por grandes corporações e por grupos financeiros.

Percebe-se a partir do estudo<sup>175</sup> do caderno publicado pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), 2015, a monopolização do setor sucroalcooleiro e a participação cada vez maior de expansão do capital endógeno e internacional na agricultura brasileira, num processo de concentração e centralização de capitais e de especulação com as terras e os negócios do capital produtivo ou especulativo no Brasil. Ainda assim, considerando a participação do capital internacional na agricultura, vemos que 25% desse capital estrangeiro no Brasil, não seja majoritário, portanto, as empresas brasileiras dominam o controle do capital produtivo no país, diferente da análise de que “há predomínio do capital estrangeiro sobre as empresas brasileiras e sobre a posse das terras brasileiras”. Esse controle, apesar de rápido crescimento, ainda não é majoritário.

#### **5.4 – O capital fictício e o mercado de terras**

Para Graziano da Silva (1981), o desenvolvimento capitalista da agricultura tem certas particularidades em relação a indústria. Uma delas é que o meio fundamental de produção – a terra – não pode ser multiplicada ao livre arbítrio do homem, como o são as máquinas e outros instrumentos de trabalho. A estrutura fundiária, o como a terra está distribuída nos interessa no sentido de verificar como essa ocupação e uso da propriedade da terra favorece o desenvolvimento capitalista da agricultura, subordinando a propriedade da terra ao capital.

Considerando que no país, *o proprietário da terra é o mesmo dirigente do processo produtivo*, no sentido de que não houve na revolução burguesa a destituição de uma classe por outra. Por essa circunstância histórica, a própria Lei de Terras de

---

<sup>175</sup> XAVIER. Carlos Vinicius. PITTA, Fabio T. MENDONÇA, Maria Luísa. *Monopólio na Produção de Etanol no Brasil: A Fusão Cosan-Shell*. Editora Outras Expressões, São Paulo, 2011.

1850<sup>176</sup>, fundamentou a lógica que predominou durante o período colonial, “enquanto a mão de obra fosse escrava, poderiam existir “terras livres”, mas se a mão de obra se torna formalmente livre, a terra teria que ser formalmente cativa (Martins, 1979 apud Graziano, 1981). Portanto, o papel cumprido pela Lei de Terras, foi o de fornecer o mecanismo jurídico necessário para que se pudesse obrigar a mão-de-obra ‘livre’ para vender a sua força de trabalho.

Em outras palavras, ela sacramentou a noção de propriedade privada adequada ao capitalismo a medida só permitiria o acesso à terra através dos mecanismos de compra e venda. Tal mecanismo dificultou o acesso à terra aos trabalhadores e estes não puderam se estabelecer como pequenos produtores nem mesmo nas regiões de fronteira onde sobravam terras ociosas. Tal manobra jurídica possibilitou a criação do monopólio da terra no país continental.

É preciso não esquecer que a fração natural da renda da terra – tanto a parcela que corresponde a renda absoluta, como a da renda diferencial de localização e fertilidade, ou seja, aquelas que se deve às condições históricas determinadas em que se processa a exploração agropecuária – está limitada pela “produtividade” dos investimentos adicionais sobre o solo, isto é, pela renda diferencial da intensificação da produção agrícola. Pois bem, a existência de uma fronteira em movimento funciona como um regulador desse limite. (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 60)

O autor explica que se acaso for preciso aumentar a produção e não houver novas terras para ser incorporadas, o acréscimo só poderá ser feito através de um acréscimo de “produtividade” por área, por hectare nas terras já ocupadas.

---

<sup>176</sup> Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, que dispõe sobre as terras devolutas no Império; e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimentos das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que medidas e marcadas as primeiras, sejam elas *cedidas a título oneroso* (pelo pagamento e dinheiro), assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e estrangeiros, autorizando o governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara”. Essa Lei foi regulamentada pelo decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854, que estabeleceu as normas sobre a repartição, medição e venda das terras públicas, bem como da revalidação e legitimação das posses preexistentes. Veja-se INCRA (1978<sup>a</sup>: I:4363). [Nota do Autor].

“Resumindo, a existência ou não de terras disponíveis pode condicionar o desenvolvimento extensivo/intensivo da produção agropecuária”<sup>177</sup>.

Na região centro oeste paulista, se observa que quando não há novas terras disponíveis para a expansão da atividade agrícola ou pecuária, as empresas tendem a aumentar a capacidade de produtividade destas terras já em uso. O aumento em produtividade significa em linhas gerais o seguinte procedimento que se dá através do emprego da tecnologia, não há outro mecanismo: aumenta-se a capacidade utilizando a mesma quantidade de hectares no mesmo solo, e este mecanismo se dá via: a) melhoramento da qualidade do solo (adubos, fertilizantes em maior quantidade); b) sementes geneticamente modificadas mais resistentes e com maior fertilidade para produzirem com maior capacidade de retorno na produção; c) agrotóxicos que matam toda e qualquer ameaça ao fruto; d) irrigação que garante potencial qualidade aos produtos; e) monitoramento em tempo real das pragas e insetos (via drones, sistema digital por satélites e ação preventiva); f) colheita antecipada (dissecante); e o fator primordial que influencia na produtividade e aumento dos lucros: a economia na remuneração do trabalhador via barateamento da força de trabalho, o qual no seu conjunto, visto na totalidade, todo esse processo se reverte sempre em capacidade de maior lucratividade ao capitalista. Diante desses procedimentos, nas regiões que o capitalista colheria duas safras ao ano obedecendo os ciclos naturais, agora pode colher até 3 ou 4 safras no ano. Por isso que o agronegócio não pode adequar aos termos ambientais para produzir, pois a sua produção de excedentes em menos tempo e maior quantidade está ligada a lógica anti-ambientalista e anti-ecológica. No processo de aumento da produtividade, por sua própria gênese e natureza, é obrigado a utilizar mecanismos que destroem a natureza. Só dois exemplos didáticos: a irrigação compromete o futuro dos recursos hídricos, o agrotóxico contamina e mata os seres vivos. São dois mecanismos importantes de aumento da produtividade. Numa área que não pode mais expandir-se em extensão,

---

<sup>177</sup> Não haver mais “terras disponíveis” pode significar tanto o fato de realmente não existirem mais novas áreas para serem incorporadas a produção, como o fato dos seus proprietários não desejarem ceder suas terras para serem exploradas àqueles dados preços dos produtos agrícolas. Vale dizer, a disponibilidade de terras é função das relações sociais de produção e do próprio desenvolvimento das forças produtivas, não podendo ser tomada no seu sentido físico. [Nota do Autor].



tem que aproveitar ao máximo todas as potencialidades produtivas, incluso aquelas produzidas tecnicamente e artificialmente.

Justamente essa determinação que orienta a incorporação do progresso técnico na agricultura, “cujo significado último é justamente o de criar “novas terras” onde elas não forem disponíveis. No caso da agricultura norte americana aumentou-se a produtividade através da mecanização ao mesmo passo que havia abundancia de novas terras. Diferentemente, no caso japonês, a elevação da produtividade da terra se deu através do uso de fertilizantes e variedades melhoradas pois não havia mais terras a ser incorporadas no processo produtivo. (GRAZIANO, 1981, p. 61).

No Brasil, existem muitas terras a serem incorporadas, no entanto há dois tipos de propriedade: a propriedade que já está destinada a produção e aquela destinada a especulação. A última é ocultada e não pode ser inserida no processo produtivo porque mexeria diretamente com os interesses especulativos da burguesia agrária e bancada ruralista. A terra se converteu, no caso brasileiro, além de um *meio de produção* também em uma *reserva de valor*, papel esse que parece se aprofundar na etapa monopolística do capitalismo<sup>178</sup>.

No Estado de São Paulo, o progresso técnico se concentrou na incorporação de novas terras férteis e no setor de transportes (ferrovias e posteriormente rodovias) e acabou diminuindo significativamente as distancias dos mercados consumidores, bem como, dos portos e aeroportos. Devido a uma serie de circunstancias particulares do desenvolvimento capitalista, “a terra converteu-se em objeto de disputa financeira”. Na atualidade, as terras públicas são possibilidades mais viáveis<sup>179</sup> de expansão do capital e por isso as disputas por elas e o avanço do agronegócio sobre as mesmas. O aumento da produtividade da terra em áreas muito tempo exploradas levam ao esgotamento finito de recursos naturais, que levam décadas para regenerar-se.

---

<sup>178</sup> Lenin (1961: 779) aponta a crescente da utilização não produtiva da terra como um dos traços de parasitismo e decomposição do capitalismo na sua fase monopolista, do imperialismo. (...). [Nota do Autor].

<sup>179</sup> O Ministro do Meio Ambiente do Governo Bolsonaro, Ricardo Salles, propôs passar todos os projetos de expansão do agronegócio sobre as áreas públicas e também os projetos que legitimam crimes ambientais, enquanto a imprensa estava “distraída” com a pandemia. Seria o momento ideal para “passar a boiada”. Ou seja, a proposta era instrumentalizar do ponto de vista legal a atuação predatória e criminosa sobre áreas devolutas e nelas promover crimes de fraude e crimes ambientais para inseri-las como novas fronteiras agrícolas.

Ainda que não seja predominante, há um processo crescente de estrangeirização das terras (conhecido também como *land grabbing*)<sup>180</sup> também é outro elemento de ampliação de especulação com o mercado de terras, aumento do monocultivo de commodities que se expandem e ameaçam a segurança e a soberania alimentar, onde as commodities avançam deliberadamente sem nenhuma restrição sobre o território brasileiro. Todos os países tem protocolos de segurança nacional ligado a aquisição de terras por empresas estrangeiras. A porcentagem é mínima nos Códigos constitucionais da maioria dos países. No Estado de São Paulo, empresas estrangeiras como a Louis Dreyfus, a Monsanto, Bayer, Coca Cola, Nestlé, dentre outras, fizeram inúmeras aquisições de terras na região centro oeste paulista.

No caso do Brasil, houve relaxamento nas leis que flexibilizam a soberania nacional no tocante ao domínio estrangeiro sobre o território. O limite, segundo legislação é de permissão para a aquisição de até 25% em terras por estrangeiros no território de cada município, segundo o artigo 190 da Constituição Federal, inclusive por questões ligadas a soberania nacional. No entanto, Projeto de Lei de autoria do Senador Irajá (PDS/TO)<sup>181</sup> propunha alteração visando facilitar vendas de terras para estrangeiros e o aumento ainda maior do que 25% das terras dos municípios.

A venda de terras a estrangeiros é motivo de debates há décadas, conforme Estudo de Consultoria do Senado. O PL 2.963/2019 revoga a lei que regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiros (Lei 5.709/1971), que prevê uma série de restrições para que eles possam adquirir terras no Brasil, como a limitação de dimensões das áreas que podem ser compradas e a exigência de autorização prévia do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para implantação de projetos agrícolas. (AGENCIA SENADO FEDERAL, Dez/2019).<sup>182</sup>

---

<sup>180</sup> “*Land grabbing* pode ser definido como a apropriação de terras para acumulação de capital diante da conjunção de múltiplas crises: ambiental, energética, alimentar e financeira, do atual período neoliberal”. (SAUER; BORRAS JR., 2016). Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/6268/4801>

<sup>181</sup> Irajá é filho da Senadora e ex-Ministra da Agricultura Katia Abreu.

<sup>182</sup> AGENCIA SENADO FEDERAL. **Comissões aprovam projeto que facilita venda de terras para estrangeiros**. Brasília/DF, 11 de dezembro de 2019.

Ver: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/11/comissoes-aprovam-projeto-que-facilita-venda-de-terras-para-estrangeiros> - acesso em 01 de julho de 2020.

A Lei 5.709 de 1971, do artigo 190 da Constituição Federal sofreu alterações através de Projetos de Leis (PL) e/ou Projeto de Emenda Constitucional (PEC), como essa que se verifica acima. Sob o interesse de latifundiários brasileiros/estrangeiros, bem como, de membros do Legislativo e Executivo, implementam-se alterações na Constituição, as quais são assuntos de interesse do povo brasileiro, sem qualquer debate público. No texto original:

O texto estipula que a soma das áreas rurais pertencentes e arrendadas a pessoas estrangeiras não poderá ultrapassar 25% da superfície dos municípios onde se situem. A aquisição de terras na região do bioma amazônico e áreas de fronteiras dependerão do aval do Conselho de Defesa Nacional.

No texto original da Constituição, conforme citação acima, previa a aquisição de até 25% da superfície do solo dos municípios, o que em si, já é uma grande quantidade de terras que podem ser de propriedade estrangeira ou associada. É evidente que tais alterações dizem respeito a especulação por parte de empresas estrangeiras, que aumentaram consideravelmente suas posses em terras no país, com objetivo de produzir commodities ou reserva-la para valorização do valor.

Percebe-se que o papel dos bancos públicos continua sendo o de financiar as empresas agroindustriais e o mercado de terras, num período de financeirização, alto nível de empreendimento tecnológico, compactuando com os aparatos jurídicos e as políticas estatais que beneficiam grandes corporações, brasileiras ou estrangeiras.

Há, a título de exemplo, um protocolo ambiental a ser seguido pelas agencias financiadoras do agronegócio, de que, as empresas que cometerem queimadas, por exemplo, deverão sofrer sanções econômicas. No entanto, a maior parte dos bancos financiadores da Cosan e da subsidiária Radar não levam em consideração este protocolo. O tema da reportagem da Revista: *“Fundo de Investimento em Terras Agrícolas da TIAA Associado a Fogo, Conflitos e Legados de Desmatamento no Brasil”*, divulgada em janeiro de 2020 consta de uma análise<sup>183</sup> ambiental via o projeto

---

<sup>183</sup> Esse relatório analisa os riscos à sustentabilidade e riscos financeiros dos fundos de investimentos em terras agrícolas da Teachers Insurance and Annuity Association of America (TIAA, anteriormente TIAA-CREF) no Brasil. Tais riscos são concentrados na região do Matopiba, uma das fronteiras de expansão agrícola e que consiste em parte dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Os investimentos em terras agrícolas da TIAA operam através de várias empresas, como a Radar e suas

Chian Reaction Researches, pesquisa divulgada pela agência financiadora de fundos para empresas com boas práticas ambientais, a Climate Advisers, Profundo e Aidenvironment, Esta, analisa o legado ambiental da empresa TIAA e TIAA I e II, bem como a Cosan, a Radar, a Tellus e a empresa guarda-chuva de todas elas que é a Westchester Group Investment Management.

**Figura 37: Quadro demonstrativo dos Bancos Credores da Cosan:**

**1. Regime de Crédito Rotativo, empréstimos, serviços de subscrição da Cosan em 2014 à 2019 (US\$ Milhões)**

| <b>Instituição Financeira</b>     | <b>País</b> | <b>Valor</b> |
|-----------------------------------|-------------|--------------|
| Itau Unibanco                     | Brasil      | 924          |
| BNDES                             | Brasil      | 724          |
| BTG Pactual                       | Brasil      | 509          |
| Citigroup                         | EUA         | 435          |
| Scotiabank                        | Canadá      | 370          |
| Santander                         | Espanha     | 322          |
| World Bank                        | EUA         | 300          |
| JP Morgan Chase                   | EUA         | 295          |
| Bradesco                          | Brasil      | 271          |
| Morgan Stanley                    | EUA         | 268          |
| Mitsubishi UFJ Financial          | Japão       | 191          |
| Crédit Agricole                   | França      | 170          |
| Pavarini & Opice Gestão de Ativos | Brasil      | 166          |
| BNP Paribas                       | França      | 125          |
| Banco do Brasil                   | Brasil      | 121          |
| Bank of America                   | EUA         | 105          |
| HSBC                              | Reino Unido | 67           |
| Oliveira Trust                    | Brasil      | 56           |
| Mizuho Financial                  | Japão       | 21           |
| Rabobank                          | Holanda     | 13           |
| Arab Bank Corporation             | Bahain      | 10           |

Fonte: CHAIN REACTION RESEARCH, (janeiro de 2020) apud Thomson EIKON (novembro de 2019), Bloomberg (novembro de 2019), Loan Search; Thomson EIKON (novembro de 2019), Share Issuances; Thomson EIKON (novembro de 2019), Bond Issuances; Bloomberg (novembro de 2019), Aggregated Debt; IJGlobal (dezembro de 2019), Project finance; TradeFinance Analytics (dezembro de 2019); Trade finance; Cosan Limite (2019), Consolidated interim financial statements de 30 de junho de 2018, p. 40.

subsidiárias, que adquirem e gerenciam propriedades. A análise de riscos à sustentabilidade mostra que desmatamento e fogo ocorreram no portfólio de terras agrícolas da TIAA, propiciando impactos sociais negativos em comunidades locais. (CHIAN REACTIONS RESEARCHES, 2020, 01).

Observa-se que a maior parte de agências financiadoras da Cosan e Radar são instituições brasileiras e em segundo, agências norte-americanas. Se somarmos os recursos investidos pelas instituições brasileiras na empresa Cosan, no período 2014-2018 teríamos um total de 2.661 US\$ bilhões - quase três bilhões de dólares, somente por parte de agências brasileiras, incluindo Bancos públicos estatais como o BNDES e Banco do Brasil. Acionistas de entidades da Cosan são majoritariamente agências financiadoras brasileiras e norte-americanas, seguidas de algumas europeias, japonesa e uma árabe. A maioria não possui política de conduta ambiental relacionada às florestas. Alguns acionistas europeus como o grupo Norwegian Government Pension Fund (US\$ 71 milhões) e Storebrand (US\$ 49 milhões) enfrentam conflitos na área ambiental.

Interessante observar que estas agências financiadoras não possuem conduta de protocolo ambiental e não cumprem com os existentes, como é o caso do *Protocolo de Quioto*, e em específico ligado à preservação de florestas, justamente porque a política de formação e consolidação de um novo mercado de terras, o chamado estoque de terras, ou “portfólio” demandam aquelas propriedades situadas em zona de fronteira agrícola nova, e se localizam em regiões com densas florestas, como na região Amazônica e MATOPIBA, as quais, para se inserirem no rol de terras agricultáveis, precisarão necessariamente causar o desmatamento e/ou queimadas.

No Capítulo 1 desta tese, analisou-se a modernização conservadora e o papel do crédito onde Mendonça (2010) afirmava que o papel do Estado durante a modernização conservadora foi o de oferecer o terreno da política estatal como um complemento em total sintonia com as ações modernizantes, oferecendo crédito subsidiado, leis que amparavam o direito de propriedade da terra altamente concentrada, aparato político no parlamento, ordenamento jurídico, etc.: Com isso, as políticas públicas modernizadoras não só beneficiaram latifundiários tradicionais, mas também atraíram investidores de outros setores da economia que passaram a ver a terra como alternativa interessante de investimento. (MENDONÇA, 2010, p.125).

Analisou-se, neste capítulo, a captura do lucro através da inserção do capital produtivo sobre a terra como potencial de valorização financeira a partir da produção. Passamos a analisar agora a captura do valor e a especulação da mercadoria terra como potencial de multiplicação fictícia da terra como reserva de lucro.

Essa “transformação” da terra de meio de produção em reserva de lucro altera em parte a teoria da renda fundiária, tal qual formulada por Marx. Isso porque sua valorização, enquanto forma de investimento, passa a ter um componente que não deriva do processo produtivo. A valorização da terra de “per si” poder até mesmo relegar a sua condição de meio de produção a uma posição secundária, dado que a sua realização, enquanto propriedade privada não provem mais, necessariamente, de um excedente acima do lucro obtido pelo capital. Mas é assim também que transparece para toda a sociedade, o caráter parasitário da propriedade privada do solo, à medida que essa renda que se obtém da terra nada tem mais a ver com o processo de produção daquele proprietário em si. (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p.62-63).

Nas palavras do autor, foi a camada superior da burguesia cafeeira paulista e estrangeira que lucrava com as transações fundiárias, como comerciantes de terras: se apossavam de terras virgens, contratavam a derrubada da mata e plantio do café e depois vendiam a terceiros (geralmente pessoas que não queria “sujar as mãos” nas atividades pouco lícitas que a formação de uma propriedade implicava. Assim originou um mercado de terras com muitas terras disponíveis para transação comercial no Estado de São Paulo, e essa origem, se deu pela via clássica da grilagem e de negócios ilícitos.

No caso da especulação com a terra, o capital dinheiro que poderia ser empregado no desenvolvimento potencial em capital produtivo, incorporado ao solo, é desviado para a aquisição de terra não somente no valor transferido ao que ela produz, mas sobretudo no que poderá vir a produzir. A medida que o proprietário se transformou num negociante de terras, a partir da valorização da mesma, o próprio capital comercial, bancário, industrial se fundiu com o proprietário de terras, e não exatamente somente o arrendatário capitalista, como previra Marx. (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 64).

Para o autor, “Foi assim que se criou a figura parasitária do especulador fundiário”. Obviamente que no período descrito por Marx, em fins do século XVIII, o capital fictício não tinha se desenvolvido e nem tinha a natureza que possui nos dias de hoje. Na atualidade, há a clássica captura da renda da terra através do arrendatário, que pode ser o arrendatário grandes capitalistas, médios ou pequenos

(este último arrenda do grande capitalista uma pequena parcela). Mas o que importa na atualidade é a terra como ativo financeiro que pode ser negociada em papéis, a preços futuros, na bolsa de valores. As empresas antes de adquirirem uma determinada fazenda, fazem estudos sobre o potencial da terra em determinada região, nos seguintes aspectos: matéria prima (água, madeira, minério, terra fértil, etc.), biodiversidade (plantas medicinais, botânica, florestas, fauna, flora); infraestrutura (proximidade com rodovias, ferrovias, portos e aeroportos); bioma (vegetação, clima, regularidade de chuvas, bacias hidrográficas, terras menos acidentadas, menos áridas), tecnologia (terras planas para uso de maquinários, capacidade de captura de sinal de internet e telefonia), geologia (potencial para prospecção de minério, petróleo, capacidade de água no lençol freático), possibilidade de créditos de carbono, etc..

Um parêntese sobre o crédito de carbono:

Os créditos de carbono também se tornaram, recentemente, objeto de negociação na Bolsa de Valores. Empresas como a Bayer, dentre outras, tem reduzido a emissão de gases tóxicos no ambiente através da captura de créditos de carbono e, por isso, ganham bônus como crédito. Ela vende seus créditos em carbono a empresas que estão em débito ambiental de poluentes, ou seja, que emitem altas taxas de poluentes na natureza, para compensar suas práticas nocivas e assim, elas se tornam aptas ambientalmente ao poder maior de negociação no mercado financeiro. O crédito de carbono é hoje a moeda utilizada no mercado de carbono. Uma determinada empresa diminui a quantidade de gases tóxicos presentes em seu modelo produtivo e calcula quanto de gases poluentes deixou de emitir. Um crédito de carbono equivale a uma tonelada de carbono que deixou de ser emitida para a atmosfera. A capacidade de redução de carbono está sendo negociada na Bolsa de Valores e Mercado de Futuros, como prática sustentável ao meio ambiente. A disputa por créditos de carbono (onde uma empresa vende seus créditos para outra) teve início em 2020/2021, com a iniciativa da Bayer e tem se tornado importante mercadoria no mercado financeiro. Diversas empresas de assessorias técnicas tem surgido neste ramo para realizar cálculos e emitir certificados, como é o caso da Carbonext Nature & Future que presta assessorias às empresas e mantém um fundo para doações cuja renda, segundo a empresa, deve ser revertida em ações que diminuam os gases poluentes do efeito estufa.

O sequestro de carbono das plantações é auditado por certificadores especializados. Só entram nessa conta as áreas de cultivo das usinas que aderiram ao Renovabio. Hoje são 210 usinas credenciadas pela Agência Nacional de Petróleo (ANP): 189 de etanol; 20 de biodiesel; e 1 de biometano. A cada 1 tonelada de CO<sub>2</sub> sequestrada e auditada é emitido 1 título de CBIO. Quem cuida da emissão são instituições financeiras e corretoras de valores que põe isso à venda na bolsa de valores, a B3, de São Paulo (SP). Quem compra são as distribuidoras de combustíveis e demais empresas que precisam compensar suas emissões de gases de efeito estufa, em cumprimento às legislações ambientais e ao compromisso de menores emissões. Este ano, a meta de descarbonização por plantações como a cana-de-açúcar é de 14,53 milhões de toneladas CO<sub>2</sub>, com a emissão de CBIOs. Até 2029 é estimado o sequestro de 529,85 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> do ar. ([www.agrosaber.org.br](http://www.agrosaber.org.br), 2021)<sup>184</sup>

Todos esses elementos estão diretamente relacionados a *renda diferencial da terra* e a sua capacidade de aumento da valorização da mesma para a especulação. Estudos feitos por especialistas, geralmente que atuam em consultorias especializadas ao agronegócio fornecem todos esses dados. Quando um determinado bem é negociado hoje em transações na bolsa de valores, no mercado de futuros, é pelo seu valor futuro e não pelo valor que vale hoje. Uma determinada terra na região centro oeste paulista tem determinado valor na Bolsa, calculando o lucro que ela vai gerar por estar sobre o Aquífero Guarani, tendo em vista que daqui cinquenta anos a água vai ser motivo de intensas disputas territoriais, uma vez que o eucalipto tende a diminuir as nascentes de água na região. Da mesma maneira, se há uma descoberta de grande jazida de ouro na Amazônia que nunca foi explorada, esta terra está sendo transacionada pelas mineradoras na bolsa de valores pelo seu valor futuro. Ou ainda, se uma indústria farmacêutica descobre através de estudos científicos que determinada planta tem no seu princípio ativo a cura do câncer, e esta planta é encontrada no bioma de cerrado, obviamente o valor futuro destas terras está sendo transacionada hoje como capital fictício. Especula e gera valor com a capacidade futura de rendimentos.

Estudos socioeconômicos apontam que na próxima década haverá aumento da fome no mundo, devido à crise econômica e sanitária, para tanto, as empresas produtoras e beneficiadoras de grãos, como a Camil, começam a especular com a

---

<sup>184</sup>Ver: <https://agrosaber.com.br/agro-brasileiro-faz-venda-inedita-de-credito-de-carbono/#:~:text=Os%20primeiros%20100%20CBIOs%20foram,CBIO%2C%20ou%20tonelada%20de%20carbono> – acesso em 25 de março de 2021.



fome, comercializando hoje na Bolsa de Valores, as safras de grãos que irão plantar nos próximos cinco anos. Safras de arroz, do ano de 2023 já foram vendidas neste 2º semestre de 2020, porque houve significativa diminuição nas safras de arroz em que terras formam destinadas para commodities. Não são vendidos a dinheiro vivo ou pelo correspondente em moeda ouro. São títulos em papéis que serão resgatados em dinheiro posteriormente. Por isso, a questão fundiária terá como tendência maior concentração da terra, para maior centralização de capitais. Assim como será tendência, maior expropriação de territórios coletivos indígenas, áreas de reforma agrária, etc.

Portanto, observa-se que no limiar do século XXI a terra passa a ser grande objeto especulativo e ativo financeiro. Esse elemento é muito importante porque a terra como ativo financeiro passa a ser o núcleo central da questão agrária, da estrutura agrária concentrada, fruto da *modernização conservadora*, a gênese do agronegócio. Os grandes grupos econômicos entraram na produção agrícola ou agroindustrial investindo capitais em terras, esperando com isso, beneficiar-se dos fartos recursos públicos de incentivos fiscais ou de crédito rural. O cálculo do lucro do capitalista inclui o tempo médio socialmente necessário gasto para produzir determinado produto, assim como também se calcula a velocidade de tempo para chegar no mercado. A diluição do tempo de transporte da mercadoria interfere no seu valor total. Para tanto, a agilidade das rodovias, das estradas de ferro, das navegações, dutos, sistema de fornecimento de energia, internet, telefonia, agilidade nos serviços de carga e descarga, entre outros, confere maior valor a renda da terra. As terras localizadas no estado de São Paulo, são as mais caras e mais lucrativas para o capital. Para tanto, essas terras são as mais destinadas para os investimentos em produção devido a garantia de lucratividade. As terras para a reserva de valor com capital fictício, por parte dos capitalistas paulistas e do centro sul são adquiridas em outras regiões, como por exemplo, na Amazônia e Cerrado brasileiro.

Para Delgado (2012, p. 66),

O funcionamento do mercado de terras e todo o conjunto de uma política pública e privada de administração diferencial das margens e taxas de lucro na agricultura está na base do crescimento desproporcional da produção agrícola, com o agravante, ainda, do uso

improdutivo da terra pelo grande capital, bloqueando formas diversas de reprodução dos pequenos produtores.

Esse movimento foi real no mercado de terras brasileiro e observado pelo autor desde os anos 1970, onde ele apresenta a seguinte evolução:

Se ligarmos essas observações a evolução recente (1984) do preço das terras no Brasil, podemos indiretamente constatar que, a partir de 1972 os valores dos patrimônios terão tido enorme valorização, com a evolução muito favorável desses preços em termos reais, os quais saltam de um índice 131 em 1972 (base 100 em 1970) , para 412 em 1976, no estado de São Paulo<sup>185</sup>. Menos rápida é a ascensão desses preços nos Estados de ocupação mais recente, seguindo com defasagem a tendência que em geral se observa para o Estado de São Paulo. A variação de preços para os Estados de Mato Grosso e Goiás é, respectivamente de 119 e 100%, entre 1972 e 1976. (DELGADO, 2012, p. 54).

A formação do preço da terra, segundo o mesmo autor, de forma similar a outros ativos financeiros é apenas uma das transformações que se operam no desenvolvimento capitalista. “Há que se considerar, ainda, outras manifestações do capital financeiro nesse mercado pelo lado da criação e circulação dos títulos de propriedade, à semelhança da potencialidade de emissão do “capital fictício””. As imobiliárias que enriquecem fazendo transações de terra com potencial de valorização futura são um exemplo de empresa *parasitária*. Há ainda os aspectos específicos de “descongelamento do capital imobilizado na agricultura”, que opera com o sistema de crédito mediante penhora e hipoteca sobre títulos da propriedade rural.

Para Delgado (2012, p. 50),

Há que distinguir dois aspectos do “negócio de terras” que realizam as instituições voltadas para esse mercado. O primeiro é a realização das transações de compra e venda de estabelecimentos antigos, situados em zonas localizadas no interior do espaço econômico de antiga ocupação. Esta atividade assemelha-se ao comércio imobiliário geral. Há por outro lado, a incorporação crescente de áreas novas, seja nas zonas da chamada fronteira agrícola externa (as regiões novas e recém exploradas), ou, ainda, a chamada fronteira agrícola interna –

---

<sup>185</sup> Dados de preços de terras – preço de venda de terras de lavoura – extraídos de Rezende (1981).[N.A.]

zonas interiores as regiões de ocupação mais antiga, que, contudo, se conservam inexploradas por diferentes motivos.

O autor afirma que o capital financeiro persegue a captura dos “ganhos de fundador”, que significa, dentro de uma noção mais simples, como sendo a diferença entre o preço da terra – a renda prospectiva capitalizada dessas novas terras que estejam sendo trazidas ao mercado – e o custo privado de sua implantação, as quais são organizadas por empresas capitalistas poderosas financeiramente que se auto instituem no mercado como emissoras e negociadoras de direitos de propriedade. E também é uma forma de estimular a criação do capital fictício no mercado de terras.

Graziano da Silva (1982, p.77) apud Mendonça (2010, p.119) afirma em relação ao desenvolvimento da agricultura: “Além da reserva de valor a terra tem ainda constituído importante meio de acesso a outras formas de riqueza, de que são exemplos típicos o crédito rural e os incentivos fiscais”.

O preço da terra é definido pela soma capitalizada das rendas antecipadas.

A esfera da circulação dos direitos de propriedade sobre a terra – ou seja, a circulação financeira – se constitui numa forma autônoma de avaliação, onde concorrem outros títulos patrimoniais monopolizáveis (ações, obrigações e títulos da dívida pública) e, ainda, o dinheiro. É da lógica financeira homogeneizar os diferentes rendimentos dos diferentes títulos. (DELGADO, 2012, p. 48)

Verifica-se, portanto, a grande importância das novas fronteiras agrícolas na financeirização do mercado de terras. É o encontro do capital agroindustrial com o paraíso do capital fictício. As novas terras alimentam os negócios nessa ciranda financeira.

Geralmente, novas terras para o mercado de terras são adquiridas de formas obscuras. O método da grilagem é clássico, embora sempre oculto na imagem bonita que se criou do latifúndio com a existência do agronegócio. Para Oliveira (2016, p.447) a prática mais comum da grilagem era aquela da operação triangular envolvendo um título de propriedade obtido de posse regular, um grileiro da terra (ou de outros estados brasileiros, principalmente paulista), e, as estas novas empresas operadoras do mercado de terras. A operação consistia na aquisição de um título de posse regular do próprio município ou vizinho, e depois, contando com a cumplicidade de um oficial

de Cartório de Registro de Imóveis corrupto, procedia-se um pedido de retificação da área, que ampliava milhares de vez a área do título de propriedade de posse regular. Às vezes, para forjar "uma cadeia dominial sólida", efetuava-se várias transferências de proprietários previamente combinados. Sob mando de jagunçado, expulsava-se os posseiros que não dispunham dos títulos de regularização, e, garantia-se à força o controle geopolítico da área grilada. Era a violência e a barbárie que sempre acompanhou na história brasileira a grilagem das terras públicas. Estava concluída a preparação da grilagem e dos denominados títulos seguros das nascentes propriedades capitalistas das terras públicas griladas. (2016:447)

De certa maneira, a acumulação primitiva de capitais se refaz o tempo todo na história da questão agrária, especialmente a partir de novas terras de fronteiras agrícolas, porém não nas condições do capital mercantil, mas nas condições do capital monopolista financeiro. Esse processo se profissionalizou e atualmente, se repete, porém agora o movimento se dá sobre grandes extensões de terras, como veremos a seguir. Importante situar primeiro como se dá o movimento do capital fictício:

Para a autora Virginia Fontes (2010):

Este afastamento do capital monetário (e dos puros proprietários de recursos sociais de produção) da atividade direta é estimado por muitos analistas – inclusive críticos – como o abandono de investimentos produtivos e a deriva especulativa (ou uma financeirização descolada da vida real. Do ponto de vista do capital, é produtivo o capital que extrai mais valor; o proprietário de capital monetário (síntese da pura propriedade, lócus exponencial do fetiche), vê como produtiva todas as atividades remuneratórias, e, portanto, certamente expande tanto a exploração do trabalho, as expropriações quanto a especulação e o capital fictício. No entanto, como ele só pode existir socialmente *enquanto capital* precisa se apoiar concretamente na expansão de uma enorme malha de atividades funcionantes (extratoras de mais-valor), capazes de agir como capital, ainda que sob formatos variados. Isso significa que os mesmos proprietários (individuais ou institucionais), aparentemente distantes das atividades imediatas, retiram lucros da intensificação da exploração tecnológica, da concorrência entre trabalhadores de diferentes países, da exploração de crianças e de máfias, de especulações diversas (imobiliária, cambial, bursatil, de futuros, etc.). a verdadeira explosão da especulação e do capital fictício atua diretamente na imposição pelo capital, de novas expropriações (áreas de fronteira para sua expansão), e de formas combinadas de extração de mais valor. Como contrapartida interessada, tais proprietários integram as frentes móveis de ação internacional do capital, apresentando-se como doadores para fundos mercantil-filantrópicos internacionais. [...]. Os

proprietários de capital monetário controlam a propriedade de enorme variedade de empresas. O único interesse, aliás, explícito, é a capacidade de extrair lucros crescentes dessa propriedade, absorvendo espaços e difundindo relações sociais capitalistas no planeta, descompromissados com as condições da existência humana”. (FONTES, 2010, p. 203-204)

Esta longa citação nos ajuda a compreender a atual fase do capital fictício no mercado de terras, por exemplo, tendo como foco a extração maior de lucros e rendimentos sem necessariamente sua aplicação na produção real. E, para aumentar o portfólio de terras disponíveis para a transação financeira, fazem isso, de maneira sombria, em grande medida através da prática da grilagem e ou da expulsão de pequenos produtores e as vezes até da remoção de comunidades de forma ilícita para apropriação de terras com potencial de especulação.

As investidas do capital financeiro no mercado de terras podem ser comprovadas pelos estudos recentes do professor Paulo Alentejano, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Alentejano nos apresenta um estudo sobre a prática da grilagem como método de incorporação de novas terras, inclusive terras públicas, no sistema de cadastro rural oficial, aumentando a concentração da propriedade fundiária privada no país. A análise aponta para o fato de que nos últimos anos aconteceu impressionante aumento nos dados registrados no SNCR<sup>186</sup>, o que gera fortes suspeitas sobre a credibilidade destes dados. Dados alarmantes sugerem que, entre 2016 e 2018, latifundiários tentaram apropriar-se, por autodeclaração, de quase 25% do território brasileiro. Mega esquema de furtos e fraudes pode ser legalizado pela MP 910<sup>187</sup> (ALENTEJANO, 2020 [www.outraspalavras.com.br](http://www.outraspalavras.com.br) )

---

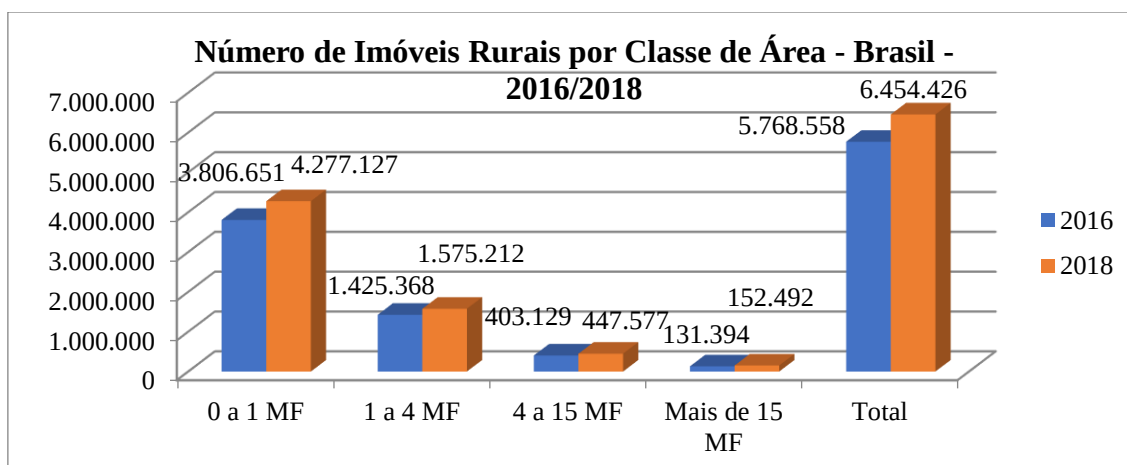
<sup>186</sup> Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é o banco de dados que registra as declarações de propriedade de imóveis rurais no Brasil. O SNCR é auto declaratório, isto é, são os próprios proprietários de terras que fornecem as declarações que constam do SNCR. [Nota do autor]. Ver: ALENTEJANO, Paulo. **Alerta: grilagem de terras dispara no país**. Outras Mídias – disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/alerta-grilagem-de-terras-dispara-no-pais/> - visitado em 05 de junho de 2020.

<sup>187</sup> Medida Provisória nº 910 que, na interpretação dos movimentos sociais do campo, visa legitimar a grilagem de terras uma vez que permite ao proprietário declarar a propriedade como sendo sua, por simples autodeclaração de posse. A medida está em votação na Câmara e no Senado Federal com grandes chances de ser aprovada.

Nos dois gráficos abaixo, organizados por Alentejano (2020) a partir de dados do Incra, é possível constatar tal crescimento no período correspondente aos anos de 2016-2018. O autor organiza metodologicamente no primeiro gráfico, o número de imóveis cadastrado por classes de área, expressos em Módulos Fiscais (MF) que é a medida utilizada pelo Incra para classificar os imóveis como: Minifúndio (menos de 1 MF), Pequenas Propriedades (1 a 4 MFs), Médias Propriedades (04 a 15 MFs), Grandes Propriedades (mais de 15 MFs).

### 5.5 – O método da grilagem e a financeirização no mercado de terras:

**Gráfico 4 - Número de Imóveis Rurais por Classe de Área - Brasil - 2016/2018**

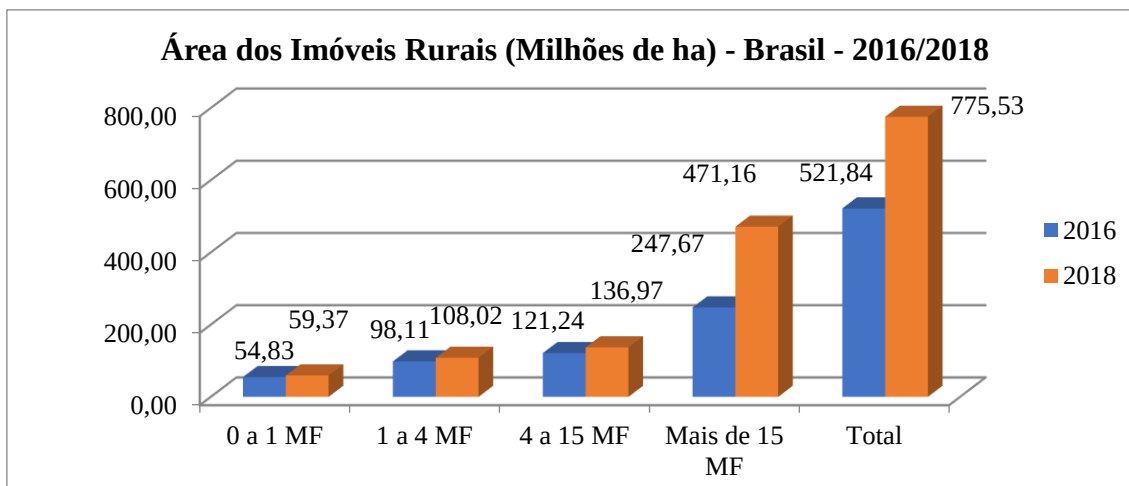


Fonte: ALENTEJANO, 2020. SNCR/Incra. Organizado pelo Autor.

O gráfico 4, revela, segundo o autor, que entre 2016 e 2018 o número de imóveis rurais registrados pelo SNCR aumentou 685.868 unidades em dois anos, demonstrando um crescimento de 11,9% sobre um total existente em 2016. Significa o surgimento de 340 mil novos imóveis a cada ano ou 931 imóveis novos por dia.

No segundo gráfico é apresentado dados referentes a área, seguindo as mesmas classes de área conforme no gráfico acima.

**Gráfico 5 - Área dos Imóveis Rurais (Milhões de ha) - Brasil - 2016/2018**



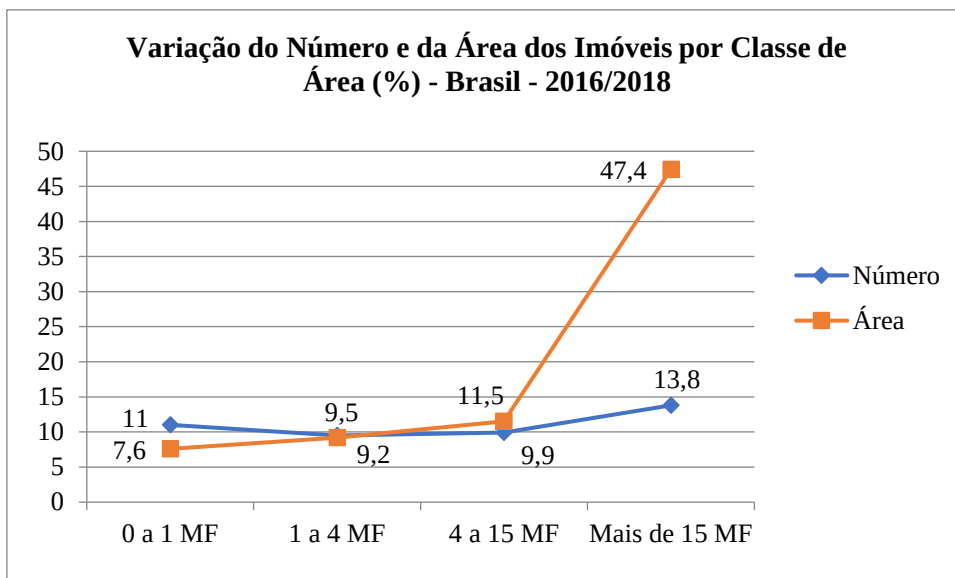
Fonte: ALENTEJANO, 2020. SNCR/Incra. Organizado pelo Autor.

O autor chama a atenção no gráfico 5, um crescimento muito maior, com aumento de 223,5 milhões de hectares (ha) o que corresponde a 32,8%, ou seja, isso significa que a área de imóveis rurais aumentou quase 1/4.

Foram 126,8 milhões de ha a cada ano, sendo que o maior crescimento se deu na faixa de 15 MF, com uma média anual de 111,8 milhões. Significa dizer que em apenas 2 anos os latifundiários declararam ter se apropriado de mais de 223,5 milhões de hectares, quase ¼ do território brasileiro! (ALENTEJANO, 2020, p. 02)

Entretanto, existem outros elementos surpreendentes: no **Gráfico 6** ver-se-à que, na classe acima de 15 módulos fiscais, o crescimento da área chegou a 47,5%, ou seja, quase dobrou. A grande questão que aqui está sendo tratada é da forma como é formado o mercado de terras para especulação do capital fictício. A autodeclaração de propriedades de terra pelo SNCR onde proprietários cadastram e declaram o tamanho de suas propriedades é aceita como normal, assim como, também será gerida via declaração dos madeireiros qual a madeira que está sendo comercializada abrindo brechas para a ilegalidade e o comércio clandestino de madeiras.

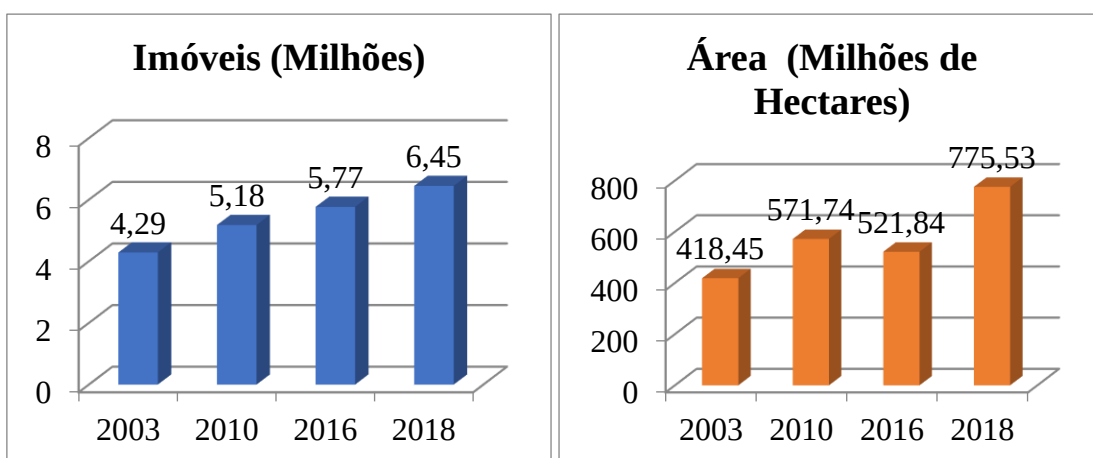
**Gráfico 6 - Variação do Número e da Área dos Imóveis por Classe de Área (%) - Brasil - 2016/2018**



Fonte: ALENTEJANO, 2020. SNCR/Incra. Organizado pelo Autor.

Neste gráfico verifica-se que o número de minifúndios (0 a 1 MF) cresceu 11% e sua área em 7,6%, a pequena agricultura (1 a 4 MF) cresceu em 9,5% e sua área em 9,2%, os imóveis médios (4 a 15 MF) cresceu 9,9% e sua área 11,5%, e no caso das grandes propriedades (mais de 15 MF) cresceu 13,8% e sua área em 47,4%. Aqui também se verifica um crescimento do número de propriedades, as quais aumentaram 13,8% em descompasso com a extensão de terras que é de 47,4%, aproximando-se de quase 50%.

#### Gráficos 7 e 8 – Número e Área dos Imóveis Rurais – Brasil – 2003/2018



Fonte: ALENTEJANO, 2020. SNCR/Incra. Organizado pelo Autor.



Nos gráficos 7 e 8 aparecem segundo dados e argumentos do autor, os quais podemos confirmar, que os números de imóveis rurais, bem como, a área cadastrada no SNCR nos anos de 2003, 2010, 2016 e 2018, no qual foi registrado certo crescimento em todos os anos subsequentes, mas no caso da área em específico, houve um aumento, principalmente relativos ao período entre 2003 e 2010, seguida de uma pequena redução entre 2010 e 2016, e novamente um grande aumento entre 2016 e 2018.

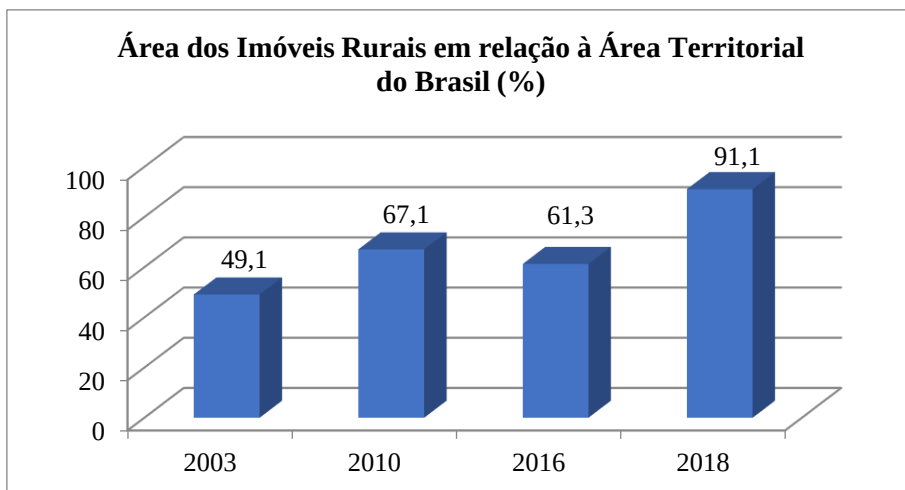
Observa-se que nos sete anos entre 2003 e 2010 o número de imóveis rurais cresceu em média 127 mil por ano; entre 2010 e 2016, o aumento foi de 98 mil por ano, já nos dois anos entre 2016 e 2018, houve um aumento de 340 mil imóveis/ano. Portanto, no período 2016/2018 tivemos um crescimento 2,7 vezes maior que no período 2003/2010 e 3,5 vezes maior que no período 2010/2016. (ALENTEJANO, 2020, p. 04)

Em relação ao tamanho da área, houve crescimento de 21,9 milhões de hectares por ano entre 2003 a 2010. Seguiu-se de uma queda de 8,3 milhões de hectares por ano no período de 2010 a 2016. E novamente um crescimento de 126,8 milhões de ha por ano entre 2016 a 2018. Os dados são impressionantes: são 5,8 vezes maiores do que entre o período de 2003 a 2010.

Também impressiona o crescimento da área dos imóveis em relação ao território brasileiro. Em 2003, a área dos imóveis rurais correspondia a 49,1% da área do território brasileiro. Em 2010 essa proporção passou a ser 67,2% e em 2016 caiu para 61,3%. Já em 2018 atingiu impressionantes 91,1%! Ora, o território Brasil tem 851,5 milhões de hectares, o que significa que em 2016 a área total dos imóveis rurais cadastrados no Incra correspondia a 61,3% da área total do território brasileiro, já em 2018 essa participação aumentou para 91,1%! Em dois anos, um aumento espantoso de 30%. (ALENTEJANO, 2020, p.05).

Somam-se 30% do território brasileiro em imóveis rurais antes não cadastrados e passam a ser cadastrados e incorporados ao total de imóveis rurais que incorporam os 851,5 milhões de hectares do território brasileiro.

#### **Gráfico 9 – Área dos Imóveis Rurais em relação à Área Territorial do Brasil (%)**



Fonte: ALENTEJANO, 2020. SNCR/Incra. Organizado pelo Autor.

Há uma diferença bastante importante de ser considerada, que o autor (Alentejano, 2020, p.06) chama a atenção: “no território brasileiro não existem apenas imóveis rurais. Existem áreas indígenas, unidades de conservação, cidades, estradas, rios, lagos, lagoas, hidrelétricas, etc.”. Retirando toda essa parte que envolve tais áreas, sobraria uma área de 775,1 milhões de hectares dos imóveis cadastrados no SNCR em 2018. À parte, somente as áreas de conservação e indígenas somam 183,4 milhões de hectares de terras públicas (sem ainda somar as áreas de cidades, hidrelétricas, rios, etc.). Pois bem, se juntássemos e somássemos somente essas duas categorias, as propriedades particulares cadastradas no SNCR e as áreas públicas indígenas e de conservação, daria um total de 958,5 milhões de hectares. Há aí alguma coisa errada, pois o nosso território possui 851,5 milhões de ha, ou seja, 107 milhões a menos que o declarado!

Aí vem uma grande questão: porque sobraram 107 milhões de hectares a mais do que o tamanho da área do próprio território nacional? Já que as áreas públicas não são contabilizadas como imóveis rurais, não possuem cadastro de propriedade privada declaradas? Há uma hipótese.

A conclusão é óbvia: estão sendo declaradas ao cadastro do Incra como propriedades privadas, pelo menos, 107 milhões de ha de áreas que são públicas! É provável que esse montante seja ainda superior a estes 107 milhões de ha, pois, há, por exemplo, 31,4 milhões de ha de Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais que também são áreas públicas e não são UCPIs, mas unidades de conservação de uso sustentável, assim como 15,6 milhões de ha de Reservas Extrativistas

e 11,2 milhões de ha de Reservas de Desenvolvimento Sustentável, o que daria mais 58,2 milhões de ha. Portanto, é provável que as irregularidades no SNCR atinjam 165,2 milhões de ha, o que equivalente a 19,4% do território brasileiro e a 21,3% da área auto declarada pelos imóveis rurais. (ALENTEJANO, 2020, p. 07)

Em concordância com autor, esse fato é de enorme gravidade e suscita enorme fraude no sistema de cadastro rural do Incra, digno de investigação e punição por parte dos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União e Ministério Público Federal. Para Alentejano (2020, p.07) podemos estar diante de algo muito mais grave que a existência de uma fraude no SNCR. A Medida Provisória 910/19 pode significar uma ameaça muito mais grave porque irá legitimar e regularizar a grilagem de terras no Brasil. E ainda mais num momento que o próprio Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles pretende passar a “boiada” nos projetos de leis e nas fiscalizações, aproveitando-se do momento da pandemia. Mas, afinal, o que a grilagem e o mercado de terras têm em comum?

O papel do mercado de terras é dispor de terras para a transação comercial não importando a forma como essas propriedades são adquiridas ou legalizadas. Basta ter terras férteis e disponíveis para a transação comercial ou para a reserva de lucro.

Uma vez que o mercado de terras disponha de certa quantidade da mercadoria terra, ela cumpre com o papel de especular com esses imóveis, seja para compra e venda ou arrendamento (aluguel). O fato de o mercado de terras estar diretamente ligado aos interesses do capital financeiro e dos bancos, é porque o mercado de títulos de propriedade tem a peculiaridade de gerar ativos a partir de investimentos de títulos. Ou seja, o mercado de títulos é independente do valor de mercado fixo, pois especula com o futuro, uma vez que os preços fixos são congelados.

O *mercado de futuros* da Bolsa de Valores tem sido o principal organismo de transação comercial do mercado de terras na atualidade. Ao estipular um preço para um determinado bem de capital pelo seu real custo de produção, no caso de um título financeiro, os casos de títulos de propriedade com direito a renda e ações, dependem no presente da avaliação de futuro relacionados a esse bem.

Exemplo: uma propriedade agrícola tem valor comercial diferenciado a depender da renda da terra<sup>188</sup> diferencial, de onde ela se situa, sua produtividade, geografia, geomorfologia, geologia, entre outros elementos vistos anteriormente. Ela se torna ainda mais valorizada caso haja projetos de infraestrutura no seu entorno, desde uma rodovia, proximidade com a zona urbana, zona cerealista, portos ou ferrovias, etc. a valorização se dá também com a existência de matérias primas in loco, como por exemplo: minérios com possibilidade de exploração e rentabilidade, água em abundância, florestas para exploração de madeira, solo fértil, etc.

O mesmo princípio de formação do preço dos títulos financeiros com direito a renda aplica-se a formação do preço da terra, não apenas sob o seu aspecto formal – preço como capitalização dos rendimentos futuros – mas, ainda, sob o aspecto da racionalidade financeira que passa a governar o cálculo econômico, numa fase avançada do capitalismo em que a terra assume inteiramente o caráter de ativo mercantil. (DELGADO, 2012, p. 46).

Delgado, 2012, p.46) mostra que a circulação financeira passa a ser a esfera do direito sobre a propriedade da terra. E ela se constitui numa unidade autônoma de avaliação onde concorrem outros títulos patrimoniais monopolizáveis. Há alguns elementos importantes a mencionar em relação a essas características: a) O preço da terra começa a seguir a lógica de capitalização da renda da terra; b) Trata-se de monopólio natural apropriado que não é produzido pelo capital;

Para Delgado (2012) Marx não tratou na renda fundiária das questões do mercado de terras como ativo financeiro porque esse assunto é pertinente a atualidade e não estava posto naquele período histórico. Importante acrescentar a sua interpretação desse novo elemento, ou seja, da transformação da renda da terra ao equivalente a uma taxa financeira de juros. A definição do preço da terra, no mercado de terras, no entanto, é similar a outros ativos financeiros. A exclusividade se encontra na criação e circulação de títulos de propriedade com potencialidades de emissão de títulos de “capital fictício”. As negociações das ações em bolsa permitem transformar investimentos “fixos” para uma comunidade de capitalistas em investimentos “líquidos” para um indivíduo.

---

<sup>188</sup> Ver: MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política, Livro 3. O processo global da produção capitalista**. Boitempo, São Paulo: 2017.

Nos estudos de Delgado (2012), sobre o capital financeiro na agricultura, em 1985, confirma-se que a maioria das empresas sociedades anônimas presentes na agricultura não negociavam ações na Bolsa de Valores, conforme citação abaixo:

Ainda que o número de empresas organizadas sob a forma de sociedades anônimas por ações tenha crescido, recentemente, na agricultura brasileira (1984), a grande maioria delas não opera financeiramente na agricultura e estão ligadas a diversificação do grande capital privado na agricultura. (DELGADO, 2012, p. 47).

No entanto, essa realidade modifica-se completamente a partir dos anos 2000 e em particular durante a crise de 2008, onde há intenso processo de centralização e concentração de capitais e juntamente a esse processo, a entrada das grandes corporações brasileiras na Bolsa de Valores. Aderem negociação de títulos de ativos financeiros na Bolsa de Valores, empresas como a Cosan, LDC, JBS, Cutrale, AMBEV, entre outras.

A partir da crise de 2008, que criou grande abalo no setor sucroalcooleiro, motivada pela crise que levou à falência dezenas de usinas no estado de São Paulo, e a queda substancial dos lucros das empresas do etanol; as usinas falidas reaglutinaram setores investidores e bancos para o processo de reativamento e revitalização destas a partir da centralização e concentração de novos capitais que ocorreu devido a tendência de monopolização da *commoditie* Etanol. A crise de 2008 teve um impacto muito forte no setor sucroalcooleiro. Como tendência, apenas as maiores continuaram fazendo novas aquisições de usinas em falência, reativando-as, inserindo-as nas cadeias produtivas monopolizadas por elas. Algumas das grandes empresas do setor como a Cosan, Raizen, LDC, Odebrecht, etc. dominam o setor e as menores empresas em falência são adquiridas e reincorporadas no processo produtivo e na competição acirrada por grupos oligopólios. É nesse período que o mercado de terras também é monopolizado para render maiores lucros futuramente.

No período tratado por Delgado (2012), sobre meados dos anos 1980, havia formas de negociação de títulos de propriedade feitos informalmente no Brasil, sem alcançarem, no entanto, os graus de liquidez, agilidade e transparência que devem ter o mercado da Bolsa de Valores.

No que se refere ao mercado de terras, as instituições financeiras, que no caso brasileiro, realizam esse negócio são, em especial, as imobiliárias rurais, as empresas de colonização privada e ainda, com diferentes variações, os Institutos de Terras Estaduais, o Incra e a Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco, para citar as mais importantes. (DELGADO, 2012, p. 50).

Atualmente esse setor tornou-se altamente moderno, lucrativo, investiu em modernas tecnologias e profissionalizou empresas específicas que atuam como imobiliárias, subsidiárias para a arrecadação de terras para suprir o portfólio das cadeias produtivas ou para funcionarem como reserva de valor de empresas que especulam com o capital financeiro no mundo.

## **5.6 - O INCRA como agencia estatal reguladora do Mercado de Terras**

Para Delgado (2012, p. 56), além do grupo de instituições privadas operantes no mercado de terras, deve se incluir as agencias estatais de terras “as quais capitaneadas pelo Incra, exercem uma importante função política de regulação desse mercado”.

As estratégias de valorização capitalista são diferentes de grupo para grupo. Obtendo a posse de grandes propriedades, há pelo menos três estratégias que se inserem no mercado: a primeira diz respeito a manutenção da terra em estado de ociosidade tendo em vista a valorização especulativa; a segunda consiste na incorporação destas novas terras no mercado imobiliário, seja regulado pelo Incra através de colonização privada ou seja o comercio privado habitual. Vale ressaltar que nos dois casos essas empresas se apropriam dos ‘ganhos de fundador’ pela simples incorporação dos direitos de propriedade no espaço novo de exploração de capital.

Em particular quando essas empresas contam com a legitimação pública do Incra, como é caso dos projetos de colonização privados reconhecidos por esta instituição, os preços dos novos títulos de propriedade ou loteamento que essas empresas colocam no mercado, tendem a se valorizar, tanto pelo prestígio e poder comerciais da colonizadora, quanto pelo aval político da instituição reguladora do

mercado de terras. A renda capitalizada que esses preços embutem é fruto de uma potencialidade peculiar dessas empresas de induzir e fazer aceitar perspectivas favoráveis de expansão futura da agropecuária nestas regiões; da garantia implícita e explícita do Estado a esses projetos; e, finalmente da articulação dessas empresas de terras com instituições financeiras que permitem a ampliação da clientela dos novos proprietários. Essa última condição termina por recair no campo de financiamento dos bancos rurais estatais, sob quais condições de juros, prazos e carências para financiamento fundiário ou financiamento produtivo essa clientela nova será incorporada ao mercado de terras. (DELGADO, 2012, p. 56).

Em meados dos anos 1980, Delgado (1985) já apontava para a tendência das empresas que adquiriam propriedades e as reservavam para obtenção de ganhos especulativos aplicados no mercado de terras, em tais casos, as taxas se davam muito elevadas e concorriam com títulos públicos e outros papéis negociados no mercado financeiro, à taxas reais de rendimento acima de 20% ao ano. Esse tipo de negócio evoluiu nas duas primeiras décadas do ano 2000.

O procedimento mais comum adotado pelo próprio Incra, nos anos 1980, é tratado pelo autor da seguinte maneira:

Os principais instrumentos de discriminação e arrecadação de terras devolutas, desapropriação por interesse social, manipulação dos impostos territorial rural, apoio a colonização privada, concessão de incentivos fiscais etc., dão ainda uma ideia pálida da real articulação das agências estatais com o grande capital. (DELGADO, 2012, p.60)

Importante ainda observar o papel de reguladora e patrocinadora na formação de patrimônios e a captura de “ganhos de fundador” e outros ganhos especulativos por parte de empresas que operam no mercado de terras. Há, nas palavras do autor, (Idem), “o profundo envolvimento da máquina estatal no mercado de terras, ou, ainda, do envolvimento dos bancos estatais com o financiamento rural e, por consequência, em sua contra face, que é a dívida hipotecária rural” (DELGADO, 2012, p. 61).

Predomina ainda a ausência, segundo o autor (Idem) de estudos sobre a política fundiária sobre a vinculação do Estado com o mercado de terras e a privatização de terras públicas. Há que se inquirir sobre os mecanismos reais sobre

os quais se realiza a adjudicação<sup>189</sup> de terras, relativamente ao grande capital, bem como a escolha de clientes, concessão de incentivos fiscais, processo de licitação de terras públicas, titulação privada em terras devolutas, etc. Não bastasse os bancos públicos estarem vinculados aos interesses financeiros de empresas agroindustriais e ligadas ao estelionato com o mercado de terras, o próprio Incra, principal órgão executor de políticas de reforma agrária, mantém um estudo sobre o mercado de terras no estado de São Paulo, o qual foi apresentado através de um relatório em dezembro de 2018.

No documento “Relatório de Análise do Mercado de Terras no Estado de São Paulo – RAMT/SP”, de dezembro de 2018, o Órgão apresenta um estudo dos valores (preços em Reais por hectare), as vantagens do mercado de terras, considerando o perfil produtivo e de infraestrutura existente em cada microrregião do Estado, apontando para as áreas de produção de commodities e o potencial de valorização dos imóveis em dada região.

Dessa maneira, evidencia-se que tanto empresas de capital estatal, responsáveis pela reforma agrária, como empresas privadas tem desenvolvido ações no sentido de identificar, pesquisar, quantificar, caracterizar, monitorar e controlar o mercado de terras no Estado. Inclusive há parcerias de empresas estatais com privadas.

No âmbito da produção capitalista em geral, na região, para Umbelino de Oliveira (2016, p.391) Essas novas empresas de capital aberto, no campo brasileiro estão juntando de forma articulada na aliança de classe com o capital mundial, o rentismo típico do capitalismo no Brasil, e, assim, estão fazendo simultaneamente, a produção do capital via apropriação da renda capitalizada da terra e a reprodução ampliada do capital acrescida do lucro extraordinário representado pelas diferentes formas da renda da terra. Ou seja, passam a atuar no mercado de terras, no preparo da propriedade para produção, na produção em si e na comercialização. E mais, esses grupos interessados em terras brasileiras têm se associado a investidores e fundos, e alguns já abriram seu capital, outros estão se preparando para tal. Além do fato em si

---

<sup>189</sup> Adjudicar áreas significa o INCRA solicitar à Secretaria da Fazenda Nacional o repasse das áreas (fazendas) com dívidas milionárias ou bilionárias à União, para que seja revertido em área passível de ser desapropriada para a reforma agrária, como uma medida de reparo de dano à União. Essa medida é legal e constitucional, porém não é cumprida pelo Estado.



de que a negociação de terras passou a chamar a atenção do setor financeiro, a emissão de ações deu opções para os fundos, permitindo assim, que estrangeiros participem desse mercado, independentemente das ações do governo, quanto a eventuais restrições às aquisições terras por estrangeiro.

## CAPITULO 6

### O AGRONEGÓCIO ENQUANTO *AUTORREPRODUÇÃO* DESTRUTIVA

#### 6.1 – O conceito de *autorreprodução* destrutiva

O século XXI inicia com o agravamento da crise do capital em proporções avassaladoras. O neoliberalismo como programa econômico e político da burguesia se mostrou irresoluto no mundo todo. Aumentou exponencialmente os níveis de desemprego, drenou as riquezas nacionais através das privatizações, tornando os países periféricos ainda mais pobres, desvalorizou as moedas nacionais em detrimento da moeda do império estadunidense, intensificou os níveis de miserabilidade social com as reformas políticas no âmbito da reestruturação produtiva do capital, destruiu os direitos básicos dos trabalhadores, intensificou os monopólios e o controle do capital imperialista, conferindo maior poder à uma burguesia internacional, que lucra através da repartição da mais-valia da classe trabalhadora no mundo todo, onde a divisão internacional do trabalho cumpre com a função de distribuir, organizadamente, no globo terrestre, a extração de mais-valor.

No entanto, diante da grave crise que se intensifica em proporções cada vez maiores, o capital encontra nova forma de administração da crise, a qual Mészáros identifica como *autorreprodução destrutiva* do capital. Tais medidas previnem os países das guerras, que outrora decidiam as crises, (principalmente quando estas eram de superprodução). No entanto, o *modus operandis* tem sido o de encontrar maneiras menos drástica de contê-las e encontrar saídas pela *linha de menor resistência*, menos ofensiva e mais eficiente, ainda que não dispense as guerras (*guerras híbridas* ou clássicas). O capital continua freneticamente produzindo mercadorias e criando mecanismos de consumo, mesmo que artificiais.

Dadas as circunstâncias históricas de desenvolvimento do capital, tratadas desde Marx, a humanidade chegou num patamar em que as condições da produção generalizada de mercadorias definem os limites do capitalismo, ao pôr em movimento

não apenas grandes potenciais produtivos, mas simultaneamente, forças maciças diversificadas e destrutivas. Mészáros (2009), no capítulo 16 da obra *Para Além do Capital*, chama a atenção para a administração da crise através do papel da *autorreprodução destrutiva*. Tais forças fornecem ao capital em crise, novas margens de expansão e novas maneiras de administrar e conter as barreiras em que se encontra.

Na concepção de Mészáros (2009, p. 698)

Para compreender essas desconcertantes características do capitalismo contemporâneo, é necessário traçar uma distinção vital entre *produção* e *autorreprodução*. A razão de esta distinção ser tão importante é que o capital não está, em absoluto, preocupado com a produção em si, mas somente com a *autorreprodução*. Do mesmo modo, o “irresistível impulso para a universalidade” do capital só tende a expansão global de sua autorreprodução, em oposição aos interesses da produção humanamente significativa e compensadora.

Nesse sentido, o autor caracteriza que os limites do capital não podem mais serem conceituados como mero obstáculos materiais a um maior desenvolvimento da produtividade e de riquezas sociais, inclusive como uma *trava* ao desenvolvimento, mas como um desafio direto a própria sobrevivência da humanidade. O mesmo não está preocupado com a produção em si e como se produz; está preocupado apenas com a sua autorreprodução. A questão é saber se prevalecerá o consumo humano de valores de uso com base em necessidades ou o “consumo” por meio da destruição, o qual é decidido como adequação para satisfazer os requisitos globais da autorreprodução do capital. Embora, mesmo nas piores circunstâncias, afirma o autor (Mészáros, 2009) é que, encontramos uma combinação de ambas. Mas a tendência crescente é a favor da última, a que ele chama de um *pseudoconsumo destrutivo*.

Apesar da crise de grave magnitude, o capital tem demonstrado, que “os limites para a sua expansão estão significativamente ampliados e que as condições objetivas de saturação da estrutura global, de operações lucrativas do capital estão significativamente redefinidas. (MÉSZÁROS, 2009, pg. 683).

Isso nos leva a pressupor que, as condições de lucratividade do capital, mesmo diante da grave crise, estão garantidas e o mesmo, na luta incessante por sua continuidade, cria formas novas e redefinidas de atuação.

O capital, em seus objetivos autoexpansivos de produção, é totalmente desprovido de um quadro de referência e de medida humanamente significativo, a passagem da produção *orientada-para-o-consumo* ao “consumo” pela *destruição* pode se dar sem nenhuma dificuldade importante no campo da própria produção. Ao mesmo tempo, os obstáculos para a necessária racionalização político ideológica e a legitimação de tais mudanças podem ser prontamente desmantelados pelos interesses privados dominantes e pelo Estado capitalista pela manipulação da “opinião pública” e pelo controle combinado dos meios de comunicação de massa. (MÉSZÁROS, 2009, p.692).

A mesma ‘reversão destrutiva’ se aplica ao desenvolvimento da ciência e a transformação das práticas produtivas de acordo com suas potencialidades, que supostamente deveriam favorecer o valor de uso em progressiva expansão com o desdobramento das necessidades humanas. Ou seja, não é somente o aspecto da produção de mercadorias que se encontra numa situação de reversão destrutiva, mas o próprio desenvolvimento da ciência, como advento histórico da era moderna também se encontra no apogeu da reversão destrutiva.

Assim, a própria dinâmica interna do avanço produtivo, baseada nas potencialidades objetivas da ciência e da tecnologia, – por mais *perdulárias* e destrutivas – incidem sobre a autorreprodução, com o *bloqueio* de abordagens produtivas alternativas que possam interferir nas exigências fetichistas do valor de troca em auto expansão (Mészáros, 2009, p. 676).

Como resultado das novas exigências e determinações do capital, a *ciência* é desviada de seus objetivos positivos, e a ela é designado o papel de ajudar a multiplicar as forças da destruição. A mesma ciência que potencializou o desenvolvimento da humanidade, que produziu conhecimentos e saberes racionais uteis, se curva perante a irracionalidade destrutiva do capital e suas exigências

fetichizadoras e alienadoras, onde o valor de uso de necessidades humanas não tem viabilidade ética, a não ser o lucro.

Portanto, para Mészáros, (2009, p. 694), as necessidades alienadas e as perversas exigências produtivas da autorrealização do capital não permitem a criação do pleno desenvolvimento de necessidades e potencialidades humanas (que é primariamente um desafio sociocultural). Pelo contrário, as necessidades artificiais da destrutiva expansão do capital tendem a competir, e na ocorrência de incompatibilidades, a suprimir as mais elementares necessidades da maioria da humanidade. É compreensível, portanto, que a produção de uma “abundancia constantemente maior” se converta num sonho cada vez mais ilusório (...). apesar do aumento assustador das forças abstratamente “produtivas” da sociedade, que estão condenadas a permanecer abstratas e estéreis, ainda mais, contraprodutivas, por causa de sua inserção social capitalista e sua dissipação destrutiva.

Importante trazer a dimensão do agronegócio como parte dessa *força produtiva abstratamente estéril* e potencialmente destrutiva, como um modelo produtivo, que desde o programa da Revolução Verde, da modernização conservadora da agricultura, da reestruturação produtiva, incorpora elementos novos à um determinado tipo de modelo produtivo, o qual incrementa nova tecnologia para intensificar a produtividade em termos absolutos, em contraste com aumento da fome; e atualmente insere-se num desenvolvimento típico da era de financeirização, de produção fictícia e acirramento dos monopólios, causando a *autorreprodução destrutiva* por onde se expande, por meio da combinação dialética entre arcaico e moderno.

Passados mais de cinquenta anos, num cenário em que a modernização do campo alterou as condições para o surgimento do agronegócio, percebe-se que o desenvolvimento da agricultura e da economia capitalista paulista e em particular da região centro oeste, a modernização da agricultura também “conservou uma estrutura fundiária desigual e contraditória, representada pela concentração da propriedade da terra e dos meios de produção por parte da burguesia agroindustrial, gerando assim, uma estrutura altamente concentrada em uma parcela relativamente pequena de proprietários e simultaneamente em contraste com uma multidão de agricultores sem terras (ou com pouca terra e meios de produção insuficientes) para a manutenção de sua existência.

A seguir, elencar-se-ão os principais elementos da produção destrutiva e da autorreprodução destrutiva protagonizada pelo agronegócio e que ameaça severamente a continuidade de todas as formas de vida existentes na Terra:

## **6.2 – O agronegócio como *autorreprodução* destrutiva**

A modernização conservadora que se fundamentou com o modelo tecnológico da revolução verde tinha como discurso oficial acabar com a fome no mundo e portanto, a técnica e a ciência precisavam contribuir com a agricultura no aumento de produtividade. Produzir mais em menos tempo e com a mesma quantidade de solo. O capital intensificou a produção de mercadorias agrícolas, mas esteve longe do interesse de acabar com a fome no mundo, uma vez que as necessidades humanas não pautam as estratégias do capital, as quais não correspondem necessariamente com valor de uso do consumo humano. Falta-lhe comprometimento ético com a produção e a reprodução da vida em condições dignas de existência.

Neste sentido, a produção de cana de açúcar para etanol, a soja para ração e derivados, o eucalipto para celulose e papel, a laranja para suco, óleos e essências, etc. que são as principais cadeias produtivas do agronegócio paulista, não podem ser considerados voltados para a produção de necessidades humanas. São destinados milhares de hectares das terras para a produção *abstrata e estéril* do agronegócio. Tal modelo impulsiona a produtividade em termos absolutos, chegando ao limite máximo dos recordes de produção e exportação de produtos primários, em conexão com os limites máximos da concentração da terra, dos meios de produção e do lucro. Consequência do monopólio da terra, decorrem outros problemas, como, o aumento dos conflitos no campo com a expansão sobre comunidades que vivem em territórios preservados, os quais são confrontados permanente com situações de tensionamento e pressão na disputa por esses territórios. A autorreprodução do capital necessita destes territórios como fonte de alternativas redefinidas e ampliadas de auto expansão.

Os dados sobre os conflitos no estado, analisados pelo “Observatório dos Conflitos agrários do Estado de São Paulo”, pesquisa feita pela Unicamp (2017),

demonstram que a expansão do agronegócio através de megaprojetos, tem impactado os territórios de resistência, de camponeses e povos tradicionais, através da concentração fundiária, da expulsão de trabalhadores rurais de seus territórios, particularmente indígenas, quilombolas, posseiros e assentados de reforma agrária, os quais tem ocorrido de várias maneiras: violência física, violência patrimonial, emocional, chantagens, projetos de leis, despejos, expulsão e até mesmo assassinatos. (OBSERVATORIO DOS CONFLITOS AGRARIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017).

A sanha de apoderar-se da terra e dos bens da natureza para transformá-la em mercadoria e lucro, leva o capital à novas disputas pela apropriação da terra, biodiversidade e riquezas que são colocados massivamente em processo de novas mercadorias, nova circulação, para continuidade de novos lucros.

As áreas pretendidas pelo capital, - uma vez que este já tem sob seu domínio quase metade das terras disponíveis para a agricultura no país (1% dos grandes proprietários concentram cerca de 46% das terras agricultáveis) -, são as terras públicas e de comunidades rurais, que ainda restam sob a mira do capital para valorização financeira, localizadas em lugares estratégicos, pois possuem riquezas preservadas. Destacam-se como áreas públicas na região centro oeste paulista, de interesse do capital, os mais de 450 mil hectares de terras devolutas na região oeste e extremo oeste (Pontal do Paranapanema), áreas de permanente conflito, assim como as terras públicas na região central, em Iaras e Borebi, Lençóis Paulista, próximo a Bauru, onde cerca de 50 mil hectares de terras públicas pertencem a União e estão griladas, sendo motivo de disputas judiciais entre empresas, Incra, Ministério Público e poder Judiciário, conforme visto anteriormente. Também se destaca regiões de conflito no estado de São Paulo regiões como o Vale do Ribeira, alto Vale do Ribeira e litorânea pela rica biodiversidade preservada, como parte da especulação imobiliárias, hidrelétricas e mineração; ao mesmo tempo as de elevada valorização imobiliária como as áreas de região metropolitana próximas a capital São Paulo e grandes centros urbanos, como as regiões de Campinas, no entorno da grande São Paulo. Assim como as terras produtivas e valorizadas pela sua alta fertilidade, como as de Ribeirão Preto, Jaú, centro-sul e sudoeste do estado de São Paulo. Todas essas áreas estão em disputa pelo capital não só na região centro oeste paulista, mas em todo o Estado, cada região com suas características particulares.

Para além dos fatores da concentração da terra e dos focos de conflito, motivadas pela produção e *autorreprodução* destrutiva do capital, protagonizada pelo agronegócio, situam-se dentre muitos elementos, sobretudo os desafios também do ponto de vista ambiental.

#### **a) Commodities x produção de alimentos:**

O Estado de São Paulo se insere no contexto da produção sucroalcooleira para os agrocombustíveis destinando milhares de hectares a produção de commodities, as quais competem com áreas produtoras de alimentares. O estado possuía em 2010 uma área plantada com cana de 4.5 milhões de hectares. Em 2020 essa área atinge 5, 6 milhões de hectares ([www.investe.sp.gov.br](http://www.investe.sp.gov.br), 2021).

Gerson Teixeira (2010) afirma que São Paulo possuía cerca de 55.3% da área plantada de cana no Brasil, ou seja, acima da metade do restante do Brasil.

Enquanto a produção de cana em São Paulo cresceu 70% no período, alcançando 386 milhões de ton em 2010, o equivalente a 60% da produção nacional, a produção, no estado, de arroz, feijão e milho declinou, respectivamente, 20%; 6.3% e 1.1%. (TEIXEIRA, 2010, p.03)

Ao mesmo tempo em que os estudos de Teixeira (2010) apresentavam a diminuição de lavouras alimentares em detrimento do aumento da plantação de cana para a fabricação de açúcar e álcool; outro elemento que surge em decorrência deste projeto, foi a reconcentração da propriedade fundiária, onde, segundo Teixeira (2010), no período de 1995 a 2006 o número de estabelecimentos agropecuários acima de 1.000 hectares aumentou para 9.578 unidades (4%), passando de 218 mil para 227.6 mil estabelecimentos, enquanto que a pequena propriedade diminuiu.

Os estabelecimentos com as maiores áreas (1.000 ha e mais) tiveram incremento de área em 10 anos, de 25%. Em 1995 acumulavam 4.8 milhões de hectares. Em 2006, 5.9 milhões de hectares; um acréscimo de 1.2 milhão de hectares. Ou seja, enquanto a participação do número desses estabelecimentos no número total se manteve em 1% (são 2 mil estabelecimentos nessa faixa), a área acumulada pelos mesmos, correspondente a 27.4% da área total em 1995, saltou para



35.5% em 2006. Já os estabelecimentos, em SP, com áreas inferiores a 100 hectares tiveram incremento no número, de 13.4 mil (totalizam 197.8 mil unidades). Todavia, tiveram perda de área de 419.5 mil hectares (-9%). Acumulam 4 milhões de hectares. Representam 87% do número total de estabelecimentos com 23% da área. (TEIXEIRA, 2010, p. 06)

É evidente que a fase expansiva do agronegócio definido por novas políticas ao setor sucroalcooleiro, levou ao aumento da área produtiva no estado, por diversas razões e dentre elas se destacam a infraestrutura, assim como, estudos apontam para a hipótese de diminuição de produção de alimentos, em função do aumento da concentração de terras, 'aquecimento' do mercado de terras, apresentando riscos para a cultura alimentar no estado, decorrente da expansiva monocultura da cana.

Existe um elo, um fio condutor na produção de mercadorias ligadas à *nossa* vocação de país agrícola. Isso faz com que as empresas de outros ramos que aparentemente não tem nada a ver com a agricultura, como a área militar por exemplo, forneça também suas especialidades e tecnologias para o avanço do agronegócio. Trata-se de uma cadeia gigantesca de uma única unidade produtiva, em que se inter-relacionam agricultura, indústria, bancos, ou mesmo a área militar, especializando-se em produzir tecnologia destinada a produção de matérias primas para o exterior.

De fato, conforme afirmou Mészáros (2010), as necessidades alienadas e as perversas exigências produtivas da autorrealização do capital não permitem a criação do pleno desenvolvimento de necessidades e potencialidades humanas. Pelo contrário, as necessidades artificiais da destrutiva expansão do capital tendem a competir, e na ocorrência de incompatibilidades, a suprimir as mais elementares necessidades da maioria da humanidade.

#### **b) desemprego:**

É na primeira década dos anos 2000 que o agronegócio renova a capacidade em produtividade através de intenso incremento tecnológico. Maquinários ultramodernos passam a fazer parte do perfil dos diferentes setores: “No acumulado de janeiro a maio de 2020, foram 15,7 mil unidades vendidas, aumento de 0,9% ante

igual período de 2019.”<sup>190</sup>. As grandes feiras do agronegócio, a exemplo da principal feira de tecnologia que ocorre anualmente em Ribeirão Preto/SP, a *Agrishow*, ou a *showbisness* difunde a tecnologia ultramoderna que surge no mercado brasileiro e internacional, como dito anteriormente. Do ponto de vista da tecnologia, setores da agricultura *mundializada* que representam parte do agronegócio, estão no mesmo patamar que empresas de países de capitalismo central. O nível tecnológico de algumas corporações brasileiras pode ser equiparado ao desenvolvimento técnico de corporações dos EUA, Europa ou Japão no ramo da agricultura.

O desemprego que é estrutural nas cidades, também vai se tornando estrutural no campo, dado que o incremento técnico se tornou realidade sem precedentes na agricultura capitalista. Na região central, são pelo menos 16 mil trabalhadores rurais demitidos nas lavouras de cana. (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, Duartina, 2020).

Não se trata, porém de soluções conjunturais, dada a gravidade de um problema estrutural:

É impossível visualizar uma solução para tal problema estrutural pela simples “criação de mais empregos”, pela “reestruturação da economia”. O que está em jogo não é a eficiência do capital, que pode ser aperfeiçoada pela maior ou menor realocação drástica dos recursos econômicos, mas ao contrário, a verdadeira natureza da sua produtividade: uma produtividade que necessariamente define a si mesma por meio do imperativo da sua implacável auto expansão alienada como produtividade destrutiva, que sem cerimônia, destrói tudo o que esteja em seu caminho. (MÉSZÁROS, 2009, p. 88).

Tal problema de ordem estrutural no âmbito global, desloca-se para o âmbito local na mesma proporção e gravidade, ocasionando a totalidade dos seus efeitos tanto em países pobres como nos ricos. Nesse sentido, os efeitos da autorreprodução destrutiva são sentidos no centro do imperialismo, como nas pontas e becos das

---

<sup>190</sup> Segundo o Canal Rural, em matéria veiculada em 05/06/2020 “Venda de máquinas agrícolas cresce 23% em maio, diz Anfavea. No acumulado de janeiro a maio, foram 15,7 mil unidades vendidas, aumento de 0,9% ante igual período de 2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agronegocio/venda-de-maquinas-agricolas-cresce-23-em-maio-diz-anfavea/> - acesso em 02 de julho de 2020.

periferias do sistema. Na região centro oeste paulista, está sediada uma das maiores fabricantes de máquinas agrícolas do país e do mundo: a Jacto. Sua fábrica principal tem sede em Pompeia, próximo à Marília, mas atua em mais de 100 países, com fábricas no Brasil, na Argentina e Tailândia e escritórios comerciais nos Estados Unidos e no México. Desenvolve equipamentos e máquinas de alta tecnologia para agricultura de precisão, especialmente no ramo de tratores, colheitadeiras, equipamentos de pulverização, adubação, etc. uma de suas metas futuras é a criação de um veículo autônomo (guiado por GPS).

Por que ter um colaborador operando apenas uma máquina, quando ele pode — a partir de um centro de controle — fazer com que diversos equipamentos autônomos trabalhem simultaneamente, aumentando a produtividade da fazenda? Além disso, nem mesmo é preciso estar no mesmo local para fazer com que o trabalho continue em andamento. (JACTO, 2021)<sup>191</sup>

No âmbito da tecnologia, em 2008, a Jacto começou a desenvolver o Jacto Autonomous Vehicle (JAV), que se posiciona por GPS e conta com sensores e câmeras que permitem captar informações variadas, sejam da máquina ou do ambiente onde se encontra. “A empresa, agora, quer incluir um pulverizador autônomo ao equipamento — mais um desafio rumo ao centenário da marca”. (JACTO, 2021). A lógica da agricultura de precisão é investir em tecnologia, enquanto, no âmbito do emprego de trabalho humano, o desemprego aumenta em velocidades recordes. A lógica da autorreprodução do capital permite o contraste da automação no nível da robótica, da informática, da nanotecnologia, da ciência utilizada para a finalidade do lucro, na mesma proporção que esse avanço gere o desemprego de milhares, em sintonia com a produção da barbárie e da fome. Do ponto de vista da autorreprodução do capital e da ética científica para essa finalidade, não é contraditório.

### **c) *desmatamento:***

---

<sup>191</sup><https://blog.jacto.com.br/centenario-jacto/> - acesso em 29 de março de 2021.

Uma das medidas que impactou a questão ambiental e implicou no aumento do desmatamento no Brasil está relacionada à aprovação do ‘novo’ Código Florestal<sup>192</sup>, em 2012, que estabeleceu novas diretrizes sobre as políticas de meio ambiente<sup>193</sup>. Tal reforma, aprovada sob a pressão da bancada ruralista, relativizou os crimes ambientais, criou permissões sobre transações especulativas com a biodiversidade do país; permitiu a expansão de monoculturas sobre reservas ambientais e o desmatamento de áreas que ainda preservam florestas nativas. Não só concedeu novas permissões amplas para os desmatadores, como proporcionou a anistia das dívidas ambientais existentes, mesmo para os que respondiam juridicamente por infrações ambientais. Após a aprovação do Código, novas fronteiras agrícolas foram abertas em áreas estratégicas do ponto de vista ambiental.

Os desmatamentos e queimadas, formas primitivas de inserção de lavouras em novas fronteiras agrícolas, colocam em xeque as florestas, pelos proprietários de terras que abrem nova fronteira agrícola permanentemente, colocando em prática ações nocivas, como queimadas ou a retirada massiva de madeiras. Essas atividades, muitas vezes ilícitas, causam enorme impacto para as populações locais e para a sociedade de forma geral, de maneira que o ambiente levará séculos para se regenerar, mas no tempo e na velocidade frenética do capital em renovar seus lucros, não existem possibilidades de regeneração. Graves consequências ambientais de alterações climáticas, poluição do ar, migração de vírus e doenças, migração e extinção da fauna e flora, diminuição das nascentes de água, etc. poderão ser ocasionadas de forma irreversível num futuro breve.

#### **d) queimadas:**

As queimadas, historicamente, nas formas arcaicas de agricultura, cumprem com a função de inserir novas terras nos processos produtivos, uma vez que se trata

---

<sup>192</sup> Sobre a reforma do Código Florestal, ver: PRESIDENCIA DA REPUBLICA, CASA CIVIL, SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURIDICOS. Lei Nº 12.651 DE 25 DE MAIO DE 2012. [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2012.6512012?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.6512012?OpenDocument) – acessado em 01 de julho de 2020.

<sup>193</sup> As mudanças estavam relacionadas a proteção, vegetação, área florestal área de proteção ambiental, meio ambiente, reserva ecológica, zona costeira, atividade agropecuária, critérios e obrigatoriedade, recuperação ambiental, faixas territoriais, curso d’água.

de um processo rápido e barato, principalmente em regiões de nova fronteira agrícola, onde a vegetação de estratos altos ao invés de serem derrubados e removidos, são queimados e transformados e a rápida absorção das cinzas devolvem minerais e nutrientes ao solo. No entanto, o custo ambiental dessa prática é totalmente nociva à natureza.

Atualmente, na região Amazônica, Cerrado e Pantanal foram devastados milhares de hectares de terras com florestas preservadas, públicas e privadas, sem que houvesse qualquer ação do Ministério do Meio Ambiente ou do presidente da República em 2019 e 2020, causando o horror das imagens destruídas da fauna, flora, agricultura e moradias queimadas, as quais chocaram o mundo. Em retaliação ao governo brasileiro, algumas fontes e fundos de financiamentos, fomentos ambientais ao Brasil cortaram seus recursos, manifestados por países como a Noruega, entre outros. Foram ao menos 20 parques federais e estaduais, terras públicas pertencentes à União, que sofreram com incêndios e queimadas, as quais destruíram parte ou toda a riqueza de biodiversidade existente.

Viu-se no capítulo 5, sobre a financeirização e o mercado de terras, em que imagens da NASA detectaram queimadas na Amazonia, em áreas pertencentes ao fundo de pensão privada de professores da Universidade de Harvard, através do fundo TIAA, que investe em terras na região MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). É sabido também que as grandes subsidiárias das grandes empresas brasileiras, voltadas para o setor imobiliário na corretagem de terras para o mercado financeiro, estão envolvidas com os processos de formar um mercado de novas terras prontas para a expansão de commodities. Empresas como a Radar/S.A, SLC Land Co (adquirida pela Camil), dentre outras, possuem a função de aumentar o portfolio de terras para o processo produtivo, inserindo-as no rol de novas fronteiras agrícolas. Ver relação dos parques nacionais e estaduais devastados por queimadas, na sessão de Anexos, na Tese.

#### **e) desertificação dos solos**

A desertificação dos solos ocorre ao longo de décadas e séculos de uso. É causada pelos efeitos de práticas nocivas, como: desmatamento, queimadas, principalmente pelo impacto dos maquinários que o torna compacto (onde estes destroem a massa de matéria orgânica, causam a diminuição dos microrganismos), falta de matéria orgânica, falta de sombra, etc. Tudo isso, ligado à ação dos pesticidas, adubos químicos, etc. todos esses elementos em conjunto ou paralelo, levam, no decorrer das décadas e séculos à exaurimento e desertificação do solo, sobretudo quando não há processos de reposição de nutrientes, pousio, plantio direto, dentre outras técnicas.

Para Engels (2020), no domínio técnico científico do homem sobre a natureza, o autor afirma que ‘não devemos nos lisonjear com nossas vitórias humanas sobre a natureza, dado que ela poderá nos vingar’. Para o autor, quando se acabaram com as florestas na Mesopotâmia, na Grécia, na Ásia Menor e em outros lugares para obter terreno cultivável não pensavam que lançavam as bases para a atual desertificação dessas terras, ao retirar delas, junto com as florestas, os locais de acúmulo e reserva de umidade. O mesmo raciocínio é válido para pensar atualmente a *dialética da natureza* sob o domínio do agronegócio. Com os impactos da destruição ambiental, causadas pelo domínio técnico científico de caráter autodestrutivo, os solos vão se tornando erodidos, desertos e improdutivos, dada a irracionalidade da produção do agronegócio na utilização desenfreada, retirando deste a sua matéria prima para a fertilidade e umidade, que são as florestas heterogêneas. Todos esses fatores técnicos levam, com o passar do tempo, à mudanças na composição química, física e orgânica, levando-o a pobreza de nutrientes e consequentemente a diminuição da capacidade produtiva, tornando-se impróprio para a agricultura, tendo que aumentar os gastos com adubos, agrotóxicos, irrigação, etc. dando continuidade ao círculo vicioso da revolução verde para o aumento da produtividade.

#### **f) Projeto *Terminator* e Transgênicos:**

A “revolução biotecnológica” foi implantada pelas multinacionais, usando inclusive, o recurso da “propriedade intelectual” com a chamada “Lei das Patentes”,

editada para proteger a 'pirataria' dessas organizações. As plantas transgênicas coroam o ciclo da dependência segundo Machado et al (2013).

Em outros termos, a perda da autonomia camponesa ou do produtor de alimentos diante do controle da biodiversidade e manipulação genética pelo capital, com amparo no código de leis, como, por exemplo, a lei de propriedade intelectual (patente e proteção às cultivares), expõe a sociedade ao destrutivismo fundamentado no "pacote tecnológico" que assegura às sementes (ao seu controle e manipulação) a condição de meio de produção ligada à aplicação de agroquímicos que, no caso da Monsanto, responde com mais de 70% do mercado brasileiro, desenha o trágico quadro conforme o qual apenas 15% das sementes vendidas no país são convencionais e 85% são transgênicas, o que contrasta com a predominância de 80% das sementes disponibilizadas para alimentação, no mundo, serem espécies crioulas e, como se constata, estão seriamente ameaçadas, juntamente à biodiversidade e à soberania alimentar dos povos. (THOMAZ JUNIOR, 2010, p. 11 e 12).

A produção dos alimentos saudáveis em contraposição a produção de commodities passa a ser estratégica no mundo e particularmente no Brasil, o qual predomina a manipulação genética pelo grande capital. O país detém cerca de 85% das sementes transgênicas e, somente a empresa Monsanto, em 2010 controlava 70% do mercado brasileiro de agroquímicos, do qual as sementes transgênicas são dependentes. O Brasil é o segundo maior produtor de produtos transgênicos, ficando atrás apenas dos Estados Unidos.

Para Machado et al. (2013), empresas como Monsanto, Bayer, Syngenta, protagonizaram a revolução biotecnológica e a lei de patentes para piratear a propriedade intelectual sobre as formas genéticas da agricultura, do conhecimento fruto de pesquisas públicas e privadas como também pertencente a sabedoria camponesa acumulada e transmitida em centenas de anos.

Os produtos transgênicos permitem alterações dos padrões genéticos na composição das plantas. O problema, no entanto, não é a transgenia em si. Partimos do pressuposto que todo ser vivo possui um código genético que identifica suas principais informações: sua qualidade e matriz biológica, variedade, composição de genótipos, etc. essa carga informacional mostra a origem, seu código, a matriz

produtiva desta planta – a natureza ao longo dos anos vai qualificando e selecionando um código genético, melhorando-o naturalmente.

A ameaça ocorre quando a ação humana pretende substituir o processo natural, através de desenvolvimento técnico, voltado para o interesse restrito de poucas corporações monopolistas, de forma massiva e rápida, e ainda introduz espécies incompatíveis geneticamente, na tentativa de formação de outro tipo genético desconhecido da decodificação que a própria natureza faz com o produto de sua criação. Isso significa dizer que as alterações e a introdução de corpo estranho na mudança de um gen, alterando-o para outro tipo de organismo geneticamente modificado. Significa que a natureza, controladora dessas alterações não terá mais a capacidade de produzir, identificar e controlar o desenvolvimento de gens na natureza. Haverá uma alteração em escala que modificará o tamanho, a variedade, a cor, sabor, formato, textura em escala massiva e de forma artificial, descontrolada, cujos danos à ciência e à humanidade ainda precisam ser estimados.

Um dos riscos da transgenia é fazer a mudança de alterações genéticas nos padrões existentes e provocar um descontrole ambiental na produção de corpos estranhos na natureza. Sabe-se que a própria natureza faz seleção ou alteração genética ao longo do tempo, os agricultores também em pequena proporção, quando querem modificar ou melhorar uma espécie. No entanto, o que se questiona é o interesse mercadológico de alterações realizadas em laboratórios em grande escala, massivamente e em profundidade, visando alcançar melhores resultados em desenvolvimento biológico de resistência de plantas à pragas e a melhoria da qualidade dos produtos, em benefício do lucro de algumas empresas monopolistas. Os produtos geneticamente modificados espalham sementes que se polinizam em lavouras não transgênicas contaminando os seus arredores. Pássaros e abelhas não polinizam plantas transgênicas. Além do mais, os OGMs dependem de grande quantidade de agrotóxicos para matar microrganismos que são compreendidos/decodificados pelos “leitores digitais” dos radares e drones como “pragas”. O que o agronegócio chama de “praga” são os microorganismos que trabalham na imunização e na autodefesa das plantas e na umidade do solo. O agrotóxico mata todo tipo de ser vivo que se aproxima da área pulverizada: desde pássaros, borboletas, lagartas, insetos, joaninhas, grilos, ratos, sapos, formigas, lesmas até os bichinhos microscópicos. Toda uma cadeia alimentar é destruída. Ao



longo do tempo, alguns tipos de insetos se tornam resistentes ao veneno, produz-se o aumento desta população, deste ser vivo, sem ter um predador natural, pois a cadeia alimentar em áreas de uso de agrotóxico ficou comprometida. Esses insetos em grande população precisam migrar para áreas que encontrem alimentos. Um bom exemplo, é a nuvem de gafanhotos que se aproximou da fronteira entre a Argentina e o sul do Brasil. Esses desequilíbrios são decorrentes destes fatores. Portanto, este tipo de procedimento sobre a transgenia, (mesmo com fortes suspeitas de levar a má formação genética em humanos), ao nosso entender, em nome do lucro, sem discussão com a sociedade, está relacionado à ética científica e deve ser debatido no conjunto da sociedade antes de ser aprovado.

Outra questão importante, além dos transgênicos serem totalmente dependentes de agrotóxicos em larga escala; as sementes dos organismos geneticamente modificadas são estéreis. Não se reproduzem após a primeira colheita, e o agricultor/agricultora obrigatoriamente tem que comprar nova semente para o próximo ciclo e assim sucessivamente. Para os autores Machado e Machado Filho, (2013), a Syngenta, Monsanto, Dupont, Bayer e Basf controlam também a totalidade do mercado mundial de sementes transgênicas.

Revela-se que essas corporações não têm outra ética que não seja a do lucro e da reprodução do capital. Na crise mundial 2007/2008, que abalou o mundo provocando escassez e elevação do preço dos alimentos, a Syngenta teve lucros extraordinários, superiores aos dos anos anteriores, fazendo da fome um verdadeiro negócio (RIBEIRO, 2009, p. 164 In MACHADO; MACHADO FILHO, 2013 p. 86).

Organismos de controle como a CNTBio e ANVISA (Agencia Nacional de Vigilância Sanitária) facilitam o registro e uso de venenos e transgênicos, inclusive aqueles que estão proibidos em outros países.

A proteção dos conhecimentos tradicionais (da diversidade cultural da agricultura camponesa), imprescindível para o melhoramento genético e varietal dos recursos fitogenéticos para a alimentação e agricultura, associada à participação na tomada de decisões, em nível nacional, sobre a conservação e utilização sustentável desses recursos e ao direito de participar de forma justa da distribuição dos benefícios oriundos do emprego desses conhecimentos, enfatizam as questões

essenciais no âmbito da proteção dos direitos dos agricultores<sup>194</sup>.  
(THOMAZ JUNIOR, 2010, p. 13)

Os agricultores, as comunidades camponesas que historicamente cuidaram das sementes, preservaram e melhoraram as espécies, estão seriamente ameaçadas, pois o agricultor que não pagar pelos *royalties* de patentes, não poderá armazenar sementes que já foram adulteradas para que sejam reproduzidas. Determinados tipos de sementes não germinam mais, produzem uma única vez. As sementes híbridas e transgênicas, por exemplo, são fabricadas por corporações que mantêm o monopólio das mesmas e depois de alteradas geneticamente são patenteadas e cobradas *royalties* e outras taxas sobre as patentes. Elas são modificadas em laboratório para que se tornem propositalmente estéreis, para que o agricultor precise sempre comprar novas sementes e não as guarde para a safra seguinte. Esse desenvolvimento técnico tem a ver com o projeto *Terminator*<sup>195</sup>. As sementes chamadas crioulas, que são mantidas sobre o controle dos camponeses, sem modificações genéticas artificiais de laboratório são que perpassam vários ciclos sendo germinadas, reprodutivas e melhorando a sua qualidade e variedade a cada ciclo. É naturalmente capaz de germinar por vários ciclos. Ela vai se adaptando ao pH do solo, aos nutrientes minerais e naturais, físicos e orgânicos do próprio solo, a temperatura do clima local, temperatura do local de armazenagem, etc., tornando espécies diferenciadas em cada bioma e região. As sementes nunca são iguais. Elas carregam na sua genética todas essas informações, para isso, os camponeses gostam tanto de intercambiar variedades de sementes de outras localidades e regiões como uma forma de intercâmbio cultural, de troca de saberes e de cultura a partir da partilha de sementes.

Para Thomaz Junior (2010), há outro elemento de enorme gravidade sobre os hábitos alimentares que dizem respeito à saúde e à qualidade de vida da humanidade, que está relacionada a segurança alimentar, como também a soberania alimentar dos povos.

Sem contar os estragos já anunciados da contaminação genética das sementes crioulas, por meio da polinização cruzada das lavouras

---

<sup>194</sup> A esse respeito, ver, PACKER, 2010.

<sup>195</sup> Tratam-se de sementes transgênicas modificadas para se tornarem estéreis a partir da segunda geração.

convencionais pelas transgênicas (OGMs), que têm sido focadas no âmbito do controle do capital, ou seja, o argumento de que o *terminator* chega para ficar, pois é a principal ferramenta de “biossegurança”. A rejeição desse argumento se faz urgente, pois a tecnologia *terminator* não irá frear a contaminação; ao contrário, a própria tecnologia trará um risco adicional à biossegurança, o que causará riscos para os camponeses e os povos (THOMAZ JR., 2010, p.24)<sup>196</sup>.

Há real ameaça à questão dos alimentos no Brasil por parte do projeto *Terminator*.

Em meio à atual crise política, a bancada ruralista no Congresso se movimenta para aprovar um projeto de lei que modificaria a Lei de Biossegurança. Se aprovado, o PL 1117 fará do Brasil o primeiro país no mundo a legislar em favor do cultivo comercial de plantas propositalmente estéreis, afrouxando a proibição às chamadas sementes Terminator. (TERRA DE DIREITOS, 2015, pag. 01)<sup>197</sup>

Organismos como a Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBIO), que tem como função manter o rigor científico e zelar pela segurança alimentar dadas as prerrogativas de aumento dos riscos à segurança e ameaças constantes, têm permitido que as legislações sejam modificadas.

Desde a aprovação da Lei de Biossegurança em 2005, parlamentares tentam liberar o cultivo de plantas Terminator. O projeto libera essas sementes nos casos de “plantas biorreadoras” ou plantas que possam ser “multiplicadas vegetativamente”. Plantas biorreadoras incluem qualquer planta modificada geneticamente para uso industrial -- por exemplo, para a indústria farmacêutica ou para a produção de biocombustíveis. (TERRA DE DIREITOS, 2015, p. 01).

Segundo a reportagem publicada na Carta Capital (2015) e reproduzida na revista Terra de Direitos (2015), as plantas “multiplicadas vegetativamente” são aquelas que se reproduzem assexualmente. Essas exceções poderão permitir o uso

---

<sup>196</sup> Cf. ECONEXUS, 2006. [N.A.].

<sup>197</sup> Carta Capital, julho 2015, IN: Terra de Direitos, 2015.

de espécies estéreis no cultivo de algumas das lavouras principais no Brasil, como cana-de-açúcar e eucalipto.

As sementes seriam também liberadas para o cultivo de plantas consideradas “benéficas para a biossegurança”. Essa linguagem vaga introduz outra brecha interessante aos produtores das sementes transgênicas. Caberia a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), onde a bancada ruralista goza de boa influência, a decisão sobre o que é “benéfico para a biossegurança”.

A bancada ruralista dirige e conduz politicamente as políticas estatais e de controle da agricultura ligadas ao interesse do grande capital. Assim também cumpre com o papel de fortalecer as commodities em detrimento dos produtos alimentícios, os vultuosos créditos subsidiados (por bancos públicos como o BNDES por exemplo), bem como, as empresas do agronegócio brasileiras ou estrangeiras.

No âmbito do monopólio das sementes, Machado & Machado Filho (2013) esclarecem que as multinacionais criaram círculo vicioso de dependência em relação as sementes e que isso possibilita o controle na produção dos alimentos:

as multinacionais controlam a produção e comércio de sementes que são “melhoradas”, visando a uniformidade fenotípica com altas produções. Essas uniformidades eliminam as resistências naturais e aumentam as vulnerabilidades das culturas, criando-se a dependência dos agrotóxicos (MACHADO; MACHADO FILHO, 2013, p. 59).

Para Machado et al. (2013), as multinacionais que fabricam agrotóxicos são as mesmas que controlam o “melhoramento”, a produção e comercialização de sementes. Assim, as variedades de plantas se tornam vulneráveis à doenças e pragas.

Segundo a CONAB, de 1994 a 2007, o custo da semente aumentou em média 250%, sendo nosso país o 4º maior comprador do mundo e o maior consumidor de agrotóxicos, com 740 milhões de toneladas, ultrapassando os Estados Unidos, com a marca de 650 milhões de toneladas em 2008<sup>198</sup>. (THOMAZ JUNIOR, 2010, pag. 11 e 12).

---

<sup>198</sup> Cf. SINDICATO NACIONAL DE PRODUTORES PARA A DEFESA AGRÍCOLA. Informativo Sindag: [www.sindag.com.br](http://www.sindag.com.br) [N.A].

Essas mesmas empresas que controlam as sementes, os agroquímicos, também estão ligadas ao mercado farmacêutico, a exemplo da Bayer<sup>199</sup> que fez fusão com a Monsanto<sup>200</sup> no ano 2018 (a Bayer é atuante no setor de farmacêuticos e a partir da fusão passa a incorporar as atividades da Monsanto na fabricação e no mercado de agrotóxicos, controlando grande monopólio da produção químico-farmacêutica e de agrotóxicos). A Bayer passa a ter destacado papel não só nas atividades da agricultura através da produção de ‘defensivos’ agrícolas, fungicidas, como também produtos farmacêuticos. A lógica de “curar enfermidades” via remédios químicos (seja em humanos ou vegetais) produz automaticamente um círculo vicioso: a lógica capitalista é de produzir doenças artificialmente e massivamente para que sejam curadas com fármaco-químicos e assim, sucessivamente. A mesma lógica segue a agricultura.

A pandemia causada pelo vírus Covid 19 revelou essa mesma lógica, onde as indústrias farmacêuticas tiveram o aumento de seus lucros e chegaram ao topo da valorização de seus ativos no mercado de ações, na bolsa de valores no segundo trimestre de 2020. Estiveram no topo do ranking das empresas mais lucrativas do mercado financeiro.

Tem sido constante os argumentos em torno da defesa da sustentabilidade por parte das empresas, mesmo com práticas contraditórias. O argumento das mesmas é o de que a ciência e o progresso não podem ser reféns de ‘questões ideológicas’. Mesmo com todos os investimentos em pesquisa e infraestrutura nas últimas décadas, um dos maiores contrassensos é o fato de ainda o Brasil continuar sendo o país que mais produz, importa e consome agrotóxicos no mundo e um dos que mais produz transgênicos. Ao mesmo tempo, em paralelo, há um discurso consensual sobre matrizes energéticas limpas e sustentáveis por parte de empresas, difundidas nas escolas, comunidades e em toda a sociedade sobre a defesa da sustentabilidade.

---

<sup>199</sup> A Bayer é farmacêutica e companhia de produtos químicos.

<sup>200</sup> A Monsanto é líder mundial em herbicidas e engenharia genética de sementes e dominava, antes da venda de ativos para a Basf, o setor de sementes transgênicas de milho, trigo e soja (G1 Globo Economia, 2019 – site: <https://g1.globo.com/economia/noticia/bayer-anuncia-o-fim-da-marca-monsanto.ghtml> acesso em 01 de julho de 2020).

#### ***g) recursos hídricos:***

Uma das plantas que mais consome água durante seu ciclo de vida, que é longo - em relação a outras culturas, em média sete (07) anos até o corte - é o eucalipto. A produção de eucalipto se intensificará a partir de 2021 no estado de São Paulo, sobretudo na região centro paulista, como novo projeto em expansão, parte da estratégia principal do agronegócio, trazendo consigo a questão da água e do uso dos solos.

Para se ter a noção do quanto de água se utiliza nos primeiros anos da plantação, através de irrigação, segue um demonstrativo do plantio para a fabricação de papel e celulose, conforme relatório da Empresa Suzano Papel e Celulose S/A, da empresa Votorantim, no chamado Relatório de Sustentabilidade 2013 – no qual consta no item *Indicadores de Desempenho*, no quesito *Desempenho Ambiental*, os seguintes dados sobre o consumo de água pela empresa através de suas quatro (04) unidades<sup>201</sup> no estado de São Paulo<sup>202</sup>:

**Tabela 4:** Quadro demonstrativo do uso do recurso hídrico no eucalipto, empresa Suzano – 2010 a 2013:

---

<sup>201</sup> Somente na Unidade do município de Suzano/SP: total de retirada por fonte que corresponde ao Volume total captado do Rio Tietê nos anos 2010 a 2013 – (a conversão de m<sup>3</sup> metros cúbicos para litros - corresponde para cada m<sup>3</sup> – 1.000 litros de água). - Ano 2013 – (29.845.320 m<sup>3</sup>) – somente em 2013 foi consumido 3.407 m<sup>3</sup>/h – ou seja – o equivalente a 3.407 litros de água por hora. No ano de 2013 houve esse aumento chegando a quase 30 milhões de litros de água utilizado na unidade de Suzano. Unidade de Rio Verde/SP: total de retirada por fonte – Volume total captado do Rio Tietê no ano de 2013: 729.048 m<sup>3</sup> - a distribuição de consumo por hora chega a 98m<sup>3</sup>/h. Unidade de Embu/SP: total de água captado do Rio Embu Mirim no ano de 2013: 264.379 m<sup>3</sup>. Também teve a retirada de água subterrânea: 24.903 m<sup>3</sup>. Soma total do volume de água para a unidade de Embu = 289.282 m<sup>3</sup>. Unidade de Limeira/SP: Volume de água captado do Rio Piracicaba em 2013: o total de 26.529.198 m<sup>3</sup> = 26 milhões, 529 mil e 118 litros de água gastos no ano de 2013. Sendo que o total gasto no dia é equivalente à 7.656 m<sup>3</sup> dado que se gasta 319 m<sup>3</sup>/hora, ou seja, 319 mil litros por hora.

<sup>202</sup> Nas unidades florestais em Araraquara/SP (água de açude) e Alambari/SP (poço artesiano) – se consome nos viveiros de mudas o equivalente a 3,8 m<sup>3</sup> e 3, 16m<sup>3</sup> para cada mil pés da planta. A empresa mantém uma unidade em Araraquara. Nas unidades florestais em Araraquara/SP (água de açude) e Alambari/SP (poço artesiano) – se consome nos viveiros de mudas o equivalente a 3,8 m<sup>3</sup> e 3, 16m<sup>3</sup> para cada mil pés da planta. A empresa mantém uma unidade em Araraquara. São pelo menos 3 mil litros de água para cada mil pés de planta do viveiro (mudas) por dia!

| Unidade<br>Município/SP | Ano 2010         | 2011             | 2012             | 2013          | Total                       |
|-------------------------|------------------|------------------|------------------|---------------|-----------------------------|
| Suzano                  | 24.342.846<br>m³ | 24.761.564<br>m³ | 24.098.760<br>m³ | 29.845.320 m³ | 103.048.490m³               |
| Rio Verde               |                  |                  |                  | 729.048 m³    | 729.048 m³                  |
| Embu                    |                  |                  |                  | 264.379 m³    | 264.379 m³                  |
| Limeira                 |                  |                  |                  | 26.529.198m³  | 26.529.198                  |
| <b>Total</b>            |                  |                  |                  |               | <b>1.123.004.688<br/>m³</b> |

Fonte: Quadro organizado pela autora com base no Relatório Anual de Sustentabilidade da Empresa Suzano, 2013.

No Relatório de Sustentabilidade da empresa Suzano, considerando a irrigação de viveiros de eucalipto e plantas novas, no ano de 2013, foram utilizadas em suas 4 unidades, cerca de 1 milhão de metros cúbicos de água (1.123.004.688 m³). Esse volume, segundo dados da Companhia de abastecimento de água do Estado de São Paulo, a empresa SABESP, tem a capacidade de abastecer uma cidade de 150 mil habitantes durante um (01) mês.

A partir da empresa Suzano, pode se criar um parâmetro para as demais empresas de eucalipto situadas na região centro oeste paulista. A Bracell, por exemplo, pretende produzir na região 1,5 milhões de toneladas de eucalipto/ano, se tornando a maior produtora mundial de celulose solúvel. A contabilizar o volume de água gasto durante o período de início à final da safra, pode se deduzir que o consumo de água da planta comprometerá os recursos hídricos da região, especialmente nascentes, arroios, córregos, minas, presentes na superfície.

Estima-se que o eucalipto seja um dos responsáveis direto pela diminuição das fontes de água doce das bacias hidrográficas do estado, as quais não se regeneram dado o uso frenético e contínuo, a ausência de matas ciliares e a incidência de falta de regularidade das chuvas. Neste mesmo período (2013) a população da cidade de São Paulo e região metropolitana sofrera problemas agudos em relação ao abastecimento de água. Há hipótese de relação direta com o consumo de água por florestas exóticas e a diminuição de fontes de água doce, ou o comprometimento da quantidade de volume produzido.

**Figura 38:** Contraste de vegetação na estiagem



Fonte: arquivo pessoal, julho de 2021

A imagem fala por si, onde o eucalipto, situado nas fazendas vizinhas ao assentamento Laudenor, é única vegetação verde no meio da estiagem. Neste período, a geada também foi implacável com maior parte da vegetação, e mesmo assim, o eucalipto não sentiu as intempéries na região. Abaixo, uma imagem panorâmica do bairro rural ferroviário Brasília Paulista, Piratininga/SP, onde a monocultura também se expandiu no entorno do bairro, situado ao lado do assentamento (03 km). Observa-se, que a única vegetação verde é o eucalipto. A hipótese mais provável é que suas raízes profundas alcancem veios de água no subsolo, as quais, outras espécies, apenas na superfície, não alcançariam. Supostamente por esse motivo, as grandes extensões dessa vegetação ameaçam o futuro da água na região.

Na região centro oeste paulista, há a constatação de diminuição nos lençóis de água, nas regiões de assentamento que estão ilhados pelo eucalipto. É o caso do assentamento Laudenor de Souza, situado no município de Piratininga/SP, próximo a Bauru, em que as famílias observam ao longo da última década, a diminuição da produção de água e a incapacidade de abastecimento das famílias a partir do poço artesiano da comunidade, bem como, os arroios e olhos d'água estão em constante



diminuição. A comunidade atribui o fato às extensas áreas de monocultivo do eucalipto.

**Figura 39:** Imagem de nascente de água em APP. P.A. Laudenor de Souza, Piratininga/SP:



Fonte: acervo pessoal da autora, fevereiro de 2020.

Outro problema alarmante decorrente do modelo destrutivo do agronegócio tem sido os agrotóxicos encontrados na água potável que abastece as cidades no país. O estado de São Paulo é o mais crítico e municípios da região, como Bauru, entram no alerta para a gravidade da situação, onde os níveis de resíduos de agrotóxicos estão muito acima do permitido. Segundo dados da agência *Repórter Brasil* (2019), estudos sobre os agrotóxicos encontrados na água, constatam que a maioria das cidades brasileiras tem a água contaminada. No estado de São Paulo foram encontrados 27 tipos de agrotóxicos na água que é distribuída à população em mais de 500 cidades paulistas.

Segundo o site *Outras Palavras*: “O problema veio à tona após a publicação, pela *Repórter Brasil* e Agência Pública em parceria com a organização suíça Public

Eye, da reportagem “Coquetel” afirmam que 27 agrotóxicos foram encontrados na água de 1 em cada 4 municípios”. Nela, um mapa feito com base nos dados do Ministério da Saúde, coletados entre 2014 e 2017, mostrava os pesticidas encontrados nas torneiras do país, destacando quais municípios tinham índices acima do limite considerado seguro”. ([www.outraspalavras.com.br](http://www.outraspalavras.com.br), 2019)

O mapa, divulgado em abril de 2019, trouxe os dados nacionais e a publicação gerou grande repercussão. Mas um dos grandes problemas após a publicação do mapa são os municípios que registraram concentração de agrotóxicos acima do que é considerado seguro no país e não tomaram providências.

É o que aconteceu em Bauru, no interior de São Paulo, onde os números do Sisagua indicavam que seis agrotóxicos foram detectados em concentração acima do Valor Máximo Permitido, em diferentes datas entre 2014 e 2017, sendo que dois dos pesticidas (Clorpirifós e o Aldrin) foram encontrados em dois pontos de coletas diferentes na cidade. A reportagem entrou em contato com os órgãos responsáveis e descobriu que nenhuma ação foi tomada. Das oito irregularidades, quatro foram registradas em pontos de coleta de responsabilidade do DAE (Departamento de Água e Esgoto) e as outras quatro em locais particulares, incluindo um poço (em um instituto de pesquisa local) a cargo da Vigilância Ambiental – ligada à Secretaria Municipal de Saúde. Danielle DepiccoliChiuso, chefe de Seção de Análise de Água do DAE de Bauru, enviou à reportagem os laudos referentes aos pontos que, no Sisagua, mostravam um nível de agrotóxico muito acima do máximo permitido. ([www.outraspalavras.net](http://www.outraspalavras.net) – acesso em 28 de março de 2021)

O site reitera ainda que a Vigilância Municipal de Bauru não apresentou os laudos das coletas de pontos de sua responsabilidade que mostravam água contaminada, como uma amostra realizada em dezembro de 2017 no Instituto Lauro de Souza Lima, (Instituto que é referência de saúde no município), em que o agrotóxico Clorpirifós, cujo valor máximo permitido é de 30µg/L (micrograma por litro), mostrava um resultado de 5.000µg/L, um índice que ofereceria riscos imediatos à população de Bauru.

**Figura 40:** Mapa dos agrotóxicos presentes na água potável nas cidades brasileiras:



Fonte: SISAGUA, Ministério da Saúde, 2021.

O mapa mostra, em destaque violeta, o estado com maior índice de agrotóxicos na água potável: o estado de São Paulo. Sobre o assunto, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, divulgou nota informando que “a responsabilidade de investigação e análise da qualidade da água é do município e das empresas responsáveis pelo abastecimento. O Estado capacita e orienta as vigilâncias municipais para que a análise de dados seja feita de forma correta.”

Tal estudo evidencia a problemática dos agrotóxicos nos recursos hídricos mostrando que a questão não se resolve com a mudança de padrão de consumo, optando por produtos orgânicos. O problema tem a ver com o modelo produtivo do agronegócio que tem como único objetivo o lucro e para tanto segue na linha da produção de *autorreprodução destrutiva*, causando o colapso e a destruição por onde passa. Ao mesmo tempo que destrói as diversas formas de vida na terra: humana, vegetal e animal, destrói também os recursos como a terra e água, é, portanto, autodestrutivo.

Também situada na região centro oeste paulista onde está presente o Aquífero Guarani, a expansão do eucalipto pela Bracell pretende aumentar para 3 milhões de

toneladas de celulose por ano, após sua inauguração em 2021, e torna-se ameaça concreta a este bem natural estratégico em médio e longo prazo.

#### **h) Conflitos ambientais:**

Evidencia-se que os conflitos na luta pela terra não se resolvem com a conquista da terra, pois a luta de classes é permanente nos territórios conquistados a partir da luta pela sobrevivência de um campesinato em reconstituição enquanto classe, contra as contradições impostas pelo capital monopolista representado pela fusão de latifundiários, industriais e banqueiros, numa era da mundialização das empresas capitalistas na agricultura. Enquanto, por um lado, camponesas e camponeses resistem à imposição da lógica de agricultura do agronegócio, as ações do capital se dão no sentido de enfraquecer a resistência e avançar no domínio territorial, criando hegemonia não só no âmbito econômico, mas político e ideológico, através das ações sociais, educacionais, culturais, com claro teor ideológico, de apresentar o agronegócio como a única alternativa de renda, de produtividade, melhoria das condições de vida local, e ainda, se pauta como a melhor solução para a grande e pequena agricultura. Conflitos ambientais e os impactos do plantio de eucalipto na região:

**Figura 41:** Plantio de eucalipto pela Bracell no entorno do assentamento





Fonte: acervo pessoal da autora, 2021.

Esta plantação ocorreu no segundo semestre de 2020, primeira área da Bracell plantada no local, nos arredores do assentamento, numa área que já foi ocupada por diferentes movimentos de luta pela terra (com despejos), e que existe uma hipótese de ser área grilada não possuindo documentação legal. Há duas décadas pelo menos, estava abandonada e sem dono.

**Figura 42:** Eucalipto da empresa Duratex no entorno do assentamento Laudenor de Souza, Piratininga/SP.



Fonte: acervo pessoal da autora, 2020

A imagem acima, à esquerda, é de uma nascente de água na área de preservação permanente (APP) do assentamento Laudenor, a qual está comprometida. O local faz divisa com a monocultura do eucalipto e a população local observa diminuição no volume de água produzido anualmente. Para além deste problema, a fauna também está ameaçada, uma vez que se tornou comum onças serem vistas no período noturno tendo como alvo a caça de animais domésticos do assentamento (aves e filhotes de animais), uma vez que seus alimentos se tornaram escassos dentro do habitat natural. Por não ser floresta heterogênea não produz as condições naturais de sobrevivência e os bichos migram para outros lugares. Verifica-

se neste assentamento, além da diminuição das fontes de água, o desequilíbrio da fauna e da flora, como as árvores típicas de cerrado, como a cambará e candeia, em diminuição. Na segunda imagem, à direita, observa-se outra fazenda, margeando o assentamento e a estrada municipal, contornada pela imensidão de eucaliptos. Esta foi umas das propriedades que mudou o plantio de laranja e cana na última década para o eucalipto.

Além da ação destrutiva da empresa há disputas hegemônicas territoriais locais. Em outubro de 2020, a empresa Bracell enviou técnicos para dialogar com a comunidade no assentamento, no sentido de propor o desenvolvimento de projetos comunitários educacionais e culturais, ou de infraestrutura. Estiveram presentes uma assistente social e uma engenheira ambiental, para levantamento de demandas na comunidade do assentamento Laudenor de Souza. No entanto, na reunião, a comunidade se posicionou não aceitando desenvolver parceria com a empresa, mesmo tendo como necessidade vital no momento a revitalização de um poço artesiano, para regularizar o abastecimento de água, devido problemas frequentes com a falta d'água. Vale ressaltar também que os representantes da empresa chegaram num carro acompanhado de uma caminhonete com seguranças fortemente armados, causando uma impressão de que estavam num território de insegurança por ser do MST.

A comunidade representada pelo grupo de mulheres do assentamento, as quais desenvolvem projetos de agroecologia e comercializam cestas agroecológicas em Bauru, afirmaram durante a reunião que, à depender das práticas ambientais e sociais da empresa no entorno do assentamento, um conflito poderá se instaurar, pois a comunidade não permitirá práticas nocivas ambientais ou contra os direitos humanos que interfiram dentro da comunidade. Foi relatado a escassez de água, diminuição de produção de mel devido morte de dezenas de enxames e colmeias, presença de animais selvagens em áreas de moradias, contaminação de agrotóxicos<sup>203</sup> e

---

<sup>203</sup> O assentamento Laudenor de Souza utiliza uma margem muito pequena de agrotóxicos na agricultura. Considerando que há concentração de áreas de pastagens, plantios diversificados de cultivos como café, feijão, milho, frutas, hortaliças (nesses plantios diversificados não se usa nenhum veneno. Há pouca presença de monocultura (no caso apenas a mandioca) com cerca de 5% do uso de agrotóxicos do total da produção de mandioca. Também há plantios pequenos de eucalipto para consumo interno, destinado ao uso de madeira e lenha, mas não em escala para comercialização. É

polinização de sementes transgênicas de eucalipto. A empresa afirmou que o eucalipto que está no entorno do assentamento não é de sua responsabilidade pois não são terras próprias, são de fornecedores. Ao mesmo tempo se comprometeu em atuar dentro dos padrões ambientais de sustentabilidade e direitos humanos na região.

#### **i) Agronegócio, nanotecnologia e microeletrônica:**

Nova tecnologia utilizada em produtos agrícolas: não há ainda estimativas ou consensos científicos sobre o impacto do uso da nanotecnologia (utilizada para alterar geneticamente uma planta ou um produto no sabor, textura e cor) e seus impactos para a saúde humana, animal e vegetal, bem como, o desequilíbrio do controle do código genético, conforme tratado no tema dos transgênicos e também para o uso de nanotecnologia, inclusive em produtos naturais e não só artificiais, atualmente alterado artificialmente e em escala por laboratórios. Além de ambos ter impactado na situação de desemprego, outrora, já mencionado na tese, devido a criação de sistemas digitais com dados e informações em tempo real, que causa a substituição do *trabalho vivo* no campo.

Dentre as áreas onde a tecnologia pode impactar o agronegócio estão o desenvolvimento de novas ferramentas para biotecnologia e para nanomanipulação de genes e materiais biológicos, o desenvolvimento de catalisadores mais eficientes para a produção de biodiesel e utilização de óleos vegetais e outras matérias primas de origem agrícola, para a produção de plásticos, tintas e novos produtos. Adicionalmente outras áreas potenciais de impacto no agronegócio incluem a produção de nanopartículas para a liberação controlada de nutrientes, pesticidas e drogas, nanopartículas e Nano deposição de filmes bioativos para biofiltros, membranas e embalagens biodegradáveis e/ou comestíveis para alimentos (BASTOS, 2006, p. 20).

---

um assentamento bastante arborizado com importante preservação ambiental das matas nativas e da biodiversidade existente.

Avança-se cada vez mais os estudos/pesquisas sobre a introdução da nanotecnologia na agricultura, sem o conhecimento de quais os impactos para saúde humana que esse progresso da técnica trará consigo. Assim como a inserção da nanotecnologia em plantas está em processo de experimentos, a transgenia foi aprovada no Congresso e no Senado em meados dos anos 2000-2005, sem maiores debates com a sociedade sobre os principais danos causados à saúde humana, plantas e animais, com a introdução da transgenia em escala.

Uma das maiores fabricantes de maquinários agrícolas e equipamentos mecânicos, como a Jacto, com sede na região centro oeste paulista e com atuação no mundo todo, visa construir, para comemorar seu centenário, a nova geração de produtos com veículo autônomo, conduzido por GPS de dentro do escritório da fazenda. Conhecida como geração Agricultura 4.0, a automação e a robótica têm desafiado o mercado na produção de máquinas autônomas para a agricultura. Os drones são um tipo de exemplo. A proposta é construir um veículo pulverizador autônomo que é manuseado por um controlador a distância, que possui inteligência robótica e não necessita de um condutor/motorista. A microeletrônica tem sido a ponta de lança para tais inovações.

## **j) Os agrotóxicos: O AGRO É TÓXICO!**

Os agrotóxicos<sup>204</sup> se tornaram os insumos mais comuns (e mais letais em longo prazo) utilizados na agricultura. Desde o programa da revolução verde da década de 1960 até os dias atuais, os agrotóxicos fazem parte da rotina da produção agrícola, desde a pequena a grande agricultura no país. As empresas produtoras de agrotóxicos lucram anualmente cifras bilionárias com a fabricação e financiam marketing de incentivo ao consumo dos produtos.

---

<sup>204</sup> Ver: BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, FFLCH, USP. São Paulo: 2017.

Ver: CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. Editora Gaia, São Paulo: 2010.



Nos últimos cinquenta anos os agrotóxicos vêm causando no Brasil a chamada *primavera silenciosa*, descrita por Rachel Carson nos EUA, em 1962, mesmo período em que o governo dos EUA e a Fundação Rockefeller financiavam a revolução verde nos países do chamado Terceiro Mundo. A autora desafiou o governo norte-americano que “permitia que substâncias tóxicas fossem lançadas no meio ambiente antes de saber as consequências de seu uso a longo prazo. Para tanto, Carson pesquisou profundamente e denunciou a respeito das radiações atômicas e o como os pesticidas e inseticidas alteravam os processos celulares das plantas, animais e seres humanos. No caso de humanos, relacionados à causa de tumores cancerígenos, má formação fetal, esterilização de espermatozoides e a infertilidade masculina, problemas neurológicos, desordem e desequilíbrio mental, psiquiátricos, suicídio, etc. Com amplo impacto na sociedade, a partir desta obra, medidas tiveram que ser tomadas pelo governo, até mesmo inseticidas usados contra pernilongos, da Bayer, chegaram a ser proibidos após pesquisas comprovarem seu malefício.

No Brasil, pesquisadoras como a médica e professora da Universidade Federal do Ceará (UFC), Raquel Rigotto e também a geógrafa pesquisadora, Larissa Bombardi, dentre outras/os, trazem suas contribuições sobre as questões dos agrotóxicos, os perigos<sup>205</sup> e riscos quanto aos seus componentes químicos e os interesses da indústria destes produtos no Brasil.

O governo Bolsonaro bateu o recorde do presidente que mais liberou agrotóxicos no país. Somam-se até o momento 1.037 novas variedades liberadas de 2018 até 2021 para uso na agricultura e outros, sendo destes, vários proibidos em países da Europa, Japão, China, Estados Unidos. A ANVISA ressalta que dos últimos 67 agrotóxicos liberados, “pelo menos 7 são extremamente tóxicos”. A sociedade não sabe o que está sendo liberado, o que os agricultores estarão usando e quais os efeitos disso na saúde humana, na natureza, nos seres vivos. No âmbito da saúde pública, os agrotóxicos tem intensificado a grave ameaça de doenças como o câncer.

---

<sup>205</sup> Vale ressaltar que, tanto a pesquisadora brasileira Larissa Bombardi, quanto a norte americana, Rachel Carson, foram hostilizadas pelos poderes políticos do governo e das empresas, sofreram represálias e ameaças por denunciarem a gravidade dos agrotóxicos em seus países.

A incidência de câncer em todo o mundo cresceu 20% na última década. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a expectativa para 2030 é de 27 milhões de novos casos e 17 milhões de óbitos.<sup>206</sup>.

O Instituto Nacional do Câncer (INCA) afirma que há a hipótese de maior incidência de casos de câncer através do uso de agrotóxicos na agricultura, pautando novos desafios no âmbito da saúde pública em relação as consequências do modelo de produção agrícola. Diversos estudos apontam os agrotóxicos como o responsável por grande parte de problemas de saúde humana.

Os agrotóxicos constituem hoje um importante problema de saúde pública, tendo em vista a amplitude da população exposta nas fábricas de agrotóxicos e em seu entorno, na agricultura, no combate às endemias e outros setores, nas proximidades de áreas agrícolas, além de todos nós, consumidores dos alimentos contaminados". (RIGOTTO, 2018, p. 01).

O governo brasileiro pode estar sendo responsável por um genocídio muito maior do que os casos de morte de Covid 19 ou pelo aumento dos casos de fome; mas também, pelo genocídio a longo prazo, dada a gravidade da massiva liberação de agrotóxicos, ao qual vem fazendo sem nenhum critério, podendo comprometer as gerações futuras com a letalidade química no organismo proporcionada pela massiva quantidade de químicos e radiações liberados, os quais deveriam imediatamente ser proibidos. Há comprovações científicas de instituições como a Fiocruz, sobre a relação do aumento de casos da doença com o modelo produtivo de uso dos agrotóxicos nas lavouras, contaminando não só os alimentos, mas a água, o solo, o subsolo, lençol freático, ar. O agronegócio moderno se alimenta do atraso e das técnicas do atraso – No Brasil são liberados, contraditoriamente, por órgãos de vigilância sanitária e de controle biotecnológico, como a ANVISA e a CNTBio que deveriam, por princípio, defender a vida.

---

<sup>206</sup> Ver informações sobre o aumento dos casos de câncer no Brasil no site: <http://www.brasil.gov.br/saude> - visitado em 17 de novembro de 2019.

A mesma lógica das indústrias farmacêuticas de fabricar doenças artificialmente para necessitar de remédios; na agricultura, o círculo vicioso de criar solo empobrecido de nutrientes em que as plantas venham a “precisar” de agrotóxicos. Veja-se o exemplo da relação de parceria entre a Embraer, a Monsanto e Syngenta. Apresentado pela Embraer na *Agrishow* 2011 (maior evento para divulgação de novas tecnologias do agronegócio), ocorrido em Ribeirão Preto (SP), entre os dias 2 e 6 de maio:

Sob a lógica do agronegócio, o importante é a tecnologia para a eficiência da pulverização. “O avião Ipanema é um pulverizador movido a etanol e “promete ser mais econômico e rentável”. Segundo Fábio Bertoldi Carreto, gerente comercial da Embraer, a aeronave foi destaque por ser a primeira e única no mundo a utilizar o biocombustível”. (AGRISHOW, 2011)

O produto exposto na *Agrishow* (Feira de Tecnologia do Agronegócio organizada pela Sociedade Rural Brasileira – SRB), na capital do agronegócio Ribeirão Preto, tratou-se da mais moderna tecnologia para pulverização aérea, destinado para a produção de monoculturas, tendo em vista que as condições para uso é de terreno plano e com grandes extensões territoriais, garantindo o rendimento do serviço para um total de 100 a 120 hectares por hora, numa velocidade de 160 km/h, ou seja, somente em grandes fazendas a pulverização aérea é possível. O custo da aeronave à época (2011) era de R\$ 678 mil, acima de meio milhão de Reais, impensável para a pequena agricultura camponesa, além dos valores altos dos agroquímicos utilizados para essa potência de tempo/horas e extensão territorial. Se por um lado, a tecnologia nova trazia a novidade e a vantagem do combustível bioenergético, movido a etanol e portanto menos poluente que o petróleo, mas, por outro, ocultava-se a que tipo de função o avião agrícola se destinava, ou seja, para a pulverização aérea: uma das mais nocivas e danosas formas de pulverização, que contamina cidades, rios, lagos, povoados, vilarejos, etc. e onde o discurso de protocolo ambiental ‘politicamente correto’ das empresas ocultam as graves contradições do modelo de agricultura.

A Embraer S.A.<sup>207</sup>, é a terceira maior empresa de fabricação de aeronaves do mundo. Criada como empresa estatal, atua nos segmentos de aviação comercial, aviação executiva, defesa & segurança e aviação agrícola. Foi privatizada em 1994. Tornou-se um conglomerado brasileiro fabricante de aviões comerciais, executivos, agrícolas e militares. É a principal fabricante de aviões agrícolas no país. A unidade de fabricação de aviões agrícolas modelo Ipanema (para pulverização aérea) está sediada em Botucatu, região centro oeste paulista. Esta mesma unidade também fabrica parte das peças para aviões militares, executivos e comerciais. Atualmente a empresa, segundo dados em seu site, fabrica anualmente cerca de 200 aeronaves. Deste total, fabrica cerca de 25 aeronaves agrícolas por ano. Em seu site<sup>208</sup>, a empresa afirma, em matéria de 07/05/2021 que teve uma venda record até abril deste ano, onde vendeu 37 aeronaves agrícolas, cujo crescimento anual foi de 48%. De acordo com o comunicado da Embraer à imprensa:

Botucatu, 07 de maio de 2021 - A divisão de aviação agrícola da Embraer atingiu uma marca de 37 aviões Ipanema vendido até o final do mês de abril, o que representa um aumento de 48% em relação às 25 aeronaves comercializadas em todo o ano de 2020. A alta acompanha uma tendência de crescimento que vem ocorrendo no setor nos últimos anos. Cerca de 90% das aeronaves encomendadas têm como prazo as entregas previstas para o segundo semestre deste ano. Com quase 1.500 unidades produzidas ao longo de cinco décadas, o Ipanema ocupa a liderança do segmento com 60% de participação no mercado nacional. Com o desempenho favorável do agronegócio brasileiro e as inovações tecnológicas incorporadas na nova versão, o Ipanema tem sido um dos principais destaques da agricultura de precisão por combinar alta tecnologia e tradição de um produto que evolui continuamente para atender aos requisitos de alta produtividade e baixo custo operacional. O Ipanema 203, o modelo mais atual da série, é movido a energia renovável (etanol) e conta com aprimoramentos que aumentam a robustez e instalação com despesas com manutenção ao longo dos anos. (...). Desde sua fundação, em 1969, a Embraer já entregou mais de 8 mil aeronaves. A empresa

---

<sup>207</sup> Localizada na cidade de São José dos Campos/SP, onde se situa o CTA (Centro Técnico Aeroespacial) e o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica). Possui escritório em São Paulo e cinco unidades de fabricação em três municípios no interior do estado. A unidade de fabricação de aviões comerciais e executivos, em São José dos Campos; a unidade de aviões agrícolas em Botucatu/SP e a unidade de aeronaves militares, cargueiros e modernização de caças, em Gavião Peixoto, região de Araraquara. Dentre suas fabricas no exterior, destaca-se na Flórida, a unidade industrial de montagem de aeronaves para o Programa de Defesa e Segurança Nacional dos Estados Unidos, localizada em Jacksonville, Florida. Ver: <http://www.embraer.com.br/ptbr/imprensaeventos/press-releases/noticias> - Acessado em 08 de novembro de 2019.

<sup>208</sup> Ver: <https://embraer.com/br/pt/noticias?slug=1206854-vendas-do-aviao-agricola-ipanema-da-embraer-aumentam-48-em-2021> – visitado em 16 de agosto de 2021.

mantém unidades industriais, escritórios, centros de serviço e distribuição de peças, entre outras atividades, nas Américas, África, Ásia e Europa. (EMBRAER, 07/05/2021)

A indústria do agrotóxico tem movimentado também o setor de aeronaves, uma vez que se observa no comunicado acima que desde 1969 a Embraer produziu 8 mil aeronaves, sendo 1.500 para o agronegócio. O avião Ipanema foi lançado em 2011, na Agrishow e desde então tem tido produção record, sendo que alcançou em 2021 (dez anos depois de lançado) um aumento de vendas de quase 50% a mais em relação ao ano de 2020, onde 90% das encomendas tem como metas a entrega até o segundo semestre deste ano. Isso parece estar em sintonia com a massiva liberação dos agrotóxicos no Brasil, em sintonia com as ações do governo, da bancada ruralista e as instituições científicas de fiscalização e autorização.

O Brasil é o campeão mundial em consumo de venenos, segundo dados de Larissa Lombardi, (2017), numa *Era* em que o mundo busca maneiras sustentáveis de produzir, primando pelo consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos.

Em 2013, o lucro do mercado de agrotóxicos foi de US\$11,5 bilhões. Esse montante se concentra nas seis grandes empresas transnacionais fabricantes de agrotóxicos: Monsanto, Basf, Syngenta, Dupont, Bayer (fabricante do gás letal usado pelos nazistas) e a Dow, que até hoje não reconhece sua responsabilidade sobre o que ocorreu em Bhopal. O Brasil é um dos países que nos últimos anos bateu recordes de consumo de agrotóxicos e sementes transgênicas. A população brasileira é diariamente envenenada através da água, do solo e dos alimentos<sup>209</sup>.

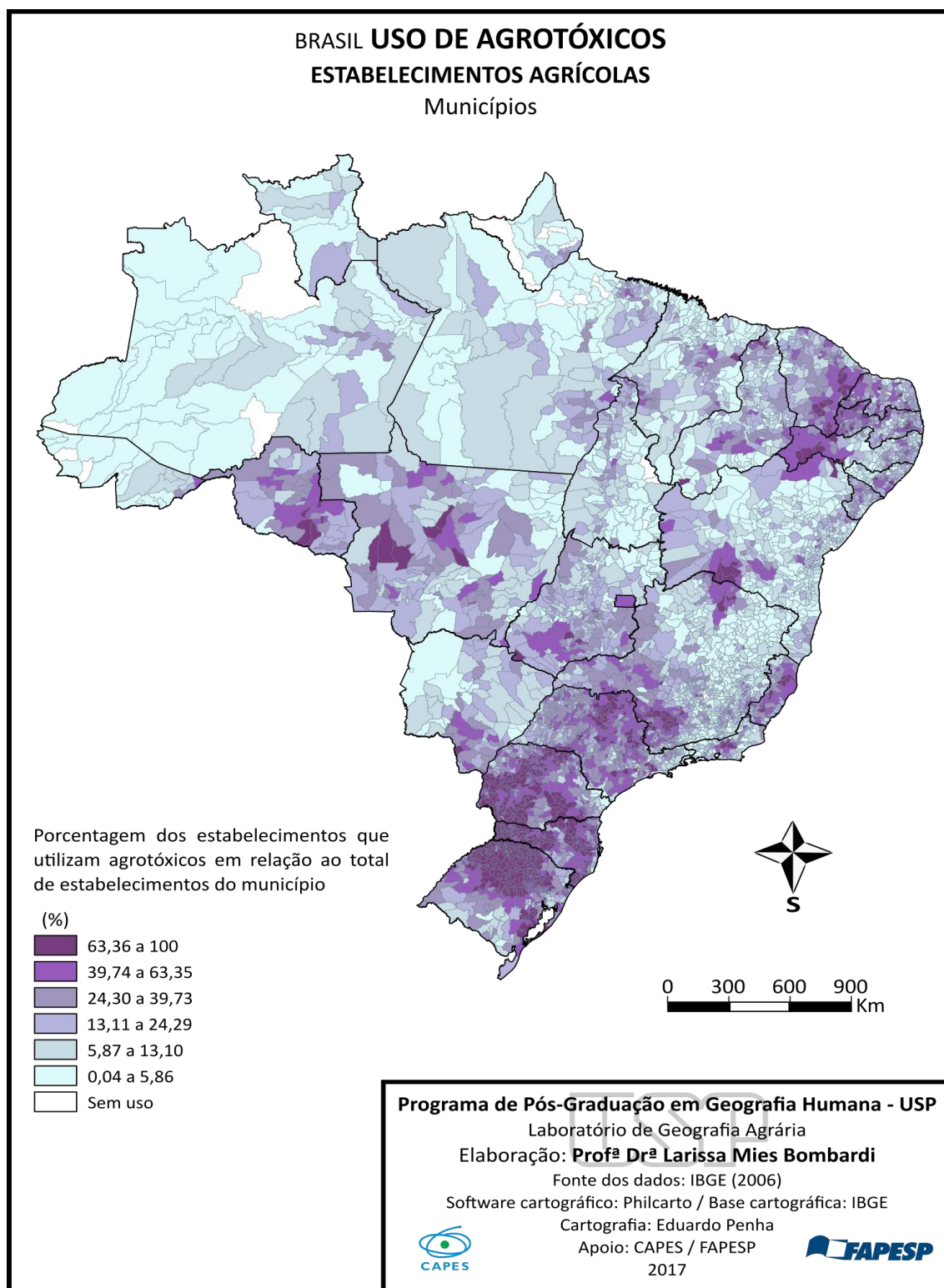
O tema dos agrotóxicos é extremamente pertinente, dada a gravidade do uso nas grandes lavouras brasileira. A pesquisadora Larissa Bombardi construiu o Atlas dos Agrotóxicos no Brasil e é assustadora a conclusão à que se chega:

---

<sup>209</sup>Ver: <http://www.mst.org.br/2014/12/03/movimentos-fazem-atividade-para-alertar-populacao-de-sp-contra-agrotoxicos.html> - acessado em 23 de maio de 2020.

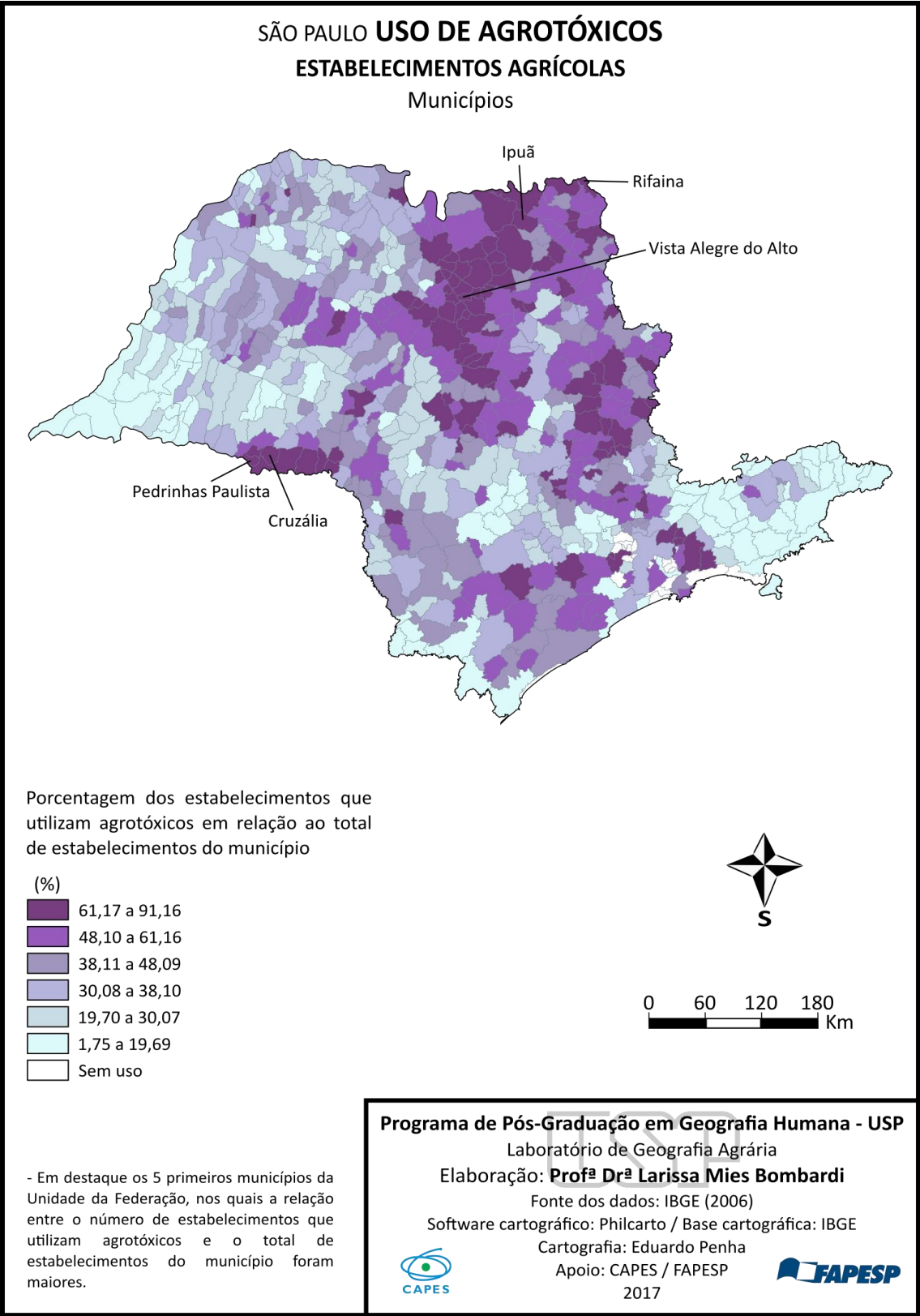
## 6. Mapa dos agrotóxicos no Brasil

**Figura 43:** Mapa dos Agrotóxicos no Brasil



Fonte: BOMBARDI, Larissa. 2017.

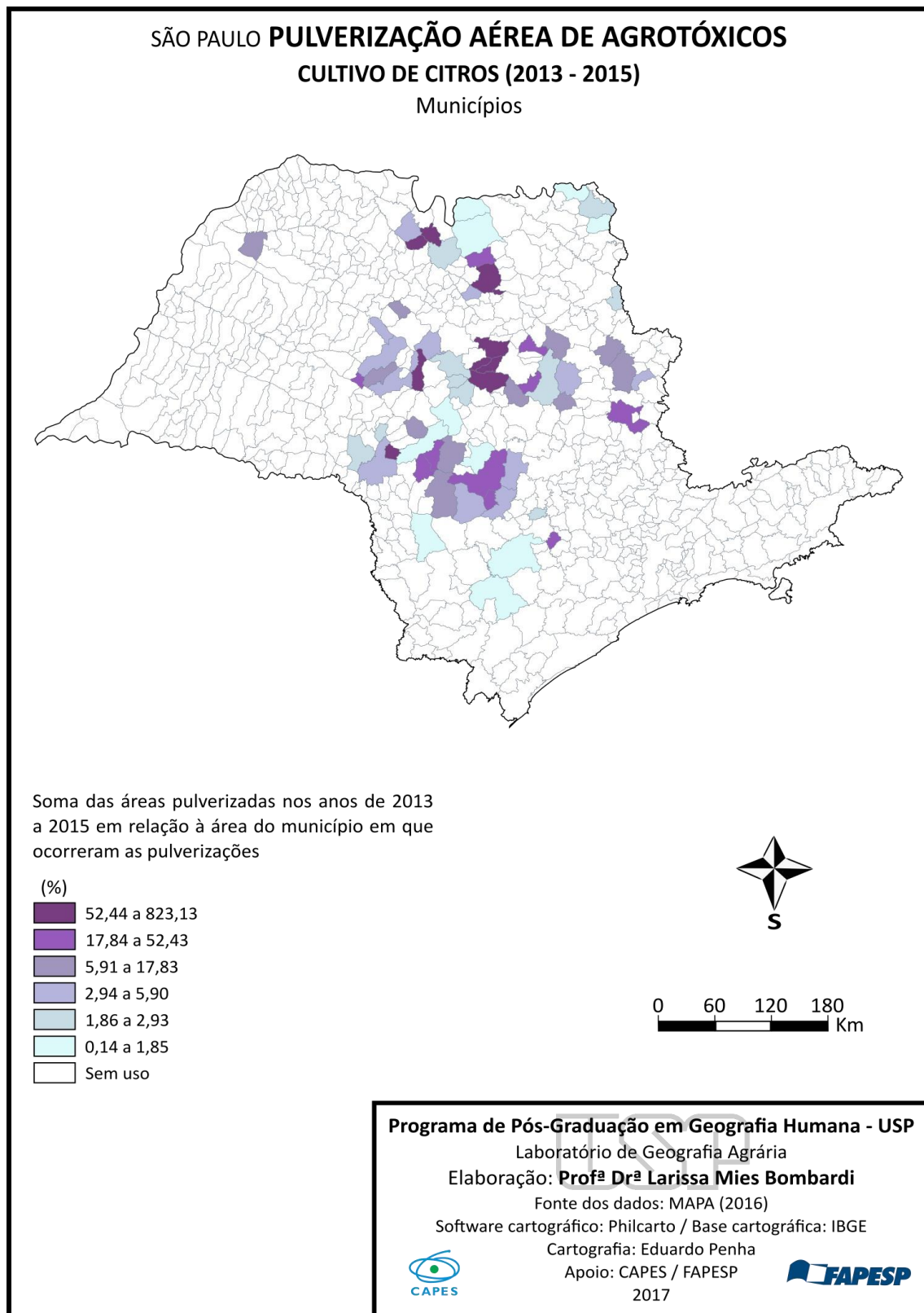
Figura 44: Mapa dos agrotóxicos no estado de São Paulo



Fonte: BOMBARDI, 2017.



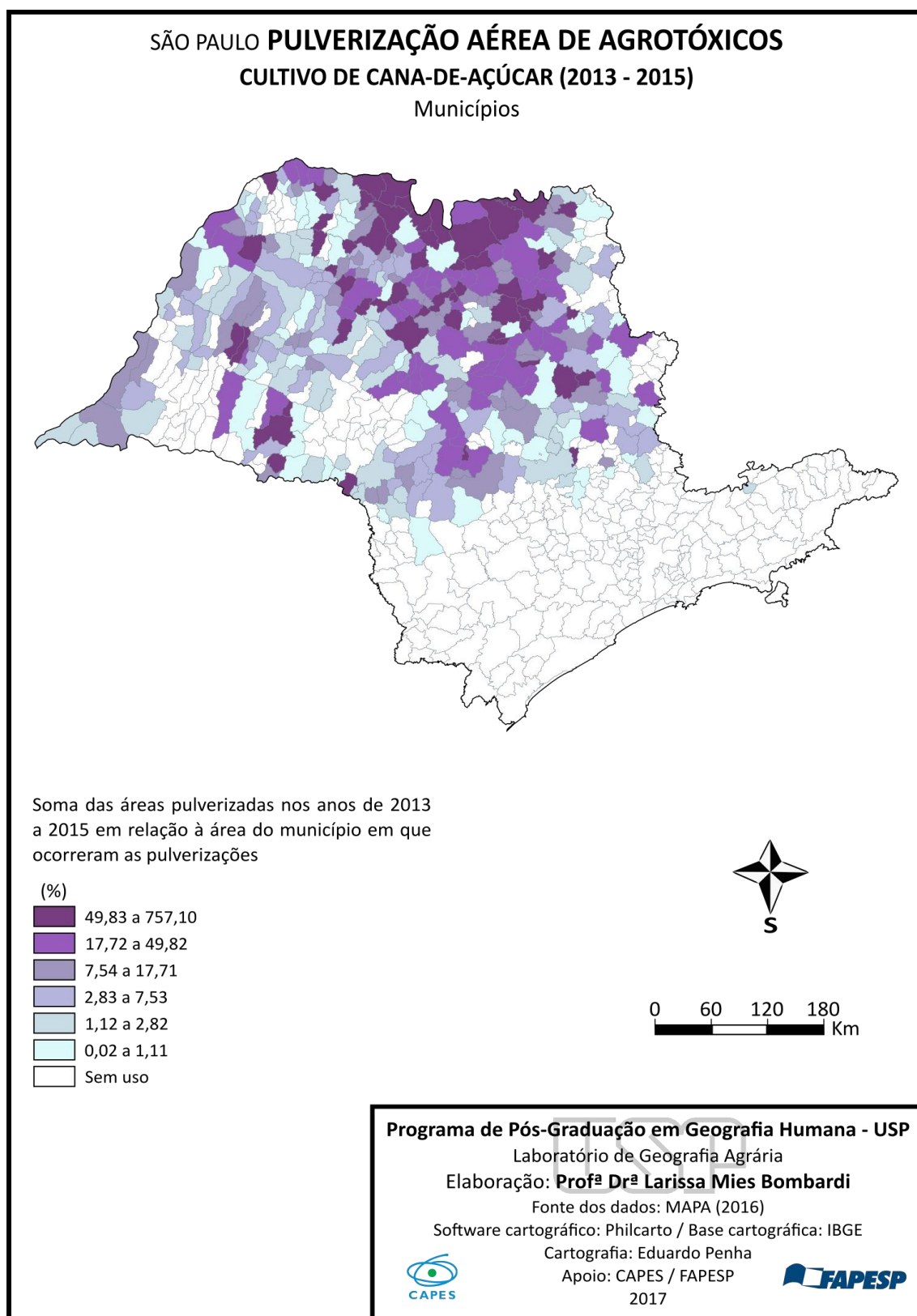
**Figura 45:** Mapa dos agrotóxicos no cultivo de laranja no estado de São Paulo



**Fonte:** BOMBARDI, Larissa. 2017.

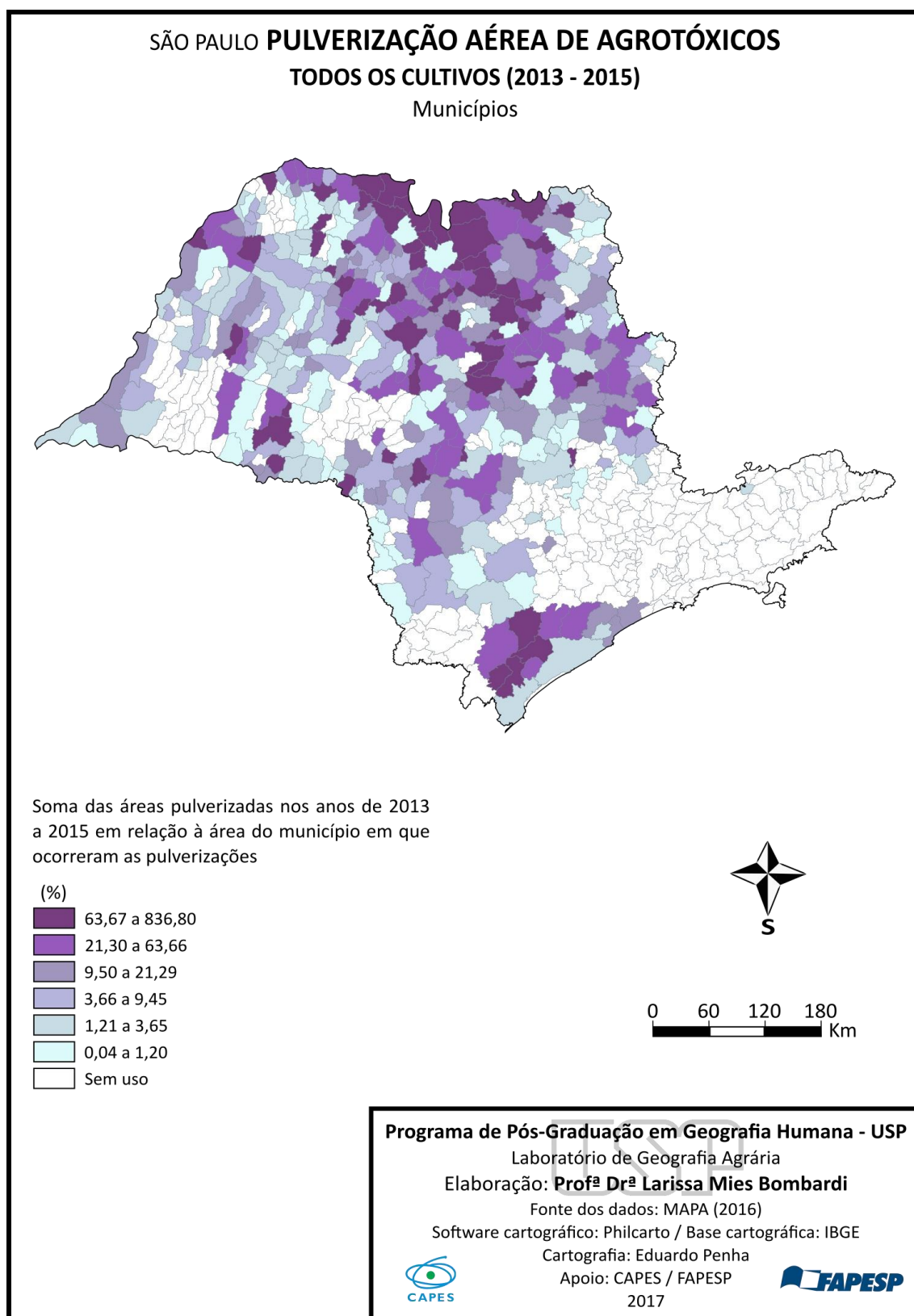


**Figura 46:** Mapa dos agrotóxicos na cana de açúcar no estado de São Paulo:



Fonte: BOMBARDI, Larissa. 2017.

**Figura 47:** Mapa da Pulverização Aérea em todos os cultivos no estado de SP:



Fonte: BOMBARDI, Larissa. 2017.

Em matéria publicada pelo jornal *El País*<sup>210</sup>, em 16/03/2019, sob o título “50 anos depois, agente laranja continua contaminando o solo do Vietnã: herbicida usado pelos EUA na guerra ainda chega aos humanos a partir de sedimentos de rios e lagos”, do jornalista Miguel Ángel Criado, afirma que, 50 anos depois da guerra, a maior guerra química da história, ainda existe contaminação no solo daquele país, provocado pelo desfolhante químico chamado agente laranja. Há restos altamente tóxicos que são transmitidas aos humanos através da sedimentação de rios e lagos e transmitidas para a cadeia alimentar da população. Foram duas guerras numa: a guerra contra os vietcongs e a outra contra a natureza, onde bilhões de litros do herbicida (veneno) foram lançados na selva e nas plantações de arroz. Muitos dos compostos químicos haviam sido desenvolvidos na Segunda Guerra Mundial contra as plantações da Alemanha e Japão. Em 1962 chegavam ao Sudeste Asiático. Cerca de 10 milhões de hectares foram pulverizados com agente azul, que acabava com os arrozais em prazo de horas. Foram mais de 19.000 voos de helicópteros e pequenos aviões, de pulverização aerea para dissecar as florestas das selvas e plantações, entre 1962 e 1971. Esses aviões, 30 anos depois tiveram que ser incinerados nos EUA e retirados de leilão, pois ainda continham substâncias químicas altamente tóxicas.

Os agrotóxicos para uso na agricultura foram produzidos massivamente a partir dos restos de guerra, dos agentes químicos, produzidos pelos Estados Unidos contra o Vietnã, a partir da década de 1960. O agente químico fabricado para a dissecação das florestas, chamado agente laranja, havia sido produzido em grande quantidade, assim como demais agentes, e, ao final da guerra, foi readaptado para uso nos cultivos agrícolas, para matar ervas “daninhas”.

---

<sup>210</sup> A matéria relata que os EUA travaram duas guerras contra o Vietnã, uma política ideológica contra os Vietcongs e outra de mutilação da natureza. “Vários relatórios das Academias Nacionais de Ciência dos EUA (NAS) e agências governamentais como a Usaid calculam que na Guerra do Vietnã foram usados mais de 80 bilhões de litros de herbicidas. O mais usado foi o agente laranja, um desfolhante. Os militares não quebraram muito a cabeça para dar um nome a esse composto: ele ia em barris com uma faixa dessa cor para diferenciá-lo do agente branco, do agente púrpura, do agente rosa, do agente verde (contra vegetação de folhas grandes) e do agente azul (usado contra os arrozais)” Ver: “El País” [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/16/ciencia/1552710887\\_506061.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/16/ciencia/1552710887_506061.html) - visitado em 21 de maio de 2021.

Se fizermos um paralelo entre o início do surgimento da agricultura e o papel destrutivo do capital, veremos que a agricultura há dez mil anos atrás dependia basicamente da energia solar, chuvas, matéria orgânica, sementes e da ação humana. Em todos os modos de produção, a agricultura tornou-se uma atividade laboral de elevada importância, cuja finalidade básica é produzir alimentos, e, historicamente tem sido uma das atividades fundamentais de sobrevivência dos seres vivos, seja em tempos de guerra, paz, crises, escassez ou bonança. Ela contextualiza e reflete as mudanças histórico-sociais que permeiam as civilizações desde os seus primórdios. A descoberta da agricultura é datada de pelo menos dez mil anos atrás, da passagem do período neolítico para o paleolítico.

Engels (1990), sugere que no processo de transformação do macaco em Homem<sup>211</sup>, determinados grupos em escala evolutiva da espécie em vias de *hominização* desenvolveram certas habilidades essenciais, possibilitando assim, fixar-se em territórios e dominar a natureza através do seu trabalho. Nessa longa passagem pré-histórica de desenvolvimento do homem, em qualificar as habilidades com as mãos, de potencializar o desenvolvimento das capacidades cerebrais, dos órgãos linguísticos, etc., aliada às condições gerais: climáticas, escassez de alimentos, guerras entre grupos, a agricultura foi fundamental, uma vez que condicionou tais grupos a se desenvolver, a partir do trabalho, as suas necessidades de sobrevivência, desde as vestimentas, vivendas, ferramentas. A partir do aprimoramento técnico do trabalho, a invenção da agricultura, exploração da terra e dos recursos naturais, criação de pequenos rebanhos de cabras, gado, entre outros, ainda que de forma muito rudimentar, levou a fixação de grupos em determinados territórios e ao desenvolvimento da agricultura.

A agricultura rudimentar dependia apenas da massa de calor solar, da biodiversidade da terra, das sementes retiradas dos frutos, da astronomia, das chuvas e do trabalho humano. O grande desenvolvimento da técnica, até então, havia sido a descoberta do fogo pela compressão entre pedras, de ferramentas de lanças e

---

<sup>211</sup>Ver: ENGELS, F. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1990). 4ª Edição. São Paulo: Editora Global, 1990.

machadas de pedras, etc. As primeiras ferramentas que se tem registro histórico são feitas para a utilização da caça e pesca e eram, portanto, mais usadas como armas.

Isso demonstra, segundo Engels (1990), que a fabricação de armas para a caça significa a evolução de hábitos alimentares eliminando somente os hábitos de consumo de vegetais (condição silvestre e extrativista) para o consumo da proteína da carne, demonstrando a inserção de materiais essenciais no organismo que são importantes para o metabolismo e a energia humana e com isso, o trabalho não só de coleta de vegetais e frutos como também o exercício da atividade da caça, mesmo que ainda instintivo e de sobrevivência. São saberes que vão se cumulando conjugados com a descoberta dos cultivos.

A inserção da proteína carne no organismo destes seres em evolução contribuiu para o desenvolvimento do cérebro resultando em maior qualidade das atividades cerebrais, o que era insuficiente somente apenas com vegetais. (Nada contra os vegetarianos/as!). Com a evolução da espécie e o desenvolvimento do trabalho possibilitou-se o domínio sobre a natureza, criando cada vez mais novas necessidades. A descoberta da agricultura e o aprimoramento técnico se inserem neste contexto. Tomando partido em defesa das mulheres na História, há relatos, de que esta atividade foi descoberta pelas mulheres, na divisão sexual do trabalho, a partir da observação de germinação de sementes, posteriormente desenvolvida e aprimorada. As mulheres camponesas continuam por toda a história sendo coletoras, socializadoras e guardiãs das sementes.

Mediante o desenvolvimento do uso das mãos, dos órgãos linguísticos, sensoriais e do cérebro, e, não só como indivíduo isolado, mas em sociedade, o ser humano se propôs a atividades cada vez mais complexas. Conforme verificou-se: da fixação em territórios, da caça, pesca, surge também a necessidade da agricultura, a confecção de tecido, a arte rupestre, a elaboração e domínio sobre os metais, a navegação rudimentar de domínio de transporte sobre as águas. No decorrer do tempo, aparecem a especialização nos ofícios, as tribos, as vilas, o comércio, a ciência, as nações e os Estados. Desenvolve-se o direito e a política, a religião. E assim sucessivamente os acontecimentos históricos das descobertas vão gerando cumulativos conhecimentos e saberes humanos.

Esse paralelo sobre o surgimento da agricultura é didático no sentido de perceber o quanto o desenvolvimento técnico contribuiu para os processos civilizatórios da humanidade. Ao mesmo tempo que a técnica possibilitou o domínio sobre a natureza e o avanço das civilizações, mas por outro lado, o desejo incontrolável do lucro fez com que o avanço técnico e o conhecimento acumulado se transformassem em *produção destrutiva*, como é o caso dos agrotóxicos e em particular o exemplo do agente laranja usado de forma generalizada na agricultura brasileira, dentre outros.

Nesses cinquenta anos de Revolução Verde, o Brasil vem usando agroquímicos derivados de produtos do agente laranja, do agente azul, dentre outros, com alta letalidade, cancerígenos, radiativos (alta radiação), dentre outros, como é o caso dos mais proibidos no mundo com substâncias de dioxina<sup>212</sup>. (Ver nota de rodapé). Mais de 1.000 (mil) variedades de agrotóxicos foram liberadas para o uso na agricultura somente em 2020 conforme mencionado anteriormente. As consequências poderão ser similares a de um Vietnã, em termos de contaminação na quantidade de solo e recursos hídricos, sem quantificar as pessoas que já sofrem as consequências deste modelo produtivo no cotidiano: altas estatísticas de vários tipos de câncer, depressão, suicídios, esterilização de hormônios reprodutivos, problemas neurológicos, má formação congênita, etc.

Portanto, a expressão veiculada na maior emissora de TV brasileira, “o agro é *pop*, é *tech*, é *tudo*”, na realidade, não expressa a essência do agronegócio, uma vez que o agro é tóxico, é estéril, é sinônimo de fome, devastação, destruição, morte da biodiversidade e dos seres vivos. Se faz urgente um outro modo de vida, de agricultura, de sociabilidade!

---

<sup>212</sup> O agente laranja era, na verdade, um composto em partes iguais de dois herbicidas, o ácido 2,4-Diclorofenoxiacético (2,4-D) e o ácido 2,4,5-Triclorofenoxiacético (2,4,5-T). São reguladores hormonais do crescimento e em poucos dias, semanas no máximo, param de agir. Mas o que não se sabia na época era que o agente laranja continha uma dioxina altamente tóxica, a TCDD. Para acelerar a produção, a temperatura foi elevada em cerca de cinco graus, e a altas temperaturas o cloro presente no composto gerava entre 6.000 e 10.000 partes por milhão (ppm) de TCDD a mais do que em condições normais. Essa substância cancerígena é hidrofóbica, ou seja, não se dissolve na água. Também não é absorvida, e sim adsorvida. Ficava colada às folhas e estas, ao cair, levavam a dioxina até o solo, e a natureza se encarregava de espalhá-la. [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/16/ciencia/1552710887\\_506061.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/16/ciencia/1552710887_506061.html) - visitado em 21 de maio de 2021.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A questão agrária na região centro oeste paulista sofreu diversas metamorfoses no decorrer dos séculos XX e XXI. Historicamente se desenvolveu conforme as estratégias capitalistas de produção e reprodução do capital. No entanto, é no período dos anos 1990 a 2000 que houve grandes transformações na agricultura brasileira de base agroindustrial no país, assim como no estado de São Paulo e região centro oeste paulista. Tal movimento ainda não possuía as condições maduras para sua realização no período de 1960 a 1980 quando houve a modernização conservadora da agricultura, onde o campo se tornou “moderno” do ponto de vista do pacote tecnológico da revolução verde e dos complexos agroindustriais, beneficiando a agricultura capitalista com créditos e vantagens especiais. Mas as condições para a monopolização, a mundialização e a financeirização se realizam e se estruturam a partir do final dos anos 1990 com as políticas econômicas do projeto neoliberal e da reestruturação produtiva no campo.

Nas duas primeiras décadas do ano 2000, chega à termo nova configuração da modernização agrária, numa fase mais completa e desenvolvida do capitalismo na agricultura, do que a que a precede nas décadas anteriores. Ocorre orientada pela divisão internacional do trabalho e pelos pressupostos da lógica imperialista no mundo, bem como, há nova rearticulação da representação das frações da burguesia agrária/industrial/bancária na recomposição das forças que estão no comando do capitalismo brasileiro.

Houve nestas cinco décadas (1970 a 2020) a mudança da composição orgânica da burguesia brasileira, onde a característica principal da mesma que era de divisão entre frações (burguesia agrária, industrial e bancária), com características e funções diferentes entre si; estas frações começam a se fundir na composição de uma burguesia ligada à atividade agroindustrial em que, tanto a indústria, o capital agrário e bancário passam a interpenetrar nos mesmos negócios formando uma fusão dos negócios e mesclando as características essenciais de ambas, produzindo novas feições, as quais passam a formar uma nova fração de classe: a *burguesia agroindustrial*.

Essa categoria nova na composição de classe burguesa não está, todavia, bem definida, tanto na teoria clássica como na contemporânea sobre a composição das classes sociais. Mas a sua materialidade é concreta na realidade brasileira. Após a instituição da agroindústria moderna e a inserção no ramo produtivo agrícola, de bancários e industriais, também como donos destes meios de produção na empresa agrícola, e a participação ativa destes setores no ramo produtivo agrícola, fundidos como dirigentes do mesmo processo, essa burguesia não é somente latifundiária, ela passa a ser híbrida e com interesses híbridos. Compõe nova categoria de classe agrária rural a burguesia agroindustrial.

Evidencia-se um movimento real e concreto na atualidade, de mudanças de características no funcionamento dessas frações de classe. De maneira que o capital agrário se funde com atividades agroindustriais no campo e na cidade; a indústria se funde com o capital agrário ao obter terras, investir capitais, administrar e lucrar com propriedades agrícolas que produzem commodities. E da mesma maneira os bancos que só possuíam atividades de transação financeira, agora também possuem relação orgânica com a aplicação de investimentos próprios em terras, na produção, possuem agroindústrias, funcionários organizam suas próprias lavouras, etc.

Por outro lado, o projeto neoliberal, a reestruturação produtiva, o avanço tecnológico e as reformas no âmbito do Estado, configuraram o terreno que as frações de classe necessitavam para afirmar-se como bloco de poder no campo. Para tanto, as condições foram favoráveis no âmbito das políticas de Estado e do comércio internacional. Num contexto de crise econômica mundial, o capital mundializado a associação dos grandes capitais e a intercooperação entre as corporações criam condições para sobreviver às crises. Para tanto, o processo de mundialização do capital juntou as transnacionais, as grandes corporações, as maiores do planeta, (não só de países do capitalismo central, mas também as gigantes de países periféricos) e criou uma associação de capitais que circulam no mundo, fazendo investimentos, aquisições, fusões, transações em ações, novas *joint ventures*, holdings, apostando no mercado de futuros, etc. tal associação e cooperação entre o capital mundializado não significa que não haja contradições e disputas entre ambas. Há um elemento indispensável que ambas necessitam: a força de trabalho barata e matérias primas.



Neste sentido, no âmbito do capital mundializado, a questão agrária brasileira modifica os dilemas e paradigmas do passado que, *aparentemente*, parecem ter sido resolvidos após novo ciclo de modernização da agricultura, com novo cenário no campo: alta produtividade, tecnologia de ponta, racionalidade empresarial, planejamento, financeirização (negociação de ativos na Bolsa de Valores e Mercado de Futuros). Essa é a imagem que o *agrobusiness* vende para a sociedade brasileira e para o mercado externo.

Nas duas primeiras décadas entre 2000-2020, entremeio ao processo de desindustrialização da economia brasileira, o agronegócio se reinseriu como a alavanca econômica que argumenta ‘gerar divisas para o país, garantindo forte participação no PIB e no saldo superavitário da balança comercial’. No seu próprio site a ABAG se denomina como “alavanca inquestionável de modernização do país” e organização à serviço do povo brasileiro. Uma das principais reivindicações da entidade logo de seu surgimento foi o aumento da liberação de créditos subsidiados por parte do governo, a política cambial e a diminuição da carga tributária, bem como as condições para maior competitividade no mercado internacional. Não se coloca apenas como a vanguarda da agricultura no quesito econômico. Mas também cumpre com papel fundamental no âmbito de *aparelho privado de hegemonia* na sociedade, uma vez que influencia nas ações ideológicas, políticas educacionais e culturais.

Além de sua participação no aspecto econômico, há a participação no aspecto político como entidade de classe. Do ponto de vista ideológico, o discurso destas empresas é marcado por temas como o desenvolvimento sustentável, integração à economia nacional e internacional, eliminação das desigualdades sociais e o respeito ao meio ambiente e as pessoas.

No âmbito ideológico, o novo discurso propagado pela agricultura capitalista passa a ser o de que “o agronegócio revolucionou completamente o atrasado latifúndio para dar espaço a alta produtividade agrícola, gerando empregos, produzindo alimentos, sustentabilidade, segurança alimentar, saldos positivos na balança comercial do país, avançando em tecnologia e nova matriz energética limpa”, entre outros argumentos. Enquanto que, genuinamente, o mesmo agronegócio é concentrador de terras, pratica trabalho escravo, destrói os bens da natureza e cria

prejuízos para a questão ambiental, promove, gerencia e organiza a violência no campo. Este mesmo moderno se alimenta do atraso e continua a existir como sua própria contraface.

Durante a grave crise que o mundo vivencia nesta quadra da História, em particular o Brasil, nas suas dimensões: econômica, política, social, ambiental, sanitária e humanitária, onde o desemprego aumenta em números recordes e a fome se torna avassaladora; enquanto isso, o agronegócio tem seus lucros extraordinários sendo aumentados e as condições de sua reprodução privilegiadas.

Importante compreender as metamorfoses da agricultura capitalista (atual agronegócio), no estado de São Paulo, e sobretudo na região centro oeste paulista nas duas últimas décadas. Tais mudanças foram ocasionadas, sobretudo a partir de alguns fatores, tanto na conjuntura brasileira, como pelos fatores estruturais do modo como se opera o capital internacional, mas também a forma como incide sobre a realidade paulista. Assim, nos chama a atenção no aspecto conjuntural sobre o aumento da produção e do comércio destas três principais commodities (açúcar/álcool, celulose e laranja) no mercado interno e externo, os quais arrastam a região a definir novas áreas de expansão da produção, em âmbito local e nacional, devido às demandas da própria divisão internacional do trabalho.

Ações por parte das grandes empresas foram realizadas no sentido de expansão de certas monoculturas na região: a primeira delas consiste na construção e instalação de novas unidades produtivas, as quais são controladas por empresas multinacionais desde o momento da produção até a circulação (captura de novas terras férteis, fertilidade de sementes, transgenia, mapeamento de novos mercados, aquisição ou arrendamento de áreas produtivas, preparação do solo, aplicação de insumos: sementes, adubos, agrotóxicos, colheita, investimento em máquinas, armazenamento, loteamento nos portos e aeroportos para instalação de estrutura de armazenamento e carregamento, investimento em frotas, marketing, consultorias, investimento em ações, associação com bancos, indústrias, etc.). Para isso, as empresas disputam as melhores fatias de terras férteis, clima adequado, boa infraestrutura disponível, mão de obra barata, investimentos públicos do Estado, próximos aos grandes centros, articulação política, aliança com outras empresas

estratégicas, dentre elas, as que monopolizam os meios de comunicação, associação com capital internacional onde podemos destacar as “joint ventures” e as fusões. Observa-se que é um movimento comum para a maioria das empresas e o mesmo se configura como tendência na atualidade.

Assim, commodities como a cana, o eucalipto, a soja, a laranja, entre outros, avançam sobre as diversas regiões do país, incluindo a aquisição de novas áreas de fronteiras agrícolas para produção, significando com isso, a contínua expropriação de pequenos proprietários agricultores familiares, indígenas, quilombolas, ou na forma de fixação sobre terras devolutas pertencentes à União. A bancada ruralista dirige e conduz politicamente as políticas estatais e de controle da agricultura ligadas ao interesse do grande capital. Assim também cumpre com o papel de fortalecer as commodities em detrimento dos produtos alimentícios, os vultuosos créditos subsidiados (por bancos públicos como o BNDES por exemplo), bem como, as empresas do agronegócio brasileiras ou estrangeiras.

Mas os aspectos conjunturais acima mencionados estão alicerçados em uma base estrutural, dinâmica que articula de maneira dialética, por um lado um país cuja economia é dependente das economias centrais e de capitalismo periférico com a dinâmica produtiva interna, das quais algumas empresas operam da mesma maneira que as empresas de agricultura capitalista dos países centrais e produzem intenso desenvolvimento das forças produtivas no século XXI. O que aparece no horizonte da geopolítica brasileira como sinônimo de modernidade alcançada ou em vias de, é de fato a centralização e concentração de capital em escala *mundializada*. O Estado de São Paulo é a ponta de lança deste processo.

Tal dinâmica reproduz na sociedade as piores consequências inerentes à lógica da expansão e acumulação do capital reproduzindo sempre num círculo vicioso sobre as condições que estruturam as desigualdades sociais numa realidade de barbárie no mundo urbano e rural. Para tanto, tratamos no decorrer da tese, o agronegócio na sua versão moderna – da tecnologia, nanotecnologia, microeletrônica, das máquinas ultramodernas, do desenvolvimento técnico de aumento da produtividade, das instituições de pesquisa. Por outro lado, um dos graves problemas que está posto é a sua própria contradição: a destruição ambiental através da *produção destrutiva*, da

prática predatória – especialmente da água, solo, da morte da biodiversidade, dos recursos minerais, concentração da terra, concentração dos lucros, monocultivo de commodities, o avanço sobre áreas tradicionais de produção de alimentos, mecanização e desemprego; automação no nível da informática e da robótica de muitos setores produtivos, elevação da produtividade combinada com rebaixamento dos salários dos trabalhadores, técnicas gerenciais de controle social, entre outros.

Transformações ocorreram na agricultura na região, desde as áreas de pastagens de gado de corte e leite nos anos 1980, (intensificadas após a crise do café na década de 1960), fizeram com que a cana avançasse sobre a pecuária a partir dos anos 1990, tornando-se o principal produto no estado, a qual predomina até os dias atuais. As áreas de pastagens, foram significativamente perdendo espaço para a produção sucroalcooleira, onde a agroindústria sucroalcooleira experimentou um dos maiores crescimentos do Estado de São Paulo. Mais tarde houve o crescimento da laranja e recentemente, a presença forte dos eucaliptos na região. Nos últimos dez anos houve mega expansão desse último produto para a região centro paulista, abrangendo principalmente as microrregiões de Botucatu, Jaú, Lençóis Paulista, Bauru e Marília. E a projeção da expansão do eucalipto prevê a inserção das terras da região central quase que na totalidade, uma vez que, com a instalação da transnacional Bracell, tornou-se real a ocupação e uso dessas terras numa inversão de produção de cana para a produção de eucaliptos, tendo em vista que essa empresa tem oferecido condições mais vantajosas para os pequenos e médios produtores fornecedores de cana, para que passem a produzir eucaliptos para celulose. As disputas ocorrem também intraclasse sobre as áreas disponíveis para a expansão de commodity. A briga no momento se dá entre usineiros e madeireiros plantadores de eucalipto na disputa das terras e dos fornecedores.

Fruto deste processo, instaurou-se inúmeros conflitos no âmbito da luta pela terra e reforma agrária, dado o grau de concentração fundiária e de produção de commodities via monoculturas. O conflito ocorre contra as empresas monopolistas que se estabeleceram sobre terras da União e se apossaram ilegalmente de mais de 500 mil hectares de terras públicas devolutas. Essas áreas foram ocupadas pelos trabalhadores Sem Terra, dezenas de vezes, principalmente na parte extremo oeste (Pontal do Paranapanema), central e a oeste, onde a estrutura agrária se tornou um

complexo de terras públicas disputadas na Justiça, devido a enorme quantidade de terras em litígio, griladas e ocupadas irregularmente. Ver mapas das terras conquistadas pela reforma agrária ou em disputa judicial, na parte dos Anexos desta tese.

Por fim, importante trazer a dimensão do agronegócio como parte dessa *força produtiva abstratamente estéril* e potencialmente destrutiva, como um modelo produtivo, que desde o programa da Revolução Verde, da modernização conservadora da agricultura, da reestruturação produtiva, incorpora elementos novos à um determinado tipo de modelo produtivo, o qual incrementa nova tecnologia para intensificar a produtividade em termos absolutos, em contraste com aumento da fome; e atualmente insere-se num desenvolvimento típico da era de financeirização, de produção fictícia e acirramento dos monopólios, causando a *autorreprodução destrutiva* por onde se expande, por meio da combinação dialética entre arcaico e moderno.

Uma nova sociabilidade se faz necessária e urgente para que as gerações futuras possam produzir e reproduzir sua existência em condições seguras de Vida, em comunhão com os seres humanos e com o seu meio.

## **BIBLIOGRAFIA:**

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3ª ed. São Paulo: Editora Edusp, 2007.

AGENCIA SENADO FEDERAL. **Comissões aprovam projeto que facilita venda de terras para estrangeiros**. Brasília/DF, 11 de dezembro de 2019.

ALENTEJANO, Paulo. ALENTEJANO, Paulo. **Alerta: grilagem de terras dispara no país**. Outras Mídias – disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/alerta-grilagem-de-terras-dispara-no-pais/>

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital. A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização**. 2. ed. Londrina: Editora Práxis, 1999.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *IN*: SADER, Emir. GENTILI, Pablo. **Pós-Neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Paz e Terra. Rio de Janeiro:1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7ª edição. Campinas: Editora Cortez, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Florestan Fernandes: A Revolução Burguesa e a Revolução Socialista**. São Paulo: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2009.

BAMBIRRA, Vania. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. XX1. México, Distrito Federal: SigloVeinteuno,1974.

BINETTI, Maria Domingues: **“A Internacionalização recente da Indústria de Etanol Brasileira”** – 2008 – texto impresso.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, FFLCH, USP. São Paulo: 2017.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 8ª edição. São Paulo: Editora 34,1997.

CHAYANOV, Aleksandr Vasilievich. *Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas*. In: CARVALHO, Horácio Martins de (Org.). **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. **A emergência de um regime de acumulação financeira**. In: Revista Praga – Estudos Marxistas 3. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

COSTA, Lucia Cortes. **O Governo FHC e a Reforma do Estado Brasileiro**. Revista Pesquisa & Debate, Volume 11, Nº 1. São Paulo: 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DEO, Anderson. Uma transição a *long terme*: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil. In: PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DEO, Anderson. **O Sentido da Revolução Brasileira**. Revista Aurora, ano V nº 9. ISSN:1982-8004, dez de 2011. <http://www2.marilia.unesp.br/revista/index.php/aurora/>

DELGADO, Guilherme. **Reestruturação da Economia do Agronegócio – Anos 2000**. In: STEDILE, J. P. (Org.). A Questão Agrária no Brasil. O debate na década de 2000. 1ª edição. Expressão Popular, São Paulo: 2013.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do Capital Financeiro na Agricultura a Economia do Agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2012.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petropolis/RJ: Editora Vozes, 1981.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, Friedrich. **A Dialética da Natureza**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e Territorialização em São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999

FERNANDES, Florestan. **O que é Revolução**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaio de Interpretação Sociológica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o Capital Imperialismo**: Teoria e História. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GOMES DA SILVA, José. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

GOMES DA SILVA, José. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

GOMES DA SILVA, José. **Reforma Agrária no Brasil**: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento? Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

GOMES DA SILVA, José. **Reforma Agrária no Brasil**: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento? Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

GOMES DA SILVA, José. A reforma agrária no Brasil. *In*: STEDILE, João Pedro. (Org.) **A Questão Agrária no Brasil**: o debate na década de 1990. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GORENDER, Jacob. **A Burguesia Brasileira**. 6ª edição. Brasiliense. São Paulo: 1986.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 22 (1934) Americanismo e Fordismo. *In*: **Cadernos do Cárcere**. Volume 4. **Temas de Cultura, Ação Católica, Americanismo e fordismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. V. 5, edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; co-edição Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurelio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.



GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Carcere. V. 1, edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; co-edição de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurelio Nogueira. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Modernização Dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura.** São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** 23ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil** – esboço de uma interpretação histórico metodológica. 4ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

IANNI, Octavio (Org.). **Florestan Fernandes: Sociologia Crítica e Militante.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

IANNI, Octavio. **O Colapso do Populismo no Brasil.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA - Serviço Público Federal, Casa Civil da Presidência da República, Superintendência do INCRA de São Paulo. **Relatório de Análise de Mercado de Terras no Estado de São Paulo – RAMT/SP.** São Paulo: INCRA, 2018.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Cultivo de laranja e produção de suco: indicativos de déficit de trabalho decente na Citrosuco S/A Agroindústria Sucocítrico Cutrale Ltda.** Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial S/A. São Paulo: maio, 2013.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária.** Rio de Janeiro: Editora Laemmert S.A, 1968.

LENINE, Vladimir Ilitch. O Imperialismo, fase superior do capitalismo. *In: Obras Escolhidas.* São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

LUZ, Marisa de Fatima. **As estratégias de atuação do capital na agricultura através do agronegócio e sua vinculação com a educação.** Trabalho de Conclusão

de Curso. Curso de Residência Agrária em Educação do Campo e Agroecologia - USP e Escola Nacional Florestan Fernandes. Ano 2014/2015.

MACHADO. Luiz Carlos Pinheiro. MACHADO FILHO. Luiz Carlos Pinheiro. **A Dialética da Agroecologia:** contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARES, Carlos Frederico. **A Função Social da Terra.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor. 2003.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra.** São Paulo: Editora Contexto, 2017.

MARX, Karl. **A Origem do Capital. A Acumulação Primitiva.** Global Editora e Distribuidora LTDA. São Paulo: Coleção Bases, 1977.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política – Livro 1 – O Processo de Produção do Capital.** Volume II. 9ª Ed. São Paulo: Difusão Editorial S.A, 1984.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política.** Livro 1. Vo. 1 – O processo de produção do capital. 30ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política:** livro III: o processo global de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2017.

MELLO, Maria Conceição D’Incao e. **O “boia-fria”: acumulação e miséria.** Editora Vozes, Petrópolis: 1975.

MENDONÇA. Sonia Regina de. A classe dominante agrária: natureza e comportamento 1964 – 1990. *In:* STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil.** Volume 5. 2ª reimpressão: junho de 2014. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

NEPOMUCENO, Eric. **O Massacre – Eldorado dos Carajás – uma história de impunidade.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois. *In:* **Revista de Serviço Social & Sociedade.** Reconceituação do Serviço Social: 40 anos. Ano XXV. Editora Cortez. Nov. de 2005.

NETTO, José Paulo. **Transformações Societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Serviço Social & Sociedade: Serviço Social no Século XXI, Ano XVII, Editora Cortez: Rio de Janeiro: Abril de 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *In*: STEDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil**. O debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista o Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. À sombra do Manifesto Comunista: globalização e reforma do Estado na América Latina. *In*: SADER Emir. GENTILI Pablo. **Pós-Neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PARRA, T.V. **O adoecimento dos trabalhadores no processo de trabalho: a situação dos cortadores de cana na região de Monte Aprazível/SP**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

PEREIRA, Joao Marcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2009.

PRADO JUNIOR, Caio. FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a Revolução Brasileira**. São Paulo: Expressão Popula, 2000.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporaneo**. 23ª ed. 10ª reimpressão. Editora Brasiliense, São Paulo: 2007.

PINAZZA, Luiz Antonio. ARAÚJO, Ney Bittencourt de. Agricultura na Virada do Século XX. Visão de Agribusiness. São Paulo: Editora Globo. ABAG, 1993.

PINTO. Raphaela Giffoni. **O Novo Empresariado Rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de Agrobusiness (1990-2002)**.

Niterói/Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UFF, 2010.

PIRES, José. **Requerimento à Directoria de Terras, Colonização e Imigração da Secretaria da Agricultura**. Acervo APESP. São Paulo: Fundo Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 9 abr. 1924

POMAR, Wladimir. **Um Mundo a Ganhar**. Revolução democrática e socialista. São Paulo: Viramundo, 2002.

RIDENTI, Marcelo. **Classes Sociais e Representação**. Vol. 31. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

RIBEIRO, Silvia. O impacto das tecnologias em escala nano na agricultura e nos alimentos. In: MARTINS, Paulo Roberto (Org.). **Nanotecnologia, sociedade e meio ambiente**. Trabalhos apresentados no segundo Seminário Internacional (II Seminariosoma). São Paulo: Ed. Xamã, 2006.

RIGOTTO, Raquel Maria. VASCONCELOS, Dayse Paixão. ROCHA, Mayara Melo. **Uso de agrotóxicos no Brasil e problemas para a saúde pública**. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 30(7):1-3, jul, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPE020714>

SADER, Emir. GENTILI, Pablo. (orgs). **Pós Neoliberalismo II: Que Estado para que democracia?**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

SAMPAIO JUNIOR. Plinio de Arruda. **Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária**. Artigo publicado em 2012. Disponível na biblioteca da Questão Agrária em: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

SANT'ANA, Raquel Santos. **Trabalho Bruto no Canavial: questão agrária, assistência e Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

SANTOS, Adriano Pereira. **O Moinho Satânico do Agronegócio Canavieiro no Brasil: Dependência e Superexploração do Trabalho na Região de Ribeirão Preto - SP**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Unicamp: 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Selma de Fatima. Metamorfoses no Desenvolvimento da Agricultura Capitalista no Estado de São Paulo – 1990 a 2010. *In*: GT 12: “**Desenvolvimento: Caminhos e Descaminhos de um debate contemporâneo**”. 39º ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 26 a 30 de outubro de 2015, Caxambu/MG. Anais. Caxambu/MG, 2015. ISSN: 2177-3092.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, Adriana Ferreira. BARROS, Geraldo Sant’Ana de Camargo. FACHINELLO, Arlei Luiz. CASTRO, Nicole Renno. Perfil do Agronegócio Paulista e sua participação em âmbito nacional. **Revista de Política Agrícola**, Ano XXVI – Nº 4 – out./nov./dez. 2015.

SILVA, José Gomes. **A Reforma Agrária no Brasil**. Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento? Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

SILVA, José Graziano da. Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro. *In*: STEDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil**. O debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, José Graziano. **A Modernização Dolorosa. Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do Século**. São Paulo: Editora Unesp, 1999

SILVA, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1976

STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850 – 1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TEIXEIRA, Francisco J.S. ALVES, Giovanni. NETO, José Meneleu. OLIVEIRA, Manfredo Araújo. (Org.). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva**. As novas

determinações do mundo do trabalho. 2. ed. Fortaleza: Editora Cortez; Universidade Estadual do Ceará, 1998.

TEIXEIRA, Gerson. **Comentários sobre o avanço da cana-de-açúcar e sobre a redução da produção de alimentos básicos no estado de São Paulo**. Texto Impresso, 2010.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Desenvolvimento Destrutivo das Forças Produtivas, a Insustentabilidade do Capital e os Desafios para a Produção de Alimentos**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2010.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)**. Volume 1. Tese de Livre Docência. UNESP, Presidente Prudente: 2009.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Reestruturação Produtiva do Capital no Campo, no Século XXI e os Desafios para o Trabalho**. Revista Dossiê Pegada. Vol. 5, Nº 1 e 2. nov/ 2004.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI**. Geosul, Florianópolis, v. 19, n. 37, p 7-26, jan./jun. 2004

TROCATE, Charles. ZANON, Maria Julia. VIEIRA, Jarbas. (Org.). **Elementos Constitutivos do MAM (Movimento dos Atingidos pela Mineração)**. Marabá: Iguana Editorial, 2015

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

XAVIER, Carlos Vinicius. PITTA, Fabio T. MENDONÇA, Maria Luísa. **Monopólio na Produção de Etanol no Brasil: A Fusão Cosan-Shell**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2011.

## REVISTAS:

CARTA CAPITAL, jul. 2015

Terra de Direitos, jul. 2015

Chain Reaction Research: Sustainability Risk Analysis, 2020

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Cultivo de Laranja e Produção de Suco:** indicadores de déficit de trabalho decente na Citrosuco S/A Agroindústria, Suco cítrico Cutrale Ltda., Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial. São Paulo: 2013.

Observatório dos Conflitos Rurais no Estado de São Paulo. **Conflitualidade e projetos de expansão do capital.** UNICAMP/2018

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, São Paulo: 2011

#### **SITES:**

ABAG – [www.abag.com.br](http://www.abag.com.br)

BANCO VOTORANTIM – [www.bancobv.com.br](http://www.bancobv.com.br)

BOLSA DE VALORES B3 – [www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)

BRACELL – [www.bracell.com.br](http://www.bracell.com.br)

BRASIL EM MAPAS – [www.brasilemmapas.gov.br](http://www.brasilemmapas.gov.br)

CANA INVESTE – [www.investe.sp.gov.br](http://www.investe.sp.gov.br)

CANAL RURAL – [www.canalrural.com.br](http://www.canalrural.com.br)

CASA CIVIL PALACIO DO PLANALTO – [www.planalto.gov.br/ccivil](http://www.planalto.gov.br/ccivil)

COSAN. Disponível em: [www.cosan.br](http://www.cosan.br)

CPT - <https://www.cptnacional.org.br>

CUTRALE – [www.cutrale.com.br](http://www.cutrale.com.br)

DE OLHO NOS RURALISTAS – [www.deolhonosruralistas.com.br](http://www.deolhonosruralistas.com.br)

DURATEX – [www.duratex.com.br](http://www.duratex.com.br)

EUCATEX – [www.eucatex.com.br](http://www.eucatex.com.br)

FIESP – [www.fiesp.com.br](http://www.fiesp.com.br)

FOLHA DE SÃO PAULO – [www.folha.uol.com.br](http://www.folha.uol.com.br)

FUNAI – [www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)

G1 GLOBO – [www.g1.globo.com](http://www.g1.globo.com)

IBGE – [www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br)

IBGE Censo Agropecuário – [www.agenciadenoticias.ibge.gov.br](http://www.agenciadenoticias.ibge.gov.br)

IEA – [www.iea.sp.gov.br](http://www.iea.sp.gov.br)

IHU UNISINOS – [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

IPHAN – [www.portal.iphan.gov.br](http://www.portal.iphan.gov.br)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) Acesso em: 15 mar.2018

JACTO – [www.jacto.com.br](http://www.jacto.com.br)

JORNADA DE ESTUDOS AGRÁRIOS – [www.marilia.unesp.br](http://www.marilia.unesp.br)

JORNAL DA CIDADE BAURU – [www.jcnet.com.br](http://www.jcnet.com.br)

JORNAL DOIS – [www.jornaldois.com.br](http://www.jornaldois.com.br)

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO – [www.politica.estadao.com.br](http://www.politica.estadao.com.br)

LOUIS DREYFUS COMODITY – LDC – [www.ldc.com.br](http://www.ldc.com.br)

MST – [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

NOVACANA – [www.novacana.com](http://www.novacana.com)

OUTRAS PALAVRAS – [www.outraspalavras.com.br](http://www.outraspalavras.com.br)

OXFAM BRASIL – [www.oxfam.org.br](http://www.oxfam.org.br)

REPORTER BRASIL – [www.reporterbrasil.org.br](http://www.reporterbrasil.org.br)

REVISTA EXAME. Disponível em: [www.exame.abril.com.br](http://www.exame.abril.com.br). Acesso em: 15 mar.2018.

REVISTA NERA – [www.revista.fct.unesp.br](http://www.revista.fct.unesp.br)



REVISTA RPA NEWS – [www.revistarpanews.com](http://www.revistarpanews.com) visitado em 28 de novembro de 2020.

ROUNDUP – [www.roundup.com.br](http://www.roundup.com.br)

SENADO FEDERAL – [www12.senado.leg.br](http://www12.senado.leg.br)

UOL – [www.economia.uol.com.br](http://www.economia.uol.com.br)

VALOR ECONÔMICO - [www.valoreconomico.com.br](http://www.valoreconomico.com.br) Acesso em: 15 mar.2018.

### **VÍDEOS:**

“GETULINA, MEU AMOR”. <https://www.marilia.unesp.br/#!/noticia/614/getulina-meu-amor-vence-primeira-mostra-universitaria-de-cinema-da-unesp/>

Canal do Youtube: entrevista com Maria Orlanda Pinassi no programa “Literaturas Brasileiras” – conteúdo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=36gK3Y1L0gY>

“Massacre de Corumbiara” - [https://youtu.be/vad4IMYo\\_aQ?t=482](https://youtu.be/vad4IMYo_aQ?t=482)

“Tradições do Interior: Aldeia Indígena Araribá” – TV UNESP [https://www.youtube.com/watch?v=z\\_sNgmoDG7I](https://www.youtube.com/watch?v=z_sNgmoDG7I) –

## APENDICES:

### Relação dos Parques Federais e Estaduais queimados em 2019 e 2020:

1- O Parque<sup>213</sup> Nacional do Pantanal mato-grossense e o parque Serra do Amolar no Mato Grosso do Sul tiveram mais de 25 mil hectares queimados, onde cinco fazendas ao redor podem ter dado início a queimada para aumentar área de pastagens para gado. (Reportagem do Globo Rural em 14/09/2020).

2- O Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari/MS e Parque Nacional das Emas em Goiás. Jornal Nacional em 19/09/2020 também tiveram suas áreas devastadas pelas chamas<sup>214</sup>.

3- Parques nacionais e áreas indígenas nas regiões Norte e Centro Oeste do Brasil são devoradas pelas chamas. Além de chuvas com fuligem nas regiões Sul e Sudeste, o fogo se alastra para países vizinhos ao MS como Bolívia e Paraguai<sup>215</sup>. Matéria do Correio do Brasil em 20/09/2020

4 - Queimada atinge Parque Nacional do Ubajara, na Serra da Ibiapaba, no Ceará. Diário do Nordeste, 02/09/2020<sup>216</sup>

5 - Para o Observatório de Justiça e Conservação, de 26/08/2020 - queimadas em áreas de Mata Atlântica aumenta em 13% no ano de 2020 com relação ao ano anterior. Um dos motivos se deve ao sucateamento dos órgãos de meio ambiente<sup>217</sup>.

---

<sup>213</sup>Ver: <https://www.google.com/amp/s/revistagloborural.globo.com/amp/Noticias/Sustentabilidade/noticia/2020/09/policia-federal-investiga-acao-criminosa-e-premeditada-em-incendios-no-pantanal.html>

<sup>214</sup>Ver: <https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/jornal-nacional/noticia/2020/09/19/queimadas-avancam-sobre-parques-nacionais-brasileiros.ghtml> - acesso em 19 de abril de 2020.

<sup>215</sup> Ver: <https://www.correiodobrasil.com.br/espalham-norte-centro-oeste-pais/> - acesso em 20 de abril de 2020.

<sup>216</sup>Ver: <https://www.google.com/amp/s/diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/amp/incendio-atinge-parque-nacional-de-ubajara-suspeita-que-tenha-sido-causado-por-cacadores-1.2984153> - acesso em 20 de abril de 2020.

<sup>217</sup>Ver: <https://www.oeco.org.br/reportagens/focos-de-queimadas-na-mata-atlantica-superam-em-13-indices-do-ano-passado/> - acesso em 20 de abril de 2020.

6 - Queimada devasta cerca de 500 hectares do parque estadual Aguapeí, situado entre São José do Rio Preto e Araçatuba. A reserva possui cerca de nove mil hectares e abrange seis municípios do noroeste paulista. Portal Globo G1 - matéria de 18/09/2020<sup>218</sup>

7 - Parque Estadual do Pau Furado em Uberlândia/MG está em chamas. O parque foi criado em 2007 e possui 2 mil hectares abrigando o bioma cerrado e Mata Atlântica na região do Triângulo Mineiro e abriga mais de 900 espécies, das quais, muitas em extinção. Reportagem de 19/09/2020<sup>219</sup>

8 - Incêndio atinge Parque Nacional em Minas Gerais há quatro dias, Corpo de Bombeiros e brigadistas atuam para combater chamas que avançam pela Serra do Cipó, na região central do estado. A área queimada atinge 1.800 hectares. O Globo com G1 - 01/10/2020.<sup>220</sup>

9 - Incêndio atinge Chapada dos Veadeiros, em Goiás, Corpo de Bombeiros atua com mais de 30 militares para combater o fogo fora do Parque Nacional, enquanto brigadistas e voluntários trabalham na parte interna da área preservada. Por Vanessa Martins, G1 GO - 02/10/2020<sup>221</sup>.

10- Zona da Mata: Incêndio no Parque Estadual de Ibitipoca já devastou área equivalente a 500 campos de futebol. Danos irreparáveis que atingiram 500 hectares do bioma único no mundo ainda não podem ser mensurados no momento. Em 29/09/2020.<sup>222</sup>

---

<sup>218</sup>Ver:<https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2020/09/18/queimada-atinge-parque-estadual-aguapei-no-noroeste-paulista.ghtml> - acesso em 18 de setembro de 2020.

<sup>219</sup><https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/mg/triangulo-mineiro/noticia/2020/09/19/incendio-que-atinge-parque-estadual-do-pau-furado-em-uberlandia-ja-dura-mais-de-24-horas.ghtml> - acesso em 19 de abril de 2019.

<sup>220</sup><https://www.google.com/amp/s/oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/meio-ambiente/incendio-atinge-parque-nacional-em-minas-gerais-ha-quatro-dias-24670813%3fversao=amp> - acesso em 01 de outubro de 2020.

<sup>221</sup><https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/go/goias/noticia/2020/10/02/incendio-atinge-chapada-dos-veadeiros-e-se-aproxima-de-povoados-da-regiao-em-goias.ghtml> - acesso em 02 de outubro de 2020.

<sup>222</sup> [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/09/29/interna\\_gerais,1189890/incendio-parque-ibitipoca-devastou-area-equivalente-500-campos-](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/09/29/interna_gerais,1189890/incendio-parque-ibitipoca-devastou-area-equivalente-500-campos-)

11 - Incêndio iniciado há mais de 45 horas no Parque Estadual do Ibitipoca, nos municípios de Lima Duarte e Santa Rita do Ibitipoca, na Zona da Mata, queimou cerca de 35% da unidade de conservação.

12 – CGN - PARANÁ Queimada consumiu 370 hectares do Parque Nacional de Ilha Grande, próximo a Porto Camargo, em Icaraíma. Importante ressaltar que no ano passado um incêndio que durou 12 dias, destruiu 46 mil hectares do Parque Nacional de Ilha Grande. Publicado em 25/09/2020.<sup>223</sup>

13 - Conhecido por abrigar a maior concentração de onças-pintadas do mundo, o Parque Estadual Encontro das Águas, na região de Porto Jofre, na cidade de Poconé que fica a cerca de 100 km de Cuiabá, foi atingido pelas queimadas que estão devastando o Pantanal mato-grossense, já teve mais de 50% de sua área devastada. Foram queimados 55 mil hectares, quase metade dos 108 mil hectares<sup>224</sup>. A área de Pantanal queimada há cerca de 2 meses é equivalente a área de Israel: 2,2 milhões de hectares. Cerca de 15% do bioma foi queimado. Maior planície de água alagada do mundo. É onde está situado o parque Estadual Encontro das Águas onde ocorre a concentração da maior quantidade das onças pintadas do planeta (que já se instalaram no Pantanal fugindo de outras regiões devido crimes ambientais como por exemplo, as fronteiras dos estados e países: Argentina, Paraguai e Bolívia. El País, 12/09/2020<sup>225</sup>.

14 - O incêndio no Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas Gerais, de acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) chegou a

---

[futebol.shtml?\\_gl=1\\*1b8pbha\\*\\_ga\\*ejdqVlhtZEgwaFktekUzOE9iTmNGOFhpUVE4bEZPOTThhdVVvSjVVTmFkWDBOWUtLUE42OFR0OFZqRWludHEXyW..](futebol.shtml?_gl=1*1b8pbha*_ga*ejdqVlhtZEgwaFktekUzOE9iTmNGOFhpUVE4bEZPOTThhdVVvSjVVTmFkWDBOWUtLUE42OFR0OFZqRWludHEXyW..) – acesso em 29 de setembro de 2020.

<sup>223</sup><https://www.google.com/amp/s/cgn.inf.br/noticia/248019/queimada-ja-consumiu-370-hectares-do-parque-nacional-de-ilha-grande/amp> – acesso em 25 de setembro de 2020.

<sup>224</sup><https://www.google.com/amp/s/www.terra.com.br/amp/noticias/ciencia/sustentabilidade/queimada-no-pantanal-atinge-metade-do-parque-estadual-encontro-das-aguas,b9801f939e169668e9425a5b0db8ab5a6dqwwlae.html> – acesso em 20 de abril de 2020.

<sup>225</sup> <https://www.google.com/amp/s/brasil.elpais.com/brasil/2020-09-12/pantanal-sofre-a-maior-devastacao-de-sua-historia-enquanto-voluntarios-lutam-para-salvar-os-animais.html%3foutputType=amp> – acesso em 12 de setembro de 2020.

consumir mais de 21 mil hectares do parque, que tem 71.525 hectares demarcados. Agência Brasil 20/09/2020.<sup>226</sup>

15 – Parque Nacional de Brasília, com 17,6 mil hectares, área 375% maior do que a consumida pelas chamas no ano passado. As chamas atingiram três das cinco principais reservas da capital do país.

16 - Ouro Preto: Incêndio no Parque Estadual do Itacolomi. Danos ao meio ambiente ainda não podem ser calculados. 03/10/2020<sup>227</sup>. O fogo atingiu 287.590 m<sup>2</sup> de Área de Preservação Permanente (APP), com vegetação pioneira. APPs são áreas protegidas pela Lei 12.651/2012, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora e proteger o solo.<sup>228</sup>

17 - Fazendeiro é flagrado pelo Ibama ateando fogo na Chapada dos Veadeiros, em Cavalcante, na Chapada dos Veadeiros, em Goiás, em uma área de vegetação de cerrado. A região sofreu com queimadas que duraram uma semana e consumiram mais de 6,5 mil hectares da área do parque. Uol, 2019<sup>229</sup>

18 - Governo federal quer privatizar parques nacionais em Brasília e SC - Parque Nacional de Brasília - Acervo Parna de Brasília - 10/08/2020<sup>230</sup>

---

<sup>226</sup> <https://www.google.com/amp/s/agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-08/incendio-no-parque-nacional-da-serra-da-canastra-e-controlado%3famp> – acesso em 20 de setembro de 2020.

<sup>227</sup> [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/10/03/interna\\_gerais,1191425/ouro-preto-incendio-no-parque-estadual-do-itacolomi.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/10/03/interna_gerais,1191425/ouro-preto-incendio-no-parque-estadual-do-itacolomi.shtml) – acesso em 03 de outubro de 2020.

<sup>228</sup> <https://www.jcnet.com.br/noticias/regional/2020/10/737245-fazendeiro-leva-multa-de-r--647-mil-por-fogo.html> – acesso em 20 de outubro de 2020.

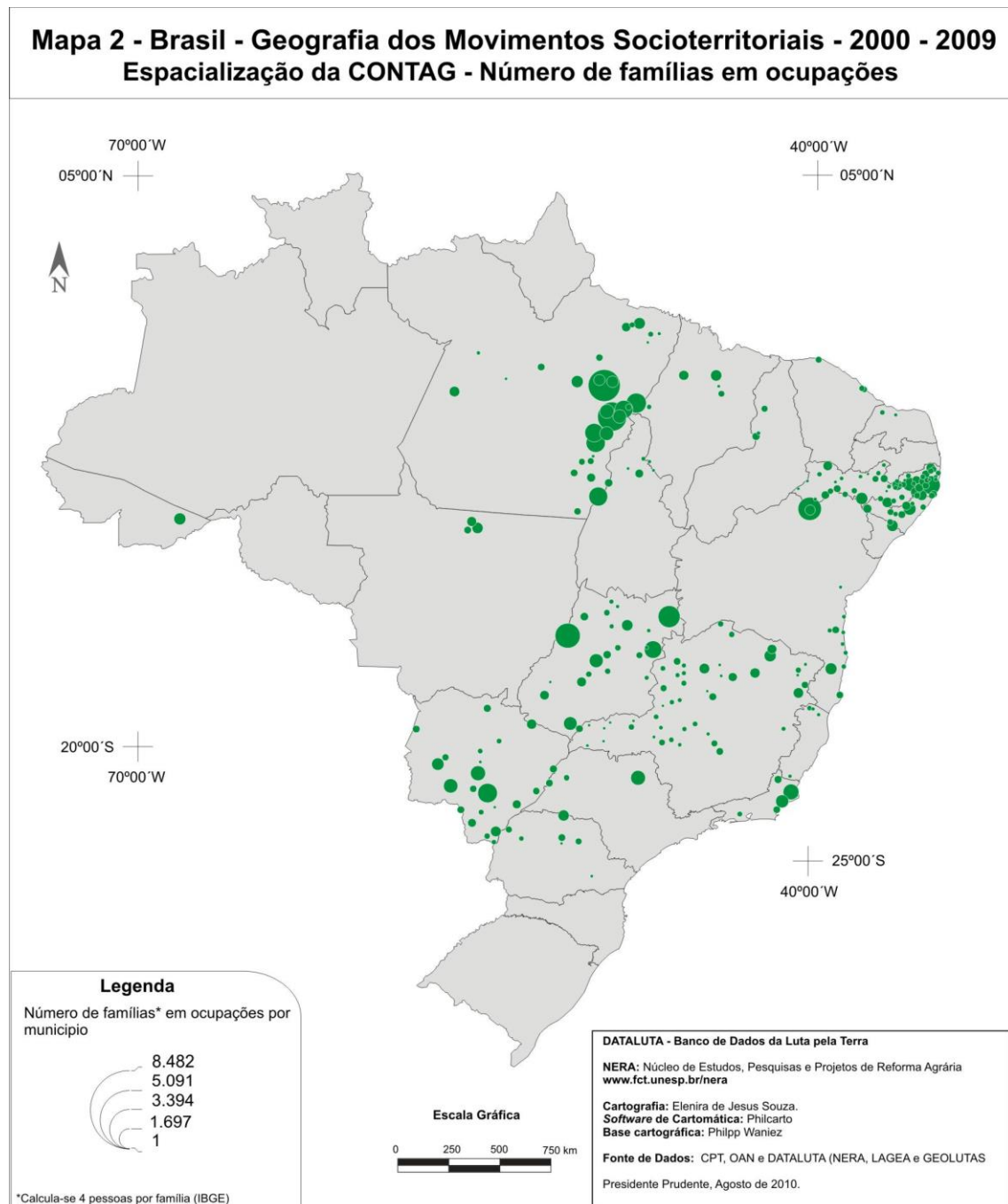
<sup>229</sup> <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/10/01/fazendeiro-e-flagrado-pelo-ibama-ateando-fogo-na-chapada-dos-veadeiros.htm> – acesso em 01 de outubro de 2020.

<sup>230</sup> <https://www.google.com/amp/s/noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2020/08/10/decreto-qualifica-parques-para-concessao-a-iniciativa-privada.amp.htm> – acesso em 10 de agosto de 2020.

## ANEXOS:

### ANEXO 1: DEMONSTRATIVO DA LUTA DE CLASSES NO CAMPO - MAPAS DAS OCUPAÇÕES DE LATIFUNDIOS E A REALIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS NO BRASIL, NO ESTADO DE SÃO PAULO E CENTRO OESTE PAULISTA:

#### Mapa 1 - Número de ocupações da CONTAG de 2000 a 2009:



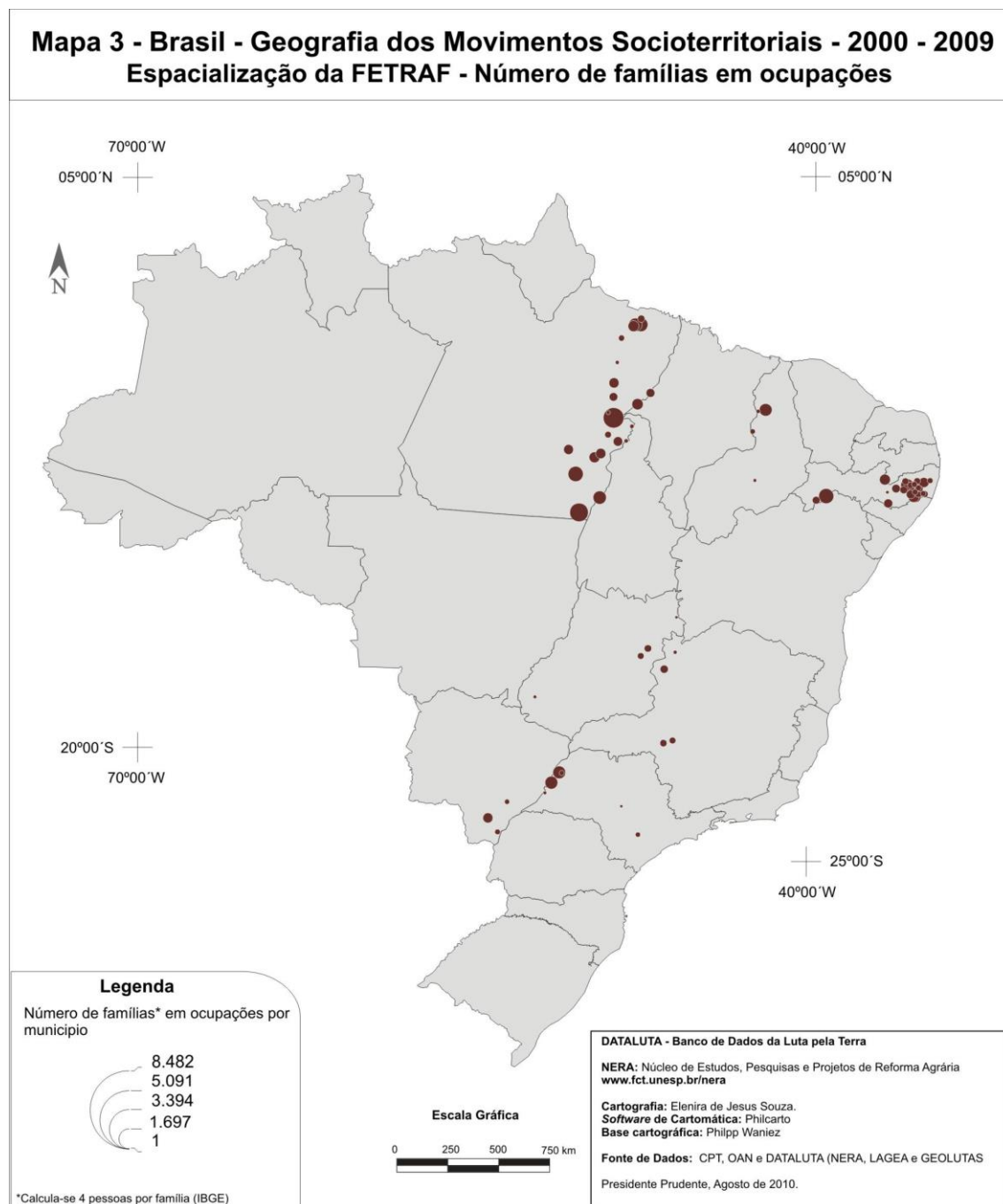
Fonte: DATALUTA, 2010.

**Mapa 02: Numero de familias em ocupações da Comissão Pastoral da Terra – CPT de 2000 a 2009**



**Fonte:** DATALUTA, 2010.

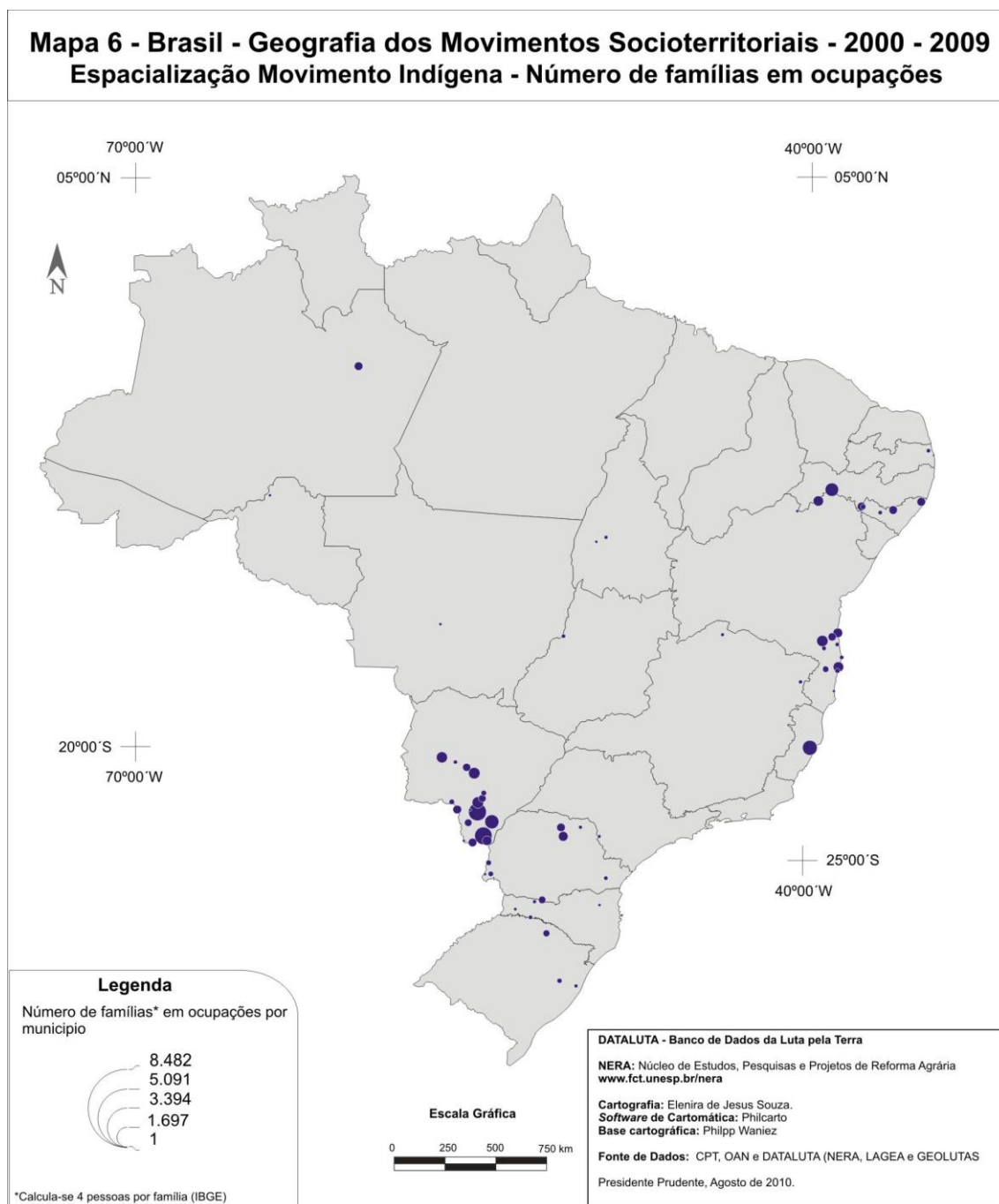
**Mapa 03: Numero de famílias em ocupações da FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de 2000 a 2009**



Fonte: DATALUTA, 2010.

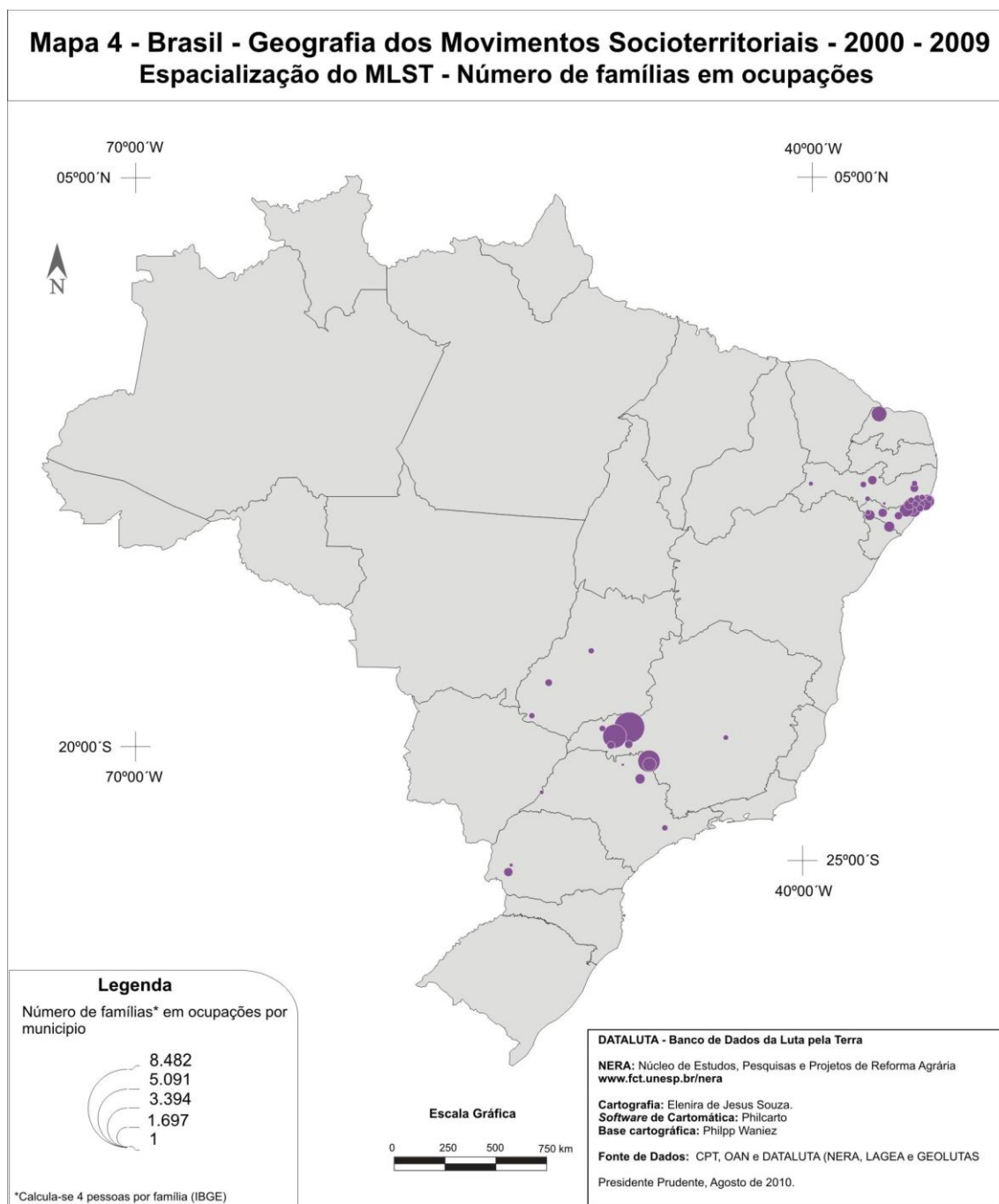


**Mapa 04: Indígenas – numero de famílias indígenas em ocupações de terra de 2000 a 2009:**



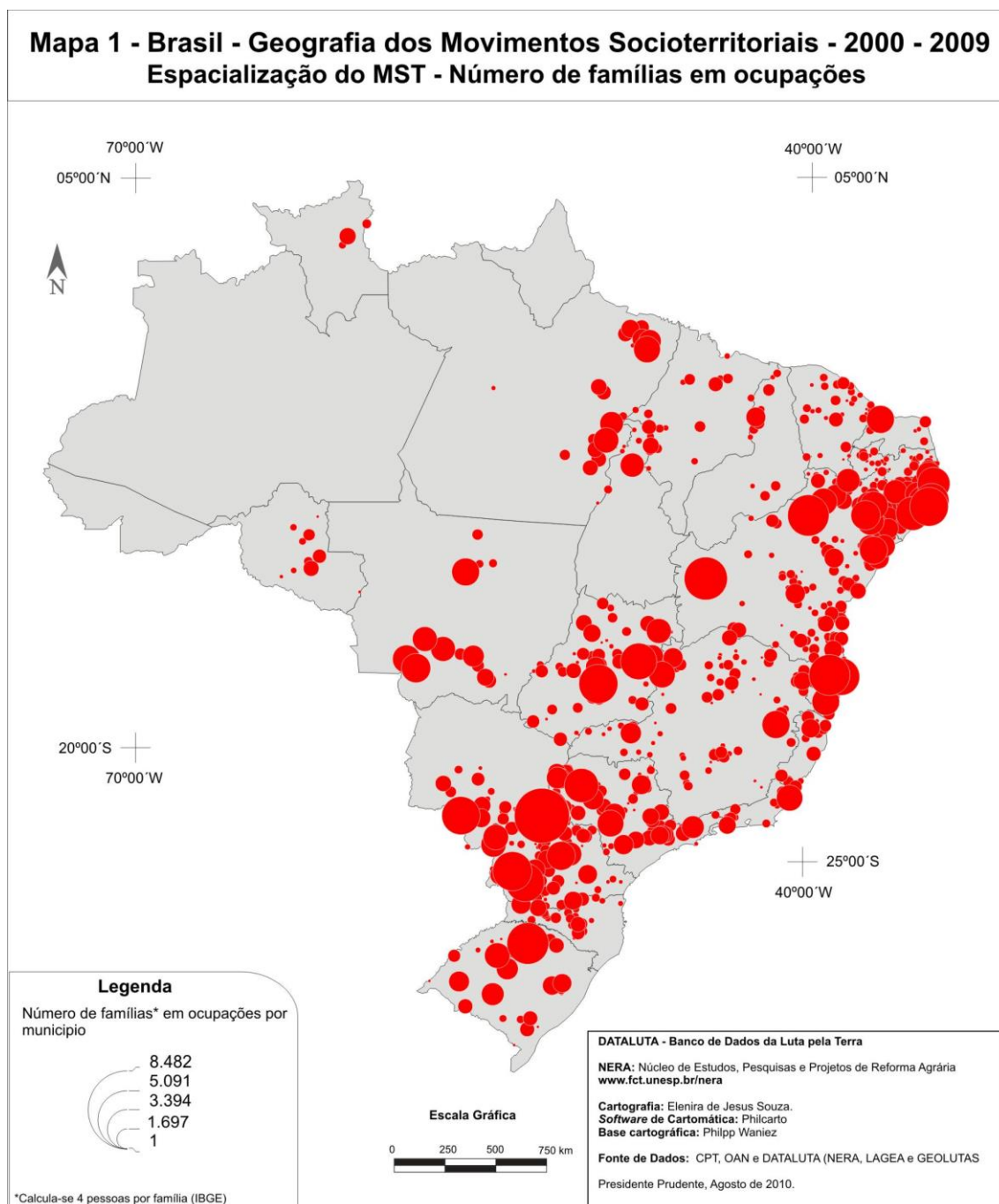
Fonte: DATALUTA, 2010.

**Mapa 5: numero de famílias em ocupações do MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra de 2000 a 2009.**



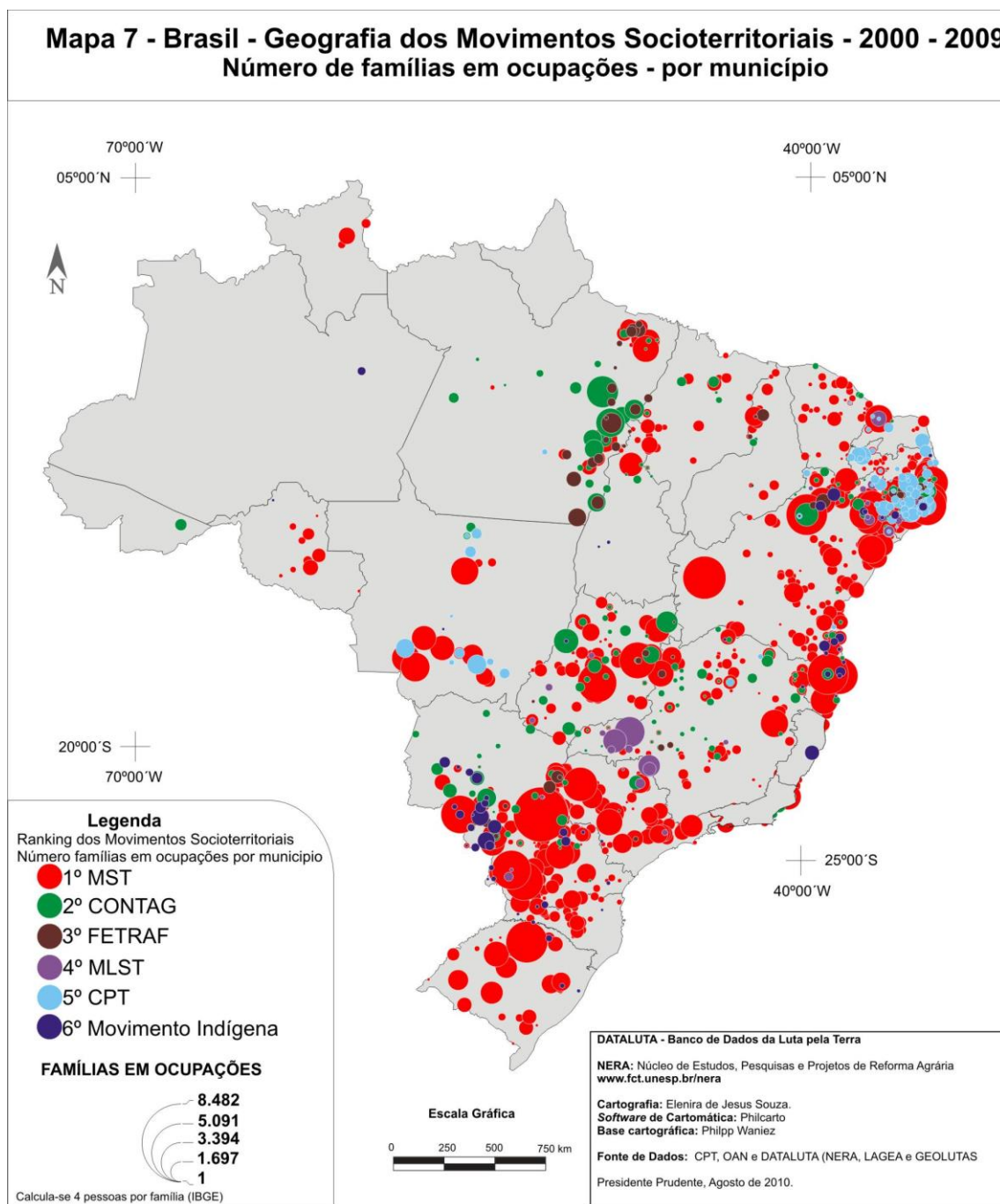
Fonte: DATALUTA, 2010.

**Mapa 06: Numero de famílias em ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST de 2000 a 2009.**



**Fonte:** DATALUTA, 2010.

**Mapa 07: Numero de famílias em ocupações por município de 2000 a 2009:**



Fonte: DATALUTA, 2010.

**Tabela 1: Quantidade de assentamentos rurais de 1979 a 2009**

**TABELA - BRASIL - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS RURAIS - 1979-2009**

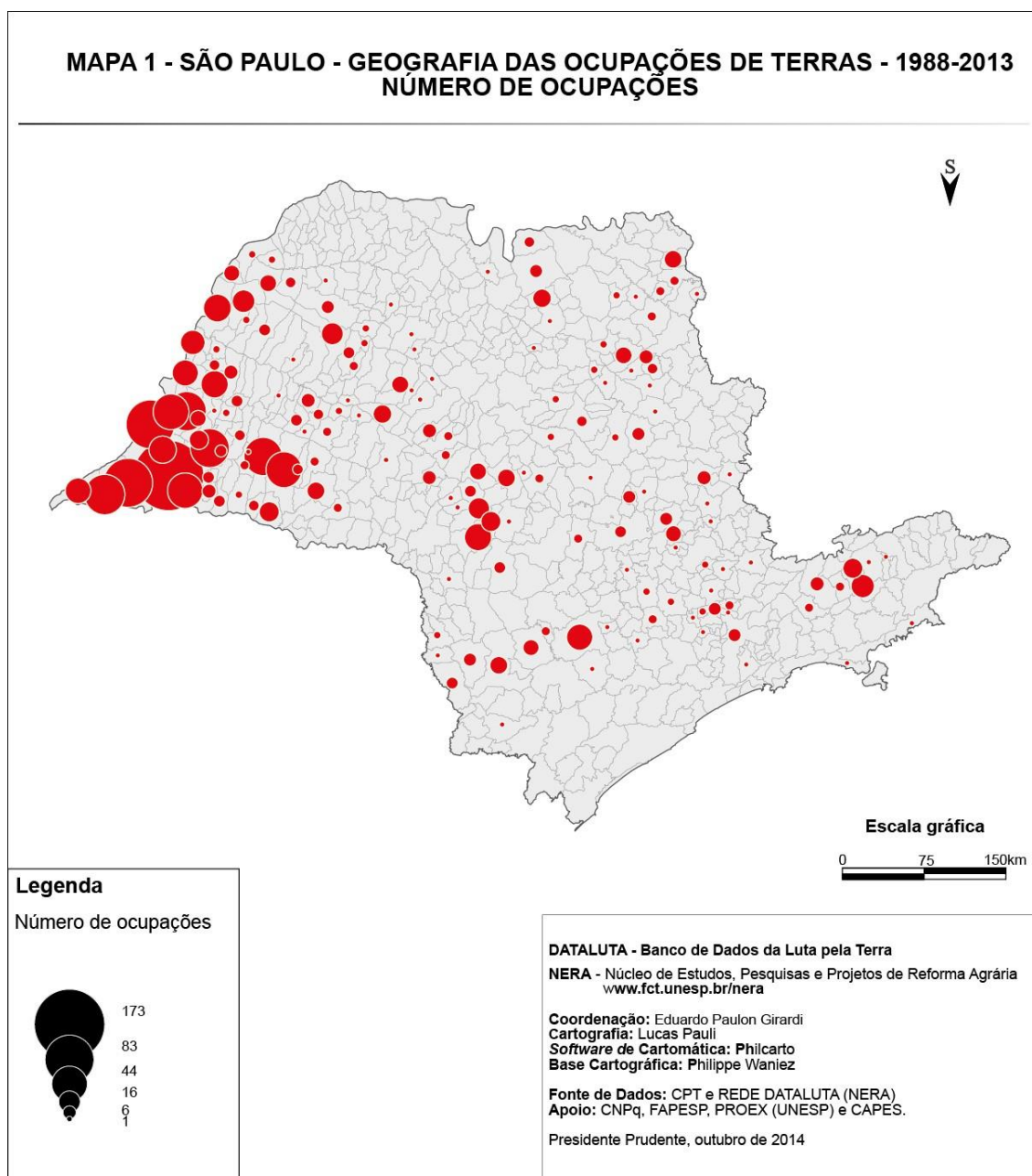
| Região/UF           | Assentamentos | %           | Famílias         | %           | Área              | %           |
|---------------------|---------------|-------------|------------------|-------------|-------------------|-------------|
| <b>NORTE</b>        | <b>1.920</b>  | <b>22,3</b> | <b>437.456</b>   | <b>42,8</b> | <b>57.137.003</b> | <b>71,7</b> |
| AC                  | 144           | 7,5         | 26.433           | 6,0         | 5.116.255         | 8,6         |
| AM                  | 122           | 6,4         | 47.703           | 10,8        | 25.771.897        | 43,1        |
| AP                  | 38            | 2,0         | 12.440           | 2,8         | 2.120.387         | 3,5         |
| PA                  | 1.027         | 53,5        | 254.509          | 57,5        | 18.040.883        | 30,2        |
| RO                  | 165           | 8,5         | 52.076           | 11,8        | 3.277.454         | 5,5         |
| RR                  | 51            | 2,6         | 20.138           | 4,6         | 1.575.598         | 2,6         |
| TO                  | 373           | 19,3        | 24.157           | 5,5         | 1.234.529         | 2,1         |
| <b>NORDESTE</b>     | <b>3.964</b>  | <b>46,0</b> | <b>330.002</b>   | <b>32,5</b> | <b>9.850.376</b>  | <b>12,8</b> |
| AL                  | 154           | 3,9         | 13.557           | 4,1         | 103.630           | 1,1         |
| BA                  | 648           | 16,3        | 49.456           | 15,0        | 1.738.894         | 17,7        |
| CE                  | 416           | 10,5        | 24.724           | 7,5         | 877.247           | 8,9         |
| MA                  | 959           | 24,2        | 130.594          | 39,6        | 4.302.136         | 43,7        |
| PB                  | 271           | 6,8         | 14.037           | 4,3         | 256.156           | 2,6         |
| PE                  | 553           | 14,0        | 34.291           | 10,4        | 537.650           | 5,5         |
| PI                  | 478           | 12,1        | 33.541           | 10,2        | 1.340.064         | 13,6        |
| RN                  | 288           | 7,3         | 20.385           | 6,2         | 524.071           | 5,3         |
| SE                  | 197           | 5,0         | 9.417            | 2,9         | 170.529           | 1,7         |
| <b>CENTRO-OESTE</b> | <b>1.176</b>  | <b>13,6</b> | <b>159.732</b>   | <b>15,7</b> | <b>7.818.193</b>  | <b>10,2</b> |
| DF                  | 11            | 0,9         | 746              | 0,5         | 5.290             | 0,1         |
| GO                  | 407           | 34,6        | 24.914           | 15,6        | 996.668           | 12,7        |
| MS                  | 195           | 16,6        | 32.099           | 20,1        | 692.413           | 8,9         |
| MT                  | 563           | 47,8        | 101.973          | 63,8        | 6.123.822         | 78,3        |
| <b>SUDESTE</b>      | <b>764</b>    | <b>8,9</b>  | <b>49.828</b>    | <b>4,9</b>  | <b>1.404.349</b>  | <b>1,8</b>  |
| ES                  | 88            | 11,5        | 4.447            | 8,9         | 47.793            | 3,2         |
| MG                  | 371           | 48,6        | 23.434           | 47,0        | 960.689           | 63,9        |
| RJ                  | 61            | 8,0         | 5.373            | 10,8        | 69.184            | 4,6         |
| SP                  | 244           | 31,9        | 16.574           | 33,3        | 326.683           | 21,7        |
| <b>SUL</b>          | <b>796</b>    | <b>9,2</b>  | <b>38.900</b>    | <b>3,8</b>  | <b>791.438</b>    | <b>1,0</b>  |
| PR                  | 311           | 39,1        | 19.416           | 49,9        | 405.350           | 51,2        |
| RS                  | 327           | 41,1        | 13.535           | 34,8        | 284.113           | 35,9        |
| SC                  | 158           | 19,8        | 5.949            | 15,3        | 101.975           | 12,9        |
| <b>BRASIL</b>       | <b>8.620</b>  | <b>100</b>  | <b>1.015.918</b> | <b>100</b>  | <b>77.001.370</b> | <b>100</b>  |

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2010. [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

Fonte: DATALUTA, 2010.

## ANEXO 2 – MAPA DA LUTA PELA TERRA NO ESTADO DE SÃO PAULO – 1988 A 2013:

### REGIÕES COM MAIOR QUANTIDADE DE OCUPAÇÕES DE LATIFUNDIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO:



Fonte: DATALUTA, 2014.

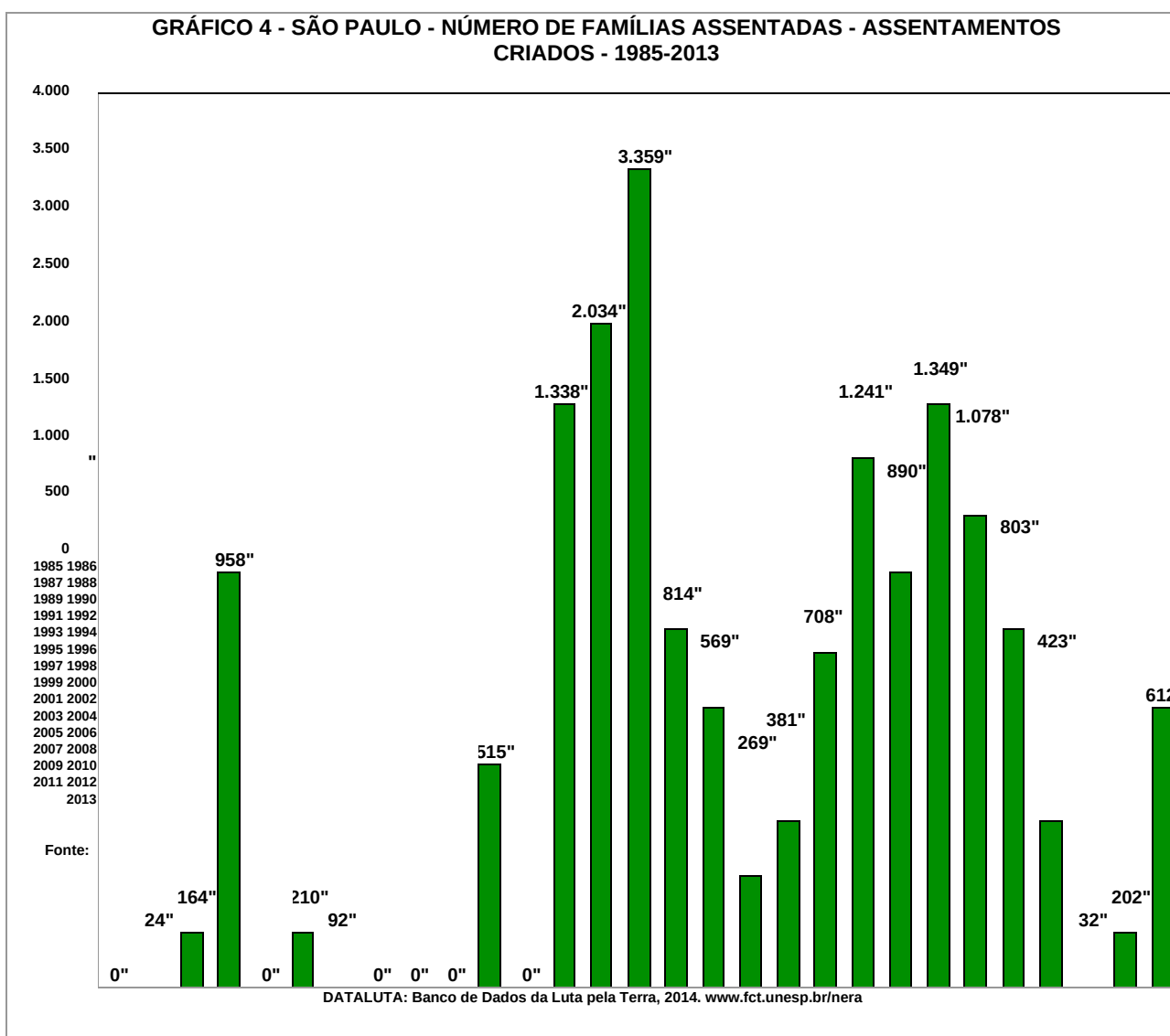


| TABELA 1 - SÃO PAULO - NÚMERO DE OCUPAÇÕES E DE FAMÍLIAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA 1988-2013                                |              |               |                |               |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|---------------|----------------|---------------|
| REGIÃO ADMINISTRATIVA                                                                                                       | Nº OCUPAÇÕES | %             | Nº FAMÍLIAS    | %             |
| Araçatuba                                                                                                                   | 116          | 7,77          | 15.583         | 7,67          |
| Bauru                                                                                                                       | 103          | 6,90          | 17.089         | 8,41          |
| Marília                                                                                                                     | 53           | 3,55          | 2.484          | 1,22          |
| Presidente Prudente                                                                                                         | 902          | 60,46         | 115.761        | 56,99         |
| Ribeirão Preto                                                                                                              | 28           | 1,88          | 4.939          | 2,43          |
| Santos                                                                                                                      | 0            | 0,00          | 0              | 0,00          |
| São Paulo                                                                                                                   | 20           | 1,34          | 3.802          | 1,87          |
| Barretos                                                                                                                    | 25           | 1,68          | 3.264          | 1,61          |
| Campinas                                                                                                                    | 41           | 2,75          | 9.007          | 4,43          |
| Central                                                                                                                     | 17           | 1,14          | 2.309          | 1,14          |
| Franca                                                                                                                      | 24           | 1,61          | 3.224          | 1,59          |
| Registro                                                                                                                    | 0            | 0,00          | 0              | 0,00          |
| São José do Rio Preto                                                                                                       | 3            | 0,20          | 250            | 0,12          |
| São José dos Campos                                                                                                         | 48           | 3,22          | 5.458          | 2,69          |
| Sorocaba                                                                                                                    | 112          | 7,51          | 19.967         | 9,83          |
| <b>TOTAL</b>                                                                                                                | <b>1.492</b> | <b>100,00</b> | <b>203.137</b> | <b>100,00</b> |
| Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014. <a href="http://www.fct.unesp.br/nera">www.fct.unesp.br/nera</a> |              |               |                |               |

Fonte: DATALUTA, 2014.

| TABELA 3 - SÃO PAULO - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS RURAIS - 1979-2013                                                          |               |            |               |            |                |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|------------|---------------|------------|----------------|------------|
| Região Administrativa                                                                                                      | Assentamentos | %          | Famílias      | %          | Área           | %          |
| Araçatuba                                                                                                                  | 45            | 16,9       | 4.031         | 21,9       | 73.585         | 21,5       |
| Barretos                                                                                                                   | 3             | 1,1        | 181           | 1,0        | 3.866          | 1,1        |
| Bauru                                                                                                                      | 17            | 6,4        | 1.809         | 9,8        | 36.705         | 10,7       |
| Campinas                                                                                                                   | 15            | 5,6        | 642           | 3,5        | 5.560          | 1,6        |
| Central                                                                                                                    | 14            | 5,3        | 899           | 4,9        | 11.829         | 3,4        |
| Franca                                                                                                                     | 3             | 1,1        | 203           | 1,1        | 3.271          | 1,0        |
| Marília                                                                                                                    | 4             | 1,5        | 143           | 0,8        | 2.001          | 0,6        |
| Presidente Prudente                                                                                                        | 118           | 44,4       | 6.441         | 35,1       | 146.841        | 42,8       |
| Registro                                                                                                                   | 3             | 1,1        | 326           | 1,8        | 5.948          | 1,7        |
| Ribeirão Preto                                                                                                             | 8             | 3,0        | 1.436         | 7,8        | 13.135         | 3,8        |
| Santos                                                                                                                     | 1             | 0,4        | 15            | 0,1        | 153            | 0,0        |
| São José do Rio Preto                                                                                                      | 5             | 1,9        | 239           | 1,3        | 3.593          | 1,0        |
| São José dos Campos                                                                                                        | 6             | 2,3        | 355           | 1,9        | 4.391          | 1,3        |
| Metropolitana de São Paulo                                                                                                 | 5             | 1,9        | 215           | 1,2        | 1.322          | 0,4        |
| Sorocaba                                                                                                                   | 19            | 7,1        | 1.441         | 7,8        | 30.733         | 9,0        |
| <b>TOTAL</b>                                                                                                               | <b>266</b>    | <b>100</b> | <b>18.376</b> | <b>100</b> | <b>342.933</b> | <b>100</b> |
| Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014. <a href="http://www.fct.unesp.br/nera">www.fct.unesp.br/nera</a> |               |            |               |            |                |            |

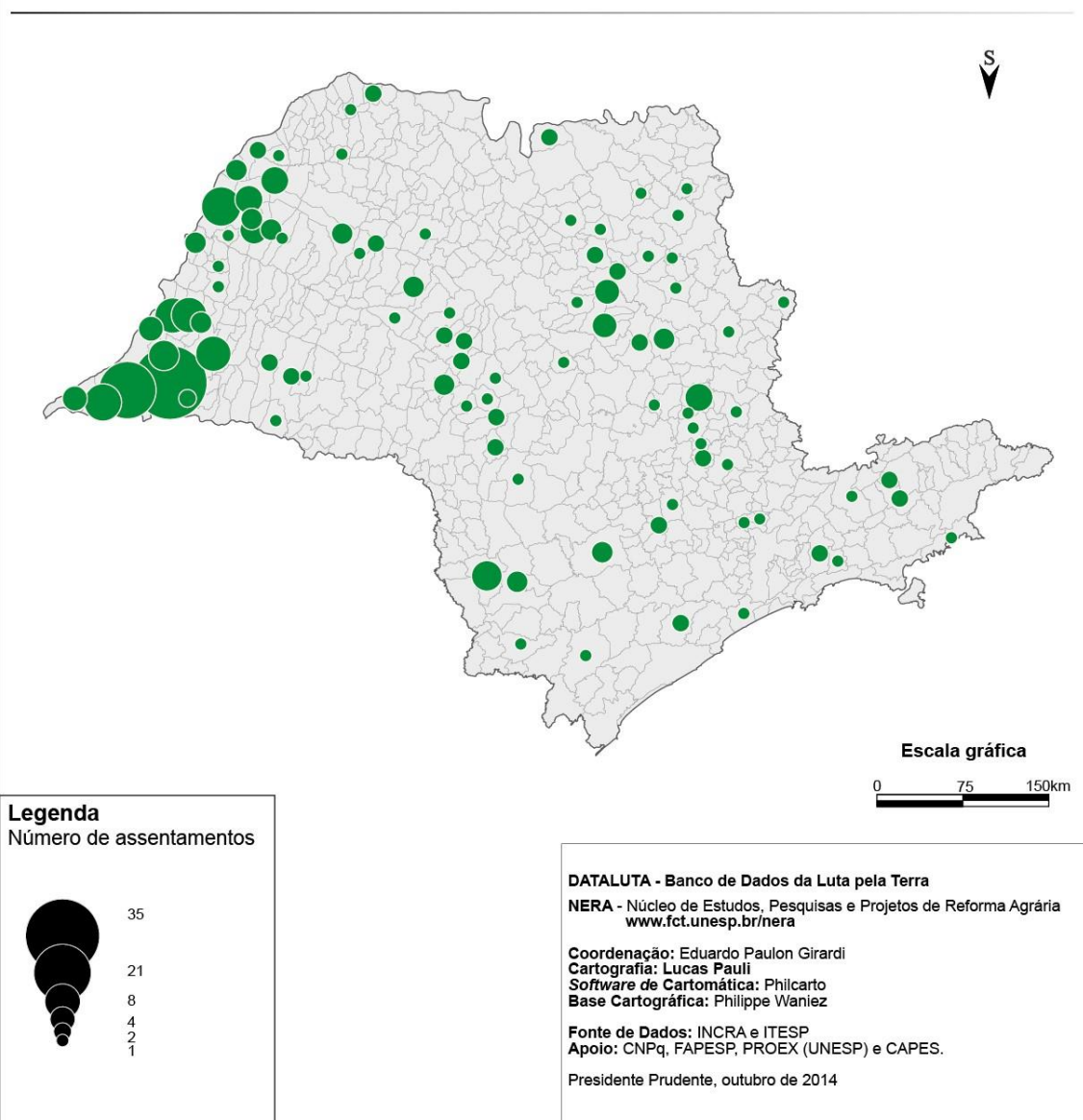
Fonte: DATALUTA, 2014.



Fonte: DATALUTA, 2014.

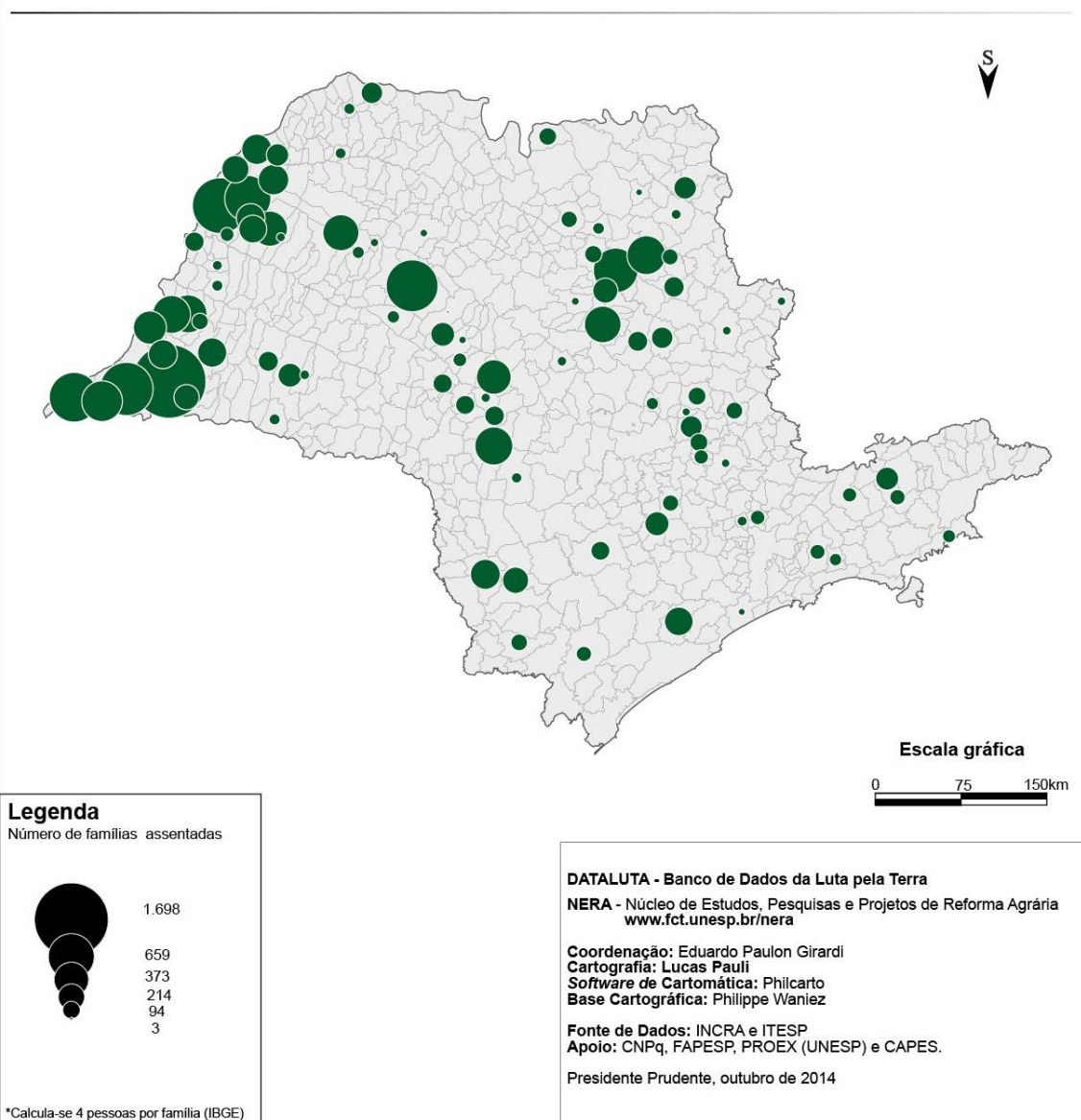


**MAPA 5 - SÃO PAULO - GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS - 1979-2013**  
**NÚMERO DE ASSENTAMENTOS**



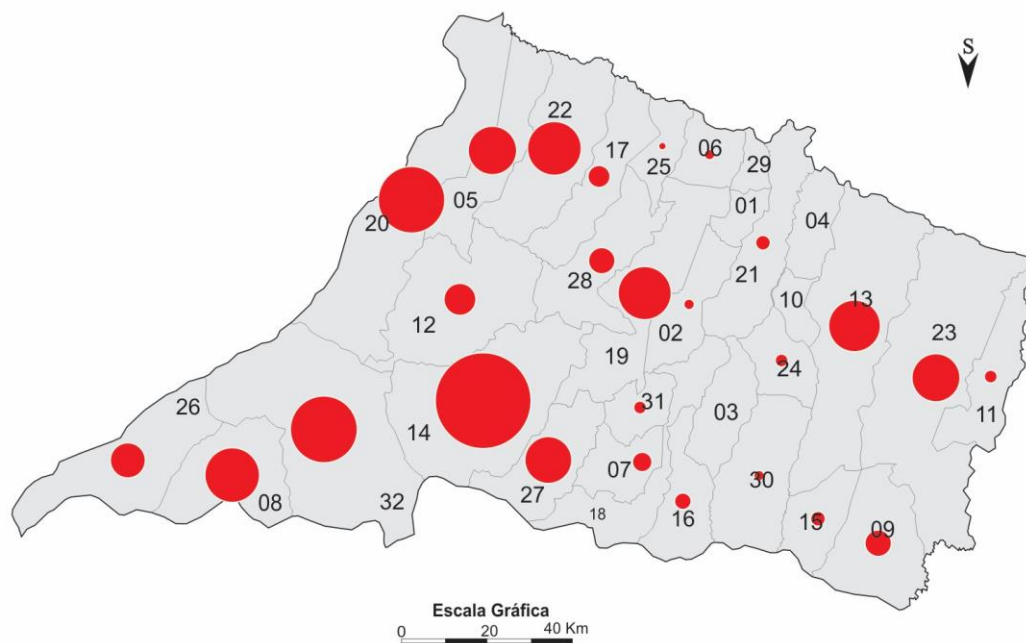
Fonte: DATALUTA, 2014.

**MAPA 6 - SÃO PAULO - GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS - 1979-2013**  
**NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS**



Fonte: DATALUTA, 2014.

**MAPA 1 - PONTAL DO PARANAPANEMA - GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES DE TERRAS - 1988-2012  
NÚMERO DE OCUPAÇÕES**

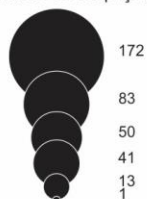


**Índice de Municípios**

|                                 |                              |                          |
|---------------------------------|------------------------------|--------------------------|
| 01 - Alfredo Marcondes          | 13 - Martinópolis            | 25 - Ribeirão dos Índios |
| 02 - Álvares Machado            | 14 - Mirante do Paranapanema | 26 - Rosana              |
| 03 - Anhumas                    | 15 - Nantes                  | 27 - Sandovalina         |
| 04 - Caiabu                     | 16 - Nandiba                 | 28 - Santo Anastácio     |
| 05 - Caiuá                      | 17 - Piquerobi               | 29 - Santo Expedito      |
| 06 - Emilianópolis              | 18 - Pirapozinho             | 30 - Taciba              |
| 07 - Estrela do Norte           | 19 - Presidente Bernardes    | 31 - Tarabai             |
| 08 - Euclides da Cunha Paulista | 20 - Presidente Epitácio     | 32 - Teodoro Sampaio     |
| 09 - Iepê                       | 21 - Presidente Prudente     |                          |
| 10 - Indiana                    | 22 - Presidente Venceslau    |                          |
| 11 - João Ramalho               | 23 - Rancharia               |                          |
| 12 - Marabá Paulista            | 24 - Regente Feijó           |                          |

**Legenda**

Número de ocupações



**DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra**

**NERA:** Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária  
[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

**Coordenação:** Eduardo Paulon Girardi e Janaina F. de S. Campos Vinha

**Cartografia:** Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva

**Software de Cartomática:** Philcarto

**Base cartográfica:** Philippe Waniez

**Fonte de Dados :** CPT e DATALUTA (NERA)

**Apoio:** CNPq, FAPESP, PROEX (UNESP) e CAPES

Presidente Prudente, outubro de 2013

### ANEXO 3: OCUPAÇÕES NA REGIÃO EXTREMO OESTE:

#### EQUIPE DA REDE DATALUTA (NERA)

| TABELA 1 - PONTAL DO PARANAPANEMA - NÚMERO DE OCUPAÇÕES E DE FAMÍLIAS POR MUNICÍPIO<br>1988-2012                            |              |               |                |               |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|---------------|----------------|---------------|
| MUNICÍPIO                                                                                                                   | Nº OCUPAÇÕES | %             | Nº FAMÍLIAS    | %             |
| Alfredo Marcondes                                                                                                           | 0            | 0,00          | 0              | 0,00          |
| Alvares Machado                                                                                                             | 2            | 0,25          | 94             | 0,09          |
| Anhumas                                                                                                                     | 0            | 0,00          | 0              | 0,00          |
| Caiabu                                                                                                                      | 0            | 0,00          | 0              | 0,00          |
| Caiuá                                                                                                                       | 44           | 5,55          | 2.806          | 2,73          |
| Emilianópolis                                                                                                               | 2            | 0,25          | 60             | 0,06          |
| Estrela do Norte                                                                                                            | 0            | 0,00          | 0              | 0,00          |
| Euclides da Cunha Paulista                                                                                                  | 56           | 7,06          | 6.966          | 6,78          |
| Iepê                                                                                                                        | 13           | 1,64          | 574            | 0,56          |
| Indiana                                                                                                                     | 0            | 0,00          | 0              | 0,00          |
| João Ramalho                                                                                                                | 3            | 0,38          | 74             | 0,07          |
| Marabá Paulista                                                                                                             | 19           | 2,40          | 3.714          | 3,61          |
| Martinópolis                                                                                                                | 50           | 6,31          | 2.600          | 2,53          |
| Mirante do Paranapanema                                                                                                     | 172          | 21,69         | 33.527         | 32,63         |
| Nantes                                                                                                                      | 4            | 0,50          | 465            | 0,45          |
| Narandiba                                                                                                                   | 5            | 0,63          | 417            | 0,41          |
| Piquerobi                                                                                                                   | 9            | 1,13          | 302            | 0,29          |
| Pirapozinho                                                                                                                 | 7            | 0,88          | 900            | 0,88          |
| Presidente Bernardes                                                                                                        | 53           | 6,68          | 3.445          | 3,35          |
| Presidente Epitácio                                                                                                         | 83           | 10,47         | 9.211          | 8,96          |
| Presidente Prudente                                                                                                         | 4            | 0,50          | 620            | 0,60          |
| Presidente Venceslau                                                                                                        | 54           | 6,81          | 2.652          | 2,58          |
| Rancharia                                                                                                                   | 43           | 5,42          | 6.046          | 5,88          |
| Regente Feijó                                                                                                               | 3            | 0,38          | 55             | 0,05          |
| Ribeirão dos Índios                                                                                                         | 1            | 0,13          | 60             | 0,06          |
| Rosana                                                                                                                      | 23           | 2,90          | 2.197          | 2,14          |
| Sandovalina                                                                                                                 | 41           | 5,17          | 12.287         | 11,96         |
| Santo Anastácio                                                                                                             | 13           | 1,64          | 1.424          | 1,39          |
| Santo Expedito                                                                                                              | 0            | 0,00          | 0              | 0,00          |
| Taciba                                                                                                                      | 2            | 0,25          | 190            | 0,18          |
| Tarabaí                                                                                                                     | 3            | 0,38          | 442            | 0,43          |
| Teodoro Sampaio                                                                                                             | 84           | 10,59         | 11.629         | 11,32         |
| <b>TOTAL</b>                                                                                                                | <b>793</b>   | <b>100,00</b> | <b>102.757</b> | <b>100,00</b> |
| Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2013. <a href="http://www.fct.unesp.br/nera">www.fct.unesp.br/nera</a> |              |               |                |               |

Fonte: DATALUTA, 2013.

## 5 - NUMERO DE FAMILIAS, ASSENTAMENTOS E AREAS POR MUNICÍPIO – 1985 A 2012

| TABELA 3 - PONTAL DO PARANAPANEMA - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS RURAIS, FAMÍLIAS E ÁREA POR MUNICÍPIO - 1985-2012 |               |            |              |            |                |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|------------|--------------|------------|----------------|------------|
| MUNICIPIOS                                                                                                    | Assentamentos | %          | Famílias     | %          | Área           | %          |
| Caiuá                                                                                                         | 8             | 7,14       | 441          | 7,48       | 10.736         | 7,69       |
| Euclides da Cunha Paulista                                                                                    | 9             | 8,04       | 511          | 8,67       | 10.935         | 7,83       |
| Iepê                                                                                                          | 1             | 0,89       | 36           | 0,61       | 68             | 0,05       |
| João Ramalho                                                                                                  | 1             | 0,89       | 29           | 0,49       | 55             | 0,04       |
| Marabá Paulista                                                                                               | 6             | 5,36       | 257          | 4,36       | 6.481          | 4,64       |
| Martinópolis                                                                                                  | 0             | 0,00       | 0            | 0,00       | 0              | 0,00       |
| Mirante do Paranapanema                                                                                       | 35            | 31,25      | 1.546        | 26,24      | 35.470         | 25,4       |
| Piquerobi                                                                                                     | 3             | 2,68       | 84           | 1,43       | 2.595          | 1,86       |
| Presidente Bernardes                                                                                          | 8             | 7,14       | 264          | 4,48       | 7.193          | 5,15       |
| Presidente Epitácio                                                                                           | 4             | 3,57       | 340          | 5,77       | 6.088          | 4,36       |
| Presidente Venceslau                                                                                          | 8             | 7,14       | 378          | 6,42       | 10.101         | 7,23       |
| Rancharia                                                                                                     | 2             | 1,79       | 175          | 2,97       | 4.265          | 3,05       |
| Ribeirão dos Índios                                                                                           | 0             | 0,00       | 0            | 0,00       | 0              | 0,00       |
| Rosana                                                                                                        | 4             | 3,57       | 766          | 13,00      | 18.307         | 13,11      |
| Sandovalina                                                                                                   | 2             | 1,79       | 198          | 3,36       | 4.017          | 2,88       |
| Teodoro Sampaio                                                                                               | 21            | 18,75      | 867          | 14,71      | 23.371         | 16,73      |
| <b>TOTAL</b>                                                                                                  | <b>112</b>    | <b>100</b> | <b>5.892</b> | <b>100</b> | <b>139.682</b> | <b>100</b> |

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2013. [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

Fonte: DATALUTA, 2013.

## 6 - NUMERO DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO – ANO 2013

| TABELA 4 - SÃO PAULO - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS RURAIS - 2013 |               |            |            |            |              |            |
|--------------------------------------------------------------|---------------|------------|------------|------------|--------------|------------|
| Região Administrativa                                        | Assentamentos | %          | Famílias   | %          | Área         | %          |
| Araçatuba                                                    | 3             | 30,0       | 270        | 44,1       | 4.088        | 45,2       |
| Barretos                                                     | 0             | 0,0        | 0          | 0,0        | 0            | 0,0        |
| Bauru                                                        | 0             | 0,0        | 0          | 0,0        | 0            | 0,0        |
| Campinas                                                     | 0             | 0,0        | 0          | 0,0        | 0            | 0,0        |
| Franca                                                       | 0             | 0,0        | 0          | 0,0        | 0            | 0,0        |
| Marília                                                      | 1             | 10,0       | 78         | 12,7       | 1.273        | 14,1       |
| Presidente Prudente                                          | 1             | 10,0       | 38         | 6,2        | 468          | 5,2        |
| Registro                                                     | 0             | 0,0        | 0          | 0,0        | 0            | 0,0        |
| Ribeirão Preto                                               | 0             | 0,0        | 0          | 0,0        | 0            | 0,0        |
| Santos                                                       | 0             | 0,0        | 0          | 0,0        | 0            | 0,0        |
| São José do Rio Preto                                        | 4             | 40,0       | 200        | 32,7       | 2.519        | 27,9       |
| São José dos Campos                                          | 1             | 10,0       | 26         | 4,2        | 693          | 7,7        |
| Sorocaba                                                     | 0             | 0,0        | 0          | 0,0        | 0            | 0,0        |
| Central                                                      | 0             | 0,0        | 0          | 0,0        | 0            | 0,0        |
| São Paulo                                                    | 0             | 0,0        | 0          | 0,0        | 0            | 0,0        |
| <b>SÃO PAULO</b>                                             | <b>10</b>     | <b>100</b> | <b>612</b> | <b>100</b> | <b>9.041</b> | <b>100</b> |

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014. [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

Fonte: DATALUTA, 2014.

## ANEXO 7 - REGIÃO CENTRAL

| TABELA 1 - NÚMERO DE OCUPAÇÕES E FAMÍLIAS - 1988-2010 |           |          |                               |
|-------------------------------------------------------|-----------|----------|-------------------------------|
| MUNICÍPIOS                                            | OCUPAÇÕES | FAMÍLIAS | ANO                           |
| Sabino                                                | 1         | 400      | 2005                          |
| Promissão                                             | 10        | 2070     | 1997-1998-2000-2008-2009-2010 |
| Guaíçara                                              | 1         | 35       | 2007                          |
| Lins                                                  | 1         | 10       | 2007                          |
| Getulina                                              | 12        | 6100     | 1994-2006-2007                |
| Guarantã                                              | 6         | 565      | 1995-1998-1999-2003           |
| Pirajuí                                               | 1         | 200      | 2009                          |
| Presidente Alves                                      | 3         | 600      | 1998-2009                     |
| Agudos                                                | 11        | 1485     | 2005-2006-2008-2009-2010      |
| Cabrália Paulista                                     | 1         | 50       | 1999                          |
| Borebi                                                | 9         | 965      | 2001-2004-2007-2009-2010      |
| Lençóis Paulista                                      | 1         | 200      | 2009                          |
| Itapuí                                                | 1         | 40       | 2001                          |
| Jaú                                                   | 3         | 210      | 1997-2000                     |

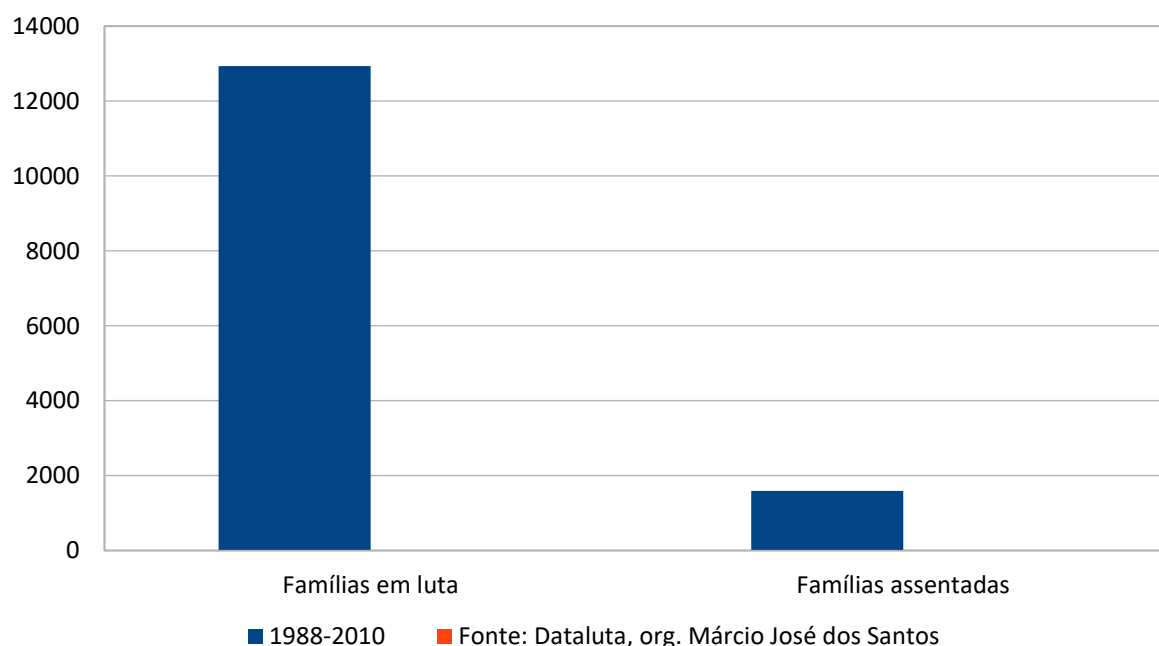
Fonte: DATALUTA, 2010. Org. Márcio J. dos Santos

**TABELA 2 - MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS E FAMÍLIAS DA REGIÃO  
DE BAURU – 1988-2010**

| MUNICÍPIOS       | ASSENTAMENTOS | FAMÍLIAS | ÁREA (Ha) | ANO                   |
|------------------|---------------|----------|-----------|-----------------------|
| Promissão        | 3             | 823      | 20.152    | 2004 - 1999 –<br>1987 |
| Cafelândia       | 1             | 3        | 21        | 2004                  |
| Guarantã         | 2             | 178      | 3.583     | 1995 – 2000           |
| Getulina         | 1             | 49       | 768       | 2006                  |
| Pirajuí          | 1             | 7        | 166       | 1998                  |
| Presidente Alves | 2             | 59       | 1.651     | 1994 – 1998           |
| Bauru            | 1             | 344      | 5.262     | 2007                  |
| Piratininga      | 1             | 27       | 883       | 1999                  |
| Agudos           | 1             | 69       | 1.003     | 2006                  |
| Bocaina          | 1             | 29       | 268       | 2006                  |

Fonte: DATALUTA, 2010. Org. Márcio dos Santos

**3 - Gráfico das famílias envolvidas na luta pela terra na região entre 1988 e 2010 e o número de famílias assentadas no mesmo período.**



| <b>TABELA 3 - NÚMERO DE OCUPAÇÕES E ASSENTAMENTOS - 1988-2010</b> |                  |                      |
|-------------------------------------------------------------------|------------------|----------------------|
| <b>MUNICÍPIOS</b>                                                 | <b>OCUPAÇÕES</b> | <b>ASSENTAMENTOS</b> |
| Sabino                                                            | 1                | 0                    |
| Promissão                                                         | 10               | 3                    |
| Guaíçara                                                          | 1                | 0                    |
| Lins                                                              | 1                | 0                    |
| Getulina                                                          | 12               | 1                    |
| Guarantã                                                          | 6                | 2                    |
| Pirajuí                                                           | 1                | 1                    |
| Presidente Alves                                                  | 3                | 2                    |
| Agudos                                                            | 11               | 0                    |
| Cabrália Paulista                                                 | 1                | 0                    |
| Borebi                                                            | 9                | 0                    |
| Lençóis Paulista                                                  | 1                | 0                    |
| Itapuí                                                            | 1                | 0                    |
| Jaú                                                               | 3                | 0                    |
| Bauru                                                             | 0                | 1                    |
| Piratininga                                                       | 0                | 1                    |
| Agudos                                                            | 0                | 1                    |
| Bocaina                                                           | 0                | 1                    |
| Cafelândia                                                        | 0                | 1                    |

Fonte: DATALUTA, 2010. Org. Márcio José dos Santos